

**Universidade Nova de Lisboa**

**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**

**ESCRAVOS E SENHORES NA LISBOA QUINHENTISTA**

*Dissertação de doutoramento em Estudos Portugueses, na especialidade de Cultura  
Portuguesa ( Séculos XV e XVI )*

**Jorge Manuel Rios da Fonseca**

**2008**

## **Nota introdutória**

O tema desenvolvido nesta tese é o de um desígnio antigo, nascido de uma conversa, há quase vinte anos, com Vicenta Cortés Alonso e outros colegas arquivistas, durante a qual a notável historiadora espanhola da escravatura, ao conhecer as minhas primeiras incursões nesta área de estudo, lembrava a importância de se investigar a escravidão em Lisboa, grande porto de entrada de cativos na Península Ibérica. Daí para cá os escravos em Portugal, nomeadamente no sul, nunca deixaram de ser uma constante entre os assuntos que mais me prenderam, dando origem a dois livros, a vários artigos e comunicações e à participação em grupos de trabalho. Foi nesse contexto que recebi o estímulo da Professora Maria do Rosário Pimentel, personalidade destacada no estudo deste tema, para que não deixasse de pôr em prática o projecto que tinha em mente e que viria igualmente a acolher, tempos depois, a proposta de me orientar na tese.

Tratava-se, para mim, de preencher uma lacuna da historiografia da matéria, por Lisboa ter tido, aparentemente, a maior concentração de escravos negros do Ocidente europeu na Época moderna, mas não existir ainda uma abordagem global e específica sobre o desenvolvimento da escravidão na cidade e as suas consequências sociais e culturais, em nenhum período histórico, apesar de alguns trabalhos parcelares já se lhe terem dedicado. A escolha do século XVI teve a ver quer com o facto de ter sido essa centúria, provavelmente, aquela em que o número de escravos foi maior na principal urbe portuguesa e no conjunto do reino, assim como aquela sobre que pareciam existir mais referências documentais, nomeadamente de tipo literário.

Um trabalho deste tipo não se pode concretizar sem recurso à ajuda de um sem número de boas vontades, sejam elas de familiares e amigos, sejam de colegas, instituições ou outros investigadores. Delas quero destacar algumas. Em primeiro lugar, a da Professora Doutora Maria do Rosário Pimentel, orientadora desta tese, pelo interesse, apoio e amizade que me concedeu ao longo da sua realização, assim como pelos conhecimentos que dela recebi nos dois seminários, integrados no programa de doutoramento, em que tive o gosto de participar. A Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, à qual estive ligado durante a maior parte do tempo em que preparei a tese, pelas facilidades que me concedeu para a mesma, assim como aos meus colegas da Biblioteca Municipal Almeida Faria e do Arquivo Histórico Municipal, pela sua amizade e pelas ajudas concretas que nunca me recusaram. Os técnicos da Torre do Tombo que, semanalmente, durante estes anos me apoiaram com a sua simpatia e eficiência. E também os da Biblioteca Nacional. A Professora Doutora Isabel Castro Henriques, pelo incentivo e pela amizade com que há anos me distingue, nomeadamente no âmbito do Comité português do projecto da UNESCO *Rota do escravo* e respectivas realizações, a que me associou. Didier Lahon, notável investigador dos escravos em Portugal, pelo interesse que sempre manifestou pelos meus trabalhos e pelo convívio que isso implicou, sobretudo no *Grupo para a Investigação dos Negros em Portugal* (GINPOR). Esta referência é extensiva a Maria Cristina Neto, dinamizadora do mesmo grupo e da parte de quem sempre contei com amizade e apoio. O Professor Doutor António Borges Coelho, que há longos anos tem acompanhado e incentivado a minha actividade e constituído um exemplo inspirador. O Professor Doutor Bernardo de Sá Nogueira, amigo com cujo apoio e colaboração sempre pude contar. O Professor Doutor Vítor Serrão, que há muito tempo também me honra com o seu interesse e me revelou e disponibilizou a pintura, até há pouco inédita, de um casal de negros em oração a Nossa

Senhora do Rosário. O Professor Eddy Stols, da Universidade de Lovaina, é credor da minha gratidão pela generosidade com que me facultou a descrição inédita da visita a Lisboa do flamengo Jan Tacooen. A Teresa Fonseca, minha mulher, sem cujo estímulo e ajuda concreta como historiadora e tudo o mais que lhe devo ao longo de tantos anos, este trabalho, como todos os que o antecederam, nunca teria existido. E finalmente os nossos filhos, o Jorge e a Ana, complemento afectivo das nossas vidas, também me deram, cada um a seu modo, energia moral e vontade de continuar.

Na apresentação do texto adoptei as seguintes regras: relativamente às transcrições de documentos originais, modernizei em todos a respectiva grafia – por não ver interesse em manter a da época e por a mesma poder dificultar e tornar menos viva a leitura dos textos - embora tivesse mantido a forma arcaica das palavras, sempre que ela diferia da actual; relativamente a textos de origem estrangeira, que apresento na versão portuguesa, incluí em roda pé essas passagens na língua original, quer nos casos em que a tradução foi minha quer naqueles em que usei traduções alheias mas as alterei parcialmente. Optei também por intercalar os quadros estatísticos no próprio texto, não os apresentando em anexo, por me parecer que desse modo, mais contextualizados, poderiam ser mais úteis a quem os lesse.

Desde o início deste trabalho tive consciência da responsabilidade de me lançar ao estudo de Lisboa na época do seu apogeu, para abordar uma das suas facetas mais marcantes, a de cidade habitada por gente de diferentes origens e culturas. Chegado ao fim, interrogo-me sobre se, além do grande prazer intelectual que esta investigação me proporcionou, as minhas limitações não terão prejudicado em demasia a execução do projecto.



## Índice

<b>Preâmbulo:</b> historiografia da escravatura em Portugal	7
<b>1 – Escravidão</b>	41
1.1 – Conceitos	41
1.2 – A escravidão no pensamento ocidental	53
1.3 – A escravidão no pensamento português	70
<b>2 – A escravatura moderna portuguesa</b>	91
2.1 – Antecedentes	91
2.2 – As viagens marítimas e os escravos	98
2.3 – Os escravos em Portugal	118
<b>3 – Lisboa, o “jogo de xadrez”</b>	131
3.1 – A cidade e a expansão ultramarina	131
3.2 – A população escrava	143
3.3 – Origem geográfica dos cativos	164
<b>4 – Empório negreiro</b>	171
4.1 – Modalidades de aquisição	171
4.2 – Importação dos escravos	183
4.2.1 – Arguim	187
4.2.2 – Cabo Verde e Guiné	189
4.2.3 – S. Tomé	193
4.2.4 – Índia	204
4.2.5 – Norte de África e Granada	205

4.2.6 – Mediterrâneo e costa algarvia	207
4.2.7 – Entrada em Lisboa	208
4.2.8 – Venda dos escravos	216
4.3 – Comércio transfronteiriço	226
4.4 – Lisboa e o tráfico negreiro com a América	238
4.4.1 – Índias Ocidentais	242
4.4.2 – Brasil	275
4.5 – Valor comercial dos cativos	290
<b>5 – Os donos de escravos</b>	303
<b>6 – Função económica e social dos cativos</b>	331
6.1 – Agricultura e pesca	333
6.2 – Indústria	335
6.3 – Comércio e transportes	340
6.4 – Serviços	349
<b>7 – Condição social dos escravos</b>	383
7.1 – Condições materiais	384
7.2 – Estatuto jurídico e social	400
7.3 – Formas de reacção e resistência. As fugas de escravos	440
7.4 – Relações sexuais e afectivas	468
7.5 – Onomástica dos escravos	485
7.6 – Os escravos e a Igreja	493
7.7 – Os escravos perante a Inquisição	515
<b>8 – A alforria</b>	537
<b>9 – Os libertos e os seus descendentes</b>	565
9.1 – Demografia e função socioeconómica	565

9.2 – Integração social da população de cor	581
9.3 – Associativismo, festividades e cultura	595
<b>10 – Conclusões</b>	625
<b>11 – Fontes e bibliografia</b>	629
11.1 – Fontes manuscritas	629
11.2 – Fontes impressas	634
11.3 – Bibliografia	643
<b>12 - Abreviaturas</b>	682

## Preâmbulo

### *Historiografia da escravatura em Portugal*

Os estudos sobre a escravatura praticada em Portugal iniciaram-se no século XIX. Antes dela só os testemunhos ocasionais, embora esclarecidos, de cronistas como Zurara <sup>1</sup>, de economistas como Manuel Severim de Faria <sup>2</sup> e de pedagogos, de que é exemplo Ribeiro Sanches <sup>3</sup>- além das reflexões de teólogos preocupados com a legitimidade da escravidão e do tráfico à luz da doutrina cristã <sup>4</sup> - despertaram para o tema a atenção dos contemporâneos. Não se devem também esquecer, pela ligação que tiveram com a escravidão que se desenvolveu no reino, as intervenções de eclesiásticos, académicos e outros intelectuais que, a partir do século XVIII, se debruçaram sobre os problemas do tráfico atlântico e da presença de mão de obra escrava no Brasil. São de destacar, nesse campo e entre os portugueses, o Padre Manuel Ribeiro Rocha, autor do *Etíope resgatado* <sup>5</sup>, Oliveira Mendes, académico que editou a *Memória a respeito dos*

---

<sup>1</sup> . Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné* ( Ed. José de Bragança ), p.117-128.

<sup>2</sup> - Manuel Severim de Faria, “ Dos remédios para a falta de gente”, *Antologia dos economistas portugueses* ( Introd., pref. e notas António Sérgio ), p. 171-240.

<sup>3</sup> - António Nunes Ribeiro Sanches, *Cartas sobre a educação da mocidade* ( Ed. Joaquim Ferreira), p. 103-105.

<sup>4</sup> - Domingos Maurício, “ A universidade de Évora e a escravatura”, *Didaskalia*, v. VII,1977, p. 153-200 ; António Manuel Hespanha, “ Luís de Molina e a escravização dos negros”, *Análise Social*, v. XXXV, p. 937-960.

<sup>5</sup> - Padre Manuel Ribeiro Rocha, *Etíope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*, Lisboa, 1758 ( Referido em Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências*, p. 245-250 ).

*escravos* <sup>6</sup> e o bispo de Pernambuco e Elvas D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, defensor da escravatura <sup>7</sup>. Já antes esta última problemática fora objecto de análise crítica da parte de escritores estrangeiros, como os castelhanos Bartolomeu de Las Casas <sup>8</sup> e Alonso de Sandoval <sup>9</sup>.

O destacado papel que Portugal, por razões históricas e geográficas, assumiu no tráfico de escravos africanos para as colónias europeias da América valeu-lhe a acusação, no contexto da difusão das ideias abolicionistas, de ter sido responsável pelo início do tráfico atlântico, o que em grande parte correspondia à verdade. Tal acusação era motivada pela demora do país em aceitar a abolição, por razões económicas e culturais <sup>10</sup>, mas ofendia o brio nacional, sobretudo por provir de países que tinham, tanto ou mais que Portugal, beneficiado da escravatura e do tráfico e que, se o não tinham iniciado, fora por falta de condições para o fazer e não por superioridade moral. Esse sentimento de culpa, de o país ter estado na vanguarda da escravatura moderna, associado ao de estar a ser vítima de acusações consideradas excessivas, vindas de quem vinham, levou vários intelectuais portugueses a rebaterem aquela acusação através de textos em que, pela demonstração da antiguidade e universalidade da escravatura, a responsabilidade portuguesa ficasse, senão anulada, pelo menos atenuada. Deu-se assim início à publicação das primeiras tentativas de história da escravatura em Portugal. Embora colocando a tónica na escravidão universal e na história do tráfico, estes textos

---

<sup>6</sup> - Luís António de Oliveira Mendes, “ Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d’África e o Brasil “, *Memórias económicas da Academia Real das Ciências*, v IV, 1812 ( Referida em Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências*, p. 259-262 ).

<sup>7</sup> - José Joaquim de Azeredo Coutinho, *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa de África*, 1798 ( Referido por Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências*, p. 262-274 ).

<sup>8</sup> - Bartolomé de Las Casas, *Brevisima relacion de la destruccion de Africa* ( 1556 ), Salamanca, 1989.

<sup>9</sup> - Alonso de Sandoval, *De instauranda Aethiopum salute* ( 1627) [*Un tratado sobre la esclavitud*], Madrid, 1987.

<sup>10</sup> - João Pedro Marques, *Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*, Lisboa, 1999.

aludiam também, quase sempre, à realidade social portuguesa e à importância que nela tiveram os escravos.

Um desses primeiros textos foi da autoria de Frei Francisco de S. Luís, político liberal e Patriarca de Lisboa, conhecido por Cardeal Saraiva. Foi escrito em 1829, durante o seu exílio no convento da Serra de Ossa, a que foi coagido pela reacção miguelista. Intitula-se *Nota sobre a origem da escravidão e tráfico dos negros*<sup>11</sup>. O seu objectivo foi contestar o historiador Frédéric Schoell<sup>12</sup>, que afirmara caber aos portugueses a triste honra de terem imaginado o tráfico negreiro. Para tentar ilibar o seu país de acusação tão grave e que fosse votado “ *à execração dos séculos futuros um povo que assim calcava aos pés os direitos sagrados da humanidade* “<sup>13</sup>, o autor enumerou demoradamente os povos civilizados que praticaram a escravidão, com especial ênfase para os europeus e para a aprovação da mesma pelo Cristianismo. Ao descrever o desenvolvimento do tráfico africano - em virtude do qual “ *Lisboa[...] se encheu de escravos negros*”<sup>14</sup>- o bispo não deixou de referir que, antes dos portugueses, ao mesmo já se dedicavam os árabes e os próprios africanos, concluindo que Portugal se limitara a mudar as correntes do tráfico, do próprio continente para a América.

Na mesma linha de preocupações se pode situar o primeiro livro publicado sobre a escravatura em Portugal, da autoria de António Pedro de Carvalho, com o título *Das origens da escravidão moderna em Portugal*<sup>15</sup>. O seu autor foi funcionário da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e secretário do governo de Angola entre 1862 e 1863. Fundou e dirigiu a revista *Arquivo Universal*, na qual deu a conhecer uma

---

<sup>11</sup> - *Obras completas do cardeal Saraiva*, tomo V, Lisboa, 1875, p. 324-347.

<sup>12</sup> - Christophe G. de Koch e Frédéric Schoell, *Histoire abrégée des traités de paix entre les puissances de l'Europe depuis la paix de Westphalie*, Paris, 1817-1818, tomo 11, p. 171.

<sup>13</sup> - *Obras completas do cardeal Saraiva*, tomo V, p. 326.

<sup>14</sup> - *Idem*, p. 343.

<sup>15</sup> - António Pedro de Carvalho, *Das origens da escravidão moderna em Portugal*, Lisboa, 1877.

série de artigos sobre o que chamou *A escravatura branca* <sup>16</sup>, em que defendeu a concessão de melhores condições aos colonos portugueses que se fixassem no Brasil <sup>17</sup>. Em 1870 editou *As pautas das alfândegas das províncias ultramarinas* <sup>18</sup>. Era, portanto, um típico funcionário da administração colonial interessado pelas questões políticas e administrativas do Ultramar, filho, aliás, de outro alto funcionário, o conselheiro António Pedro de Carvalho, oficial superior da mesma Secretaria <sup>19</sup>. A sua morte com 41 anos, em 1877, ano da publicação do texto sobre a escravatura, interrompeu, por certo, uma carreira que o destinava a postos mais elevados.

No seu livro o autor procurou desmentir a acusação feita a Portugal de ter restabelecido a escravatura depois de a mesma já estar extinta na Europa. Para isso, começou por desenvolver a história da escravidão nas civilizações antigas e as alterações introduzidas pelo Cristianismo no sentido de uma suavização da condição servil. Justificou a aceitação da escravatura pela Igreja recorrendo à mensagem de Cristo, que não pretendeu alterar as bases da sociedade, mas antes salvar as almas dos filhos de Deus. Quanto à Península Ibérica, ressaltou o papel da Reconquista cristã no reanimar da escravatura, através das guerras e dos cativos que proporcionou, tendo sido essa a principal causa da sua manutenção ininterrupta até à época moderna. Relativamente a Portugal, transcreveu vários documentos medievais, nomeadamente os forais de diversas cidades e vilas, com inclusão de impostos e multas atribuíveis aos escravos. Mais tarde, as conquistas no norte de África e as viagens na costa africana intensificariam a entrada de cativos no reino.

O autor reafirmou não ter cabido a Portugal o início do tráfico dos negros, que já encontrou instituído e organizado. Dissertou sobre as características que considerava

---

<sup>16</sup> - Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário bibliográfico português*, tomo 8, p. 267.

<sup>17</sup> - António Pedro de Carvalho, *Arquivo Universal*, tomo 1, n.º 5,6,9 e 23.

<sup>18</sup> - António Pedro de Carvalho, *As pautas das alfândegas das províncias ultramarinas*, Lisboa, 1870.

<sup>19</sup> - Inocêncio Francisco da Silva, *Ob. cit.*, p. 267.

próprias dos africanos, que favoreciam a sua escravização : “ *O preto é naturalmente indolente, não tem brios que o estimulem.[ ...] O negro livre [...] procura a floresta para comer os frutos das árvores ao pé das quais se deitará de dia para dançar à noite. [...] A África é por essência a terra da escravidão. O preto é escravo por nascimento [...] só pretende que o deixem jazer no ócio. Entre eles vale mais ser escravo a dormir que homem livre a trabalhar.* ” <sup>20</sup>

Defendendo que a atitude de Portugal quanto à escravatura e ao tráfico foi igual à dos restantes países que os praticaram, afirmou que, no entanto, o país se podia ufanar de ter sido o que “ *sempre tratou com maior humanidade os indivíduos das raças inferiores submetidos ao seu poder*”. Sobre o papel da colonização da América no tráfico, sustentou que ela teve o efeito de o intensificar em grande escala, não de o fazer renascer. Condenou os abusos dos colonizadores portugueses no Brasil, ao quererem submeter os autóctones, contra os esforços dos jesuítas.

António Pedro de Carvalho considerou a escravatura um “ *repugnante abuso de força do homem sobre o seu semelhante*”, mas que não foi criação de Portugal : “ *Não inventámos a escravidão dos negros; encontrámo-la formando a base daquelas sociedades imperfeitas. [...] A nossa cobiça e a muito maior cobiça das outras nações coloniais, transformou a simples deslocação de trabalho, a emigração forçada, mas porventura útil, dos africanos, em comércio imoralíssimo, cujas crueldades e abusos de toda a sorte foram universalmente condenados* ” <sup>21</sup>.

Também à escravatura dedicou várias páginas o político, romancista e historiador Manuel Pinheiro Chagas, que em 1877 defenderia o governo português na Câmara dos Deputados das acusações, feitas ao país pelos exploradores ingleses Cameron e Young,

---

<sup>20</sup> - António Pedro de Carvalho, *Das origens da escravidão moderna em Portugal*, p. 45.

<sup>21</sup> - Idem, p. 57.



de prática de tráfico negroiro <sup>22</sup>. Na sua *História de Portugal*, que começou a publicar-se em 1867, procurou rebater a atribuição ao infante D. Henrique do início do tráfico negroiro, demonstrando que aquele príncipe já encontrara a escravatura “*radicada no ânimo dos povos*” e estabelecida na Europa desde a mais remota Antiguidade. Porém, ao descrever a primeira grande venda de escravos realizada em Portugal, na praia de Lagos, dada a conhecer por Zurara e da qual transcreveu larga passagem, afirmou que as “*façanhas de Lançarote*” referidas pelo cronista não passavam de “*actos de uma odiosa pirataria*” e que “*o tráfico infame da escravatura*” repugnava aos espíritos da sua época. Classificou a morte de Gonçalo de Sintra, que pereceu às mãos dos autóctones durante um dos assaltos portugueses à costa africana, não como o martírio de “*um dos primeiros portugueses que rubricaram com o seu sangue as nossas conquistas*”, como foi designada por um historiador, mas antes como “*o princípio de uma justíssima expiação*”, atendendo ao “*repugnante quadro das tripulações de Lançarote, perseguindo [...] os pobres moiros inofensivos, matando, cativando com bestial ardor [...], piratas sem fé nem lei, violando os direitos mais sagrados da humanidade a pretexto de servirem o Mártir do Calvário*” <sup>23</sup>.

Noutra linha de preocupações, paralela a esta, já antes destes autores, em 1858, publicara Alexandre Herculano o estudo *Do estado das classes servas na Península desde o VIII até o XII século*, através do qual o grande historiador sustentou uma polémica com o espanhol Muñoz Y Romero e que viria a ser incluído nos *Opúsculos* <sup>24</sup>. Tal debate desenvolveu-se em torno da existência ou não da servidão pessoal de cristãos na monarquia visigoda e nos reinos da Reconquista, que o historiador espanhol defendeu e Herculano negou, reservando essa condição para os muçulmanos. A mesma

---

<sup>22</sup> - *Diário da Câmara dos Senhores Deputados. Sessão legislativa de 1877*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877, p. 332-334.

<sup>23</sup> - Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, v. III, p. 253-259.

<sup>24</sup> - Alexandre Herculano, *Opúsculos*, v. IV, p. 131-163.

temática da escravidão e servidão medievais viria também Herculano a abordá-la na *História de Portugal* <sup>25</sup>, procurando, por um lado, encontrar as características distintivas entre a escravatura romana e a visigoda e, por outro, caracterizar a condição dos servos e a sua evolução para o colonato livre no fim da Idade Média e também a dos escravos mouros.

Estes temas voltaram a ser tratados pelo medievalista Henrique da Gama Barros, na *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, ocupando os capítulos II e III do tomo IV <sup>26</sup>. A publicação desta obra iniciou-se em 1885, embora o tomo IV tenha saído do prelo só em 1922 <sup>27</sup>. No capítulo II o historiador estabeleceu a diferença entre a condição social dos camponeses livres, dos servos adscritos à gleba e dos servos pessoais ou escravos entre os visigodos. Referiu-se também às fontes da servidão e à influência da economia e do cristianismo na melhoria da condição dos escravos. No capítulo III foi desenvolvido o influxo da Reconquista no reforço da escravatura através da captura dos sarracenos e moçárabes vencidos. Mencionou também a tendência para a melhoria da condição dos escravos cristãos nos séculos X e XI, relativamente à dos muçulmanos e a sua aproximação da dos servos adscritos à gleba. Finalmente, o autor explicou o desaparecimento da adscrição à terra na 1.<sup>a</sup> metade do século XIII, pela transformação do servo em colono, sob o impulso das instituições municipais.

À história da escravatura também dedicou alguma atenção, nos inícios de novecentos, o bibliotecário, académico e paleógrafo Pedro de Azevedo, assíduo colaborador do *Arquivo Histórico Português*, dirigido por Braamcamp Freire. Nessa colaboração contaram-se três artigos sobre escravidão : “ Os escravos”, no volume I

---

<sup>25</sup> - A . Herculano, *História de Portugal*, tomo III, Liv. VII, Parte II, Lisboa, Bertrand, 1980, p. 347-383 ; 413-502.

<sup>26</sup> - Henrique da Gama Barros, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, Tomo IV, cap. III, 2.<sup>a</sup> edição, p. 53-172.

(1903 ), “ Uma carta de alforria em 1228”, no volume V ( 1907 ) e “ Cartas de alforria“, no volume VIII ( 1910 ) <sup>28</sup>. No primeiro, o autor partiu da escravatura medieval, para abordar depois as viagens de descobrimento e a obtenção de cativos. Nos outros, dissertou sobre a escravatura e o tráfico a propósito de várias cartas de alforria que transcreveu. No último destes, aludiu à ingerência inglesa nos assuntos portugueses no referente ao tráfico negreiro, motivada por “ *abusos que deveriam ser corrigidos interiormente*” , responsabilizando também o bispo Azeredo Coutinho, deputado da Inquisição, pela conotação negativa de Portugal nesta matéria, ao ter defendido a escravidão num texto publicado em Londres <sup>29</sup>. Pensava que, além do conteúdo do documento, contribuiu para essa opinião o facto de o prelado pertencer “ *a uma corporação desprezada pela Europa culta*”.

A Pedro de Azevedo se deveu também a publicação, com Edgar Prestage, de duas fontes importantes para o conhecimento da escravatura, os livros quinhentistas de registos paroquiais das freguesias lisboetas do Castelo e da Sé <sup>30</sup>.

Não deve passar sem referência a obra de Manuel Gonçalves Cerejeira *O Renascimento em Portugal* - apresentada em 1917 à universidade de Coimbra como tese de doutoramento e concluída um ano depois com uma segunda parte, como prova de concurso académico - sobre Nicolau Clenardo, que incluiu a tradução livre das cartas que este humanista do século XVI enviou para a Flandres durante a sua estadia em Portugal. As cartas incluem algumas das mais conhecidas descrições da presença de escravos no país, com comentários reveladores da mentalidade do seu redactor

---

<sup>27</sup> - Conforme Torquato de Sousa Soares, na *Introdução* à edição de 1945 desta obra, p. XXIV.

<sup>28</sup> - Pedro de Azevedo, “ Os escravos”, *Archivo Historico Portuguez*, v. I, nº. 9, 1903, p. 289-307 ; “ Uma carta de alforria de 1228”, idem, v. V, 1907, p. 447-451 ; “ Cartas de alforria”, idem v. VIII, 1910, p. 441-446.

<sup>29</sup> - José Joaquim de Azeredo Coutinho, *Analyse sobre a justiça do commercio de escravos da costa d’Africa*, Londres, 1798 ( Referido por Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências*, p. 262 ).

<sup>30</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé desde 1563 até 1610*, Coimbra, 1924 e 1927 ; Idem, *Registo da freguesia de Santa Cruz do Castelo desde 1536 até 1628*, Coimbra, 1913.

quinhentista. A obra foi várias vezes reeditada <sup>31</sup> e revela o espírito independente e aberto do seu autor, sobretudo se tivermos em conta a sua brilhante carreira eclesiástica e a ligação ao Estado Novo.

Nas primeiras décadas do século XX o tema da escravatura continuou a ser tratado em obras históricas de carácter geral, nomeadamente por João Lúcio de Azevedo e Fortunato de Almeida. O primeiro dedicou-lhe largas páginas do livro *Épocas de Portugal económico*, em que abordou o início do tráfico e a importância dos cativos no reino e no Brasil <sup>32</sup> e uma referência breve no capítulo “Organização económica”, com que participou na *História de Portugal* dirigida por Damião Peres <sup>33</sup>. Quanto ao segundo, reservou-lhe todo um capítulo da sua *História de Portugal* <sup>34</sup>, no qual se debruçou sobre a proveniência e o comércio dos escravos, a sua condição jurídica e social e a concessão da alforria pelos donos.

Também a antropologia começou, nos finais do século XIX e no século XX, a dedicar alguma atenção à existência de escravos negros no país em épocas passadas e às consequentes marcas físicas e culturais que daí resultaram para a população portuguesa. Destacou-se neste campo o notável arqueólogo, filólogo e etnólogo José Leite de Vasconcelos que, em artigo do *Arqueólogo Português* <sup>35</sup>, estudou os *mulatos* de Alcácer do Sal, descendentes de negros que habitaram aquela região. Considerou terem existido “ *duas espécies de influência africana em Portugal [...]: uma, antiga, devida à proximidade do continente africano e às conquistas e incursões que cá fizeram os povos de África ; outra, moderna, devida às conquistas dos portugueses na África* ” <sup>36</sup>. Além disso registou, quer na *Etnografia portuguesa*, quer em trabalhos de menor extensão, os

---

<sup>31</sup> - Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal* ( 4ª. Edição ), v. I, p. 253-254 ; 258-259 ; 261 ; 291-292 ; 299 ; 347 e 371.

<sup>32</sup> - João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal económico*, p. 68-77; 243-248; 256 ; 323.

<sup>33</sup> - Idem, “ Organização económica”, *História de Portugal* ( Dir. Damião Peres ), v. V, p. 305.

<sup>34</sup> - Fortunato de Almeida, *História de Portugal* ( 1922-1929 ), v. VI, cap. VIII, p. 25-41.

<sup>35</sup> - José Leite de Vasconcelos, “ Uma raça originária da África”, *O Archeologo Portuguez*, v. I, nº.3, p. 67.

reflexos na língua, na literatura popular e erudita, assim como nos costumes, da influência africana <sup>37</sup>.

Relativamente ao impacto biológico do elemento negro na população portuguesa contemporânea, defendeu diferente posição António Augusto Mendes Correia, médico, antropólogo e deputado durante o Estado Novo. No seu livro *Os povos primitivos da Lusitânia*, editado em 1924, afirmou que “ *quanto às influências negríticas, nítidas ou atenuadas, é de supor que, em geral, se tenham desvanecido, neutralizadas pela massa dominante caucasóide*”. Para este autor, “ *nem o estudo do vivo (particularmente da pigmentação, dos cabelos e do índice nasal ) nem o do crânio e de outras partes do esqueleto revelam na população portuguesa fortes afinidades ou influências negróides*”. As medidas desses e outros caracteres “ *marcam bem as afinidades europeias ou mediterrâneas, ao mesmo tempo que se afastam francamente dos valores correspondentes aos negros e a raças inferiores em geral*” <sup>38</sup>. Defendeu os mesmos pontos de vista num trabalho de 1937, *A propósito do “ Homo taganus ”. Africanos em Portugal*, em que se referiu sobretudo às influências de África em Portugal durante a Pré-história, mas também destacou a entrada de escravos negros no país a partir da expansão marítima. Em face desta última, mostrou-se surpreendido por “ *apesar de tantas infiltrações [...] de sangue africano na população portuguesa, esta se encontra[r] hoje quase absolutamente isenta de sinais de que tais contaminações tenham perdurado na somatologia respectiva*” <sup>39</sup>. Numa conferência pronunciada no ano seguinte, publicada sob o título *Antigos escravos africanos em Portugal e no Brasil*, respondendo a “ *Günther, antropólogo oficial do hitlerianismo*”, de que se podia reconhecer nos portugueses “ *uma forte influência negrítica, atribuível à importação*

---

<sup>36</sup> - Idem, p. 68.

<sup>37</sup> - Idem, *Etnografia portuguesa*, tomo IV, p. 38-56 ; “ Língua de preto num texto de Henrique da Mota”, *Revue Hispanique*, tomo LXXXI, New York/ Paris, 1933.

<sup>38</sup> - Mendes Correia, *Os povos primitivos da Lusitânia*, p. 329-330.

*antiga de escravos africanos*”, manifestou a opinião de que eram “*reduzidíssimos os vestígios*” dessa influência. Defendeu ter-se exagerado na proporção de negros que existiu na população portuguesa entre os séculos XVI e XVIII e, admitindo embora ter havido na Lisboa de quinhentos 9,95 % de escravos, afirmou – sem provas, que não havia no tempo - que ela devia ser mínima no resto do país.

Sobre a posição do Cristianismo relativamente à escravatura e respondendo à acusação de que o mesmo teria aplaudido a escravidão, respondeu que a Igreja, embora pregasse “*a obediência e a resignação, consolou os infelizes com a perspectiva de compensações póstumas*”. Afirmou igualmente que os escravos pertencentes a clérigos e ordens religiosas “*tinham em geral muito melhor tratamento do que os dos leigos*”, mera suposição, sem quaisquer provas também. Defendeu, além disso, que os portugueses foram dos povos mais benignos com os próprios escravos. Quanto às acusações a Portugal, feitas no seu tempo por estrangeiros, de prática da escravatura em S. Tomé, enalteceu o Acto Colonial, declarando que “*em matéria de [...] assistência e protecção dos indígenas Portugal não recebe hoje lições de nenhuma nação do mundo*”<sup>40</sup>.

Em termos da motivação para a abordagem da escravatura, as posições defensivas de Mendes Correia lembram as primeiras tentativas oitocentistas de estudo do tema, destinadas a melhorar a imagem internacional do país. Tais preocupações, como se verá, continuariam ainda durante algumas décadas a ser determinantes, quer dos objectivos quer da matéria e das conclusões dos estudos sobre a escravatura empreendidos pelos investigadores portugueses.

Também Joaquim Alberto Pires de Lima, médico e antropólogo, se referiu desenvolvidamente aos reflexos da presença dos negros na literatura e no folclore

---

<sup>39</sup> - Mendes Correia, *A propósito do “Homo taganus”*. *Africanos em Portugal*, p. 10

<sup>40</sup> - Mendes Correia, *Antigos escravos africanos em Portugal e no Brasil*, p. 27.

português, em *Mouros, judeus e negros na história de Portugal*. Embora admitindo que, no plano da influência biológica, “ *muito se tem discutido na Alemanha a nossa filiação negróide*”, considerou que “ *a mistura de sangue semita ou negro na população de Portugal a cada passo é exagerada por cientistas estrangeiros, com intuítos deprimentes para nós*” <sup>41</sup>.

Abordagem histórica e etnográfica, nesta última vertente sob a influência de Leite de Vasconcelos, seria a de António Brásio, padre da Congregação do Espírito Santo e historiador da acção missionária portuguesa. No seu livro *Os pretos em Portugal* <sup>42</sup> coligiu elementos da tradição oral e escrita referentes aos negros no país, nomeadamente do folclore e da antroponímia, e estudou as confrarias organizadas desde o século XVI pela população de origem escrava. A partir de 1952 iniciou a publicação de um vasto e valioso repositório documental sobre a acção missionária portuguesa intitulado *Monumenta missionaria africana* <sup>43</sup>, que incluiu grande número de fontes de interesse para a história da escravatura.

A primeira das obras referidas, para além do seu indiscutível mérito, nomeadamente pelo seu pioneirismo em relação ao estudo das confrarias de negros, integrou-se na corrente historiográfica preocupada com a defesa do bom nome de Portugal face às acusações, desferidas de outros países, a propósito da colonização lusa e do relacionamento com os africanos. O autor começou por afirmar que “ *a escravatura para os portugueses [...] revestiu sempre um carácter de humanitarismo que se não encontra facilmente em qualquer outra parte do globo*”. Comparou o tratamento dado aos negros pelos portugueses com o racismo que, ainda na sua época,

---

<sup>41</sup> - Joaquim Alberto Pires de Lima, *Mouros, judeus e negros na história de Portugal*, p. 22-23.

<sup>42</sup> - António Brásio, *Os pretos em Portugal*, Lisboa, 1944.

<sup>43</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana*, v. I a XI, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952-1971; Idem, v. XII a XV, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2ª. Série, 6 volumes.

vigorava na América do Norte, país de onde tinham partido, ainda em 1925, acusações de prática de escravismo contra Portugal, feitas pelos professores Ross e Cramer <sup>44</sup>.

Sobre a influência dos antigos escravos negros na constituição biológica da população portuguesa do seu tempo, António Brásio fez-se eco da opinião de Mendes Correia e de Eusébio Tamagnini de que a mesma foi reduzida <sup>45</sup>.

Foi, no entanto, Manuel Heleno o primeiro, de todos os autores portugueses até aqui considerados, a iniciar um projecto de investigação de razoável dimensão sobre a escravatura em Portugal. Manuel Domingues Heleno Júnior foi professor da Faculdade de Letras de Lisboa, director do Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos, arqueólogo, historiador e antropólogo, com numerosos trabalhos publicados nessas áreas do conhecimento. O projecto empreendido constava de três livros, um sobre a escravidão medieval, outro sobre a da época moderna até 1773 - data da lei pombalina de parcial abolição da escravatura na metrópole portuguesa e de supressão da condição de liberto – e o último sobre a escravidão colonial e o trabalho indígena <sup>46</sup>. Destes, só o primeiro foi escrito e publicado, sob o título *Os escravos em Portugal*, tendo constituído a tese de doutoramento de Manuel Heleno <sup>47</sup>. Para o segundo o seu autor esboçou o respectivo plano e reuniu materiais <sup>48</sup>, pelo que é possível conhecer os objectivos e conteúdo global do mesmo. Só do último nada ficou, provavelmente por o projecto ter sido abandonado antes do início da preparação da última parte.

Antes de nos referirmos ao conteúdo da parte editada e da que foi esboçada, há que realçar que o empreendimento se integrou plenamente na historiografia da escravatura que temos assinalado como destinada a rebater as críticas a Portugal como país colonizador e escravocrata e pode mesmo ser considerada como a sua realização

---

<sup>44</sup> - António Brásio, *Os pretos em Portugal*, p. 18.

<sup>45</sup> - Idem, p. 21.

<sup>46</sup> - Cf. Manuel Heleno, *Os escravos em Portugal*, v. I, p. 18.

<sup>47</sup> - Fernando Castelo Branco, *Elogio do Prof. Doutor Manuel Heleno*, p. 19.



principal. Manuel Heleno ocupou cargos oficiais, embora não directamente políticos, integrava-se nos valores do Estado Novo e não custa admitir que as suas opções de investigação se adaptassem aos interesses estratégicos da política da época <sup>49</sup>. Até o abandono do projecto poderá ser lido à luz das alterações entretanto ocorridas no mundo.

Na introdução ao livro o historiador esclarecia os seus destinatários de que o objectivo com que o tinha redigido era a crítica de três argumentos principais com que alguns autores “ *ao serviço de certas nações cobiçosas das nossas colónias de África* “ procuravam “ *inutilizar a acção de Portugal a favor da civilização* ” : 1 – “ *Que foram os portugueses os criadores da escravidão moderna* ” ; 2 – “ *Que os mesmos têm mantido os indígenas africanos nessa situação, sem nada fazer por eles* “ ; 3 – “ *Que, degenerados pelo cruzamento com escravos, não possuem capacidades colonizadoras* ”<sup>50</sup>.

Para contestar essas afirmações - cujos responsáveis Heleno enumerou e que pertenciam não só ao campo historiográfico, mas também ao jornalístico, literário e político e tinham por base, segundo afirmava, as ambições coloniais das principais potências - surgiu o plano a desenvolver : relativamente à primeira, pretendia o autor provar a falsidade das acusações com a publicação dos dois primeiros volumes; quanto à segunda, fá-lo-ia no terceiro volume. O terceiro argumento começou a criticá-lo na própria introdução do livro, citando vários dos autores, europeus e americanos, cujas afirmações de base racista consideravam os portugueses fortemente influenciados pelos povos negros, senão mesmo como mulatos, devido ao seu longo contacto com escravos, o que os tornava incapazes de um decisivo contributo para a civilização. A publicação

---

<sup>48</sup> - Esse plano e materiais constam do espólio documental de Manuel Heleno.

<sup>49</sup> - O autor da sua biografia académica afirma, referindo-se ao livro em questão, que o mesmo “ *é de um português que ama e defende a sua pátria* ” – Fernando Castelo Branco, Ob. cit., p. 21.

<sup>50</sup> - Manuel Heleno, Ob. cit., p. 7-8.

da obra, nomeadamente do segundo volume, teria, por isso, também por objectivo mostrar como era falsa “ *a suposta incapacidade colonizadora de Portugal, devida à degenerescência que o cruzamento com escravos provocou na sua população*” <sup>51</sup>. Heleno considerava exagerada e pouco oportuna a aceitação, por parte de autores portugueses como Leite de Vasconcelos e Hipólito Raposo, de uma forte influência negra na população portuguesa.

O volume publicado incidiu na escravatura pré-romana e romana, na escravatura entre os visigodos e na da Idade Média em território português. Neste âmbito, dedicou algum espaço à controvérsia entre Herculano e Muñoz y Romero. Terminou o livro com a conclusão óbvia de que “ *a escravidão na Península Ibérica se manteve da Antiguidade aos tempos modernos*” e também “ *não foram os portugueses os iniciadores do tráfico de negros*” <sup>52</sup>.

Quanto ao projectado segundo volume, o que se pode conhecer tem por base os apontamentos e fichas de leitura encontrados no espólio pessoal do autor. Um esquema provisório do trabalho mostra que o título deveria ser *História da escravidão moderna em Portugal* e que constaria de duas partes, uma sobre os *Antecedentes* ou *Os escravos mouros* e outra sobre *Os escravos negros*, esta subdividida nos capítulos : 1 - Os Descobrimentos ; 2 - O tráfico dos negros ; 3 - Situação jurídica dos escravos ; 4 – A vida dos escravos ; 5 – Protecção aos escravos ; 6 – Influência dos escravos no continente – a ) Na raça ; b ) Na língua ; c ) Na vida económica ; D ) Nos costumes.

No que toca ao conteúdo da obra, das muitas centenas de fichas reunidas conclui-se que ela se basearia sobretudo em fontes impressas e, quanto a fontes manuscritas, nos forais manuelinos, nos livros de Chancelaria e no Corpo cronológico da Torre do Tombo.

---

<sup>51</sup> - Idem, p. 15.

<sup>52</sup> - Idem, p. 179-180.

A explicação para a interrupção do projecto pode estar, como é opinião de Fernando Castelo Branco, autor do seu *Elogio* académico, no “ *predomínio da actividade arqueológica constatável a partir de 1933* ” <sup>53</sup>. Poderá encontrar-se também, afirmamos nós, na perda de actualidade do tema para o seu autor nas duas décadas seguintes, ou melhor, na menor premência da defesa do prestígio de Portugal perante as potências ocidentais após o fim da Segunda Guerra, em que abrandaram as tensões coloniais e, no contexto da *guerra fria*, se deu uma aproximação do Ocidente em relação ao regime português. O que é facto é que Manuel Heleno, até 1970, ano em que faleceu, não voltou a tocar num assunto que tanto o interessara.

Por essa época também se registou o contributo de historiadores estrangeiros para o estudo da escravatura em Portugal. Um pouco na linha de Herculano, Gama Barros e Heleno, o belga Charles Verlinden publicou em Espanha, em 1934, *L'esclavage dans le monde ibérique médiéval*, em que analisou a escravidão no fim do império romano, entre os visigodos e nos reinos surgidos da reconquista, com referência desenvolvida a Portugal <sup>54</sup>. Também aqui se pode incluir o já mencionado historiador inglês Edgar Prestage, professor das universidades de Manchester e Londres, amigo e colaborador de D. Manuel II durante o exílio deste no seu país <sup>55</sup> e que dedicou uma vasta obra ao estudo de Portugal e do seu passado - nomeadamente sobre as descobertas e a colonização - com referências à escravatura, em que se nota o distanciamento crítico de um estrangeiro não comprometido politicamente <sup>56</sup>.

Pouco a pouco, na década de 40, a historiografia da escravatura foi-se libertando daquela necessidade de justificação da acção de Portugal como país com papel relevante

---

<sup>53</sup> - Fernando Castelo Branco, *Elogio do Prof. Doutor Manuel Heleno*, p. 21.

<sup>54</sup> - Charles Verlinden, *L'esclavage dans le monde ibérique médiéval*, Madrid, 1934.

<sup>55</sup> - Maria Cândida Proença, *D. Manuel II*, p. 215.

<sup>56</sup> - Edgar Prestage, *Descobridores portugueses*, p. 61-66. Note-se, a título de exemplo, o comentário, cheio de complacente ironia, à descrição de Zurara do desembarque de escravos em Lagos : “ *Zurara pretende que os cativos depressa se esqueciam da mágoa que a separação dos seus lhes havia causado, que se tornavam cristãos e que se fixavam alegremente sob um tipo de escravidão muito suave* ”.

no tráfico negreiro. Já no *Congresso do mundo português*, realizado em 1940 - apesar das “*premissas dogmáticas e acríticas*” da maior parte das respectivas intervenções <sup>57</sup> - foram apresentadas várias comunicações sobre escravatura que demonstravam uma atitude mais descomprometida em relação ao assunto : uma do advogado Mariano Maia Mendes sobre *Escravatura no Brasil*, mas com bastantes referências a Portugal <sup>58</sup>, outra do brasileiro Luís Viana, Filho <sup>59</sup> e uma terceira do marquês de Rio Maior, João de Saldanha de Oliveira e Sousa, intitulada *O Marquês de Pombal e a repressão da escravatura. A obra e o homem*, que chamava a atenção para os decretos pombalinos de 1761 e 1773 e publicava os respectivos textos, que considerava resultado da “*nobreza de intenções e pureza de sentimentos*” que nortearam a política daquele ministro <sup>60</sup>. Na mesma linha se pode incluir um dos subcapítulos do volume III da *História da expansão portuguesa no mundo*, editada em 1940, intitulado *A acção missionária e os escravos* <sup>61</sup>.

Mas foi com o livro de Edmundo Correia Lopes *A escravatura (Subsídios para a sua história)* que essa atitude nova se tornou manifesta. Publicado em 1944, no mesmo ano que *Os pretos em Portugal*, de Brásio e pela mesma entidade editorial, a Agência Geral das Colónias, a abordagem do tema foi, no entanto, bem diversa. Isento, destituído de intenções *patrióticas*, assinalava o seu autor que o mesmo “*confina[va]-se na investigação*”, criticando aqueles que “*exigem sempre ao lado do passado morto o desinfectante*” <sup>62</sup>. Não deixou, mesmo assim, de assegurar que “*a escravatura não*

---

<sup>57</sup> - Fernando Catroga, “Ritualizações da história”, *História da história de Portugal. Séculos XIX-XX*, p. 600.

<sup>58</sup> - Mariano Maia Mendes, “Escravatura no Brasil (1500-1700)”, *Congresso do Mundo Português*, v. X, p. 31-55.

<sup>59</sup> - Luís Viana Filho, “O trabalho do engenho e a reacção do índio. Estabelecimento de escravatura africana”, *Congresso do Mundo Português*, v. X, p. 11-29.

<sup>60</sup> - Marquês de Rio Maior, “O marquês de Pombal e a repressão da escravatura. A obra e o homem”, *Congresso do Mundo Português*, v. VIII, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, p. 95-120.

<sup>61</sup> - *História da expansão portuguesa no mundo* (Dir. António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias), v. III, Cap. IV, alínea c), Lisboa, 1940.

<sup>62</sup> - Edmundo Correia Lopes, *A escravatura (Subsídios para a sua história)*, p. IX.

*surgiu no espírito dos portugueses com um plano de colonização, mas foi condição essencial da vitória de ambições que, à margem dos caminhos da Fé, pensavam em servi-la realizando um comércio lucrativo que o espírito da época não reprovava* “<sup>63</sup>.

A matéria do livro de Correia Lopes foi o tráfico atlântico, para cujo estudo reuniu grande volume de informações, que apresentou agrupadas por épocas e áreas geográficas, embora não deixasse de se referir à presença de cativos no reino e à sua importância. Isabel Castro Henriques considerou este trabalho “*a primeira grande tentativa de encarar a escravatura como um processo constante e regular na sociedade portuguesa*”<sup>64</sup>.

Ao livro de Correia Lopes, porém, seguir-se-iam quase duas décadas de abandono deste tema de estudos por parte dos historiadores portugueses, pois só nos anos 60 o mesmo voltaria a ser motivo de interesse. Aí, no entanto, adoptando já uma atitude, na quase totalidade dos casos, despida de intenções de contra-propaganda. Aquele período de espera é atribuível aos condicionalismos culturais criados à historiografia pelo Estado Novo, que não incentivava a abordagem de temas potencialmente negativos para a imagem de Portugal.

A renovação da prática historiográfica a que se assistiu a partir daqueles anos deveu-se em grande parte à influência de investigadores estrangeiros ou de portugueses radicados noutros países e levou à introdução de novos temas e atitudes científicas<sup>65</sup>. Entre as contribuições de historiadores não portugueses contou-se a do francês Frédéric Mauro, autor do artigo *L'Atlantique portugais et les esclaves (1570-1670)*, que tratou do tráfico entre a África e a América e foi publicado em 1956<sup>66</sup>. Esta matéria foi

---

<sup>63</sup> - Idem, p. 5.

<sup>64</sup> - Isabel Castro Henriques, Prefácio a *Escravos no sul de Portugal* ( Jorge Fonseca ), p. 7.

<sup>65</sup> - José Maria Amado Mendes, “ A renovação da historiografia portuguesa ”, *História da história de Portugal*, p. 277.

<sup>66</sup> - Frédéric Mauro, *L'Atlantique portugais et les esclaves (1570-1670)*, separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XXII, 1956, p. 5-55.

também tema de um capítulo da tese defendida na Sorbonne pelo mesmo autor, no ano seguinte e publicada em livro em 1960, em francês e, mais tarde, em edição portuguesa<sup>67</sup>.

Outra contribuição de relevo foi a do inglês Charles Ralph Boxer, que em 1963 reuniu uma série de conferências, pronunciadas no ano anterior, no livro *Race relations in portuguese colonial empire (1415-1825)*, publicado em português na década de 70, já na vigência do regime democrático. Esta obra destinou-se a combater alguns dos principais mitos, por muitos aceites, acerca da especificidade do comportamento de Portugal face aos outros povos e viria a ter grande influência na historiografia futura<sup>68</sup>. As mesmas ideias seriam retomadas no livro *The Portuguese seaborne empire*, de 1969, editado posteriormente em Portugal<sup>69</sup>.

Também o investigador anglo-saxónico John Vogt publicou em 1973 um artigo pioneiro sobre a Casa dos Escravos de Lisboa<sup>70</sup>.

No que se refere a contribuições portuguesas, em 1963 foi iniciada a publicação do *Dicionário de história de Portugal*, sob a direcção de Joel Serrão, obra de referência fundamental ao longo de décadas, que incluiu um conjunto de três artigos sobre escravatura e, no mesmo ano, do livro de Vitorino Magalhães Godinho, historiador com prolongada estadia em França e ligação estreita a vários centros de investigação desse país, *Os descobrimentos e a economia mundial*, que incluiu um desenvolvido capítulo intitulado “ O mercado da mão-de-obra e os escravos ”. No primeiro caso, trata-se de três abordagens ao tema: em Portugal, em Angola e no Brasil. O primeiro artigo é da autoria de Carlos de Sousa Miguel, professor do Colégio Militar e refere-se, com isenção, às más condições de transporte e de vida dos cativos, às críticas de autores

---

<sup>67</sup> - Frédéric Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico ( 1570-1670*, p. 201-241.

<sup>68</sup> - Charles Ralph Boxer, *Relações raciais no império colonial português ( 1415-1825 )*, Porto, 1977.

<sup>69</sup> - Idem, *O império colonial português ( 1415-1825 )*, p. 98-116.

contemporâneos da escravatura e às dificuldades que Portugal teve em acompanhar o movimento abolicionista do século XIX <sup>71</sup>.

A segunda obra mencionada constituiu um dos trabalhos fundamentais da nova historiografia portuguesa <sup>72</sup>. O capítulo sobre a escravatura abordou, com sentido crítico, todas as facetas do fenómeno, desde o tráfico e respectivas justificações ideológicas, ao regime jurídico e inserção dos escravos na economia e na sociedade portuguesa. O carácter global da abordagem abriu novas perspectivas para o estudo do tema, que viriam a ser aprofundadas por outros autores <sup>73</sup>.

Em 1973 foi editado o livro de José Sebastião da Silva Dias, historiador da cultura e prestigiado docente universitário, *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, que abordou a visão europeia e portuguesa sobre os povos de outros continentes, formada a partir das descobertas, que influenciaram a prática da escravatura <sup>74</sup>.

Ainda na década de 70 é de assinalar a defesa, em Paris, em 1979, da tese de mestrado de Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues *L'esclave dans les sociétés portugaises avant l'Amérique*, sob a direcção de Jacques Heers, cujo tema foi a escravatura medieval <sup>75</sup>. É também digno de referência o livro de Joaquim Antero Romero de Magalhães *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*,

---

<sup>70</sup> - John L. Vogt, "The Lisbon Slave House and african trade, 1486-1521", *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 117, nº. 1, 1973.

<sup>71</sup> - Carlos Frederico Montenegro de Sousa Miguel, "Escravatura", *Dicionário de história de Portugal*, v. II, p. 421-428.

<sup>72</sup> - José Maria Amado Mendes, "A renovação da historiografia portuguesa", p. 327-328.

<sup>73</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 151-206.

<sup>74</sup> - José Sebastião da Silva Dias, *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Lisboa, 1982.

<sup>75</sup> - Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *L'esclave dans les sociétés portugaises avant l'Amérique*, Université de Paris IV, 1979.

publicado em 1970, com inclusão de dados importantes sobre o papel dos escravos e dos negros naquela região <sup>76</sup>.

Nos anos 70 foram impressos dois artigos de interesse para o estudo deste tema, ambos de inspiração católica e procurando realçar a influência positiva do Cristianismo na melhoria da condição dos cativos : do cónego Isaías da Rosa Pereira, *Dois compromissos de irmandades de homens pretos*, publicado em 1972 <sup>77</sup> e de Domingos Maurício, *A universidade de Évora e a escravatura*, de 1977, este último de importância para o conhecimento das ideias acerca da escravidão defendidas pelos mestres de Teologia da universidade alentejana nos séculos XVI e XVII <sup>78</sup>.

A partir da década de 80 do século XX surgiram as principais obras dedicadas ao estudo dos escravos em Portugal. Beneficiando de um ambiente cultural já isento de imposições ideológicas, resultante da Revolução de 25 de Abril de 1974, no que diz respeito aos autores portugueses e da renovação temática e metodológica da prática historiográfica das décadas anteriores, assistiu-se pela primeira vez à publicação de trabalhos de grande envergadura sobre este tema, quer em extensão quer em profundidade.

Em 1982 foi dado à estampa em Cambridge, Reino Unido, o livro de A . C. de C. M. Saunders *A social history of black slaves and freedmen in Portugal, 1441-1555*, só em 1994 publicada em língua portuguesa <sup>79</sup>, obra inovadora sob diferentes aspectos. Pela primeira vez a escravatura foi estudada num período relativamente curto – 1441, data da primeira razia para captura de escravos na costa africana, a 1555, ano de publicação da *Arte da guerra no mar*, de Fernão de Oliveira - permitindo uma maior

---

<sup>76</sup> - Joaquim Antero Romero de Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, p. 32-33 ; 230-231.

<sup>77</sup> - Isaías da Rosa Pereira, “ Dois compromissos de irmandades de homens pretos ”, *Arqueologia e história*, v. IV, 1972, p. 9-47.

<sup>78</sup> - Domingos Maurício, “ A universidade de Évora e a escravatura”, *Didaskalia*, v. VII, 1977, p. 153-200.



profundidade de análise. Pela primeira vez também houve a preocupação de tratar o assunto em todo o território continental português, com utilização sistemática de fontes inéditas, como os registos notariais, paroquiais e das misericórdias, o que permitiu a abordagem de aspectos nunca até aí devidamente tratados. A demografia dos escravos foi um deles. Mas igualmente a vida quotidiana dos cativos, o casamento, a fuga aos donos e as modalidades e incidência da alforria. O papel e o funcionamento do tráfico não deixaram de ser desenvolvidos pelo autor, bem como a condição jurídica dos escravos e as concepções ideológicas formuladas a respeito da escravidão. Pelo seu rigor e pela novidade da informação revelada, tratou-se de uma obra verdadeiramente fundadora dos actuais estudos sobre este tema.

Já no ano anterior Saunders tinha publicado um pequeno estudo sobre o antigo escravo, depois cortesão de D. João III, João de Sá Panasco <sup>80</sup>.

De 1988 é a edição de *Os negros em Portugal, uma presença silenciosa*, do musicólogo brasileiro José Ramos Tinhorão, no qual o seu autor, além de reunir a informação conhecida em relação à escravatura em Portugal, desenvolveu sobretudo as consequências culturais da presença dos negros, quer na literatura de cordel, no teatro, nas touradas e na música, quer na língua portuguesa, retomando e aprofundando trabalhos anteriores, de natureza antropológica, iniciados, nesta vertente, por Leite de Vasconcelos <sup>81</sup>. Este trabalho constituiu um contributo notável para o conhecimento do tema.

1999 foi o ano de surgimento do livro *O negro no coração do império. Uma memória a resgatar – Séculos XV a XIX*, de Didier Lahon, antropólogo francês radicado

---

<sup>79</sup> - A . C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal( 1441-1555 )*, Lisboa, IN-CM,1994.

<sup>80</sup> - A . C. de C. M. Saunders, “ The life and humour of João de Sá Panasco, o Negro, former slave, court jester and gentleman of the portuguese royal household “ *Mediaeval and Renaissance studies on Spain and Portugal in honour of P. E. Russel*, Oxford, 1981.

<sup>81</sup> - José Ramos Tinhorão, *Os negros em Portugal, uma presença silenciosa*, Lisboa, 1988.

em Portugal e dedicado ao estudo do seu passado escravagista. No mesmo, o autor desenvolveu quer o funcionamento e as consequências do tráfico negreiro, quer a presença de escravos em Portugal, com destaque para as confrarias de negros <sup>82</sup>. Mas foi em 2001 que este investigador defendeu em França a sua dissertação de doutoramento sobre *Esclavage et confréries noires au Portugal durant l'Ancien Régime ( 1441-1830 )*. Trata-se de um dos principais contributos, até agora empreendidos, para o estudo da temática escravagista no país. No primeiro volume foi apresentada uma panorâmica sobre o tráfico e o papel de Lisboa no mesmo, sobre a demografia dos cativos em Portugal e a sua inserção sociocultural no território de acolhimento, com referência à bibliografia mais actualizada e a investigação original. O segundo volume é preenchido com o estudo das confrarias de negros, sobretudo de Lisboa e das formas de culto que as mesmas originaram. Relativamente a esta matéria, a tese constitui a mais expressiva contribuição para o respectivo conhecimento até agora produzido <sup>83</sup>. Didier Lahon tem continuado a publicar trabalhos sobre estes temas <sup>84</sup>.

Alguns dos estudos publicados nas últimas décadas têm sido orientados para o âmbito regional e local. Isto representa um avanço em relação a investigações de tipo mais geral, pois permite um maior aprofundamento, podendo servir de base, no futuro, à elaboração de sínteses mais rigorosas. Nesta linha de acção integrou-se a obra de Alberto Vieira *Os escravos no arquipélago da Madeira - séculos XV a XVII*, editada em 1991, que estudou as diversas vertentes do fenómeno escravagista naquela região durante o período assinalado, com destaque para a relação entre a utilização de mão-de-

---

<sup>82</sup> - Didier Lahon, *O negro no coração do império. Uma memória a resgatar – Séculos XV a XIX*, Lisboa, 1999.

<sup>83</sup> - Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires au Portugal durant l'Ancien Régime ( 1441-1830 )*, (Tese polic.), Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

<sup>84</sup> - Didier Lahon, “ Le confraternite nere in Portogallo dal Cinquecento al Settecento. Privilegi acquisiti, privilegi perduti “, *Nuove effemerdi*, n.º. 54, Palermo, 2001; “ Black african slaves and freedmen in Portugal during the Renaissance : creating a new pattern of reality “, *Black africans in Renaissance Europe*, Cambridge, 2005 ; “ Esclavage, confr'ries noires, sainteté noire et pureté de sang au Portugal (XVI.e – XVIII.e siècles « , *Lusitania Sacra*, n.º. 15, Lisboa, 2003 .

obra escrava e a produção de açúcar <sup>85</sup>. Embora com uma feição mais ligeira, é de referir o artigo de Nestor de Sousa *Emigrantes no Brasil e escravos nos Açores*, que revelou bastantes dados sobre escravos neste arquipélago <sup>86</sup>.

No que se refere ao continente, há que considerar os trabalhos sobre Lisboa de Francisco Santana, abordando, entre muitas outras, a problemática da alforria <sup>87</sup>, sobre o Porto, de Amândio Jorge Morais Barros <sup>88</sup> e sobre a comunidade rural de Leça da Palmeira, de Francisco Araújo e Sandra Alves <sup>89</sup> o artigo de Jorge Miranda *Aspectos da situação do escravo em Oeiras na segunda metade do século XVIII* <sup>90</sup> e os meus próprios, sobre o Alentejo e o Algarve <sup>91</sup>. Não é também de esquecer a comunicação de Isabel Négrier Lourenço ao colóquio *Escravidão e liberdade na Península Ibérica* (1997) sobre *Escravos na região da Guarda*, que não foi publicada.

Os escravos têm também sido analisados sob uma perspectiva biológica, por especialistas desta ciência, procurando extrair vantagens, para o estudo deste grupo social, das características raciais da maior parte deles, nomeadamente para o conhecimento da sua presença ao longo do país de acordo com os vestígios que

---

<sup>85</sup> - Alberto Vieira, *Os escravos no arquipélago da Madeira. Séculos XV a XVII*, Funchal, 1991.

<sup>86</sup> - Nestor de Sousa, “ Emigrantes no Brasil e escravos nos Açores “, *Arquipélago. Ciências Sociais*, nº. 11/12, Ponta Delgada, 1998.

<sup>87</sup> - Francisco Santana, “ Senhores e escravos em alforrias setecentistas ”, *Ler História*, nº. 42, 2002 ; “Processos de escravos e forros na Inquisição de Lisboa “, *Ler História*, nº. 13, Lisboa, 1988 ; “ De coisa a pessoa. Análise de alforrias setecentistas “, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 117, nº. 1-12, Lisboa, 1999.

<sup>88</sup> - Amândio Jorge Morais Barros, “ O Porto e o trato de escravos no século XVI”, *Africana studia*, nº. 7, p. 31-51.

<sup>89</sup> - Francisco Araújo e Sandra Alves, “ Escravos e libertos em Leça da Palmeira ( 1560-1836 ) “, *Africana studia*, nº. 7, p. 53-72 e “ A comunidade escrava de Leça da Palmeira seiscentista “, *Revista da Faculdade de Letras – História*, v. 5 ( IIIª. Série ), p. 193-210

<sup>90</sup> - Jorge Miranda, “ Aspectos da situação do escravo em Oeiras na segunda metade do século XVIII “, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, nº. 91, 1989.

<sup>91</sup> - Jorge Fonseca, “ Black africans in Portugal during Cleynaerts’s visit ( 1533-1538 ), *Black africans in Renaissance Europe*, Cambridge, 2005 ; *Os escravos em Évora no século XVI*, Évora, 1997 ; “ Escravos em Vila Viçosa “, *Callipole*, nº. 5-6, Vila Viçosa, 1997-98 ; *Escravos no sul de Portugal*, Lisboa, 2002 ; “ Fugas de escravos na região de Évora ( século XVII ), *A Cidade de Évora*, 2ª. Série, nº. 2, Évora, 1996-97 ; “ Senhores e escravos no Alentejo ( Séculos XVI-XVII “, *Ler História*, nº. 43, Lisboa, 2002 ; “ Senhores e escravos no Algarve ( 1580-1700 ) “, *Anais do Município de Faro*, v. XXVI, Faro, 1996 . Para outros trabalhos, ver *Bibliografia*.

deixaram na actual população portuguesa. Destacam-se neste âmbito os trabalhos de Maria Cristina Neto <sup>92</sup>, António Amorim <sup>93</sup> e outros autores <sup>94</sup>.

Outra linha importante de investigação tem sido a da abolição do tráfico negreiro e da escravatura no século XIX, em ligação com os respectivos antecedentes históricos e ideológicos. Mencionarei apenas os autores portugueses, pela inconveniência e dificuldade de alargar demasiado as referências a um âmbito de estudos que só indirectamente tem implicações com a escravatura praticada em Portugal, tema desta abordagem.

Entre as contribuições mais importantes desta área contam-se as obras de José Capela, pseudónimo do historiador José Soares Martins, *Escravatura. Conceitos. A empresa de saque*, de 1974 e *As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura*, publicada em 1979. Na primeira, este investigador expôs os conceitos e ideologias relacionados com a prática da escravidão e comparou a escravatura europeia com a africana, enquadrando o comércio negreiro nas dinâmicas socio-económicas das épocas em que decorreu <sup>95</sup>. A segunda destinou-se a demonstrar que o nível de desenvolvimento económico de Portugal no século XIX não o impelia a explorar, nas suas colónias africanas, outros recursos além da mão-de-obra escrava, daí o desinteresse

---

<sup>92</sup> - Maria Cristina Neto, “ Breve abordagem sobre os negros em Portugal “, *Garcia de Orta. Série de Antropobiologia*, v. 8, nº. 1, Lisboa, 1995 ; “ Os negros em Lisboa no século XIX. Tentativa de caracterização histórico-biológica “, *Garcia de Orta. Série de Antropobiologia*, v. 7, nº. 1 e 2, Lisboa, 1994.

<sup>93</sup> - António Amorim, Leonor Gusmão e Maria João Prata, *Impactos genéticos da escravatura negra em Portugal* ( Comunicação ao colóquio “ Escravidão e liberdade na Península Ibérica “, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1997 ); António Amorim, “ Os genes dos portugueses “, *Colóquio/ Ciências*, nº. 17, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1988.

<sup>94</sup> - João Lavinha e outros, “ Importation route of the sickle cell trait into Portugal Contribution of molecular epidemiology “, *Human Biology*, v. 64, nº. 6, 1992 ; M. C. Martins, G. Olim, J. Melo, H. A . Magalhães e M. O . Rodrigues, “ Hereditary anaemias in Portugal : epidemiology, public health significance and control “, *Med Genet*, 30, 1993.

<sup>95</sup> - José Capela, *Escravatura. Conceitos. A empresa de saque*, 2ª edição, Porto, 1978.

da burguesia metropolitana e a resistência das burguesias coloniais à pressão abolicionista britânica e às medidas políticas tomadas internamente no mesmo sentido<sup>96</sup>.

Em 1990 foi defendida na Universidade Nova de Lisboa a tese de doutoramento *Escravidão e antiescravidão em Portugal. Percurso e problemática da escravidão*, de Maria do Rosário Pimentel, editada cinco anos depois sob o título *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época moderna*<sup>97</sup>. Obra fundamental para o conhecimento do tema, compõe-se de três partes. Na primeira a autora descreveu o tráfico negreiro da época moderna, quer o que se destinava a Portugal quer o que era dirigido ao continente americano, nomeadamente ao Brasil. Na segunda, expôs e comentou as principais formulações teóricas ocidentais acerca da escravidão. A terceira parte foi dedicada às polémicas desencadeadas em Portugal e no Brasil quanto à legitimidade e à prática concreta da escravatura, bem como ao processo abolicionista. O mais notável contributo do livro foi a investigação e análise das posições surgidas no mundo de língua portuguesa sobre a escravidão. Já em 1979 a autora defendera na Universidade de Coimbra a tese de licenciatura *O abolicionismo português: problemática e condicionalismo*<sup>98</sup>.

Maria do Rosário Pimentel tem continuado a dedicar-se ao estudo da escravatura e suas consequências sociais e culturais, quer em artigos quer em comunicações científicas<sup>99</sup>.

---

<sup>96</sup> - José Capela, *As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura, 1810-1842*, Porto, 1979.

<sup>97</sup> - Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época moderna*, Lisboa, 1995.

<sup>98</sup> - Maria do Rosário Pimentel, *O abolicionismo português: problemática e condicionalismo* (Dissertação de licenciatura), Coimbra, Universidade, 1979.

<sup>99</sup> - Maria do Rosário Pimentel, “Cativar e descativar por serviço a Deus”, *A União Ibérica e o mundo atlântico*, Lisboa, 1997; “Escravo ou livre? a condição de filho de escravos nos discursos jurídico-filosóficos”, *Cultura*, v. XIII (2ª. Série), Lisboa, 2000-2001; “El-Rei do Congo em Portugal e no Brasil. Da realidade à ficção”, *Portugal e o Brasil no advento do mundo moderno*, Lisboa, 2001; “A pretensa justificação humanitária da escravidão: o escravo da força e o escravo da fome”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº. 8. 2º. V., Lisboa, 1995; “Sob o signo do pecado. Jorge Benci e as normas de convivência entre senhores e escravos na sociedade colonial brasileira”, *Escravidão e transformações culturais* (Actas do colóquio), Lisboa, 2002.

Também Valentim Alexandre tem obra de destaque neste domínio. Em artigos e livros, nomeadamente em *Origens do colonialismo português moderno* (1979), *Os sentidos do império* ( 1993 ) e *O império africano: séculos XIX e XX* ( 2000 ), realçou a importância do comércio de escravos na evolução das colónias portuguesas ao longo do século XIX, o qual constituiu o principal obstáculo à respectiva exploração económica, devido ao poder dos negreiros, ao relativo desinteresse da burguesia metropolitana e à debilidade das administrações coloniais <sup>100</sup>. Igualmente dignos de referência são os trabalhos de João Pedro Marques, nomeadamente o livro *Os sons do silêncio : o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos* ( 1999 ), em que são estudadas as condições ideológicas que influenciaram a difusão em Portugal das propostas abolicionistas, originando duas tendências principais, escravismo e toleracionismo <sup>101</sup>. Além de importantes artigos sobre este tema <sup>102</sup>, é também de destacar a excelente síntese sobre o tráfico negreiro e a escravatura *Portugal e a escravatura dos africanos* (2004 ) <sup>103</sup>.

O artigo de António Hespanha *Luís de Molina e a escravidão dos negros* ( 2001 ) aprofunda a visão deste teólogo castelhano – que leccionou nas universidades de Coimbra e Évora – sobre a legitimidade do tráfico de escravos <sup>104</sup>.

Outro núcleo de estudos desenvolvidos por investigadores portugueses e estrangeiros tem sido o da escravatura e comércio de escravos em territórios sob domínio português. Embora só indirectamente respeitem ao tema que vamos

---

<sup>100</sup> - Valentim Alexandre, *O império africano : séculos XIX e XX*, Lisboa, 2000 ; “ O liberalismo português e as colónias de África ( 1820-39 )”, *Análise Social*, v. XVI ( 61-62 ), Lisboa, 1980 ; *Origens do colonialismo português moderno*, Lisboa, 1979 ; “ Portugal e a abolição do tráfico de escravos ( 1834-51 )”, *Análise Social*, v. XXVI ( 111 ), Lisboa, 1991 ; *Os sentidos do império : questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*, Porto, 1993.

<sup>101</sup> - João Pedro Marques, *Os sons do silêncio : o Portugal de oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*, Lisboa, 1999.

<sup>102</sup> - João Pedro Marques, “ Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo : um percurso negreiro no século XIX “, *Análise Social*, v. XXXVI ( 160 ), Lisboa, 20001 ; “ Uma cosmética demorada : as cortes perante o problema da escravidão ( 1836-1875 ) “, *Análise Social*, v. XXXVI ( 158-159 ), Lisboa, 20001.

<sup>103</sup> - Idem, *Portugal e a escravatura dos africanos*, Lisboa, 2004.

desenvolver, não deixamos de referir os principais, devido a essas mesmas conexões, embora, como no núcleo anterior e pelas mesmas razões, só o façamos no que se refere aos historiadores portugueses.

Neste âmbito são de mencionar os livros do antropólogo e historiador António Carreira, publicados nas décadas de 60 a 80, nomeadamente sobre a Guiné e Cabo Verde - como *Cabo Verde, formação e extinção de uma sociedade escravocrata* ( 1972)<sup>105</sup> - Angola<sup>106</sup> e sobre o tráfico em geral<sup>107</sup>. A formação das companhias pombalinas de navegação foi objecto de atenção particular em *As companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*<sup>108</sup>. E também alguns dos estudos de José Capela, já referido, sobre Moçambique, de que são exemplos *Donas, senhores e escravos* ( 1995) e *O escravismo colonial em Moçambique* ( 1993 )<sup>109</sup>.

De fundamental importância são também as obras de Isabel Castro Henriques sobre S. Tomé e Angola, em que a problemática da escravatura e das relações entre portugueses e africanos foi objecto de um olhar simultaneamente histórico e antropológico. Relativamente a S. Tomé, são de destacar *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade* ( 2000 )<sup>110</sup>, *Ser escravo em S. Tomé no século XVI* ( 1986 )<sup>111</sup> e, em relação a Angola, *A rota dos escravos. Angola e a rede do comércio negreiro*

---

<sup>104</sup> - António Hespanha, “ Luís de Molina e a escravização dos negros “, *Análise Social*, v. XXXV ( 157 ), Lisboa, 2001.

<sup>105</sup> - António Carreira, *Cabo Verde : formação e extinção de uma sociedade escravocrata ( 1460-1878 )*, Lisboa, 1972 ; *O tráfico de escravos nos rios da Guiné e ilhas de Cabo Verde ( 1810-1850 ) : subsídios para o seu estudo*, Lisboa, 1981 ; *Os portugueses nos rios de Guiné : 1500-1900*, Lisboa, 1980.

<sup>106</sup> - Idem, *Angola, da escravatura ao trabalho livre : subsídios para a história demográfica do século XVI até à independência*, Lisboa, 1977.

<sup>107</sup> - António Carreira, *Notas sobre o tráfico português de escravos*, Lisboa, 1978.

<sup>108</sup> - Idem, *As companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico es escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro*, Porto, 1969, reformulado em 1983 no livro *As companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, Lisboa, 1983.

<sup>109</sup> - José Capela, *Donas, senhores e escravos*, Porto, 1995 ; *O escravismo colonial em Moçambique*, Porto, 1993

<sup>110</sup> - Isabel Castro Henriques, *S. Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*, Lisboa, 2000.

<sup>111</sup> - Idem, “ Ser escravo em S. Tomé no século XVI : uma outra leitura de um mesmo quotidiano “, *Primeiras Jornadas de História Moderna – Actas*, v. II, Lisboa, 1986.

(*séc. XV a XIX*) ( 1996 ) <sup>112</sup> e *Percursos da modernidade em Angola* ( 1997 ) <sup>113</sup>, assim como, em termos mais abrangentes, *Os pilares da diferença. Relações Portugal-África (séc.XV-XX)* ( 2004 ) <sup>114</sup>. A acção desta investigadora e docente universitária tem-se destacado também na organização de reuniões científicas e outras iniciativas culturais sobre a escravatura e o tráfico negreiro. Ainda no âmbito de uma análise cultural das consequências da escravatura e do relacionamento entre portugueses e africanos são de mencionar os trabalhos de Alfredo Margarido <sup>115</sup> e de José da Silva Horta <sup>116</sup>.

Outros contributos para a historiografia da escravatura e do tráfico na costa ocidental africana merecem referência, como a *História geral de Cabo Verde*, obra colectiva coordenada por Maria Emília Madeira Santos, autora de vários trabalhos sobre esta matéria <sup>117</sup> e de Maria Luísa Esteves sobre o capitão-mor de Cacheu Gonçalo de Gamboa de Aiala <sup>118</sup>, Catarina Madeira Santos <sup>119</sup>, Maria João Soares <sup>120</sup> e António Luís Ferronha <sup>121</sup>.

---

<sup>112</sup> - João Medina e Isabel Castro Henriques, *A rota dos escravos. Angola e a rede do comércio negreiro*, Lisboa, 1996.

<sup>113</sup> - Isabel Castro Henriques, *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, 1997.

<sup>114</sup> - Idem, *Os pilares da diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XIX*, Lisboa, 2004.

<sup>115</sup> - Alfredo Margarido, *La vision de l'autre ( africain et indien d'Amérique ) dans la Renaissance portugaise*, Paris, 1984 ; *Théologiens, bureaucrates et indiens en Amérique Hispanique au XVI.e siècle*, Paris, 1975 ; “ A participação dos africanos – escravos ou livres – na mudança cultural, em Portugal e no Brasil “, *Escravatura e transformações culturais* ( Actas do colóquio ), Lisboa, 2002 ; “ O direito a fazer e a vender escravos “, *História*, Ano XXI ( Nova Série ), Lisboa, 1999.

<sup>116</sup> - José da Silva Horta, “ A imagem do africano pelos portugueses : o horizonte referencial das representações anteriores aos contactos dos séculos XV e XVI “, *Primeiras Jornadas de História Moderna*, v. 2, Lisboa, 1986 ; “ A representação do africano na literatura de viagens do Senegal à Serra Leoa ( 1453-1508 ), *Mare Liberum*, nº. 2, Lisboa, 1991.

<sup>117</sup> - Maria Emília Madeira Santos, “ Mulatos, sua legitimação pela chancelaria régia no século XVI “, *Studia*, nº. 53, Lisboa, 1994.

<sup>118</sup> - Maria Luísa Esteves, *Gonçalo de Gamboa de Aiala, capitão-mor de Cacheu e o comércio negreiro espanhol( 1640-1650 )*; Lisboa, 1988.

<sup>119</sup> - Catarina Madeira Santos, “ A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais : São Tomé, primeira metade do século XVI “, *Studia*, nº. 54/55, Lisboa, 1996.

<sup>120</sup> - Maria João Soares, “ Para uma compreensão dos lançados nos Rios de Guiné. Séc. XV- Meados do séc. XVI “, *Studia*, nº. 56/57, Lisboa, 2000.

<sup>121</sup> - António Luís Alves Ferronha, *O comércio português de escravos*, Lisboa, 1994 ; “ O comércio português de escravos nos séculos XV e XVI “, *Portugal no mundo* ( Dir. Luís de Albuquerque ), v. I, Lisboa, 1990.



Sobre os domínios portugueses orientais, devem ser mencionados os estudos de Luís Filipe Tomás sobre a escravatura em Malaca no século XVI <sup>122</sup> e de Ana Maria Amaro sobre as escravas de Macau <sup>123</sup>.

A investigação sobre o tráfico negreiro levou alguns autores a aprofundar o estudo de alguns traficantes. Foram os casos de Maria da Graça Mateus Ventura <sup>124</sup>, de João Pedro Marques, já mencionado, com um artigo sobre Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo <sup>125</sup> e de Carlos Gabriel Guimarães, sobre o fidalgo-mercador Francisco Pinheiro<sup>126</sup>.

O tema da escravatura e do tráfico negreiro tem continuado a ser tratado em obras históricas de carácter geral, de que são exemplos dois artigos de Yoro K. Fall, incluídos na publicação *Portugal no mundo* (1990) e no *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses* (1994), ambas dirigidas por Luís de Albuquerque <sup>127</sup> e vários capítulos do livro *O império luso-brasileiro ( 1500-1620 )*, v. I ( 1992 ), da responsabilidade de Filipe Nunes de Carvalho, Harold Johson e Maria Beatriz Nizza da Silva <sup>128</sup>

Uma abordagem à historiografia da escravatura em Portugal não pode esquecer os encontros científicos que incidiram sobre essa vertente da história, quando dos mesmos foram editadas as respectivas comunicações. Por isso deve ser mencionada, já em 1978, a reunião realizada sob a égide da UNESCO, no Haiti, subordinada ao título *O tráfico*

---

<sup>122</sup> - Luís Filipe Thomaz, “ A escravatura em Malaca no século XVI “, *Studia*, nº. 53, Lisboa, IICT, 1994.

<sup>123</sup> - Ana Maria Amaro, “ Das escravas de preço às nhonhonha de Macau “, *Encontros*, 5, Vila Nova de Gaia, 2000.

<sup>124</sup> - Maria da Graça A . Mateus Ventura, *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela ( 1541-1556 )*, Lisboa, 1999.

<sup>125</sup> - João Pedro Marques, “ Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo : um percurso negreiro no século XIX “ , *Análise Social*, v. XXXVI ( 160 ), Lisboa, 2001.

<sup>126</sup> - Carlos Gabriel Guimarães, “ O fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o negócio da carne humana “, *Promontoria*, nº. 3, p. 109-133.

<sup>127</sup> - Yoro K. Fall, “ Escravatura, servidão e reconquista”, *Portugal no mundo* ( Dir. Luís de Albuquerque), v. I, Lisboa, 1990 ; “ Escravatura “, *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses* ( Dir. Luís de Albuquerque ), v. I, Lisboa, 1994.

*de escravos negros. Séculos XV-XIX*, em que participou, por Portugal, Françoise Latour da Veiga Pinto, cujas intervenções foram editadas, em francês, em 1979 e, em português, em 1981 <sup>129</sup>. E também o seminário internacional *Escravos com e sem açúcar*, realizado no Funchal em 1996 e cujas comunicações foram publicadas no mesmo ano <sup>130</sup>. No ano seguinte ocorreu em Lisboa o colóquio *Escravidão e liberdade na Península Ibérica*, promovido pelo GINPOR (Grupo de Investigação dos Negros em Portugal ), tendo as intervenções no mesmo sido editadas no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, entidade que acolheu a iniciativa <sup>131</sup>.

O comité português do projecto da UNESCO “ Rota do Escravo “ organizou dois colóquios sobre o tráfico negreiro, a escravatura e os fenómenos culturais a ambos ligados: em 1998, em Lisboa, *Os fundamentos ideológicos e jurídicos da escravatura e do tráfico negreiro*, com edição em Paris dos textos apresentados <sup>132</sup> e, em 2001, em Évora, *Escravatura e transformações culturais*, com publicação das comunicações respectivas em 2002 <sup>133</sup>. Embora ocorrido fora de Portugal, o colóquio *Black africans in Renaissance Europe*, realizado em 2001 em Oxford, contou com várias intervenções sobre a importância da escravatura na sociedade portuguesa, tendo resultado do mesmo uma edição em livro <sup>134</sup>. É igualmente de destacar a realização, pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, dos colóquios sobre *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*, que incluem a abordagem da escravatura e de que

---

<sup>128</sup> - Filipe Nunes de Carvalho, Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva, *O império luso-brasileiro ( 1500-1620 )* - 1, Lisboa, 1992.

<sup>129</sup> - Françoise Latour da Veiga Pinto, com colaboração de António Carreira, “ A participação de Portugal no tráfico negreiro “, *O tráfico de escravos negros. Séculos XV-XIX*, Lisboa Edições 70, 1981.

<sup>130</sup> - *Escravos com e sem açúcar*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996.

<sup>131</sup> - *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 116 e 117, Lisboa, 1998 e 1999.

<sup>132</sup> - *Déraison, esclavage et droit. Les fondements idéologiques et juridiques de la traite négrière et de l’esclavage*, Paris, UNESCO, 2002.

<sup>133</sup> - *Escravatura e transformações culturais*, Lisboa, 2002.

<sup>134</sup> - *Black africans in Renaissance Europe*, Cambridge, 2005.

decorreram já várias edições. As respectivas comunicações têm sido dadas a conhecer na revista *Africana Studia* e também em livro <sup>135</sup>.

Também não pode ser excluída a exposição *Os negros em Portugal, séculos XV a XIX*, promovida em Lisboa em 1999-2000, que deu origem à publicação do catálogo respectivo, com interesse quer pelo conteúdo textual quer iconográfico <sup>136</sup>.

Para terminar esta breve abordagem aos estudos sobre a escravidão na parte europeia do território português – realizados por historiadores, antropólogos e outros investigadores, quer portugueses quer de outras nacionalidades – penso poder-se concluir que os mesmos se desenvolveram em duas fases principais. Uma primeira, do século XIX até aos meados do século XX, caracterizada por trabalhos motivados ou influenciados pelo desejo de combater a imagem negativa que imperava no mundo sobre Portugal, como país responsável pelo início da escravatura moderna. Mesmo os mais destacados historiadores desse período – com excepção dos estrangeiros, por razões compreensíveis - não deixaram de participar desse objectivo, sob o ponto de vista científico só parcialmente admissível. Na verdade, se pode ser em boa parte atribuído aos portugueses o enorme incremento do tráfico negreiro a partir dos séculos XV e XVI e a avalanche de escravos que invadiram a Península Ibérica e as Américas a partir daí, não é menos verdade que foram as colónias castelhanas da América as suas grandes impulsionadoras, sem cuja procura os fornecedores portugueses não teriam desenvolvido esse negócio em tão larga escala. E também que outra corrente de tráfico negreiro, mas sob a responsabilidade dos países islâmicos, se processou ininterruptamente durante séculos, desde a Idade Média até à Época Contemporânea, em quantidades maciças, só que em direcção contrária.

---

<sup>135</sup> - *Africana Studia*, Porto, Faculdade de Letras ( Centro de Estudos Africanos ) e *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*, Porto, Campo das Letras, 2006 e *Trabalho forçado africano. Articulações com o poder político*, Porto, Campo das Letras, 2007.

A partir sobretudo da década de sessenta – com a exceção de Edmundo Correia Lopes, como foi dito, na década de quarenta, mas que não teve seguidores imediatos – iniciou-se uma nova fase do estudo deste tema, sob influência da renovação historiográfica europeia e também, nas décadas seguintes, da democratização do país e do fim do império colonial. Esta fase caracterizou-se quer por uma maior isenção, com o abandono definitivo das anteriores preocupações apologéticas, quer pela produção de estudos mais desenvolvidos e de maior interesse científico. Estes têm focado os aspectos demográficos, económicos, sociais e culturais da escravidão portuguesa, tanto sob uma perspectiva local, como regional e nacional. Outras vertentes que têm atraído os investigadores portugueses têm sido o movimento abolicionista do século XIX e a escravatura e o tráfico promovidos por Portugal nos seus territórios ultramarinos.

Dada a importância do estudo da escravidão para o conhecimento da sociedade portuguesa entre a Idade Média e o século XVIII, é de esperar e desejar que se venham a desenvolver, no futuro, novas investigações, nomeadamente sobre as regiões e as épocas menos estudadas.

---

<sup>136</sup> - *Os negros em Portugal. Séculos XV a XIX*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

*“ Todas as civilizações, mesmo as mais utópicas do presente, se basearam na exploração do homem pelo homem, do clã sobre o resto, ou do grupo mafioso do momento sobre os demais. Daí a minha pergunta: Já superámos a idade da escravidão, ou simplesmente a reconvertemos numa pequena parte do mundo, enquanto continua a imperar sem pudor na sua grande maioria, com outras denominações legais ?”*

**Salvador Claramunt ( Universidade de Barcelona), *Civilización y esclavitud***

## **1 – ESCRAVIDÃO**

### ***1.1 – Conceitos***

O tema desta tese são os escravos, num lugar e num tempo determinados - a Lisboa do século XVI – o que faziam, as condições em que viviam, a forma como eram olhados e tratados pelos senhores e pela sociedade em geral. Por isso e antes de tudo há que clarificar os conceitos de escravo e de escravidão.

Para o Padre Rafael Bluteau, autor do *Vocabulário português e latino*, começado a publicar em 1712, escravo era “ *aquele que nasceu cativo ou foi vendido e está*

*debaixo do poder de senhor”*<sup>1</sup>. Não se afastou muito desta definição a que foi dada por um dos volumes da *Encyclopédie méthodique*, editado em França em 1786: “*Escravidão [...] é o estado humilhante de servidão pessoal, ou de dependência forçada e opressiva, em que é mantido um ser humano*”<sup>2</sup>. Ambos os conceitos acentuaram, na caracterização do escravo, a sua quase absoluta dependência de outra pessoa, mas o segundo ressaltou, além disso, a natureza violenta e humilhante da relação existente entre ele e o senhor. Digamos que o autor do primeiro - académico e agente activo da renovação cultural empreendida em Portugal nas primeiras décadas de Setecentos - foi mais objectivo. A segunda definição reflectiu já a influência do iluminismo, “*fonte do pensamento anti-escravocrata*”<sup>3</sup>, acrescentando àquela característica, a dependência, duas das suas consequências mais negativas: a opressão e a humilhação das respectivas vítimas.

O objectivo do que foi dito é mostrar que, na definição de escravo e de escravidão, são frequentemente avançados elementos essenciais e outros secundários, derivando estes de formas concretas que a mesma assumiu em determinadas épocas, mas que não são aplicáveis a toda a sua história. Voltando à definição da Enciclopédia, o grau de opressão e de humilhação sentido pelos escravos não foi sempre igual, tendo dependido das condições técnicas, económicas, políticas e culturais em que a escravatura se desenvolveu, assim como do carácter dos senhores. Na Roma imperial houve escravos que ocuparam posições de relevo na administração<sup>4</sup>. E também na corte dos califas abássidas alguns desempenharam altos cargos palatinos e militares e reuniram, por vezes, razoáveis fortunas, que incluíam escravos. Tratava-se de eunucos,

---

<sup>1</sup> - Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino*, tomo III, p. 224-225.

<sup>2</sup> - “*Esclavage [...] est l'état humiliant de servitude personnelle, ou de dépendance forcée et oppressive, dans lequel on tient un homme*” ( *Encyclopédie méthodique. Economie politique et diplomatique*, tomo II, p. 304 ).

<sup>3</sup> - David Brion Davis, *O problema da escravidão na cultura ocidental*, p. 435-491.

<sup>4</sup> - David Turley, *História da escravatura*, p. 142.

de que os soberanos se rodeavam para evitar potenciais conspirações dos seus familiares, impossíveis nestes colaboradores destituídos de linhagem e de descendência e que tudo lhes deviam <sup>5</sup>. Mas, nessa mesma civilização, a miséria e o rigor do tratamento infligido aos negros *zendjs*, que trabalhavam os terrenos agrícolas dos grandes proprietários do delta do Tigre e do Eufrates, levaram-nos a revoltar-se várias vezes entre os séculos VII e IX <sup>6</sup>. E o mesmo sucedeu em Roma e em muitas outras épocas e países. No entanto, todos eram escravos.

Pode-se também supor que o facto de a grande maioria dos escravos não receber contrapartida do seu trabalho era também uma característica fundamental da escravidão. No entanto, houve muitos que foram remunerados, como os *escravos de ganho* em Portugal e no Brasil, empregues pelos senhores no comércio e noutras funções e cujo rendimento era partilhado entre ambas as partes como forma de os incentivar a serem diligentes na sua actividade <sup>7</sup>. Essa era também a via para se conseguirem libertar, pagando aos senhores o seu valor monetário, o que podia ser um bom negócio para estes. Na Maiorca medieval eram chamados *setmaneres* ( *semaneiros* ) os cativos que desta forma amealhavam o seu resgate, por entregarem aos proprietários um valor fixo por cada dia de semana <sup>8</sup>. Por isso não podemos considerar o trabalho gratuito como essencial à escravatura, embora a caracterizasse na maioria dos casos.

Também não o era o trabalho como objectivo ou função exclusiva da mesma. Embora a esmagadora maioria dos escravos pareça ter sido adquirida e mantida para proporcionar rendimentos aos seus donos, trabalhando directamente para eles ou alugada a terceiros, outras funções e utilidades se podem reconhecer em muitos. Os soberanos e dirigentes árabes, em Córdoba, no Cairo e em Bagdad, serviram-se de

---

<sup>5</sup> - Jacques Heers, *Les négriers en terres d'Islam*, p. 200-204.

<sup>6</sup> - Idem, p. 228-237.

<sup>7</sup> - Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, p. 76.

<sup>8</sup> - Antoni Mas i Forners, *Esclaus i catalans*, p. 48-49.

escravas como concubinas durante séculos <sup>9</sup> e organizaram verdadeiros exércitos de cativos brancos e negros <sup>10</sup>, o que ocorreu também nos estados da África sub-sariana <sup>11</sup>. Quando Isabel d'Este encomendava jovens cativas negras para a sua corte e indicava em pormenor as características físicas e a aparência que deviam ter, não era para as usar como trabalhadoras, mas sobretudo como peças decorativas e de ostentação <sup>12</sup>. Tinham, mesmo assim, uns e outros, que proporcionar vantagens de algum tipo aos respectivos donos e o seu valor em termos económicos não deve, por isso, ser escamoteado.

Outra característica frequentemente associada aos escravos é a do seu emprego em ofícios violentos, sujos ou perigosos, ideia retirada de muitas das suas formas de utilização, como nas plantações açucareiras e nas minas da América central e do sul, que exigiam um esforço extenuante e reduziam drasticamente a esperança de vida dos que a ele eram obrigados. O mesmo se pode afirmar dos remadores das galés nos países mediterrânicos, acorrentados ao seu posto e mais sujeitos a morrer em caso de naufrágios e de ataques inimigos. Era também a escravas que, no século XVI, estava entregue a ingrata missão de transportar para o Tejo os recipientes com os despejos dos moradores de Lisboa. No entanto, como se verá, muitas outras tarefas, menos violentas e embrutecedoras, as ocupavam no dia a dia, como os trabalhos de casa, a ida às compras e às fontes ou o comércio de rua, o qual lhes proporcionava ar livre, convívio e, em muitos casos, vantagens económicas. A guarda de gado, em que esteve implicada grande parte dos escravos que viveram no Alentejo e no Algarve <sup>13</sup>, não era uma actividade pesada, suja nem perigosa, embora fosse provavelmente monótona e levasse ao isolamento, mas isso sucedia a qualquer homem livre que a exercesse.

---

<sup>9</sup> - Hugh Thomas, *The slave trade*, p. 42-43; Jean-Michel Deveau, “ Esclaves noirs en Méditerranée”, *Cahiers de la Méditerranée*, v. 65, p. 3.

<sup>10</sup> - Jacques Heers, *Les négriers en terres d'Islam*, p. 204-213.

<sup>11</sup> - Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 162.

<sup>12</sup> - Paul Kaplan, “ Isabella d'Este and black African woman”, *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 134.

<sup>13</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, p. 77-80.



O carácter hereditário da condição de escravo não foi também comum a todas as formas que a mesma assumiu. A *escravidão por dívidas*, praticada na Europa medieval, era um compromisso voluntariamente assumido pelo devedor insolvente, para evitar a sua prisão e comprometia-o normalmente para toda a vida <sup>14</sup>, mas não se transmitia aos descendentes <sup>15</sup>. A estas formas de escravidão, que não comportavam todas as características presentes na maior parte das suas ocorrências, chamou Jacob Gorender *incompletas*, para as diferenciar das que correspondiam totalmente ao modelo mais comum <sup>16</sup>.

Do mesmo modo as diferenças de cor ou de credo religioso nunca foram indispensáveis para submeter alguém. Serviram, sim, quase sempre, de pretexto ao estabelecimento do domínio que se pretendia impor. Essencial era poder atribuir ao potencial escravo algum tipo de inferioridade ou característica negativa que justificasse o domínio sobre ele. Uma vez foram as diferenças de religião ou as simples divergências de princípios e práticas dentro da mesma religião, que caracterizavam seitas e heresias. Os europeus ocidentais fiéis à Igreja de Roma, italianos, castelhanos e catalães, traficaram em cristãos ortodoxos, como os eslavos dos Balcãs, nomeadamente gregos, até que os papas Urbano V e Clemente VII, defensores da aproximação com a Igreja de Constantinopla, os declararam livres <sup>17</sup>. Os búlgaros, heréticos maniqueus, foram perseguidos pela Igreja ortodoxa e, por essa razão, escravizados durante os séculos XIII e XIV e vendidos para o Ocidente <sup>18</sup>. A simples infidelidade política ao papa justificou a autorização de Clemente V para serem capturados e vendidos os venezianos que empunhassem armas contra a cidade de Ferrara, aliada do papado e Gregório XI tratou da mesma forma os habitantes de cidades rebeldes, como os

---

<sup>14</sup> - David Turley, *História da escravatura*, p. 23.

<sup>15</sup> - Jacques Heers, *Escravos e servidão doméstica na Idade Média*, p. 18-21.

<sup>16</sup> - Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, p. 62.

<sup>17</sup> - Jacques Heers, *Escravos e servidão doméstica na Idade Média*, p. 66-67.

<sup>18</sup> - Idem, p. 61.

florentinos <sup>19</sup>. Para já não falar das lutas entre a Cristandade e o Islão, cujos povos se digladiaram e escravizaram mutuamente ao longo de séculos, ou do domínio que os estados islâmicos da África sub-sariana se acharam no direito de impor aos povos pagãos das suas periferias e de que se serviram internamente ou destinaram aos mercados de escravos <sup>20</sup>. E também os portugueses, a quem Nicolau V outorgou o direito de conquistar e reduzir à escravidão perpétua todos os muçulmanos, pagãos e outros infiéis inimigos de Cristo, concessão reafirmada pelos papas seguintes <sup>21</sup>.

As diferenças de cor e de feições foram frequentemente associadas a selvajaria, própria de povos destituídos das mais elementares regras da civilização e destinados pela própria natureza a servir as nações com características físicas tidas por normais e hábitos considerados mais elevados. Isso passou-se com os europeus e os árabes em relação aos negros, mas essa atitude preconceituosa, a que chamamos racismo, foi tanto a causa da sua escravização como um dos resultados de séculos de prática escravagista. Como assinalou Charles Boxer, referindo-se aos europeus, “ *uma raça não pode escravizar sistematicamente membros de outra, em grande escala, por mais de três séculos, sem adquirir um sentimento, consciente ou não, de superioridade racial*” <sup>22</sup>. Esse preconceito influenciou fortemente a actuação dos países que se dedicaram ao tráfico de africanos, sendo usado para a justificar. Mas, apesar de a cor negra acabar por ser associada à condição de escravo, nem sempre essas diferenças existiram, como confirma a escravização de brancos europeus pelos países cristãos do Ocidente ao longo de séculos.

O mesmo sucedeu com as formas de organização, a economia e o comportamento de certos povos, olhados como rudimentares e alheios à razão. A

---

<sup>19</sup> - Jacques Heers, *Les négriers en terres d'Islam*, p. 43.

<sup>20</sup> - Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 45-46.

<sup>21</sup> - Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências*, p. 30.

<sup>22</sup> - Charles R. Boxer, *Relações raciais no império colonial português ( 1415-1825 )*, p. 58-59; Eugene D. Genovese, *O mundo dos senhores de escravos*, p. 119; Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão*, p. 35.

escravatura foi, como acentuou Claude Maillassoux, um dos resultados do contacto entre civilizações diferentes <sup>23</sup>, desencadeada pela existência simultânea de sociedades potencialmente “ produtoras” de cativos e de sociedades suas consumidoras, intermediadas por um aparelho militar de captura e por um aparelho comercial de escoamento <sup>24</sup>. Se as primeiras padecessem de uma ou mais debilidades relativamente às segundas – de desenvolvimento tecnológico ou económico, de organização política ou de força militar – isso facilitaria a escravização dos seus naturais e essa inferioridade acabaria por os caracterizar também. Mas nem sempre esse desequilíbrio foi manifesto, como sucedeu com os escravos que resultaram dos conflitos entre a Europa cristã e os países islâmicos do Mediterrâneo, que possuíam o mesmo tipo e nível de civilização. A essa luz se poderá interpretar a persistente recusa dos mouros e mouriscos da Lisboa de Quinhentos em se deixarem submeter e assimilar pela sociedade cristã maioritária – bem patente, como se verá, nos processos inquisitoriais – e as inúmeras tentativas de fuga para as terras de origem, muitas delas concretizadas. E o mesmo se pode afirmar dos europeus capturados pelos corsários do Magreb, convertidos em escravos nos respectivos países. Por isso, a “inferioridade” não foi sempre inerente à condição de escravo.

A regra era ser invocada uma diferença importante - de religião, de cor, de língua ou de desenvolvimento – entre dominadores e dominados que servisse de justificação ao domínio de uns sobre os outros. Os escravos seriam desse modo *estranhos* à sociedade para que eram levados e, nessa medida, desenquadrados e fracos <sup>25</sup>. Como destacou Paul Lovejoy, um indivíduo que falasse a mesma língua que o seu senhor, sem sotaque, que compartilhasse a sua cultura e religião era mais difícil de controlar que um estranho

---

<sup>23</sup> - Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 43.

<sup>24</sup> - Idem, p. 73.

<sup>25</sup> - Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 101.

<sup>26</sup>. Ao ser-lhe reconhecida a carência de alguns dos principais atributos da sociedade de acolhimento, “*dessocializando-o*” <sup>27</sup>, eram-lhe também recusados os direitos e privilégios de que beneficiavam os indivíduos integrantes dessa sociedade. Mas até a essa regra se encontram exceções, como a dos sardos no século XIV, rebeldes ao poder do rei que o papa nomeara e, por isso, transformados em escravos nos próprios locais em que sempre tinham vivido <sup>28</sup>.

O que resta, então, para caracterizar a escravatura, qual era a sua essência? O traço comum foi sempre a sujeição dos escravos aos senhores, justificada por um ou mais atributos negativos, como os que foram atrás referidos. Mas não qualquer forma de sujeição, que também existiu e existe noutros sistemas, como na servidão medieval. Tratou-se, sim, da mais extrema forma de sujeição, a propriedade dos escravos pelos seus donos, reconhecida por lei, com todas as suas consequências.

É essa característica que diferencia também esse regime da chamada *nova escravatura*, a que se julga estarem hoje sujeitas dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo. Nesta, o controle sobre os indivíduos submetidos, trabalhadores que se procura explorar ao máximo, sem limites nem escrúpulos, é conseguido apenas pelo recurso a meios violentos - como a “compra” ilegal, o isolamento, as ameaças e a violência física – mas sem reconhecimento jurídico <sup>29</sup>. A diferença prática entre as duas formas de super-exploração é que, enquanto na autêntica escravidão o indivíduo dominado estava na total dependência do senhor, só se podendo libertar por sua vontade, no segundo caso a ilegalidade deste modo de vida, podendo constituir uma vantagem para o “ dono”, que não tem responsabilidades legais para com o trabalhador

---

<sup>26</sup> - Paul E. Lovejoy, *A escravidão na África*, p. 31.

<sup>27</sup> - Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 101-108; Jean Pierre Vernant e Pierre Vidal-Naquet, *Travail et esclavage en Grece Ancienne*, p. 89-90.

<sup>28</sup> - Jacques Heers, *Escravos e servidão doméstica na Idade Média*, p. 42-43.

<sup>29</sup> - Kevin Bales, *Gente descartável. A nova escravatura na economia global*, p. 15-18.

coagido, comporta uma fragilidade que poderá implicar o seu fim, se houver interesse das autoridades e os casos forem descobertos e punidos.

Ao conceito restrito de escravidão, aplicável a todas as formas que a mesma assumiu ao longo da história – definido pela propriedade dos escravos pelos senhores – poder-se-á contrapor um mais abrangente, aplicável à maior parte das situações concretas. Segundo este, a escravidão teria sido um tipo de relações de exploração em que uma das partes, o escravo, pertencia à outra, o seu dono, para a servir ao longo da vida, sem remuneração obrigatória e nos trabalhos mais duros e desqualificados, podendo dar origem a novos escravos, que ajudassem a reproduzir esse regime de relações. As diferenças físicas, de cultura, religião e desenvolvimento, do escravo relativamente ao senhor, caracterizaram a grande maioria das formas concretas da sua existência.

A escravidão foi, pois, um modo específico de relacionamento entre dominadores e dominados, quer na acepção clássica de “*relações de produção*”<sup>30</sup> – que remetia para uma função exclusiva dos escravos na produção – quer, num conceito mais lato, como “*forma de exploração*”<sup>31</sup>. Esse modo de relacionamento teve assegurada a sua perenidade por períodos históricos significativos porque se foi renovando de forma contínua e institucional<sup>32</sup>. Afectava um grupo distinto de pessoas, os escravos, com funções e estatuto estáveis e beneficiava a dos seus detentores, os donos de escravos, a qual se mantinha e renovava com base no direito e no poder económico e político. As relações entre ambos os grupos, relações de submissão de uma parte à outra, eram igualmente mantidas pela força do direito e do aparelho judicial, pelo interesse dos mais ricos e fortes e pela cumplicidade dos estados e dos poderes religiosos.

---

<sup>30</sup> - Karl Marx, *Contribuição para a crítica da economia política* ( *Prefácio* ), p. 28.

<sup>31</sup> - Paul E. Lovejoy, *A escravidão na África*, p. 29; Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 36.

<sup>32</sup> - Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 99.

Em certos contextos históricos a escravidão tornou-se a forma de exploração predominante, dando origem ao grosso da produção, implicando grande número de indivíduos e influenciando fortemente as instituições político-militares, destinadas em grande parte ao controlo e à substituição dos escravos <sup>33</sup>. Mas em muitos outros ela teve peso económico e social, mas não foi determinante, nem pelo volume nem pela função dos escravos, quer da produção económica quer do aparelho jurídico e político, pois a reprodução social tinha por base outras formas de exploração, como a servidão da terra ou o trabalho assalariado <sup>34</sup>. Os autores que têm estudado este tema têm chamado *sociedades esclavagistas* àquelas e a estas *sociedades com escravos* <sup>35</sup>. Segundo alguns, dever-se-ão integrar no primeiro tipo, que teria comportado para cima de 20 % de escravos nas respectivas populações, a Atenas clássica, a Itália romana, Cuba, as Antilhas e o Brasil modernos, assim como o sul dos Estados Unidos <sup>36</sup>. As restantes sociedades que recorreram à escravidão deverão ser classificadas no segundo. De acordo com este critério também nelas devemos integrar o Portugal quinhentista, na sua parte europeia.

As relações sociais esclavagistas distinguiam-se de outras formas de submissão com as quais mostravam algumas semelhanças e poderão ser confundidas. Uma delas era a do simples *cativeiro*. A condição de cativo era um dos atributos de qualquer escravo e significava que o mesmo era prisioneiro de outra pessoa, que o tinha capturado, comprado, herdado ou por outra forma adquirido a sua posse. Quando usado em conjunto com o termo *escravo*, o de *cativo* mostrava que o indivíduo a quem se aplicava se mantinha na dependência total do senhor, não era um liberto, ou *escravo forro*. Mas quando usado isoladamente aplicava-se sobretudo a quem tinha sido

---

<sup>33</sup> - David Turley, *História da escravatura*, p. 100.

<sup>34</sup> - M. I. Finley, *Esclavitud antigua e ideología moderna*, p. 100-101.

<sup>35</sup> - David Turley, *História da escravatura*, p. 99-103.

<sup>36</sup> - Segundo K. Hopkins, citado por A. Mas i Forners, *Esclaus i catalans*, p. 35.

capturado na guerra ou em operações de pirataria com o objectivo de ser trocado por um resgate. Só no caso de este não se vir nunca a concretizar é que o cativo se converteria num verdadeiro escravo, que permaneceria na dependência do seu possuidor, ou seria vendido por este, passando a ser objecto de outro tipo de exploração, normalmente na produção de bens ou serviços. A não concretização do resgate, na interpretação de C. Meillassoux, mostrava que os seus parentes se tinham desinteressado dele ou tinham desistido, por qualquer motivo, de conseguir o seu regresso, consumando-se desse modo o rompimento dos laços culturais e afectivos com a comunidade de origem e ficando apto a ser absorvido por uma nova sociedade, na condição de escravo <sup>37</sup>. Era também chamado *escravo de resgate*, para evidenciar a precariedade da sua condição e o diferenciar do escravo em sentido mais corrente. Michel Fontenay vincou a importância do *valor de troca* que os simples cativos tinham para os seus detentores, em contraposição ao *valor de uso* que era atribuído àqueles que considerou os verdadeiros escravos <sup>38</sup>.

Essa forma de relações de submissão marcou, durante séculos, a história dos confrontos religiosos entre as duas margens do Mediterrâneo, originando mecanismos destinados a porem em prática quer as operações de resgate de parte a parte quer a recolha de esmolas destinadas a esse fim. Se do lado dos países islâmicos foi aos judeus que coube o papel de intermediários nessas acções, do lado cristão foi sobretudo uma ordem religiosa, a da Trindade que assumiu tal função, bem como a recolha de donativos. Em Portugal eram nomeados pela coroa *mamposteiros* ao longo do reino, para acompanharem esse processo, sob a superintendência do mamposteiro-mor dos cativos.

---

<sup>37</sup> - Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 104.

<sup>38</sup> - Michel Fontenay, "Pour une géographie de l'esclavage méditerranéen aux temps modernes", *Cahiers de la Méditerranée*, n.º. 65, p. 3; ver também Elikia M'Bokolo, *África negra. História e civilizações*, tomo 1, p. 310.

Outra distinção a fazer diz respeito à *servidão da terra*, nos vários lugares e épocas em que ocorreu, como na Europa medieval. Tratou-se de uma forma de exploração caracterizada pela pertença dos camponeses à terra em que tinham nascido, que não podiam abandonar e com a qual eram transmitidos sempre que a mesma mudava de senhor. Essa adscrição à gleba implicava, no entanto, que os servos não podiam ser dela retirados pelos senhores, o que lhes possibilitava ter família e manterem os laços sociais e culturais com a região de nascimento. Garantia-lhes também independência na organização da produção <sup>39</sup>, obrigando-os a prestações fixas de géneros aos senhores, normalmente elevadas, mas que permitiam a acumulação de excedentes, quando estes existiam <sup>40</sup>. A diferença principal da escravidão era o facto de os servos não serem considerados propriedade do senhor, que este pudesse usar e tratar de modo arbitrário, estando sob a protecção da lei e dos costumes, embora isso frequentemente não os isentasse de serem vítimas de abusos, devidos ao poder daquele. Também não implicava o seu desenraizamento, que era característico da maior parte das formas de escravidão, nem o transformava em mercadoria, negociável individualmente, embora fizesse parte de um património.

Algumas formas de escravidão tiveram aspectos comuns com a servidão da gleba, nos casos em que era permitido aos cativos trabalharem um lote de terra, onde viviam com a família, mas contribuindo para a economia dos donos com um certo número de dias de trabalho <sup>41</sup>. Em S. Tomé do século XVI – seguindo uma tradição africana pré-colonial - a produção agrícola devia-se a casais de escravos que cultivavam a terra para o senhor durante a semana, mas ficavam com o sábado reservado para trabalhar para si próprios. Desse modo asseguravam a sua sobrevivência alimentar – produzindo milho

---

<sup>39</sup> - Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, p. 83.

<sup>40</sup> - David Turley, *História da escravatura*, p. 21-22; Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 90-91.

<sup>41</sup> - Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 91.



zaburro, inhame e hortaliças - o seu vestuário e habitações, libertando o dono dessa necessidade. Os filhos que tivessem seriam livres <sup>42</sup>. No Brasil era costume os donos das plantações concederem terrenos aos escravos para poderem criar animais e cultivarem mandioca e hortaliças, aos quais podiam dedicar o domingo e os dias santos e, nalguns casos, o sábado. Por vezes os lotes podiam ser transmitidos por herança. Este regime, considerado pelos escravos como um direito adquirido, era chamado “*costume do Brasil*” e veio a ser seguido também nas Antilhas. Tratava-se de uma forma de escravidão, por estes camponeses serem propriedade dos respectivos senhores, que chegavam a juntar centenas, mas a permissão de manterem uma economia gerida de forma autónoma, embora em pequena escala e a possibilidade de comercializarem os excedentes produtivos nas aldeias das proximidades – que lhes podiam permitir a formação de um pecúlio e a compra da alforria - aproximava-os da condição dos servos. Foi designado por “*brecha camponesa*” no regime de escravidão por T. Lepkowski e outros autores, pois, apesar de garantir aos senhores uma maior estabilidade e obediência dos cativos, contribuía para a socialização destes e para a criação de hábitos de trabalho e de gestão autónoma que podiam facilitar a transição para a produção em regime livre <sup>43</sup>.

### ***1.2 - A escravidão no pensamento ocidental***

Os pontos de vista defendidos, desde a Antiguidade, pelos pensadores europeus sobre a origem, as funções e a legitimidade da escravidão reflectiram alguns dos pressupostos atrás enunciados. Um deles foi o preconceito que a cultura europeia – tal

---

<sup>42</sup> - Isabel Castro Henriques, “ Ser escravo em S. Tomé no século XVI: uma outra leitura de um mesmo quotidiano”, *Primeiras Jornadas de História Moderna*, Actas, v. II, p. 1132 e 1137; Arlindo Manuel Caldeira, *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé*, p. 105-106.

<sup>43</sup> - Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão*, p. 37-39.

como outras - desenvolveu em relação aos povos estrangeiros, considerados sempre num plano inferior de civilização, que justificava a sua redução à escravidão. Platão defendeu, na *República* – pela voz de Sócrates, que pôs a dialogar com alguns amigos - a inconveniência de os gregos escravizarem outros gregos, devendo-o fazer apenas em relação aos bárbaros <sup>44</sup>. Quanto a Aristóteles, as ideias que preconizou sobre a disposição natural de uns indivíduos para serem senhores e de outros para serem escravos – “ *e que para estes a escravidão e[ra] não só adequada mas também justa*” - propensão sugerida até pela forma dos respectivos corpos – “ *atribuindo a uns a força necessária para os trabalhos pesados e dando a outros a postura erecta [...] tornando-os aptos para a vida de cidadão*” – podia legitimar a pretensão de domínio de uns povos sobre os outros. Tanto mais que afirmava igualmente: “ *a raça helénica [...] não só é briosa e inteligente mas, usufruindo de uma existência livre, é a raça que melhor se governa e, no caso de atingir a unidade política, a mais apta para governar todos os povos*” <sup>45</sup>. Daí a considerar que a rudeza e primitivismo de muitos povos bárbaros, cujo aspecto os tornava estranhos e repulsivos, os destinavam naturalmente à vida de escravos ia só um pequeno passo.

O filósofo não deixou também passar em claro a característica principal da condição do escravo, a pertença ao respectivo dono, considerando-o “ *uma espécie de propriedade viva*”: “ *a parte não é apenas parte de outra coisa mas também lhe pertence inteiramente e assim acontece com a propriedade. Do mesmo modo [...] o escravo não é apenas escravo do seu senhor, pertence-lhe inteiramente*”. Nessa medida “ *aquele que, por natureza, sendo humano, não pertence a si próprio mas a outrem, é escravo por natureza*” <sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> - Platão, *A República*, Liv. V, p. 244-245.

<sup>45</sup> - Aristóteles, *Política*, Liv. I, p. 61-65 e Liv. VII, p. 505.

<sup>46</sup> - Aristóteles, *Política*, Liv. I, p. 61.

Apesar de ter sido o teorizador da *escravidão natural*, Aristóteles reconheceu a falta de justiça inerente à condição de muitos escravos, sobretudo quando provinham de guerras injustas: “*a causa das guerras pode não ser justa e ninguém pode reconhecer como escravo [...] a quem não o merece ser*” pois “*pode suceder que os considerados de mais nobre nascimento se tornem escravos e descendentes de escravos, caso sejam capturados e vendidos*” <sup>47</sup>. Esta linha de pensamento foi desenvolvida pelos sofistas, mas para porem em causa a *escravidão natural*, ao concluírem que a mesma era apenas produto da convenção humana. Alcidamas defendeu que a distinção entre homens livres e escravos era desconhecida da natureza <sup>48</sup>.

Depois de Aristóteles a filosofia abandonou em grande parte a Metafísica para enveredar pela especulação moral, nomeadamente pela busca do modo de vida próprio ao homem sábio, sereno e equilibrado. A filosofia transformou-se em Ética <sup>49</sup>. Essa mudança de sentido viria a ter consequências profundas na abordagem da *escravidão*, pois a mesma deixaria de se centrar na discussão da origem e legitimidade desta e ser deslocada para a defesa da liberdade espiritual e moral dos indivíduos, fossem escravos ou livres, contra a *escravidão dos sentidos* e da maldade. Essa visão tinha origem numa atitude pragmática para com a instituição escravagista, baseada na sua inevitabilidade, mas acabaria por justificar, durante séculos, toda a espécie de complacências e cumplicidades com a mesma.

São de referir, nesta matéria, os filósofos da escola estóica. Zenão e Crísipo consideravam a alma dos escravos parte de uma razão universal e as diferenças entre homens cativos e livres simples acidentes resultantes de convenções. Epicteto, antigo

---

<sup>47</sup> - Aristóteles, *Política*, Liv. I, p. 67.

<sup>48</sup> - David Brion Davis, *O problema da escravidão na cultura ocidental*, 92.

<sup>49</sup> - Julián Marias, *História da filosofia*, p. 102-103.

escravo, considerava a ambição de liberdade dos cativos uma ilusão destinada a fazê-los cair no desencanto de uma vida de privações e na dependência dos desejos <sup>50</sup>.

Para Sêneca, que desenvolveu este tema numa carta ao jovem Lucilius, as condições de escravo ou livre eram circunstanciais e precárias, podendo uma transformar-se na outra de acordo com os acidentes da Fortuna. Por isso os senhores deviam tratar os seus escravos com benevolência, pensando que um dia poderiam vir a achar-se na mesma situação. Retirando todas as consequências das suas ideias sobre a natureza sobretudo moral da escravidão, aconselhava: “ *Age para com o teu inferior como gostarias que o teu superior agisse contigo*”. O escravo podia ter a alma de um homem livre, enquanto que os senhores podiam ser escravos do vício, da ambição e do medo. Aconselhava o amigo a avaliar os seres humanos pela sua moralidade e não pelo seu emprego, admitindo os escravos à mesa e pondo de parte a vaidade fútil: “ *Eles são escravos ? Não, eles são homens [...] amigos de humilde condição, dirás tu se pensares que a Fortuna tem igual poder sobre escravos e homens livres !*” <sup>51</sup>.

Uma atitude muito semelhante à dos estóicos teve o pensamento cristão. A Bíblia admitia a existência de escravos e recomendava aos servos que fossem obedientes aos senhores, mesmo aos mais rigorosos, porque era uma graça suportar contrariedades, sofrendo injustamente por amor de Deus: “ *Que mérito tereis se, praticada a falta, sofreis pacientemente o castigo ? Mas se, fazendo o bem, sofreis com paciência, isto é agradável aos olhos de Deus [...] porque Cristo também sofreu por vós [...] Ele que não cometeu pecado [...] Ele que, quando o insultavam, não insultava e, sofrendo, não ameaçava*” <sup>52</sup>. Na epístola aos Gálatas S. Paulo afirmou que “ *foi para a liberdade que Cristo nos libertou. Permanecei, pois, firmes e não torneis a sujeitar-vos ao jugo da*

---

<sup>50</sup> - David Brion Davis, *O problema da escravidão na cultura ocidental*, p. 94-95.

<sup>51</sup> - Sêneca, *Oeuvres complètes de Sènèque*, v. II, p. 102-104.

<sup>52</sup> - “ 1ª. Carta de S. Pedro”, *Bíblia sagrada*, p. 1215-1216.

escravidão”<sup>53</sup>. Tratava-se, naturalmente, da liberdade espiritual e da escravidão do pecado. O livro do Êxodo descrevia as consequências dos maus tratos e da morte infligida por alguém aos seus escravos e determinava que quem comprasse um servo hebreu só poderia dispor dele seis anos e no sétimo libertá-lo-ia gratuitamente<sup>54</sup>. Os membros do povo de Deus gozavam, por isso, de um estatuto especial em face da escravidão, diferente do que era aplicado aos outros povos.

Santo Ambrósio, bispo de Milão, foi o primeiro a atribuir o início da escravidão à maldição de Noé ao seu neto Canaã, filho de Cam, incluída no livro do *Gênesis*. Quando este último o tinha encontrado ébrio e nú e troçara dele, amaldiçoara-o na pessoa do seu filho: “ – *Maldito seja Canaã. Que ele seja o último dos escravos de seus irmãos*”<sup>55</sup>. Teria sido esse o primeiro escravo. A ligação do episódio bíblico ao início da escravidão faria escola durante séculos, até aos tempos modernos, considerando-se que entre os descendentes de Canaã estavam egípcios e negros<sup>56</sup>. Mas Santo Agostinho considerava-a anterior<sup>57</sup>.

Santo Agostinho continuou a identificar a liberdade com a virtude e a escravidão com o pecado: “ *o bom, mesmo que reduzido à escravidão, é livre, ao passo que o mau, mesmo que seja rei, é escravo, não de um homem mas, o que é mais grave, de tantos senhores quantos os vícios*”<sup>58</sup>. Quanto à escravidão concreta – social e jurídica – mesmo quando resultava da guerra era o justo castigo que Deus infligia ao vencido que caía nessa condição: “ *O pecado é [...] a primeira causa da servidão. É assim que o homem se submete ao homem pelo vínculo da sua condição; isto não acontece sem um desígnio de Deus, em quem não há injustiça e que sabe distribuir as diferentes penas*

---

<sup>53</sup> - “Carta aos Gálatas”, *Bíblia sagrada*, p. 1165.

<sup>54</sup> - “Êxodo”, *Bíblia sagrada*, p. 83-84.

<sup>55</sup> - “Gênesis”, *Bíblia sagrada*, p. 25.

<sup>56</sup> - José Andrés-Gallego e Jesus Maria Garcia Añoveros, *La Iglesia y la esclavitud de los negros*, p. 62.

<sup>57</sup> - Jesus Maria Garcia Añoveros, *El pensamiento y los argumentos sobre la esclavitud en Europa en el siglo XVI*, p. 127.

<sup>58</sup> - Santo Agostinho, *A cidade de Deus*, Liv. IV, cap. III, p. 382.

*conforme as culpas dos pecadores*”. Por isso, S. Pedro recomendava aos servos que se submetessem aos donos de boa vontade: “ *Desta forma, se não podem libertar-se dos seus senhores, poderão de certo modo tornar livre a sua servidão [...] até que a injustiça passe e se aniquile toda a soberania e todo o poderio humano e Deus seja tudo em todos* ” <sup>59</sup>. A transferência para o fim dos tempos da supressão de todas as injustiças e a apologia da resignação dos cativos à sua sorte iriam caracterizar o pensamento cristão durante mais de um milénio.

S. Tomás de Aquino considerava a escravidão como contrária à primeira intenção da natureza, mas não à segunda, “ *porque desde o momento em que alguém peca a natureza também lhe comunica a pena do pecado e, nessa medida, a escravidão foi introduzida como castigo do pecado* ” <sup>60</sup>. Não existia no estado de inocência, no qual “ *o homem não exercia sobre o homem o domínio que corresponde à escravidão* ”, a qual é contrária à liberdade, “ *um dos maiores bens, que não faltou no estado de inocência, quando nada faltava de quanto pudesse apetecer à recta vontade* ” <sup>61</sup>. Por isso a servidão não podia impedir o matrimónio, que era de direito natural e divino, enquanto a mesma era de direito positivo <sup>62</sup>. Considerava, no entanto, tal como Aristóteles, que o cativo era um instrumento do seu senhor, nas coisas pertencentes à vida humana, tal como o oficial do artista era instrumento deste no que dizia respeito à obra de arte <sup>63</sup>. Distinguia, assim, a escravidão humana ou terrena, da escravidão da alma, embora esta – consubstanciada no pecado original - tivesse sido a primeira causa daquela, ao ter destruído a ordem primitiva do mundo, desejada por Deus.

O pecado não era, compreensivelmente, mencionado como factor da existência de escravos e senhores pelo código das *Sete Partidas*, síntese do direito romano e canónico

---

<sup>59</sup> - Santo Agostinho, *A cidade de Deus*, Liv. XIX, cap. XV, p. 1923-1924.

<sup>60</sup> - S. Tomás de Aquino, *Suma teológica* ( Parte III, Suplemento, Questão LII, Artº. 1), Tomo V, p. 248.

<sup>61</sup> - Idem ( Parte I da II Parte, Questão XCVI, Artº. IV ), Tomo I, p. 787-788.

<sup>62</sup> - Idem ( Parte III, Suplemento, Questão LII, Artº. II ), Tomo V, p. 249-250.

<sup>63</sup> - Idem, ( Parte II da II Parte, Questão X, Artº. X ), Tomo III, p. 64.

patrocinada, no século XIII, por Afonso X, o Sábio <sup>64</sup> e que influenciou decisivamente o direito em vigor nos países peninsulares do fim da Idade Média e da Época Moderna. O título dedicado aos servos da Partida IV referia-se à origem da escravidão da seguinte forma: “ *A servidão é criação e estabelecimento que fizeram antigamente as gentes, pela qual os homens, que eram naturalmente livres, se fizeram servos e se submeteram ao senhorio de outrem contra a razão da natureza*”. Explicava depois que, nas guerras antigas, era costume matar os inimigos vencidos, mas que os imperadores vieram a ordenar que, em vez disso, fossem conservados e os vencedores se servissem deles <sup>65</sup>.

Apresentava também uma definição de servidão em que sobressaía a sua característica principal, a propriedade de uns homens pelos outros: “ *A servidão é a coisa mais vil e desprezada que existe entre os homens: porque o homem, que é a mais nobre e livre criatura de todas as que Deus fez, fica por ela em poder de outro, de tal modo que pode fazer dele o que quiser, como de qualquer outro bem seu [...]; é coisa tão desprezada [...] que o que nela cai não só perde o poder de fazer o que desejar do que é seu, mas também em relação à sua pessoa não pode fazer senão o que lhe manda o senhor*” <sup>66</sup>. O poder deste estava, no entanto, sujeito a algumas limitações morais, que o impediam de matar o escravo, de o ferir de tal forma que fosse contra a “ *razão natural*” ou deixá-lo morrer à fome. Só se o achasse com a sua mulher ou filha teria justificação para lhe dar a morte. Em caso de a crueldade do senhor ser insuportável para o cativo este poderia queixar-se ao juiz, o qual, provando-se a verdade da acusação,

---

<sup>64</sup> - David Brion Davis, *O problema da escravidão na cultura ocidental*, p.124.

<sup>65</sup> - “ *Servidumbre es postura et establecimiento que ficieron antiguamente las gentes, por la qual los homes, que eran naturalmente libres se facien siervos et se sometien á señorio de otri contra razon de natura*” ( Afonso X, *Las siete partidas*, Tomo III, Partida IV, Tít. XXI, p. 117 ).

<sup>66</sup> - “ *Servidumbre es la mas vil et la mas despreciada cosa que entre los homes puede seer; porque el home, que es la mas noble et libre criatura entre todas las otras criaturas que Dios fizo, se torna por ella en poder de otri, de guisa que pueden facer dél lo que quisieren como de outro su haber [...]: et tan despreciada cosa es esta servidumbre que el que en ella cae non tan solamente pierde poder de non facer de lo suyo lo que quisiere, mas aun de su persona mesma non es poderoso sinon quantol manda su señor*” ( Idem, Tít. V, p. 30 ).

o deveria vender e dar o seu valor ao dono <sup>67</sup>. Também era permitido, na esteira de S. Tomás de Aquino, o casamento dos escravos, mesmo contra a vontade do senhor <sup>68</sup>.

O debate sobre a natureza e a legitimidade da escravidão reacendeu-se no século XVI, depois da conquista castelhana da América, com a tentativa de escravização dos seus naturais por parte dos colonos e a posterior introdução de grande número de cativos africanos. Devido a esse novo condicionalismo o mesmo voltou a centrar-se mais na escravidão social e jurídica do ser humano do que na sua escravidão espiritual, ou seja, na submissão ao pecado.

Em resposta à captura e venda de ameríndios, realizada pelo próprio Colombo, Castela veio a considerá-los, por cédula real de 20 de Julho de 1500, vassalos livres da coroa, embora três anos depois tivesse aberto uma excepção para os índios canibais que resistissem ao domínio e à catequização cristã <sup>69</sup>. As necessidades da colonização, porém, levaram à prática de outras formas de trabalho coagido, nomeadamente o *repartimento* dos naturais entre os colonos, por períodos limitados, o que levou a abusos destes, à reacção dos índios, a reclamações dos padres dominicanos, presentes nas Caraíbas a partir de 1510 e a intensas discussões entre os teólogos espanhóis, chamados a definir a doutrina que devia ser seguida pela coroa. Esta veio a concretizar-se nos acordos dimanados da Junta de Burgos, promulgados em Dezembro de 1512, que procuravam conciliar três princípios: o de que os índios eram seres livres e racionais, devendo assim ser tratados, a possibilidade de trabalharem para os colonos a troco de salário, na medida das suas possibilidades físicas e em condições definidas, e o respectivo acesso ao ensino do Cristianismo <sup>70</sup>. Em 1537 o papa Paulo III, através da

---

<sup>67</sup> - Idem, Tít. XXI, p. 120.

<sup>68</sup> - Idem, Tít. V, p. 30-31.

<sup>69</sup> - Michèle Guicharnaud-Tollis, “ L’introduction des esclaves noirs dans le Memorial de Catorce remédios ( 1516 ) de Bartolomé de las Casas: une aberration ?”, *Las Casas face à l’esclavage des noirs*, p. 26-28.

<sup>70</sup> - *História universal* ( Dir. José Manuel Cuenca Toríbio ), v. 3, p. 640-643.



bula *Sublimis Deus*, proibiu a escravatura nas Índias de Castela, com a seguinte argumentação: “ *O inimigo comum da humanidade [...] escogitou um processo inédito de impedir que a palavra de Deus se pregasse aos gentios e estes se salvassem. Dispôs para isso alguns servidores [...] os quais procuram sustentar [...] que os índios ocidentais e meridionais [...] devem ser tratados e ao nosso serviço submetidos como bestas, com o fundamento de que são inábeis para a fé católica. E assim reduzem-nos à servidão e quase os vexam com mais opressões do que os próprios animais brutos de que se servem*”. E concluiu retirando aos colonos americanos a autoridade de submeter os gentios à escravatura: “ *E atendendo a que esses índios, como verdadeiros homens, não só têm capacidade para a fé cristã, mas correm para ela prontissimamente [...] determinamos e declaramos [...] que os referidos índios [...] não estão privados, nem devem sê-lo, quer da sua liberdade, quer do domínio sobre as suas coisas [...] e não devem ser reduzidos à servidão*” <sup>71</sup>.

Em 1542 o imperador Carlos V decretou as *Leis novas*, que sistematizaram as orientações da coroa castelhana para o futuro em matéria de descobrimento e colonização e que seriam: o controle eclesiástico das novas conquistas, o respeito pelos indígenas e pelos seus bens, a limitação drástica das *encomendas* e revisão dos *repartimentos* de nativos, a anulação ou redução de taxas e serviços que lhes eram impostos e a libertação dos índios escravizados <sup>72</sup>.

Porém, as atitudes dos conquistadores e colonos americanos, cujo eco chegou a Carlos V pela voz, entre outros, do padre Las Casas, fizeram fracassar aquelas determinações, levando o soberano a convocar para Valladolid, em 1550, um conselho de catorze teólogos e juristas que debatessem novamente a orientação ideológica e as

---

<sup>71</sup> - Servimo-nos da transcrição publicada por J. S. da Silva Dias, em *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, p. 155-156.

<sup>72</sup> - Manuel Lucena Salmoral, “ Planteamiento de la duda indiana ( 1534-1549 ). Crisis de la consciência nacional: las dudas de Carlos V”, *Las Casas frente à l’esclavage des noirs*, p. 188.

atitudes concretas a serem tomadas na colonização do Novo Mundo. Entre os participantes contavam-se Domingo de Soto, Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomé de las Casas <sup>73</sup>.

A partir de 1514 o dominicano Bartolomé de las Casas, de origem sevilhana e antigo proprietário e *repartidor* de índios em Cuba, juntou os seus protestos aos da sua ordem e, de regresso a Espanha, protagonizou uma campanha incansável a favor dos índios e contra as arbitrariedades dos conquistadores e colonos americanos. O seu *Memorial de agravos feitos aos índios* foi dirigido à coroa em 1516 <sup>74</sup> e no mesmo ano redigiu e apresentou um *Memorial de remédios para as Índias* que teria grande impacto nas discussões futuras acerca da colonização da América. Neste defendeu a supressão das *encomendas* e da escravidão dos índios e esboçou um plano utópico de colonização que, além das povoações de espanhóis, incluía núcleos populacionais de nativos que deviam respeitar a estrutura comunitária e o modo de vida colectivista destes <sup>75</sup>.

O Remédio XI dos que foram preconizados por Las Casas veio a provocar o escândalo e a acusação, da parte dos seus adversários e de muitos vindouros, de ter sido ele o responsável pelo tráfico negreiro que se viria a desenvolver, ao longo de séculos, em direcção às Américas. O dominicano, na intenção de defender os índios americanos das arremetidas dos colonos espanhóis, propôs que em cada uma das comunidades que se viessem a estabelecer, de acordo com o seu plano, pudessem existir vinte escravos negros, em vez de nativos e que fossem utilizados na exploração das minas <sup>76</sup>. Outros vieram depois a pedir o tráfico directo entre África e as Índias ocidentais. Em 1517 a Casa de Contratação, de Sevilha, autorizou a importação de 4.000 escravos africanos

---

<sup>73</sup> - Angel Losada, “Introdução” a *Democrates segundo*, de Juan Ginés de Sepúlveda, p. XX-XXI.

<sup>74</sup> - Jean-Pierre Tardieu, “De l’undécimo remédio de las Casas ao Project de traite des noirs”, *Las Casas face à l’esclavage des noirs*, p. 47.

<sup>75</sup> - Michèle Guicharnaud-Tollis, “L’introduction des esclaves noirs dans le Memorial de Catorce Remédios”, *Las Casas face à l’esclavage des noirs*, p. 37.

<sup>76</sup> - Jean-Pierre Tardieu, “De l’undécimo remédio de las Casas ...”, *Las Casas face à l’esclavage des noirs*, p. 50.

pelas Antilhas, iniciando-se assim o tráfico atlântico em grande escala. O próprio Las Casas voltou a propor várias vezes, quer ao Conselho das Índias quer a Carlos V, a importação de negros, mesmo quando já era bispo de Chiapa <sup>77</sup>. Mais tarde veio a culpar-se por não ter compreendido que a escravidão dos negros era tão injusta como a dos índios e ter tomado aquelas iniciativas <sup>78</sup>.

Em 1542 redigiu a *Brevíssima relação da destruição das Índias*, em que descreveu as inúmeras atrocidades perpetradas pelos conquistadores e colonos contra as populações autóctones, que teriam ocasionado o despovoamento do território, concluindo com o pedido de suspensão das conquistas <sup>79</sup>. O seu plano reformador foi concluído numa *Representação ao imperador Carlos V*, datada do mesmo ano, em que defendia o retorno à coroa de muitas das terras entregues a colonos - por partir do princípio de que tinham sido tiradas aos índios, súbditos do rei e, portanto, à própria coroa – a retirada dos colonos mais belicosos e algumas reformas administrativas <sup>80</sup>.

Já em 1527 Las Casas iniciara a redacção da *História das Índias* - que viria a resumir na *Brevíssima descrição* e que só seria publicada em 1875 – a qual retomaria na década de 50, incluindo na mesma alguns capítulos sobre o comportamento de portugueses e espanhóis nas ilhas Canárias e na costa ocidental africana <sup>81</sup>. Os portugueses foram, compreensivelmente, o alvo principal das suas críticas. Insurgiu-se contra a prática, característica da primeira fase da expansão lusa, de assaltar e cativar os habitantes das aldeias costeiras que conseguiam surpreender, sob o pretexto de serem infiéis, em vez de lhes darem exemplos de cristandade e os atraírem para a verdadeira fé

---

<sup>77</sup> - Patrice Kossigan, “Fray Bartolomé de las Casas, de defensor de los índios a defensor de los negros y guanches”, *Las Casas face à l’esclavage des noirs*, p. 292.

<sup>78</sup> - No capítulo CXXIX do Liv. III da sua *História das Índias* ( Patrice Kossigan, ob. cit., p. 303 ).

<sup>79</sup> - Bartolomé de las Casas, *Brevíssima relação da destruição das Índias*, Lisboa, 1990.

<sup>80</sup> - Manuel Lucena Salmoral, “Planteamiento de la duda indiana ...”, p. 184-186.

<sup>81</sup> - Capítulos 17 a 27, publicados por Isacio Perez Fernandez com o título de *Brevisima relacion de la destruccion de Africa*, p. 13.

<sup>82</sup>. Defendeu como únicas motivações legítimas para dar guerra aos infiéis: em primeiro lugar, a defesa contra os seus ataques, vulgares da parte de turcos, mouros da Berbéria e do Oriente; em segundo, o castigo por perseguirem o Cristianismo ou impedirem a sua expansão; por último, reagir à ocupação de territórios cristãos. Ora, nenhum desses objectivos podia ser invocado como causa de “ *tantos males e agravos, tantas mortes e cativos, tantos escândalos e perdição de tantas almas*” <sup>83</sup>. Condenou igualmente o tráfico de cativos, através do qual os portugueses enchiam o mundo de escravos negros, quando “ *de cem mil não se acredita[va] que dez t[ivesse]m sido legitimamente feitos escravos*” <sup>84</sup>. É assinalável a evolução das ideias do padre dominicano, desde que recomendou o emprego de escravos negros na colonização da América até à condenação tão veemente da sua captura e comércio.

O principal antagonista de Las Casas no conselho de Valladolid foi Juan Ginés de Sepúlveda, autor de *Demócrates segundo, ou das justas causas da guerra contra os índios*, obra em que, por meio de um diálogo entre duas personagens – Demócrates, apologista do conflito e Leopoldo, seu opositor - se pronunciou a favor da legitimidade da guerra contra os naturais da América por estes serem idólatras, pelos seus pecados contra a natureza - como devorarem carne humana e imolarem pessoas aos deuses - e pela sua incapacidade para a vida política. Os legítimos fins da conquista espanhola tinham sido propagar a fé e impedir que os chefes religiosos e políticos impedissem a conversão dos autóctones <sup>85</sup>. Baseando-se na tese aristotélica da servidão natural, defendeu a submissão dos ameríndios aos conquistadores: “ *[...] se é lícito e justo que os melhores e que mais sobressaem pela natureza, costumes e leis imperem sobre os*

---

<sup>82</sup> - Bartolomé de las Casas, *Brevisima relacion de la destruccion de Africa*, p. 235-236.

<sup>83</sup> - “ *[...] tantos males y agravios, tantas muertes y captiverios, tantos escándalos y perdición de tantas ánimas*” ( Idem, p. 255 ).

<sup>84</sup> - “ *[...] de cien mil no se cree ser diez legitimamente hechos esclavos*” ( Idem, p. 267 ).

<sup>85</sup> - *História universal* ( Dir. José Maria Cuenca Toríbío ), p. 647; Juan Ginés de Sepúlveda, *Democrates segundo* ( Introd. de Angel Losada ), p. XXXVI-XLIV.

*seus inferiores [...] com perfeito direito exercem os espanhóis o seu domínio sobre esses bárbaros do Novo Mundo, os quais [...] lhes são tão inferiores como as crianças aos adultos, as mulheres aos homens, os cruéis e desumanos aos extremamente mansos”* <sup>86</sup>. Comparou os índios a “*seres em que dificilmente se encontram restos de humanidade, que não só carecem de cultura como nem sequer usam ou conhecem as letras, nem conservam monumentos da sua história, [...] carecem de leis escritas e têm instituições e costumes bárbaros*” <sup>87</sup>. Essas razões, mais a cobardia frente aos conquistadores, levaram-no a concluir: “*Não é isso prova de que são servos por natureza ?*” <sup>88</sup>.

Um dos pensadores mais originais e influentes que intervieram nas discussões sobre a legitimidade do domínio espanhol na América e a atitude que devia ser tomada em relação aos seus naturais foi o professor de Salamanca Francisco de Vitória, que ao tema dedicou algumas das suas lições magistrais, sobretudo a *Relectio de indis*, proferida em 1539 <sup>89</sup>. Os seus pontos de vista assentaram no reconhecimento do poder dos índios sobre as respectivas terras - que não lhes podiam ser retiradas por causa dos seus pecados, da sua infidelidade, ou da sua debilidade mental - assim como da sua liberdade natural e dignidade humana <sup>90</sup>. Considerou ilegítimo o poder universal atribuído ao imperador ou ao papa – que tinha entregue aos espanhóis o domínio político e a missão de pregar o Cristianismo no novo continente - com que muitos justificavam a respectiva conquista <sup>91</sup>. Defendeu o direito dos seus compatriotas irem para as Índias e aí viverem, mas na condição de não inquietarem ou prejudicarem os

---

<sup>86</sup> - Juan Ginés de Sepúlveda, *Democrates segundo*, p. 33. A obra manteve-se manuscrita até ao século XIX, devido aos pareceres negativos das universidades de Alcalá de Henares e de Salamanca para a sua impressão (A. Losada, “Introdução” à edição citada, p. XV-XVI).

<sup>87</sup> - Idem, p. 35.

<sup>88</sup> - Idem, p. 36.

<sup>89</sup> - As *relecciones* ou *repetições* eram lições solenes pronunciadas anualmente pelos catedráticos perante as faculdades ou a universidade acerca de matérias versadas nos cursos (João Amândio Martins da Silva, *O pensamento político e social de Frei Francisco de Vitória*, p. 43).

<sup>90</sup> - Maurice Barbier, *Francisco de Vitoria. Leçons sur les indiens et sur le droit de guerre*, p. XXXIV.

<sup>91</sup> - Introdução a *Relectio de indis o libertad de los indios*, p. LXXXVII.

naturais, assim como de lhes anunciarem o Evangelho e de protegerem os índios convertidos. Reconheceu-lhes igualmente o direito de defesa no caso de serem atacados, mas de forma moderada <sup>92</sup>. Entre os mais ilustres discípulos de Vitória podem incluir-se Bartolomé de Carranza, Domingo de Soto, Luís de Molina e Francisco Suarez <sup>93</sup>.

O debate acerca da escravidão, para além de se centrar na origem e legitimidade desta, incidiu também, como se viu, nas formas e lugares concretos por ela assumidos, pois a discussão foi frequentemente motivada por necessidades do momento. Tal como sucedeu em relação aos ameríndios, também o tráfico e escravização de africanos foi objecto de amplos debates, devido ao enorme vulto que adquiriram no século XVI pela mão dos traficantes portugueses e dos seus clientes espanhóis.

O dominicano Domingo de Soto, professor em Salamanca, debruçou-se sobre os problemas levantados pela prática da escravatura nas obras *De justitia et iure libri decem* ( 1554 ) e *Commentariorum in quartum sententiarum* ( 1557 ). Em relação à tese de Aristóteles de que a existência de senhores e escravos tinha origem na própria natureza, defendeu que as diferenças de capacidade entre os homens apenas justificavam que os mais inteligentes governassem os mais rudes e estes se submetessem à sua orientação e ensino, respeitando-os, mas não autorizavam a sua transformação em escravos. Tal como S. Tomás de Aquino, considerava que a escravidão era contra a primeira intenção da natureza, inerente ao estado de inocência, mas não à segunda, posterior ao pecado e contaminada por ele, podendo e devendo ser corrigida pelo *direito das gentes*, que admitia a existência de escravos <sup>94</sup>. Mas, segundo pensava, à semelhança de Bartolomé de las Casas na sua última fase, nenhuma das causas legítimas de escravidão se aplicavam aos negros africanos traficados pelos

---

<sup>92</sup> - Maurice Barbier, *Francisco de Vitória. Leçons sur les indiens ...*, p. XXXVII-XXXIX.

<sup>93</sup> - Idem, p. XL.

<sup>94</sup> - José Andrés-Gallego e Jesus Maria Garcia Añoveros, *La Iglesia y la esclavitud de los negros*, p. 26-27.

europeus e menos legítimo era afirmar que os escravos, em cativeiro, teriam uma vida melhor que a que tinham quando eram livres e o simples facto de os tornarem cristãos era razão suficiente para os escravizarem, porque uma das condições essenciais da fé era que ninguém podia ser coagido a aceitá-la <sup>95</sup>.

Também Tomás de Mercado, igualmente da ordem dos pregadores, criticou o tráfico de negros, por não lhe parecer que as causas que podiam, segundo o *jure gentium* reconhecido desde a Antiguidade, legitimar a respectiva escravidão se verificassem na maior parte das vezes, as quais eram: justa guerra, condenação pela prática de crimes e venda pelos pais em situação de extrema necessidade. O estado de barbárie em que esses povos viviam levava a que andassem permanentemente em conflito, por causas fúteis, o que era agravado pela ganância de venderem os inimigos a portugueses e espanhóis. Por isso andavam sempre “ *à caça uns dos outros como se fossem veados*”. As mesmas causas faziam com que os príncipes condenassem os súbditos e os pais vendessem os filhos sem razão suficiente. A isso acresciam os muitos enganões com que os mercadores atraíam os naturais para os capturarem. Por tudo isso concluía que, de todos os negros saídos de África, metade era “ *enganada ou tiranicamente cativa*”, pelo que pecavam gravemente todos os envolvidos no trato, quer fossem mercadores - africanos ou europeus - quer compradores, devido à fama que existia sobre a origem ilícita dos escravos <sup>96</sup>.

À injustiça da escravização dos negros se referiu em 1560 o arcebispo do México Alonso de Montúfar em carta a Filipe II. Nela mostrava a sua admiração e “ *de muitas pessoas de letras e consciência*” por não ser admitida a escravidão dos índios mas ser a dos africanos, pois estes não faziam guerra aos cristãos e aceitavam de boa vontade a sua religião. Além disso, o tráfico fazia aumentar as guerras entre os povos negros, pela

---

<sup>95</sup> - José Andrés-Gallego e Jesus M. G. Añoberos, Ob. cit., p. 28.

<sup>96</sup> - Tomás de Mercado, *Suma de tratos y contratos* ( 1571 ), v. I, p. 229-239.

cobiça das vendas aos mercadores. Afirmava que, se terminasse tal comércio, haveria condições para converter esses povos à fé de Cristo nos seus próprios territórios, ficando, além de livres nos corpos, ainda mais livres nas almas <sup>97</sup>.

Luís de Molina nasceu em Cuenca, entrou para a Companhia de Jesus em Coimbra e aí estudou filosofia. Nesta cidade e em Évora leccionou durante 26 anos. Sofreu forte influência de Francisco de Vitória e foi autor do *Tractatus de iusticia et de iure*, em que, entre outros temas, abordou a escravização dos negros e dos asiáticos <sup>98</sup>. Admitindo a escravidão como um facto, procurou indagar se os vários títulos justificativos da mesma – justa guerra, condenação por crimes, venda de si próprio ou dos filhos e nascimento de mãe escrava - eram aplicáveis quer aos cativos originários da costa ocidental da África – Guiné, Cabo Verde, S. Tomé, Congo e Angola - quer aos provenientes de Moçambique, da Índia, da China e do Japão <sup>99</sup>. Depois de considerar em pormenor a natureza injusta da maior parte das fontes de escravidão - devido à violência e cupidez dos povos que vendiam cativos aos portugueses – e a falta de escrúpulos dos mercadores em relação à origem dos escravos, concluiu que o tráfico a que estes se entregavam era injusto e iníquo e que pecavam mortalmente todos os que nele participavam. Condenou as lastimáveis condições em que a deportação se efectuava e sentenciou: “ *Os eventuais bens espirituais que se podem extrair deste negócio não o justificam. Não se pode fazer o mal para que resulte o bem, além de que aqueles que exportam os escravos não estão a pensar no bem espiritual deles, mas no seu lucro temporal*” <sup>100</sup>.

Se bastantes vozes questionaram e condenaram as formas mais comuns de obter escravos, muito poucas ousaram pôr em causa a própria escravidão. Contribuíram para

---

<sup>97</sup> - Idem, p. 32-35.

<sup>98</sup> - Domingos Maurício, “ A Universidade de Évora e a escravatura”, *Didaskalia*, v. VII, p. 173.

<sup>99</sup> - António Manuel Hespanha, “ Luís de Molina e a escravização dos negros”, *Análise social*, v. XXXV (157 ), p. 937-960.

<sup>100</sup> - Idem, p. 947-960, incluindo a transcrição.



isso a influência renovada da cultura greco-latina na sociedade renascentista – nomeadamente a filosofia e o direito - e a admissão da escravatura pela Igreja cristã ao longo de séculos. Provavelmente por essa razão foi uma personalidade laica a primeira a negar os próprios fundamentos teóricos da instituição. Jean Bodin estudou e ensinou leis em Toulouse, foi advogado e político <sup>101</sup>. Na sua obra principal, a *República*, dedicada ao estudo da soberania e do Estado, incluiu um capítulo sobre a escravatura <sup>102</sup> para cuja abordagem partiu, não “*dos discursos dos filósofos*”, mas antes “*da opinião popular*”, ou seja, do senso comum, procurando inquirir se ela era natural e útil às Repúblicas ou contra a natureza. Sobre a escravidão natural defendida por Aristóteles afirmou que aceitaria a sua existência se verificasse que “*o homem forte, bruto, rico e ignorante obedecer[ia] ao sábio, discreto e prudente, mesmo que pobre*” e não o contrário, como sucedia <sup>103</sup>. Contestava também o argumento de que era obra de caridade poupar a vida aos cativos na guerra para se servir deles como animais ou ganhar com a sua venda <sup>104</sup>. Mas, acima de tudo, tinha em conta os inúmeros sofrimentos causados a tantos seres humanos ao longo da história das civilizações e os perigos e prejuízos que para estas tinham derivado da existência da escravidão. Por isso lamentava que, com tantas oportunidades que houvera para acabar com esse regime, ele continuasse a alastrar por todo o mundo, por causa da avareza de mercadores, governadores e soberanos <sup>105</sup>.

Apesar de alguns dos argumentos de Bodin terem sido já usados por outros críticos da escravidão e do tráfico, nomeadamente do tráfico atlântico, a sua originalidade esteve no radicalismo com que se insurgiu contra os seus principais

---

<sup>101</sup> - A. Truyol y Serra, *História da filosofia do Direito e do Estado*, p. 134-135.

<sup>102</sup> - Jean Bodin, *Les six livres de la République*, Liv. I, Cap. V.

<sup>103</sup> - “*Je confesseray que la servitude sera naturelle quand l’homme fort, roide, riche et ignorant obeïra au sage, discret et faible, quoy qu’il soit povre*” ( Idem, p. 35 ).

<sup>104</sup> - Idem, p. 36.

<sup>105</sup> - Idem, p. 44-45; David Brion Davis, *O problema da escravidão na cultura ocidental*, p. 135.

fundamentos teóricos, respeitados durante séculos pelos filósofos e teólogos cristãos, o que só foi possível por vir de um homem de formação laica e profissionalmente descomprometido com a organização eclesiástica.

### ***1. 3 - A escravidão no pensamento português***

As ideias adoptadas em Portugal acerca da natureza e consequências da escravatura, assim como das vias legítimas para impor a alguém essa condição, nomeadamente das causas de justa guerra, reflectiram as que, desde a Antiguidade, foram seguidas pelo pensamento ocidental, embora influenciadas pelas particulares circunstâncias históricas do reino lusitano, como a conquista de territórios aos muçulmanos e a expansão marítima. A origem da escravidão foi sempre atribuída ao pecado original, as concepções sobre o relacionamento dos senhores com os cativos mostraram sobretudo a influência de Séneca e de S. Tomás de Aquino e as teses acerca da liberdade dos índios americanos e da escravização dos negros derivaram do debate dos teólogos castelhanos sobre idênticos assuntos.

D. Durando Pais, prior de Santa Cruz de Coimbra no século XIII, ao dissertar sobre a sociedade doméstica nos seus comentários às ideias de Aristóteles, defendeu a dignidade dos escravos e um tratamento benigno da parte dos senhores, como foi preconizado por Séneca, de modo a que eles se sentissem inclinados a servir os donos mais por afecto que por temor <sup>106</sup>.

Para Álvaro Pais, que foi bispo de Silves no século XIV, a natureza tinha instituído a liberdade comum, tendo a servidão sido introduzida pelo pecado e pela soberba. Admitindo, como Aristóteles e Santo Agostinho, a existência de dominadores e

---

<sup>106</sup> - Pedro Calafate, “Fundamentação ética das relações económicas”, *História do pensamento filosófico português* (Dir. Pedro Calafate), p. 476 e 479.

dominados por isso ser conveniente para a boa ordenação da sociedade, defendeu que tal acontecia, porém, “ *para os homens se auxiliarem e amarem* ” <sup>107</sup>. No *Speculum regum*, obra escrita no contexto da batalha do Salado <sup>108</sup>, enumerou três condições de justa guerra: objectivo de recuperar bens usurpados, intenção de repelir inimigos e defesa da pátria, pessoas e bens. Como no norte de África tinha sido outrora venerado o nome de Cristo, aí implantado pelos reis godos, era dever de um rei cristão, como braço armado da Igreja, recuperar esses territórios através da guerra ofensiva contra os mouros<sup>109</sup>.

Semelhante posição foi manifestada pelo príncipe D. Duarte no *Leal conselheiro*: “ *A guerra dos mouros tenhamos que é bem de a fazer, pois que a santa Igreja assim o determina* ”. Mas adiantou os argumentos dos que lhe eram contrários: “ *por que razão faríamos contra eles peleja, ou moveríamos guerra, pois suportávamos entre nós viverem judeus e outros mouros tais como eles ? Cá se todos aqueles primeiro matássemos, ou tornássemos à nossa lei, razoado lhes parecia que os guerreássemos, mas suportar estes e matar eles, por lhes ocupar e filhar as terras, não pareceria justamente feito* ”. A justificação para essa aparente contradição era a de, recuperando aos mouros os territórios que tinham usurpado, permitir aos respectivos habitantes converterem-se ao Cristianismo, se o quisessem fazer e, quanto aos outros, agir como mandasse o papa. Mas para fazer a guerra era necessário haver “ *boa tenção* ” e que fosse feita por pessoas convenientes <sup>110</sup>.

Uma das abordagens mais profundas da condição dos escravos na Idade Média portuguesa foi a do infante D. Pedro, no *Livro da virtuosa benfeitoria*. Revelando forte influência de Séneca, desenvolveu as ideias deste sobre as relações entre donos e cativos

---

<sup>107</sup> - Álvaro Pais, *Estado e pranto da Igreja*, v. II, p. 35-37.

<sup>108</sup> - Pedro Calafate, “Frei Álvaro Pais”, *História do pensamento filosófico português*, v. I, p. 247.

<sup>109</sup> - Idem, p. 246-247.

<sup>110</sup> - D. Duarte, *Leal conselheiro*, Cap. XVII (Do ódio), p. 92-95.

de forma original, partindo da pergunta: - Podem os servos fazer benefícios aos seus senhores ? Para lhe responder partiu da tese do filósofo grego Hécaton de Rodes de que a propriedade do escravo pelo senhor implicava que tudo quanto ele fizesse em favor deste não era mais que o cumprimento de uma obrigação, pois não dimanava de uma vontade livre, não se podendo considerar benefício, nem ter o seu mérito. O infante pensava, porém, de outro modo. Para ele o servo não estava completamente submetido ao poder do dono, mas apenas naquilo que era usual e normal que este esperasse dele - *“aquele de que os outros soem a ser requeridos”* – permanecendo livre *“ a melhor parte”* do mesmo: *“ E os corpos são obrigados, mas a alma e a vontade é livre e poderosa sobre o seu querer”*. Esta concepção, estóica e cristã, que distinguia a faceta material da espiritual no ser humano e admitia que se pudesse ser escravo numa delas e livre na outra, levou o pensador a defender que tudo quanto o cativo fizesse em prol do senhor para além da sua obrigação e por um impulso de generosidade e afecto para com ele era benefício: *“ E se faz mais do que pertence a servo esto é benefício, porque, depois que a servidão trespassa em amigável afeição, logo a sua obra deixa de ser serviço e é benfeitoria”*. Concluía com uma asserção moral: *“ Ou nos parece direita razão que nos assanhemos contra os servos se menos fazem do que devem e nom lhes agradeçamos se fazem mais do que é costume e do que som obrigados de fazerem ?”* <sup>111</sup>.

Relativamente à origem da escravatura o autor seguiu a doutrina corrente do pecado como fonte de toda a sujeição, incluindo essa, de que, no entanto, se condoi: *“ E tal modo de senhorio nom fora se nom houvéramos pecado. O qual foi ocasiom de ser*

---

<sup>111</sup> - Infante D. Pedro e Frei João Verba, *Livro da virtuosa benfeitoria* ( Liv. II, cap. XI e XII ), p. 83-89; João Abel da Fonseca, “ A virtuosa benfeitoria e o pensamento político do infante D. Pedro”, *Biblos*, v. LXIX ( 1993 ), p. 236-237.

*espargida no mundo a servidom, per que muitos som sojugados, vivendo penosamente em grande tristura”* <sup>112</sup>.

Pela humilhação e pelos dramas que afectavam os escravos também se deixou sensibilizar Gomes Eanes de Zurara, o que evidenciou na passagem conhecida da *Crónica da Guiné* em que descreveu uma venda de cativos na praia de Lagos, em Agosto de 1444, na presença do infante D. Henrique: “ *Mas qual seria o coração, por duro que ser pudesse, que não fosse pungido de piedoso sentimento vendo assim aquela companha? Que uns tinham as caras baixas e os rostos lavados com lágrimas [...]; outros estavam gemendo mui dolorosamente, esguardando a altura dos céus [...] como se pedissem acorro ao Padre da natureza; outros feriam seu rosto com suas palmas, lançando-se tendidos no meio do chão”* <sup>113</sup>. Mas logo a ideologia se sobrepôs aos sentimentos do cronista, para os acalmar e justificar os actos que presenciava: “ *Ó tu, celestial Padre [...] Eu te rogo que as minhas lágrimas não sejam dano da minha consciência [...]*” <sup>114</sup>, porque aqueles escravos “ *onde antes viviam em perdição das almas e dos corpos, vinham de todo receber o contrário: das almas, enquanto eram pagãos, sem claridade e sem lume de santa Fé; e dos corpos, por viverem assim como bestas, sem alguma ordenança de criaturas razoáveis*” <sup>115</sup>. E, mais adiante: “ *Ora vede que galardão deve ser o do infante ante a presença do senhor Deus, por trazer assim a verdadeira salvação não somente aquestes, mas outros mui muitos que em esta história ao diante podeis achar !*” <sup>116</sup>.

Reconhecendo a unidade da espécie humana – “ *sei que somos todos filhos de Adão, compostos de uns mesmos elementos e que todos recebemos alma como criaturas*

---

<sup>112</sup> - João Abel da Fonseca, Ob. cit., p. 242; Pedro Calafate, “ Ética e sociedade”, *História do pensamento filosófico português*, v. I, p. 431-435.

<sup>113</sup> - Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, p. 122.

<sup>114</sup> - Idem, p. 121.

<sup>115</sup> - Idem, p. 126.

<sup>116</sup> - Idem, p. 127.

*razoáveis*” – procurava Zurara explicar as diferenças entre as sociedades, que na época se mostravam cada vez mais evidentes: “ *em três modos se parte a vida dos homens, segundo diz o filósofo: os primeiros são aqueles que vivem em contemplação [...]; e os segundos são os que vivem nas cidades, aproveitando seus bens e tratando uns com os outros; e os terceiros são os que vivem nos ermos, afastados de toda conversação, os quais, porque não hão perfeitamente o uso da razão, vivem assim como bestas [...] mas todavia hão seus padecimentos, como as outras criaturas razoáveis, assim como amor e ódio, e esperança e temor*” <sup>117</sup>. Era entre estes, naturalmente, que se recrutavam os escravos. À forma de os adquirir se referiu também este autor na *Crónica da tomada de Ceuta*, pela voz dos letrados da Igreja que D. João I consultou antes de partir à conquista da cidade africana: “ *[...] determinamos que vossa mercê pode mover guerra contra quaisquer infiéis, assim mouros como gentios ou quaisquer outros que, por algum modo, negarem alguns artigos da santa fé católica, por cujo trabalho merecereis grande galardão do nosso senhor Deus para a vossa alma*” <sup>118</sup>.

Também Diogo Lopes Rebelo, teólogo e doutrinador político quatrocentista, compartilhou do ideal da cruzada contra os infiéis: “ *Pode [...] o rei cristão fazer a guerra em certos casos: por exemplo, na defesa da fé cristã e na dilatação do seu culto, contra os infiéis e nações bárbaras que blasfemam o nome de Cristo senhor*” <sup>119</sup>.

Algumas personalidades, mesmo assim, destoaram dessa aparente unanimidade de posições, no crepúsculo da Idade Média. A este respeito parece-nos significativo o depoimento do infante D. João a propósito da guerra aos mouros, que foi suscitado pelos escrúpulos do seu irmão, o príncipe regente D. Duarte nessa matéria, antes da fracassada expedição a Tânger. D. João opôs-se ao empreendimento, quer por razões de ordem prática quer por não considerar legítimas as motivações religiosas: “ *pois,*

---

<sup>117</sup> - Idem, p. 161-162.

<sup>118</sup> - Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, p. 67.

<sup>119</sup> - Diogo Lopes Rebelo, *Do governo da República pelo rei*, p. 143.

*senhor,[...] dar ao Demo tantas almas certamente mais deve ser desserviço que serviço nem louvor de Deus. E ainda [...], se per doutrinas e ensinações de Jesus Cristo e de seus Apóstolos nos havemos de reger, esta guerra dos mouros nom está muito certo se é dela servido; sei porém que a Santa Escritura per pregações e virtuosos exemplos de vida os manda converter; e se per outra maneira Deus fora servido, permitira e mandara que, em seus erros e danada contumácia, usáramos de nossas forças e ferro, até serem convertidos à Sua fé; e isto ainda nom vi nem ouvi que se achasse em autêntica Escritura”*<sup>120</sup>.

A defesa de que a conversão dos infiéis se devia realizar pela pregação e pelo exemplo e não pela guerra e submissão tinha já tradição em Portugal desde a Reconquista, sobretudo entre franciscanos e dominicanos, embora, por motivos óbvios, não tivesse sido seguida pelo estado. Já no século XIII a difundira Frei Paio de Coimbra, prior de S. Domingos na cidade do Mondego, para quem a estratégia guerreira de combate às heresias não resultava, pois a conversão das almas devia ser feita pelo exemplo de perfeição moral dos que pregavam a fé, à imitação do *Christus medicus*, que curava as almas dos hereges<sup>121</sup>. Semelhante sorte lhe caberia, como veremos, nos tempos modernos.

O paralelismo dos percursos históricos que afectaram os países ibéricos no século XVI condicionou as atitudes e o pensamento de portugueses e castelhanos nos domínios político e religioso, impondo-lhes uma raiz comum. A proximidade geográfica, favorecendo a circulação de pessoas e ideias entre ambos os estados, nomeadamente de docentes universitários, criou também condições para que se desenvolvessem formas semelhantes de pensamento em relação a temas com

---

<sup>120</sup> - Rui de Pina, “Crónica do senhor rei D. Duarte”, *Crónicas de Rui de Pina*, p. 526. O depoimento foi incluído, com diferente estrutura mas com as mesmas ideias, no *Livro dos conselhos de el-rei D. Duarte*, p. 43-49.

<sup>121</sup> - Adelino Cardoso, “A concordância entre a natureza e a graça segundo Frei Paio de Coimbra”, *História do pensamento filosófico português* (Dir. Pedro Calafate), v. I, p. 510.

actualidade no tempo, como a guerra aos infiéis, a escravatura e o tráfico atlântico. Isso foi reforçado pela contiguidade das principais áreas de domínio ultramarino dos dois reinos. A questão dos índios americanos interessava aos dois povos, tendo em atenção a colonização portuguesa do Brasil e o comércio negreiro entre as duas margens do Oceano também, devido à comunidade de interesses na matéria, os portugueses como fornecedores e consumidores e os castelhanos como principais destinatários da mão-de-obra escrava. Por isso se desenvolveram um debate e um pensamento em grande parte comuns a portugueses e castelhanos quanto à escravização dos povos africanos e americanos.

Em relação aos povos do Oriente, como defendeu Silva Dias, “ *não tinham ou quase não tinham lugar dúvidas e controvérsias de tipo análogo às que nasciam do condicionalismo americano* ” – cujos povos sempre tinham vivido na ignorância do verdadeiro credo - pois, segundo as doutrinas medievais, o Cristianismo já lhes tinha sido anunciado no passado <sup>122</sup>, o que tornava justa a guerra travada contra esses inimigos da Fé. Os escritores da época, como Diogo de Teive, André de Resende, João de Barros e Damião de Góis, enalteceram o esforço lusitano dirigido à conversão desses infiéis através das armas <sup>123</sup>.

A estadia nas universidades de Coimbra e Évora de juristas e teólogos castelhanos, como Martim de Azpilcueta Navarro, Martinho de Ledesma, Fernão Pérez e Luís de Molina, veiculou para o meio académico e político português as ideias dos mais avançados teo-juristas hispânicos, nomeadamente de Francisco de Vitória e Domingo de Soto. Desse modo, as reflexões desenvolvidas em território luso sobre temas como a escravidão dos ameríndios e o tráfico dos negros acabaram por ser em grande parte subsidiárias das que, em Alcalá, Salamanca e Valladolid, foram

---

<sup>122</sup> - J.S da Silva Dias, *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, p. 176.

<sup>123</sup> - J.S. da Silva Dias, *A política cultural da época de D. João III*, v. II, p. 823-829; João de Barros, *Panegíricos*, p. 26 e 39.



impulsionadas pela conquista espanhola da América e pela compra de escravos africanos aos portugueses <sup>124</sup>.

O quadro socioeconómico e político em que se manifestaram as ideias portuguesas relativas à guerra aos índios e à escravidão foi, tal como em Castela, o do confronto entre colonos desejosos de capturar a população nativa e de a pôr ao seu serviço, sem olharem a meios e a Igreja, mais interessada em a catequizar e, nessa medida, disposta a subtraí-la ao jugo dos colonos <sup>125</sup>. No caso do Brasil, foi aos jesuítas que coube este papel, procurando conseguir para ele o apoio da coroa. O meio usado para o concretizarem foi a concentração dos indígenas em povoações administradas pela Companhia onde, pondo-os a salvo dos escravagistas e submetidos a um estreito controle, pudessem alterar o seu modo de vida - eliminando a poligamia, a antropofagia e o nudismo - e cristianizá-los.

O jesuíta que mais se destacou na defesa dos índios do Brasil foi o Padre Manuel da Nóbrega, provincial da Companhia, fundador de Piratininga, futura S. Paulo e de vários colégios para a educação dos nativos. Nas cartas que dirigiu, para Lisboa e Roma, aos seus congéneres e ao rei D. João III denunciou as violências e os ardis que os colonos usavam para escravizar os índios – andando em barcos pela costa e salteando-os ou atraindo-os aos mesmos e vendendo-os depois noutros locais - incluindo muitos já cristianizados, sob o pretexto de serem inimigos dos portugueses: “ *O que, posto que seja assi, foi depois de terem muitos escândalos recebidos de nós. De maravilha se achará cá terra onde os cristãos nom fossem causa da guerra e dissensão [...]*” <sup>126</sup>. Segundo afirmava, a maioria dos seus compatriotas vivia do trabalho dos índios, que para eles pescavam e buscavam de comer, entregando-se os donos a uma vida de

---

<sup>124</sup> - António Manuel Hespanha, “Luís de Molina e a escravização dos negros”, *Análise Social*, v. XXXV ( 157 ), p. 938.

<sup>125</sup> - Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão*, p. 75.

<sup>126</sup> - Serafim Leite, *Cartas do Brasil e outros escritos do Padre Manuel da Nóbrega*, p. 32 ( Carta ao Padre Simão Rodrigues, Provincial de Portugal, de 9.8.1549 ).

preguiça e sensualidade, perante a indiferença do clero. Muitos desses índios eram comprados aos pais, ou vendiam-se a si próprios, com base na permissão do direito romano, que o admitia em caso de extrema necessidade, o que Nóbrega contestava por achar que a invocação dessa condição para legitimar a escravatura não se podia aplicar a povos que viviam no meio de uma natureza tão pródiga, não passando de pretextos para os enganar ou coagir a serem escravos <sup>127</sup>. Defendia que o rei enviasse inquisidores e comissários para fazer libertar os cativos e pô-los a viver entre os cristãos <sup>128</sup>, naturalmente sob a tutela dos jesuítas.

Em resultado de acusações deste tipo já o Regimento entregue por D. João III ao governador geral Tomé de Sousa incluía cláusulas condenando à morte os que salteassem os *gentios de paz* para os vender, ou os *de guerra*, se o fizessem sem licença do governador ou dos capitães mores <sup>129</sup>. Já depois da morte do rei, em resposta às insistentes missivas de Nóbrega para o reino e aos seus contactos com o governador Mem de Sá, D. Sebastião decidiu pôr fim aos “*cativeiros injustos*”, nomeadamente aos resgates que se realizavam “*com título de extrema necessidade [...] não havendo, as mais das vezes, as ditas causas, antes pelo contrário, intercedendo força, manha e enganos, com que os induz[ia]m facilmente a se venderem, por ser gente bárbara e ignorante*”, encarregando o governador e as principais autoridades religiosas, incluindo Manuel da Nóbrega, de estudarem a forma de os resgates injustos terminarem <sup>130</sup>. Em 1570 o soberano proibiu todas as formas de fazer escravos, com ressalva para os casos

---

<sup>127</sup> - Pedro Calafate, “A antropologia portuguesa a época dos descobrimentos – os direitos dos povos descobertos”, *História do pensamento filosófico português* (Dir. Pedro Calafate), v. II, p. 47-48.

<sup>128</sup> - Serafim Leite, *Cartas do Brasil* ..., p. 80 (Carta ao Padre Simão Rodrigues, de 6.1.1550).

<sup>129</sup> - Serafim Leite, *As raças do Brasil perante a ordem teológica, moral e jurídica portuguesas nos séculos XVI a XVIII*, p. 17.

<sup>130</sup> - José de Anchieta, *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*, p. 359-360.

de “*guerra justa*” com os gentios, motivados por ataques aos portugueses ou por prática de canibalismo, mas sempre com autorização real ou do governador <sup>131</sup>.

À semelhança de Las Casas, também Nóbrega contemporizou com a utilização de escravos negros, inclusivamente pela Companhia de Jesus, para compensar a falta de braços. O número de nativos diminuía a ritmo acelerado, em grande parte por efeito de doenças como a varíola, transmitidas pelos portugueses, cuja propagação se tornou mais fácil devido à concentração dos índios em povoados, sob o impulso de jesuítas e governadores <sup>132</sup>. Em 1551 pedia ao rei que mandasse dar alguns escravos da Guiné ao colégio da Baía “*para fazerem mantimentos*” e trabalharem em algodoais <sup>133</sup>. Em 1560 o Padre Luís da Grã sucedeu a Nóbrega no cargo de provincial jesuíta. Como defendia a pobreza da Companhia, desfez-se dos escravos que a mesma possuía e proibiu a compra de outros, contra o que se insurgiu Manuel da Nóbrega em carta dirigida para Roma ao geral da ordem, Padre Diego Laynes, por achar que, sem eles, não era possível buscar lenha e água, fazer pão e outros serviços, que os irmãos não podiam executar por si mesmos, por serem necessários para as confissões e restante acção pastoral, insinuando: “*E temo que fosse esta grande invenção do inimigo vestir-se da santa pobreza para impedir a salvação de muitas almas*” <sup>134</sup>.

Nóbrega era defensor da unidade espiritual e de capacidade moral do ser humano. No seu *Diálogo sobre a conversão do gentio*, em que pôs frente a frente dois irmãos da Companhia, Gonçalo Álvares e Mateus Nogueira, esclareceu, pela voz deste último, que “*depois que nosso pai Adão pecou [...] foi tornado semelhante à besta, de maneira que todos, assim portugueses, como castelhanos, como tamoios, como aimurés, ficámos semelhantes a bestas por natureza corrupta e nisto todos somos iguais [...]; assim,*

---

<sup>131</sup> - Serafim Leite, *As raças do Brasil perante a ordem teológica* ..., p. 19.

<sup>132</sup> - Harold Johnson, “Desenvolvimento e expansão da economia brasileira”, *O império luso-brasileiro (1500-1620)*, p. 237.

<sup>133</sup> - Serafim Leite, *Cartas do Brasil* ..., p. 101 (Carta a D. João III, de 14.9.1551).

<sup>134</sup> - Idem, p. 393 (Carta ao Padre Diego Laynes, de 12.6.1561).

*todas as almas, sem graça e caridade de Deus, são ferro frio sem proveito*". As diferenças de civilização ( de “ *policia*” ) entre uns e outros eram devidas apenas à diversa educação e do meio em que viveram, mas não tinham por isso aqueles últimos “*menos entendimento para receberem a fé*”, sendo “ *todas as almas dos homens [...]* *umas e todas de um metal, feitas à imagem e semelhança de Deus e todas capazes da glória e criadas para ela; e tanto vale diante de Deus, por natureza, a alma do papa como a alma do vosso escravo papaná*” <sup>135</sup>.

A obra da Companhia de Jesus no Brasil foi objecto de ataques quer da parte dos esclavagistas mais radicais quer dos que criticavam o emprego de cativos nas suas missões. No primeiro caso se pode referir o cronista Gabriel Soares de Sousa, autor do *Tratado descritivo do Brasil*, de 1587. Nos capítulos entregues em Madrid a Cristóvão de Moura, contra os jesuítas, afirmava que os índios deviam ser feitos escravos por não serem capazes de ser forros pela sua vida e costumes, além dos delitos que tinham cometido contra os portugueses, “ *matando e comendo centos deles*”. Os jesuítas aliciavam os nativos a fugirem para as aldeias que controlavam, quando o Brasil não se podia sustentar sem grande número de “ *escravos do gentio da terra*” a trabalhar nos engenhos <sup>136</sup>. Críticas em sentido oposto partiram de dois membros da Companhia temporariamente em serviço na colónia: Gonçalo Leite, professor no colégio da Baía, manifestou-se contra os padres que confessavam e absolviam os que capturavam índios, afirmando que “ *não iam salvar almas, mas condenar as suas*”. Miguel Garcia denunciou a “ *multidão de escravos*” possuídos pelos jesuítas, quer negros quer nativos<sup>137</sup>.

---

<sup>135</sup> - Serafim Leite, *Diálogo sobre a conversão do gentio pelo Padre Manuel da Nóbrega*, p. 88-90 e 94.

<sup>136</sup> - Ronaldo Vainfas, *Ideologia e escravidão*, p. 76.

<sup>137</sup> - Ronaldo Vainfas, *Ob. cit.*, p. 79; José Andrés-Gallego e Jesus Maria Garcia Añoveros, *La Iglesia y la esclavitud de los negros*, p. 42.

A acção dos jesuítas em defesa da liberdade dos índios acabou por influenciar algumas consciências aparentemente menos propensas a admiti-la. Foi o que se passou com Pedro de Magalhães Gândavo, funcionário da Torre do Tombo e, no Brasil, da Fazenda da Baía, autor do *Tratado da terra do Brasil*. Quando descreveu as populações indígenas e os seus costumes realçou algumas das características que considerava mais negativas, como o primitivismo, a indolência, o canibalismo e os hábitos violentos. Para provar a sua barbárie, estabeleceu uma ingénua relação entre a inexistência, na língua nativa, de certos sons (correspondentes a letras do alfabeto português) e a carência de aspectos essenciais de cultura e organização social: “*A língua deste gentio [...] carece de três letras, scilicet, não se acha nela F nem L nem R, cousa digna de espanto, porque assi não têm Fé nem Lei nem Rei e, desta maneira, vivem sem justiça e desordenadamente*”<sup>138</sup>. Além disso eram “*mui desumanos e cruéis*”, vivendo “*como brutos animais, sem ordem nem concerto de homens*” e todos comiam carne humana<sup>139</sup>. A tranquilidade e pacatez que o meio natural lhes permitia era interpretada por Gândavo como preguiça e descuido: “*Estes índios vivem mui descansados, não têm cuidado de cousa alguma senão de comer e beber e matar gente*”, o que os tornava muito gordos<sup>140</sup>. Não mostravam qualquer ambição de bens materiais, excepto de algumas roupas e ferramentas dos portugueses e para as conseguirem vendiam-se uns aos outros aos colonos, que os adquiriam em grande número e também os salteavam. Mas isso tinha acabado com a acção dos jesuítas, que impediram muitas “*guerras injustas*” e cativos “*contra direito*” da parte dos portugueses, pois todos os escravos que vinham do sertão passaram a ser levados à alfândega e eram aí interrogados sobre

---

<sup>138</sup> - Pedro de Magalhães Gândavo, *Tratado da terra do Brasil* (BN, Cód. 552), f. 30 v.

<sup>139</sup> - Idem, f. 36.

<sup>140</sup> - Idem, f. 38.

as condições da sua compra, o que o fazia acreditar que, no tempo da sua estadia, já todos os índios eram bem resgatados <sup>141</sup>.

A escravização e o tráfico de negros despertaram posições muito diversas. Os elevados lucros que proporcionavam e a sua utilidade na exploração dos territórios africanos e americanos deram origem a uma atitude de generalizada complacência, mesmo da parte de clérigos. Foi exemplo desse conformismo o jesuíta Baltasar Barreira, que na década de 80 foi reitor do colégio de Luanda e participou activamente na guerra destinada à conquista de Angola. Justificou, num opúsculo sobre os escravos desse território, o seu uso pela Companhia com o facto de a escravidão e o tráfico serem normais na cultura umbundo, com a ignorância da sua origem, que impossibilitava saber se tinham sido cativados licitamente ou não e com a justiça da guerra que os portugueses lhes moviam. Recebiam os escravos às centenas, por doação ou como forma de pagamento e também os mandavam comprar aos mercados do interior, empregando-os depois para trabalhar e vendendo os excedentes aos portugueses, em troca de produtos importados do reino, e também para o Brasil. Apesar de tal opção ter sido contrariada e proibida pelo geral Cláudio Aquaviva e pela província portuguesa, continuou a praticar-se daí em diante, por os jesuítas acharem que não podiam viver sem o comércio de escravos, com o pouco que o rei lhes pagava para se sustentarem e prosseguirem a sua missão <sup>142</sup>.

Isso se comprovaria pela pena do reitor do colégio jesuíta de Luanda, Padre Luís Brandão, que em 1611 procuraria acalmar os escrúpulos do espanhol Alonso de Sandoval, em serviço no porto americano de Cartagena, sobre a licitude da escravidão

---

<sup>141</sup> - Idem, f. 39-40.

<sup>142</sup> - José Augusto Duarte Leitão, “A missão do Padre Baltasar Barreira no reino de Angola (1580-1592), *Lusitania sacra* (2ª. série), nº. 5, p. 43-91; José Andrés-Gallego e Jesus Maria G. Añoveros, *La Iglesia y la esclavitud de los negros*, p. 42-43; Arlindo Manuel Caldeira, “Os jesuítas em Angola nos séculos XVI e XVII: tráfico de escravos e escrúpulos de consciência”, *Trabalho forçado africano. Articulações com o poder político*, p. 47-82.

dos inúmeros negros que ali chegavam. O clérigo português tinha a consciência tranquila e recomendava a mesma atitude ao seu colega de além Atlântico: era impossível averiguar a origem dos escravos e, se os interrogassem, todos diriam que tinham sido roubados, com a esperança de serem libertos. Por isso os mercadores os compravam e vendiam de boa fé e a própria Companhia os comprava e empregava há 40 anos, sem ser censurada nem pela Mesa da Consciência nem pelas autoridades religiosas, todas compostas de padres muito doutos. Claro que se sabia que alguns dos escravos eram furtados ou mandados vender por crimes leves, mas esses eram poucos e era impossível distinguí-los dos outros e o mais importante era salvarem-se tantas almas, a maioria das quais tinha sido bem cativada <sup>143</sup>.

Algumas vozes, no entanto, assumiram posições diferentes desta atitude interesseira e oportunista. A própria literatura, embora em casos muito raros, se fez eco da legitimidade duvidosa de muitos escravos africanos vendidos aos comerciantes lusos, como em Garcia de Resende: “ *Huns aos outros se vendem / e há muitos mercadores / que nisso somente entendem / e os enganam e prendem / e trazem aos tratadores* ” <sup>144</sup>. E também Francisco de Sá de Miranda, numa das suas éclogas, pela boca do pastor Gil, que respondia ao colega que lhe falava da braveza das feras: “ *Falas-me nos animais / A que nós brutos chamamos / Que guardam leis naturais, / Nós outros não-nas guardamos, / A isso obrigados mais. / Estes homens com quem tratam, / piores que leões bravos, / por força tudo rematam; / Os leões não se resgatam, / Nem se prendem por escravos* ” <sup>145</sup>.

O debate sobre a legitimidade da escravidão e do tráfico atravessou, como se disse, os claustros e salas das universidades portuguesas. Em Évora estudou e leccionou Fernão Rebelo, discípulo aí de Luís de Molina e também dos mestres conimbricenses,

---

<sup>143</sup> - Alonso de Sandoval, *Un tratado sobre la esclavitud* [ De instauranda Aethiopum salute ], p. 143-144.

<sup>144</sup> - Garcia de Resende, “ Miscelânea”, *Livro das obras de Garcia de Resende*, p. 549.

<sup>145</sup> - Francisco de Sá de Miranda, *Poesias*, p.148.

também castelhanos, Ledesma e Navarro. Para ele, como para a maioria dos demais pensadores da escola hispânica, só a liberdade se conformava plenamente com a natureza do homem, mas a sua falta podia também ser legítima, num segundo tempo, ou segunda intenção da natureza. Mas o domínio sobre o escravo não era absoluto, pois este só pertencia ao senhor dentro de certos limites, possuindo personalidade jurídica e não podendo, por isso, ser olhado como qualquer cabeça de gado. Admitia a guerra justa como meio lícito de escravização, embora não o julgasse aplicável ao tráfico exercido pelos portugueses em África, dada a notória injustiça da maior parte das capturas. Também a vantagem da conversão ao Cristianismo não justificava a acção dos mercadores, devendo o transporte forçado dos escravos para a América, depois de baptizados, ser considerado como grave ofensa à religião. Não sendo possível averiguar as condições da escravização, devia-se simplesmente desistir de os comprar. O mesmo se passava com os que eram comprados na China e no Japão <sup>146</sup>. Princípios muito semelhantes defendeu João Baptista Fragoso, igualmente professor na universidade eborense <sup>147</sup>.

Da parte de quadros eclesiásticos exteriores às universidades também surgiram contributos para o esclarecimento destas matérias. O bispo de Portalegre D. Frei Amador Arrais abordou-a brevemente num dos *Diálogos* que publicou em 1589, dedicado à glória e triunfo dos lusitanos. Um dos interlocutores, o cavaleiro Herculano, lamentou que as conquistas portuguesas tivessem redundado numa grande desventura, como era a entrada no reino de multidões de escravos, que aqui se entregavam ao ócio e à mendicidade. Além do facto em si, acontecia que muitos deles eram trazidos fraudulentamente, com a desculpa de os quererem fazer cristãos, o que não era justificação pois “*se não pod[ia] dar Cristandade a troco de servidão*”. Se os reis os

---

<sup>146</sup> - Domingos Maurício, “A universidade de Évora e a escravatura”, *Didaskalia*, v. VII, p. 180-186.

<sup>147</sup> - Idem, p. 191-195.



queriam cristianizar deviam mandá-los ensinar e baptizar nas suas próprias terras, sem intervenção do interesse e de trato pouco lícito, levando à perdição das almas dos seus vassalos<sup>148</sup>.

O arcebispo de Braga D. Frei Bartolomeu dos Mártires, autor de numerosos escritos teológicos na segunda metade do século XVI, dissertou sobre a problemática da justa guerra aos infiéis no texto *De bello*, em termos algo diversos de outros contemporâneos seus, no que se afastava das doutrinas de Vitória e outros teo-juristas que faziam escola há várias décadas. Considerava legítimo, por exemplo, privar do poder político os chefes dos estados cujos súbditos se convertessem ao Cristianismo, se eles próprios o não fizessem. E também atrair os infiéis para a religião cristã com benefícios temporais ou castigando-os, se a não quisessem aceitar, com certos tributos e obrigações. Era igualmente da opinião de que na guerra era justo liquidar todos os adultos, nomeadamente os chefes militares, assim como as mulheres, se tivessem contribuído de alguma forma para a guerra. E, terminado o conflito, era legítimo continuar o extermínio, quando se pensasse que os sobreviventes se poderiam vir a revoltar. Aceitava também como causa legítima de guerra a prática de actos contra a lei natural, como o homicídio e o canibalismo, se tivessem pior objecto outros indivíduos<sup>149</sup>.

Já o dominicano Fernando Oliveira, que consagrou à guerra justa e ao tráfico de escravos um dos capítulos da *Arte da guerra do mar*, publicada em 1555, defendeu princípios mais moderados e humanitários. Considerando que “*mal feito [ era ] fazer guerra sem justiça*” e “*o nome cristão [ era ] nome de paz e modéstia*” e que quem fazia guerra injusta não praticava essas virtudes, aludiu às principais motivações da guerra legítima, como castigar os hereges e apóstatas e a quem impedia a propagação da

---

<sup>148</sup> - D. Frei Amador Arrais, *Diálogos*, Cap. XVI, p. 285.

<sup>149</sup> - Amândio Augusto Coxito, “O problema da guerra justa segundo Frei Bartolomeu dos Mártires”, *Actas do III Encontro sobre história dominicana*, tomo II, p. 181-186.

fé cristã. Mas não era justo guerrear os infiéis que nunca tinham sido cristãos, como mouros, judeus e gentios, se quisessem ter paz com Portugal e não tivessem tomado terras ao reino nem prejudicado a cristandade, concluindo: “*Deus não nos fez verdugos da sua ira e manda que preguemos a sua fé com caridade e modéstia*”. Não havia também desculpa em afirmar que, nesses povos, os indivíduos se vendiam uns aos outros, pois não deixava de ter culpa quem comprava o mal vendido e “*se não houvesse compradores não haveria maus vendedores, nem os ladrões furtariam para vender*”.

Condenando a actividade dos traficantes de escravos, atribuiu aos seus compatriotas o seu início e invenção – “*Nós fomos os inventores de tão mau trato, nunca usado nem ouvido antre humanos*”- no que revelou, sem dúvida, desconhecimento da história, mas reflectiu a impressão, certamente corrente no seu tempo, de a escravidão ter beneficiado de grande impulso com os empreendimentos marítimos portugueses, impressão essa que correspondia à realidade. Escandalizava-o a existência de “*trato público e livre de comprar e vender homens livres e pacíficos, como quem compra e vende alimárias*”: “*Assi os tangem, assi os constangem, trazem e levam e provam e escolhem, com tanto desprezo e ímpeto como faz o magarefe ao gado no curral*”. Considerava fingida a justificação do benefício espiritual que recebiam os cativos ao serem baptizados, por não ser esse o meio legítimo de os converterem e por muitos dos donos não se preocuparem com a educação e a prática da religião pelos escravos, impedindo-os, pelo contrário, de irem à igreja. Ao contrariarem desse modo a vontade de Deus, os cristãos davam aos infiéis a impressão de que tinha sido com Ele que tinham aprendido tão “*perversas manhas*”<sup>150</sup>. O libelo de Oliveira contra o tráfico negreiro foi um dos mais acervos que provieram do espaço peninsular, na tradição dos

---

<sup>150</sup> - Fernando Oliveira, *Arte da guerra do mar*, p. 23-25; Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências*, p. 141-142.

teo-juristas já referidos e comparável, pela frontalidade, aos do castelhano Tomás de Mercado, mas anterior aos deste.

Resultado também das discussões travadas no tempo acerca da escravidão e da guerra legítima foi o *Tratado sobre a guerra que será justa*, documento da Torre do Tombo, aparentemente datado de 1556 mas de autoria desconhecida, por a respectiva referência ser indecifrável, por deficiência do suporte <sup>151</sup>. O mesmo mereceu a análise, entre outros, do Professor Silva Dias, em Portugal <sup>152</sup> e do estudioso dominicano Isacio Perez Fernandez, em Espanha <sup>153</sup>. O primeiro autor inclinou-se para a atribuição a um frade dominicano. A dissertação foi dirigida ao rei D. João III, como se retira do texto, tratando-se, provavelmente, da resposta a uma consulta deste sobre aquele tema, de tanta actualidade para Portugal, atendendo aos interesses e às acções militares do reino em vários continentes.

O mesmo começa por enumerar as três condições indispensáveis para a justa guerra (que legitimava o combate contra certos povos, assim como a morte ou a escravização dos vencidos) : “ *Autoridade no que a move, causa justa, boa tenção*”. Quanto às causas justas, podiam ser duas: “ *Cobrar o que nos é tomado e ocupado injustamente [...]. E tomar emenda da ofensa que nos é feita*”. A primeira tinham, segundo o autor, os reis cristãos para moverem guerra aos mouros de África e turcos da Ásia, por eles ocuparem terras antes possuídas por cristãos, mas não para a fazerem a “ *infiéis gentios ou mouros que habita[va]m províncias nunca possuídas por cristãos e a que se pod[ia] bem presumir que nunca chegou notícia do nome cristão, nem fama da lei evangélica*”. Quanto a estes, só a segunda causa – tomar emenda de alguma ofensa - poderia ser invocada, mas só até a ofensa ser reparada e não para conservar a posse dos

---

<sup>151</sup> - TT, Gaveta XI, Maço 8, Doc. 3, publicado em *As gavetas da Torre do Tombo*, v. II, p. 676-685.

<sup>152</sup> - J. S. da Silva Dias, *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, p. 182-191.

<sup>153</sup> - Isacio Perez Fernandez, “Estudo preliminar” ao livro de Bartolomé de las Casas, *Brevisima relacion de la destruccion de Africa*, p. 37-43.

territórios que lhes fossem conquistados, pois isso seriam “ *rapinas e ladroices grandes*” que às vezes eram disfarçadas com a intenção de converter infiéis. O modo como o Redentor mandou converter os infiéis à fé foi mandar-lhes pregadores que os ensinassem. Eles seriam embaixadores da pregação evangélica e, só no caso de serem impedidos de propor a sua mensagem ou de serem perseguidos, o rei cristão devia castigá-los com mão armada pela ofensa feita ao receber mal os seus embaixadores. Ora, sabendo-se por experiência que os mouros, mesmo de terras nunca antes cristianizadas, não recebiam pregadores, antes os perseguiam e maltratavam, a guerra que lhes fosse imposta já seria justificada.

Ficavam, por isso, incluídos nos povos que os portugueses podiam guerrear todos os islamitas, da Ásia ou de África, assim como, aparentemente, nações asiáticas seguidoras de outros cultos, como indús e budistas, onde se presumia que já tinha chegado a mensagem de Cristo. E ficavam excluídos os habitantes da maior parte do continente africano, assim como os índios da América. Quanto a estes dois últimos grupos, o autor do ensaio não aceitava que a prática de actos considerados abomináveis, como a antropofagia, pudesse ser invocada para os guerrear, pois pior era a infidelidade, de que esses actos derivavam, e os infiéis não perdiam a sua soberania pelo facto de o serem. Também não podia ser alegado o poder universal do papa e a licença por ele dada para quaisquer conquistas, pois a sua jurisdição temporal apenas abarcava os povos que viviam na Cristandade. Nem também que o benefício da conversão à verdadeira fé apagava quaisquer incorrecções praticadas na sua conquista, pois, como dizia S. Paulo, “ *não se hão-de fazer males ainda que deles esteja certo seguirem-se grandes bens*”. Na conquista de gentios que resistissem ao anúncio do Evangelho, não convinha que os pregadores fossem juntos com a tropa de guerra e que, logo à primeira

pregação e reacção negativa, “ *a gente d’armas come[çass]e a roubar*” os contrários, para não lhes dar a impressão de que não iam lá para outra coisa <sup>154</sup>.

Baseando-se nos pressupostos e conclusões do tratado, concluiu Silva Dias que o debate aí apresentado não se travou “ *em termos de religião, mas em termos de política*”, pois nele se justificaram as acções militares dos portugueses no Oriente e no norte de África, as que até aí tinham sido prioritárias. Quanto à doutrina exposta sobre os povos gentios, estranhos ao “ *orbis christianus*”, considerou-a destinada a ser aplicada ao mundo americano, procurando, com base nas ideias de Vitória e de Las Casas, estabelecer as condições em que se devia realizar a conquista e a colonização do território brasileiro <sup>155</sup>, interpretação que nos parece a mais correcta, dado que, à época, os contactos com os gentios africanos se limitavam ao comércio, nomeadamente de escravos e não se destinavam à conquista de territórios.

O *Tratado sobre a guerra que será justa* constituiu um óbvio reflexo na esfera política portuguesa dos debates travados na época e dentro do espaço ibérico sobre as relações com os povos ultramarinos, em termos teológicos e jurídicos. A anterioridade castelhana nesses debates, em termos políticos e universitários, foi resultado da anterioridade da própria conquista do território americano por este país, quando o estado português estava sobretudo voltado para os seus domínios orientais e para o comércio africano. Relativamente aos escravos negros, como acentuou António Hespanha, a responsabilidade moral dos reis portugueses era menor que a dos castelhanos sobre os índios pois, enquanto estes eram considerados pela coroa de Castela como seus vassallos, os africanos eram-no dos seus próprios reis e aos soberanos lusos apenas devia importar o que ocorria depois da sua compra <sup>156</sup>.

---

<sup>154</sup> - *As gavetas da Torre do Tombo*, v. II, p. 676-685.

<sup>155</sup> - J. S. da Silva Dias, *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, p. 188-191.

<sup>156</sup> - António Manuel Hespanha, “Luís de Molina e a escravização dos negros”, *Análise social*, v. XXXV (157), p. 938.

Deste modo, o *Tratado* evidencia o ponto a que chegou, no Portugal do século XVI, o debate sobre a legitimidade da conquista de povos não europeus e da sua escravização, mostrando a influência dos teojuristas castelhanos, mas igualmente as especificidades da expansão lusa e as opções políticas e ideológicas que elas determinaram.

## 2 - A ESCRAVATURA MODERNA PORTUGUESA

### 2.1 - Antecedentes

É bem conhecida a impressão que Portugal causou ao linguista Nicolau Clenardo quando, chegado do Brabante em 1533 para ensinar latim ao infante D. Henrique, irmão de D. João III, encontrou um inesperado número de escravos, acabando por concluir que em Lisboa viviam mais escravos que pessoas livres <sup>1</sup> e, em Évora – para onde logo se dirigiu, pois aí, por esses anos, residia a corte – imaginou ter chegado a uma cidade do inferno, de tantos negros que via <sup>2</sup>.

Apesar do óbvio exagero das apreciações do humanista, devia, na verdade, ser grande o contraste entre os Países Baixos e Portugal, sobretudo o sul do país – onde ele predominantemente viveu – no que se referia à constituição das suas populações, quer no plano da condição jurídica quer no da origem geográfica. No primeiro aspecto, o país de origem de Clenardo nem sequer admitia legalmente a escravatura. Ainda no ano anterior ao da sua chegada o Grande Conselho respectivo aprovara a não restituição, ao embaixador do rei de Portugal junto de Carlos V, de um escravo evadido dentro do seu território, com o argumento de no mesmo não existir escravidão <sup>3</sup>. Mesmo assim, alguns cativos viviam no país no século XVI, provavelmente levados por estrangeiros, como os escravos negros que em 1565 acompanharam a Bruxelas D. Maria, filha de D. João III,

---

<sup>1</sup> - “ *Mancipiorum plena sunt omnia [...] quo genere hominum tam est referta Lusitania ut credam Ulyssipone plures esse huiusmodi servos et servas, quam sint liberi Lusitani*” ( Alphonse Roersch, *Correspondance de Nicolas Clénard*, Tomo 1, p. 54.

<sup>2</sup> - “ *Verum ubi primum ingressus sum Eboram, putabam me venisse in civitatem aliquam Cacodaemonum : tot ubique occurrebant Aethiopes*” ( Idem ).

<sup>3</sup> - Robert van Answaarden, *Les portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas ( 1460-1580)*, p. 250-253.

para se casar com Alexandre Farnese, filho da governadora Margarida de Parma <sup>4</sup>, ou os que acompanharam os cristãos-novos portugueses refugiados em Antuérpia em 1537. O próprio feitor português nesta cidade entre 1512 e 1527, João Brandão, se servia de uma negra, que foi retratada por Albrecht Durer numa famosa gravura <sup>5</sup>. Daí figurarem negros em algumas pinturas flamengas da época <sup>6</sup>.

Mas deviam ser muito poucos. Em Portugal, pelo contrário, a escravatura existia desde sempre, tendo-se intensificado grandemente a partir da expansão marítima quatrocentista, que fez entrar no país enorme quantidade de cativos africanos, que se juntaram aos de proveniência mediterrânica já existentes, tendo sido seguidos, no século XVI, por milhares de indianos. Em Lisboa, de acordo com a avaliação de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, guarda-roupa do arcebispo da cidade, feita em 1551, eram 9.950, quase 10 % da população <sup>7</sup>. Tão elevado número, aliado à sua aparência física, que os fazia sobressair do conjunto dos habitantes e mesmo a exuberância do seu carácter, assinalada por observadores estrangeiros <sup>8</sup>, criou a impressão da sua omnipresença que tanto chocaria o mestre do futuro cardeal D. Henrique. Vindo de um meio racialmente mais uniforme e em que os escravos eram uma excepção, não custa admitir que Clenardo se escandalizasse com tantos cativos e gente de cor.

Os principais factores diferenciadores entre os dois países, no que se refere à existência ou não de escravos e seus descendentes no primeiro século da época moderna eram, conjugados entre si, o grau de desenvolvimento económico, o nível de povoamento e a respectiva situação geográfica. O primeiro inibia, nos Países Baixos, do

---

<sup>4</sup> - Eddy Stols, “ O doce nunca amargou...e nem em Flandres. A dinâmica do novo açúcar brasileiro nas relações económicas de Portugal com Flandres na época de D. João III”, *D. João III e o império*, p. 460.

<sup>5</sup> - Eddy Stols, “ Gustos y disgustos en la confrontación y el intercambio alimenticios entre España y Flandes ( siglos XVI y XVII ) “, *España y las 17 Provincias de los Países Bajos*, p. 614 ; Hans Pohl, “ Os portugueses em Antuérpia ( 1550-1650 )”, *Flandres e Portugal*, p. 53.

<sup>6</sup> - Eddy Stols, “ Gustos y disgustos ...”, p. 614.

<sup>7</sup> - Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário em que brevemente se contém algũas cousas ... que há na cidade de Lisboa ( 1551)*, p. 101.

<sup>8</sup> - *Retrato e reverso do reino de Portugal*, p. 141.



recurso à mão-de-obra servil em actividades artesanais, comerciais e agro-pecuárias mais evoluídas, que exigiam competência e motivação, favorecendo o uso de trabalhadores assalariados e, em Portugal, convidava à sua utilização nas tarefas mais pesadas, na pecuária extensiva que se desenvolvia no sul do país e nos serviços domésticos. Quanto ao segundo, se os Países Baixos contavam com uma das mais elevadas taxas de povoamento da Europa <sup>9</sup> e dispensavam bem essa imigração desqualificada, Portugal tinha falta de braços para o trabalho, devido, em grande parte, à saída de gente para as “*conquistas*”<sup>10</sup>. Em relação ao terceiro factor, foi determinante a maior ou menor proximidade de cada um dos países das fontes de abastecimento de escravos.

Foi a conjugação destes aspectos, necessidade e disponibilidade, que provocou a adopção ou não da escravatura por parte de Portugal e outros países da Europa meridional, por um lado, e pelos Países Baixos e regiões da Europa setentrional mais desenvolvida, por outro. É óbvio que haveria sempre actividades, nos países mais desenvolvidos, em que os escravos podiam ter sido empregues, como trabalhos caseiros, transportes e outros e que, quer Portugal quer o sul de Espanha e de Itália podiam ter passado sem escravos. Mas aí interferiram decisivamente a maior ou menor facilidade na obtenção de mão-de-obra cativa, levando ao seu emprego ou pondo-a de parte. E também – embora estes factores fossem fortemente influenciados pelos anteriores – as tradições culturais e o aparelho jurídico.

Vamos deixar para o devido lugar a análise dos aspectos económicos do trabalho escravo e o quadro legal que o regulava, centrando-nos para já nesse factor decisivo para a prosperidade da escravidão, a sua acessibilidade.

---

<sup>9</sup> - Michel Morineau, *O século XVI ( 1492-1610 )*, p. 47.

Uma parte dos escravos que viveram em Portugal no século XVI derivou das correntes de tráfico geradas, ao longo da Idade Média, pela guerra entre a Cristandade e o Islão. A captura mútua de “*infiéis*” em ambas as margens do Mediterrâneo e a sua venda nas terras dos adversários foi, ao longo de séculos, o suporte da escravidão nos países de ambas as religiões. Essas correntes cruzadas não abrandaram nos tempos modernos, pois os antagonismos culturais que lhes deram origem ou lhes serviram de pretexto continuaram a fazer-se sentir.

À medida que se formava o território português, pela “*reconquista*” de terras ao Islão, iam sendo escravizados muitos dos moradores submetidos, fossem muçulmanos ou cristãos. Fontes medievais referem-se ao cativo de moçárabes, juntamente com a de mouros, por D. Afonso Henriques e os seus cavaleiros, o que chegou a despertar a condenação de S. Teotónio, prior de Santa Cruz de Coimbra <sup>11</sup>. No século XIII o direito peninsular, através das *Sete Partidas*, de Afonso X de Castela, veio a proibir a escravização de cristãos <sup>12</sup>.

Os mouros escravizados na guerra foram em grande parte destinados ao labor doméstico e artesanal, ao serviço de nobres, mercadores e proprietários rurais <sup>13</sup>. Fernão Peres dispunha, em 1220, no seu domínio da região de Coimbra, além de outros escravos, de um colmeiro, um alfageme e um forneiro e a abadessa de Lorvão comprou 16 sarracenos para o serviço do mosteiro <sup>14</sup>. É possível que os descendentes de alguns deles tenham chegado na mesma condição social ao século XVI. Mas outra parte foi aplicada ao trabalho da terra e esses, como é defendido por José Mattoso, vieram, a partir do século XIII, a integrar-se e serem assimilados aos outros colonos dos domínios

---

<sup>10</sup> - Duarte Nunes de Leão, *Descrição do reino de Portugal*, p. 149-150 ; Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências*, p. p. 40.

<sup>11</sup> - Alexandre Herculano, *História de Portugal*, tomo III ; José Mattoso, *Fragmentos de uma composição medieval e outros textos*, p. 20.

<sup>12</sup> - Gama Barros, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, tomo I, p. 484.

<sup>13</sup> - José Mattoso, “ O contraste entre a cidade e o campo”, *História de Portugal* ( Dir. José Hermano Saraiva ), v. 3, p. 181 ; Idem, *Identificação de um país. Oposição*, p. 213-214.

senhoriais, a quem eram entregues unidades de exploração para cultivar <sup>15</sup>, libertando-se assim do cativoiro.

A principal fonte de angariação de escravos nos últimos séculos medievais foi certamente o comércio, que esteve activo, no século XIV, em localidades costeiras como Aveiro, o que provam documentos publicados por José Mattoso relativos à compra e venda de escravas, uma delas moura, por um morador daquela vila, Domingos Anes de Vilar <sup>16</sup> e notícias da compra de cativos, no mesmo século e no seguinte, de origem tártara e russa, por mercadores portugueses, em Barcelona e Valência <sup>17</sup>. Estes últimos eram produto do intenso tráfico promovido, entre os séculos XIII e XV, por genoveses e venezianos, nas costas do mar Negro – com base nas feitorias de Cafa, Tana e suas dependências – para abastecimento em mão-de-obra escrava ao Egipto e países cristãos ocidentais <sup>18</sup>. A eles se juntaram, no século XIV, os catalães, estabelecidos na Grécia. Regiões ocidentais como as Baleares, Catalunha, Valência e Portugal destacavam-se pela sua numerosa população cativa <sup>19</sup>, parte dela de origem oriental.

Mas o principal contingente da população escrava em Portugal eram mouros, de procedência africana ou peninsular, capturados nas costas do norte de África e no mar, através da guerra de corso promovida pelos soberanos lusos, que se intensificou com a conquista do Algarve. Para a comandar entregou D. Dinis, em 1307, ao genovês Manuel Pessanha, a armada encarregada de defender as costas do país dos ataques dos islamitas

---

<sup>14</sup> - Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, v. I, p. 630.

<sup>15</sup> - José Mattoso, *Identificação de um país. Oposição*, p. 213-215 ; Idem, “O contraste entre a cidade e o campo”, *História de Portugal* ( Dir. José Hermano Saraiva ), v. 3, p. 161 ; Idem, “As classes sociais”, *História de Portugal* ( Dir. J.H. Saraiva), v. 2, p. 210.

<sup>16</sup> - José Mattoso, “Comércio de escravos em Portugal no século XIV”, *Naquele tempo. Ensaio de história medieval*, p. 391-394.

<sup>17</sup> -Filipe Themudo Barata, *Navegação, comércio e relações políticas*, p. 125-126.

<sup>18</sup> - Jacques Heers, *Escravos e servidão doméstica na Idade Média*, p. 71-75.

<sup>19</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 152.

magrebinos e granadinos e de afrontar os respectivos navios, capturando cargas e tripulações. Ao almirante caberia o quinto dessas presas humanas <sup>20</sup>.

A actividade predadora aumentou com a tomada de Ceuta, em 1415, quer através de investidas em terra quer das forças navais aí colocadas <sup>21</sup>, passando o corso a constituir a principal fonte de proventos, quer do capitão dessa praça quer de nobres e mercadores. Do produto dessas acções faziam parte cereais, tecidos, louça, jóias e animais, além de numerosos cativos. Estes últimos eram destinados quer à cobrança de resgates pela respectiva remissão, quer à venda nos mercados de escravos. Embora o rei de Portugal proibisse a sua venda fora do reino, como forma de controlar a cobrança dos quintos, há provas de que tal acontecia, nomeadamente em Valência, mesmo da parte do capitão. Mas a maior parte dirigia-se, certamente, ao reino <sup>22</sup>. Os infantes D. Henrique e D. Pedro obtiveram do rei, em 1433, a cedência do quinto do botim que conseguissem com os navios que traziam “*de corso*”, sobretudo junto ao estreito de Gibraltar <sup>23</sup>.

Os cativos destinados a serem resgatados, por os seus parentes possuírem condições económicas para o fazer, eram chamados “*de resgate*” e frequentemente poupados aos trabalhos mais pesados <sup>24</sup>, embora por vezes esperassem longo tempo por poderem regressar às terras de origem. Alguns acabavam por ficar voluntariamente em Portugal, como Beatriz Pereira, natural da Enxovia, região a norte de Azamor. Fora capturada com 10 anos e trazida para o reino, onde se baptizara só ao fim de 16 anos, talvez por ter a esperança de vir a ser resgatada. Só uns anos depois “*veio um judeu para a resgatar, porque era de resgate, mas não quis ir por ser já cristã*”. Era escrava

---

<sup>20</sup> - Manuel Heleno, *Os escravos em Portugal*, p. 133-134.

<sup>21</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos ...*, v. IV, p. 154.

<sup>22</sup> - Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real ( 1415-1437 )*, Lisboa, Colibri, 2004, p. 81 e 88-98.

<sup>23</sup> - Idem, p. 155.

<sup>24</sup> - Michel Fontenay, “ Pour une géographie de l’esclavage méditerranéen aux temps modernes”, *Cahiers de la Méditerranée*, v. 65, p. 3 e 4. Este autor realça a distinção entre o *valor de uso* atribuído ao escravo comum, do *valor de troca* característico do escravo de resgate, designando este por “ escravo provisório ” ( à espera de ser resgatado ), que, no entanto, se podia tornar em definitivo se não viesse a ser liberto.

de uma viúva e vendia vinho numa taberna <sup>25</sup>. Com a mesma idade foi cativada Maria Rodrigues, dos arredores de Safim, vendida depois em Tavira a um mercador cristão novo. Manteve-se 10 anos como moura, “*porque era de resgate*”, mas como a senhora adoeceu, ela prometeu baptizar-se se a mesma se curasse, o que cumpriu. Depois de casada e forra, o marido quis que fosse com ele para a sua terra, mas ela não o quis fazer<sup>26</sup>.

Deram assim entrada no território português numerosos cativos “*brancos*”, de origem norte-africana e do reino islâmico de Granada. Neste último caso, mesmo depois da conquista castelhana do estado nazari, em 1492, o mesmo voltou a produzir mão-de-obra escrava com a revolta dos mouros conversos em 1568, contra as imposições de Filipe II – revolta das Alpujarras – cuja repressão levou à escravização das populações submetidas e à sua venda, inclusive para Portugal.

Eram designados por *mouros* e *mouriscos* <sup>27</sup>, conforme se mantivessem fiéis ao Islamismo ou se tivessem convertido à religião Cristã. Foi essa, durante séculos, a principal fonte de abastecimento de cativos a Portugal, de tal forma que o termo *mouro* ficou a ser sinónimo de escravo. Desse modo se referiram aos seus cativos, em testamento de 1453, D. Fernando, conde de Arraiolos e futuro duque de Bragança e a mulher, D. Joana de Castro : “ *Consirando como ao Senhor Deus aprouve de nos dar mouros e mours, nossos servos e servas [...] queremos e outorgamos que finando cada um de nós da vida deste mundo [...] fiquem livres*” <sup>28</sup>.

A própria tradição linguística adoptou as expressões “*trabalhar como um mouro*” e “*mourejar*”, significativas de trabalhar duramente, como escravo.

---

<sup>25</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 6424, f. 4 – 26.11.1561.

<sup>26</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 3191, f. 3 – 13.11.1554.

<sup>27</sup> - Bernard Vincent, “ La schiavitù nella penisola iberica », p. 65.

## 2.2 - *As viagens marítimas e os escravos*

A preponderância numérica dos escravos brancos que caracterizou a população cativa portuguesa nos últimos séculos medievais daria lugar, na época moderna, a uma população escrava predominantemente negra. Essa alteração foi o resultado de décadas de tráfico atlântico ainda no século XV, que prosseguiu e foi incrementado na centúria seguinte, acumulando no território português, geração sobre geração, muitos milhares de indivíduos de origem africana, convertidos em mão-de-obra forçada pela vontade de mercadores, autoridades e proprietários.

Como facilmente se conclui das fontes coetâneas do início do tráfico atlântico de escravos, o comércio negreiro derivou e foi consequência quase inevitável da navegação de corso praticada pelos portugueses nas imediações do estreito de Gibraltar. Já atrás foi realçado o empenho dos soberanos lusos, nos séculos XIV e XV, em promover a guerra marítima contra os estados islâmicos e as suas frotas. Tal esforço adquiriu maior ímpeto com a conquista de Ceuta, em 1415, suprimida como núcleo da pirataria magrebina sobre a navegação cristã para se converter em base de apoio da actividade corsária lusitana <sup>29</sup>. Nesse contexto de “*guerra santa*”, com intuitos simultaneamente económicos e religiosos, se podem incluir os assaltos às Canárias, habitadas por população “*idólatra*” e, por isso, legítima e abundante fonte de mão-de-obra escrava desde o século XIV, às mãos de catalães, andaluzes e portugueses <sup>30</sup>. Em toda esta actividade se viria a destacar, pela persistência e pelos resultados obtidos, a acção do infante D. Henrique e da ordem de Cristo.

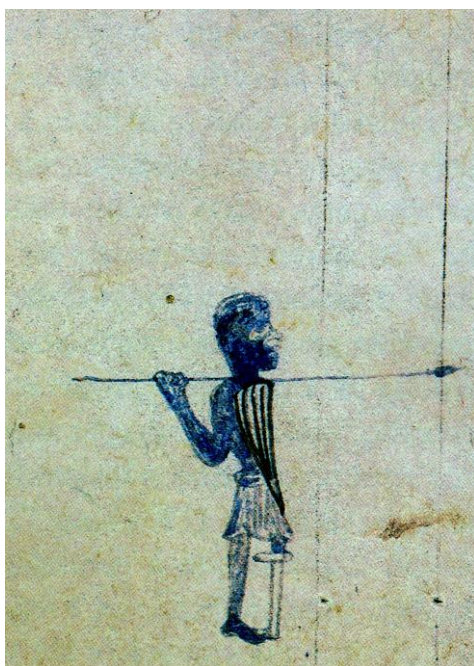
---

<sup>28</sup> - D. António Caetano de Sousa, *História genealógica da casa real portuguesa. Provas*, tomo III, II Parte, p. 144.

<sup>29</sup> - Luís Filipe Thomaz, “ Le Portugal et l’Afrique au XV.e siècle », p. 174.

<sup>30</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 153.

O progressivo e natural alargamento para sul do âmbito geográfico das viagens de curso, realizadas ao longo da costa marroquina, resultou na entrada em contacto dos portugueses com populações negras nos respectivos territórios. Estas eram já conhecidas na Península Ibérica, pois aqui chegavam, há longo tempo, escravos negros trazidos pelas caravanas trans-sarianas para as costas do Magreb <sup>31</sup> e aí adquiridas. Esse conhecimento reflectiu-se mesmo nalgumas iluminuras de códices medievais <sup>32</sup>. Foi natural, portanto, que ao depararem os navegadores lusos com gente semelhante àquela que entrava no seu território como escrava, a considerasse também susceptível de ser legitimamente capturada e escravizada. Vitorino Magalhães Godinho defendeu mesmo que “ *da pirataria no Estreito e da instalação em Marrocos é que deve ter resultado o projecto de ir buscar cativos negros mais directamente ao sul* ” <sup>33</sup>.



Iluminura do códice *Expositio in Libros Regum*, de Rábano Mauro

---

<sup>31</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, Ob. cit., p. 155.

<sup>32</sup> - Como um negro com escudo e lança que ilustra a *Expositio in Libros Regum*, de Rábano Mauro ( Séc. XIII ), de Santa Cruz de Coimbra ( Luís Cabral e Maria Adelaide Meireles, *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, p. 31 ).

<sup>33</sup> - Idem, p. 155.

Intencionalmente ou como resultado de navegações progressivamente mais ousadas, o encontro com os negros acelerou o processo de “*descobrimento*” da costa africana, pelos lucros conseguidos com a escravização dos autóctones, levando, a mais longo prazo, ao estabelecimento regular do tráfico negreiro através do Atlântico, com a transferência forçada de milhões de indivíduos de África para o continente americano.

Foi grande o entusiasmo que a captura de cativos na costa do noroeste africano despertou entre os navegadores e a população portuguesa. Zurara descreveu, numa passagem justamente célebre da *Crónica da Guiné*, o desembarque em Lagos, em 1444, de uma numerosa carga de “*mouros*” capturados na costa de Arguim pela expedição organizada, com esse objectivo, pelo almoxarife daquela vila. Sob o olhar do infante D. Henrique, patrocinador da iniciativa e com direito à quinta parte do produto, foram repartidos, junto aos muros da vila algarvia, centenas de homens, mulheres e crianças arrancados às suas terras de origem, dos quais “*havia alguns de razoada brancura [...]; outros menos brancos, que queriam semelhar pardos ; outros tão negros como etíopes*”<sup>34</sup>. Tudo perante a admiração dos moradores “*assim do lugar como das aldeias e comarcas de arredor*”, que largaram nesse dia o trabalho “*somente por ver aquela novidade*”<sup>35</sup>.

A partir da década de 40 os assaltos ao litoral africano foram dando lugar à compra de escravos. A maior dificuldade e a reduzida rentabilidade da actividade predadora na costa da Guiné, com um povoamento mais denso que a zona do Sara e população mais aguerrida, aconselharam à mudança de processos, com recurso às redes de comércio de escravos há séculos estabelecidas no território. A criação da feitoria de Arguim destinou-se a provocar o desvio para a costa atlântica e para as mãos dos

---

<sup>34</sup> - Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Guiné*, p. 123.

<sup>35</sup> - Idem, p. 123.



portugueses de parte do tráfico que até aí se dirigia ao litoral norte-africano <sup>36</sup>. Luís de Cadamosto não deixou de anotar a viragem, na relação das suas viagens : “ *este tráfico de Arguim foi ordenado há pouco tempo para cá, porque antes as caravelas de Portugal costumavam vir a este golfo de Arguim armadas [...], prendiam destes árabes [...] e traziam-nos a Portugal para vender. [...]. Mas [...] há um certo tempo para cá tudo se reduziu à paz e trato de mercadoria e não consente o dito senhor Infante que seja feito mais dano a nenhum* ” <sup>37</sup>. A justificação dada pelo italiano para a mudança de atitude de D. Henrique e da coroa para com os autóctones foi, naturalmente, a maior facilidade na respectiva conversão ao Cristianismo <sup>38</sup>. A partir de Arguim os portugueses acediam também ao ouro do Sudão, trocado por trigo da Madeira <sup>39</sup>. De 1445 a 1464 foi capitão e governador da feitoria o antigo almoxarife de Lagos Soeiro Mendes de Évora, autorizado a adquirir escravos na costa sariana, de que pagava uma parte ao rei, negócio que manteve até 1471 <sup>40</sup>.

A mudança ocorrida na exploração das riquezas africanas, nomeadamente dos recursos humanos, torna evidente uma atitude pragmática e mercantil e, por isso, mais *moderna* da parte das autoridades portuguesas, diversa da até aí seguida, medieval e guerreira, em boa parte determinada pelo espírito de cruzada. Por maior semelhança que existisse nos fins – a obtenção de escravos e outros produtos para venda e, portanto, o lucro – foram os meios que marcaram a diferença de épocas e de mentalidade. Perante as novas circunstâncias que se apresentaram – adversas à continuação dos saques e favoráveis ao simples comércio – Portugal foi levado a *modernizar* a sua acção expansionista. Isso condicionou também o tipo de investimentos materiais e humanos a

---

<sup>36</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 156.

<sup>37</sup> - *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 104-105.

<sup>38</sup> - *Idem*, p. 105.

<sup>39</sup> - Luís Filipe Thomaz, « Le Portugal et l'Afrique ... », p. 212.

<sup>40</sup> - António de Almeida Mendes, « Traite des maures – traite des noirs, ou les visages de l'esclavage au Portugal ( XV-XVI.e siècles ) », *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*, p. 20.

canalizar para a exploração do continente africano, mais adaptados à função mercantil e atraiu para a empresa ultramarina camadas sociais mais amplas que as, até aí, implicadas na gesta anti-islâmica.

O factor determinante da adopção do comércio em detrimento da guerra foi o contacto com o tráfico africano <sup>41</sup>. Claude Meillassoux, no seu conhecido trabalho sobre a escravidão em África <sup>42</sup>, destacou a importância das expedições organizadas, nos últimos séculos medievais, pelos estados islâmicos da região saelo-sudanesa contra os povos “pagãos” da sua periferia, com vista à obtenção de escravos. Essa política de saque e de conquista levou à consolidação de grandes estados militares na região - Gana, Mali e outros - sendo os escravos canalizados para o serviço desses próprios estados – como soldados, servidores do palácio, concubinas, transportadores e mineiros – e para a venda no litoral mediterrânico. Posteriormente, o desenvolvimento do comércio nesses estados favoreceu a adopção generalizada do trabalho cativo por essas sociedades camponesas, em tarefas agrícolas e artesanais e o incremento da escravidão e do tráfico interno <sup>43</sup>. Daí a procura portuguesa de escravos ter deparado com uma oferta abundante e já organizada da parte dos estados africanos. Embora não tenha sido esse o único produto objecto do interesse lusitano, o tráfico negreiro desempenhou um papel decisivo na exploração daquela costa depois da morte do infante D. Henrique.

Os lucros já conseguidos com as viagens marítimas e sobretudo os que se anteviam no futuro incentivaram a coroa a assegurar-se de que o empreendimento não viria a ser prejudicado pela concorrência estrangeira, desenvolvendo junto da Santa Sé esforços diplomáticos dirigidos à legitimação das suas iniciativas e à defesa dos interesses portugueses. O principal argumento usado foi o contributo das conquistas e descobrimentos para a expansão da Cristandade e o papel da Ordem de Cristo. Um

---

<sup>41</sup> - Elikia M'Bokolo, *África negra. História e civilizações*, tomo 1, p. 256.

<sup>42</sup> - Claude Maillassoux, *Anthropologie de l'esclavage: le ventre de fer et d'argent*, Paris, 1998.

primeiro êxito foi conseguido quando Nicolau V, pelas bulas *Dum diversus* e *Divino amore communiti*, de 1452, atribuiu ao rei de Portugal o direito de conquista sobre todos os muçulmanos, pagãos e outros inimigos da fé, assim como dos respectivos territórios, podendo reduzir os seus povos à escravidão <sup>44</sup>.

Preparando o caminho a mais concessões, D. Afonso V entregou à ordem de Cristo, em 1454, a jurisdição espiritual das terras conquistadas “ até aos índios”, decisão que carecia de confirmação papal <sup>45</sup>. Em resultado das pressões recebidas, Nicolau V, pela bula *Romanus Pontifex* ( 1455 ), confirmou e concedeu ao rei de Portugal e aos seus sucessores o domínio exclusivo das terras descobertas e a descobrir e, ao rei e ao infante D. Henrique, o direito de nelas fundar igrejas e conventos e de enviar para lá sacerdotes <sup>46</sup>. No ano seguinte, Calixto III, através da bula *Inter cetera*, reconheceu à ordem de Cristo a jurisdição espiritual em todas as terras e ilhas desde os cabos Bojador e Não até à Índia e confirmou os privilégios da bula do seu antecessor <sup>47</sup>.

Sisto IV confirmaria, em 1481, quer o exclusivo português nas áreas referidas, quer a jurisdição da ordem de Cristo ( Bula *Eterni regis clementia* ) <sup>48</sup>. O monopólio português só foi, porém, definitivamente conseguido através dos tratados firmados com Castela, seu principal rival, nas Alcáçovas ( 1479 ) e em Tordesilhas ( 1494 ) <sup>49</sup>.

Apesar disso não faltaram incursões oriundas de países rivais nos territórios africanos, sobretudo de castelhanos, flamengos e franceses. É exemplo disso a expedição, em 1476, de pescadores andaluzes de Palos de La Frontera e Puerto de Santa Maria, que foram em duas caravelas às costas da Guiné e aí carregaram 120 *azenégues*,

---

<sup>43</sup> - Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 44-57.

<sup>44</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 181.

<sup>45</sup> - Maria Emília Madeira Santos e Maria João Soares, “ Igreja, missão e sociedade”, *História geral de Cabo Verde*, V. II, p. 364.

<sup>46</sup> - Idem, p. 364.

<sup>47</sup> - *As gavetas da Torre do Tombo*, v. II, p. 494.

<sup>48</sup> - *As gavetas da Torre do Tombo*, v. VII, p. 320.

<sup>49</sup> - Luís de Albuquerque, “ Tratado de Tordesilhas”, *Dicionário de História de Portugal* ( Dir. Joel Serrão), v. IV, p. 175.

à revelia do monopólio português<sup>50</sup> e aquela em que participou o flamengo Eustache de La Fosse, surpreendido a traficar no golfo da Guiné e aprisionado por portugueses em 1480<sup>51</sup>. Não faltaram igualmente as acções de pirataria da parte de moradores da costa andaluza – de Gibraleón, Huelva, Lepe, Moguer e Palos de la Frontera - sobre os navios portugueses que vinham de África, com pretexto na guerra travada entre Portugal e Castela de 1475 a 1479 e que deste modo acabaram por conseguir, de forma cómoda e económica, vender nas suas terras inúmeros escravos negociados e transportados pelos seus rivais<sup>52</sup>.

Função importante na utilização de mão-de-obra escrava e no tráfico de cativos exerceram as ilhas de Cabo Verde, frente à costa do Senegal, reconhecidas em 1460 ou pouco antes<sup>53</sup> e povoadas a partir de 1461-62 por portugueses e genoveses. A ilha de Santiago foi o núcleo mais dinâmico do desenvolvimento do arquipélago e os seus moradores beneficiados com privilégios destinados a atrair colonos para o território. O principal foi o exclusivo de comerciarem, com os seus navios, no litoral africano fronteiro às ilhas, com excepção de Arguim, em todo o tipo de mercadorias ( excepto armas e artigos de ferro ), incluindo escravos. Isso permitiu a introdução destes em grande escala no arquipélago – em 1582 havia, segundo o sargento-mor Francisco de Andrade, 13.700 nas ilhas de Santiago e Fogo<sup>54</sup> - o que favoreceu o rápido incremento da cultura de cereais, algodão, fruta e legumes, a apanha de urzela, criação de gado e extracção de sal<sup>55</sup>. Deu-se também início à compra de escravos na costa da Guiné – em

---

<sup>50</sup> - Julio Izquierdo Labrado, *La esclavitud en Huelva y Palos ( 1570-1587 )*, p. 2-3; António de Almeida Mendes, “ Traite des maures-traite des noirs, ou les visages de l’esclavage au Portugal ( XV.-XVI.e siècles ), *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*, p. 22.

<sup>51</sup> - Eustache de La Fosse, *Voyages de ... sur la côte de Guinée*, p. 29-37.

<sup>52</sup> - Julio Izquierdo Labrado, *El comercio de esclavos: Gibraleón*, p. 10-11.

<sup>53</sup> - Luís de Albuquerque, *Os descobrimentos portugueses*, p. 46.

<sup>54</sup> - António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata*, p. 147.

<sup>55</sup> - Idem, p. 45.

troca de algodão, cavalos, vacas, tecidos e outros produtos – com objectivos comerciais e à sua revenda para Lisboa, Madeira, Sevilha, Canárias, Brasil e Índias de Castela <sup>56</sup>.

De acordo com o Piloto Anónimo que, cerca de 1550, descreveu as viagens entre Lisboa e S. Tomé, depois de os escravos serem resgatados na costa africana em troca de “ *contas de vidro de diversas cores e várias quinquilharias de cobre ou latão, panos de algodão [...] e outras coisas semelhantes*”, eram levados “ *à ilha de S. Tiago, aonde de contínuo chega[vam] navios com mercadorias de diversos países e províncias, principalmente da Índia descoberta pelos espanhóis* “ <sup>57</sup>.

E Duarte Lopes, cuja viagem ao Congo foi relatada pelo italiano Pigafetta, ao aportar a Santiago em 1578, não deixou de recordar : “ *os portugueses aí desembarcam e naquelas comarcas trafegam com diversas cousas, como são : continhas de cristalino de várias cores e outros brincos [...] e teias de Holanda e carapuças e facas e panos pintados ; por seu retorno trazem escravos, cera, mel e outros mantimentos e assim panos de algodão de diferentes cores* “ <sup>58</sup>.

As ilhas manteriam essa função até à primeira década de seiscentos, a partir do que foram preteridas a favor da ligação directa entre a costa da Guiné e o continente americano <sup>59</sup>.

Em 1469 o grande mercador de Lisboa Fernão Gomes, já com experiência na gestão estatal do tráfico africano, nomeadamente de escravos <sup>60</sup>, conseguiu da coroa o arrendamento por 5 anos do comércio da Guiné, com a obrigação de reconhecer anualmente 100 léguas de costa para além das terras conhecidas. No âmbito do contrato, os seus navegadores descobriram toda a costa do golfo da Guiné - com as respectivas

---

<sup>56</sup> - Idem, p. 138 3 140.

<sup>57</sup> - “ *Navegação de Lisboa à ilha de S. Tomé ...* “, p. 89.

<sup>58</sup> - Duarte Lopes e Filippo Pigafetta, *Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas*, p. 50.

<sup>59</sup> - Maria Manuela Ferraz Torrão, “ Rotas comerciais, agentes económicos, meios de pagamento”, *História geral de Cabo Verde*, v. II, p. 35.

<sup>60</sup> - Joseph B. Ballong-Wen-Mewuda, *São Jorge da Mina ( 1482-1637)*, v.I, p. 47-48.

ilhas – incluindo a região aurífera da Mina e iniciaram os resgates de ouro, proveniente das regiões ashanti e mossi <sup>61</sup>, traficando também na malagueta e em escravos. Devido ao impulso dado à exploração do continente, o rico mercador foi nobilitado por D. Afonso V, em 1474, recebendo escudo de armas com três cabeças de negros ornadas de adereços de ouro <sup>62</sup>.



António Godinho, *Livro da nobreza e perfeição das armas* ( Torre do Tombo)

O êxito dos resgates auríferos levou à construção, em 1482, da fortaleza de S. Jorge da Mina, na costa do actual Gana, numa “ *região demograficamente densa e economicamente próspera*” <sup>63</sup>, cuja população importava do interior ouro, vestuário e objectos de barro em troca de sal e peixe. Retirando vantagem da sua superioridade em meios de transporte marítimos e no conhecimento dos mercados, os portugueses procuraram substituir-se aos intermediários muçulmanos que adquiriam o metal precioso aos produtores autóctones a fim de o canalizarem para o litoral mediterrânico. Para tal tornaram-se fornecedores aos africanos de tecidos portugueses, norte-africanos, indianos e de países europeus como a França e os Países Baixos, de artigos de couro e latão provenientes da Alemanha, de vinhos portugueses e cauris do Oceano Índico e da própria África. E também de grande número de escravos adquiridos na costa do Benim

<sup>61</sup> - Bartolomé Benassar, “ A explosão planetária”, *História económica e social do mundo* ( Dir. Pierre Léon), v. I, tomo II, p. 393.

<sup>62</sup> - António Godinho, *Livro da nobreza e perfeição das armas* ( Século XVI ), f. XXVI v.

– juntamente com marfim e pimenta de rabo <sup>64</sup> - que as sociedades Fanti utilizavam intensamente e exportavam para o interior <sup>65</sup>. Duarte Pacheco Pereira resumiu desta forma o trato no Benim : “ *O reino do Veny [...] o mais do tempo faz guerra aos vizinhos, onde toma muitos cativos, que nós compramos a doze e quinze manilhas de latão ou de cobre, que eles mais estimam e dali som trazidos à fortaleza de S. Jorge da Mina, onde se vendem por ouro* “ <sup>66</sup>.

Essas mercadorias, deslocadas de três continentes pela capacidade mercantil lusitana, destinavam-se quase exclusivamente à obtenção de ouro. Porém, só parcial e temporariamente Portugal conseguiu desviar para o litoral a corrente aurífera, que foi declinando ao longo do século XVI <sup>67</sup>. Outro resultado e mais perene conseguiu, no entanto, com o tráfico da Mina : a descoberta de fontes abundantes de mão-de-obra escrava e a criação de estruturas materiais e de experiência organizativa no âmbito do comércio negreiro, a que iria recorrer daí para o futuro.

Nesse contexto se insere a função de S. Tomé – descoberta em 1471 por Pêro Escobar e João de Santarém, ao serviço do arrendatário Fernão Gomes – transformada em entreposto das trocas entre a costa do Benim e S. Jorge da Mina na segunda década de quinhentos <sup>68</sup>. Na ilha passaram a armazenar-se os produtos necessários à obtenção de escravos - cauris, manilhas de cobre e latão, tecidos e outros – levados para a “ *costa dos Escravos* ” pelos barcos negreiros. Também aí se concentravam os cativos depois de comprados, antes de seguirem para a Mina a serem trocados por ouro <sup>69</sup>.

---

<sup>63</sup> - J. Ballong-Wen-Mewuda, *São Jorge da Mina*, v. I, p. 151.

<sup>64</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 163.

<sup>65</sup> - Idem, p. 301-330.

<sup>66</sup> - Joaquim Barradas de Carvalho, *O Esmeraldo de situ orbis de Duarte Pacheco Pereira*, p. 323-324.

<sup>67</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, Ob cit., p. 389-393.

<sup>68</sup> - Idem, p. 337.

<sup>69</sup> - Idem, p. 330-364.

Em S. Tomé foi também desenvolvida a cultura do açúcar – destinado à exportação para a Europa – para aí levada da Madeira e explorada por colonos portugueses com recurso a mão-de-obra escrava resgatada no litoral africano <sup>70</sup> ; mas também de outros produtos agrícolas necessários à sua população, aos moradores de São Jorge da Mina e ao abastecimento dos navios de passagem. A partir dos anos 30 do século XVI, com o incremento da exploração do Brasil e das Antilhas, a ilha transformar-se-ia também em depósito de escravos destinados ao continente americano<sup>71</sup>.

Embora o tráfico negreiro realizado na costa da Mina se destinasse sobretudo ao fornecimento de cativos aos mercadores africanos vendedores de ouro, parte dessas cargas humanas era encaminhada para o reino. Nos primeiros anos de exploração comercial da região, quer durante o arrendamento de Fernão Gomes, até 1474, quer depois dela, até à construção da fortaleza-feitoria, em 1482, foram certamente numerosos os escravos transaccionados e conduzidos a Portugal. É disso testemunho o relato do flamengo Eustache de La Fosse, surpreendido e aprisionado em 1480, por infringir o exclusivo português na região. Embarcado no navio Diogo Cão, presenciou e participou mesmo, daí em diante, no trato dos seus sequestradores lusitanos, que compraram escravos nas costas da Malagueta e do Ouro, uma parte dos quais trocaram por ouro e outra trouxeram para o reino <sup>72</sup>. Mas mesmo após a edificação da fortaleza e cidade de S. Jorge, a coroa consentia aos moradores que negociassem em escravos – e noutros produtos, com excepção dos habitualmente proibidos – os quais usavam para seu serviço, vendiam aos mercadores africanos ou expediam para Portugal <sup>73</sup>.

---

<sup>70</sup> - Isabel Castro Henriques, *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*, p. 63-92.

<sup>71</sup> - J. Ballong-Wen-Mewuda, ob. cit., v. I, p. 362 ; Isabel C. Henriques, ob. cit., p.102.

<sup>72</sup> - Eustache de La Fosse, *Voyage de ... sur la côte de Guinée...* , p. 29-37.

<sup>73</sup> - J. Ballong-Wen-Mewuda, *S. Jorge da Mina*, v. I, p. 159-164.



Nas primeiras décadas de quinhentos foi reforçado o controle régio sobre o comércio da Mina, incluindo o tráfico de escravos. De acordo com o Regimento do respectivo feitor, de 1529, só as peças “*boas e de receber*”, ou seja, dignas de serem oferecidas para troca, deviam ser levadas à feitoria. As restantes, consideradas “*de refugo*”, seriam embarcadas para Portugal com destino à Casa da Guiné, à ordem do rei<sup>74</sup>, ou entregues aos moradores da cidade de S. Jorge, para seu serviço, à razão de uma para cada três moradores<sup>75</sup>. Neste caso tratava-se de escravas e a sua atribuição aos residentes, por períodos de dois anos, colmatava a carência devida à proibição régia de os mesmos comprarem cativos, medida determinada pelo *Regimento da Casa da Índia e Mina*, de 1509 e pelas *Ordenações manuelinas*<sup>76</sup>. Segundo parece, essas escravas eram também enviadas para o reino no fim do período de serviço<sup>77</sup>.

Mas este era o destino de uma pequena parte dos escravos comprados no golfo, por ser menos lucrativo. Segundo João de Barros, “*na Mina se fazia muito proveito*” dos cativos, “*porque os mercadores do ouro os compravam por dobrado preço do que valiam cá no reino*”<sup>78</sup>.

Papel de muito menor significado teve a ilha de Ano Bom, também no golfo da Guiné, descoberta cerca de 1470 e transformada em capitania por D. Manuel em 1503, a cargo de Jorge de Melo. Colonizada por casais de escravos levados da costa, a sua principal fonte de rendimento foi o algodão, cultivado pelos habitantes, que entregavam à autoridade uma parte da colheita<sup>79</sup>.

---

<sup>74</sup> - J. Ballong-Wen-Mewwuda, Ob. cit., v. II, p. 584.

<sup>75</sup> - Idem, p. 590.

<sup>76</sup> - *Ordenações manuelinas*, liv. V, Tít. CXII, p. 340-341.

<sup>77</sup> - J. Ballong-wen-Mewuda, Ob. cit., v. I, p. 176.

<sup>78</sup> - João de Barros, *Da Ásia: Década I*, liv. III, cap. III, citado por Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências*, p. 33.

<sup>79</sup> - Arlindo Manuel Caldeira, “A república negra de Ano Bom: invenção de um Estado entre duas colonizações”, *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*, p. 47-65.

A S. Tomé afluíam também escravos de regiões situadas mais a sul : o Congo e Angola. Depois de atingida a foz do rio Zaire, em 1483, por Diogo Cão, este navegador – encarregado por D. João II de descobrir a passagem do Atlântico para o Índico – entabulou negociações com o rei do Congo na segunda viagem que fez àquela costa <sup>80</sup>. Nos inícios de quinhentos começou aí a exportação de escravos para S. Tomé, inicialmente destinados às plantações açucareiras da ilha ou à revenda para S. Jorge da Mina e, mais tarde, ao Brasil e à América espanhola. O estabelecimento de relações amistosas com os soberanos congolezes Nzinga A Nkuwu ( D. João I ) ( + 1506 ) e o seu filho Nzinga Mbenba ( D. Afonso I ) ( 1506-1543 ), convertidos ao Cristianismo, permitiu a Portugal exercer uma rápida influência política e cultural e intervir militarmente ao lado deste último na luta pelo poder com o seu irmão Mpanzu A Nzinga <sup>81</sup>. O comprometimento político com os interesses de Portugal acabaria por fazer do país um mero fornecedor de escravos a S. Tomé, função que se acentuou depois da morte do rei <sup>82</sup>.

Entretanto tinham sido encetadas relações com o estado de Angola, cujo rei era súbdito do soberano congolês e que passou a principal fornecedor dos traficantes portugueses e a uma ligação comercial directa com S. Tomé, à margem do controle do Congo. Notícias de umas imaginárias minas de prata em Cambambe, no interior do território, acabaram no envio, em 1574, de um exército comandado por Paulo Dias de Novais, que fundou S. Paulo de Luanda e um forte em Anzele <sup>83</sup>. Frustradas as expectativas de metais preciosos, a presença portuguesa serviria apenas, daí em diante, para garantir as correntes humanas que alimentavam o tráfico negreiro, destinado ao

---

<sup>80</sup> - Damião Peres, *História dos descobrimentos portugueses*, p. 266 e 273.

<sup>81</sup> - Joseph B. Ballong-Wen-Mewuda, “ L’esclavage et la traite négrière dans la correspondance de Nzinga Mbemba ( D. Afonso I ), roi du Congo ( 1506-1543 ) : la vision ideologique de l’autre », *Déraison, esclavage et droit*, p. 302 ; Ilídio do Amaral, *O reino do Congo ...*, p. 97-147.

<sup>82</sup> - J. B. Ballong-Wen-Mewuda, Ob. cit., p. 309; Elikia M’Bokolo, *África negra. História e civilizações*, tomo 1, p. 407-421.

Brasil e Índias de Castela <sup>84</sup>. Como sintetizou, com vivacidade, o historiador brasileiro Luiz Felipe de Alencastro, “ *durante quase três séculos, multidões de gente em pânico eram levadas acorrentadas do interior para ser enfiadas nos navios que partiam de Luanda, maior porto negreiro de toda a história* ” <sup>85</sup>.

Duarte Lopes, que viveu no território de 1578 a 1584, testemunhou a evolução ali ocorrida : “ *havia comércio [ ...] no porto de Luanda, entre portugueses e os de Angola, resgatando escravos e comutando-os por outras mercadorias ; e logo se despachava tudo para a ilha de S. Tomé ; e estava ligado este tráfico ao de S. Tomé ; e os navios primeiro tocavam naquela ilha e depois iam a Luanda. Aumentando sucessivamente as operações, começou-se a expedir os navios de Lisboa directamente para Angola* ” <sup>86</sup>. No território, segundo ele, os portugueses compravam, por ano, “ *mais de cinco mil cabeças de negros* ”, que levavam a vender a diversas partes <sup>87</sup>.

A escravização dos índios brasileiros começou pouco depois da viagem de Pedro Álvares Cabral, pois uma expedição realizada entre 1503 e 1504 regressou a Lisboa com pau-brasil e um grupo de nativos <sup>88</sup>. E a nau *Bretoa*, armada em 1511 por uma sociedade de capitalistas florentinos e portugueses, em que figuravam Fernão de Loronha e Bartolomeu Marchione e destinada a transportar pau-brasil, trouxe no regresso 35 ameríndios <sup>89</sup>. Quando foi adoptado o regime de capitanias, constavam das cartas de doação os escravos que o capitão podia enviar para o reino, além dos que

---

<sup>83</sup> - Paulo Nascimento, “ Paulo Dias de Novais”, *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, v. II, p. 806-807.

<sup>84</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 165-166.

<sup>85</sup> - Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes*, p. 83 e 85.

<sup>86</sup> - Duarte Lopes e Filippo Pigafetta, *Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas*, p. 69.

<sup>87</sup> - Idem, p. 76.

<sup>88</sup> - Filipe Nunes de Carvalho, “ Do descobrimento à União Ibérica”, *O império luso-brasileiro ( 155-1620 )*, p. 80-81.

<sup>89</sup> - Idem, p. 95.

poderia usar como marinheiros <sup>90</sup>. No próprio território brasileiro o trabalho em cativeiro acabou por substituir regimes mais liberais, adoptados inicialmente em relação aos autóctones, para o derrube e transporte do pau-brasil. Com o avanço da cultura do açúcar, os colonos portugueses recorreram a “ *entradas* ” no sertão para captura da mão-de-obra necessária.

Pêro de Magalhães Gândavo, que escreveu na segunda metade do século XVI, afirmava : “ [...] *os moradores desta costa do Brasil [...] a primeira coisa que pretendem alcançar são escravos pera lhe fazerem e granjearem suas roças e fazendas, porque sem eles não se podem sustentar na terra*” <sup>91</sup>. E sobre a capitania de Pernambuco observava : “ [...] *tem muitos escravos índios, que é a principal fazenda da terra. Daqui os levam e compram pera todas as outras capitanias, porque há nesta terra muitos e mais baratos que em toda a costa*” <sup>92</sup>.

Os povos indígenas, no entanto, não resistiam ao trabalho intenso e à disciplina das plantações, além de acabarem dizimados por doenças como a varíola, a rubéola, a tuberculose, a lepra e outras originadas pelo contacto com os europeus <sup>93</sup>. Depressa os portugueses descobriram que os índios não eram bons escravos <sup>94</sup>, o que leva a concluir que não devem ter sido muitos os que trouxeram para o reino. Quanto ao seu emprego no território, também desde cedo começaram a ser substituídos por cativos africanos. Por pressão dos jesuítas, D. Sebastião declarou, em 1570, a liberdade dos índios, que só

---

<sup>90</sup> - Maria Beatriz Nizza da Silva, “ Sociedade, instituições e cultura”, *O império luso brasileiro ( 1500-1620 )*, p. 405.

<sup>91</sup> - Pêro de Magalhães Gândavo, *Tratado da terra do Brasil*, f. 18.

<sup>92</sup> - Idem, f. 5 v.

<sup>93</sup> - Harold Johnson, “ Desenvolvimento e expansão da economia brasileira ( 1500-1620 )”, *O império luso-brasileiro ( 1500-1620 )*, p. 232-239 ; Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes*, p. 127-128. Este autor destacou a importância que teve para o incremento do tráfico negreiro a vulnerabilidade dos ameríndios ao choque epidemiológico provocado pela “ *unificação microbiana do mundo*” resultante dos Descobrimentos. Além das doenças levadas da Europa, houve também as que foram veiculadas de África pelos escravos, como a febre amarela e a malária.

<sup>94</sup> - Idem, p. 212-213.

em guerra justa ou por prática da antropofagia podiam ser escravizados <sup>95</sup>, o que veio a desencadear uma luta acesa entre colonos, por um lado e a coroa e a Companhia de Jesus, por outro. Embora determinações posteriores, influenciadas pelos colonos, introduzissem recuos nesta matéria e as desobediências à lei fossem frequentes, os índios passaram a contar com a protecção régia e da Igreja.

Há notícia de importação de negros pelos colonos brasileiros desde 1533 <sup>96</sup>, mas foi na década de 60 que se iniciou o tráfico em larga escala, destinado a fornecer mão-de-obra aos engenhos e plantações <sup>97</sup>. Em 1559 o rei autorizara os roceiros a mandarem resgatar na costa africana até 120 peças de escravos para cada engenho <sup>98</sup>.

Na América espanhola a cultura do açúcar desenvolveu-se na segunda década de quinhentos, primeiro na ilha Espanhola ( S. Domingos ) e depois nas demais ilhas e no continente <sup>99</sup>. Iniciou-se também a importação de negros africanos para o trabalho das plantações e das minas. Respondendo aos apelos insistentes dos seus colonos, a coroa castelhana foi intensificando a concessão de licenças a particulares para a introdução de escravos, provenientes da costa de África dominada por Portugal. O próprio transporte através do Atlântico acabaria por cair na mão de mercadores portugueses – em grande parte cristãos-novos – possuidores de tecnologia, experiência e capitais. Os cativos iam de Cabo Verde, de S. Tomé e mesmo de Angola <sup>100</sup>.

Embora a cultura açucareira não fosse o único destino dos escravos africanos – havia a considerar o trabalho nas minas, na cultura do algodão, do café e outros

---

<sup>95</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 166 ; Frédéric Mauro, *L'Atlantique portugais et les esclaves ( 1570-1670 )*, p. 8.

<sup>96</sup> - Maria Beatriz Nizza da Silva, “ Sociedade, instituições e cultura”, *O império luso-brasileiro ( 1500-1620)*, p. 327.

<sup>97</sup> - Harold Johson, Ob. cit., p. 238.

<sup>98</sup> - Maria Beatriz Nizza da Silva, Ob. cit, p. 328.

<sup>99</sup> - João Pedro Marques, *Portugal e a escravatura dos africanos*, p. 43.

<sup>100</sup> - Maria da Graça Mateus Ventura, *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela ( 1541-1556 )*, p. 31-36.

produtos, o pastoreio do gado, além do comércio, do artesanato e dos serviços domésticos – certo é que impulsionou como nenhum outro as deslocções em massa de cativos através do Atlântico. Por isso Giovanni Botero resumiu assim, em 1589, o tráfico promovido por Portugal :

*“ Os portugueses, pela necessidade que têm de gente, mandam todos os anos as suas caravelas carregadas de várias mercadorias para os portos de Guiné e ali [ ...] tomam muitos milhares de escravos, que depois levam para trabalhar a cana-de-açúcar e cultivar os terrenos nas ilhas de S. Tomé e Cabo Verde e no Brasil, ou vendem-nos aos castelhanos, que se servem deles da mesma maneira na ilha Espanhola e em todo o Mundo Novo ”* <sup>101</sup>.

As consequências das navegações e do comércio portugueses no oceano Índico, depois da viagem inaugural de Vasco da Gama, em 1498, no que diz respeito à transferência de mão-de-obra escrava foram de natureza e volume muito diversos das que ocorreram no Atlântico por efeito do tráfico de cativos. Enquanto, neste caso, se tratou da deslocação de centenas de milhares de africanos para a América e para a Península Ibérica até ao fim do século XVI, naquele os escravos orientais tiveram Portugal como destino quase exclusivo, sendo em número muito menor no mesmo período. Além disso, enquanto no Brasil e nas Índias de Castela a importação em massa de escravos se destinava à monocultura de produtos agrícolas para exportação ou à exploração mineira, que exigiam grandes volumes dessa mão-de-obra, originando verdadeiras sociedades escravagistas, criadas de novo a partir do exterior <sup>102</sup>, quanto à Índia e outros territórios orientais de onde os portugueses importaram escravos, os mesmos não alteraram as bases da formação social existente no reino. Também não foi

---

<sup>101</sup> - Giovanni Botero, *Da razão de Estado* ( 1589 ), p. 170.

<sup>102</sup> - Luís Filipe Thomaz, “ A escravatura em Malaca no século XVI “, p. 253.

alterado o peso nem o papel dos escravos nas sociedades de origem, ao contrário do que ocorreu em África, em que o tráfico promovido pelos europeus incentivou a escravização de um número elevadíssimo de indivíduos, promoveu a guerra, alterou relações de poder e estruturas políticas e teve assinaláveis consequências demográficas e económicas, de sinal negativo, para o continente.

Os povos com que Portugal contactou na África oriental – como Zamzibar, a Abissínia e Madagáscar – no Índustão e nas costas e ilhas do Índico e do Pacífico, incluindo a China e o Japão, utilizavam o trabalho escravo e dedicavam-se ao seu comércio desde a Antiguidade <sup>103</sup>. Quando os portugueses se instalaram nessas terras não deixaram de recorrer a esse tipo de mão-de-obra, de traficarem com ela e também, com frequência, de enviarem escravos a familiares no reino e de os trazerem consigo, quando regressavam. Em 1526 o capitão de Coromandel Manuel da Gama interceptou um navio saído de Bengala que, entre outras mercadorias, transportava seis eunucos. Como o mesmo viajava sem “*cartaz*”, a autorização portuguesa para se navegar naquela região, a carga foi apresada e o próprio “*nakhuda*” muçulmano e a família foram vendidos como escravos <sup>104</sup>.

A descrição que o navegador flamengo Jan Linschoten fez da vida dos portugueses em Goa – cidade em que viveu como guarda-livros do arcebispo D. Vicente da Fonseca <sup>105</sup> - no *Itinerário* da sua viagem para a Índia ( 1596 ), mostra a intensa utilização dos cativos na cidade. Segundo ele, era no mercado diário da rua Direita que se leiloavam “*homens e mulheres, novos e velhos [ ...] como entre nós [ flamengos ] os animais*” <sup>106</sup>. Como o seu custo era baixo, havia quem tivesse dezenas, vivendo do seu

---

<sup>103</sup> - Maria Cristina Osswald, “ Aspectos iconográficos da escravatura negra na gravura europeia relativa à Índia entre os séculos XVI e XVII”, *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*, p. 33.

<sup>104</sup> - Samjay Subrahmanyam, *Comércio e conflito*, p. 44 e 130.

<sup>105</sup> - *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, v. II, p. 597-598.

<sup>106</sup> - Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias orientais ou portuguesas*, p. 148.

trabalho. Às escravas mandavam-nas vender água e doces pela cidade ou prostituir-se. Aos escravos, punham-nos a trabalhar nas suas lojas e oficinas “ *enquanto os patrões and[av]am pelas ruas e se comport[av]am tão magnificamente como os melhores* ” <sup>107</sup>. Chegava a haver quem tivesse 300 escravos. O convento de freiras de Santa Mónica dispunha de 120 e achava que não eram suficientes <sup>108</sup>. Em Baçaim foram usados na agricultura, na pesca, nos serviços domésticos, como soldados e na construção de grandes obras de arquitectura civil e militar <sup>109</sup>.

Muitos desses cativos eram levados de Moçambique “ *por serem os mais fortes de todo o Oriente*”, onde eram usados nas tarefas mais duras e sujas <sup>110</sup>. Outros iam da China, nomeadamente de Cantão, onde, de acordo com Jean Moquet, eram raptados em crianças por mercadores locais que os vendiam aos portugueses de Goa <sup>111</sup>.

Também o militar polaco Chrysztoph Pawlowski, ao relatar as suas impressões de Goa, em 1596, mencionou o uso dos escravos como meio de ostentação, afirmando que alguns moradores se faziam transportar “ *em liteiras cobertas de colchões e de tapetes, por quatro escravos negros, levando um quinto, à frente, um guarda-sol*”. Alimentavam-nos com arroz e punham-nos a trabalhar para si <sup>112</sup>.

Quando Jorge Cardim faleceu na Índia, a sua filha, residente em Almada, nomeou um procurador para arrecadar tudo o que lhe pertencera : “ *em especial as aldeias de Baçaim [...] e todos os rendimentos delas e assim escravos e escravas*”, podendo vender tudo e também os filhos desses escravos e todos os bens que tivessem <sup>113</sup>.

---

<sup>107</sup> - Idem, p. 149.

<sup>108</sup> - M. N. Pearson, *Os portugueses na Índia*, p. 109.

<sup>109</sup> - Jeannette Pinto, “ The decline of slavery in Portuguese India with special referente to the North”, *Mara liberum*, nº. 9, 1995, p. 236.

<sup>110</sup> - J.H. van Linschoten, Ob. cit., p. 82.

<sup>111</sup> - Jean Moquet, *Voyage à Mozambique et Goa. La relation de ... ( 1607-1610 )*, p. 135.

<sup>112</sup> - Rui Loureiro, “ Goa em finais do século XVI : a Relação de viagem de Chrysztoph Pawlowski”, *Ler História*, p. 167-169.

<sup>113</sup> - ADS, FN, Almada, Liv. 2/8, f. 9 – 12.3.1580.



Malaca era outro exemplo de uma sociedade que utilizava escravos já antes do domínio português e que continuou a usá-los de modo semelhante, ou seja, na tripulação dos navios, em trabalhos portuários, obras públicas, no artesanato, em serviços domésticos e no cultivo dos campos. Luís Filipe Thomaz calculou que constituíssem de 2,5 a 5,5 % da população, sendo uma mão-de-obra complementar usada em trabalhos rudes e pouco considerados <sup>114</sup>. Eram comprados em Java e Sunda, Sião, Pegu, China, Bornéu, Timor e outras regiões <sup>115</sup>, mas havia também escravos por dívidas <sup>116</sup>.

Quando as naus da carreira da Índia regressavam ao reino vinham carregadas com centenas de escravos, que desempenhavam grande parte das tarefas necessárias à navegação, como a manobra das bombas e o içar da vela grande, competindo aos marinheiros movimentar o leme e governar o navio <sup>117</sup>. Muitos vinham com os próprios donos, que regressavam a casa depois de terminadas as suas missões. Eram tantos que chegavam a pôr em perigo a segurança das naus. O que sucedia também com a própria carga, sempre em excesso <sup>118</sup>. A *História trágico-marítima* é elucidativa quanto ao número de cativos que transportavam as naus da Índia, entre 200 e 300 cada uma, nos casos referidos pelo seu autor <sup>119</sup>.

Essas aglomerações de escravos propiciavam também as revoltas a bordo, com o fim de eliminarem a tripulação europeia e se libertarem, como narrou Francisco de Andrada na *Crónica de D. João III* <sup>120</sup>. De escravos se compunha também grande parte da tripulação dos navios que estabeleciam ligação entre as possessões portuguesas do Oriente. Em 1520 o feitor de Malaca Ambrósio do Rego mandou que o almoxarife dos mantimentos desse 500 “*jantas de pada*” ( rações de pão ) para alimentação “*dos*

---

<sup>114</sup> - Luís Filipe Thomaz, “ A escravatura em Malaca no século XVI “, *Studia*, nº. 53, p. 256-260.

<sup>115</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 175.

<sup>116</sup> - Luís Filipe Thomaz, Ob. cit., p. 260-262.

<sup>117</sup> - J.H. van Linschoten, Ob. cit., p. 314.

<sup>118</sup> - Raffaella d’Intino, “ A gente do mar na carreira da Índia”, *Pavilhão de Portugal*, p. 210-218.

<sup>119</sup> - Bernardo Gomes de Brito, *História trágico-marítima*, v. I, p. 31 e 60.

<sup>120</sup> - Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, p. 622-623.

*negros aferrolhados*” que serviam no bergantim Santiago, que ia em viagem a Pacém<sup>121</sup>. O que também sucedia nas expedições lançadas contra os corsários e adversários do domínio português<sup>122</sup>. A esse facto se referiu repetidamente Fernão Mendes Pinto na *Peregrinação*<sup>123</sup>.

E também nas Molucas, na China e no Japão havia escravos e de lá foram muitos para Goa e vieram alguns para Portugal. Jorge Álvares, mercador no Extremo Oriente durante longos anos, descreveu as relações entre os japoneses e os seus cativos e a curiosidade dos naturais em relação aos negros, nomeadamente cafres de Moçambique<sup>124</sup> (certamente levados pelos portugueses), que os faziam deslocar-se de grandes distâncias. O jesuíta Luís Fróis referiu-se também aos escravos no Japão<sup>125</sup>.

### ***2.3 - Os escravos em Portugal***

Voltemos ao choque cultural sofrido por Clenardo quando chegou ao país. À inesperada visão de tantos negros e cativos reagiu com espanto e expressões de escândalo : “ *Os escravos pululam por toda a parte [...] Portugal está a abarrotar com essa espécie de gente*”. Achou Évora, por esse motivo, uma cidade infernal e que Lisboa tinha mais escravos que população livre. Mas, descontando o exagero próprio desse tipo de relatos, qual seria o impacto socioeconómico, cultural e visual dos escravos ao longo do país? Clenardo não conheceu só aquelas duas cidades. Na sua estadia de cinco anos em terra lusitana viveu também em Braga, cuja diocese o infante seu discípulo foi administrar e deu aí aulas de latim, inclusive a escravos e negros.

---

<sup>121</sup> - TT, CC, Parte 1, M. 25, Doc. 113.

<sup>122</sup> - Francisco Rodrigues da Silveira, *Memórias de um soldado da Índia*, p. 19-20.

<sup>123</sup> - Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, p. 93, 169, 200 e 675.

<sup>124</sup> - “ Information des choses du Japon, de Jorge Álvares ( 1547 », *Traité de Luís Fróis*, p. 168.

<sup>125</sup> - Luís Fróis, *Traité de ...*, p. 112.

A realidade era certamente bastante diversa entre regiões e localidades do litoral sul do território, como o Algarve, Setúbal ou Lisboa e o interior beirão ou transmontano, devido sobretudo à maior ou menor proximidade dos portos de entrada dos cativos no reino.

Não iremos incidir preferencialmente na vertente demográfica, que será tratada em capítulo próprio, mas antes no domínio socioeconómico. Para este, tal como para o estudo da população, os conhecimentos disponíveis são ainda limitados, pois os estudos sobre os escravos em Portugal no século XVI têm incidido quase só no sul do país, onde os mesmos são mais frequentemente mencionados pelas fontes e os resultados da investigação se tornam, por isso, mais compensadores.

Quer as fontes arquivísticas quer as obras literárias que se referem a escravos e negros não deixam dúvidas sobre o seu impacto social no Portugal de Quinhentos, a ponto de serem, por vezes, tidos como uma característica distintiva do próprio país, mesmo no âmbito peninsular. O teatro burlesco castelhano popularizou um tipo de peças chamadas “*portuguesadas*”, em que figuravam negros com atitudes destinadas a provocar o riso e a troça dos assistentes. Tomé Pinheiro da Veiga referiu-se na *Fastigímia* à representação de uma delas, numa praça de Valladolid, durante as festas do nascimento de Filipe IV, em que contracenavam “*um mulato e mulata portugueses com adufe e pandeiro*”, os quais “*tangiam e bailavam com grande riso dos rapazes, que cuidavam que aquilo e[ra] Portugal*”<sup>126</sup>. Isso tinha resultado de quase dois séculos de importação de negros africanos, que Garcia de Resende não deixou de incluir, com versos sobejamente conhecidos, nos acontecimentos relevantes ocorridos no seu tempo : “*Vemos no reino meter / tantos cativos crescer / e irem-se os naturais / que, se assi for, serão mais / eles que nós, a meu ver*”<sup>127</sup>.

---

<sup>126</sup> - António de Oliveira, *D. Filipe III*, p. 24.

<sup>127</sup> - Garcia de Resende, “*Miscelânea*”, *Livro das obras de ...*, p. 549 e 572.

Apesar do que se dizia, os escravos, no conjunto do país, nunca chegaram à décima parte da população, percentagem que, no entanto, atingiram ou ultrapassaram nalgumas terras e regiões. A sua importância variou com a proximidade das zonas de chegada - principalmente Lisboa, mas também os portos do Algarve, Setúbal e outros – a capacidade para a sua aquisição e a utilidade do seu emprego. É, por isso, nas regiões mais prósperas e em que se concentrou a população mais abastada que os vamos encontrar. Mas é também naquelas em que a carência de braços para o trabalho mais se fazia sentir. Isto remete-nos para os principais centros urbanos do litoral, mas igualmente para zonas rurais do interior, nomeadamente para as de grande propriedade, com recurso a mão-de-obra externa (assalariada ou cativa), ou seja, o Alentejo, o Ribatejo e o Algarve. É sempre o sul que predomina. A simples observação dos documentos emanados da chancelaria régia, no século que tratamos e com referência a escravos, mostra a nítida preponderância das regiões meridionais.

O Algarve era paradigmático. Em 8 freguesias urbanas e rurais da região, durante o século XVI, os escravos constituíram 8,4 % do total de pessoas baptizadas <sup>128</sup>, a mais alta de todo o sul e, provavelmente, do país. Isto devia corresponder a 10 % ou mais da população. Tal devia-se a terem sido os seus portos, sobretudo o de Lagos, os primeiros a receberem escravos em quantidade, ainda no tempo do infante D. Henrique, o que continuou a suceder mesmo quando Lisboa já era o principal porto de entrada, a partir dos anos 80 de Quatrocentos e durante o século XVI <sup>129</sup>. Em 1530 o rei mandou cobrar ao almoxarife de Tavira o valor e os direitos de 50 escravos “ *que à dita cidade vieram ter da ilha de Cabo Verde* ” <sup>130</sup>.

Eram empregues, cativos e libertos, em actividades agro-pecuárias e agro-industriais – como o fabrico de azeite – transportes e trabalhos domésticos. Frei João de

---

<sup>128</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 25.

<sup>129</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 169.

S. José mencionou-os, em 1577, no serviço dos lagares, cujos “ *mestres [eram] quantos negros e homens de trabalho h[avia] no Algarve*” <sup>131</sup> e no apanho e venda de esparto <sup>132</sup>, usado para fazer esteiras e cordas. João Neto de Contreiras, o morador mais rico de Loulé, onde era juiz dos órfãos, “ *tinha muitos bois e bestas e escravos*” <sup>133</sup>. Em 1589 foi preso em Tavira o escravo de um padre “ *por se dizer que era grande daninho, que fazia muito dano com os bois nas fazendas alheias*” <sup>134</sup>. Nesse mesmo ano um cativo do alcaide-mor de Cacela foi acusado de, ao tirar uns bois de uma seara, ter discutido e brigado com o escravo de um vizinho <sup>135</sup>. Havia-os também pastores e pescadores <sup>136</sup>.

Entre os proprietários destacavam-se, além dos lavradores e mercadores, militares e detentores de cargos públicos <sup>137</sup>. Alguns conventos também dispunham dos seus serviços. Em 1548 a abadessa do mosteiro de Nossa Senhora da Assunção, de Faro, pediu a intercessão da rainha D. Catarina a favor de uma sua escrava condenada a degredo, pela grande necessidade que a comunidade tinha dela <sup>138</sup>.

O Ribatejo, devido à proximidade de Lisboa e às características da propriedade e uso da terra aí dominantes, com peso importante da grande exploração agro-pecuária, contava também, no século XVI, com grande número de escravos. Nas vilas situadas a sul do Tejo, os escravos baptizados constituíram perto de 8 % do total das crianças levadas à pia das respectivas igrejas ( 7,81 % ), com relevo para Benavente e Coruche, em que ultrapassaram os 9 % <sup>139</sup>. O peso real desta população devia rondar os 10 % do total. Em 1587 foi alforriado Mateus, que viveu e trabalhou na herdade do Couço, do termo de Coruche e tinha uma cicatriz na cabeça “ *de um carro que passou por cima*

---

<sup>130</sup> - TT, CC, Parte 1, M. 45, Doc. 78.

<sup>131</sup> - Frei João de S. José, “ *Corografia do reino do Algarve*”, p. 116.

<sup>132</sup> - Idem, p. 124.

<sup>133</sup> - Joaquim Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, p. 108.

<sup>134</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 1, f. 461 – 18.8.1589.

<sup>135</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 21, f. 330 – 9.1.1590.

<sup>136</sup> - Idem, p. 230.

<sup>137</sup> - Jorge Fonseca, “ *Senhores e escravos no Algarve ( 1580-1700)*”, p. 154.

<sup>138</sup> - TT, CC, Parte 1, M. 81, Doc. 61 – 13.10.1548.

*dele*”<sup>140</sup>. Em Abrantes vivia Francisco de Ávila, escravo que era “*músico que sab[ia] cantar e tanger*”, casado com mulher branca e a quem o dono deu a liberdade em 1572<sup>141</sup>. Cristóvão, escravo índio de um escrivão de Santarém, foi em 1551 “*ver umas vinhas*” do seu senhor “*que estavam por vindimar*”, encontrando duas bestas de um atafoneiro a destruírem as mesmas, pelo que as matou<sup>142</sup>.

Números próximos dos do Ribatejo deviam atingir os cativos na região de Setúbal, igualmente próxima de Lisboa, mas com um importante porto fluvial, onde também desembarcavam escravos<sup>143</sup> e rodeada de vilas animadas pelo comércio, pela pesca e pela produção de sal. Em Alcochete e Alhos Vedros o número de escravos baptizados ultrapassou os 7 % e, no conjunto da chamada península de Setúbal, aproximou-se dos 6 %<sup>144</sup>. Por vezes eram factores de perturbação para a população livre. Os escravos que Gil Álvares tinha na sua quinta dos arredores de Alcochete traziam, em 1510, revoltados os vizinhos, pelos danos e roubos que lhes faziam, assim como aos caminhantes. Em vista disso, o rei ordenou aos juizes da vila que impedissem aquele proprietário de continuar a manter lá esses ou outros cativos, sob pena de os perder<sup>145</sup>. Em Coina vivia Manuel, de António Álvares, que o dono trazia “*a ganhar na ribeira e barcos da dita vila*” e que brigou com outro barqueiro, ferindo-o na cara<sup>146</sup>.

Alguns exerciam actividades artesanais, como André, “*oficial do ofício de sapateiro*”, que em 1580 pertencia a Jorge Carvalho, de Almada<sup>147</sup>. Um casal de

---

<sup>139</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 24.

<sup>140</sup> - ADSant., FN, Coruche, Liv. 14, f. 77.

<sup>141</sup> - ADS, FN, Almada, Liv. 1/3, f. 111 v. – 7.2.1572.

<sup>142</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 16, f. 199 v. – 23.1.1551.

<sup>143</sup> - *Arquivo Histórico Português*, v. I, p. 281.

<sup>144</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 24.

<sup>145</sup> - TT, Gaveta 20, M. 6, Doc. 21 – 14.5.1510.

<sup>146</sup> TT, Chanc. de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 18 – 8.3.1591.

<sup>147</sup> - ADS, FN, Almada, Liv. 2/8, f. 46.

moradores no Lavradio reclamou o envio, da ilha de S. Tomé, de uma cativa herdada de um irmão que lá falecera <sup>148</sup>.

Nas vilas e lugares situados ao longo do Tejo, quer a jusante de Vila Franca de Xira, quer a montante desta vila, até Abrantes, os escravos eram frequentemente empregues como barqueiros, em transportes que ligavam essas terras entre si e a Lisboa. Eram exemplos dessa utilização Alcochete, Aldeia Galega (actual Montijo), Alhos Vedros, Almada, Alverca, Barreiro, Coina, Tancos, Punhete (actual Constância) e Abrantes <sup>149</sup>. Em 1564 o arrais Diogo Velho, de Benavente, pediu licença à Câmara dessa vila para, com o seu escravo, levar mercadorias numa barca para Lisboa <sup>150</sup>. E Diogo Fernandes, da mesma localidade e dono de Salvador, tomou igual medida, em 1560, para poder carregar grão da vila “*para a azenha dos Fidalgos*” <sup>151</sup>. António, de alcunha *Pancada*, cativo de um padre de Vila Franca de Xira, era pescador e foi encontrado a infringir a lei por pescar com redes defesas e nos meses proibidos <sup>152</sup>. As posturas municipais benaventinas mostram que era corrente haver escravas a vender pão e peixe <sup>153</sup>.

Igualmente se notava a sua presença em localidades a norte de Lisboa, como Sintra ou Cadaval. Na cadeia da primeira esteve preso Vicente com a acusação de, com outras pessoas, cortar lenha no pinhal de D. Manuel de Castro pertencente à quinta da Pena Verde <sup>154</sup>. António Moura de Abreu, do termo do Cadaval, mandou roçar o mato que tinha em volta de um olival pelo cativo Francisco. Executada a tarefa, o escravo incendiou o mato cortado, mas foi incriminado por ser proibido fazê-lo naquele mês <sup>155</sup>.

---

<sup>148</sup> - ADS, FN, Alhos Vedros, Liv. 2/4, f. 187 v. – 7.2.1587.

<sup>149</sup> - AHML, Chancelaria da cidade, D 74 ( Livro 1º. de Fianças de escravos ).

<sup>150</sup> - Francisco Correia, *Subsídios para a história benaventina do século XVI*, p. 127.

<sup>151</sup> - Idem, p. 31.

<sup>152</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 18 – 30.5.1591.

<sup>153</sup> - Idem, p. 54, 80 e 83.

<sup>154</sup> - TT, Chanc. de D. Manuel, Perdões e legitimações, Liv. 4, f. 26 v. – 28.6.1585.

<sup>155</sup> - TT, Chanc. De D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 24, f. 342 – 21.2.1601.

O Alentejo, pela sua extensão, proximidade de Lisboa e do Algarve e características da sua economia, baseada na grande exploração fundiária, foi das regiões portuguesas em que os escravos foram mais amplamente usados durante séculos. Na época de que aqui tratamos os cativos baptizados nas igrejas respectivas constituíram, em média, cerca de 5 % do total de indivíduos submetidos a esse sacramento, com maior peso, no entanto, no Baixo Alentejo e menor na zona norte da região <sup>156</sup>. Mas a sua quota na população era certamente superior.

Há bastantes indícios do seu emprego na agricultura e, sobretudo, no pastoreio de gado. Como as actividades agrícolas que requeriam grande volume de mão-de-obra, tal como as ceifas, eram sazonais, recorrendo os lavradores à contratação temporária de trabalhadores de fora da região, um pequeno efectivo permanente em cada lavoura era bastante para assegurar o funcionamento da mesma, dedicado sobretudo ao acompanhamento do gado que, esse sim, exigia uma ocupação constante. Dele faziam parte alguns escravos e, por isso, são frequentes as referências das fontes ao seu trabalho.

Diogo Dias, lavrador do termo de Évora, mandou em 1587 o seu cativo Joane a Avis “ *com porcos à montanha* ”, tendo ele sido preso por alguma infracção contra as posturas locais <sup>157</sup>. E um preto de Manuel de Sousa, de Évoramonte, foi agredido pelo criado de um lavrador quando andava “ *guardando gado* ” <sup>158</sup>. Noutras tarefas do campo se documenta a participação de cativos, como na apanha e carregamento de azeitona e no transporte de cereais ou de lenha. António, escravo de Inácio Castanho, de Montemor-o-Novo, foi assaltado por outro escravo quando ia, com uma cavalgadura carregada de lenha, do sítio da Caravela, junto à estrada para Évora <sup>159</sup>. E um cativo de

---

<sup>156</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 20.

<sup>157</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 218, f. 59.

<sup>158</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 86, f. 139 v. – 3.10.1562.

<sup>159</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 8, f. 160 v. .



António Boto, da mesma vila, entrou indevidamente na herdade de um pisoeiro para apanhar lenha, do que resultaram ferimentos no dono da mesma, que procurava impedir o roubo <sup>160</sup>.

A existência de cidades e vilas importantes favorecia o seu emprego nos ofícios e no comércio, como taberneiros, vendedores de pão, sapateiros, cerieiros ou curtidores <sup>161</sup>, e em serviços públicos, alugados aos donos pelos municípios para obras da sua iniciativa, conserto de calçadas, limpeza de praças e participação, como figurantes, em festas e procissões <sup>162</sup>. Uma escrava da Misericórdia de Montemor-o-Novo limpava semanalmente a cadeia da vila <sup>163</sup>. Havia também cativas usadas como forneiras e vendedoras de pão, fruta e hortalça. Isabel, mulata de uma senhora de Évora, acarretava água para a Inquisição, deixando-lhe a dona, à sua morte, o caldeirão com que o fazia, para se poder continuar a governar <sup>164</sup>.

Em casas particulares, quer ao serviço das nobrezas e burguesias locais, quer de padres e detentores de cargos públicos, eram empregues como moços de estrebaria, em trabalhos de limpeza e cozinha e no transporte de água das fontes. Para “*arranjo de cozinha*” e para o servirem à mesa comprou Clenardo três negros no tempo em que viveu em Évora <sup>165</sup>. Em Vila Viçosa, como noutras terras, era costume dar roupa a lavar a escravas, obrigando a câmara que tivessem licença dos donos para o poderem fazer <sup>166</sup>. O cativo de um vereador de Beja pegou, com pouco êxito, um touro durante as festas da passagem pela vila do rei D. Sebastião, em 1573 <sup>167</sup>.

---

<sup>160</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 6, f. 213 – 17.2.1594.

<sup>161</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 84-85.

<sup>162</sup> - Idem, p. 89-90.

<sup>163</sup> - AMMN, Liv. de Provisões ( 1552-1856 ), f. 8 – 15.10.1524.

<sup>164</sup> - ADE, Mis<sup>a</sup>. de Évora, Liv. 1808, f. 15 – 5.7.1572.

<sup>165</sup> - Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal. Clenardo e a sociedade portuguesa*, p. 291.

<sup>166</sup> - AHMVV, Liv. 614 – Posturas de 1591, f. 25.

<sup>167</sup> - Francisco de Sales Loureiro, *Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve*, p. 84..

Um testemunho expressivo das funções normalmente atribuídas aos escravos na região ( nomeadamente os orientais ) e da sua inserção social é a carta que Rodrigo Anes Lucas, de Alcácer do Sal, escreveu de Goa à mulher, Beatriz Correia, em 1555. O casal, como se depreende da mensagem, vivia no campo. Entre outros assuntos, o autor anunciava o envio próximo de alguns escravos. Ao compadre Pedro Seabra ia mandar um “*cozinheiro e alfaiate*” que, por “*saber mui bem falar*” lhe tinha custado 41 pardaús. Para a própria casa seguia um “*carpinteiro e cesteiro*” que destinava a abegão e também um “*vaqueiro e cabreiro e pescador*”. Uma escrava “*muito boa*” e com pronúncia “*desempeçada*” devia ajudar a sua mãe “*na azeitona e em todo o serviço de fora*”, podendo também trabalhar de portas adentro, no que “*escusar[i]a a velha de cozer ao sábado a costura*”. Além disso, tinha consigo uma negra de Moçambique “*muito boa cozinheira pera vos escusar do jantar e podermos ir da herdade à ermida sem terdes conta com as panelas*”. Mas não a mandaria de imediato, por causa da “*má vida que lev[ava], sem ter quem lhe f[izesse] um jantar temperado*”. Se tudo corresse bem, com a ajuda de Deus contava trazê-la consigo quando regressasse <sup>168</sup>. Em resumo, tratava-se de escravos já aculturados e habilitados com uma especialização - doméstica, pastoril, artesanal e até piscatória – e, por isso, de alto preço. O que advinha da sua origem numa civilização desenvolvida, como a indiana. Bem diferentes dos de proveniência africana, normalmente *boçais* – desconhecendo o português e mal adaptados aos hábitos europeus - quando chegavam ao país. As funções a que estavam destinados em Portugal eram próprias de uma economia e sociedade rurais, organizadas em núcleos familiares em grande parte auto-subsistentes.

No norte e centro do reino o número de escravos era menor, sobretudo no interior. Para algumas vilas do litoral nortenho, como Azurara, Vila do Conde, Póvoa de Varzim e Aveiro, Saunders estimou a respectiva população cativa em 2 a 2,5 %, baseado em

---

<sup>168</sup> - TT, CC, Parte 1, M. 97, Doc. 31 – 17.12.1555.

registos paroquiais <sup>169</sup>. O filho de um canasteiro de Aveiro foi agredido, em 1589, por um vizinho e por um escravo branco dele próprio, ao qual veio a perdoar por ele “ *ser menor de idade, simpres [ sic ] e pouco entendido* ” <sup>170</sup>. Em Viana, a confraria dos Mareantes contava 92 escravos entre os seus 5.060 membros ( 1,81 % ) <sup>171</sup> e havia quem possuísse negros pescadores. Foi também referido um como ajudante de uma medideira de peixe<sup>172</sup>.

No Porto a realidade devia ser diferente. Já em 1466 Léon de Rosmithal registou a existência de grande número de “ *infieis* ” escravos, desembarcados no porto da cidade em grande quantidade <sup>173</sup>. Nos livros da Redízima da alfândega portuense Manuel Valença encontrou 17 escravos desembarcados no cais da Ribeira em 1591, 14 do sexo masculino e 3 do feminino <sup>174</sup>. Saunders calculou em 6 % do total os escravos baptizados na freguesia da Sé, na década de 1540, concentrados na zona comercial da cidade <sup>175</sup>. Amândio Barros concluiu que muitos estavam ao serviço dos grandes mercadores – cuja ligação ao tráfico negreiro não deixou de acentuar - de artesãos, nas respectivas oficinas e da população abastada da cidade, nos respectivos domicílios, servindo também alguns como marinheiros <sup>176</sup>. Em 1548 os procuradores dos mesteres e um grupo de barqueiros queixaram-se à câmara de que algumas barcas do Douro traziam cativos por arrais, o que era perigoso, entre outros motivos por não poderem ser responsabilizados pelas infracções que cometessem <sup>177</sup>. O regimento dos espadeiros proibia aos escravos terem tenda desse ofício e serem examinados para o efeito,

---

<sup>169</sup> - A . C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 83.

<sup>170</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 13, f. 43 v. – 22.12.1589.

<sup>171</sup> - Manuel António Fernandes Moreira, *O porto de Viana do Castelo na época dos descobrimentos*, p. 75 e 153.

<sup>172</sup> - Idem, p. 140.

<sup>173</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 170.

<sup>174</sup> - Manuel Valença, *A escravatura na região do Porto ( 1591-1795 )*, p. 34.

<sup>175</sup> - A . C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos ...*, p. 83.

<sup>176</sup> - Amândio Jorge Morais Barros, “ O Porto e o trato de escravos no século XVI”, *Africana studia*, nº. 7, p. 31-51.

permitindo-lhes só trabalhar por conta de mestres da profissão <sup>178</sup>. Na povoação vizinha de Leça da Palmeira, votada à actividade marítima, os cativos representavam 0,4 % dos baptizados na segunda metade do século XVI, sendo encontrados, maioritariamente, ao serviço de capitães de embarcações e de clérigos <sup>179</sup>.

Em Vila do Conde os escravos constituíam 1,28 % dos indivíduos baptizados entre 1535 e 1600. Mercadores, pilotos e mareantes em geral formavam 70,7 % dos respectivos proprietários e os religiosos 11,3 %, encontrando-se, aqui também, escravos como marinheiros, inclusivamente nas carreiras ultramarinas <sup>180</sup>.

Cidades importantes, como Braga e Coimbra, relativamente próximas do litoral e destacados centros económicos, eclesiásticos e culturais, deviam também possuir numerosos cativos na sua população. Na primeira, como já vimos, leccionou Nicolau Clenardo a língua latina, usando métodos activos de ensino, para uma assistência heterogénia que incluía escravos <sup>181</sup>. Gaspar, preto de António Gonçalves, residente em Braga, foi mandado pelo senhor, durante a noite, a chamar um vizinho. Mas quando aproximou a candeia que levava, da respectiva porta, teve a infelicidade de pegar fogo a parte da casa, tendo-se queimado o próprio dono <sup>182</sup>.

Na vila de Montemor-o-Velho vivia Marcos Vaz, dono de Pêro, “*mourisco bárbaro*” que, em 1537, deixou que uma manada de gado que guardava entrasse em terrenos proibidos pelas posturas locais. Ao ser encontrado por um vereador, que quis apreender o gado, reagiu com arrogância, impedindo-o de o fazer <sup>183</sup>. Uma escrava de Diogo Caldeira, da mesma localidade, foi acusada de furto na casa de uma vizinha e

---

<sup>177</sup> - Emília Albertina Sá Pereira de Vasconcelos, *Vereações na câmara do Porto no ano de 1548*, p. 87-88.

<sup>178</sup> - Idem, p. 121.

<sup>179</sup> - Francisco Araújo e Sandra Alves, “Escravos e libertos em Leça da Palmeira (1560-1836)”, *Africana studia*, nº. 7, p. 56 e 59.

<sup>180</sup> - Amélia Polónia, *Vila do Conde, um porto nortenho na expansão ultramarina* (Tese de doutoramento polic.), Porto, Faculdade de Letras, 1999, p. 779, 782 e 784.

<sup>181</sup> - Alphonse Roersch, *Correspondance de Nicolas Clénard*, tomo III, p. 32.

<sup>182</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 7, f. 188 v. – 6.8.1588.

presa <sup>184</sup>. Igualmente por furto foi condenado Álvaro, índio do fidalgo de Viseu Gaspar de Loureiro, a ser açoutado pela cidade, com baraço e pregão, do que se livrou por ter sido perdoado pelo rei <sup>185</sup>. O Hospital das Caldas da Rainha dispunha de várias escravas <sup>186</sup>, certamente para ajudarem nos trabalhos de limpeza e cozinha.

Mesmo em localidades do interior transmontano e beirão não deixava de haver cativos, embora certamente em número mais reduzido que em terras do litoral e do sul do país. Em Torre de Moncorvo foi encontrado Francisco, escravo branco, com gado do seu dono “*na coutada dos pães*”, no que foi visto por um quadrilheiro. Para evitar que o agente da autoridade lhe apreendesse o gado, arrastou-o para uma fraga e amarrou-o, para lhe dar com uma aguilhada que trazia <sup>187</sup>. Em Salvaterra do Estremo, localidade fronteira da Beira Baixa, ocorreu, em 1552, outro episódio provavelmente frequente no quotidiano rural. O cavaleiro fidalgo Álvaro Correia, alcaide dessa vila, andava no mês de Julho, após a ceifa, numas eiras com pessoal da sua casa. Para “*fazer de comer à sua gente*” ordenou a Cristóvão, seu mulato, que fosse buscar lume a uma eira próxima. A operação correu mal, provocando um incêndio nos cereais das eiras vizinhas, que se propagou a algumas soveiras e azinheiras. Com medo das consequências o escravo pôs-se em fuga. Depois de pagar os prejuízos, o dono pediu perdão ao rei para o culpado <sup>188</sup>.

Os incidentes descritos mostram os escravos no seu dia-a-dia e nas actividades em que predominantemente intervinham: a agricultura e o pastoreio, certamente ao lado do trabalho doméstico. À semelhança do Alentejo e do Algarve, as características rurais

---

<sup>183</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 20, f. 206 v. – 20.6.1538.

<sup>184</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 18, f. 239 – 11.3.1551.

<sup>185</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 21, f. 231 v. – 13.10.1552.

<sup>186</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 170.

<sup>187</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 9, f. 95 v. – 17.3.1533.

<sup>188</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 21, f. 95 v. – 28.4.1552.

do norte e centro interiores determinavam o modo de utilização e de integração social destes homens e mulheres.

### 3 – LISBOA, O “ JOGO DE XADREZ “

#### *3.1 – A cidade e a expansão ultramarina*

Lisboa quinhentista foi, em boa parte, produto das viagens marítimas. Ao ouro da Mina, à malagueta e à pimenta de Benim, ao algodão de Cabo Verde, às especiarias e tecidos do Índico, à madeira e ao açúcar brasileiros e, enfim, ao tráfico de escravos ficou a cidade a dever as inovações urbanísticas e os edifícios que simbolizaram a sua prosperidade e afirmação política. Algumas construções emblemáticas dessa época – a Casa da Índia, o Arsenal, a Alfândega Nova – destinaram-se a apoiar a organização das armadas e a fiscalização e taxação dos réditos provenientes do comércio marítimo. Outras resultaram do desenvolvimento económico e do protagonismo régio, ambos também determinados, em grande parte, pela expansão ultramarina. O Terreiro do Trigo, o Paço da Madeira e a Misericórdia, junto ao rio, o Paço dos Estaus e o Hospital de Todos-os-Santos, ambos no Rossio, o Convento dos Jerónimos e a vizinha Torre de Belém, o Convento da Madre de Deus, o Paço da Ribeira, reflectiam, cada um a seu modo, riqueza e poder. A regularização da margem norte do Tejo – que deu origem ao Terreiro do Paço e às construções que o rodeavam, ao mercado da Ribeira Velha e aos estaleiros da Ribeira das Naus – destinou-se a melhorar os equipamentos indispensáveis à actividade portuária ( cais, estaleiros e serviços de apoio ), acentuando a tendência para a urbe se aproximar do rio, fonte de progresso. A própria Rua Nova, paralela ao Tejo, onde se situavam as melhores lojas da cidade e actuavam corretores, cambistas e os representantes das grandes firmas europeias <sup>1</sup>, foi prolongada em finais de

---

<sup>1</sup> - Irisalva Moita, “ Lisboa no século XVI. A cidade e o ambiente”, *O livro de Lisboa*, p. 159.

quatrocentos <sup>2</sup> e calçada no reinado de D. Manuel I <sup>3</sup>, convertendo-se no coração económico de Lisboa.

No plano demográfico foram também de vulto as alterações trazidas pelo tráfico marítimo e pelo dinamismo que desencadeou: a população cresceu em termos absolutos – 60.000 habitantes no ano da conquista de Ceuta ( 1415 ), 70.000 aquando do *Numeramento* joanino ( 1527-1531 ) e 120.000 no terceiro quartel do século XVI – e relativos, em confronto com a população geral do reino – 6% em 1415 e 10% no terceiro quartel de Quinhentos <sup>4</sup>, acentuando a macrocefalia do país. Resultado deste crescimento foi a criação de doze novas freguesias nos meados e finais do século XVI, por desdobramento de parte das paróquias de origem medieval <sup>5</sup>, sete das quais ao longo do rio, para Ocidente, por divisão da dos Mártires <sup>6</sup>.

Economicamente, o principal bairro passou a ser a Ribeira, concentrando 30 % dos fogos tributáveis e com o mais alto rendimento *per capita*, residência de mercadores, dos principais mesterais e funcionários régios e camarários <sup>7</sup>.

A grandeza da cidade e a vida que animava o seu dia-a-dia foram evocados pelos escritores da época. João Brandão de Buarcos afirmou: “ *na monarquia do mar Oceano e suas ilhas, na bondade do sítio e na variedade das cousas que cada hora nela se vêem e na abundância de mercadorias que a ela acodem, não tem par*” e “ *excede todas as cidades do mundo*” <sup>8</sup>. Damião de Góis defendeu que, com Sevilha, era senhora e rainha do Oceano e que “ *quanto ao interior da urbe, a sua grandeza e magnificência [eram] tamanhas que bem pod[ia] pedir meças a quaisquer das restantes cidades da Europa,*

---

<sup>2</sup> - Ângela Domingues, “ Lisboa”, *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, v. II, p. 601.

<sup>3</sup> - Irisalva Moita, “ A imagem e a vida da cidade”, *Lisboa quinhentista*, p. 14.

<sup>4</sup> - Teresa Rodrigues, *Crises de mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, p. 42.

<sup>5</sup> - *Inventário colectivo dos registos paroquiais*, p. 299-313.

<sup>6</sup> - Irisalva Moita, “ Lisboa no século XVI. A cidade e o ambiente”, *O livro de Lisboa*, p. 141-142.

<sup>7</sup> - Teresa Rodrigues, *Crises de mortalidade em Lisboa*, p. 48-49.

<sup>8</sup> - João Brandão, “ Magestade e grandezas de Lisboa em 1552”, *Arquivo Histórico Português*, v. XI, p. 240.



tanto pelo número de habitantes como pela beleza e variedade dos edifícios “<sup>9</sup> . E também Garcia de Resende se fez eco da admiração que o desenvolvimento da cidade provocava nos contemporâneos: “ *Lisboa vimos crescer / em povos e em grandeza / e muito se nobrescer / em edifícios, riqueza / em armas e em poder. / Porto e trato nom há tal,/ a terra nom tem igual / nos frutos, nos mantimentos [...]* “ <sup>10</sup>.

Tratava-se, evidentemente, de textos panegíricos, de autores ligados ao aparelho estatal, o primeiro como rendeiro das sisas que incidiam sobre diversos produtos, o segundo como funcionário da feitoria da Flandres, emissário diplomático de D. João III, guarda-mor da Torre do Tombo e cronista oficial e, o último, homem da corte, moço da escrivania de D. João II e secretário da embaixada enviada por D. Manuel ao papa. Mas nem Camões se esqueceu de enaltecer a cidade do Tejo ao narrar a sua conquista aos mouros : “ *E tu, nobre Lisboa, que no mundo / Facilmente das outras és princesa / [...] / Tu, a quem obedece o mar profundo / Obedecestes à força portuguesa* “ <sup>11</sup>. E Gil Vicente, dramaturgo da corte : “ *Avante, avante Lisboa / que por todo mundo soa / tua próspera fortuna / [...]* ” <sup>12</sup>.

Uma visão crítica desta perspectiva exagerada e parcial deixaram os dois emissários da República de Veneza que vieram, em 1580, felicitar Filipe II pela anexação de Portugal, os cavaleiros Tron e Lippomani. Apontando o dedo a uma tendência que, em parte, ainda perdura, deixaram a acusação: “ *São os portugueses mais ambiciosos de louvores que qualquer outra nação do mundo [...]. Celebram Lisboa com tal cópia de palavras, que a fazem igual às principais cidades do mundo e, por isso, costumam dizer : - Quem não vê Lisboa não vê coisa boa* ” <sup>13</sup>. E, quanto ao aspecto dos

---

<sup>9</sup> - Damião de Góis, *Descrição da cidade de Lisboa [ Urbis Olisiponis descriptio ]* ( 1554 ), p. 29 e 48.

<sup>10</sup> - Garcia de Resende, “ Miscelânea “ ( 1554 ), *Livro das obras de Garcia de Resende*, p. 571-572.

<sup>11</sup> - Luís de Camões, *Os lusíadas* ( 1572 ), Canto III, Estrofe 57, p. 125.

<sup>12</sup> - Gil Vicente, “ Exortação da guerra”, *As obras de Gil Vicente*, v. I, p. 675.

<sup>13</sup> - “ *Si mostrano i Portughesi più avidi di laudi, che qualsivoglia nazione del mondo [ ...] Estollano Lisbona com tanta copia di parole che l'agguagliano a tutte le principali città dell'universo, dicendo per*

edifícios : “ *Posto que Lisboa seja tamanha e tão nobre povoação, não tem palácio algum, de burguês ou de fidalgo, que mereça consideração quanto à matéria e, quanto à architectura, apenas são edificios muito grandes* ” <sup>14</sup>. Referiram-se, no entanto, elogiosamente à Rua Nova, pelas dimensões e animação e também à actividade comercial do conjunto da cidade: “ *O comércio da praça de Lisboa é muito considerável, pela correspondência que tem ordinariamente com todas as outras da Europa e do Novo Mundo, de modo que as permutas são importantíssimas e os negociantes possuem grossos cabedais. Porque, só nas especiarias e drogas que vêm a Lisboa [...] ganham rios de dinheiro, que perdem os nossos venezianos* ” <sup>15</sup>. Também o flamengo Jan Taccoen, de passagem pela cidade em 1513, não deixou de manifestar a impressão que a mesma lhe causou: “ *Falando da cidade de Lisboa, ela é grande, tanto como Bruges, mas de modo algum tão bela. Porém, mora nela tanta gente que é maravilha* ”. Quanto às ruas, achou-as mal pavimentadas, com excepção de uma, certamente a Rua Nova, “ *com toda a espécie de ofícios e produtos* ” <sup>16</sup>.

Um dos aspectos referidos com maior frequência pelos visitantes estrangeiros era a abundância de escravos, sobretudo negros. Era uma característica que não podia deixar de chamar a atenção e mesmo de chocar quem vinha de sociedades em que as pessoas de origem africana eram uma excepção. Foi o caso, já várias vezes mencionado,

---

*l'ordinario* : - *Chi no vee Lisboa no vee cosa boa*” – Biblioteca da Ajuda, *Rerum lusitanicarum*, v. 5, p. 270.

<sup>14</sup> - “ *Avvenga che Lisbona sai tanto grande é tanto nobile città, non há però alcun palazzo di privato o di principale cavaliere, che sai d'alcuna considerazione quanto alla materia, e quanto all'architettura sono bene edificii molto grandi.* ” – Idem, p. 262.

<sup>15</sup> - “ *Il negozio poi dell'a piazza di Lisbona è molto considerabile per la corrispondenza che hà ordinaria com tutte le altre di Europa e del mondo nuovo ancora ; di modo che i traffichi sono grandissimi e li mercanti ricchissime ; per che solo nelle spezierie e drogherie che capitano a Lisbona [...] guadagnano molto 000 dal quale hanno fatto grandissima perdita i nostri veneziani* ”- Idem, f. 265 (Tradução para português de Alexandre Herculano, *Opúsculos*, v. VI, p. 115, 118 e 121, com alterações nossas).

<sup>16</sup> - “ *A parler de la ville de Lusebone, la ville est grande, assez comme Bruges, mès point sy belle à motyé. Mès il y demeure tant de peuple que d'unne merveille* ». « *La ville est mal pavée (...) et n'y avoit que une belle rue, laquelle estoit bien pavée. La demeurent toutes manière de metters et marchandises* ». S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis ( 1514-1515) en de raadgevingen uit het « Livre de voeiages » van Jan Taccoen van Zillebeke*, p. 2-3 ( Tradução nossa ).

de Clenardo, chegado dos Países Baixos, onde a escravatura estava fora de uso havia longo tempo e os negros eram muito poucos. Mas foi igualmente o do anónimo italiano autor do *Retrato e reverso do reino de Portugal*, uma das mais vivas e críticas descrições do Portugal quinhentista. O visitante, que Carmen Radulet admite ter sido o engenheiro militar florentino Baccio da Filicaia ou outro seu compatriota radicado em Portugal <sup>17</sup>, considerou os cativos um dos três grupos principais que formavam a sociedade lusa: “ *Todo o reino, mas muito mais a cidade de Lisboa, é povoado de três classes de gente [...] os naturais, os cristãos novos e os escravos* ”. E referiu-se assim ao último grupo: “ *A terceira geração de homens que existem naquele reino é [...] dos escravos, na sua maioria etíopes, que são em tão grande número que as cidades parecem jogos de xadrez, tantos os brancos quantos os negros que, se todos fossem da mesma língua [...] se fariam facilmente senhores do reino [...]. Vieram trazidos pelas novas navegações. É gente suja e tão bárbara quanto se possa imaginar* ” <sup>18</sup>. A metáfora do tabuleiro de xadrez faria escola na literatura castelhana seiscentista, aplicada à coexistência de brancos e negros, nomeadamente em Sevilha <sup>19</sup>.

De forma semelhante classificou a população lisboeta o mercador e viajante, também italiano, Filippo Sassetti, temporariamente residente na cidade. Numa carta a Baccio Valori, de Florença, escrita em 1578, afirmou dividir-se a respectiva população em cristãos velhos, cristãos novos e escravos, representando estes a quinta parte do total <sup>20</sup>. O já mencionado Jan Tacoen, chegado dos Países Baixos, colheu uma impressão do mesmo tipo, no plano quantitativo, da do anónimo florentino: “ *Aparentemente habitam*

---

<sup>17</sup> - Carmen Radulet, “ Um retrato italiano do reino de Portugal no século XVI”, *Mare liberum*, nº.14, p. 101.

<sup>18</sup> - “ *La terza generatione di huomini che sono in quel regno é [...] de schiavi per la piu parte Etiopi, e sono in tanto numero che le città paiono giuochi da scacchi tanti bianchi come neri, che se fossero tutti di una lingua tutto [...] si farebbero facilmente signori del regno [...]. Questi sono condotti dalle navigationi nuove gente succida e so barbara quanti imaginar si possa [...]* ” – A . H. de Oliveira Marques, *Portugal quinhentista*, p. 219 e 241 ( Texto original e tradução, com alterações nossas ).

<sup>19</sup> - Enrique Martínez López, *Tablero de ajedrez*, p. 33-46; Antonio Domínguez Ortiz, *Orto y ocaso de Sevilla*, Sevilla, Diputación Provincial, 1946, p. 63.

a cidade tantos brancos como mouros negros e outros, porque o rei conquistou muitas ilhas e cidades a mouros, turcos e outros infiéis”<sup>21</sup>.

Já em 1494 o médico alemão Jerónimo Münzer, de visita a Portugal, notara ser “verdadeiramente extraordinária a quantidade de escravos negros e acobreados” que viviam na cidade<sup>22</sup>.

A tendência para exagerar o número dos habitantes de cor tinha a ver com esse próprio facto, a pigmentação mais acentuada da maior parte dos escravos e seus descendentes, que os fazia realçar no meio da restante população, parecendo que eram em quantidade ainda maior que a real. Por outro lado, o seu comportamento mais exuberante também contribuía para esse resultado. O anónimo italiano autor do *Retrato e reverso do reino de Portugal* ressaltou essa faceta dos escravos e negros. Depois de considerar que os cativos estavam “bons para servir os portugueses e em tudo conformes à sua qualidade” ( que considerava baixa ), defendia : “ Numa só coisa são muito diferentes dos donos. É que, ao passo que os portugueses, por gravidade, andam sempre tristes e melancólicos, não ousando rir nem comer nem beber, com medo de que os vejam, os escravos mostram-se sempre alegres, não fazem senão rir, cantar, dançar e embriagar-se publicamente, em todas as praças”<sup>23</sup>.

Outro factor dessa imagem ampliada da população escrava e negra era o facto de se tratar de gente ocupada com trabalhos em grande parte executados no exterior das habitações, a fazer recados, a carregar e vender produtos, a limpar a cidade, nas obras e

---

<sup>20</sup> - Filippo Sassetti, *Lettere di ... sopra i suoi viaggi nelle Indie orientali dal 1578 al 1588*, p. 20-21.

<sup>21</sup> - “ Et selon me samble il y a autant demorant en la ville de blans et noeirs mores que aultres parmy que le roy a conquesté tant de illes et villez sur les mores et turcs et aultre mescréans », S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis ( 1514-1515 )*... , p. 3 ( Tradução nossa ).

<sup>22</sup> - “ [...] et sunt tot schlavi nigri et subrubi in Lisbona ” – Basílio de Vasconcelos, *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer ( Excertos )*, p. 51-52 ( Original e tradução ).

<sup>23</sup> - “ [...] son proprii per servir á Portuguesi, e in tutto conformi alle loro qualità. In una sola cosa sono eglino molto contrarii à Patroni, che si come i Portoguesi per gravità van sempre mesti et malenconici, ne osanoridere, ne mangiar ne bere che altri veda, i schiavi sempre sono alegri, ne fanno altro mai che ridere cantare, ballare, et ebriacarsi publicamente sopra tutte le piazze », « Retrato e reverso do reino de Portugal », A . H. Oliveira Marques, *Portugal quinhentista*, 240-241 ( Original e tradução ).

na caiação de casas e tudo o mais em que sabemos que eram empregues os cativos, circulando pelas vias públicas e incutindo, por isso, à paisagem urbana uma nota permanente de cor e vivacidade.

O viajante castelhano anónimo cujas impressões foram dadas a conhecer por Villalba y Estañá mostrou-se encantado com o ambiente cosmopolita da urbe, pois: *“Dava-lhe muito gosto observar na margem do rio uma tão grande chusma de gente, tão grande afluência de pícaros, vadios, negros, negras despidas, com umas fraldinhas e mil andrajos, carregadas com talhas de água em que cabiam uns quatro cântaros [...]”*. E concluía essas impressões: *“ Haverá desta gente três ou quatro mil almas, porque Lisboa é mãe de negros “*<sup>24</sup>.

A variedade populacional da urbe foi também registada por Frei Claude de Bronseval, que acompanhou, como secretário, a visita do Abade de Clairvaux Dom Edme de Saulieu aos mosteiros de Espanha e Portugal, entre 1531 e 1533 : *“ Esta cidade tão populosa é um receptáculo de judeus, ama de uma multidão de indianos, um calabouço de filhos de Agar [...] ”*<sup>25</sup> . Quanto aos negros, provavelmente o enfático cisterciense incluía-os entre os agarenos ou mouros.

Esta era a visão de quem vinha de fora e se surpreendia com uma realidade social que desconhecia. Mas, mesmo para os portugueses, o aumento do número de negros e indianos, na maioria escravos, não deixava de atrair a atenção ou até de preocupar. Já foi mencionada a conhecida passagem da *Miscelânea*, de Garcia de Resende, revelando algum receio pelo contínuo aumento de cativos. O próprio rendeiro das sisas, João

---

<sup>24</sup> - *“ Dábale mucho gusto ver a la orilla del río tanta chusma de gente, tanto concurso de pícaros, bribones, negros, negras desnudas, con unas faldetilas y mil andrajos, yr cargadas con unos tinajones de agua en que cabrán como unos quatro cântaros [...] Todavía va de esta gente tres o quatro mil almas, porque Lisboa es madre de negros”* ( Villalba y Estañá, *El pelegrino curioso y grandezas de España*, citado por Fernando Bouza, *Cartas de Felipe II a sus hijas*, p. 86 ) ( Tradução nossa ).

<sup>25</sup> - *“ Civitas ista populosa valde receptaculum est iudeorum, indorum quamplurium nutrix, Agarenorum carcer [...] ”* – Frère Claude de Bronseval, *Peregrinatio hispanica ( 1531-1533)*, tome 1, p. 328-329 (Tradução nossa a partir da versão francesa inserta na edição referida ).

Brandão de Buarcos, não deixou de manifestar surpresa numa passagem da sua memória : “*Quero falar em escravos, que é cousa que mete medo aos homens, que subiram tanto em quantidade, de quatro anos a esta parte, que escravo que sóia a valer 15.000 reais [...] afirmo valer agora 45.000 reais e 50.000*”<sup>26</sup>. Descontando a inversão das leis da economia, aqui não havia receio, antes interesse em que o negócio prosperasse, por poder vir a lucrar com ele. Mas não deixou de se fazer eco do choque cultural que o tráfico causava às pessoas da época.

Não é, porém, de portugueses que podemos esperar os mais expressivos testemunhos sobre a presença de escravos, de tão corrente e pouco digna de referência que a mesma se tornara. É no olhar dos estrangeiros que devemos continuar a insistir.

Uma particular e rara visão de Lisboa como cidade de escravos e negros vem-nos da arte. Em Portugal são muito raras as representações artísticas de negros e de cativos em geral. Tão poucas que os trabalhos publicados sobre o tema da escravatura as repetem invariavelmente! Por isso, a que vou referir assume grande valor documental. É a pintura a óleo sobre madeira, representando a ribeira de Lisboa junto ao Chafariz del Rei, dada a conhecer há alguns anos na exposição *Os negros em Portugal. Séculos XV a XIX*, que foi atribuída a um mestre desconhecido dos Países Baixos e ao período de 1570-1580, por Fernando António Baptista Pereira<sup>27</sup> e ao ano de 1598 por Vítor Serrão. Este autor admitiu a autoria portuguesa do quadro, embora se inclinasse mais para a hipótese nórdica<sup>28</sup>, que também nos parece a mais verosímil pela extrema raridade da representação de negros em Portugal e pela importância que lhes é atribuída no quadro,

---

Filhos de Agar : “ Mouros “, agarenos ou ismaelitas, descendentes, segundo a Bíblia, de Ismael, filho de Abraão e Agar, sua escrava, que se veio a fixar na Arábia.

<sup>26</sup> - João Brandão, “ Magestade e grandezas de Lisboa em 1552”, *Arquivo Histórico Português*, v. XI, p. 44.

<sup>27</sup> - *Os negros em Portugal. Séculos XV a XIX* ( Catálogo da exposição ), p. 14-15, 104 e 106-107.

<sup>28</sup> - Vítor Serrão, “ A imagem do mar e da capital do império no século XVI : um novo testemunho iconográfico da Lisboa das Descobertas”, *As rotas oceânicas ( séculos XV-XVII )*, p. 184-186 ; Idem, “ O Chafariz del Rei da Ribeira Velha, em Lisboa, numa valiosa pintura do fim do século XVI”, *Estudos de história de arte. Novos contributos* ( Coord. Vítor Serrão ), p. 75.

parecendo que o pintor escolheu o lugar onde podia encontrar mais negros juntos e até fez com que a cena fosse atravessada, a cavalo, por um dos poucos ( mas reais ) negros elevados, em Portugal, à Ordem Militar de Santiago.

O número de bicas está correcto, seis, como indicam as fontes escritas, assim como a existência de um adro murado, como igualmente transparece das mesmas <sup>29</sup>. A cidade identifica-se pelas armas reais e do município, colocadas na fonte.



Pintura representativa do Chafariz del Rei, em Lisboa

Mas, tenha sido de autoria portuguesa ou nórdica, o que esta representação transmite devia aproximar-se muito da realidade: uma multidão de gente, sobretudo no recinto do chafariz, com aspectos que revelam alguma confusão, como a permanência de pessoas estranhas ao enchimento da água, o que as posturas da época pretendiam evitar e, sobretudo, grande número de negros, nomeadamente a acarretar água da fonte.

---

<sup>29</sup> - AHCM, Chancelaria da cidade, B 13, Liv. 2 dos Assentos ( 1591-1609 ), f. 15 v. – 26.9.1592 ; C 7, Posturas, f. 99 v. e 149-151.

Na verdade, essa era das actividades mais correntemente atribuídas aos escravos e libertos, estando-lhes reservadas pelas posturas camarárias três das bicas em actividade<sup>30</sup>. Os negros constituem 48 % das 116 pessoas representadas na pintura que é possível classificar ( ao todo são 130 ), o que é muito mais do que a parte que tinham na população urbana, mas que é admissível naquele local. A obra de arte em análise documenta de forma viva o quotidiano social da Lisboa quinhentista e a importância que nela assumiam escravos e libertos. Penso que foi este aspecto que chamou a atenção de quem pintou o quadro. Voltaremos ainda a este tema.

Essa profusão de cativos e pessoas de cor na cidade provinha do tráfico intenso que, da África e também da Ásia, a ela se dirigia e que Garcia de Resende procurou assinalar: “ *Vem gram soma a Portugal / cad'ano, também às ilhas. / É cousa que sempre val / e tresdobra o cabedal / em Castela e nas Antilhas* ”<sup>31</sup>.

A obrigatoriedade de todos os escravos serem trazidos ao porto de Lisboa datou de 1512. Até aí podiam entrar por outros portos ou serem enviados directamente para outros destinos, fora do reino. Certamente para facilitar o controle fiscal sobre esse comércio, determinou D. Manuel: “ *todos os escravos que vierem de todos os nossos traustos e terras de Guiné sejam trazidos dereitamente a esta nossa cidade de Lisboa, sem os poderem descarregar, tirar nem vender em nenhuma oitra parte que seja, assi de nossos reinos e senhorios como fora delas e na dita cidade se venderem e, depois da primeira venda os poderem tirar, per mar e per terra, pera onde quiserem* ”.

Quem trouxesse escravos para o seu serviço não precisava de os vender, podendo levá-los para outros locais depois de os manifestar perante as autoridades<sup>32</sup>. Esta determinação constou também do *Regimento dos vedores da Fazenda*, de 1516<sup>33</sup>.

---

<sup>30</sup> - AHML, Chancelaria da cidade, C 7, f. 149-150.

<sup>31</sup> - Garcia de Resende, “ Miscelânea”, *Livro das obras de Garcia de Resende*, p. 549.

<sup>32</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana. África Ocidental ( 1500-1569 )*, v. II, p. 51.

<sup>33</sup> - Idem, p. 132.



Independentemente de a saída directa de carregamentos de escravos para o Brasil e Índias de Castela ter continuado e ter passado mesmo a ser a regra, o que também sucedeu com os que se dirigiam a Sevilha e outros portos, o alvará teve por consequência concentrar em Lisboa a quase totalidade das cargas destinadas ao reino. Parte destes cativos era depois vendida para fora do país, nomeadamente para os reinos peninsulares. Lisboa tornou-se, assim, além de principal consumidora de mão-de-obra cativa – devido à concentração de população e de riqueza - num empório ou armazém de escravos destinados a serem distribuídos pelos territórios português e castelhano.

Em 1513 o flamengo Jan Taccoen, senhor de Zillebeke, em viagem para Jerusalém, assistiu a um desembarque de escravos no porto de Lisboa, relatando deste modo o episódio : “ *Vi chegar um navio carregado de especiarias e, em baixo, cheio de mouros negros, homens e mulheres com os respectivos filhos [...] perfazendo bem uns trezentos. Traziam-nos completamente nus, sem nada a cobri-los, porque não têm qualquer lei, crença ou vergonha* ” <sup>34</sup>.

Portugal em geral e Lisboa particularmente eram, pelo que se depreende dos relatos conhecidos, uma realidade com aspectos estranhos para os restantes europeus, uma espécie de transição do mundo normal e civilizado para o da barbárie representada pelos outros continentes. A visão de animais exóticos, apenas conhecidos de descrições ou gravuras, produtos e, sobretudo, seres humanos com características físicas e costumes muito diversos dos europeus, criavam por certo essa sensação de contacto com o desconhecido, simultaneamente ameaçador e atraente.

---

<sup>34</sup> - “ *Je vis amenez une naviere sergié de spéserye, et dessoubz le balas, enbaez, aufont dele naviere, plain de noeirs mores, ommez, femmez atout leur effans, jofne valtons et fillez, de toute sorte, bien en nombre de III C. Et on les aporta tout nut, san quelke sose sur leur corps, et n'ont nulle loy ne crédenche, ne honte* » S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis ( 1514-1513 )...*, p. 3 ( Tradução nossa ) ; Eddy Stols, « Convivências e conivências luso-flamengas na rota do açúcar brasileiro », *Ler história*, nº. 32, 1997, p. 126, 141 e 144.

Já Münzer, no fim de quatrocentos, não deixou de destacar a presença de um camelo no paço real de Évora e de dois leões na Alcáçova de Lisboa, assim como a chegada frequente ao reino de papagaios e outros animais vindos de terras longínquas <sup>35</sup>. Quando a nau *Bretoa* regressou do Brasil, em 1511, trazia, além de uma carga de pau-brasil e escravos, numerosos papagaios, tuins, saguís e macacos <sup>36</sup>, destinados a serem vendidos no reino. A infanta D. Beatriz, mãe de D. Manuel, possuía papagaios e gatos d'algália, que constam do seu inventário <sup>37</sup>, facto que devia ser vulgar nas casas mais abastadas. Na descrição do próprio Jan Taccoen perpassou aquele sentimento: “*Vêem-se em Lisboa estranhos animais e gentes e outras coisas que trazem da Turquia, dos países conquistados pelo rei*” <sup>38</sup>. Um desses aspectos foram três elefantes, “*grandes e feios animais*” <sup>39</sup>, de enormes orelhas e uma longa tromba, que viu passearem na cidade, os quais se entreteve a observar em pormenor. Outro foram certamente os negros, indianos e mouros, em grande quantidade, com que deparou e cujo aspecto e atitudes provavelmente lhe recordaram que estava já longe do meio que lhe era familiar. Filippo Pigafetta, o italiano autor da *Descrição do reino do Congo*, viu também elefantes em Lisboa e descreveu o seu estranho aspecto e forma de se alimentarem <sup>40</sup>.

Como relatou Damião de Góis, D. Manuel foi o primeiro rei europeu a possuir elefantes da Índia, quatro machos e uma fêmea, além de um rinoceronte, com os quais costumava desfilar pela cidade. Integrava também esse exótico cortejo, abrilhantado por atabales e trombetas, um cavalo persa em cujas ancas ia uma onça de caça que lhe

---

<sup>35</sup> - Basílio de Vasconcelos, *Itinerário ...*, p. 13, 22 e 52.

<sup>36</sup> - António Baião, “O comércio do pau-brasil”, *História da colonização portuguesa do Brasil* (Dir. Carlos Malheiro Dias), v. II, p. 346.

<sup>37</sup> - « Inventário da infanta D. Beatriz », *Arquivo Histórico Português*, v. IX, p. 83-84.

<sup>38</sup> - “*On voit à Lusebone biaucop de estrainge bestez et gens et aultres biens qu'on amaine de Turquie, des pays que le roy a conquesté*», S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis (1514-1515)*, p. 12 (Tradução nossa).

<sup>39</sup> - “*Et son grandes et laides bestez*” (Idem, p. 4).

<sup>40</sup> - Duarte Lopes e Filippo Pigafetta, *Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas*, p. 78.

oferecera o rei de Ormuz, os quais em parte veio a enviar ao papa Leão X <sup>41</sup>. Em 1564 o vice-rei da Índia D. Antão de Noronha escrevia à rainha D. Catarina sobre os elefantes que ela lhe tinha encomendado<sup>42</sup>.

### 3.2 – A população escrava

O estudo da população escrava na Lisboa de Quinhentos é de fundamental importância. Além de nos permitir chegar a conclusões sobre o real peso dos cativos na cidade, pode servir de instrumento valioso para o conhecimento do mesmo no resto do país, por ajudar a aferir o valor dos métodos e critérios usados até agora para o conhecimento da importância, em termos numéricos, desta população. De facto, se para a demografia dos escravos fora de Lisboa não existe qualquer estimativa da população cativa, quer a nível regional quer do país, que sirva de referência para avaliar o rigor desses estudos <sup>43</sup>, quanto à principal cidade do país dispomos da única contagem de escravos, proveniente da própria época, de toda a história demográfica portuguesa. Trata-se da conhecida avaliação, feita por Cristóvão Rodrigues de Oliveira <sup>44</sup> em 1551, que estimou o número de escravos da cidade em 9.950, correspondendo a 9,95 % do total da população urbana <sup>45</sup>.

Esta contagem foi encomendada ao seu autor, guarda-roupa do arcebispo de Lisboa, por este, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos, com o objectivo de conhecer os rendimentos das instituições eclesiásticas da cidade e o número de almas que tinha sob a sua responsabilidade espiritual. A mesma foi realizada com recurso aos

---

<sup>41</sup> - Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel I*, p. 595.

<sup>42</sup> - *As gavetas da Torre do Tombo*, v. II, p. 710.

<sup>43</sup> - A . C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal ( 1441-1555 )*, p. 77-93 ; Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, p. 17-29 ; Idem, “ Senhores e escravos no Algarve ( 1580-1700)”, p. 155-159 ; Idem, *Os escravos em Évora no século XVI*, p. 11-17 ; J. Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, p. 230-231.

<sup>44</sup> - Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário...*, p. 101.

párocos da urbe, através das listas dos respectivos fregueses. Parece, por isso, ter resultado num valor razoavelmente aproximado da realidade. E assim tem sido considerado, servindo de base a estudos demográficos sobre Lisboa <sup>46</sup>.

Podemos, deste modo, saber até que ponto os dados agora recolhidos em fontes do mesmo tipo das utilizadas em estudos anteriores – os registos paroquiais de baptismos e óbitos – tornam ou não verosímil aquele número. As conclusões dessa comparação poderão ser aplicadas também às avaliações anteriores, para as confirmarem ou alterarem.

Cristóvão de Oliveira afirmou, como dissemos, que viviam na cidade 9.950 escravos, num total de 100.000 almas. Se a esses números acrescentarmos 18 % de crianças com menos de 7 anos ( que não eram consideradas nos róis de confessados por não serem ainda admitidas à confissão) <sup>47</sup>, teremos 11.741 numa população de 118.000 pessoas ( e a mesma percentagem ).

João José Alves Dias <sup>48</sup> considerou que os números apresentados por Cristóvão Rodrigues de Oliveira para o número total de almas ( e consequentemente de almas de escravos ) incluíam os indivíduos com menos de 7 anos, atendendo a que os mesmos não correspondiam “ *ao resumo dos róis de confessados, mas sim a resumos de dados especialmente colhidos*”. No entanto, o texto do guarda-roupa do arcebispo não é claro nesta matéria, de modo a poder-se concluir com segurança da inclusão dos menores de 7 anos. Disse o mesmo : “ *Para o cumprimento do qual mandado pedi a todos os priores e curas da dita cidade que, ao fazer dos roles em que escrevem todos os seus fregueses*

---

<sup>45</sup> - A . C. de C. M. Saunders, Ob. cit., , p. 84.

<sup>46</sup> - Teresa Rodrigues, *Crises de mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, p. 54-65 ; Fernando de Sousa, *História da estatística em Portugal*, p. 79 ; João José Alves Dias, *Gentes e espaços*, v. I, p. 53-57.

<sup>47</sup> - Norberta Bettencourt Amorim, *Exploração dos livros de registos paroquiais e reconstituição de famílias*, p. 9 ; João José Alves Dias, *Gentes e espaços*, v. I, p. 51. A taxa de 18 % é proposta por este último autor para o Algarve do século XVI. Teresa Rodrigues, ob. cit.,p. 55, utilizou a de 17, 64 %, baseando-se, segundo J.J. Alves Dias, ob. cit., p. 50, em Ansley J. Coale, Paul Demeny e Barbara Vaughan, *Regional model life table and stable populations*, p. 401 e 451.

<sup>48</sup> - João José Alves Dias, Ob. cit., p. 54-55.

(para haverem de ser confessados e sacramentados ), fizessem certas diligências cada um em sua freguesia, por onde se pudesse saber o certo do acima dito ; dos quais roles e diligências e outras verdadeiras informações, tirei o Sumário das coisas ao diante escritas”<sup>49</sup>.

Ou seja, ele serviu-se dos *roles* ( elaborados para ser conhecido quem estava obrigado à confissão e à comunhão, portanto os maiores de 7 anos ) e de “ *diligências e outras verdadeiras informações*” complementares, que podiam destinar-se simplesmente a verificar da correcção dos dados antes colhidos e não a acrescentar os menores de 7 anos. Sendo assim, penso não ser possível concluir seguramente por qualquer das duas interpretações do autor do *Sumário* e pelo critério que seguiu, embora nos inclinemos mais para a segunda hipótese. Mas, num caso ou noutro, a percentagem de escravos na população será a mesma, 9,95 %.

Vejamos agora o que nos dizem os dados obtidos através de fontes paroquiais.

A utilização das fontes de origem paroquial tem por objectivo aprofundar o conhecimento da população cativa: o número de escravos baptizados na cidade e seu termo, o grau de cumprimento da lei sobre baptismo dos mesmos por parte dos donos, as zonas de maior e menor concentração dos cativos, o nível de difusão do casamento, os óbitos registados, os lugares de sepultamento e outros aspectos relevantes da demografia e sociologia dos escravos. Recorreremos para esse fim aos registos de baptizados, crismados, casados e falecidos, da responsabilidade dos párocos de cada freguesia da cidade e seu termo. Começaremos pelos registos de baptismos e pela respectiva avaliação como fonte para o conhecimento da população cativa.

O baptismo dos cativos decorria da própria lei. De acordo com o estipulado nas *Ordenações manuelinas*<sup>50</sup>, quem adquirisse escravos da Guiné seria obrigado a mandá-

---

<sup>49</sup> - Cristóvão Rodrigues de Oliveira, Ob. cit., p. 13.

<sup>50</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv. 5, Tít. 99, p. 300-301.

los baptizar dentro de 6 meses depois de entrar na respectiva posse, sob pena de os perder. Desses, os que fossem maiores de 10 anos e se recusassem a receber o baptismo, seriam levados perante os curas das freguesias em que vivessem e só se, mesmo assim, mantivessem a recusa os donos ficariam desobrigados daquele dever. Quanto aos que tivessem 10 ou menos anos, seriam baptizados dentro de 1 mês após a entrada na posse do respectivo senhor, mesmo sem consentimento. As crianças nascidas no reino (e seus domínios ) de escravas vindas da Guiné, seriam mandadas baptizar pelos donos no mesmo tempo em que os filhos de cristãos também o eram, ou seja, dentro de oito dias após o nascimento, de acordo com a recomendação da Igreja, que viria expressa nas Constituições diocesanas de Lisboa de 1536 <sup>51</sup> . Em resumo, para os adultos e crianças com mais de 10 anos vindos da Guiné, 6 meses, para as crianças até 10 anos, 1 mês e, para os nascidos no reino, um prazo não definido mas igual ao da generalidade dos recém-nascidos, ou seja, o mais brevemente possível.

Como se observa, as *Ordenações* referiam-se apenas aos escravos da Guiné, portanto aos negros e não aos mouros e asiáticos. Ora, quer uns quer outros, embora não fossem a maioria da população cativa, formavam uma boa parte dela. Mas eram os negros ( e depois os índios americanos) os principais contemplados pelas preocupações de assimilação da Igreja e da Coroa. Os habitantes do norte de África e os povos do Oriente pertenciam a civilizações desenvolvidas e aí “ *a religião [...] mostrava-se estabelecida em igreja [...] oferecendo-se ora em formas cristãs ( adulteradas), ora em formas maometanas, ora em formas gentílicas superiores*” <sup>52</sup>. Eram infiéis e, como tal, passíveis do domínio legítimo dos europeus e de “ *justa guerra*” <sup>53</sup>.

Em relação aos negros, porém, vigorava uma atitude diferente porque estes, antes da escravização, viviam “ *assim como bestas [...]; e, o que pior era, a grande*

---

<sup>51</sup> - Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, v. II, p. 563-564.

<sup>52</sup> - J. S. da Silva Dias, *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, p. 177.

*ignorância que em eles havia, pela qual não haviam algum conhecimento de bem, somente viver em uma ociosidade bestial”*<sup>54</sup>. Esta concepção tão depreciativa do estado de desenvolvimento dos negros levou a uma atitude paternalista por parte dos cristãos, que deviam convertê-los à verdadeira fé e civilizá-los. Daí a obrigatoriedade do baptismo.

Embora a Igreja incluísse os servos em geral entre os dependentes por cuja educação e comportamento religioso os cristãos - pais e senhores - eram responsáveis<sup>55</sup>, a exclusiva referência aos escravos africanos pelo código manuelino ilibava os donos dos de outras proveniências de os fazerem baptizar. Por certo isto levou a diferentes atitudes dos donos de uns e outros. É um facto que a grande maioria dos baptismos de escravos registados na cidade eram de negros e mulatos, aparecendo muito poucos de *índios*, quando a parte destes era, como veremos, significativa.

Havia também os próprios negros a quem a lei reconhecia o direito de não se baptizarem, os que chegavam de África com mais de 10 anos. Dado o distanciamento cultural entre os povos de que provinham e os europeus, não devia ser raro que estes escravos “*boçais*”, ainda não assimilados pelo Cristianismo e pela civilização europeia, não se mostrassem interessados em aderir a crenças e práticas que lhes eram alheias.

E quanto aos restantes, os maiores de 10 anos que não se recusavam a receber a água do baptismo, os que tinham menos que essa idade e os recém-nascidos no reino, a cujos donos cabia a responsabilidade de os mandar baptizar? Se, por um lado, a influência da lei e das determinações da Igreja devia ser grande nas decisões dos respectivos senhores – sendo o baptismo até uma forma de serem reconhecido e registado o direito à posse do seu património humano – existem muitos indícios de

---

<sup>53</sup> - Idem, p. 181.

<sup>54</sup> - Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, p. 126.

<sup>55</sup> - *Manual de confessores e penitentes*, p. 122.

incumprimento desse dever. Ele tinha origem na incúria e desinteresse dos donos, no desleixo do clero e na falta de motivação dos próprios cativos.

Contra esse estado de coisas se manifestou Frei Francisco da Conceição, religioso carmelita, num relatório apresentado ao concílio de Trento sobre o estado moral e religioso do seu país <sup>56</sup>. Segundo ele, os maus tratos a que os escravos eram submetidos pelos donos levavam a que estes recusassem frequentemente o baptismo, que em nada os beneficiaria. Atitude semelhante tomariam, provavelmente, em relação ao baptismo dos filhos, não o desejando nem incentivando. Os próprios senhores não se preocupavam com a educação religiosa dos servos, nem os faziam receber os sacramentos, do que era sintomática a indiferença quanto ao matrimónio dos mesmos, permitindo-lhes o concubinato e interessando-se apenas pelo nascimento dos novos cativos que essas relações irregulares originavam. Tal dissolução dos costumes ocorria perante a indiferença dos prelados, que pouco faziam para a contrariar <sup>57</sup>.

Claro que o casamento dificultava a plena disponibilidade dos escravos por parte dos donos, pois teriam o dever moral de ter em conta esse estado quando os quisessem deslocar ou vender <sup>58</sup>. O baptismo, em princípio, não prejudicava os donos. Mas o incumprimento duma regra podia levar à mesma atitude relativamente a outra, dando origem a uma indiferença e complacência geral quanto à participação dos escravos na Igreja.

Mas outra dificuldade se coloca quanto à representatividade dos registos de baptismo. Em muitas paróquias existem hiatos de vários anos nos assentos de baptismos de escravos, coincidindo essa falta de registos com a permanência na paróquia de certos

---

<sup>56</sup> - Alexandre Herculano, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, v. II, p. 25, 27 e 29-30 ; transcrição do texto original – *Annotationes in abusos sacramentorum* ( Arch. Vat. Conc. 16, p. 395-398 v. ) – no artigo de Alessandro Dell’Aira, « Schiavitù : il silenzio del Concilio di Trento », *Nuove effemeridi*, nº. 54, Palermo, 2001, p. 60-61.

<sup>57</sup> - Idem, p. 29-30.

<sup>58</sup> - *Compêndio e sumário de confessores* ( 1569), p. 265.



curas. Quando mudava o sacerdote responsável, logo reapareciam os registos de escravos, recém-nascidos ou adultos. Isto só podia dever-se a preconceito da parte de alguns padres, que não consideravam necessário que os baptismos de cativos figurassem nos livros da paróquia, embora possivelmente os baptizassem <sup>59</sup>. Essa consideração devia associar-se ao facto de a maior parte desses cativos nascer, como se prova, de uniões fora do matrimónio.

A conclusão que se pode retirar destas observações é a de que os registos de baptismo de escravos provenientes das paróquias de Lisboa, à semelhança do que se passava no resto do país, não reflectem o total dos escravos nascidos e entrados na cidade. Até onde vai esse desajustamento é o que procuraremos saber pela observação desses registos e pela sua comparação com a estimativa de Cristóvão Rodrigues de Oliveira.

A análise que se segue sobre o baptismo de escravos na Lisboa do século XVI abrange quer as paróquias urbanas quer as do termo da cidade, boa parte destas últimas hoje integradas em novos municípios entretanto surgidos <sup>60</sup>. Mas nem de todas as freguesias nos chegaram registos do século XVI. Das 35 existentes na urbe ( 11 das quais foram criadas ao longo do século por desmembramento de outras), só de 18, cerca de metade, sobreviveram esses registos e, das 36 do termo, temos registos de 20.

São as seguintes as freguesias a que nos referimos, umas e outras :

---

<sup>59</sup> - Embora para Lisboa nunca tenha encontrado uma prova tão decisiva dessa prática de exclusão, em Évora, na freguesia de Santo Antão, em Março de 1555, durante um período sem baptismo de escravos, o pároco, depois de, por equívoco, ter iniciado o registo do baptismo de uma criança, anulou-o, alegando tratar-se de uma filha “ *de escrava extra-matrimónios*”- ADE, FP, Évora, Santo Antão, Bapt., Liv. 3, f. 87.

<sup>60</sup> - Os limites do termo foram encontrados com recurso, sobretudo, ao trabalho de Augusto Vieira da Silva, *O termo de Lisboa* e, complementarmente, ao artigo “ Termo de Lisboa”, do *Dicionário da história de Lisboa*, p. 902-903. Para as freguesias urbanas, cujos limites se alteraram, em parte significativa, ao

### *Cidade*

**Com registos do séc. XVI :** Anjos ( 1564 a 1569), N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. da Conceição (1568), N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Loreto, Sacramento ( 1584), Salvador, Santa Ana ( Pena) ( 1570), Santa Catarina ( 1557), Santa Cruz do Castelo, Santa Engrácia ( 1569), Santa Justa, Santiago, Santo Estêvão, Santos-o-Velho ( 1556), S. Pedro de Alfama ( Alcântara), S. Sebastião da Pedreira ( 1597), S. Vicente de Fora, Sé e Socorro ( 1596).

**Sem registos do séc. XVI :** N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. dos Mártires, Santa Maria Madalena, Santa Marinha, Santo André, S. Bartolomeu, S. Cristóvão, S. João da Praça, S. Jorge, S. José (1567 ), S. Julião ( S. Gião ), S. Lourenço, S. Mamede, S. Martinho, S. Miguel de Alfama, S. Nicolau, S. Paulo ( 1566) e S. Tomé.

### *Termo*

**Com registos do séc. XVI :** Ajuda ( Lisboa), Ameixoeira ( Lisboa), Apelação (Loures), Barcarena ( Oeiras), Benfica ( Lisboa), Bucelas ( Loures), Carnide ( Lisboa), Charneca ( Lisboa), Loures ( Loures), Lumiar ( Lisboa), Oeiras ( Oeiras), Olivais (Lisboa), Póvoa de Santo Adrião ( Odivelas), Sacavém ( Loures), Santa Iria de Azóia (Loures), Santo Antão do Tojal ( Loures), S. Julião da Barra ( Oeiras), Sapataria (Sobral de Monte Agraço), Unhos ( Loures) e Vialonga ( V<sup>a</sup>. Franca de Xira).

---

longo de quinhentos, recorri ao *Sumário*, de Cristóvão de Oliveira e ao *Inventário colectivo dos registos paroquiais*, v. I, *Centro e Sul*, publicado pelos AN/TT.

**Sem registos do séc. XVI :** Arranhó ( Arruda dos Vinhos), Beato ( Lisboa), Calhandriz ( V<sup>a</sup>. Franca de Xira), Camarate ( Loures), Campo de Alvalade ( Lisboa), Carnaxide ( Oeiras), Granja ( V<sup>a</sup>. Franca de Xira), Fanhões ( Loures), Frielas ( Loures), Lousa ( Loures), Odivelas ( Odivelas), Santiago dos Velhos ( Arruda dos Vinhos), Santo Estêvão das Galés ( Mafra), S. Julião do Tojal ( Loures), S. Quintino ( Sob. de Monte Agraço) e Talha ( Loures) <sup>61</sup>.

Das freguesias com registos quinhentistas temos ainda que exceptuar as do Salvador e S. Sebastião da Pedreira, na cidade e Olivais e Santa Iria de Azóia, no termo, por só terem assentos de casamentos e óbitos.

Os resultados fornecidos pelas fontes referidas são os constantes do quadro que se segue <sup>62</sup> :

---

<sup>61</sup> - As freguesias urbanas que não têm data indicada já existiam em 1551, referidas por C. R. de Oliveira. As que têm, foram criadas posteriormente, nos anos indicados entre parêntesis. Quanto às freguesias rurais, as localidades indicadas entre parêntesis são as sedes dos concelhos a que actualmente as mesmas pertencem.

A população englobada pelas novas freguesias, criadas ao longo do século, antes da criação das mesmas pertenciam às paróquias de origem, estando por isso aí considerada.

<sup>62</sup> - Quando, numa freguesia e por períodos de vários anos, não há registos de baptismo de escravos, em contraste com períodos posteriores em que os mesmos ocorrem normalmente e a alteração coincide com a mudança de pároco, não considere os anos sem registos de escravos. Por isso também não considere os baptismos na freguesia de Santa Justa, em que não há um único registo de escravo ( 1572-1584) e a de S. Julião da Barra. Em todos esses casos, parti do pressuposto de que a inexistência desses registos se deveu a uma opção dos párocos e não à falta de baptismos.

**Quadro I - Baptismos de escravos em relação com total de baptismos – Cidade**

Freguesias	Anos	Total de baptismos	Escravos baptizados	%
<b>Anjos</b>	1599-1600	205	5	2,43
<b>N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Conceição</b>	1568-1578;1582-1586;1589	818	26	3,17
<b>N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Loreto</b>	1570-1572; 1576-1577;1582-1584;1596-1600	1356	14	1,03
<b>Sacramento</b>	1595-1600	307	15	4,88
<b>Santa Ana (Pena)</b>	1581-1600	1471	37	2,51
<b>Santa Catarina</b>	1590-1600	2048	23	1,12
<b>Santa Cruz do Castelo</b>	1545-1579	679	105	15,46
<b>Santa Engrácia</b>	1586-1593 ; 1596-1597 ; 1599-1600	97	5	5,15
<b>S. Tiago</b>	1557-1596	372	15	4,03
<b>Santo Estêvão</b>	1587-1600	1009	27	2,67
<b>Santos-o-Velho</b>	1566-1574 ; 1581-1583 ; 1590-1600	2504	48	1,91
<b>S. Pedro de Alfama (Alcântara)</b>	1559-1600	1571	47	2,99
<b>S. Vicente de Fora</b>	1550-1556 ; 1561-1568 ; 1583-1598	1014	58	5,71
<b>Sé</b>	1573 ; 1586-1600	1418	31	2,18
<b>Socorro</b>	1596-1600	205	3	1,46
<b>Total</b>		<b>15.074</b>	<b>459</b>	<b>3,04</b>

**Quadro II - Baptismos de escravos em relação com total de baptismos – Termo**

Freguesias	Anos	Total de baptismos	Escravos baptizados	%
<b>Ajuda</b>	1592-1600	493	20	4,05
<b>Ameixoeira</b>	1540-1600	446	19	4,26
<b>Apelação</b>	1595-1600	37	1	2,70
<b>Benfica</b>	1584-1600	501	16	3,19
<b>Bucelas</b>	1564;1576-1600	1111	22	1,98
<b>Carnide</b>	1593-1600	208	8	3,84
<b>Charneca</b>	1591-1600	228	9	3,94
<b>Loures ( Santa Maria )</b>	1596-1600	377	4	1,06
<b>Lumiar</b>	1568;1571-1584;1591-1592	677	18	2,65
<b>Oeiras</b>	1592-1597	211	6	2,84
<b>Póvoa de Santo Adrião</b>	1572-1600	181	14	7,73
<b>Sacavém</b>	1578-1589;1597-1600	439	13	2,96
<b>Santo Antão do Tojal</b>	1565-1600	1323	70	5,29
<b>Sapataria</b>	1580-1591	155	3	1,93
<b>Unhos</b>	1576-1600	755	23	3,04
<b>TOTAL</b>		<b>7142</b>	<b>246</b>	<b>3,44</b>

Os números considerados dizem respeito a 22.216 indivíduos baptizados, dos quais 705 eram escravos, numa percentagem global de 3,18 %. A percentagem de escravos levados à pia do baptismo, relativamente ao total de pessoas baptizadas, variou entre 15,46 % ( Santa Cruz do Castelo ) e 1 % ( Loreto), com uma média de 3,04 % na cidade e 3,44 % no termo. Aquele primeiro valor foi excepcionalmente elevado ( facto já destacado por Saunders <sup>63</sup>) e o único que ultrapassou os 10 %. O mais próximo foi de 7,73 % na Póvoa de Santo Adrião ( termo), mesmo assim já cerca de metade. Os restantes foram todos inferiores a 6 %. É de destacar a proximidade das percentagens na cidade e no campo, ambas pouco acima dos 3 %.

Estes valores surpreendem pela modéstia, se comparados com os de outras regiões do sul do país onde era previsível um menor peso de escravos levados ao baptismo. No Algarve quinhentista tal peso atingia os 8,4 %, no sul do Ribatejo 7,81, no Baixo Alentejo 6,4, na Península de Setúbal 5,82, no Alentejo central, actual distrito de Évora, 4,94 e só o Alto Alentejo, actual distrito de Portalegre, com 3,09 % mostrava um valor semelhante ao de Lisboa <sup>64</sup>. Mesmo o Porto, segundo Saunders <sup>65</sup>, aproximava-se dos 6 % na década de 1540. No entanto, era em Lisboa que desembarcava a grande maioria dos escravos negros e indianos e certamente aqui encontravam a maior parte dos seus compradores e empregadores. Logo, as percentagens mais elevadas de baptismo de cativos deviam-se observar precisamente nesta cidade. Nem as diferenças de método para achar tais percentagens <sup>66</sup> podem explicar esses valores, aparentemente muito inferiores aos reais. Mesmo em Sevilha, a paróquia de San Martin teve uma percentagem de 6 % de escravos baptizados na 2<sup>a</sup>. metade do século XVI quando a

---

<sup>63</sup> - A . C. de C. M. Saunders, Ob. cit., p. 85.

<sup>64</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 20.

<sup>65</sup> - A . C. de C. M. Saunders, Ob. cit., p. 83.

<sup>66</sup> - Para o sul de Portugal usei amostras de um ano por década, em princípio o primeiro ano de cada uma, Ob. cit., p. 20 ; quanto a Saunders, parece recorrer às décadas de maior incidência de baptismos de escravos.

percentagem geral na cidade em 1565 se situou entre 8 e 9,5 % <sup>67</sup>, portanto relativamente próxima.

A justificação mais aceitável parece-me serem as diferenças de critério – quer da parte dos donos quer do clero – no cumprimento do dever de baptizar os cativos e de proceder ao respectivo registo, em Lisboa e no restante reino. Provavelmente, a elevada população da cidade contribuía para um menor controlo das autoridades civis e religiosas e maior permissividade e desleixo. Em cidades e vilas de menor dimensão a situação invertia-se, sendo maior o cumprimento daqueles deveres. Talvez por isso, também em Lisboa, nas freguesias já constituídas nos meados do século e para que existem valores, como Loreto, Sé, Santo Estêvão, S. Vicente e Santa Cruz do Castelo <sup>68</sup>, a percentagem de baptismo de escravos era inversa do número de habitantes, sendo mais elevada em Santa Cruz e S. Vicente – pequenas paróquias - e na Sé, Loreto e Santo Estêvão – paróquias maiores, mais reduzida. Mas para além das diferenças de zelo no cumprimento das leis, havia também o problema daqueles cativos que, por serem adultos, não eram obrigados ao baptismo, caso dos *mouros*, maometanos que se mantinham fiéis ao seu credo original. Os processos do Santo Ofício mostram que eram numerosos em Lisboa, o que talvez não se passasse noutras terras, onde a pressão para a sua conversão fosse maior.

Claro que a esse menor controlo é preciso associar as características sociais de cada freguesia, ora com uma população mais aristocrática ou burguesa e dispondo de mais escravos, ora com um carácter mais popular. A junção de ambos os factores pode explicar a elevada taxa de registos em Santa Cruz do Castelo, pequena paróquia em torno do paço régio da Alcáçova, habitada por bom número de cortesãos e altos

---

<sup>67</sup> - Antonio Domínguez Ortiz, *La esclavitud en Castilla en la Edad Moderna*, p. 9 e Alessandro Stella, “L’esclavage en Andalousie a l’Époque Moderne”, *Annales ESC*, Paris, 1992, p. 53.

<sup>68</sup> - Cristóvão R. de Oliveira, *Ob. cit.*, p. 107.

dignitários da Igreja <sup>69</sup>, com escravos ao seu serviço e, supostamente, maior consciência do dever.

O mesmo se passava em Évora, na mesma época, com a maior paróquia, a da Sé, a apresentar a mais baixa taxa de registo de escravos baptizados <sup>70</sup>.

A outra explicação possível é a de, mesmo contando com essa diferença na observação da lei, a população escrava no Alentejo e no Algarve ser realmente maior, ou semelhante, percentualmente, à de Lisboa, fazendo aumentar as estimativas até agora feitas com base nos registos de baptismo. Não é também hipótese a enjeitar. Não devemos esquecer a conhecida reacção de Clénardo ao chegar a Portugal e o exagerado relato que dela fez ao seu amigo Látomo : se, em Lisboa, os escravos lhe pareciam mais que as pessoas livres, em Évora julgou-se transportado a uma cidade do inferno, tal era o número de negros que encontrava <sup>71</sup>. Não repugna aceitar que em cidades como esta última, corte, residência de inúmeros nobres e pujante centro económico, bem como em Beja e no Algarve, os escravos rondassem os 10 % da população no século XVI, apesar de os registos de baptismo indicarem taxas mais baixas.

Os escravos entrados ou nascidos na cidade iam constituir a população cativa da mesma, mas a quantificação desta, num determinado momento, depende não só do conhecimento desse contributo, mas também das baixas que sobre o mesmo incidiam, ou seja, dos óbitos, das alforrias e das deslocações a que a população escrava estava sujeita, sobretudo por vontade dos donos ( vendas ou outras ), mas também dos próprios cativos, ou seja, das fugas. Tudo isto eram fenómenos cuja incidência é muito difícil de quantificar hoje por falta de provas documentais, nomeadamente em relação às vendas, alforrias e fugas.

---

<sup>69</sup> - Edgar Prestage e Pedro d'Azevedo, *Registo da freguesia de Santa Cruz do Castelo*, p. 5-95.

<sup>70</sup> - Jorge Fonseca, *Os escravos em Évora no século XVI*, p. 14.

<sup>71</sup> - Alphonse Roersch, *Correspondance de Nicolas Clénard*, tomo I. p. 253 e 258.

A análise dos óbitos também proporciona conclusões com interesse para o estudo da população escrava. Começamos por observar os números retirados dos registos paroquiais <sup>72</sup>.

**Quadro III - Óbitos de escravos em relação com total de óbitos - Cidade**

Freguesias	Anos	Total/óbitos	Óbitos/escravos	%
N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . da Conceição	1582-1589;1591-1597	462	16	3,46
Sacramento	1585-1589;1590-1592;1593-1595	80	1	1,25
Santa Ana ( Pena )	1588-1600	650	11	1,69
Santa Cruz do Castelo	1569-1574	227	28	12,33
Santo Estêvão	1565-1569	93	2	2,15
Santos-o-Velho	1598-1600	250	2	0,8
S. Sebastião da Pedreira	1597-1599	144	2	1,38
S. Tiago	1557-1578	173	18	10,40
S. Vicente de Fora	1550-1556;1561-1562;1569	452	57	12,61
Sé	1582-1600	1864	122	6,54
<b>Total</b>		<b>4395</b>	<b>259</b>	<b>5,89</b>

**Quadro IV - Óbitos de escravos em relação com total de óbitos - Termo**

Freguesias	Anos	Total/óbitos	Óbitos/escravos	%
Ajuda	1593-1600	159	3	1,88
Ameixoeira	1573-1583	52	6	11,53
Barcarena	1587-1600	68	1	1,47
Bucelas	1565-1579;1582-1600	519	13	2,50
Charneca	1583-1600	138	10	7,24
Lumiar	1571-1588	396	39	9,84
Olivais	1586;1592-1600	133	1	0,75
Póvoa de Santo Adrião	1582-1600	71	5	7,04
Santo Antão do Tojal	1565-1585;1588-1599	674	77	11,42
Unhos	1600	3	1	33,3
<b>Total</b>		<b>2213</b>	<b>156</b>	<b>7,04</b>

O número de indivíduos abrangidos por estes registos - 415 escravos em 6.608 pessoas, com uma percentagem global de escravos de 6,28 % - é bastante inferior ao do

<sup>72</sup> - Não foram consideradas, para este efeito, das freguesias com registos quinhentistas, aquelas de que não há registos de óbitos – Apelação, Carnide, Loures, Oeiras, Sacavém, Santa Iria de Azóia, S. Pedro de Alfama ( Alcântara) e Socorro – e aquelas em que, existindo embora, não fazem referência a escravos – Anjos, Benfica, Loreto, Salvador, Santa Catarina, Santa Engrácia e S. Julião da Barra. E também Sapataria, cujos registos não estão acessíveis.



que foi fornecido pelos registos de baptismo, 705 escravos em 22.216 baptizados, pelo que as conclusões a retirar têm menor validade. Feita esta observação, é de realçar que a percentagem de cativos falecidos e cujo óbito foi registado e chegou aos nossos dias, é superior ao dos que se baptizaram, 6,28 %, o dobro dos 3,18 % de baptismos. Há seis freguesias em que as percentagens são superiores a 10 %, quando para os baptismos havia só uma. Entre elas, novamente, Santa Cruz do Castelo. Se, além disso, atendermos a que os registos de falecidos só diziam respeito a quem chegava ao fim dos seus dias na condição de cativo e não aos que, vivendo como escravos uma parte, às vezes grande, da sua vida, vinham a ser libertos pelos donos e não figuravam entre os óbitos de escravos, aqueles números sugerem um peso de escravos na população ainda superior. Tudo isto leva-nos a concluir da pouca fiabilidade dos registos de baptismos como fonte para o conhecimento, em termos quantitativos, da população escrava. Torna-se evidente que muitos cativos, indianos ou negros renitentes em aceitar o baptismo ou que a incúria dos donos e párocos não faziam baptizar ou cujo baptismo não era registado, acabavam por ser incluídos nos livros paroquiais quando morriam.

Como já foi dito, se pretendêssemos usar as fontes paroquiais para uma aproximação à população escrava teríamos que ter em conta, além da irregular adesão dos cativos aos actos religiosos e aos sacramentos e dos outros aspectos atrás focados, as flutuações ocasionadas por deslocações a que esteve sujeita quer a população em geral, quer aquela em particular, para fora da cidade e seu termo e de fora para ela, cuja incidência não conhecemos e a evolução desses fenómenos ao longo do tempo. Neste plano, não se pode pôr de parte o desfasamento cronológico entre o cálculo de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, atribuível ao ano de 1551 ou, provavelmente, mesmo anterior e as datas a que diz respeito a grande maioria dos registos de baptismo, todos, exceptuando Santa Cruz do Castelo e Ameixoeira, abrangendo a segunda metade do

século mas, a maior parte, apenas as últimas décadas, senão os últimos anos. Pode ter existido, ao longo desse tempo, uma diferente evolução da população em geral da cidade, em permanente crescimento <sup>73</sup>, e da população escrava, esta influenciada quer pelo volume de entradas de novos escravos (provavelmente em diminuição devido à concorrência dos mercados americanos), quer uma eventual especificidade na reprodução das cativas ( talvez menor que a das outras mulheres, por estar em parte remetida para relações irregulares). É, por isso, de admitir a hipótese de decréscimo da população escrava da cidade nas últimas décadas de Quinhentos, o que ajudaria a explicar o desfasamento entre o cálculo do guarda-roupa do arcebispo e os números obtidos através dos registos paroquiais <sup>74</sup>.

Admitamos, então, como verosímil a estimativa de Cristóvão de Oliveira, que atribuiu a Lisboa uma população escrava de 9.950 almas ( provavelmente correspondente a 11.741 indivíduos ) em 1551, ou seja, 9,95 % do total de habitantes.

Era certamente a maior concentração de escravos, em termos absolutos, do país e uma das maiores, senão também a maior, em termos relativos. E no contexto peninsular e europeu ?

Na Península Ibérica o único centro urbano que se lhe equiparava, neste como noutros aspectos, era Sevilha. A cidade do Guadalquivir ombreava com Lisboa no plano demográfico, pois as duas eram as únicas urbes peninsulares a atingir, no fim do século XVI, os 100.000 habitantes, contando-se entre as dez maiores cidades europeias <sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> - Teresa Rodrigues, *Crises de mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, p. 57.

<sup>74</sup> - Este ponto de vista não foi adoptado por Rebelo da Silva, que atribuiu a 1620, ano da publicação do *Livro das grandezas de Lisboa*, de Frei Nicolau de Oliveira, um volume de cativos de 10.470 almas ( o que pressuporia um aumento nas décadas anteriores), volume que o autor da obra não mencionou e que o escritor oitocentista calculou em proporção semelhante ao do *Sumário* de Oliveira, o que não tem a menor validade ( L. A . Rebelo da Silva, *Memória sobre a população e a agricultura de Portugal*, p. 69-70).

<sup>75</sup> - Bartolomé Bennassar, “ A expansão urbana e a aceleração dos movimentos económicos”, *História económica e social do mundo* ( Dir. Pierre Léon), v. I, tomo II, Lisboa, Sá da Costa, 1984, p. 502-503.

Constituía também o centro logístico e administrativo do comércio com a América, sede da *Casa de Contratación*, equivalente castelhano da Casa da Índia <sup>76</sup>.

O principal recurso disponível para se conhecer a população escrava da cidade na época que nos ocupa é o recenseamento promovido em 1565 ( 14 anos depois do de Lisboa ) pelo arcebispo respectivo, o qual contou, na urbe hispalense, 66.244 pessoas “*de confissão*”, 12.967 crianças com menos de 7 anos e 6.327 escravos ( sem especificar a idade dos mesmos ), <sup>77</sup>ao todo 85.538 pessoas. No caso daquele número se referir à totalidade do contingente cativo, este constituiria 7,98 % da população da cidade. Mas se indicava apenas os escravos de confissão e fosse acrescentado dos menores de 7 anos ( na mesma proporção da restante população, 19,5 % ), teríamos 7.560 escravos em 86.771 indivíduos, o que representaria 8,71 % do total. Mesmo nesta hipótese, a população escrava de Sevilha era menor que a de Lisboa, quer em termos absolutos ( menos 2.390 ) quer relativos ( 8,71 contra 9,95 % ), cabendo à cidade do Tejo a pouco honrosa primazia, segundo a nossa visão actual, como maior concentração de escravos da Península Ibérica.

As outras urbes peninsulares apresentavam números mais baixos. Granada, em 1561, contava com 1.000 cativos em idade de confissão, correspondentes a 2 % da sua população <sup>78</sup>. Em Barcelona e arredores imediatos ( se bem que em 1431 ) foram inventariados 1.225 escravos, que Jacques Heers fez corresponder a 10 % da população total <sup>79</sup>. É pouco provável que tenham aumentado significativamente no século seguinte, atendendo à relativa modéstia numérica da população da cidade <sup>80</sup>. Sobre outras importantes urbes que podem ter albergado numerosos escravos, como Valência e

---

<sup>76</sup> - Idem, p. 506-507.

<sup>77</sup> - Alessandro Stella, “ L’esclavage en Andalousie à l’Époque Moderne », p. 50 ; António Domínguez Ortiz, *La esclavitud en Castilla en la Edad Moderna y otros estudios de marginados*, p. 9.

<sup>78</sup> - Aurelia Martin Casares, *La esclavitud en la Granada del siglo XVI*, p. 104 e 115.

<sup>79</sup> - Jacques Heers, *Escravos e servidão doméstica na Idade Média*, p. 98 e 104.

<sup>80</sup> - Batolomé Bennassar, “ A expansão urbana ... “, p. 503.

Málaga, ou não há estudos da demografia cativa, por carência de fontes <sup>81</sup>, ou as conclusões são demasiado imprecisas e lacunares <sup>82</sup>.

Em relação a pequenas ou médias comunidades, se bem que, percentualmente, o peso desta população possa ter sido elevado, em termos absolutos nunca pôde equiparar-se a Sevilha ou a Lisboa. Françoise Orsoni-Avila encontrou para o burgo andaluz de Lucena uma população média de 480 escravos, entre meados do século XVI e meados do século seguinte, correspondente a 4 % da população <sup>83</sup>. Juan Aranda Doncel atribuiu a Córdoba uma percentagem de 5 % de escravos nos séculos XVI e XVII <sup>84</sup>.

E no resto da Europa ? Dada a tradição mediterrânica no comércio e emprego de escravos durante a Idade Média, é nos países meridionais que teremos que procurar concentrações significativas desta mão-de-obra.

Quanto à França, esta estava, desde a época medieval, oficialmente isenta de trabalho cativo, sendo considerados livres os escravos que pisassem o seu território, o que provocou inúmeras desavenças com as regiões vizinhas da Catalunha e Russilhão, cujos cativos se refugiavam em cidades como Toulouse e Pamiers, recusando-se as autoridades a entregá-los aos donos <sup>85</sup>. Esse princípio continuaria em vigor no século XVI, o que permitiu à cidade de Bordéus negar, em 1571, a um mercador normando que pusesse à venda um lote de negros e mouros que adquirira com esse fim. Idêntica atitude continuaram a manter as autoridades de Toulouse <sup>86</sup>. Apesar disso, o emprego de escravos de corte, quer pelos reis quer por nobres como os duques de Berry e de Orléans, não deixou de ser pontualmente assinalado, assim como em cidades do sul,

---

<sup>81</sup> - Vicente Graullera Sanz, *La esclavitud en Valencia en los siglos XVI y XVII*, p. 176-178.

<sup>82</sup> - José Luis Cortés López, *La esclavitud negra en la España peninsular del siglo XVI*, p. 200-203.

<sup>83</sup> - Françoise Orsoni-Avila, *Les esclaves de Lucena*, p. 54.

<sup>84</sup> - Juan Aranda Doncel, *La esclavitud en Córdoba durante los siglos XVI y XVII*, citado por F. Orsoni-Avila, Ob. cit., p. 54.

<sup>85</sup> - Jacques Heers, *Escravos e servidão doméstica na Idade Média*, p. 98-99.

<sup>86</sup> - Hugh Thomas, *The slave trade*, p. 148.

como Marselha, Arles, Mompellier e Nice, onde se vendiam cativos <sup>87</sup>. E a recusa em aceitar o emprego de escravos no seu território não impediu os mercadores de La Rochelle e outros portos de, a partir do século XVI, se iniciarem no tráfico negreiro para a América, em concorrência com os portugueses <sup>88</sup>. Não eram, mesmo assim, de esperar elevadas concentrações de escravos em França no século XVI.

Mas o mesmo não se pode afirmar relativamente aos estados italianos. Aí a tradição de emprego de cativos remontava à Antiguidade, sem interrupção durante a Idade Média. A sua situação geográfica, voltados para a costa africana e na passagem das correntes de tráfico da Rússia e do Mar Negro, tinham-nos tornado receptores privilegiados quer de cativos brancos quer sub-sarianos. Mesmo após a conquista de Constantinopla pelo império otomano, em 1453, a tomada da Crimeia e a consequente perda do entreposto genovês de Kafa, o estancamento dessa corrente de abastecimento foi compensado pelos mercados africanos. Veneza, Génova, Florença e mesmo Roma eram importantes centros de venda e uso de escravos <sup>89</sup>.

Em Génova, o *Liber sclavorum*, documento fiscal de 1458, enumerou 2.059 cativos, mas não incluiu os de algumas das famílias mais poderosas, isentas do imposto que originou esse levantamento. Por isso, Jacques Heers elevou aquele número para 3.000 escravos, o que perfaz 3 % da população urbana <sup>90</sup>. Nápoles albergava, de acordo com um testemunho dos começos do século XVII, 20.000 cativos <sup>91</sup>. Trata-se, por certo, de uma estimativa de tipo impressionista, mas não é inverosímil, dada a localização da cidade e o número dos seus habitantes, 275.000 em 1599, que a tornavam a maior

---

<sup>87</sup> - Jacques Heers, *Escravos e servidão doméstica ...*, p. 99-101 ; Hugh Thomas, *The slave trade*, p. 41 e 121.

<sup>88</sup> - Jean-Michel Deveau, *La traite rochelaise*, p. 15 ; Hugh Thomas, *The slave trade*, p. 153-154.

<sup>89</sup> - Hugh Thomas, *The slave trade*, p. 41-42.

<sup>90</sup> - Jacques Heers, *Escravos e servidão doméstica...*, p. p. 102 e 104.

<sup>91</sup> - Raffaella Sarti, “Eslavitud y religión en la Italia de la Edad Moderna”, p. 79-80; Michel Fontenay, “Il mercato maltese degli schiavi al tempo dei cavalieri di San Giovanni ( 1530-1798 )”, *Quaderni storici*, Roma, 2001, p. 410 ( Nota 10 ).

cidade do Ocidente <sup>92</sup>. Sendo aquele número verídico, era a cidade da Europa Ocidental com mais escravos em termos absolutos, embora o seu peso na população fosse inferior ao de Lisboa ( 7,27 contra 9,95 % ). Na segunda metade do século XV 83% dos cativos da cidade eram negros <sup>93</sup>, pelo que é de supor que na centúria seguinte continuassem a ser a maioria.

Outro grande centro de mão-de-obra cativa era Palermo, na Sicília, onde os escravos eram usados na exploração dos latifúndios e nos mais variados ofícios <sup>94</sup>. Com base num estudo de Charles Verlinden sobre um recenseamento feito num dos bairros da cidade <sup>95</sup>, Filipe Themudo Barata atribuiu 2.500 a 3.750 escravos à mesma em 1480, portanto, de 10 a 15 % dos seus 25.000 habitantes <sup>96</sup>. Antonino Giuffrida, com base no mesmo censo, admite que a cidade dispunha de 2.000 a 2.500 cativos no começo do século XVI e, de acordo com os dados de uma contagem de escravos do sexo masculino de 1565, entre 1.500 a 2.000 nesse ano <sup>97</sup>. Também nas ilhas Baleares – cuja população foi escravizada na altura da Reconquista e se localizava no coração do tráfico mediterrânico e da pirataria entre cristãos e maometanos - os cativos eram usados nas explorações agrícolas e no serviço doméstico, o que levava à sua utilização intensa, mas a exiguidade dos centros urbanos impedia aqui grandes concentrações <sup>98</sup>. Mesmo assim, os vários autores que estudaram a demografia escrava em Maiorca, de C.Verlinden e A. Santamaria a R. Soto e O. Vaquer, não hesitaram em atribuir à ilha percentagens entre

---

<sup>92</sup> - Bartolomé Bennassar, “ A expansão urbana ...”, p. 502.

<sup>93</sup> - Jean Devisse e Shuhi Labib, “ L’Afrique dans les relations intercontinentales », *Histoire generale de l’Afrique*, v. IV, p. 709.

<sup>94</sup> - Jacques Heers, *Escravos e servidão doméstica...*, p. 112 ; Raffaella Sarti, “ Esclavitus y religión...”, p. 77.

<sup>95</sup> - Charles Verlinden, *L’esclavage dans un quartier de Palerme*.

<sup>96</sup> - Filipe Themudo Barata, *Navegação, comércio e relações políticas : os portugueses no Mediterrâneo Ocidental ( 1385-1466 )*, p. 123-124.

<sup>97</sup> - Antonino Giuffrida, “ Schiavitù e mercato del lavoro nella Sicilia rinascimentale “, *Nuove effemeride*, nº. 54, p. 37.

<sup>98</sup> - Filipe Themudo Barata, *Navegação, comércio e relações políticas...*, p. 124 ; J. Heers, *Escravos e servidão doméstica...*, p. 112.

13 e 36 % da população total <sup>99</sup> nos últimos séculos medievais. A partir dos meados do século XV, no entanto, o seu número viria a diminuir drasticamente, em consequência da expansão turca no Mediterrâneo <sup>100</sup>.

Outra ilha mediterrânica que, como as restantes, recorria ao esforço dos cativos era Malta. Um estudo de Anne Brogini concluiu terem trabalhado, entre os meados e o fim do século XVI, de 400 a 1.800 escravos, grande parte deles como remadores de galeras, pertença da Ordem militar que governava a ilha, o que perfazia de 2 a 5,4 % da população <sup>101</sup>.

No entanto, a maior concentração europeia de escravos devia ser Istambul, a sua maior cidade, com cerca de 400.000 habitantes em 1520-1525 e talvez 700.000 no fim do século XVI <sup>102</sup>. Talvez aqui os 9.950 cativos de Lisboa tivessem que ser multiplicados várias vezes para atingirem o número dos que, nessa ínfima condição social – provenientes da Europa oriental e central, da Península Balcânica e do continente africano - serviam a população da urbe e o estado otomano. Mas os poucos estudos conhecidos neste domínio sobre a cidade e o império turco não permitem confirmar, para já, tal suposição <sup>103</sup>.

Mesmo Argel, no norte de África, considerada pelos cristãos um dos maiores redutos escravagistas do Mediterrâneo ocidental, não deve ter reunido, segundo Federico Cresti, mais que 6.000 a 7.000 cativos na época que estudamos <sup>104</sup>.

Para concluir e não considerando o caso de Istambul pode-se afirmar que Lisboa constituiu, no século XVI, não só a mais importante concentração de escravos da

---

<sup>99</sup> - Antoni Mas i Forners, *Esclaus i catalans. Esclavitud i segregació a Mallorca durant els segles XIV i XV*, p. 31-32.

<sup>100</sup> - Idem, p. 151.

<sup>101</sup> - Anne Brogini, “L’esclavage au quotidien à Malte au XVI.e siècle « , p. 2.

<sup>102</sup> - B. Bennassar, “A expansão urbana ...”, p. 503.

<sup>103</sup> - Alan W. Fisher, “Chattel slavery in the Ottoman empire “, *Slavery and abolition*, I, 1, 1980, p. 25-41.

<sup>104</sup> - Federico Cresti, “Gli schiavi cristiani ad Algeri in età ottomana : considerazioni sulle fonti e questioni storiografiche “, *Quaderni storici*, 107, fasc. 2, Roma, 2001, p. 431.

Península Ibérica mas também uma das maiores da Europa, sendo ultrapassada, nesta matéria, talvez só por Nápoles.

### **3.3 - Origem geográfica dos cativos**

Vejamos agora como era constituída essa população de acordo com as suas características físicas e origem geográfica.

Nem sempre as fontes se referem a esses aspectos ao mencionarem os cativos. As mais completas, nesse como noutros domínios, são os assentos notariais, praticamente todos com referência à cor e à origem e as mais lacónicas são os registos paroquiais, em que só para uma minoria dos indivíduos objecto de registo são fornecidos pormenores que os caracterizem. Se recorrermos, simultaneamente, às fontes notariais, paroquiais, municipais e ao Corpo Cronológico da Torre do Tombo, encontramos 707 escravos identificados pela cor e outras características ligadas à origem geográfica. Se os classificarmos com base nessa origem, próxima ou remota, podemos agrupá-los do modo seguinte :

<b>África sub-sariana -</b>	<b>510 ( 72,13 % )</b>
<b>Ásia -</b>	<b>160 ( 22,63 % )</b>
<b>Península Ibérica e norte de África –</b>	<b>37 ( 5,23 % )</b>

O primeiro grupo era largamente dominante. Devido à proximidade geográfica foram os povos africanos os mais atingidos pelos interesses conjugados de traficantes, estados e potenciais utilizadores da sua força de trabalho. Na maior parte dos casos são designados simplesmente por *pretos* e *negros*, quer fossem provenientes de África quer



nascidos já em território do reino. Outros são chamados *mulatos*, *pardos* ou *baços*, designações que realçam a sua natureza intermédia entre brancos e negros. A primeira era atribuída a mistos de branco e negro e teve inicialmente um sentido pejorativo, pois *mulato* era sinónimo de *mulo* ou *macho*, filho de cavalo e burra ou de burro e égua <sup>105</sup>, de algum modo uma união contra-natura, como a de raças diferentes. *Pardo* e *baço* são mais imprecisas, pois são extensivas aos indianos, pela sua tez escura e aos índios do Brasil <sup>106</sup>, embora possam também ser sinónimas de mulato. Mécia, “ *mulher mulata ou parda*”, casou na Sé em 1595 <sup>107</sup>. No mesmo ano, Pêro Meireles, “ *mancebo pardo ou mulato, como lá dizem* ”, casou com Catarina de Azevedo <sup>108</sup>. Em 1594 consorciaram-se António Rodrigues e Ana Álvares, “ *ambos pardos ou baços* ” <sup>109</sup>.

A classificação de *mulato* é por vezes acompanhada de outra, destinada a precisar melhor o respectivo grau de negrura ou brancura, tendo, nesses casos, a primeira apenas o sentido de misto: “ *mulato pardo*”, “ *homem baço e mulato*”, “ *mulato bem preto*”, “ *mulato alvo [...] que não parece mulato*” e “ *mulato branco*”. Mas também a condição de *pardo* podia ser melhor especificada se lhe fosse associado outro termo : “ *pardo e branco* ” <sup>110</sup>.

Outras vezes é indicada com mais pormenores a origem geográfica ou étnica dos africanos. Destacam-se os “ *pretos de Guiné*” e os “ *cafres*” da costa oriental de África e várias proveniências como Cabo Verde, S. Tomé, Benim, Manicongo, Angola e Moçambique. António Coutinho era “ *casta de Jalofo, bem preto [...] da província de*

---

<sup>105</sup> - António de Moraes Silva, *Grande dicionário da língua portuguesa*, v. IV, p. 35; Julio Izquierdo Labrado ( *La esclavitud en Huelva y Palos – 1570-1587*, p. 4 ) defende que o termo mulato teve origem no árabe “*muwallad*”, que significa mestiço de árabe e estrangeira. No entanto, em Portugal usava-se correntemente *mulato* como sinónimo de *mulo* ou *macho* - frequentemente só pelo contexto se consegue saber se o mesmo se refere a um animal ou a um ser humano – pelo que é aceitável ter sido aplicado também aos mistos de branco e preto.

<sup>106</sup> - Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, p. 69 ; Joaquim Barradas de Carvalho, *Esmeraldo De situ Orbis, de Duarte Pacheco Pereira*, p. 337.

<sup>107</sup> - E. Prestage e P. Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. I, p. 499.

<sup>108</sup> - Idem, p. 498.

<sup>109</sup> - Idem, p. 294.

*Arguim*” <sup>111</sup>. Justa Fernandes era “ *bem preta e dos dentes limados de Guiné*” <sup>112</sup>. Bastião, que morreu em 1600, tinha o apelido *da Mina* <sup>113</sup>. Fernão Sanches, mercador, mandou vir dois escravos de Cabo Verde, um deles “ *de casta papel ou biafar*” <sup>114</sup>.

Os *abexins*, da Etiópia, eram considerados indianos, como todos os habitantes de lugares a oriente do Cabo da Boa Esperança e, como tal, eram chamados *índios abexins*. O mesmo ocorria com outros lugares daquela costa, como “ *Mombaça, partes da Índia*”, onde nasceu Salvador, “ *amulatado de carapinha*” <sup>115</sup>.

Havia também *cafres da Índia*, talvez originários da costa oriental africana levados para a Índia e daí trazidos pelos portugueses, corrente de tráfico muito praticada, ou, simplesmente, cafres habitantes daquela parte da África, que era considerada Índia.

Muitos negros, porém, eram naturais de Portugal, nascidos de pais africanos ou com origem sub-sariana mais remota. Eram *crioulos do reino* e o seu número foi crescendo com o decurso dos anos, acabando por predominar sobre os naturais de África. Mesmo assim, em 163 casos em que foi possível conhecer o local do respectivo nascimento – uma pequena minoria – 91 tinham vindo de fora do reino e só 72 eram nele nascidos.

A existência de grande número de indianos na cidade provinha dos contactos comerciais e acções de soberania mantidos pelos portugueses nos seus domínios orientais. Como a venda de escravos era vulgar nos territórios do Índico, animando mercados como o da rua Direita, em Goa <sup>116</sup>, muitos portugueses faziam-se acompanhar

---

<sup>110</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Liv. 115, f. 99 v.

<sup>111</sup> - ADS, FN, Almada, Liv. 4/17, f. 22 – 1.10.1591.

<sup>112</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Liv. 9, f. 4 v. – 10.7.1572.

<sup>113</sup> - E. Prestage e P. Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. II, p. 457.

<sup>114</sup> - TT, FN, Cart. 7 A, Liv. 17, f. 111 v.

<sup>115</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Liv. 21, f. 31 – 28.7.1594.

<sup>116</sup> - J. H. van Linschoten, *Itinerário*, p. 148.

de numerosos cativos quando regressavam à pátria <sup>117</sup>, conservando-os depois ao seu serviço ou vendendo-os. Eram chamados *índios* e a indicação da sua proveniência evoca boa parte das regiões orientais tocadas pela influência portuguesa: Guzarate, Cananor, Malabar, Ceilão, Bengala, Pegu, Sião, Java e mesmo a China e o Japão. Alguns eram designados simplesmente por *índios de nação* ou juntavam a origem geográfica ao nome próprio, como Simão da Índia, escravo de Tristão de Mendonça <sup>118</sup>. Relativamente a outros as fontes incluem mais pormenores geográficos e de cor. É o que se passa com António Pereira, “ *casta bengala da Índia de cor baço* ” <sup>119</sup> e com António Rodrigues, “ *índio de casta chingala [ cingalês, do Ceilão ] baço* ” <sup>120</sup>. Manuel de Medeiros, ao regressar de Cochim ao reino, trazia “ *uma moça sioa* ” para servir a filha, freira em Évora <sup>121</sup> e André, “ *escravo pardo da Índia de nação jau* ”, casou na Sé em 1600 <sup>122</sup>.

Temos, no entanto, que admitir a hipótese de alguns dos *índios* mencionados pelas fontes serem ameríndios, pois a estes era extensiva essa designação <sup>123</sup>. Há referência à vinda para o reino de índios do Brasil ao longo da primeira metade do século XVI, embora em número limitado, por não serem considerados bons trabalhadores <sup>124</sup>. Tal é confirmado por Filippo Sassetti, ao defender que de todas as partes chegavam escravos a Portugal, excepto do Brasil : “ *porque [ os seus naturais ] são gente má e obstinada e, quando se vêem escravizados, logo fazem por morrer* ” <sup>125</sup>.

---

<sup>117</sup> - Idem, p. 312-313.

<sup>118</sup> - ADS, FN, Alhos Vedros, Liv. 2/4, f. 195 – 19.2.1587.

<sup>119</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Liv. 45, f. 14 v. – 1.9.1599.

<sup>120</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Liv. 43, f. 146.

<sup>121</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Liv. 44, f. 114 – 13.10.1598.

<sup>122</sup> - E. Prestage e P. Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. II, p. 303.

<sup>123</sup> - Pedro de Magalhães Gândavo, *Tractado da terra do Brasil*, B. N., Reservados, Cód. 552, f. 11, 11 v., 20 e 29 v.

<sup>124</sup> - Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva, *O império luso-brasileiro (1500-1620)*, Nova História da expansão portuguesa, v. VI, p. 212, 337, 341 e 405.

<sup>125</sup> - “ *Restami a dire degli schiavi, che da tutte queste parti ci sono condotti, salvo che del Verzino [...]; del Verzino non ce ne conducono, perchè e' sono gente cattiva, e ostinata, e come e' si veggono schiavi, si deliberano di morirsi, e viene loro fatto* ” ( Filippo Sassetti, *Lettere di ... sopra i suoi viaggi nelle indie orientali dal 1578 al 1588*, p. 25 ).

Eram certamente muito menos que os de proveniência oriental, cujas capacidades eram apreciadas e que chegavam às centenas nas naus da Índia, em maior número que os próprios portugueses, a ponto de a sua vinda acabar por ser limitada, em 1618, aos que pudessem participar no serviço de bordo <sup>126</sup>. O galeão S. João, que em 1552 transportava para o reino Manuel de Sousa de Sepúlveda e a família e naufragou na costa do Natal, trazia mais de 500 pessoas, 300 das quais escravos <sup>127</sup>, o que era vulgar.

Os chineses mencionados pelas fontes utilizadas são apenas cinco, uma ínfima minoria mesmo entre os de origem asiática. São designados por *chinos* ou *índios chinos*. Jean Mocquet, na relação da sua viagem pela África e Oriente, referiu-se ao interesse dos portugueses de Goa por escravos desta proveniência, devido à sua dedicação e habilidade, os quais adquiriam a traficantes de Cantão <sup>128</sup>. Alguns eram depois trazidos para o reino. Por isso em 1590 D. João da Costa e a sua mulher D. Maria de Aragão puderam alforriar Justa Camela, “ *índia china [...] já velha*” <sup>129</sup> e, passados 7 anos, faleceu António Pereira, “ *china do ilustríssimo Sr. Arcebispo*” <sup>130</sup>. Alexandre de Sousa declarou no testamento que trouxera da Índia “ *uma moça china*”, Apolónia, a quem deu a liberdade <sup>131</sup>.

Os japoneses são ainda mais raros, apenas três, nas fontes consultadas, o que não é alheio à proibição da escravização dos mesmos por D. Sebastião, em 1570 <sup>132</sup>. Essa proibição ficou a dever-se a não haver “*causas justificadas pera o tal cativo*” (provavelmente por não poder ser invocada a “*justa guerra*” como causa inicial da escravidão) e à dificuldade que a escravização acarretava à conversão dos japoneses em

---

<sup>126</sup> - *Systema ou collecção dos regimentos reaes*, tomo VI, p. 29-30, citado em Raffaella d’Intino, “A gente do mar na carreira da Índia”, *Pavilhão de Portugal- Expo 98*, p. 217.

<sup>127</sup> - Bernardo Gomes de Brito, *História trágico-marítima*, v. I, p. 31.

<sup>128</sup> - Jean Mocquet, *Voyage à Mozambique et Goa. La relation de Jean Mocquet (1607-1610)*, p. 135.

<sup>129</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Liv. 3, f. 61 v. – 30.7.1590.

<sup>130</sup> - E. Prestage e P. Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. II, p. 422 – 4.5.1597.

<sup>131</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Liv. 32, f. 6 v. – 1.6.1594.

<sup>132</sup> - *Boletim do Conselho Ultramarino – v. I – Legislação antiga (1446-1754)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p. 128-129 (Alvará de 20.9.1570).

geral. De acordo com o alvará de proibição, os escravos dessa origem seriam livres e os que os cativassem condenados à perda dos respectivos bens. Decerto por isso a viúva de Gaspar Gonçalves, piloto da carreira da Índia, deu alforria a Manuel, “ *índio de nação, natural de Japão*”, que o marido trouxera para Portugal e ela achava “ *não pode[r] ser cativo conforme ao costume das ditas partes e [...] ter escrúpulo nisso*” <sup>133</sup>. Outro caso encontrado foi o de Maria Pereira, “ *índia e japoá*”, pertencente a D. Filipa da Guerra, freira no mosteiro de Santos, em 1596. Aqui os escrúpulos da dona eram menores, pois a escrava já a servia havia mais de 20 anos e, mesmo assim, esta deu-lhe a liberdade só após a sua morte <sup>134</sup>. O terceiro foi Diogo, “ *japão que tira[va] a alvo do rosto*”, do vice-rei da Índia Matias de Albuquerque, que a sua mulher D. Filipa de Vilhena libertou por procuração do marido <sup>135</sup>.

Os escravos *brancos* <sup>136</sup>, *mouros* e *mouriscos* tinham origem na guerra de religiões entre a Cristandade e o Islão, que marcou a história do Mediterrâneo durante séculos. Até ao fim da Idade Média foi esta a principal componente da população cativa portuguesa. Só com o avanço da exploração da costa africana e a intensificação do tráfico de escravos foi suplantada pela dos negros. A sua proveniência eram os ataques às costas do norte de África, a partir das praças portuguesas ou do mar, o curso marítimo, o comércio e, a partir de 1568, ano da rebelião dos mouriscos do antigo reino de Granada, o aprisionamento das populações revoltosas e a sua venda como escravos.

A designação de *mourisco* é atribuída pelas fontes a todos os muçulmanos convertidos ao Cristianismo, quer fossem de origem peninsular quer do norte de África, do império turco ou da Índia, estes chamados *mouriscos índios*. Era o caso de António Luís, escravo de D. António, Prior do Crato, “ *mourisco natural da cidade de*

---

<sup>133</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Liv. 120, f. 11 v. – 25.9.1598

<sup>134</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Liv. 111, f. 128 – 7.2.1596.

<sup>135</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Liv. 87, f. 82 v. – 23.5.1590.

*Marrocos*” que o dono trouxera de Tânger <sup>137</sup> e de Filipa, “*mourisca de nação*” que tinha “*a garganta em lavor à guisa de Berberia*”, recém-convertida <sup>138</sup>. Mas havia também *mouriscos de Granada* e dois *granadios* que, em 1571, andavam fugidos de Lisboa aos respectivos donos e foram presos em território castelhano <sup>139</sup>. E *brancos mouriscos*, como Pedro de Almeida, “*homem branco e mourisco [...] alvo e louro*”, cativo do arcebispo D. Jorge de Almeida <sup>140</sup>. A designação de *mouro* referia-se aos que continuavam a praticar o Islamismo.

---

<sup>136</sup> - Também em Castela o termo *branco*, quando atribuído a escravos, correspondia vulgarmente a *mouro*, segundo a opinião de Vicenta Cortés ( *La esclavitud en Valencia*, p. 62 ).

<sup>137</sup> - ADS, FN, Almada, Liv. 1 / 4 f. 86 – 3.12.1575.

<sup>138</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Liv. 94, f. 118 – 5.11.1591.

<sup>139</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7<sup>A</sup>, Liv. 5, f. 106 – 10.9.1571.

<sup>140</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7<sup>A</sup>, Liv. 69, f. 150 – 26.4.1585.

## 4 - EMPÓRIO NEGREIRO

O historiador brasileiro Luís Felipe de Alencastro chamou à Lisboa dos séculos XVI e XVII “ *capital negreira do Ocidente*” <sup>1</sup>, procurando destacar a proeminência da cidade na posse de escravos e no negócio da escravatura, sobretudo de origem africana. Quanto ao primeiro desses séculos, além de ter contado, como se viu, com uma das maiores, senão a maior concentração de escravos negros da Europa, foi também, como se confirmará a seguir, a principal porta de entrada dessa mão-de-obra na Península Ibérica e noutros países do continente, além de ter funcionado como sede financeira e administrativa do tráfico atlântico destinado às Américas. A esses temas dedicaremos, então, o presente capítulo.

### 4.1 – *Modalidades de aquisição*

Os escravos podiam dar entrada no património dos senhores de diversas maneiras. Uns nasciam em casa, de escravas suas e de pais, na maior parte dos casos, incógnitos, outros eram herdados de ascendentes, ou recebidos, em conjunto com outros bens, como dote de casamento ou doação em vida, enquanto outros ainda eram comprados. As formas da respectiva aquisição pelos proprietários eram semelhantes às dos outros bens *semoventes* – os que se moviam por si próprios – ou seja, dos animais que os mesmos possuíam, nascidos de progenitores igualmente pertencentes aos seus donos. Também esses, quando vinham ao mundo, passavam de imediato a integrar um património, podendo ser vendidos, doados e legados em testamento.

---

<sup>1</sup> - Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico sul. Séculos XVI-XVII*, p. 77.

A reprodução natural do efectivo de escravos à disposição de cada senhor baseava-se numa tradição que remontava à Antiguidade e que fazia com que o filho de uma cativa nascesse também cativo <sup>2</sup>. O princípio romano estabelecido a este propósito – *partus sequenter ventrem* – fundamentava-se em razões práticas, a certeza da identidade materna em oposição à paterna – *mater semper certa, pater nunquam* <sup>3</sup> – que, a não serem adoptadas, dificultariam o cativo de muitos recém-nascidos. Mas nem sempre assim sucedeu. Entre os visigodos só eram livres os filhos de mãe e pai simultaneamente livres, herdando, em caso contrário, a pior condição dos dois progenitores <sup>4</sup>. E na Florença do século XIV era automaticamente livre, de acordo com uma lei de 1363, o filho de pai livre, independentemente da condição materna <sup>5</sup>. Na opinião de Alessandro Stella, este particularismo incentivava ao abandono pelos donos, na roda dos expostos, dos filhos das suas cativas, que o eram também, frequentemente, de si próprios ou dos seus familiares, o que os tornava motivo de vergonha sem poderem ser úteis como escravos <sup>6</sup>.

Tal não parece ter sucedido em Portugal, onde era vulgar os cativos nascerem e serem criados em casa dos donos, sendo isso motivo reforçado para, mais tarde, lhes darem a alforria, o que já ocorria também na antiga Grécia, sendo esses escravos especialmente acarinhados pelos donos <sup>7</sup>. Também em Lisboa abundavam as declarações de afecto por cativos nascidos no domicílio dos senhores, em cartas de concessão de liberdade que chegaram ao nosso tempo. Simão Gonçalves, porteiro da Relação, tinha uma escrava preta, que sua mulher criara em casa, Luísa, mãe, por sua

---

<sup>2</sup> - Henri Wallon, *Histoire de l'esclavage dans l'Antiquité*, p. 91, 178-179 e 363-364.

<sup>3</sup> - António Manuel Hespanha, “Luís de Molina e a escravização dos negros”, *Análise social*, nº. 157, p. 947.

<sup>4</sup> - Gama Barros, *História da administração pública em Portugal*, v. IV, p. 70-71; Manuel Heleno, *Os escravos em Portugal*, p. 66-67.

<sup>5</sup> - “*Et partus natus conditionem patris sequatur. Et si ex patre libero nascatur talis natus liber efficiatur ipso facto, et sit in omnibus et per omnia et quo ad omnes et ac si ex famula libera natus esset* ». Citado por Alessandro Stella, « Des esclaves pour la liberté sexuelle de leurs maîtres », *Clio*, nº. 5, 1997.

<sup>6</sup> - Alessandro Stella, *Idem*.

<sup>7</sup> - Henri Wallon, *Histoire de l'esclavage dans l'Antiquité*, p. 179.



vez, de uma mulata de 16 anos, Inês, que eles também criaram “*como filha*”. A jovem cativa nascera, dada a sua origem mista, de pai branco, que não conhecemos, muito provavelmente livre. Tendo em consideração o amor que tinham a ambas, os donos deixaram-nas forras, à sua morte, sem contrapartidas <sup>8</sup>. E a viúva de Lourenço de Sousa, que fora aposentador-mor do rei, libertou Luísa e Catarina da Silva, ambas brancas - embora uma fosse “*mais alva*” que a outra - e as duas nascidas de duas pretas igualmente suas escravas, Domingas e Brísida. Também neste caso não é dito de quem provinha a cor mais clara das duas jovens mulatas, mas isso provavelmente valeu-lhes a alforria, que a dona lhes concedeu, com efeitos imediatos e sem contrapartidas. A outra motivação foi o tê-las criado em casa, facto que mencionou na respectiva carta <sup>9</sup>. Bastantes exemplos semelhantes a estes podiam ser dados.

O nascimento de novos escravos no âmbito doméstico era facto trivial e resultava de relações sexuais mantidas pelas suas mães dentro e fora da casa dos senhores. Os registos paroquiais de baptismo mostram à evidência que a grande maioria dos escravos levados à pia da respectiva freguesia tinha pai desconhecido ou não declarado, o que significa que eram fruto de relações extra-conjugais. Ou o nome do progenitor masculino era simplesmente omitido, o caso mais comum, ou era substituído por expressões como *pater incertus*, *pater ignoratur*, *pater est occultus*, *não tem pai*, *sem pai* e outras equivalentes, enquanto o nome da mãe cativa e do respectivo dono eram sempre claramente expressos, como para assinalar o surgimento de mais um servo no património do seu senhor.

Como se verá em capítulo próprio, o casamento dos escravos, embora previsto e defendido pela Igreja, não só não era incentivado como era dificultado por muitos proprietários, pelas limitações que lhes traria à completa disponibilidade dos mesmos.

---

<sup>8</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 64, f. 23 – 24.7.1584.

<sup>9</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Liv. 31, f. 11 v. – 29.4.1578.

Dá que a maioria dos cativos nascesse, face aos padrões do tempo, de forma irregular, o que não parece ter preocupado os respectivos donos.

Algumas vozes da época insinuaram mesmo que essa situação era a mais vantajosa para os senhores, que admitiam a liberdade sexual das escravas para poderem lucrar com o nascimento dos seus filhos, que poderiam vir a utilizar pessoalmente ou vender no momento oportuno. Foi isso que defendeu Clenardo, com escândalo, junto do seu amigo Látomo, ao descrever o papel dos cativos em Portugal : *“Os mais ricos têm escravos de ambos os sexos e há indivíduos que fazem bons lucros com a venda dos filhos das escravas nascidos em casa. Chega-me a parecer que os criam como pombas para levar ao mercado. Longe de se ofenderem com as ribaldias das escravas, estimam até que tal suceda [...]”*<sup>10</sup>.

Não foram só estrangeiros a notar e condenar a atitude interesseira e amoral dos senhores de escravos. O religioso português Frei Francisco da Conceição, na sua memória ao concílio de Trento, já referida, criticou o desleixo das autoridades eclesiásticas do seu país quanto à instrução religiosa dos cativos e a complacência dos senhores em relação ao concubinato dos mesmos, que favoreciam pelo interesse no nascimento de novos escravos, como se de um rebanho se tratasse<sup>11</sup>. O crítico relator, homem de letras e que veio a ser bispo coadjutor de D. Frei Baltasar Limpo, na diocese de Braga, com o qual esteve no concílio, era natural de Serpa, no Alentejo<sup>12</sup>, vila com

---

<sup>10</sup> - “ *Nam qui ditiores sunt, plures etiam possident utriusque sexus ; quidam etiam non exiguum quaestum faciunt e vernis natis, ut mihi tanquam columbas alere videantur, et adeo non offendi ancillae concubitu, ut etiam admissariis equis gaudeant [...]*” ( Alphonse Roersch, *Correspondance de Nicolas Clénard*, Tome I, p. 54 ). Tradução de Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal. I – Clenardo e a sociedade portuguesa*, p. 253-254, com alterações.

<sup>11</sup> - “ *Eisdem passim a dominis permittitur concubinatus, et aliquando fidelis cum infideli, nonnumquam liberi cum servo. Hoc autem ideo libenter a dominis permittitur, ut hac via ex servorum procreatione ( ac si arbores essent) augeant domi vernáculos aut eorum venditione sibi pecunia accrescat. Ex quo permissu et communi consuetudine seu corruptela persuasum habent ipsi apud se servi licere eis eiusmodi fornicarios concubitus, quod est contra fide.*” ( Franciscus de Conceptione, *Annotationes in abusus sacramentorum*, publicado por Alessandro Dell’Aira, “ Schiavitù : il silenzio del Concilio di Trento”, *Nuove effemeridi*, nº. 54, p. 60.

<sup>12</sup> - Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca lusitana* ( 1747), tomo II, p. 135.

importante papel no tráfico transfronteiriço de escravos, numa região onde a escravatura tinha importância económica, pelo que devia saber do que falava.

Mas a referência mais grave à prática portuguesa de promover a reprodução da população escrava à margem da moral vigente – quer para substituição do efectivo disponível pelos senhores quer, eventualmente, com fins comerciais – partiu do italiano João Baptista Venturino da Fabriano, que acompanhou e descreveu a viagem a Portugal do cardeal Miguel Bonello, enviado papal à corte de D. Sebastião, em 1571. O respectivo manuscrito, da Biblioteca da Ajuda, foi traduzido e publicado por Alexandre Herculano, com lacunas, uma das quais na parte referente ao tema que nos interessa, cuja passagem o historiador apenas resumiu por estar escrita, como afirmou, numa linguagem “*bastante solta*”<sup>13</sup>.

O trecho em causa, efectivamente redigido num estilo cru e pouco previsível no cronista de um legado papal, descreveu as particularidades e riquezas dos domínios do duque de Bragança, em cuja corte de Vila Viçosa o cardeal fora recebido com pompa. Depois de se referir às pedreiras de mármore e à vegetação desse território, acrescentou: “*Tem criação de escravos mouros, alguns dos quais são reservados unicamente para fecundação de grande número de mulheres, como garanhões, tomando-se registo deles como das raças de cavalos em Itália. Deixam essas mulheres ser montadas por quem quiserem, pois a cria pertence sempre ao dono da escrava e diz-se que são bastantes as grávidas. Não é permitido ao mouro garanhão cobrir as grávidas, sob pena de 50 açoites, apenas cobre as que o não estão, porque depois as respectivas crias são vendidas por 30 ou 40 escudos cada uma. Destes rebanhos de fêmeas há muitos em Portugal e nas Índias, somente para a venda de crias, como se disse.*”

---

<sup>13</sup> - Alexandre Herculano, *Opúsculos*, v. VI, p. 65-66.

O relator concluiu a referência com ironia: “ *Creio que muitos têm inveja destes mouros garanhões* “ <sup>14</sup>.

Por maior estranheza que nos possa causar esta descrição, não parece lícito duvidar-se totalmente da sua veracidade. O processo não era provavelmente tão formalizado como o cronista italiano procurou fazer crer, havendo exagero no relato, o que não é de admirar por ser vulgar em estrangeiros de visita a Portugal, relativamente a tudo quanto viam de novo.

Muitos portugueses residentes nos domínios ultramarinos serviam-se de escravos durante o tempo em que permaneciam nesses territórios, obtendo-os por compra, na maioria dos casos, ou porque nasciam de escravas suas. Quando regressavam, era vulgar trazerem-nos consigo. Desse modo entravam no reino cativos de procedência por vezes longínqua, mas que não tinham chegado a mudar de proprietário. Um exemplo, entre muitos, foi o de Manuel de Medeiros, vedor da Fazenda na cidade de Cochim, que embarcou na nau Nossa Senhora da Luz, de regresso a Portugal, em 1596. Além de peças de roupa e talheres de prata que encomendara na China com as suas armas, que mencionou no testamento mandado fazer à saída da Índia, trazia consigo vários “*cafres*” e “ *uma moça sioa*”, seus escravos <sup>15</sup>. Também com Alexandre de Sousa vieram da Índia “ *um moço*” chamado Luís, “ *uma moça*” de nome Inês e um outro, Chatim <sup>16</sup>. A Francisco Colaço, criado de D. Luís de Sousa, fugiu uma escrava quando ele vinha de S. Tomé, ao embarcar, a qual ele mandou vir depois, “*na primeira*

---

<sup>14</sup> - “ *Há razza de mori schiavi, alcune de quali sono riservati solamente per gli impregnatori di molte donne, o per stalloni, facendosi appunto di loro, come delle razze de cavalli in Itália. Lasciani dette donne cavalgare da chi lor pare, perche sempre il parto è del padrone della schiava, e dicono, ne sono tante pregne. Ne é lecito allo stallone moro di cavaleare le pregne, Sotto pena di 50 azzottabe, ma cavalea solamente le non pregne, per che ne vendono poi gli allevini, chi 30 chi 40 scudi l'uno ; e di q' ti armenti di femmine ve ne sono molti in Portogallo, e nell'Indie, solo per vendere gli allevini, com'è detto. Credo che molti abbino invidia a qualli stalloni mori.*” ( *Relazione del viaggio fatto dall ...Fr. Michele Bonello Cardinale Alessandrino ... legato alli Serenis.me Re di Francia, Spagna e Portogallo ... descritto da Mes.r Gio. Battista Venturino da Fabriano l'anno 1571* – Biblioteca da Ajuda, *Rerum lusitanicarum*, v. 3, p. 295-295 v. ( Tradução nossa ).

<sup>15</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 9, Liv. 44, f. 114 – 13.10.1598.

<sup>16</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 7, Liv. 32, f. 6 v. – 1.6.1594.

*embarcação*”<sup>17</sup>. Mas muito pior aconteceu a Constantino Barbosa de Carvalho, que vinha de Pernambuco para Portugal com “*dous escravos, um macho e uma fêmea e outro fato*” e morreu na viagem, pois “*caiu da nau ao mar*”. Os escravos foram descarregados na “*ilha da Palma*”, nas Canárias, onde a viúva do falecido os mandou recolher<sup>18</sup>. Outro exemplo ainda foi o do bombardeiro Pêro Francisco, que trouxe Maria, sua escrava, de Moçambique e a confiou à guarda de um atafoneiro de Alfama, morador ao chafariz dos Cavalos, enquanto ia a Guimarães, de onde era natural. Acabou por morrer na viagem e a escrava foi entregue a uma filha bastarda, de 6 anos<sup>19</sup>.

Alguns cativos eram mandados para o reino ainda antes do regresso dos seus senhores, para servirem familiares próximos, como esposas e filhos. Desse modo recebeu a mulher de António Machado, residente em Goa, “*um escravo por nome Pedro e [ ...] mais uma peça de damasco encarnado*”, pela nau S. Simão, vinda no ano de 1597<sup>20</sup>. Gaspar Rodrigues, piloto dos Rios de Guiné, enviou à mulher a sua preta Maria, para “*ter a seu serviço ou pera aquilo que lhe a ela comprisse*”<sup>21</sup>. João Fernandes e Pêro Gonçalves, ambos residentes na ilha de S. Tomé, mandaram às mulheres uma escrava preta em 1593, mas o navio em que vinha “*foi roubado de ingleses*”, indo depois parar a Cabo Verde, onde as suas donas trataram de a arrecadar<sup>22</sup>. E Luís Ferreira, habitante de Faro, reclamou em 1597 a negra Maria Belém que, segundo ele, a mãe lhe enviara de S. Tomé<sup>23</sup>.

De outras vezes eram moradores do reino que mandavam vir escravos que possuíam nos seus domínios do Ultramar, como Gomes Rodrigues Milão, cavaleiro fidalgo residente em Lisboa, junto à porta de Santa Catarina, que esperava receber

---

<sup>17</sup> - TT, FN, Cart. 1, Cx. 1, Liv. 3, f. 74 – 2.1.1576.

<sup>18</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 9, Liv. 44, f. 106 v. – 6.10.1598.

<sup>19</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 8, Liv. 41, f. 68 – 5.2.1597.

<sup>20</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 25, Liv. 118, f. 66 v. – 3.9.1597.

<sup>21</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 3, Liv. 12, f. 110 v. – 16.5.1592.

<sup>22</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 10, Liv. 36, f. 46 – 19.12.1597.

<sup>23</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 25, Liv. 118, f. 65 v. – 2.9.1597.

Grácia, sua jovem cativa, vinda da sua fazenda do Charco, em Cabo Verde, num barco “*que tomaram os ingleses*”, sendo a escrava lançada por estes na ilha de S. Jorge, dos Açores. O senhor mandou então vendê-la <sup>24</sup>. Como neste caso, também Francisco de Oliveira, que foi feitor da Mina, apenas recebeu os 30.000 reais correspondentes ao valor de duas cativas que lá deixara em poder de um morador e que, quando este morreu, mandou vender <sup>25</sup>.

Os escravos nascidos na casa dos senhores eram, como bens do seu património, transmitidos por morte aos respectivos herdeiros. Por isso, a herança era uma forma vulgar de adquirir cativos. Quando D. Catarina Pereira faleceu, em 1586, deixou em testamento cinco escravas a quatro pessoas : à irmã Joana Pereira ficaram Catarina e Grácia, à irmã Ana Pereira legou Leonarda, ao irmão António de Sousa Coutinho mandou dar Camília e a Pêro de Anaia, aparentemente amigo, deixou Briolanja, para que o servisse até que se casasse ou fosse para a Índia <sup>26</sup>. D. Margarida de Meneses, filha de D. João Telo de Meneses, herdou dele três cativas, Antónia de Mendonça, Grácia Henriques e Grácia de Meneses <sup>27</sup>.

Alguns escravos herdados por proprietários portugueses estavam nos territórios de Além-Mar, como sucedeu com Luzia e os seus filhos António, Catarina e Leonor, a viver em S. Tomé, que foram herdados por uma cunhada do seu dono, moradora em Lisboa, quando o mesmo faleceu naquela ilha. Esta, Catarina Eanes, mandou-os buscar a todos, para que a servissem durante 10 anos, como tinha sido vontade do seu senhor <sup>28</sup>. D. Cezília de Meneses, recolhida no mosteiro de Santos, herdou uma escrava do seu tio D. Luís de Meneses, falecido na Índia <sup>29</sup>.

---

<sup>24</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 3, Cx. 11, Liv. 41, f. 91 v. – 29.10.1598.

<sup>25</sup> - TT, FN, Cart. 1, Cx. 6, Liv. 27, f. 109 v. – 7.7.1592.

<sup>26</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Maço de Folhas soltas, f. 14 do 1º. conjunto – 14.2.1586.

<sup>27</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 3, Liv. 15, f. 61 v. – 6.6.1586.

<sup>28</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 11, Liv. 38, f. 30 v. – 2.4.1598.

<sup>29</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 13, Liv. 61, f. 13 – 26.3.1584.

Quando a morte do proprietário obrigava a inventário de bens e consequentes partilhas, os escravos, se existiam, figuravam nos lotes a atribuir. Assim, ao falecer Maria Vicente de Torres, viúva do doutor João de Araújo e ao proceder-se à partilha do património do casal, entre os bens que couberam à filha Ana de Araújo figuravam Domingas Luís, escrava mulata, avaliada em 40.000 reais, assim como Catarina e Ana, brancas, suas filhas de 5 e 2 anos, com o valor de 25.000 e 12.000 reais, respectivamente <sup>30</sup>. E também a Ana Pais, moça da câmara da infanta D. Maria e moradora nos paços de Santos, assim como a seus irmãos, coube em partilhas Justa Fernandes, preta da Guiné, por morte do seu pai André Gonçalves <sup>31</sup>.

Mas os escravos podiam também ser transmitidos por doação em vida. Essa era uma forma de o dono de um cativo obsequiar alguém ou alguma instituição com quem se considerasse em dívida. Isso fez o padre António Mendes, de Évora, mandando buscar a Lisboa um escravo que lhe tinha fugido, para o dar à Irmandade de Santo António <sup>32</sup>. Entre as esmolas recebidas pela Ermida de Nossa Senhora da Atalaia, no Montijo, figuravam, além de jóias, gado e tecidos, também escravos, como refere a visitação ao templo feita em 1512 pelo mestre de Santiago D. Jorge de Lencastre <sup>33</sup>. Francisco Rodrigues Teixeira, beneficiado na igreja da Conceição da cidade de Angra, da ilha Terceira, mas que residia em Lisboa em 1597, doou à sua mãe um escravo de 18 a 20 anos que trouxera de Angola <sup>34</sup>. O próprio rei recorria a este meio para gratificar alguns servidores ou honrar os familiares. D. Manuel I fez mercê, em 1510, ao seu moço da câmara Francisco de Abreu de um escravo no valor de 6.000 reais <sup>35</sup> e D. João

---

<sup>30</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 9, Liv. 42, f. 51 v. – 21.5.1597.

<sup>31</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 2, f. 4 v. – 10.7.1572.

<sup>32</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 272, f. 64 v. – 19.9.1592.

<sup>33</sup> - Maria Ângela Beirante, “Um santuário de romaria no tempo da expansão : Nossa Senhora da Atalaia ( Montijo ) ”, *Revista Portuguesa de História*, Nº. 36, v. 1, p. 176 e 190.

<sup>34</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 9, Liv. 32, f. 92 – 5.4.1597.

<sup>35</sup> - TT, CC, P. 1, Maço 9, Doc. 103 – 25.11.1510.

III mandou dar à sua mulher D. Catarina, para a servirem, três cativas, Catarina, Filipa e Maria <sup>36</sup>. Em 1553 a mesma rainha ofereceu três escravos ao rei de Castela <sup>37</sup>.

Noutras ocasiões a doação substituía outras formas de dispêndio que o doador não queria ou não podia efectuar. Em 1583 Idónio Jorge, do termo de Ourém, achando-se na impossibilidade de livrar da prisão o seu escravo António, por ser “ *homem pobre*” e que “ *gastar[i]a mais em seu livramento do que val[ia] o dito escravo*”, doou-o ao doutor Gaspar Campelo, juiz do Crime em Lisboa <sup>38</sup>, que certamente se encontrava em melhores condições de conseguir a libertação do cativo. O mercador Fernão Gomes e a mulher, moradores na travessa do Hospital dos Palmeiros, eram donos de uma escrava preta, que faleceu deixando uma criança de 2 meses. Os donos deram-na, então, a criar a Olalha Rodrigues, mulher de um lavrador de Santo António do Tojal, a quem, anos depois, doaram a escravinha, aparentemente em pagamento da despesa que tinham tido em a criar <sup>39</sup>.

Não deixou margem para dúvidas a doação, em 1583, de Domingas, “*menina de cinco ou seis meses, bem preta*” feita por Diogo Lobo, filho de um boticário de Lisboa, a Vicente Fernandes, trabalhador residente na Póvoa de D. Martinho de Castelo Branco, do termo da cidade e à sua mulher, Filipa Lopes, “*pela criação que lhe havia de fazer*” esta última. A intenção não pôde ser mais clara : “*a qual Domingas lhe dou dada pela criarem [ ... ] sem que em nenhum tempo será pedida*”. A doação foi feita a 15 de Março desse ano e, apesar da clareza do seu objectivo, cinco meses depois, a 23 de Agosto, a criança foi vendida por 1.500 reais a um estalajadeiro da mesma localidade

---

<sup>36</sup> - TT, CC, P. 1, Maço 51, Doc. 113 – 21.11.1533.

<sup>37</sup> - TT, CC, P. 1, Maço 88, Doc. 67 – 20.7.1553.

<sup>38</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 11, Liv. 53, f. 4 v. – 19.1.1583.

<sup>39</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 1, Liv. 5, f. 85 v. – 6.11.1571.



com a justificação ( provavelmente o pretexto ) de que o beneficiário da doação “ *a não pod[ia] criar nem sustentar* ” <sup>40</sup> .

Os cativos desempenhavam um importante papel, como confirmaremos mais à frente, no serviço interno da casa dos senhores, fosse na cozinha, em trabalhos de limpeza, transporte de água e muitos outros. Quando um novo lar se constituía, pelo casamento, num meio social relativamente elevado, os pais dos noivos procuravam garantir o seu conforto e comodidade através do dote, estipulado numa convenção antenupcial reduzida a escritura pública, em que cada parte declarava com que bens, rendas ou importância em dinheiro contribuiria para viabilizar a nova família. Era frequente serem aí incluídos escravos, em conjunto com terras, casas, mobiliário e peças de roupa. É o que podemos observar no dote que Beatriz de Almeida, já viúva, atribuiu a Violante de Almeida, sua filha, para casar com Nicolau de Andrade. Além de casas e terras, deu-lhe “ *cinco peças de escravos, a saber, Sebastiana, Gabriela, Cristóvão, Gaspar e Domingos* ” <sup>41</sup> . Com cinco cativos ao serviço o novo casal não precisaria, provavelmente, de contratar nenhum criado, o que era uma vantagem apreciável.

A filha do “ *pedreiro* ” – certamente mestre construtor – António Vicente, morador em S. Vicente de fora, casou com Fernão Lopes, do lugar da Pedreira, termo da cidade. Os seus pais dotaram-na “ *com vinte mil reais em dinheiro ou uma escrava que os valha, qual eles noivos mais quiserem* ”. Na hipótese, no entanto, de preferirem os 20.000 reais teriam que “ *compr[ar] deles uma escrava para os servir e assi todas as cousas necessárias para sua casa, de cama e vestidos e mais pertenças, conforme a sua qualidade* ”. A mãe do noivo dar-lhe-ia uma propriedade agrícola <sup>42</sup> . Este exemplo confirma a importância atribuída aos servos nas casas abastadas. Por isso, quando Catarina Franca casou com Jorge Fernandes, marinheiro da carreira da Índia, o seu pai,

---

<sup>40</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 12, Liv. 57, f. 66 v. – 23.8.1583.

<sup>41</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 5, Liv. 22, f. 13 – 9.2.1589.

<sup>42</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 3, Liv. 13, f. 136 v. – 3.11.1573.

viúvo, deu-lhe em dote “ *cento e cinquenta mil reais e uma escrava e um vestido* ” que fora da mãe <sup>43</sup>. E Catarina Brandoa recebeu da tia Francisca Brandoa 45 cruzados em casas e terras e 800.000 reais “ *em móveis, convém a saber, tapeçaria e alcatifas e outros móveis de casa e duas escravas* ” para casar com D. Jorge Henriques, da vila das Alcáçovas mas com casas de morada em Lisboa, na rua da Figueira <sup>44</sup>.

A *escravidão por dívidas*, vulgar na Antiguidade e na Idade Média, atingia os que, devendo determinada importância e não tendo condições para a pagar, eram condenados a servir o credor pelo tempo correspondente ao valor devido, avaliado no salário correspondente. Havia também quem se submetesse voluntariamente a essa forma de cativeiro, para solver uma dívida. Esta escravidão era, pela natureza da respectiva causa, sempre temporária. Deve ter sido muito rara no Portugal moderno, atendendo a que conhecemos um só caso que pode ser integrado nessa modalidade. O seu protagonista foi Bastião, negro forro e antigo escravo do Correio Mor Luís Homem. Já depois de liberto, indo um dia “ *por uma rua correndo um cavalo* ”, derrubou uma moça que encontrou no caminho e quebrou-lhe uma perna, do que ela ficou aleijada. O castigo foi ser açoutado e condenado a pagar à vítima vinte cruzados e as custas do processo. Como não tinha por onde pagar tal quantia, ficou preso na cadeia da cidade até o poder fazer. Em carta dirigida ao governador da Casa do Cível de Lisboa, de 1536, D. João III, na intenção de abreviar alguns casos relativos a presos da mesma, ordenou o seguinte quanto a este caso: “ *Este negro hei por bem, se nom tiver por onde pagar a dita condenação, que seja entregue ao pai da dita moça aleijada, se ele o quiser tomar, o qual, querendo ter, o poderá trazer preso ou solto, como quiser, como seu cativo e ganhará para a dita moça até ser entregue da dita condenação e custas e o que ele ganhar se depositará e guardará para a dita moça aleijada. E acabando de pagar nom*

---

<sup>43</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 6, Liv. 20, f. 30 – 30.3.1594.

<sup>44</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 9, Liv. 44, f. 11 v. – 4.9.1598.

*será mais obrigado e ficará livre*”. O soberano terminou o despacho chamando a atenção do governador para que mandasse acompanhar o assunto de forma a que não fosse levado ao escravo “ *duas vezes o seu serviço*” <sup>45</sup>. Tratou-se de verdadeira escravidão por dívidas, pois a sua vítima era um liberto, portanto já livre da escravatura efectiva e que foi novamente submetido a ela, por um tribunal, em pagamento de uma dívida e só durante o tempo indispensável à respectiva solvência. O pai da jovem, vítima da imprudência do antigo liberto, adquiriu assim um cativo por tempo limitado.

Uma das mais importantes modalidades de aquisição de escravos era a compra. Os cativos tanto podiam ser comprados no território do reino e na própria cidade de Lisboa, aos respectivos donos - que os podiam ter, por sua vez, adquirido para revenda, ou tê-los criado em casa – como podiam vir de fora, das regiões em que se praticava o tráfico de seres humanos.

#### ***4.2 – Importação dos escravos***

Muitos dos cativos vindos dos territórios ultramarinos, através de doação, herança ou mesmo por encomenda dos seus donos, eram depois transaccionados por estes ou os seus familiares, integrando-se num comércio de reduzida escala e âmbito meramente local. Devem ser exemplos dessa actividade de pequeno porte mas de frequência quotidiana a venda de Maria, escrava índia, pela viúva de Bartolomeu Dias, piloto da carreira do Oriente, a Paulo Manrique, cavaleiro fidalgo<sup>46</sup> e o cativo comprado pelo tabelião Francisco Dias ao piloto Vicente Viana <sup>47</sup>. Noutras ocasiões os escravos vendidos já tinham nascido em Portugal, frequentemente na casa dos donos, e o âmbito geográfico das transacções alargava-se também. Em 1577 o proprietário da vila de

---

<sup>45</sup> - Biblioteca Pública de Évora, Cód. CV / 2 – 11, f. 226 – 28.5.1536.

<sup>46</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 13, Liv. 59, f. 1 – 10.12.1583.

<sup>47</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 5, Liv. 26, f. 2.

Arruda Luís Segurado vendeu Francisca, “ *crioula deste reino*” mas “ *bem preta*”, a Antónia Pereira, viúva e residente em Lisboa <sup>48</sup>. Embora grande fornecedora de escravos ao resto do reino, a cidade também os recebia de outras terras, em consequência de negócios que faziam deslocar os cativos de um raio pouco superior a umas escassas centenas de quilómetros, como do Alentejo ou do Algarve. De Évora recebeu o livreiro Salvador Martel uma escrava comprada ao sirgueiro António Lopes <sup>49</sup>, assim como João Vaz, “ *criado do cardeal Infante*”, uma outra fornecida por uma viúva dessa cidade <sup>50</sup>. E a João Ruivo, de Lagos, adquiriu também um cativo o lisboeta Martim Quaresma <sup>51</sup>.

Outras vezes procedia-se a vendas sucessivas, quer dentro quer para fora de Lisboa, como sucedeu quando o sapateiro Simão Rodrigues vendeu uma escrava a Diogo Mendes Pinto, cavaleiro da casa do Cardeal, sendo ambos moradores na cidade, e este último a revendeu a Estêvão da Rocha, de Setúbal <sup>52</sup>. O mesmo acontecia em sentido contrário, do que são prova as vicissitudes por que passou Grácia, “ *mourisca de Granada*” – por isso chegada a Portugal certamente após vendas sucessivas – que foi comprada pelo cónego eborense Jorge de Moura a um morador de Beja e depois vendida em Lisboa a Gaspar Ciniga, biscainho <sup>53</sup>.

Grande consumidora de mão-de-obra, nomeadamente escrava, a maior cidade do reino recorria a todas as vias e fontes para a conseguir, o que não impedia que fosse sobretudo fornecedora de cativos ao restante país, funcionando como entreposto de recepção e redistribuição dos mesmos. Frequentemente, quem os comprava revendia-os novamente, muitas vezes, como veremos, para o território castelhano.

---

<sup>48</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 6, Liv. 25, f. 93 v. – 8.5.1577.

<sup>49</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 5, f. 25 v. – 24.12.1544.

<sup>50</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 83, f. 66 – 29.12.1562.

<sup>51</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 11, Liv. 52, f. 8 – 8.11.1582.

<sup>52</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 6, Liv. 27, f. 170 – 4.9.1577.

<sup>53</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 260, f. 77 v. – 23.1.1587.

Dessas vendas para fora da cidade abundam exemplos nas fontes da época, como no caso de uma estalajadeira residente à Porta do Mar que transaccionou uma escrava doente com Francisco Carrilho, de Montemor-o-Novo, o que fez com que o mesmo viesse a demandá-la perante a justiça <sup>54</sup>. Em 1590 a viúva Guiomar Lopes, residente na rua do Alcaide Velho, da freguesia de S. Miguel, nomeou um morador de Aljubarrota para vender um índio que lhe pertencia <sup>55</sup>. E, dois anos depois, o padre Gaspar Lopes, capelão do rei, encarregou um camareiro do duque de Aveiro, residente em Setúbal, de tratar da venda de um seu preto de S. Tomé <sup>56</sup>. A um vizinho da mesma vila, Fernão Luís, foram vendidas seis peças de escravos pretos da Guiné, em 1580, pelo mercador lisboeta José Fernandes, residente à Porta de Santa Catarina <sup>57</sup>.

Essas transacções em pequena escala, normalmente de um único indivíduo, tinham origem, muitas vezes, em circunstâncias de natureza variada, alheias ao simples interesse económico dos seus donos, que faziam com que esses escravos entrassem no mercado. Foi o caso de dois cativos de Violante Vaz, Vitória e um filho, que foram vendidos por ordem da justiça em pagamento de uma dívida da sua dona <sup>58</sup> e o de Máximo, do humanista André de Resende, cujo mau relacionamento com o célebre mestre e escritor levou a que este o mandasse vender depois da sua morte, para que não viesse a prejudicar o filho <sup>59</sup>. A tentativa de fuga aos donos era também motivo para a venda de numerosos escravos, que por essa razão perdiam a confiança dos senhores, os quais preferiam desfazer-se deles a correrem o risco de novas evasões e dos consequentes prejuízos.

---

<sup>54</sup> - BN, Reservados, Fundos notariais de Montemor-o-Novo, Maço 5, Liv. 3, f. 33 – 10.11.1597.

<sup>55</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 2, Liv. 5, f. 19v. – 24.11.1590.

<sup>56</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 4, Liv. 13, f. 57 v. – 15.7.1592.

<sup>57</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 8, Liv. 40, f. 121 – 4.9.1580.

<sup>58</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 5, Liv. 21, f. 16 v. – 16.11.1575.

<sup>59</sup> - Francisco Leitão Ferreira, “Vida de André de Resende”, *Arquivo Histórico Português*, v. IX, p. 226.

No entanto, toda a actividade comercial que se desenvolvia na cidade em redor da mão-de-obra escrava - fosse ela directamente vinda de além fronteiras ou tivesse já nascido no reino - tinha como fonte original, permanente e abundante, as sucessivas cargas de cativos chegadas dos territórios ultramarinos. Ao longo da centúria de que aqui tratamos esses territórios foram sobretudo a costa da Guiné - através de Arguim e de Cabo Verde - e S. Tomé - intermediária entre o Benim, o Congo e S. Jorge da Mina - sem esquecer o norte de África e a própria Índia.

Quanto ao Brasil, ele mesmo consumidor de cativos, a entrada em Portugal de nativos do seu território deve ter sido escassa, apesar das facilidades concedidas aos colonizadores para os enviarem para o reino. Em 1554 D. João III autorizou um cavaleiro da sua casa, que ia como capitão para o Brasil, a resgatar no território 12 peças de escravos por ano, enquanto lá servisse, das quais poderia enviar duas para o reino, sem pagar direitos nem frete do navio <sup>60</sup>. No entanto, a quase mudez das fontes a respeito da sua presença no território é prova da fraca procura do seu trabalho e também, provavelmente, da sua inadaptação ao meio europeu. Vitorino Magalhães Godinho estima em apenas algumas dezenas por ano a entrada de escravos ameríndios <sup>61</sup>. Mesmo assim, chegaram-nos referências a algumas importações, como na já mencionada nau Bretoa, armada em 1511 para carregar pau-brasil, pelos capitalistas Fernão de Loronha e Bartolomeu Marchione e que transportou 35 índios no regresso <sup>62</sup>. Parte dos cativos brasileiros, a exemplo do que se passava com os de outras proveniências, era destinada ao restante território ibérico, como os 85 escravos “ *de la isla de Brasil*” que em 1516 deram entrada em Valência e dos quais morreram mais de

---

<sup>60</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 63, f. 84 – 14.6.1554.

<sup>61</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 166-168.

<sup>62</sup> - Filipe Nunes de Carvalho, “ Do descobrimento à União Ibérica”, *O Império luso-brasileiro*, p. 95.

20 ainda antes de terem sido vendidos <sup>63</sup>. Em 1530 foram manifestados na alfândega de Lisboa, para cobrança da dízima, 10 escravos “ *das Antilhas*”, chegados certamente nalgum navio proveniente das Índias ocidentais. Os nomes de alguns dos donos – como *Nicolau de Portilho, Alonso Galego, Alonso Rodrigues e Anrique de S. Felizes* ( com as inevitáveis deturpações ) - fazem supor a sua nacionalidade castelhana <sup>64</sup>.

Não muito vulgar devia ser também a vinda de negros da América, idos de África ou já nascidos em território americano e posteriormente trazidos pelos donos para o reino. Quando André Gomes Pereira vinha de Pernambuco na sua nau *Nossa Senhora da Alegria* para Lisboa, onde morava, foi tomado pelos “ *cosairos*”, que levaram a nau e fazenda “ *para a Rochela*” e entre ela “*muitos escravos e escravas*” que trazia na mesma<sup>65</sup>. A data adiantada da ocorrência, 1591, quando a escravização dos ameríndios estava praticamente proibida, leva a concluir que se tratava, provavelmente, de africanos.

#### 4.2.1 - Arguim

O papel da feitoria de Arguim no fornecimento de escravos ao reino foi estudado por António de Almeida Mendes, que concluiu ter o tráfico desta proveniência crescido até 1518-1525, tendo em 1519 entrado na Casa da Mina e Índia 1496 cativos, mantendo-se a nível semelhante até 1535-1540. A grande maioria das viagens identificadas por este autor deslocaram para Portugal mais de 100 escravos cada uma <sup>66</sup>. A partir dessa época, no entanto, a feitoria seria vítima do corso castelhano com base

---

<sup>63</sup> - Vicenta Cortés, *La esclavitud en Valência durante el reinado de los Reyes Católicos ( 1479-1516 )*, p. 471.

<sup>64</sup> - TT, Núcleo antigo, nº. 548, f. 5 v. e 36-37.

<sup>65</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 20, Liv. 93, f. 83 – 5.7.1591.

<sup>66</sup> - António de Almeida Mendes, “ Portugal e o tráfico de escravos na primeira metade do século XVI”, *Africana Studia*, nº. 7, p. 19-21 e 29-30.

nas ilhas Canárias, entrando em acelerado declínio <sup>67</sup>. Mesmo assim não deixaria de fornecer escravos ao reino. Em 1550 o respectivo capitão, Cristóvão de Rosales, mandou dez peças à Casa da Mina <sup>68</sup>. E ainda em 1590-1591 Belchior de Landim, que ocupava o mesmo cargo, enviava escravos para o reino, alguns deles destinados à família <sup>69</sup>. A disponibilidade em peças de cativos deste capitão e feitor de Arguim devia-se a ele dispor, tal como os antecessores, de um ordenado anual de 120.000 reais e de 1% de tudo o que resgatasse, sendo-lhe tudo pago em escravos, à razão de 9.600 reais por peça <sup>70</sup>. Podia também resgatar “*de sua roupa*”, ou seja, a título de subsídio para vestuário, oito peças de escravos por ano <sup>71</sup>, além de dispor de uma escrava e dois escravos para o seu serviço, com a condição de estes não serem naturais da terra <sup>72</sup>. Dos escravos que obtivesse por conta do seu ordenado pagaria os direitos correspondentes quando eles chegassem à Casa da Mina, com base no valor atrás indicado, mas não dos que resgatasse a título do referido subsídio. Os escrivães da feitoria eram também autorizados a resgatar, igualmente “*de sua roupa*”, duas peças de escravos por ano, sem disso pagarem impostos. Isso foi concedido pelo rei, em 1566, a Miguel Ribeiro, moço da sua câmara e nomeado para aquele cargo <sup>73</sup> e, dez anos depois, a António da Silva <sup>74</sup>. Esses escravos destinavam-se, sem dúvida, a entrar no circuito comercial, podendo parte deles vir para o reino.

Esse privilégio era também concedido a pessoas que nada tinham a ver com a administração da feitoria, mas que o rei desejava brincar com essa mercê, provavelmente para as recompensar de algum serviço. Foi certamente o caso do doutor

---

<sup>67</sup> - Idem, p. 28.

<sup>68</sup> - TT, CC, Parte 1, Maço 3, Doc. 118 – 26.12.1550.

<sup>69</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Liv. 1, f. 54 – 20.3.1590 ; ADE, FN, Évora, Liv. 223, f. 130 v. – 1.8.1591.

<sup>70</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Doações, Liv. 17, f. 98 v. – 20.10.1587.

<sup>71</sup> - Idem, Liv. 12, f. 354 v. – 20.10.1587.

<sup>72</sup> - Idem, Liv. 12, f. 355 – 20.10.1587.

<sup>73</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, Liv. 5, f. 114 – 15.9.1566.

<sup>74</sup> - Idem, Doações, Liv. 40, f. 158 v. – 30.10.1576.



Cristóvão Esteves, do Conselho de D. João III e Desembargador do Paço, ao qual foi autorizado que mandasse resgatar a Arguim, todos os anos, quatro peças de escravos, “*de sua roupa*”, livres de direitos. A concessão foi transferida dos Rios da Guiné, onde antes estava em vigor por outra provisão, para Arguim <sup>75</sup>, sem dúvida a pedido do beneficiário.

#### 4.2.2 - Cabo Verde e Guiné

Quanto a Cabo Verde, os negros daí provenientes eram previamente resgatados nos chamados Rios de Guiné pelos moradores da ilha de Santiago, de acordo com o privilégio que tinham obtido da Coroa em 1466. E embora uma carta outorgada por D. Afonso V em 1472 viesse restringir a importação de escravos aos que os colonos usassem nas suas próprias culturas, impedindo, portanto, a reexportação para fora do território insular, este tráfico continuou a processar-se como até aí. Os cativos, nas primeiras décadas do século XVI, eram enviados para Portugal e para Castela, com escala, por vezes, na Madeira e nas Canárias, onde parte da carga era vendida <sup>76</sup>. Pertenciam aos moradores do arquipélago, que os transaccionavam com os mercadores europeus implicados nesse tráfico, ou à Coroa e, neste caso, provinham da cobrança dos impostos do quarto e vintena, pagos pelos moradores sobre os produtos com que traficavam, e das rendas devidas pelos contratadores dos direitos régios <sup>77</sup>. António de Almeida Mendes admite que o número de cativos entrados em Portugal, com esta procedência, rondaria os mil por ano nas primeiras décadas de Quinhentos <sup>78</sup>.

---

<sup>75</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 4, f. 78 – 2.10.1539.

<sup>76</sup> - Maria Manuel Ferraz Torrão, “ Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução”, *História geral de Cabo Verde*, v. I, p. 237-240 e 294-295.

<sup>77</sup> - Idem, p. 297.

<sup>78</sup> - António de Almeida Mendes, ob. cit, p. 22.

Em Dezembro de 1515 saiu do porto da Ribeira Grande para Portugal o navio *Santa Maria da Conceição* com couros e 67 peças de escravos : 30 com o genovês António Dória – incluindo “ *muitos mininos e homens de idade*” – 19 com Álvaro Rodrigues, 5 com outros dois portugueses e as restantes 13 pertencentes ao mestre e marinheiros. Parte dos cativos destinava-se a ser vendida nas Canárias <sup>79</sup>. Em 1530 o rei ordenou ao seu almoxarife de Tavira a entrega do valor de 50 escravos que tinham ido ter à cidade vindos de Cabo Verde <sup>80</sup>.

Muitos eram também os que davam entrada por intermédio de traficantes privados, quer do arquipélago quer de Lisboa. Se boa parte vinha sem destino ainda determinado, sendo vendida, após a chegada, aos eventuais interessados, outros estavam já encomendados por moradores da cidade. Observemos alguns exemplos, em documentos da segunda metade de Quinhentos.

Belchior Dias comprometeu-se a trazer dos Rios da Guiné à viúva Francisca Jorge uma escrava de 12 a 14 anos. Mas como, depois disso, foi preso no tronco passou, em 1574, o encargo a Pêro Lopes, residente em Lisboa e dono do navio *Santo António*, prestes a seguir viagem para a região. Este ficou de trazer a jovem cativa em conjunto com os seus próprios escravos, marcada na espádua direita com a mesma marca que mandaria pôr aos mesmos. O risco da viagem, “ *assi do mar e franceses e doença*”, seria da destinatária <sup>81</sup>. O escrivão do mesmo navio, Garcia de Veigas, recebeu de Rui Lopes da Costa, mercador da Rua Nova, 21.500 reais, que empregou “ *em mercadorias para resgate de escravos das ditas partes de Guiné*”, com o fim de lhe trazer três peças, duas fêmeas e um macho de 18 a 25 anos, “ *bem ajeitados, sãos e sem aleijão nem desformidade nem enfermidade e sem dente menos e os dentes não serão limados*”. Quando os embarcasse no navio, marcá-los-ia no ombro direito “ *com três riscas que*

---

<sup>79</sup> - *História geral de Cabo Verde – Corpo documental*, v. II, p. 383-386.

<sup>80</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 45, Doc. 78 – 23.7.1530.

<sup>81</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 4, Liv. 16, f. 26 v. – 16.6.1574.

*signifiquem um homem*”<sup>82</sup>. Temos aqui o dono do navio e um membro da tripulação a intervirem no comércio negreiro, o que era vulgar.

Do ano seguinte chega-nos o eco de outra encomenda. O mercador da Rua Nova dos Ferros Fernão Sanches dera 19.000 reais em mercadorias a Duarte de Aro, estante em Cabo Verde, para ele adquirir, “*com o principal e ganhos*” - ou seja, com esse capital mais os lucros da venda dos produtos – duas peças de escravos “*biafares*”, uma moça de 18 anos e um negro de 18 a 20, “*de casta papel ou biafar*”. Estando o negócio terminado, o mercador mandou cobrar o que lhe pertencia<sup>83</sup>. Anos depois foi Joane Mendes de Meneses, membro do conselho régio, que mandou uma encomenda de farinhas para Cabo Verde, ao fidalgo Fernão Vaz de Sequeira, para este lhe enviar em troca “*certos escravos*”<sup>84</sup>.

Uma procuração de 1586 dá-nos conta do acordo negociado entre Garcia Ribeiro, estante no Rio de S. Domingos, partes da Guiné e um grupo de lisboetas: Isabel Gomes, viúva de Gaspar Álvares de Tânger, Mécia Barbosa, mulher do licenciado Aires de Ilhoa, estante na Índia, Gabriel Ribeiro, Rui Gomes Bravo, Vicente Fernandes de Azamor e Maria Brandoa, viúva de Gil Pinto. Em virtude do mesmo Garcia Ribeiro enviou para o reino, na nau *Loreto*, 19 peças de escravos, além de cera, marfim, arroz, balaios e gamelas, mas o barco veio a perder-se no mar e as mercadorias vendidas na ilha do Fogo<sup>85</sup>. Neste caso, os escravos encomendados tanto podiam ser destinados a uso próprio pelos seis moradores de Lisboa, cabendo, *grosso modo*, três a cada um, como a serem vendidos. Outro exemplo é o de duas viúvas, moradoras ao Chafariz dos Cavalos, que confiaram “*umas cortinas de olanda*” ao genro de uma delas, Tristão

---

<sup>82</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 4, Liv. 16, f. 29 v. – 18.10.1574.

<sup>83</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 4, Liv. 17, f. 111 v. – 5.1.1575.

<sup>84</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Maço “Folhas soltas”, 1º. Conjunto, f. 154 – 18.11.1586.

<sup>85</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 3, Liv. 17, f. 25 v. – 10.12.1586.

Barreto, residente em Cabo Verde, com o que ele “*fez uma escrava*”, que em 1592 estava prestes a embarcar para Lisboa <sup>86</sup>.

António Manso, morador em Lisboa, regressou em 1596 dos Rios da Guiné com um lote de escravos. Desses, enviou dois para Cádiz e Sevilha no navio *Santo António*, que ia carregado de tabuado. Mas o navio naufragou na costa do Algarve, salvando-se, no entanto, os cativos, que foram entregues às justiças de Faro, onde o dono os mandou buscar <sup>87</sup>. Mais longe foram ter sete peças de escravos enviadas por Diogo de Torres da Guiné para Lisboa, onde estavam sua mulher e filha. Fosse por acaso ou de propósito, por ser destino mais vantajoso, as mesmas acabaram por ir parar “*a S. Domingos, porto das Índias de Castela*”, e foram aí vendidas <sup>88</sup>. O mercador Manuel Ribeiro, morador na Madalena, vendeu uns escravos no mar “*à frota dos castelhanos*”, dos que trazia de Cabo Verde e Rios de Guiné. Outro foi comprado por um vizinho de Portimão <sup>89</sup>.

Algumas encomendas feitas por moradores de Lisboa tinham por objectivo, portanto, satisfazer a procura castelhana desta mão-de-obra. Exemplo desse destino comercial foi o pequeno cativo, de 10 anos, que o bispo de Limoges, embaixador francês em Castela, recebeu do seu colega em Portugal Jean Nicot, em resultado de uma encomenda que lhe fez. Para o obter, este serviu-se de um clérigo beneficiado residente em Cabo Verde, que lhe assegurou possuir a criança todas as condições requeridas <sup>90</sup>.

Quando os escravos não vinham previamente encomendados, aqueles que os traziam procuravam colocá-los no mercado, de modo a recuperarem os investimentos feitos. Foi o que sucedeu com Gil Álvares e Martim Luís, ambos do Porto, mestre e contramestre, respectivamente, do navio *Nossa Senhora da Boa Viagem*, que venderam

---

<sup>86</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 3, Liv. 12, f. 21 v. – 3.4.1592.

<sup>87</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 9, Liv. 32, f. 40 v. – 15.3.1597.

<sup>88</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 6, Liv. 20, f. 140 v. – 25.6.1594.

<sup>89</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 66, f. 109 v. – 22.12.1584.

<sup>90</sup> - Edmond Falgairolle, *Jean Nicot, Jean Nicot, ambassadeur de France en Portugal au XVI.e siècle. Sa correspondance diplomatique inédite*, p. 116-117.

em 1597 um escravo “ *de casta de Guiné*”, de 15 a 18 anos, a Manuel Teixeira, de Lisboa <sup>91</sup>.

Mas nem todas as cargas humanas vindas da Guiné tinham por meta Lisboa ou Portugal. Além das que eram encaminhadas para a outra margem do Atlântico – de que trataremos mais à frente – havia as que se dirigiam directamente a Castela, grande importadora desta mão-de-obra. Em 1514 e 1515 saíram da Ribeira Grande os navios castelhanos *Santa Maria* e *Santa Ana*, para o seu país de origem, respectivamente com 46 e 82 peças de escravos <sup>92</sup>. É também exemplificativo de tal destino negreiro o acordo estabelecido pelos contratadores de Cabo Verde, Bernardo Ramires, Diogo Fernandes de Lamego e Rui Gomes, além do contratador principal Álvaro Mendes de Castro, com o mestre e senhorio do navio *Nossa Senhora do Cabo*, Leonardo da Silveira, residente em Alfama. Segundo os termos do negócio, este devia dirigir-se a Cabo Verde a carregar 100 peças de escravos, que levaria a Sevilha. O mestre teria direito a 1.450 reais de frete por cada peça que chegasse viva ao destino e a duas peças livres de direitos <sup>93</sup>.

#### 4.2.3 - S. Tomé

A função de S. Tomé foi inicialmente, como já foi descrito, a de servir de base de concentração dos escravos adquiridos no Benim e do seu envio regular para S. Jorge da Mina, onde os mesmos eram trocados por ouro com os mercadores africanos. De acordo com o Regimento dado ao feitor deste entreposto, em 1529, só deviam entrar no circuito comercial as peças “ *boas e de receber*”, excluindo-se as que, pela sua menor qualidade – velhos, doentes ou defeituosos – fizessem baixar o nível da oferta e o futuro dos

---

<sup>91</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 25, Liv. 117, f. 132 v. – 12.4.1597.

<sup>92</sup> - *História geral de Cabo Verde. Corpo documental*, v. II, p. 250-251 e 265-266.

<sup>93</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 12, Liv. 56, f. 16 – 25.5.1583.

resgates. Estes escravos seriam encaminhados para o reino, com destino à Casa da Guiné, ou entregues aos moradores da cidade de S. Jorge para os servirem por períodos de dois anos, findos os quais eram destinados também a Portugal <sup>94</sup>. Não devia, por isso, ser demasiado elevado o número de cativos “ *de refugo* ” chegados ao país pela via da Mina.

Mas da ilha partiriam também directamente cativos para o território português. As fontes da primeira metade de Quinhentos referem-se à concentração de escravos “ *pera mandar à Mina e pera as Antilhas e pera Portugal* ” <sup>95</sup>. A esse tráfico se reportava também o Regimento dado por D. Manuel I ao feitor do “ *trato dos escravos da ilha de São Tomé* ” Álvaro Frade, em 1519, com indicações relativas à forma de transportar os cativos destinados ao reino, nomeadamente os que pertenciam à Coroa: “ *que tragam os navios que andarem à carreira suas pontes solhadas de tavaoado de pau branco, que há lá muito, pera virem os escravos bem guardados do frio e chuiva e suas camas feitas do dito tavaoado, debaixo da coberta e, além disso, mui bem providos de inhames e azeite de palma, caroço e banana e alguma malagueta e seus paus pera roer* ”. O regimento ressaltava também a inconveniência de transportar para o reino escravos doentes, pelo perigo de morrerem na viagem, devendo ficar na ilha até se curarem.

Havia também os que faziam parte do soldo das tripulações que serviam nos navios do resgate, pilotos, mestres, marinheiros e grumete, que os podiam enviar para Portugal <sup>96</sup>. Manuel Fernandes, piloto do navio *Santa Maria da Boa Esperança*, “ *que anda[va] no trato dessa ilha pera os Rios* ”, reclamou ao rei, em 1532, o pagamento de seis peças de escravos do seu ordenado, que havia 5 anos que lhe eram devidas <sup>97</sup>.

---

<sup>94</sup> - J. Ballong-wen-Mewuda, *S. Jorge da Mina*, v. I, p. 176.

<sup>95</sup> - TT, CC, Parte II, Maço 161, Doc. 91, f. 12, referido por Catarina Madeira Santos, “ A formação das estruturas fundiárias ... : São Tomé, primeira metade do século XVI ”, *Studia*, nº. 54-55, p. 80.

<sup>96</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria Africana*, v. IV, *África Ocidental( 1469-1599)*, p. 124-133.

<sup>97</sup> TT, CC, Parte I, Maço 50, Doc. 27 – 2.11.1532.

De escravos do rei, vieram em 1515 no navio *Santa Catarina* 78 escravos mandados a D. Manuel, pela via de S. Tomé, por “*El Rei de Manicongo*” (D. Afonso)<sup>98</sup>, que foram vendidos<sup>99</sup>. Entre 1525 e 1527 o feitor de S. Tomé, Manuel Vaz, mandou à Casa da Mina, em vários navios, 555 escravos, dos quais 249 morreram na viagem e 3 foram vendidos nos Açores<sup>100</sup>. Em 1533 chegaram à Casa da Índia num navio do rei, o *Bom Jesus*, 150 peças<sup>101</sup>. Em 1566 o cardeal D. Henrique recomendava ao vedor da Fazenda D. Francisco de Faro a maior diligência na arrecadação dos direitos da coroa referentes a uma carga de escravos chegados de S. Tomé, atendendo a que eram muitos<sup>102</sup>.

Mas havia igualmente o trato realizado por particulares, com objectivos comerciais. Fernão Mendes Pinto incluiu na *Peregrinação* o assalto, ao largo da costa portuguesa, de um corsário francês a uma nau de Vila do Conde que andava fretada por mercadores de Lisboa, quando a mesma voltava para o reino vinda de S. Tomé “*com muitos açúcares e escravaria*”. A crer no relato do autor, deve ter ocorrido cerca de 1531<sup>103</sup>. Mas vejamos alguns exemplos das últimas décadas do século. Em 1571 o mestre e proprietário da nau *Misericórdia*, residente em Azurara, do termo do Porto, mandou cobrar ao padre João Álvares, morador em Aldeia Galega, o que este lhe devia de lhe ter trazido de S. Tomé 27 peças de escravos<sup>104</sup>. Tendo em conta o seu número e a condição do destinatário, o objectivo desta encomenda era, sem dúvida, a venda dos cativos. Seis anos depois concluía-se o acordo entre Diogo Martins, mercador de Lisboa e Manuel de Vargas, mercador da cidade que fora por escrivão de um navio que andara a comerciar na costa africana. O primeiro adiantara-lhe “*certas mercadorias de*

---

<sup>98</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana*, v. I, p. 339.

<sup>99</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 18, Doc. 116 – 4.10.1515.

<sup>100</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 47, Doc. 97 – 13.11.1531.

<sup>101</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 57, Doc. 58.

<sup>102</sup> - Maria Alice Beaumont, *Cartas e alvarás dos Faros da Casa Vimieiro*, p. 105.

<sup>103</sup> - Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, p. 14.

<sup>104</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 1, Liv. 6, f. 18 – 10.12.1571.

*diversas sortes*” - no valor total de 184.999 reais - que Vargas lá vendera, empregando “*o procedido*”, ou seja, o dinheiro apurado, “*na ilha de S. Tomé em peças de escravos*” que trouxera depois para Lisboa. Como o acordo chegou a bom termo, deram um ao outro quitação das respectivas obrigações <sup>105</sup>. Não conhecemos o número de escravos entrados na cidade em resultado deste negócio, num navio que provavelmente trouxe mais peças, por intermédio de outros participantes na viagem e às ordens de outros armadores.

Ao contrário do exemplo anterior, a viagem empreendida pela nau *Nossa Senhora da Ajuda*, em 1584, teve S. Tomé por destino directo. O senhorio da mesma, Gaspar Rodrigues, simultaneamente seu mestre e piloto, morador em Lisboa, recebeu 50.000 reais em mercadorias apropriadas para vender na ilha, do mercador lisboeta Heitor Coronel. Nos termos do contrato, devia levá-las àquela ilha e “*beneficiá-las*”, ou seja, vendê-las com lucro, empregando o que conseguisse “*em escravas fêmeas de quinze até vinte anos*”, que traria directamente à cidade para serem vendidas. Todas as cativas deviam vir marcadas no braço esquerdo com marca diferente das outras pertencentes ao mestre, o que mostra que não constituíam o único lote do carregamento. Provavelmente Gaspar Rodrigues armara à sua custa parte da expedição, mas recorrera a outros financiadores para completar a armação, um deles Heitor Coronel. Quando o navio chegasse e as cativas fossem vendidas, retirariam do apuro os 50.000 reais do investimento, mais as despesas e repartiriam “*o líquido que fica[sse] e Nosso Senhor de[sse]*” por ambos, em partes iguais, uma a título do dinheiro aplicado pelo capitalista e a outra, de Gaspar Rodrigues, “*por razão do seu trabalho e indústria*”. O risco ficava à conta do primeiro. Seguia também na nau um irmão do mestre, Belchior Rodrigues, que se responsabilizaria pela parte do primeiro se ele próprio não o pudesse fazer, por

---

<sup>105</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 7, Liv. 30, f. 19 v. – 20.12.1577.



qualquer motivo, o que evidencia o carácter familiar destas empresas, como se verá noutros casos. É também de realçar o facto de se tratar de importação de escravas, o que mostra o carácter doméstico de grande parte da escravatura portuguesa, pois estas se destinavam, provavelmente, a trabalhar nesse âmbito <sup>106</sup>.

O exemplo seguinte confirma a implicação do clero, nomeadamente do alto clero, no tráfico de cativos. O bispo de S. Tomé D. Martinho de Ulhoa encontrava-se no reino em 1591, depois de uma permanência de cerca de seis anos na diocese insular <sup>107</sup>. Ao que parece o uso do cargo foi proveitoso, pois acumulara na ilha “ *muitos escravos e escravas*”, certamente em propriedades agrícolas que também detinha. O documento de que aqui tratamos mostra que, em Fevereiro desse ano, negociou com Jorge Rodrigues Solis, residente em Lisboa, à porta do Mar, a venda de 150 “ *peças de escravos, machos e fêmeas, dos que est[avam] na dita ilha ou lhe vie[ss]em de fora*”. Tal como outros grandes proprietários de roças, dedicadas à produção de açúcar e outros produtos alimentares, o bispo recebia regularmente novos cativos, quer das costas do golfo da Guiné quer do Congo e de Angola, que provavelmente utilizava na exploração das mesmas e que também traficava para fora do arquipélago. As peças foram vendidas a 7.500 reais cada uma, somando 125.000. Esta importância foi paga pelo comprador – que as destinava ao mercado negreiro em funcionamento na cidade – não ao bispo mas sim ao mercador Manuel Fernandes Anjo, morador ao Poço da Fótea, com quem D. Martinho estava em dívida no mesmo valor, talvez por o mesmo o financiar nos seus empreendimentos comerciais. O contrato incluiu a cláusula de que todos os cativos do bispo já carregados para Lisboa, ou outro porto do reino, desde Outubro do ano anterior

---

<sup>106</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 65, f. 89 v. – 26.9.1584.

<sup>107</sup> - Segundo Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, v. II, p. 717, este bispo foi sagrado em 1577 mas foi para a diocese só em 1584. Voltando para o reino em 1590, teria logo renunciado ao cargo. Mas em Fevereiro de 1591 ainda surgia como tal no documento aqui apresentado.

pertenceriam já a Jorge Solis, o que prova que o tráfico negreiro constituía uma actividade regular do bispo, não se reduzindo ao negócio em presença <sup>108</sup>.

Em 1594 Bartolomeu Coelho, morador em S. Tomé mas a residir temporariamente em Lisboa, vendeu 12 peças de escravos, 11 machos e uma fêmea, ao fidalgo Gaspar de Sousa Lobo, as quais lhe mandou vir para a cidade <sup>109</sup>. Tratava-se de um português radicado na ilha, ou de um luso-descendente, dedicado ao comércio com o reino e certamente com outros territórios, em que se incluíam escravos. O comprador deve também ter destinado parte do lote que recebeu à revenda na cidade, ou para fora, pois, com excepção da primeira nobreza, não era habitual uma família portuguesa, mesmo fidalga, possuir escravos em tão elevado número. Outro eco do tráfico em massa de cativos entre S. Tomé e Portugal por estes anos chega-nos de Gaspar Antunes, “*mestre piloto da carreira de S. Tomé*”, morador em Vila do Conde, que em 1597 trazia a sua nau *S. Tiago* “*carregada de escravos*” daquela ilha. Por razões que desconhecemos, ao passarem pelo cabo de S. Vicente “*foram botados os escravos que trazia na dita nau*” e levados a Lagos, ficando ao cuidado de um marinheiro da mesma. O mareante vilacondense residia temporariamente em Lisboa, com Gaspar Rodrigues, carpinteiro da Ribeira. Sobre o destino de uma das cativas houve desentendimento entre um morador de Faro e outro de Torres Vedras, pois ambos se achavam com direito à mesma, o que mostra que parte da carga era constituída por encomendas <sup>110</sup>.

Esses escravos, já previamente destinados a certas pessoas, resultavam, frequentemente, de pequenos negócios contratados por moradores de Lisboa e do resto do reino com os mestres e tripulantes de navios da carreira que ligava Portugal à ilha. É exemplo desse tipo de comércio o acordo entre Francisco de Almeida, cavaleiro fidalgo de Lisboa e o bombardeiro do galeão *S. Bartolomeu* Belchior Ribeiro. Em 1591 este

---

<sup>108</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 20, Liv. 92, f. 30 v. – 5.2.1591.

<sup>109</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 22, Liv. 103, f. 116 – 25.6.1594.

<sup>110</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 25, Liv. 118, f. 65 v. – 2.9.1597.

recebeu do primeiro um moio de farinha de trigo do Alentejo, um quarto de vinho, um quarto de azeite e 18 queijos flamengos, tudo no valor de 42.300 reais, para levar a S. Tomé, para onde seguia. Na ilha venderia esses artigos e empregaria a importância obtida “ *em escravaria ou açúcares*”, trazendo-lhe de volta dois escravos, “ *bem afigurados e direitos*”, um do sexo masculino, de idade até 18 anos e uma escrava de 15, marcados com marca própria, desenhada numa carta que lhe mandaria entregar <sup>111</sup>. Gaspar Fernandes, tanoeiro residente em Lisboa, encarregou Pedro Álvares, piloto da carreira de S. Tomé, de lhe negociar na ilha uma quarta de vinho e meia quarta de farinha e conseguir em troca uma peça de escravo <sup>112</sup>. E o mercador Jorge Someriti confiou ao mestre da nau *Nossa Senhora da Nazaré* 10.000 reais “ *em pregadura da terra de galeota grande*”, para lhe trazer de S. Tomé um escravo ou escrava de idade até 16 anos <sup>113</sup>.

Uma forma aparentemente original de conseguir comprar alguns escravos foi aquela a que recorreu Rui Gomes, morador de Coima mas temporariamente a residir em Lisboa. Em 1585 entregou Pêro Machado, seu mulato, ao arcediogo da sé de S. Tomé, Francisco Manuel, que estava prestes a iniciar viagem para o arquipélago, para que o fizesse lá trabalhar durante quatro anos e o que ganhasse fosse empregue em escravos, que o clérigo lhe enviaria para o reino. Devia também, no fim desse tempo, dar carta de alforria ao escravo.

De outras vezes eram residentes em S. Tomé que remetiam cativos para Portugal, para serem vendidos, como fez Belchior Fernandes, piloto da carreira de Angola mas a morar em S. Tomé, ao entregar um escravo a um homem de Tavira para que o trouxesse para o reino e o vendesse <sup>114</sup>. E os mercadores flamengos Jacques de Vooch e Pedro van

---

<sup>111</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 20, Liv. 92, f. 117 – 2.4.1591.

<sup>112</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 21, Liv. 97, f. 56 -2.4.1592.

<sup>113</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 4, Liv. 13, f. 137 v. – 1.9.1592.

<sup>114</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 2, Liv. 8, f. 138 – 22.9.1578.

der Bos, moradores em Lisboa, quando estavam em S. Tomé encarregaram um vizinho de Vila do Conde, mestre de uma nau, de trazer dois escravos para Lisboa. Sucedeu, porém, que o barco em que vinham foi assaltado por corsários, que deixaram os cativos nos Açores <sup>115</sup>.

Podemos agrupar, nos quadros seguintes, os vários tipos de intervenientes nas operações de tráfico atrás descritas, provenientes de Cabo Verde, Guiné e S. Tomé e destinadas a Portugal e a Castela:

### Tráfico para Portugal e Castela

#### Armadores

Nome	Condição	Residência	Data	Cota
João Álvares	Padre	Ald <sup>a</sup> .Galega	1571	C.7 A,Cx.1,L.6,f.18
Rui Lopes da Costa	Mercador	Lisboa	1574	C.7A,Cx.4,L.16,f.29 v.
Fernão Sanches	Mercador	Lisboa	1575	C.7A,Cx.4,L.17,f.111v.
Diogo Martins	Mercador	Lisboa	1577	C.7 A,Cx.7,L.30,f.19v.
Álvaro Mendes de Castro;Diogo Fernandes de Lamego e Rui Gomes	Contratadores de Cabo Verde	Lisboa Lisboa Lisboa	1583	C.7 A,Cx.12,L.12,f.16
Heitor Coronel	Mercador	Lisboa	1584	C.7 A,Cx.14,L.65,f.89v
Gabriel Ribeiro Isabel Gomes  Maria Brandoa  Mécia Barbosa  Rui Gomes Bravo Vicente Fernandes de Azamor	Viúva de Gaspar Álvares de Tânger Viúva de Gil Pinto Mulh. de Aires de Ulhoa	Lisboa Lisboa  Lisboa  Lisboa Lisboa	1586	C.1,Cx.3,L.17,f.25v.
Joane Mendes de Meneses	Conselh <sup>o</sup> .do rei e comend. da Ordem de Cristo	Lisboa	1586	C.7 A,Cx.15,Maço “Folhas soltas” – 1
Francisco de Almeida	Cav <sup>o</sup> . fidalgo	Lisboa	1591	C.7 A,Cx.20,L.92,f.117
D. Martinho de Ulhoa	Bispo de S. Tomé	Lisboa	1591	C.7 A,Cx.20,L.92,f.30v.
Jacques de Vooche e Pedro Van der Bos	Mercadores flamengos	Lisboa	1592	C.1,Cx.5,L.25,f.32
Jorge Someriti	Mercador	Lisboa	1592	C.11,Cx.4,L.13,f.137v.

<sup>115</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 5, Liv. 25, f. 32 – 13.4.1592.

### Tráfico para Portugal e Castela

#### Feitores

Nome	Condição	Residência	Data	Cota
Garcia de Veigas	Escrivão de navio		1574	C.7A,Cx.4,L.16,f.29v
Manuel de Vargas	Mercador	Lisboa	1577	C.7A,Cx.7,L.30,f.19v
Belchior Rodrigues	Irmão do mestre	Lisboa	1584	C.7A,Cx.14,L.65,f.89v

### Tráfico para Portugal e Castela

#### Donos de navios

Nome	Navio	Residência	Data	Cota
Manuel Fernandes	“ Misericórdia”	Azurara	1571	C.7A,Cx.1,L.16,f.18
Leonardo da Silveira	“N <sup>a</sup> .S <sup>a</sup> . do Cabo”	Lisboa	1583	C.7A,Cx.12,L.56,f.16
Gaspar Rodrigues	“N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> da Ajuda”	Lisboa	1584	C.7A,Cx.14,L.65,f.89v
Gaspar Antunes	“ S. Tiago”	V.do Conde	1597	C.7A,Cx.25,L.118,f.65v

### Tráfico para Portugal e Castela

#### Mestres, pilotos, capitães e outros

Nome	Condição	Residência	Data	Cota
Manuel Fernandes	Mestre	Azurara	1571	C.7A,Cx.1,L.6,f.18
Leonardo da Silveira	Mestre	Lisboa	1583	C.7A,Cx.12,L.56,f.16
Gaspar Rodrigues	Mestre e piloto	Lisboa	1584	C.7A,Cx.14,L.65,F.89v.
Belchior Ribeiro	Bombardeiro	Lisboa	1591	C.7 A,Cx.20,L.92,f.117
Agostinho Correia André Preto	Mestre Piloto	Lisboa	1592	C.11,Cx.4,L.13,f.137 v.
Manuel Fernandes	Mestre	V.do Conde	1592	C.1,Cx.5,L.25,f.32
André Dias Gaspar Gonçalves Grilo	Tanoeiro Piloto	Lisboa Lisboa	1594	C.11;Cx.6,L.22,f.90v.
Gaspar Antunes	Mestre e piloto	V.do Conde	1597	C.7A, Cx.25,L.118,f.65v.

No que diz respeito aos *armadores* - os verdadeiros traficantes, que tomavam a iniciativa das operações comerciais, definiam os seus objectivos e contornos, que as financiavam e delas retiravam a maior parte dos lucros - destacavam-se os mercadores, sobretudo portugueses e residentes em Lisboa, alguns elementos da nobreza mercantilizada e membros do clero, nomeadamente do alto clero com funções nos territórios africanos de origem dos escravos. Surgiam também mercadores estrangeiros envolvidos no negócio.

Numerosos negociantes e capitalistas de Lisboa, assim como fidalgos, possuíam propriedades agrícolas nos domínios africanos, como S. Tomé e Cabo Verde, onde empregavam escravos, o que facilitava a sua participação no tráfico negreiro para o reino e para a América, proporcionando uma retaguarda favorável ao mesmo. Eram os casos de Gomes Rodrigues Milão, pertencente a uma conhecida família de mercadores, a quem em 1598 pertencia a “*fazenda do Charco*” em Cabo Verde <sup>116</sup> e de Pêro da Maia, “*cidadão e tratador de mercadorias*”, proprietário em Santiago da fazenda da “*Boca Larga*”, dedicada à produção de açúcar <sup>117</sup>. Em S. Tomé possuía Francisco de Faria, comendador da Ordem de Cristo, uma propriedade na “*praia das Conchas*”, também votada ao cultivo do açúcar <sup>118</sup> e Manuel Nunes da Costa, fidalgo, as de “*Praia Melão*” e “*Praia Preta*”, também em S. Tomé <sup>119</sup>. Todos eles viviam em Lisboa. Uma realidade semelhante será observada igualmente ao tratarmos o Brasil.

Quanto aos *feitores* – que se encarregavam de proceder às operações propriamente comerciais durante as viagens, em nome dos armadores <sup>120</sup> - embora os elementos aqui colhidos sejam em número reduzido, nota-se a importância das relações familiares e da confiança que a mesma implicava, no exercício dessa actividade.

---

<sup>116</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 3, Cx. 11, Liv. 41, f. 91 v. – 29.10.1598.

<sup>117</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 3, Liv. 17, f. 17 – 9.12.1586.

<sup>118</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Maço de Folhas soltas, 3º. Caderno, f. 122 v. – 19.3.1586.

<sup>119</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 8, Liv. 41, f. 25 v. – 29.1.1597.

<sup>120</sup> - Esta função cabia aos mestres na maior parte das viagens. Só nas de maior vulto havia feitores.

A observação dos *donos de navios* e dos *mestres e pilotos* permite concluir do papel fundamental dos portos de fora de Lisboa e das respectivas comunidades de marítimos no comércio ultramarino quinhentista, incluindo no tráfico negreiro. Nos casos recolhidos destacavam-se localidades da região de Entre Douro e Minho ( Azurara e Vila do Conde ).

Todos estes aspectos voltarão a ser analisados ao tratarmos do comércio destinado à América.

A partir da segunda e terceira década do século o tráfico de africanos encaminhou-se cada vez mais para as Índias de Castela e a partir da década de 40 também para o Brasil, em detrimento do destinado à Península Ibérica e respectivas ilhas, que diminuiu quer em termos absolutos quer relativos. Nos meados de Quinhentos o mercado americano predominava já no comércio negreiro.

Afigura-se, mesmo assim, demasiado baixa, a avaliar pelos elementos aduzidos, a estimativa avançada por Philip Curtin para os dois primeiros quartéis do século XVI quanto ao número de escravos chegados da África negra ao continente europeu por via atlântica: cerca de 500 indivíduos por ano no primeiro quartel e 300 no segundo. Mas a tendência do tráfico do segundo quartel até ao fim do século, que indica uma perda progressiva do destino europeu e um ímpeto imparável do americano, ajusta-se, sem dúvida, à realidade <sup>121</sup>.

---

<sup>121</sup> - Philip D. Curtin, *The Atlantic slave trade : a census*, p. 116.

#### 4.2.4 - Índia

Da Índia, como se disse, chegavam igualmente escravos a Lisboa. Vinham em grande número, às centenas por embarcação, quando chegavam as naus da carreira com os portugueses regressados à pátria. Muitos incluíam-se nas *liberdades* concedidas às tripulações como forma de pagamento do seu trabalho, ou seja, no direito de transportarem certos produtos sem pagarem frete e até mesmo direitos alfandegários <sup>122</sup>. O mestre e o piloto de cada nau podiam trazer dois escravos cada um <sup>123</sup>. Por isso abundavam na cidade e no país. Mas não era um tráfego que gozasse de apoio estatal, como o comércio de negros, proveitoso ao fisco e indispensável à exploração das possessões ultramarinas. Este melhor se diria tolerado, devido aos incómodos que os indianos provocavam nas viagens – só sabendo comer, beber e gritar nas tempestades e combates <sup>124</sup> - além do dispêndio de espaço, víveres e água. Por isso foram fixados limites ao seu número por barco <sup>125</sup>.

Mas tinham também origem na actividade bélica desenvolvida pela coroa portuguesa no oceano Índico, com vista a assegurar o seu domínio comercial. Em 1516 foi transaccionado em Valência um escravo índio procedente de Calecut. Segundo o mesmo afirmou às autoridades, dois anos antes a armada do rei de Portugal aprisionara umas 50 pessoas – certamente numa das muitas acções guerreiras levadas a efeito pelo vice-rei Afonso de Albuquerque - e levava-as para Lisboa, onde ele fora vendido <sup>126</sup>.

Se parte destes cativos se destinava ao serviço dos próprios donos que os traziam, outros eram vendidos. Vejamos alguns exemplos desta fonte de abastecimento. Em

---

<sup>122</sup> - Artur Teodoro de Matos, “ Subsídios para a história da carreira da Índia”, *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, v. 45 ( Separata de 1977), p. 40-41.

<sup>123</sup> - Damião Peres, *Regimento das Casas das Índias e Mina*, p. 134-136.

<sup>124</sup> - Conforme Rui Alexandre Landeiro Godinho, *A carreira das Índias*, p. 194, que cita João Pereira Corte Real ( 1622 ).

<sup>125</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 169.

<sup>126</sup> - Vicenta Cortés, *La esclavitud en Valencia ...*, p. 471.



1539 D. João III mandou devolver as importâncias pagas pelos indivíduos que trouxeram da Índia, na nau *Santa Bárbara*, 14 escravos, isentos de direitos, por autorização do governador Nuno da Cunha. Este “ *não quis que na dita nau viesse gente alguma mais que a de sua navegação, pola necessidade que tinha dela pera ir a Diu* ” <sup>127</sup>.

Em 1584 corria demanda no Juízo da Índia e Mina “ *sobre um escravo cafre da Índia* ” entre João Soares, moço da câmara do rei e a viúva de Álvaro Serrão. Esta afirmava que o cativo tinha sido vendido ao seu falecido marido, na nau *S. Lourenço*, pelo seu opositor, quando ambos vinham para o reino em 1582 <sup>128</sup>. O fidalgo lisboeta Antão da Mata Falcão mandou um representante “ *à cidade do Porto de Portugal* ” (para se distinguir de Puerto de Santa Maria, junto a Cádiz, importante no tráfico marítimo da época ) ou a Aveiro, receber de um vizinho desta vila, mestre da nau *Nossa Senhora das Emendas*, acabado de chegar de Pernambuco, três escravos seus, um da Índia, um de Moçambique e outro de Angola. O dono dos cativos tinha vindo da Índia na nau *Chagas*, mas desembarcou em Angola e os escravos foram entregues na Galiza ao mareante aveirense, que agora os devia entregar <sup>129</sup>. O pequeno grupo de cativos, aparentemente reunido ao longo da viagem da Índia à costa angolana, teve que cumprir depois um longo percurso até chegar ao destino.

#### 4.2.5 - Norte de África e Granada

Do norte de África vinham também escravos em abundância, obtidos pelos portugueses, por compra ou saque, nas praças marroquinas. A tomada ilegítima de mouros em Safim e Azamor era frequente e foi proibida por D. Manuel I. O capitão

---

<sup>127</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 65, Doc. 18 – 17.7.1539.

<sup>128</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 13, Liv. 62, f. 75 v. – 23.3.1584.

<sup>129</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 22, Liv. 104, f. 127 – 8.8.1594.

desta última cidade, Simão Correia, escravizava os mouros que ali iam fazer-se cristãos. O de Safim, Diogo de Azambuja, apoderava-se dos mouros que iam do campo àquela praça. E o conde de Borba, capitão de Arzila, constituiu uma companhia, com dois mercadores, destinada a carregar escravos numa caravela a partir de Azamor <sup>130</sup>.

D. João III mandou pagar ao seu feitor nesta praça marroquina, Benito Maça, uma escrava que tinha sido tomada a um judeu ali morador <sup>131</sup>. O mesmo rei mandou vir, em 1524, onze mouros de Azamor para Évora, onde estava <sup>132</sup>. Em 1553 uma mouro de Tânger queixou-se-lhe de, anos antes, ter sido aprisionada “*em uma represália*” que o capitão da cidade, D. João de Meneses mandou fazer “*em tempo das pazes, por razão de certos cristãos que os mouros [...] indevidamente cativaram*”. Por isso e por se ter feito cristã e ter casado com um preto forro, obteve a liberdade <sup>133</sup>. Quatro anos depois Álvaro de Carvalho enviou de Mazagão ao Secretário de Estado Pedro de Alcáçova Carneiro uma encomenda de pano e um mourisco que lhe parecera “*bem disposto pera o mandil*” <sup>134</sup>.

Aos *mouros* trazidos de lá do Estreito juntaram-se também os *granadis*, andaluzes do antigo reino de Granada submetido, no século XV, pela monarquia católica. A revolta das Alpujarras, no tempo de Filipe II, levou à escravização de milhares de mouriscos, intensamente procurados por mercadores portugueses nos anos de 1570-71 <sup>135</sup>. Foi em resultado disso que em 1572 Martim Correia da Silva comprou Francisca, de 13 anos, que “*veio de Granada, onde mataram seu pai e mãe*”. O mesmo era igualmente dono de Maria, também “*granadil*” e cristã <sup>136</sup>.

---

<sup>130</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 168,191e192.

<sup>131</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 29, Doc. 59 – 12.5.1523.

<sup>132</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 31, Doc. 12 – 23.9.1524.

<sup>133</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 1, f. 241 – 25.5.1553.

<sup>134</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 101, Doc. 64 – 13.6.1557.

<sup>135</sup> - Bernard Vincent, “La schiavitù nella penisola iberica”, *Nuove effemeridi*, nº. 54, p. 65.

<sup>136</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 3189, f. 2 – 30.10.1573.

#### 4.2.6 - Mediterrâneo e costa algarvia

A actividade marítima, com fins comerciais, dos portugueses no Mediterrâneo, nomeadamente junto do estreito de Gibraltar, assim como a acção policial desenvolvida pelas galés reais nas costas do Algarve para as defender dos piratas do Magreb davam também lugar à captura de “ *infiéis*”, de imediato convertidos em escravos. É exemplo da primeira modalidade o turco Joane, nascido em Kafa, no Mar Negro, aprisionado no Levante “ *quando vinha em uma fusta, com outros, a roubar cristãos*” por Manuel Pires, antigo “ *patrão da Ribeira*”, que vinha numa nau da Sicília <sup>137</sup>. Da segunda, entre outros, Chuco Meamet, capitão de uma fusta interceptada ao largo do Algarve, de que era remeiro Alé, alarve de Alcácer Quibir. O primeiro ficou como cativo da estrebaria do rei e o outro de D. Pedro da Cunha, capitão-mor das galés <sup>138</sup>. Hamet, de Fez, foi tomado também na costa algarvia, com muitos outros mouros e turcos, e era cozinheiro de D. Nuno da Cunha, primo daquele <sup>139</sup>. O turco Bernardo da Trindade foi aprisionado no Algarve “ *nas fustas de Xaramate*” e mandado para as obras do paço de Xabregas, como cativo do rei <sup>140</sup>.

Semelhante destino era dado a antigos cristãos de origem europeia, capturados por muçulmanos, escravizados e levados a aderir ao Islamismo, que tinham acabado por cair em mãos portuguesas. Não faltam também exemplos desses aventureiros e pouco invejáveis percursos. Um dos seus protagonistas foi Pantaleão, genovês capturado com 10 anos por turcos. No fim de alguns meses foi induzido a “ *tornar-se turco*” e “ *retalhado*” ( circunciso ), mudando o nome para Ocem. Andou 9 anos em fustas de turcos e mouros “ *cativando e roubando muitos cristãos*”, até que foi preso nas costas

---

<sup>137</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 6416, f. 4 – 28.7.1564.

<sup>138</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 3932, f. 3 – 20.10.1556.

<sup>139</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.363, f. 2 – 31.5.1560.

<sup>140</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 5152, f. 3 – 3.7.1562.

do Algarve pelas galés do rei, passando a servir nas mesmas <sup>141</sup>. Jácome foi capturado na Córcega, quando andava num bergantim “ *pescando coral*” com outros quinze homens da sua terra, por um turco patrão de uma fusta. Levado para Fez, ficou ao serviço de um mercador, com o qual foi feito cativo na costa algarvia e ficou ao remo nas galés <sup>142</sup>.

#### 4.2.7 - Entrada em Lisboa

O desembarque dos escravos em Lisboa – onde, por regra, deviam dar entrada no país – fazia-se de acordo com o *Regimento da Casa da Guiné e da Mina*, promulgado por D. Manuel em 1509 <sup>143</sup>, quer se tratasse do tráfico realizado pela Coroa quer por particulares, mas sob autorização régia <sup>144</sup>. A regulamentação tinha por fim impedir a fuga às imposições fiscais. O respectivo capítulo 23 º., sob o título “ *Da maneira que se terá com os escravos que vêm de Guiné*”, estipulava que, à chegada das caravelas ou outros navios transportando escravos, acoressem o feitor, o tesoureiro e escrivães da Casa, mais o almoxarife e escrivão dos escravos, antes de se iniciar o desembarque, para verificarem a eventual existência de mercadorias proibidas ou trazidas de forma irregular. Essas seriam logo tomadas para o fisco, com o devido registo. A seguir fariam sair para a coberta todos os escravos vindos no barco, para serem contados pelos oficiais, desembarcando-os depois e levando-os “ *à Casa ordenada em que os t(inha) o almoxarife deles*”, ou seja, à Casa dos Escravos. Nela seriam avaliados e o respectivo preço colocado ao pescoço de cada um, em folhas de pergaminho, aí permanecendo até serem vendidos ou entregues àqueles a quem por direito ou mercê régia pertenciam. Aí

---

<sup>141</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 706, f. 17 – 20.12.1560.

<sup>142</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 5666, f. 2 – 14.10.1558.

<sup>143</sup> - Damião Peres, *Regimento das Casas das Índias e Mina*, p. 28-29.

<sup>144</sup> - A . C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 36.

seriam alimentados, tratados e preparados para a venda : “ o dito feitor terá sempre cuidado de os ver e visitar e fazer cura, de maneira que por minguia de bom trauto e cura nom moiram nem se percam alguns, como muntas vezes acontece” <sup>145</sup>. Os que chegassem tão mal tratados que se pudesse reear pela sua vida poderiam ser entregues a quem se quisesse responsabilizar por eles <sup>146</sup>.

Conhecem-se alguns raros testemunhos do desembarque de escravos na Ribeira da cidade. Um é o do flamengo Jan Taccoen, já referido. O senhor de Zillebeke passou por Lisboa em 1513, de caminho para Jerusalém e assistiu à chegada de um navio cheio de especiarias e escravos. Para espanto do viajante, estes, homens e mulheres com os respectivos filhos, vinham nus, sem nada que os cobrisse. Segundo o autor do relato, quando os tiraram do navio deram-lhes de comer, ainda na praia e expostos ao sol, uma espécie de papas de trigo. Comiam e bebiam ajoelhados, de bacias onde estava a comida, com as mãos, “ *como animais*”.

O flamengo descreveu também a venda dos cativos, quando chegavam os mercadores interessados. Examinavam-lhes a boca, vendo se tinham bons dentes e por entre as pernas e faziam-nos mexer os braços. Aos de sexo masculino obrigavam-nos a correr <sup>147</sup>. Quando vendedores e compradores chegavam a acordo sobre o preço da transacção, estes punham-lhes um pano ou toalha à volta da cintura e levavam-nos para casa. O nosso viajante viu vendê-los a 8 e 9.000 reais cada um.

---

<sup>145</sup> - Damião Peres, *Regimento ...*, p. 28-29.

<sup>146</sup> - Idem, p.118.

<sup>147</sup> - “ *Quant il furent mis hors du batieu, bien III C, tout nut, je leur vis donner à mengier et à boeire. On leur donna à mengier au bort de la meer, au soleil, en une minette ou large tellez. Dedens y avoit comme blé bouliz, tout mole. Et se metoit autour dela telle sur leur jenous, et mengoint, sans lanche plan leur mains, tant de telles, que chascun avoit leur part. Et puis on leur fis laver leur tellez, et on leur jetta plain de eaue douche. Et mirent à jenoulx et burent ensy comme bestez. Et là on lez vent quant ilz vindrent marchans. Leur mettre qui les gouverne lez vendent. Quant lez marchans lez achatent, il le regardent en la bouche s'il ont bon dens, entre les gamez et tendre leur bras ; et les ommes ou valtons, on les fait couré. Et quant il leur hette le marchandise et qu'ilz sont content et acort, le mettre leur fait mettre ung linge ou toeille autour de leur cul et devant, et les maine en se maison. ».* Stijn Manhaeghe, *De Jeruzalemreis ...*, p. 3-4.

A descrição é muito sumária. O observador nem se apercebeu dos pormenores burocráticos a que este negócio dava origem: a avaliação prévia dos escravos, o pagamento da *vintena*, para os escravos do rei e, ainda, do *quarto*, para os de particulares e a eventual intervenção de *corretores*, oficialmente nomeados para actuarem como intermediários na venda dos escravos ao público <sup>148</sup>. O percurso de Francisco, jalofo, desde a sua pátria de nascimento até às mãos do senhor, em Lisboa, foi por certo semelhante ao de muitos outros: foi capturado, com muita gente da sua terra, pelos mouros do Xarife, com quem tinham guerra e foi levado por eles ao castelo de Arguim, onde o venderam ao capitão Jerónimo Sardinha, que o trouxe consigo para Lisboa. Nesta cidade foi levado, com os outros, à Casa da Índia e “ *dali o levou o seu senhor Bartolomeu Esteves, não sabe se comprado por dinheiro, se por El Rei lhe fazer mercê dele, porque dizem que tem cada ano dois escravos del Rei* ” <sup>149</sup>.

Também o florentino Sassetti descreveu, nas suas cartas a Baccio Valori, alguns aspectos da chegada dos negros a Lisboa : “ *Faz pena ver como os trazem, amontoados aos vinte e cinco, trinta e quarenta, na coberta dos navios : nus, amarrados uns aos outros, cheios de privações e alimentados do que comem na sua própria terra, que é uma espécie de raízes de sabor semelhante ao da castanha* ” <sup>150</sup>. Trazidos para terra, ficam juntos numa enxovia, onde os vai ver quem os quer comprar. Os interessados observam-lhes a boca, fazem-nos estender e encolher os braços, curvar-se, correr e

---

<sup>148</sup> - John L. Vogt, “ The Lisbon Slave House and African trade, 1486-1521”, *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 117, p. 9-10.

<sup>149</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 4031, f. 5 – 26.4.1554.

<sup>150</sup> - Trata-se certamente do *inhame*, que o Piloto Anónimo mencionou em pormenor na sua descrição de S. Tomé ( “ Navegação de Lisboa à ilha de S. Tomé, escrita por um piloto português”, *Notícias para a história e geografia das nações ultramarinas*, tomo II, p. 98 ), a que Catarina Madeira Santos chama “ *o pão dos africanos* ” ( Catarina Madeira Santos, “ A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais : S. Tomé, primeira metade do séc. XVI”, *Studia*, nº. 54/55, p. 68 ).

*saltar, assim como todos os movimentos e gestos de que é capaz um homem saudável, o que, atendendo à sua condição, é de admirar que consigam* <sup>151</sup>”.

O relato, de 1578, confirma o anterior, de 1513: as precárias condições dos cativos à chegada à cidade, a sua concentração nas instalações do Almoxarifado dos Escravos, o exame minucioso pelos interessados, como se de animais se tratasse. O resto adivinha-se: a impotência e o desalento das vítimas, a frieza dos oficiais régios e dos corretores, a cupidez dos compradores.

O conde, também italiano, Giulio Landi descreveu igualmente alguns pormenores da venda dos cativos, que incluiu nas suas observações sobre a Madeira e o continente português, de cerca de 1530. Assinalou a preocupação dos compradores em experimentar a sua destreza, fazendo-os andar e correr, assim como a observação atenta dos seus corpos e da eventual falta de dentes. E também o cuidado dos vendedores, que os untavam com óleo, para que ficassem mais lustrosos e de bela aparência <sup>152</sup>.

Todas estas técnicas de compra e venda dos escravos não eram mais que a repetição do que, ao longo de séculos, foi praticado nos mercados do mundo islâmico, fosse em Argel, no Cairo ou em Bagdad, onde se redigiram mesmo manuais de orientação para o perfeito comprador de escravos <sup>153</sup>. A observação dos dentes teria, entre outros fins, o de procurar indícios de tendência para os catarros e as deflexões, que diminuiriam o seu rendimento <sup>154</sup>. A ordem para correrem e saltarem, por vezes a golpes

---

<sup>151</sup> - “È miséria il vedere, com'e' sono quà condotti, che in una nave ne saranno venticinque, trenta, e quaranta, e tutti stanno qui sopra coverta ignudi addosso l'uno all'altro; e sopra tutto si accostumano molto astinenti, che sino a quà danno loro da mangiare del medesimo, di che vivono nella terra loro, che sono certe barbe come quelle del ghiaggiuolo, che crude e cotte, chi non lo sapesse, le giudicherebbe castagne : smontati in terra stanno a una solicandola a turme, e chi ne vuol comperare va qui, e guarda loro la bocca, fa distendere e raccorre le braccia, chinarsi, correre e saltare, e tutti gli altri movimenti e gesti, che può fare un sano, che, considerando in loro la natura commune, non può essere che non se ne pigli spavento” – *Lettere di Filippo Sassetti sopra i suoi viaggi nelle indie orientali dal 1578 al 1588*, p. 26-27 ( Tradução nossa ).

<sup>152</sup> - “ Descrição da ilha da Madeira (...) pelo (...) conde Giulio Landi”, *A Madeira vista por estrangeiros (1455-1700)* ( Coord. e notas António Aragão ), p. 93.

<sup>153</sup> - Jacques Heers, *Les négriers en terres d'Islam*, p. 143-148.

<sup>154</sup> - Idem, p. 144.

de vara, destinava-se a experimentar a saúde e destreza da mercadoria humana. O exame das partes íntimas dos cativos de ambos os sexos praticava-se sem o menor pudor. No Cairo era costume pendurar argolas e braceletes de metal nas orelhas, nariz e braços dos negros postos à venda para os tornar mais atraentes <sup>155</sup>.

A entrada de escravos no reino processava-se sob a coordenação e fiscalização da *Casa da Guiné e da Mina*, instituição localizada na Ribeira da cidade, junto ao Paço régio, que concentrava a administração de todo o comércio com a costa africana e funcionava em paralelo com a Casa da Índia, esta vocacionada para o tráfico asiático. Integrado na Casa da Guiné funcionava o *Almoxarifado ou Casa dos Escravos*, a cargo do respectivo Almoxarife. As respectivas instalações, incluindo escritório dos oficiais e a prisão para os escravos, situavam-se na parte ocidental do complexo comercial e administrativo que coordenava os negócios de Além-Mar, perto da actual Praça do Município, mas em sítio difícil de localizar com precisão <sup>156</sup>. As funções relativas à entrada dos escravos estavam, de acordo com o Regimento da Casa, divididas entre o Feitor e seus oficiais, por um lado e o Almoxarife e o seu escrivão, por outro.

Tudo quanto se referisse à visita às embarcações chegadas, ao desembarque dos cativos, sua avaliação e registo, assim como as inspecções à casa do Almoxarifado, para acompanhamento da saúde dos mesmos, era feito sob a responsabilidade do Feitor da Casa da Guiné e Mina ( que era comum à Casa da Índia ), acompanhado pelo seu Tesoureiro e Escrivães e também pelo Almoxarife dos Escravos e Escrivão respectivo <sup>157</sup>. Ao Almoxarife cabia a guarda dos escravos até serem vendidos: sua alimentação, cura dos que estivessem doentes, impedimento da fuga. Cabia-lhe também a venda.

---

<sup>155</sup> - Idem, p. 145.

<sup>156</sup> - Carlos Manuel Ferreira Caetano, *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa ( séculos XV a XVIII )* ( Tese polic. ), p. 171-173 ; A .Vieira da Silva, *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, v. II, p. 154-165 ; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, v. I, p. 529. Saunders, ob. cit., p. 29, localiza a Casa dos Escravos na Praça da Tanoaria, muito perto do sítio referido.

<sup>157</sup> - Damião Peres, *Regimento das Casas das Índias e Mina*, p. 28-29.



Algumas destas atribuições estão apenas implícitas no Regimento. Os doentes que conseguissem sobreviver seriam levados novamente perante o Feitor e seus oficiais, para serem avaliados. No caso de algum escravo correr perigo de vida, podia o almoxarife entregá-lo a um particular que ficaria, depois, com o mesmo por metade do valor - “*curar de meias*”<sup>158</sup> - ou se encarregaria dele por outro tipo de compensação, voltando a entregá-lo. Jean Nicot, embaixador de França em Portugal, recebeu um escravo de Cabo Verde, com apenas 10 anos, para mandar ao bispo de Limoges, embaixador em Espanha. Como ele veio doente, por causa da viagem, confiou-o aos cuidados de uma mulher que tinha como ocupação curar escravos recém-chegados<sup>159</sup>. Mas nada que dissesse respeito a receitas e despesas o almoxarife podia fazer sozinho, necessitando sempre da presença do escrivão. Competia-lhe também liquidar o valor da *vintena* dos escravos recebidos, ao respectivo recebedor<sup>160</sup>.

Tratava-se, nessa medida, de um departamento subalterno da Casa da Guiné e da Mina, com funções concernentes sobretudo à guarda e preparação dos escravos para a venda e à sua colocação no mercado. Mas cabiam-lhe, além dessas, outras funções, relacionadas com a custódia dos escravos e o produto da respectiva venda. Uma delas era a entrega ao rei, a pessoas e instituições privadas e a certos departamentos da administração régia do número de escravos que lhe fosse ordenado. Alguns deles cabiam, por força do próprio Regimento das Casas da Mina e Índia, a certos funcionários das mesmas como forma de remuneração: o Feitor recebia por ano 40.000 reais em dinheiro e uma peça de escravo e os restantes oficiais – Tesoureiro da Casa da Mina, Tesoureiro da especiaria da Casa da Índia, sete escrivães e outro tesoureiro da Casa da Índia e dois escrivães da Casa da Mina – tinham direito a 30.000 reais e a uma

---

<sup>158</sup> - Anselmo Braamcamp Freire, “Cartas de quitação del rei D. Manuel”, *Arquivo Histórico Português*, v. III, p. 477-478.

<sup>159</sup> - Edmond Falgairolle, *Jean Nicot, ambassadeur de France en Portugal au XVI<sup>e</sup> siècle. Sacorrespondance diplomatique inédite*, p. 116-117.

<sup>160</sup> - Idem, p. 117-119.

peça de escravo, também anuais <sup>161</sup>. Esses escravos, juntamente com os vencimentos em dinheiro, constituíam as chamadas *ordinárias*, que poderiam ser dispendidas das receitas da Casa dos Escravos. Em 1531 foram daí provenientes os ordenados dos próprios oficiais da casa, assim como do almoxarife e do escrivão do Armazém e Tercenas <sup>162</sup>.

O rei mandava também entregar escravos a instituições e pessoas que queria obsequiar, como fez D. Manuel em 1515, ao ordenar a entrega ao Hospital de Todos-os-Santos de uma peça de escravo por cada caravela que chegasse da Guiné com esse tipo de carga, a qual devia ser “ *a melhor que vie[sse] em cada um navio* ” <sup>163</sup>. Em 1510 ordenou ao almoxarife João de Figueiredo que desse a um moço da sua câmara, Francisco de Abreu, um escravo de preço de 6.000 reais, por lhe querer fazer mercê <sup>164</sup>. O seu sucessor ofertou uma escrava “ *à mulher do Miranda, trinchante das damas* ” <sup>165</sup>. Podia também, simplesmente, reservá-los para si, o que sucedeu quando D. Manuel determinou que o almoxarife Gonçalo Lopes fizesse entrega de seis escravos, quatro para os paços da Ribeira e dois para mandar para a Flandres <sup>166</sup>.

Já em 1484 D. João II oferecera ao polaco, de passagem por Lisboa, Nicolau de Popielovo dois cativos que o deixara escolher entre 50 que tinham acabado de chegar de barco. Logo que os recebeu o grato visitante mandara-os vestir, por estarem tal como Deus os tinha feito, o que Popielovo justificou com o grande calor que tinham nas suas terras, que os dispensava de usarem roupas. E acrescentou: “ *Vivem misturados como animais, apesar do ouro que lhes sobra* ” <sup>167</sup>.

---

<sup>161</sup> - João Brandão, “ Magestade e grandezas de Lisboa em 1552 ”, *Arquivo Histórico Português*, v. IX, p. 188-191.

<sup>162</sup> - “ Os Cadernos dos Assentamentos ”, *Arquivo Histórico Português*, v. X, p. 123.

<sup>163</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana. África ocidental ( 1500-1569 )*, v. II, p. 118.

<sup>164</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 9, Doc. 103 – 25.11.1510.

<sup>165</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 51, Doc. 113 – 21.11.1533.

<sup>166</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 9, Doc. 30 – 30.6.1516.

<sup>167</sup> - *Viajes de extranjeros por España y Portugal* ( Org. J. García Mercadal ), p. 315.

Cabia igualmente ao Almoхарife a liquidação das tenças que, por concessão real, certas pessoas ou instituições tinham direito a receber dos rendimentos da Casa dos Escravos, os chamados *assentamentos* da mesma. Em 1531 foram pagos 200.000 reais ao Hospital de Todos os Santos, do rendimento geral da casa e outras de valor menor a várias dezenas de particulares, estas tiradas do rendimento da *vintena* <sup>168</sup>. Em 1546 Vasco da Silveira e a mulher, D. Leonor Mascarenhas, de Évora, encarregaram um seu criado de ir a Lisboa receber “*dos almoxarifados da Casa dos Escravos e da Casa das Herdades*” 50.000 reais que tinham de tença na primeira e 60.000 que tinham na segunda <sup>169</sup>.

Ao cargo de Almoхарife dos Escravos andou associado o de Feitor das Ilhas, funções que acumularam João de Figueiredo, entre 1509 e 1510 e Gonçalo Lopes, entre 1511 e 1513 <sup>170</sup>. Por isso lhes competiu arrecadar o produto de diversos impostos e rendas provenientes do comércio ultramarino: quartos, vintenas e dízimos de S. Tomé, indemnizações pagas por *lançados* na costa africana, renda das ilhas de Cabo Verde, do trato da Guiné, da malagueta e outras receitas da coroa <sup>171</sup>. E como funcionários régios que eram, outras missões lhes podiam ser atribuídas, como as de Gonçalo Lopes que em 1509 superintendeu nas obras mandadas fazer na Casa da Mina e Índias e no convento de S. Domingos, tendo dado conta das despesas feitas com os materiais para as mesmas <sup>172</sup>. Este funcionário ainda ocupava o cargo em 1522 <sup>173</sup>.

O escrivão do Almoхарifado encarregava-se da escrituração dos livros de entradas e saídas de escravos e de coadjuvar o almoхарife na sua actividade. Os ocupantes do cargo eram nomeados por alvará régio e competia ao Feitor da Casa da Guiné e Mina

---

<sup>168</sup> - “Os Cadernos dos Assentamentos”, *Arquivo Histórico Português*, v. X, p. 122-124.

<sup>169</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 12 – 22.9.1546.

<sup>170</sup> - Anselmo B. Freire, “Cartas de quitação del Rei D. Manuel”, *Arquivo Histórico Português*, v. II, p. 438 e v. III, p. 392 ; John Vogt, “The Lisbon Slave House and African trade, 1486-1521”, *Proceedings* ..., p. 6-8.

<sup>171</sup> - “Cartas de quitação del Rei D. Manuel”, *Arquivo Histórico Português*, v. II, p. 440-441.

<sup>172</sup> - Idem, p. 438.

<sup>173</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 46, f. 21 – 8.8.1522.

dar-lhes posse. Em 1522 o ofício foi dado ao cavaleiro fidalgo Nuno Mascarenhas <sup>174</sup>. Por sua morte, quatro anos depois, foi entregue a Francisco Fróis, cavaleiro da casa de D. João III, que o designou por “ *escrivão da casa dos meus escravos da cidade de Lisboa*” e lhe atribuiu o ordenado de 6.000 reais <sup>175</sup>.

#### 4.2.8 - Venda dos escravos

A venda dos escravos ao público interessado fazia-se directamente pelo Almojarifado ou através de contrato celebrado para esse efeito com particulares. Era este o regime que vigorava nas décadas de 20 e 30, tendo-se os povos queixado em cortes do prejuízo que causava a manutenção da venda dos cativos nas mãos de “*dous estrangeiros*” a quem a mesma estava entregue, pedido que não teve satisfação, por o rei considerar que esse regime convinha à sua fazenda “ *e bem do povo*” <sup>176</sup>. Em 1506 uma moradora de Sevilha levou a Valência, para vender, uma escrava “ *que comprou em Portugal a um genovês que se encarrega[va] de fazer o negócio pelo rei*” <sup>177</sup>. Talvez se tratasse do florentino (e não genovês) Bartolomeu Marchione, residente em Lisboa e grande financiador das viagens de comércio com o ultramar, que foi contratador do rei na exploração dos respectivos benefícios, tendo-se mantido activo até cerca de 1514 <sup>178</sup>.

---

<sup>174</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 46, f.21 – 8.8.1522.

<sup>175</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 36, f. 164 v. – 17.8.1526.

<sup>176</sup> - TT, Cortes, Maço 5, Doc. 6, f. 23 ( Capítulos gerais apresentados a D. João III nas cortes de Torres Novas, de 1525 e nas de Évora, de 1535, publicados, com as respectivas respostas, em 1538 ) ; referido também por A . C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 37-38.

<sup>177</sup> - “[...] *que compró en Portugal a un genovés que se encarga de hacer el negocio por el Rey*”, Vicenta Cortés, *La esclavitud en Valencia ...*, p. 346.

<sup>178</sup> - A . Marques de Almeida, “ Bartolomeo Marchione”, *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses* ( Dir. Luís de Albuquerque), v. II, p. 685.

Papel destacado cabia também, neste âmbito, aos *corretores*, intermediários nomeados oficialmente para estabelecerem ligação entre os compradores e vendedores. Havia em Lisboa corretores nomeados pelo rei e outros nomeados pelo município.

Os primeiros deviam-se ao facto de em Lisboa permanecer frequentemente a corte régia, pois cabia aos soberanos designar os funcionários e outros agentes do estado ao serviço da mesma, como magistrados e oficiais diversos, os quais, numa época de corte itinerante, exerciam a sua acção no lugar em que o rei se encontrasse e cinco léguas em redor <sup>179</sup>. Em 1502 foram providos como *corretores de bestas e escravos* na corte Francisco Rebelo e Francisco Mendes, cavaleiros da casa do rei e João Vaz e Gomes Anes, seus escudeiros <sup>180</sup>. Em 1515 foram nomeados para o mesmo cargo Jorge Vaz e Francisco Álvares <sup>181</sup>. Em 1560 o ofício foi entregue a João de Burgos, por falecimento de Francisco de Aguilar, seu antecessor <sup>182</sup>. À morte deste D. Sebastião proveu no lugar António de Medina, a pedido do embaixador de Filipe II de Castela, D. Fernando Carrilho de Mendonça. O mesmo foi, para isso, previamente examinado pelo corregedor da corte <sup>183</sup>. Em 1576 foi nomeado *corretor de escravos ladinos e boçais da corte* Domingos Figueira, atendendo aos serviços prestados ao rei por Pêro de Cespedes, seu genro. O novo ocupante foi submetido a exame pelo corregedor do crime da corte Belchior do Amaral <sup>184</sup>.

O estrato social de que provinham estes agentes públicos não era muito alto. A maior parte era formada por criados da casa real ou de casas da nobreza, em lugares subalternos. Assim, Bastião Rodrigues, nomeado em 1532 e Manuel Pires, em 1542,

---

<sup>179</sup> - José Manuel Subtil, “A administração central da coroa”, *História de Portugal* (dir. José Mattoso), v. 3, p. 80.

<sup>180</sup> - TT, Chancelaria de D. Manuel I, Comuns, Liv. 2, f. 50 v. – 10.8.1502.

<sup>181</sup> - TT, Chancelaria de D. Manuel I, Comuns, Liv. 10, 43 e 151 v. – 11.5.1515 e 16.11.1515.

<sup>182</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações, Liv. 6, f. 371 v. – 9.11.1560.

<sup>183</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações, Liv. 22, f. 190 v. – 10.11.1568.

<sup>184</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações, Liv. 40, f. 66 v. – 10.7.1576.

eram trombetas do rei <sup>185</sup>. Diogo Moreno, provido em 1539, era moço da estribeira do infante D. Duarte <sup>186</sup> e Pêro Fernandes, designado em 1533 como “ *corretor de cavalos, mulas e quaisquer outras bestas de sela e de albarda e assi de escravos*” na corte, tinha sido criado de D. Garcia de Albuquerque, do Conselho real <sup>187</sup>. Francisco de Alcoutim, a quem o cargo foi atribuído em 1545, era antes “ *corretor de escravos na cidade de Lisboa*”, passando a exercer a mesma função na corte régia <sup>188</sup>, numa época em que, após vários anos em Évora, a mesma se fixaria predominantemente na cidade do Tejo<sup>189</sup>.

No que se refere aos corretores nomeados pela câmara <sup>190</sup>, na atribuição do cargo a João Martins, em 1532, os vereadores e procuradores explicitaram as respectivas obrigações. Devia anualmente, em Janeiro, pagar 500 reais de pensão ao tesoureiro da câmara e, no mês de Abril, indicar um fiador do seu desempenho ao escrivão da mesma. Não poderia “ *fa[zer] companhia com outro nenhum corretor*”, nem estar a vender no mesmo local e ao mesmo tempo que ele. Igualmente lhe era proibido alojar em sua casa “ *homem que trat[asse] em bestas nem escravos*”, ser estalajadeiro ou “ *ter trato nem partido*” com pessoas do mesmo ramo de negócio <sup>191</sup>.

Estas exigências tinham por fim manter uma salutar concorrência entre os corretores, evitando a sua associação com vista ao aumento dos preços, com prejuízo dos compradores. Em 1536 três corretores foram acusados de terem “ *vendido juntos oito pares de escravos*”, o que ia contra a regra em vigor <sup>192</sup>. Ao corretor atrás referido, tal como aos outros, também não seria permitido comprar bestas ou escravos para revender, aumentando desse modo o preço de venda ao público. Poderia apenas actuar

---

<sup>185</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 19, f. 19 – 12.7.1532 ; Idem , Liv. 25, f. 37 – 6.7.1542.

<sup>186</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 26, f. 239 – 12.9.1539.

<sup>187</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 19, f. 210 – 15.10.1533.

<sup>188</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 25, f. 110 – 15.6.1545.

<sup>189</sup> - Ana Isabel Buesco, *D. João III*, p. 239.

<sup>190</sup> - *Sistema ou colecção dos regimentos reais*, tomo V, p. 580.

<sup>191</sup> - AHCML, Chancelaria da cidade, Liv. 1 de Registos – D 25, f. 306 – 14.11.1532.

<sup>192</sup> - *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, v. VII, p. 129.

como intermediário, cobrando a corretagem respectiva, ou seja, “ *vinde reais por milheiro*”, dez do vendedor e outros tantos do comprador, 2%, portanto, do valor do negócio. Para provar a licitude da sua actuação, manteria escrivadinha e livro em que registaria as vendas realizadas e as suas condições <sup>193</sup>.

O provimento pela câmara continuou daí por diante, referindo-se à mesma João Brandão de Buarcos: “ *Há seis ou sete corretores de cavalos e mulas e todo género de bestas, que também a cidade lhes dá os ofícios. E além dos cavalos se entremetem em escravos e, com eles, outros sete ou oito de fora que também se fazem corretores de escravos e estes têm cargo de negociar a venda e compra deles*”. Segundo ele estes ganhavam de 300 a 400 reais por cada peça vendida <sup>194</sup>, o que, a manter-se em 1552 a taxa de 2% de corretagem, mostra que os escravos eram vendidos ao público a preços que iam de 15.000 a 20.000 reais . Em 1565, no lançamento do imposto que os moradores de Lisboa se obrigaram a prestar a D. Sebastião, decidido em cortes dois anos antes, foram arrolados sete corretores de escravos no conjunto da cidade - avaliados em importâncias relativamente altas, entre 10.000 e 100.000 reais<sup>195</sup> - o que confirma a informação de João Brandão sobre o seu número, excluindo os “ *de fora*”.

Os corretores de cavalos interferiam, por vezes, na venda de outros bens, o que originava conflitos com os doze corretores de mercadorias, que tinham o exclusivo da corretagem de especiarias, vinhos, panos e fretamento de navios. Tais conflitos foram regulamentados em 1555 <sup>196</sup>. Além disso, parece que estes últimos se sentiam incomodados com a eventual confusão que poderia existir entre eles e os, provavelmente menos prestigiados, corretores de bestas e escravos pois, atendendo ao

---

<sup>193</sup> - AHCMML, Chanc. da cidade, Liv. 1 de Registos, f. 306.

<sup>194</sup> - João Brandão de Buarcos, “ Magestade e grandezas de Lisboa em 1552”, *Arquivo Histórico Português*, v. XI, p. 102.

<sup>195</sup> - *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a El Rei nosso senhor o ano de 1565* , v. I, p. 77, 145 e 354 e v. II, p. 72, 205, 290 e 347.

<sup>196</sup> - *Sistema ou colecção dos regimentos reais*, Tomo V, p. 587.

pedido da vereação da cidade, o rei autorizou, em 1578, que os primeiros, que eram doze, passassem a ser chamados *tratadores* (e não corretores) *de mercadorias*, como até aí. O objectivo do pedido era: “*que antre eles e os corretores de cavalos e escravos incertos h[ouvesse] diferença nos nomes*”, mantendo-se, em tudo o mais, os privilégios até aí adquiridos <sup>197</sup>.

Era vulgar a venda dos escravos em leilão, nos lugares públicos da cidade, aos grupos ou isolados, provavelmente com intervenção de corretores. Um dos locais em que habitualmente se fazia era o terreiro do Pelourinho Velho, uma das praças mais movimentadas de Lisboa, contígua ao Terreiro do Paço. A ele também se referiu João Brandão, na sua descrição da cidade: “*Também tem um chão onde se vende tudo em almoeda, ao qual se nomeia por Pelourinho Velho, onde se vendem em pregão muitos móveis os quais pertencem ao ramo do pregão [...]. E outrossi vendem muitos escravos em pregão [...]. E as cousas de raiz pelo mesmo modo. E o pano de linho [...]; e ouro e prata*” <sup>198</sup>. Devia provir daí a designação *Torre da Escravaria* dada a uma das torres do circuito muralhado, que ficava perto da actual rua dos Bacalhoeiros <sup>199</sup>.

Os lotes de cativos também podiam ser apregoados pela cidade, por intermédio de um pregoeiro da câmara, como sucedeu em 1528: “*As quais vinte e nove peças foram vendidas em pregão, com um ramo na mão, pelas praças e ruas desta cidade de Lisboa, trazendo-as em pregão Francisco Rodrigues, porteiro do Concelho e, depois de andarem dous dias em pregão [...] foram arrematadas e vendidas a Pêro de las Casas*

---

<sup>197</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, Liv. 11, f. 201- 4.3.1578.

<sup>198</sup> - João Brandão, “*Magestade e grandezas de Lisboa em 1552*”, *Arquivo Histórico Português*, v. IX, p. 94.

<sup>199</sup> - Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, v. I, p. 156.



*e a Bertolameu Fernandes, mercadores, moradores na dita cidade [...] à razão de nove mil reais [ a ] peça, em que entravam meninos e velhos”*<sup>200</sup>.

Talvez tivesse ocorrido com um destes grupos de cativos prestes a serem leiloados o conhecido episódio narrado por Sassetti, que tão justamente o impressionou e o fez reflectir sobre a miséria dos escravos e a desumanidade dos donos: numa praça da cidade, um grupo de cinquenta daqueles infelizes – o autor chama-lhes “*animais*” – amarrados uns aos outros, no chão, formando um círculo, procurava alcançar com a boca uma barrica que tinha tido água, posta no local. A cena, quer pelo comportamento quer pela cor das personagens - certamente por ser escura - fê-lo evocar uma vara de porcos que forcejassem por chegar à comida<sup>201</sup>.

Não eram só os escravos chegados de novo à cidade que eram leiloados. Esse método era usado para qualquer um, desde que o dono o pretendesse vender desse modo. Foi o que fez o fanqueiro Baltasar Fernandes quando deu a apreço Luzia, sua cativa, que foi comprada pelo alfaiate Toríbio de Léon, morador em Lisboa mas aparentemente de origem castelhana<sup>202</sup>.

De uma das instalações de produção de biscoito para apoio ao comércio ultramarino, possivelmente as de Vale de Zebro, na margem sul, foram vendidos em leilão, em Lisboa e por ordem do rei, dez “*negros e mouros*” de entre os escravos que trabalhavam nesse local e filhos deles. A venda fez-se com intervenção de dois pregoeiros que “*andaram por todos os lugares da cidade acostumados*”, tendo sido

---

<sup>200</sup> - TT, CC, Parte II, Maço 146, Doc. 111 – 23.3.1528, publicado por Maria Manuel Ferraz Torrão, “Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução”, *História geral de Cabo Verde*, v. I, p. 302.

<sup>201</sup> - “*Non mi pare da lasciare di contare a V. S. quello che mi fece restare attonito, considerando la miseria loro, e la inumanità del padrone. Sopra una piazza erano in terra forse cinquanta di questi animali, che facevano di loro un cerchio, e i piedi erano la circonferenze, e il capo il centro: erano l'uno sopra l'altro, e tutti facevano forza d'andare a terra .Io m'accostai per vedere che giuoco fosse questo, e veggio in terra un grande catino di legno, dove era stata dell'aqua e gli miseri stavano, e si sforzavano di succiare i centellini e leccare l'orlo: e da loro, sì nell'azione come nel colore, a un branco di porci che si azzuffino per ficcar la testa nel brodo, non era nessuna differenza*” ( *Lettere di Filippo Sassetti* ..., p. 26-27 ) ( Tradução nossa ).

<sup>202</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 6, Liv. 21, f. 17 v. – 13.7.1594.

arrematados, além de um esparteiro, um marchante, um marinheiro e um “ *criado do Cardeal*”, a um mercador da cidade – podendo, neste caso, destinar-se a revenda - e a um morador do Sabugal – o que comprova a função de Lisboa como abastecedora de cativos ao resto do país <sup>203</sup>. Mas a venda podia também fazer-se por ajuste directo entre os contratantes, sem recurso a hasta pública. Devia ser, talvez, esse o método mais seguido, pela sua simplicidade. Foi o que fizeram D. Joana de Castro, viúva de D. Gonçalo de Castelo Branco, morto em Alcácer Quibir e o mercador Martim Quaresma. Por esse contrato a primeira vendeu a este um negro de S. Tomé, Gaspar, de 26 anos <sup>204</sup>.

Muitos dos que compravam os escravos não os destinavam ao seu próprio serviço, antes a revendê-los a terceiros. Eram comerciantes do ramo, que tanto podiam dedicar-se exclusivamente à compra e venda de cativos como associar-lhe a de outras mercadorias. João Brandão contou entre 60 e 70 “ *mercadores d’escravos, que compram e tornam a vender*” <sup>205</sup>. Muitos deles actuavam, por certo, no tráfico para fora da cidade e mesmo do país. Na sua maioria não deviam negociar apenas em mercadoria humana. Quando do arrolamento geral dos moradores da cidade, realizado em 1565, para lançamento do *serviço* a D. Sebastião, já referido, foram incluídos apenas três “*mercadores de escravos*”: Damião Fernandes, que tinha sido “ *anzoleiro*” <sup>206</sup>, Luís Mendes <sup>207</sup> e Palos Dias <sup>208</sup>, cujos rendimentos foram avaliados entre 150.000 e 200.000 reais. Deviam ser os únicos dedicados exclusivamente ao comércio de cativos. Os restantes devem figurar entre os numerosos “ *mercadores*” descritos no lançamento. Nesse mesmo ano um Cosmo Lopes, “ *mercador de escravos*” e dono de Jorge,

---

<sup>203</sup> - TT, Núcleo antigo, nº. 912 – 1508 ( ? ).

<sup>204</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 9, Liv. 46, f. 60 v. – 12.2.1582.

<sup>205</sup> - João Brandão, “ Magestade e grandeza de Lisboa em 1552”, *Arquivo Histórico Português*, v. XI, p. 225.

<sup>206</sup> - *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a El Rei nosso senhor o ano de 1565*, v. I, p. 105.

<sup>207</sup> - Idem, p. 156.

<sup>208</sup> - Idem, v. 2, p. 105.

indiano, foi referido num processo da Inquisição <sup>209</sup>, o que mostra que outros, não referidos com essa actividade, também se deviam dedicar a ela.

No plano fiscal, a entrada no reino de escravos provenientes da costa africana implicava o pagamento à coroa da *vintena* ( 5% do seu valor) e do *quarto* ( 25 % do mesmo), através do Almojarifado dos Escravos. O pagamento só não era devido se os impostos já tivessem sido liquidados nos entrepostos de origem, de Cabo Verde e do golfo da Guiné. Era feito em escravos ou em dinheiro <sup>210</sup>.

Além destes, eram cobradas a *dízima* e a *sis*a. A primeira era constituída por 10 % do valor de todas as mercadorias que entrassem ou saíssem do país. No que dizia respeito aos escravos chegados a Lisboa, era paga à Alfândega da cidade se se tratasse de cativos provindos de Cabo Verde, de acordo com o respectivo Foral <sup>211</sup> e à Casa da Sisa ( mais precisamente, à Casa das Herdades e escravos), se tivessem origem em S. Tomé e na restante costa africana <sup>212</sup>. A *dízima* pela exportação generalizou-se no reinado de D. Sebastião <sup>213</sup>.

A *sis*a era cobrada sobre a venda de quaisquer bens, excepto pão cozido, ouro e prata constituindo 10 % do valor do produto transaccionado, metade paga pelo vendedor e a outra metade pelo comprador <sup>214</sup>. No início do século era cobrada uma importância fixa de 600 reais, mas D. Manuel reduziu-a a 300 para os escravos vendidos pela coroa <sup>215</sup>. No tempo de João Brandão a “ *sis*a dos escravos” rendia 10.000 cruzados anuais <sup>216</sup>, cobrados pela *Casa das Herdades e escravos*, uma das chamadas *Três Casas dos*

---

<sup>209</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº 10.834, f. 3 – 4.5.1565.

<sup>210</sup> - A . C. de C. M. Saunders, *História social* ..., p. 30.

<sup>211</sup> - *Sistema ou colecção dos regimentos reais*. Tomo II, p. 35.

<sup>212</sup> - A . C. de C. M. Saunders, *História social* ..., p. 56, nota 33.

<sup>213</sup> - Idem, p. 30.

<sup>214</sup> - *Sistema ou colecção dos regimentos reais*, Tomo II, p. 205.

<sup>215</sup> - A . C. de C. M. Saunders, *História social*..., p. 31.

<sup>216</sup> - João Brandão, “ Magestade e grandezas de Lisboa ...”, p. 200.

*direitos* ( *Aver-do Peso, Marçaria e Herdades* ), repartições que funcionavam juntas, sob a direcção de um Almoхарife <sup>217</sup>.

Aí se cobrava também sisa pela alforria de cativos, quando esta era dada contra uma importância em dinheiro. Embora paga, em princípio, a meias, entre o senhor e o liberto, podia ser, no entanto, integralmente paga apenas por uma das partes. Quando Isabel de Bom Dia libertou Isabel Nunes, por 20.000 reais que lhe entregou o marido da escrava, foi ela própria que liquidou os 2.000 reais da sisa <sup>218</sup>. O inverso sucedeu na alforria de Gaspar, de Estêvão Louzeiro. Foi a madrinha do cativo, mulher preta forra, que pagou os 30.000 reais exigidos pelo dono e também o respectivo imposto <sup>219</sup>. Noutros casos cada uma das partes liquidava *meia sisa* <sup>220</sup>. No caso da alforria a título gratuito, não havia lugar a tal cobrança. De uma e de outra ocorrência há inúmeros testemunhos documentais, dado que, para que a alforria fosse válida e pudesse ser registada notarialmente, era necessário apresentar prova de liquidação da sisa da parte dos *escrivões dos escravos* da Casa das Herdades, ou da sua dispensa, o que eles faziam recorrendo aos registos lançados nos respectivos *livros dos escravos* <sup>221</sup>.

A arrecadação deste último imposto andava normalmente arrendada a particulares, os quais, como contrapartida das importâncias que pagavam à coroa pelo contrato, procediam depois à respectiva cobrança. O autor da *Magestade e grandezas de Lisboa* afirmou que, em 1551, a “renda” dos escravos andava arrendada por 3.400.000 reais <sup>222</sup>. O arrendamento podia ser extensivo à cobrança da sisa fora de Lisboa, no reino ou fora dele. De 1578 a 1583 foram “*contratadores da sisa dos escravos*” Jorge da Costa, Luís Pais e Manuel Rodrigues, moradores em Lisboa, sendo o seu contrato

---

<sup>217</sup> - Idem, p. 200.

<sup>218</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 23, Liv. 110, f. 107 v. – 14.11.1595.

<sup>219</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 67, f. 52 – 24.1.1585.

<sup>220</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 16, Liv. 74, f. 119 – 19.2.1587.

<sup>221</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 2, Liv. 7, f. 13 – 8.2.1572.

<sup>222</sup> - João Brandão, Ob. cit., p. 44-45.

válido não só para esta cidade mas, igualmente, para os cativos levados de Angola ou de S. Tomé para o Brasil e domínios de Castela. Para poderem ter controlo da situação mantinham representantes seus nos portos de partida, os quais obrigavam os exportadores de escravos a darem fiança que garantisse o pagamento da sisa em Lisboa e que também intervinham judicialmente no caso de surgirem pleitos sobre o assunto <sup>223</sup>. De 1585 a 1590 era contratador “ *do contrato da sisa dos escravos*” da cidade de Lisboa Cosme Lopes, que em 1588 nomeou um procurador para receber o produto da sisa de todos os escravos que fossem ter à ilha da Madeira idos da Guiné <sup>224</sup>. Anos antes, em 1573, eram “ *contratadores da casa da sisa dos escravos*” Jorge da Costa e Henrique Soares, que embargaram a venda em Sevilha de “ *oito peças de escravos vivas e três mortas*” que o mercador lisboeta Manuel Quaresma ali fez entrar e que levava da Guiné, sem ter pago por elas os respectivos direitos. Em consequência disso o traficante liquidou a importância em dívida ao representante dos contratadores em Sevilha, Diogo Gomes de Covilhã, obviamente português, sanando-se assim o diferendo <sup>225</sup>.

Esses contratos eram igualmente válidos para a chegada de escravos a portos do reino fora de Lisboa. Apesar da ordem real, de 1512, confirmada em 1516, para que só nesta cidade pudessem os cativos dar entrada <sup>226</sup>, a lei que o consagrava admitia excepções. As próprias *Ordenações manuelinas* o faziam, para os casos em que os navios aportassem a outras localidades “ *por nom poderem al fazer*” - devendo o escrivo respectivo, nesses casos, registar a causa do desvio <sup>227</sup> - o que teve como resultado que continuaram a chegar escravos a outras localidades portuárias. O “*rendeiro dos escravos*” Cosme Lopes - rendeiro da cobrança da sisa que incidia sobre

---

<sup>223</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 7, Liv. 30, f. 126 v. – 25.1.1578.

<sup>224</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 4, Liv. 20, f. 67 v. – 26.9.1588.

<sup>225</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 3, Liv. 12, f. 39 v. – 5.3.1573.

<sup>226</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana. África ocidental (1500-1569)*, v. II, p. 51 e 132.

<sup>227</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv V, Tít. CXII, § 13 e 14.

a venda dos mesmos – nomeou um morador do Porto com seu procurador, para cobrar todos os rendimentos a que tinha direito pela entrada dessa mão-de-obra nessa cidade, assim como em Vila do Conde e Azurara <sup>228</sup>. Em 1594 foi assinalado na paróquia de Nossa Senhora da Conceição o óbito de Catarina Dias, mulher de “ *Manuel Mendes dos escravos*”, talvez um dos rendeiros da cobrança da sisa que sobre os mesmos incidia <sup>229</sup>.

Ao longo do ano de 1530 foram manifestados e colectados na Casa das herdades 124 cativos, entre os quais 4 da Guiné e 10 das Antilhas, com pagamento do imposto de 10 % sobre o seu valor, tratando-se provavelmente da dízima pela entrada no país. Entre os donos contava-se um *Frei Manuel*, Álvaro Dias, “ *almoxarife da Ilha*”, um “ *moço da Fazenda*” e a mulher de um piloto <sup>230</sup>.

Além destes impostos, incidia ainda, de acordo com o Foral outorgado a Lisboa por D. Manuel I em 1500, o da *portagem*, sobre os cativos trazidos por terra para serem vendidos na cidade e os que nela fossem adquiridos e dela saíssem, na importância de 13 reais e meio. O imposto, que seria liquidado no prazo de dois dias, não era devido, porém, das crianças de mama que tivessem as escravas vendidas, nem da simples troca de cativos sem intervenção de moeda <sup>231</sup>.

#### **4.3 – O comércio transfronteiriço**

Na sua função de entreposto negreiro, legalmente assumida pela obrigatoriedade de nela darem entrada as cargas de cativos africanos que rumassem a Portugal<sup>232</sup>, Lisboa afirmava-se como principal centro da sua redistribuição quer para outras regiões do reino, do que já demos exemplos, quer também para o estrangeiro, sobretudo para os

---

<sup>228</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 2, liv. 8, f. 139 v. – 22.9.1578.

<sup>229</sup> - TT, FP, Lisboa, Conceição, Liv. M. 4, f. 9 v. – 6.6.1594.

<sup>230</sup> - TT, Núcleo antigo, nº. 548.

<sup>231</sup> - *Foral manuelino de Lisboa* (Coord. Inês Morais Viegas), p.158.

<sup>232</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana. África ocidental (1500-1569)*, v. II, p. 51 e 132.

outros estados peninsulares, devido ao monopólio português do acesso aos mercados da África negra. Com o início do tráfico para as Índias ocidentais aquela obrigatoriedade vigorou também para o fornecimento de cativos de Cabo Verde e do golfo da Guiné às possessões castelhanas da América, mas depressa se tornou patente a sua inviabilidade, pelas despesas e mortalidade dos escravos que acarretava esse longo percurso, passando a ser autorizadas as viagens directas entre a África e a América. Mas para as levas destinadas aos portos castelhanos da Península Ibérica, apesar das frequentes excepções ao longo do tempo, a entrada em Lisboa passou a ser a regra. A saída dos cativos obrigava à obtenção de um alvará, passado para o efeito pelos escrivães da Casa da Mina, os quais cobravam 30 reais por cada peça de escravo <sup>233</sup>. São inúmeros os testemunhos desse comércio transfronteiriço, quer dos escravos desde o início destinados à reexportação, quer dos que, chegados ao país, só posteriormente eram encaminhados para além fronteiras pelos respectivos donos. Esse comércio processava-se por mar e por terra. Começemos pelo primeiro.

Um dos destinos principais das exportações portuguesas de escravos era Sevilha, um dos maiores centros urbanos da Península e mesmo da Europa e grande consumidor dessa mão-de-obra. O cronista Luís de Peraza referiu-se à abundância de escravos na cidade : “ *Existe uma multidão infinita de negras e negros de todas as partes da Etiópia e Guiné, dos quais nos servimos em Sevilha, que são trazidos pela via de Portugal*” <sup>234</sup>. O grande volume da introdução de negros levou os principais mercadores lisboetas especializados neste ramo de comércio a manterem aí correspondentes. Vários vizinhos de Lisboa, quatro de apelido Fernandes ( Bartolomeu, Diogo, Gonçalo e Luís), Jorge de Aguiar, Duarte Lindo e António Nunes venderam escravos na cidade entre 1510 e 1525,

---

<sup>233</sup> - Damião Peres, *Regimento das Casas das Índias e Mina*, p. 99.

<sup>234</sup> - “ *Hay infinita multitud de negras y negros de todas las partes de Etiópia y Guinea, de los cuales nos servimos en Sevilla y son traídos por la via de Portugal*” ( Mencionado em Juan Manuel de Cires Ordóñez e Pedro E . Garcia Ballesteros, “ El tablero de ajedrez sevillano: bautizos y matrimonios de esclavos”, inserido na obra de Isidoro Moreno *La antigua hermandad de los negros de Sevilla*, p. 493 ).

simultaneamente com algarvios de Lagos e Tavira e com florentinos e genoveses <sup>235</sup>. Sevilha, por sua vez, abastecia de mão-de-obra cativa as vilas e localidades mais ricas e populosas da Andaluzia, quer através dos seus próprios traficantes, que a elas se deslocavam para colocar a mercadoria humana, quer através dos que, das terras envolventes, acorriam à cidade do Guadalquivir com o fim de a adquirir. Além de um sem número de pequenas terras, também cidades como Baeza, Córdoba e Granada lá enviavam com frequência mercadores com esse objectivo. Mas também de Burgos, Toledo, Madrid, Múrcia, Palência e Medina del Campo <sup>236</sup>, o que mostra o largo âmbito de irradiação do comércio escravista que se desenvolvia, dentro do espaço castelhano peninsular, com base nas remessas portuguesas de escravos.

Em 1574 o desembargador da Casa do Cível Cosme Fernandes vendeu a Garcia Vaz, mercador residente na Rua Nova, uma sua escrava preta ladina, com um filho de dois meses, na condição de ambos serem mandados para Sevilha no primeiro navio que da cidade partisse, não podendo regressar mais ao reino <sup>237</sup>.

Outro porto de importância fundamental na entrada em território castelhano dos escravos reexportados de Portugal era Valência. Vicenta Cortés enumerou, no já referido estudo sobre os cativos chegados àquele porto, alguns mercadores de Lisboa responsáveis pela remessa de contingentes desta mão-de-obra, entre 1501 e 1515. Alguns mostram, nos apelidos, a sua origem castelhana, como Alonso e Gonçalo de Cáceres. O primeiro fez entrar naquele porto 228 negros boçais, que levou de Lisboa em 1510 <sup>238</sup>. Outros dois, Diego de Aranda e Cristóbal de Aro, eram burgaleses mas viviam em Lisboa, tendo mandado em 1513, de navio, uma remessa de 83 cativos e outra de 76

---

<sup>235</sup> - Alfonso Franco Silva, *La esclavitud en Sevilla y su tierra a fines de la Edad Media*, p. 74-80.

<sup>236</sup> - Idem, p. 82-83.

<sup>237</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 3, Liv. 14, f. 108 v. – 2.6.1574.

<sup>238</sup> - Vicenta Cortés, *La esclavitud en Valência durante el reinado de los Reyes Católicos (1479-1516)*, p. 401.



a um representante em Valência, para os vender <sup>239</sup>. Diego Ferrandiz (talvez Diogo Fernandes), mercador de Lisboa enviou, em 1512, 25 negros a vender na cidade <sup>240</sup>. Surgem igualmente nas fontes Álvaro Dias, Fernando Rodrigues, Luís Pardo, João de Cohumbre (de Coimbra?), comerciantes lisboetas implicados no tráfico negreiro com aquele porto.

Havia também, tal como em Sevilha, moradores de Lisboa a viver e exercer os seus negócios em Valência, como Gabriel Romano e João de Brandis (provavelmente João de Abrantes), este último agindo ocasionalmente como procurador do florentino César de Barchi. A intervenção dos italianos, como intermediários, era, aliás, assinalável. Cristóbal Calbo, mercador genovês estabelecido na cidade, recebia conjuntos de negros que lhe enviava de Lisboa um seu irmão <sup>241</sup> e o veneziano Luís de Jordi, “*habitante de Portugal e residente em Valência*”, adquiriu um índio em Lisboa, em Agosto de 1512, que depois foi vender àquela cidade <sup>242</sup>.

Notava-se igualmente a actuação de pequenos intervenientes no tráfico, como marinheiros e mestres de caravelas portuguesas, certamente participantes no comércio com África, que negociavam um ou dois negros em Valência. Entre os compradores da cidade, uns interessados na utilização directa dos escravos e outros na sua revenda, contavam-se, além de mercadores, os mais numerosos, padres, notários, lavradores, boticários e artesãos de diversos ofícios, como carpinteiros, queijeiros, prateiros, sapateiros e tintureiros <sup>243</sup>.

---

<sup>239</sup> - Idem, p. 434 e 435.

<sup>240</sup> - Idem, p. 424.

<sup>241</sup> - Idem, p. 349.

<sup>242</sup> - Idem, p. 428.

<sup>243</sup> - Idem, p. 302-471.

Além de Sevilha e Valência, destacavam-se também na recepção, por via marítima, de escravos fornecidos ao território castelhano a partir de Portugal localidades como Alicante, Cartagena, Múrcia e Puerto de Santa Maria <sup>244</sup>.

Paralelamente a esta corrente de tráfico, realizada por mar, entre Lisboa e outros portos portugueses, nomeadamente algarvios, e as principais cidades portuárias castelhanas, desenvolvia-se outro, por via terrestre, ligando a maior urbe portuguesa e as cidades e vilas do sul do país aos mercados e centros de consumo de escravos da Andaluzia, Estremadura e outras regiões de Castela. Neste caso eram provavelmente deslocados grupos menos numerosos do que por via marítima, mas nem por isso se tratava de um negócio menos activo e eficiente, embora nas mãos de intermediários mais obscuros e de âmbito mais modesto que os prósperos tratantes de Lisboa que faziam deslocar cativos às centenas.

As vendas podiam efectuar-se directamente entre o principal mercado abastecedor que era Lisboa e os grandes centros de destino dos escravos, como Sevilha, Córdova, Salamanca, Toledo ou Valladolid ou, então, entre localidades de menor dimensão, portuguesas e castelhanas, em transacções sucessivas. A primeira era o principal destino deste tráfico transfronteiriço. Nele se inseriu o envio que o italiano Carlos Velute, morador em Lisboa, fez de Maria, em 1590, a Pedro de Retana, aí residente, para que lhe vendesse <sup>245</sup>. Em 1590 estava em curso uma demanda judicial a propósito da venda de António, escravo de Andrés Prayve, flamengo, morador em Sevilha, pelo mercador lisboeta Simão de Sousa <sup>246</sup>. Cosme, de “*casta de S. Tomé*” foi transaccionado em 1598 pelos padres do mosteiro de Santo Elói ao sevilhano D. Alonso Escalante de Mendonça <sup>247</sup>. Para Salamanca foi levada Isabel, negra de 17 anos aprisionada na sua

---

<sup>244</sup> - Idem, p. 302-471.

<sup>245</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 19, Liv. 87, f. 22 v. – 28.4.1590.

<sup>246</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Liv. 3, f. 31 v. -13.7.1590.

<sup>247</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 25, Liv. 121, f. 125 – 16.9.1598.

terra e vendida em Lisboa a um mercador que, por sua vez, a exportou para aquela cidade universitária <sup>248</sup>. O castelhano de Guadalcanal Afonso de Sarzedas, cristão-novo e “*mercador de escravos*”, estava em Lisboa em 1564 e foi preso pelo Santo Ofício por ser acusado de tendências judaizantes <sup>249</sup>. Dedicava-se certamente ao fornecimento de escravos ao seu país a partir da cidade do Tejo.

Outro destino frequente eram os principais mercados castelhanos de escravos, como Zafra e Medina del Campo, onde acorriam portugueses e naturais a vender e adquirir cativos. As feiras que se realizavam nesta última, de grande importância comercial, na época, na transacção de inúmeros produtos, eram também activas no comércio desta mão-de-obra, de onde ela, depois, irradiava para muitas terras da Península, incluindo Valência. Em Medina foi vendido João, do lisboeta Luís Mendes, filho de uma caboverdiana <sup>250</sup> e Jerónimo, de Francisco Lopes, de Santarém <sup>251</sup>, assim como Isabel, com um filho, pertencentes ao bispo de Évora, que lá os mandou vender por um agente <sup>252</sup>.

Zafra, pela sua posição entre Badajoz e a fronteira portuguesa, por um lado e Sevilha, Córdoba e Granada, por outro, ocupava também papel destacado no tráfico por terra, sobretudo durante as feiras de S. João e de S. Miguel. Aí afluíam mercadores portugueses de Lisboa, Évora, Olivença e outras localidades e compradores de toda a Andaluzia, nomeadamente sevilhanos e granadinos. Em 1581 o sevilhano Gonzalo Sánchez Morales comprou cinco negros ao mercador de escravos lisboeta João Rodrigues <sup>253</sup>. Manuel Sánchez Gómez-Coronado encontrou escrituras de compra e venda referentes a mais de 500 escravos no período de 1570 a 1600, lavradas perante

---

<sup>248</sup> - Vicenta Cortés, *La esclavitud en Valencia ..*, p. 306 – 30.3.1502..

<sup>249</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 3978, f. 2 – 31.8.1564.

<sup>250</sup> - Idem, p. 353.

<sup>251</sup> - Idem, p. 453 – 28.3.1515.

<sup>252</sup> - Idem, p. 460 – 11.12.1515.

<sup>253</sup> - Manuel Sánchez Gómez-Coronado, “ El comercio de esclavos en Zafra en el siglo XVI”, *Revista de Zafra y su feria*, 1994, p. 40.

um dos três notários da cidade, o que o faz supor que, no total, tivessem sido ultrapassados os mil cativos vendidos nesses 30 anos <sup>254</sup>.

Dada a especialização deste mercado, os seus habitantes dedicavam-se também a adquirir escravos em Portugal e no território castelhano, que depois vendiam localmente. João de Aguxo, aí morador, comprou em Lisboa uma índia que mandou buscar em 1562 <sup>255</sup>. Em 1577 Cristóvão Rodrigues, mercador de Zafra, concluiu a compra de Júlia ao eborense Domingos Pereira de Vasconcelos <sup>256</sup> e em 1608 ainda decorria uma contenda judicial entre Manuel Gonçalves, vizinho da vila estremenha e Manuel Gil, de Alvito, por causa de uma escrava preta que este vendera ao primeiro <sup>257</sup>.

Muitos habitantes das cidades e vilas próximas da fronteira entre os dois estados, quer do lado português quer do castelhano, dedicavam-se a esse tráfico negreiro. Em território lusitano são de referir terras como Elvas, Olivença, Vila Viçosa, Beja, Serpa, Mértola, Tavira e Castro Marim. Na parte castelhana destacavam-se, entre outras – como Barcarrota e Salvaleón <sup>258</sup> - Badajoz e Ayamonte. Em todas se compravam e vendiam cativos e moradores seus costumavam deslocar-se a Lisboa e outras localidades portuguesas para os adquirirem, os quais depois transaccionavam para lá da raia entre os dois países. Vejamos alguns exemplos.

Em 1592 estava em Lisboa João Guisado, morador em Badajoz, que provavelmente aí se deslocou com fins comerciais pois adquiriu Alexandre, escravo de S. Tomé, ao barbeiro Francisco Carvalho, morador na rua dos Fornos <sup>259</sup>. Em 1589 encontrava-se na cidade o castelhano André Calvo, vizinho de S. Lúcar de Barrameda,

---

<sup>254</sup> - Idem, p. 43.

<sup>255</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 83, f. 116 v. – 4.2.1562.

<sup>256</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 126, f. 123 v. – 25.1.1577.

<sup>257</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 354, f. 142 – 24.3.1608.

<sup>258</sup> - Joaquín Álvaro Rubio, *La esclavitud en Barcarrota y Salvaleón en el período moderno*, p. 84.

<sup>259</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 4, Liv. 13, f. 21 – 22.6.1592.

como “ *comprador de Diogo de Mentanches*”, seu compatriota, o qual negociou com um padre de Évora um índio de 16 anos, que entretanto fugiu <sup>260</sup>.

Fernão d’Álvares, piloto da carreira da Guiné e também morador em Lisboa, ao Poço da Fótea, encarregou João Mateus, de Ayamonte, de lhe “ *vender e beneficiar*” nessa vila fronteiriça quatro escravos da Guiné, mandando-lhe a importância conseguida, “ *em letra*”. Como três anos depois, em 1582, o intermediário ainda não o tinha cumprido o acordado, ele nomeou como seus procuradores dois mercadores da mesma vila para cobrarem a importância da venda <sup>261</sup>.

Avamonte, desempenhava, aliás, um papel de relevo neste tráfico, dirigindo-se a ela portugueses de várias localidades do Alentejo e Algarve com tal fim. Por exemplo, o arrieiro de Beja Diego Martín ( Diogo Martins) surge nos registos notariais de 1597 a vender dois escravos na vila e, em 1598, a vender outros quatro. Foram compradores um tesoureiro da alfândega e dois mercadores. No ano seguinte, outro arrieiro bejense, Luís Martín ( Luís Martins) negociou aí a negra Filipa, adquirida por um sombreireiro <sup>262</sup>. Outras terras de que partiram, no século XVI, vendedores de cativos foram Faro, Tavira e Castro Marim, no Algarve e, do Alentejo, Mértola, Serpa e Castro Verde <sup>263</sup>. Também alguns moradores da própria vila se dedicaram a este negócio, comprando escravos em Portugal, alguns com grande número de transacções realizadas. Parte dos escravos comprados permanecia na própria vila, enquanto outros eram depois levados para outras terras da região andaluza, nomeadamente para Sevilha, de onde chegavam compradores interessados em adquirir algumas peças a melhores preços que os conseguidos na sua cidade <sup>264</sup>. Os sevilhanos, de resto, procuravam afanosamente comprar cativos em qualquer sítio, como João Bautista Belagamba que adquiriu, em

---

<sup>260</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 220, f. 112 – 26.7.1589.

<sup>261</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 11, Liv. 51, f. 32 v. – 18.10.1582.

<sup>262</sup> - António Manuel González Díaz, *La esclavitud en Ayamonte durante el Antiguo Régimen*, p. 113-114.

<sup>263</sup> - Idem, p. 128.

<sup>264</sup> - Idem, p. 118.

1594, um moço índio “ *de nação bengala*” ao enfermeiro maior do hospital de Beja Luís Dias <sup>265</sup>.

Elvas, cidade de fronteira, especialmente preparada para o comércio entre os dois países e, além disso, importante centro militar e eclesiástico e, nessa medida, empregadora de numerosa população escrava, desempenhava um papel central no tráfico de negros e outros cativos. Aí se dirigiam moradores de várias terras portuguesas a vender esta mercadoria e castelhanos a comprá-la. Também o escrivão da comarca do Alentejo Diogo de Soveral vendeu aí um negro ao mercador Simão Gomes, em 1572 <sup>266</sup> e, em 1600, o eborense Luís Gomes Correia encarregou um atafoneiro de para lá levar Isabel, sua preta ladina, para a vender <sup>267</sup>.

Papel semelhante tinha Olivença, localidade igualmente raiana. Por tal motivo um moço da câmara do duque de Bragança mandou um tecelão de Vila Viçosa “ *ir à vila de Olivença a vender uma escrava dele*”, o que mostra que a mesma era um bom local para se conseguirem compradores para os cativos <sup>268</sup>. Olivença, de resto, viria a destacar-se, no século XVII, como centro vocacionado para o tráfico negreiro, com numerosos traficantes profissionais, activos no abastecimento de mão-de-obra servil, de origem portuguesa, ao território de Castela <sup>269</sup>. E o mesmo se pode afirmar de Serpa onde, ao longo de seiscentos, viveram e labutaram muitos profissionais deste ignóbil mister. De 1595 surge também um valioso testemunho deste tráfico, numa carta de perdão real a Pedro, escravo de uma moradora dessa vila. Este assaltara, com outros, João Corvo, também residente em Serpa e “ *que tinha por ofício ir vender escravos a Castela*”, ferindo-o. Por tal motivo tinha fugido e servira, depois, na armada, por

---

<sup>265</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 5, Liv. 19, f. 136 v. – 27.5.1594.

<sup>266</sup> - Jorge Fonseca, *Os escravos em Évora no século XVI*, p. 68-69.

<sup>267</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 323, f. 29 – 6.12.1600.

<sup>268</sup> - ADE, FN, Vila Viçosa, Liv. 15, f. 141 – 30.3.1604.

<sup>269</sup> - Jorge Fonseca, “ A raia luso-castelhana, espaço de cativo e de luta pela liberdade ( Séculos XVI-XVII), *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LXII, Nº. 2, p. 727.

intervenção da sua dona. Na justificação apresentada, por esta, para a obtenção do perdão, a mesma estabeleceu, aparentemente, ligação estreita entre a agressão e o exercício da profissão de negreiro pela vítima, repetindo, para isso, a referência a essa actividade, o que não era vulgar : “ *a causa sobre que sucedera fora o dito seu escravo ter palavras com o dito João Corvo que tinha por ofício levar a vender escravos a Castela e sobre dito [sobre isso] tiveram diferenças, polo que o dito seu escravo, com outros, saltaram com o sobredito junto à dita vila*”. Embora tal não seja inequivocamente afirmado, percebe-se que a disputa radicou na natureza da profissão do agredido, ou por ele se preparar para deslocar à força alguém das relações do escravo ou, simplesmente, por este e os companheiros o quererem insultar por se dedicar a um ofício para eles tão vil. O certo é que o cativo foi perdoado pelo rei <sup>270</sup>.

De outras localidades próximas da fronteira, embora não propriamente raianas, como Vila Viçosa e Évora, saíam escravos para Castela. Marcos Ferreira, ferrador, vendeu a crédito em Vila Viçosa “ *uns escravos*” a um morador de Oliva, do ducado de Féria, que este ainda não lhe tinha pago em 1573 <sup>271</sup>. Três anos depois Catarina Dias, viúva de Évora, mandou um neto vender-lhe em Castela dois escravos negros <sup>272</sup> e em 1581 Afonso Tomé, da mesma cidade, transaccionou Domingas, sua escrava mulata, a um mercador de courama da vila castelhana de Frejenal <sup>273</sup>. Já em 1520 o vizinho de Évora Rui Gomes fora a Baza, na região de Granada, vender Catarina, de 20 anos <sup>274</sup>.

Nem sempre se conhece o destino dessas vendas, pois frequentemente os vendedores encarregavam um agente de ir a Castela procurar comprador para os seus cativos e vendê-los onde os encontrasse, como sucedeu com Manuel Afonso de Sousa, cavaleiro da casa do rei e morador em Lisboa, que entregou 15 peças de escravos – duas

---

<sup>270</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perd. e legit., Liv. 5, f. 95 v. -16.7.1595.

<sup>271</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 113, f. 137 – 3.9.1573.

<sup>272</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 125, f. 13 – 9.10.1576.

<sup>273</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 204, f. 11 v. – 28.11.1581.

<sup>274</sup> - Carlos Asenjo Sedano, *Sociedad y esclavitud en el reino de Granada. Siglo XVI*, p. 120.

índias e 13 negras – a um seu sobrinho para as vender “ *no reino de Castela*”, a quem entendesse e pelos preços que conseguisse. Provavelmente o intermediário deste já vultoso negócio distribuiu essa carga humana por diversas terras do país vizinho, ao sabor das oportunidades encontradas <sup>275</sup>.

Como temos mostrado, no tráfico de escravos, fosse marítimo ou terrestre, não intervinham só mercadores, mas igualmente artesãos, marinheiros, funcionários e até gente da nobreza. O próximo exemplo inclui um militar interessado neste negócio. Em Outubro de 1580, já depois da invasão de Portugal por Filipe II, o marinheiro da carreira da Índia Gonçalo Fernandes vendeu Grimanesa, que tinha trazido “ *de Moçambique, das partes da Índia*”, a Diogo de Narvais, soldado castelhano que tinha vindo “ *no exército e armada de Sua Magestade*”. Este seria obrigado, porém, a levá-la para Castela no espaço de oito dias depois da venda, sem o que a perderia novamente <sup>276</sup>.

Não pode deixar de ser referido, neste contexto, o fornecimento, em 1559 e 1560, de 100 negros de Cabo Verde, Congo e S. Tomé ao estado castelhano para trabalharem nas minas de prata de Guadalcanal, na Serra Morena, poucos anos depois da descoberta daquelas jazidas. Dando corpo ao projecto do administrador geral das minas reais, Francisco de Mendoza, que previa o uso de escravos naquela actividade, a exemplo do que era feito nas minas da Nova Espanha, os cativos foram adquiridos pela coroa do país vizinho ao traficante português e feitor do rei Manuel Caldeira. A estes cativos, todos boçais, 88 homens, para o trabalho das minas, mais 12 mulheres, juntar-se-iam depois outros 23, comprados no mercado de Zafra e terras circunvizinhas <sup>277</sup>. Integrada na mesma política de aquisição a Portugal de escravos destinados ao trabalho em

---

<sup>275</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 9, Liv. 33, f. 130 v. – 4.7.1597.

<sup>276</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 8, Liv. 41, f. 9 v. – 21.10.1580.

<sup>277</sup> - Alessandro Stella, “ L’esclavage en Andalousie a l’Époque Moderne”, *Annales*, nº. 1, 1992, p. 35-45.



importantes unidades económicas castelhanas esteve também a aquisição em Lisboa, no Outono de 1589, de nove cativos para trabalharem na fábrica de moedas de Segóvia <sup>278</sup>.

Deve ser testemunho da saída de escravos de Lisboa para Castela a procuração, passada em 1579 por Diogo Dias, morador na rua da Misericórdia, para cobrança de 2.970 maravedis que lhe eram devidos “ *de comida e pousada*” que fornecera a “*Melchior de Pineda e seus escravos*”. Este morava na vila andaluza de Lepe, próxima de Ayamonte, grande centro de tráfico negreiro e a sua deslocação a Lisboa pode ter-se destinado à compra dos escravos que o acompanhavam <sup>279</sup>.

Embora a exportação de escravos de Lisboa e do reino se fizesse predominantemente para a Península Ibérica, há provas também de outros destinos, nomeadamente a Itália, onde esta mão-de-obra continuava a ser procurada e utilizada. A participação de numerosos italianos nos empreendimentos ultramarinos portugueses, inclusive no tráfico escravista e a sua presença em Portugal facilitavam a aquisição de negros e outros escravos por parte deles, no seu principal mercado abastecedor, que era Lisboa e o território lusitano. As provas notariais desses negócios não abundam tanto como as de outros destinos, mas as poucas que subsistiram confirmam a existência dessa corrente comercial, como a venda, realizada em 1584, de um negro de “ *casta de jalofo*” , de 18 anos, por Frutuoso Gonçalves, morador de Cabo Verde mas, ao tempo, residente em Lisboa, a Pompeo Ludovico, vizinho da cidade italiana de Luca <sup>280</sup>. Um compatriota seu, Cipião Grimaldo, que vivia em Lisboa à calçada do Congro, durante uma estadia em Madrid vendera um negro que tinha ao seu serviço, provavelmente levado de Portugal, a Nicolau Dória, genovês, aí residente, ao qual deu quitação do pagamento de 44.000 maravedis em 1598 <sup>281</sup>. Já em 1547 o núncio do papa junto da

---

<sup>278</sup> Alessandro Stella, *Histoires d’esclaves dans la Péninsule Ibérique*, p. 94-95.

<sup>279</sup> - TT, FN, Cart. 1, Cx. 2, Liv. 10, f. 2 – 18.3.1579.

<sup>280</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 66, f. 114 – 24.12.1584.

<sup>281</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 9, Liv. 43, f. 134 – 26.8.1598.

corte portuguesa Giovanni Ricci enviara para Itália, à sua cunhada Faustina Benci, alguns jovens escravos destinados a servirem os dois filhos desta e de um seu falecido irmão, Giulio e Marietta <sup>282</sup>, os quais por certo adquiriu com esse fim.

#### ***4.4 – Lisboa e o tráfico negreiro com a América***

O tráfico de escravos entre o continente africano e as colónias europeias do Novo Mundo foi impulsionado por um amplo conjunto de factores, quer de natureza geográfica, tecnológica e demográfica, quer de ordem económica, social, política e cultural, que se conjugaram para a eclosão desse fenómeno histórico de enorme repercussão espacial e temporal.

No plano geográfico, a proximidade entre a África sub-sariana - imensa, aparentemente inesgotável reserva de mão-de-obra – a Europa, carenciada da população indispensável à exploração da América e o próprio continente americano – que o Oceano mais unia do que afastava da sua margem oriental – criou o condicionalismo perfeito para a expatriação em massa da população africana, que a conjuntura histórica não fez mais do que pôr em prática. O próprio regime de ventos e correntes marítimas aproximava as costas da África e da América, facilitando as ligações comerciais. Luiz Felipe de Alencastro ressaltou a importância do anticiclone de Capricórnio, verdadeira “*engrenagem oculta da história do Atlântico Sul*” que favoreceu grandemente o tráfico negreiro para o Brasil. Através dela veria o Padre António Vieira, já no século XVII, a intervenção divina propiciando aquela transmigração humana, destinada à salvação de tantas almas: “*tão singularmente favorecida e assistida de Deus, que não havendo em todo o Oceano navegação sem perigo e contrariedade de ventos, só a que tira de suas*

---

<sup>282</sup> - Charles-Martial de Witte, *La correspondance des premiers nonces permanents au Portugal. 1532-1553*, v. I, p. 442.

*pátrias a estas gentes e as traz ao exercício do cativo é sempre com vento à popa e sem mudar vela”* <sup>283</sup>.

No plano tecnológico, as diferenças de desenvolvimento entre os povos europeus e os da África negra, nomeadamente nos meios e conhecimentos de navegação de que dispunham e no uso das armas de fogo <sup>284</sup>, foram decisivas para o domínio comercial dos primeiros, entre outras matérias na obtenção de cativos em larga escala e na sua deslocação a grandes distâncias. No demográfico, há a referir a já apontada abundância populacional africana e a falta de gente no continente europeu, relativamente às suas ambições colonizadoras.

Em termos económicos, os países do ocidente europeu desenvolveram, no fim da Idade Média, circuitos comerciais, instituições financeiras e seguradoras, técnicas de pagamento, produtos industriais e acumularam capitais de tal vulto que a sua expansão mundial se tornou inevitável. A prioridade portuguesa deveu-se unicamente à vantagem geográfica e às condições políticas, ou seja, a unidade e estabilidade de um pequeno estado face à divisão, conflitos internos e indefinição de outros, em conjunto com a vontade de afirmação da coroa, com o desejo de lucros comerciais, por parte desta, das classes mercantis e da própria nobreza, e com o ideal de expansão religiosa.

A descoberta da América teve como consequência, por parte dos particulares e dos estados, a vontade de rentabilização das suas riquezas, nomeadamente os metais preciosos e a terra, para a produção agrícola. Essa exploração poder-se-ia ter processado sem recurso a escravos, mas, nesse caso, nunca poderia ter sido tão intensa como foi, por falta de trabalhadores europeus e pelas características da população autóctone, que a tornaram insuficiente para os fins em vista. O que permitiu que os europeus avançassem para formas de exploração de grande rendimento – como a extracção mineira e a

---

<sup>283</sup> - Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes*, p. 61-63.

<sup>284</sup> - John K. Thornton, “ Les débuts des relations luso-congolaises : une nouvelle interprétation », *Chiers des Anneaux de la Mémoire*, n.º. 3, p. 44-45.

monocultura intensiva de produtos de alto valor, como o açúcar, o algodão ou o café – foi a possibilidade do emprego de escravos negros, abundantes, fáceis de adquirir e de transportar e apropriados para o trabalho que lhes era exigido, quer em termos de resistência física, quer pelo conhecimento das técnicas produtivas. Isso permitiu-lhes até o *luxo* de eximir os índios autóctones à escravização, pois eram poucos – sobretudo depois de dizimados pelas doenças levadas pelos europeus, como a varíola <sup>285</sup> – pouco resistentes à dureza e disciplina das tarefas que estes lhes impunham e dispensáveis, pela existência de mão-de-obra alternativa. Mas, com a libertação dos ameríndios e estabelecida a opção por uma exploração intensiva e em grande escala, não haveria já lugar a outras escolhas que não fossem o recurso aos escravos africanos. Convém também mencionar, ao referir-se a falta de mão-de-obra, a impossibilidade do recurso a escravos eslavos e balcânicos depois de estabelecido o domínio turco no Mediterrâneo oriental <sup>286</sup>.

No domínio político, além dos aspectos atrás referidos, a coexistência, em África, de estados e formações de diferente solidez e amplitude favoreceu a “*produção*” de escravos para venda aos comerciantes europeus, ao longo de séculos, através da captura dos mais fracos pelos mais fortes. A existência de formações políticas fortes foi igualmente determinante por originar nos respectivos soberanos o desejo de obterem produtos de prestígio, fornecidos pelos europeus em troca de escravos.

No plano socioeconómico, a prática da escravatura em África muito antes da chegada dos portugueses <sup>287</sup>, assim como o desenvolvimento do tráfico, quer interno quer com o norte de África e as civilizações do Índico, às mãos dos mercadores islâmicos <sup>288</sup>, criaram a base que permitiu a transformação do mesmo, a partir do século

---

<sup>285</sup> - Herbert Klein, *O comércio atlântico de escravos*, p. 27.

<sup>286</sup> - Herbert Klein, *O comércio atlântico de escravos*, p. 21.

<sup>287</sup> - Herbert Klein, *O comércio atlântico de escravos*, p. 8-9.

<sup>288</sup> - Jacques Heers, *Les négriers en terres d'Islam*, p. 120 e 132-138.

XV, com novos destinos e renovada intensidade, dando origem ao tráfico transatlântico<sup>289</sup>.

Os factores culturais foram também decisivos para este novo ímpeto do comércio de seres humanos. Por um lado, o expansionismo religioso quer cristão quer islâmico, que alimentava há longo tempo a escravatura nas costas do Mediterrâneo – e servira também para os estados islâmicos de África capturarem as tribos *pagãs* das suas periferias<sup>290</sup> - serviu de pretexto à escravização dos *infiéis* negros entretanto descobertos pelos europeus. Por outro, os preconceitos raciais, que foram factor e resultado da própria escravatura. Escravizavam-se os que eram estranhos ao grupo dominante, pela religião e pelo nível ou tipo de civilização, mas igualmente pelo aspecto físico. O preconceito acentuou-se, no entanto, com a escravização daqueles que eram diferentes, neste caso dos negros, pois a sua cor e características passaram a ser associadas aos escravos<sup>291</sup>.

O proselitismo cristão foi um factor importante do esforço escravista, fornecendo os argumentos morais e teológicos de que este necessitava. Mas também desempenhou destacado papel, no mesmo sentido, a difusão nos países ocidentais do Direito romano, operada nos últimos séculos medievais - que em Portugal influenciou fortemente as *Ordenações* do reino - ao recolocar na ordem do dia conceitos e atitudes de uma sociedade esclavagista há muito extinta<sup>292</sup>. O mesmo se pode afirmar do interesse pela

---

<sup>289</sup> - Elikia M'Bokolo, *África negra. História e civilizações*, tomo 1, p. 400.

<sup>290</sup> - Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 45-53.

<sup>291</sup> - A defesa de que o preconceito racial foi o fundamento principal da escravização dos negros, proposta por autores como Molefi Kete Asante ( “ L’Idéologie de la supériorité raciale comme fondement de la déportation d’Africans par les Européens”, *Déraison, esclavage et droit*, p. 161-177) é ela própria preconceituosa e esquece que a mesma foi precedida da escravização dos brancos do norte de África e da própria Europa. A escravatura necessitou sempre de um pretexto, que justificasse a exclusão do *outro* e o seu domínio, mas não necessariamente da diferença racial ( David Turley, *História da escravatura*, p. 15).

<sup>292</sup> - “[...] la plaga de la esclavitud adquirió gran extensión por dos factores: en el orden de los echos, por los Descubrimientos [...]; en el de las ideas, por el auge del Derecho Romano que le proporcionó una base jurídica” ( António Domínguez Ortiz, *Orto y ocaso de Sevilla*, p. 62 ) ; António Manuel Espanha, *História das Insituições. Épocas medieval e moderna*, p. 447, 490-502.

literatura greco-latina, trazido pela vaga renascentista, que certamente contribuiu para incutir nas elites ocidentais uma cultura nesse aspecto retrógrada <sup>293</sup>.

Já foi assinalada a relação entre o tráfico negreiro e as viagens marítimas empreendidas pelos portugueses a partir do século XV. Inicialmente ele desenvolveu-se apenas entre o continente africano e a Península Ibérica, ou os arquipélagos ibéricos do Atlântico norte – além daquele que se processava entre países africanos do golfo da Guiné, nas mãos dos portugueses <sup>294</sup> - só depois se expandindo às Índias ocidentais e ao Brasil, com a procura de trabalhadores pelos colonos americanos.

#### **4.4.1 - Índias Ocidentais**

A introdução de negros nas Índias de Castela começou na primeira década de Quinhentos com a chegada de pequenos carregamentos destinados à exploração mineira, autorizados pelo Reis Católicos ao governador da ilha Espanhola ( S. Domingos ) Nicolau de Ovando <sup>295</sup>. Na segunda década a coroa estabeleceu contratos com particulares para fornecimento de grandes quantidades de escravos aos colonos antilhanos. O primeiro foi acordado em 1518 com o governador de Bresa, nos Países Baixos, Lourenço de Gouvenot ( ou Garrevod, como era mais conhecido), barão de Montinay e conselheiro de Carlos V, para a transferência de 4.000 escravos da Guiné, com isenção do pagamento de direitos <sup>296</sup>. O beneficiário vendeu o privilégio ao contador da Casa de Contratação, de Sevilha, Juan López de Recalde, que o revendeu a um grupo de comerciantes genoveses estabelecidos em Sevilha, os quais, por sua vez,

---

<sup>293</sup> - Eugénio Garin, *O Renascimento. História de uma revolução cultural*, p. 23-50.

<sup>294</sup> - Joseph B. Ballong-Wen-Mewuda, “ Africans et Portugais : tous des Négriers, aux XV.e et XVI .e siècles dans le Golfe de Guinée », *Cahiers des Anneaux de la Mémoire*, n°. 3, p. 19-38.

<sup>295</sup> - Georges Scelle, *Histoire politique de la traite négrière aux Indes de Castille*, tomo I, p. 121-122.

<sup>296</sup> - Georges Scelle, Ob. cit., 140-146.

negociaram licenças de tráfico com outros indivíduos, como Gaspar Centurione, também genovês e Juan de la Torre, de Medina del Campo <sup>297</sup>.

Ainda em 1518, D. Jorge de Portugal, morador em Sevilha, filho do embaixador português em Castela, obteve licença para traficar 400 escravos, igualmente isentos de impostos e Álvaro Osório, marquês de Astorga, para outros 400, a qual vendeu a banqueiros genoveses <sup>298</sup>. As próprias autoridades locais dos domínios americanos conseguiram, por vezes, autorização régia para adquirir e transportar cativos negros da costa africana dominada pelos portugueses para os seus territórios, atendendo à carência de braços para a actividade mineira, os engenhos de açúcar e a criação de gado <sup>299</sup>.

Esses contratos eram eventuais, realizados para satisfazer a procura de cativos pelas possessões indianas e destinados ao fornecimento de um número determinado de escravos. Não tinham limite de vigência nem conferiam monopólio aos seus detentores, podendo vigorar outros em simultâneo. O monopólio só seria estabelecido com o primeiro *assento*, firmado em 1528 entre a coroa castelhana e dois alemães, Henrique Eynger e Jerónimo Sayller, ambos do círculo cortesão do imperador, representantes dos banqueiros Welser. Por ele foi autorizado o tráfico de 4.000 negros durante um período de 4 anos, em regime exclusivo, sendo os executores obrigados ao pagamento de 20.000 ducados à Fazenda real e a vender os escravos na América a um preço não superior a 40 ducados por cabeça <sup>300</sup>. Em 1536 foram esboçados novos assentos, um com o primeiro daqueles alemães e com Rodrigo de Dueñas, de Medina del Campo e o outro com os sevilhanos Alonso Cavallero e Gaspar de Torres, ambos para 4.000 licenças, mas que não chegariam a concretizar-se <sup>301</sup>.

---

<sup>297</sup> - Georges Scelle, Ob. cit., p. 152-153.

<sup>298</sup> - Hugh Thomas, *The slave trade*, p. 96 e 99.

<sup>299</sup> - Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela (1541-1556)*, p. 24-25.

<sup>300</sup> - Georges Scelle, Ob. cit., p. 163-170.

<sup>301</sup> - Idem, p. 178 e 188.

De 1532, ano em que expirou o assento dos Welser, a 1580, a coroa passou a administrar directamente o tráfico de africanos para a América, por meio da Casa de Contratação, concedendo licenças isoladas para transporte e venda de escravos ou firmando assentos parciais com candidatos a fornecer dessa mão-de-obra um ou outro território em concreto e não, como nos precedentes, o conjunto das Índias castelhanas. Um destes foi concluído em 1541, com os irmãos Afonso, Diogo e Gaspar de Torres, portugueses estantes em Sevilha, com o fim de suprir a carência de escravos que se fazia sentir em Trujillo, nas Honduras, manifestada pelo próprio bispo. Teve por objectivo a entrega naquele território de 300 escravos, um terço deles mulheres, no prazo de um ano, ao preço individual de 55 pesos, sem pagamento de direitos à coroa <sup>302</sup>. Outro foi com o português Manuel Caldeira, datado de 1556 e destinou-se ao fornecimento de 2.000 escravos às Índias, sem prazo definido <sup>303</sup>. Da mesma época foi a autorização dada ao secretário do rei de Portugal, Pedro de Alcáçova Carneiro, para mandar para as Índias 300 escravos que tinha em Portugal <sup>304</sup>.

Em 1595 foi estabelecido um grande contrato monopolista para fornecimento de negros às colónias americanas entre Filipe II e Pedro Gomes Reinell, mercador português ligado ao tráfico angolano. O mesmo devia vigorar 9 anos, ficando a assentista obrigado, todos os anos, ao pagamento de 100.000 ducados e ao transporte de 4.250 negros, dos quais 3.500 deviam chegar vivos ao destino <sup>305</sup>. O monopólio contratual, neste caso como noutros, não impedia que qualquer interessado no tráfico nele participasse, bastando para tanto adquirir ao assentista, que actuava como rendeiro da coroa, as respectivas licenças, em vez de o fazer à coroa directamente, devendo ele

---

<sup>302</sup> - Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela*, p. 38-42.

<sup>303</sup> - Idem, p. 42-50.

<sup>304</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria Africana*, v. IV, p. 190 – 28.11.1546.

<sup>305</sup> - Hugh Thomas, *The slave trade*, p. 141-142.



manter agências para o efeito em Sevilha e Lisboa <sup>306</sup>. Os compradores de licenças podiam, por sua vez, revendê-las a terceiros. À morte de Reinel, em 1600, o contrato foi transferido para João Rodrigues Coutinho, governador de Angola e membro do Conselho de Portugal, que o manteve até 1609 <sup>307</sup>.

A participação de portugueses no tráfico dirigido à América espanhola era, como se vê, muito forte, apesar das medidas inicialmente tomadas para a evitar. A experiência de Portugal na navegação atlântica e o domínio dos mercados de exportação de escravos, bem como a capacidade adquirida nessa actividade, faziam dos seus naturais uma ameaça séria à independência castelhana na exploração das Índias ocidentais. Para garantir tal autonomia foi reservado aos castelhanos o comércio desses territórios, preocupação que é manifesta nas autorizações de tráfico e no estabelecimento de *assentos* com particulares, reduzindo ao mínimo indispensável a participação de estrangeiros <sup>308</sup>. Apesar disso, no entanto, o papel dos portugueses tornou-se cada vez maior, sobretudo depois da união das coroas dos dois reinos, em 1580, quer como financiadores do tráfico - na posição de assentistas ou de simples compradores de licenças - quer como mestres e pilotos de navios, marinheiros ou agentes de capitalistas europeus, fixados nas Índias para os representarem nas operações necessárias ao comércio de mercadoria humana <sup>309</sup>. Muitos destes eram cristãos-novos, que aproveitavam as condições mais liberais que vigoravam nas colónias relativamente à limpeza de sangue, levantando os protestos dos castelhanos <sup>310</sup>.

O tráfico de negros para as Índias ocidentais, fosse praticado por iniciativa de portugueses ou castelhanos, pressupunha, por um lado, a aquisição do direito de compra dos mesmos em África e o pagamento dos direitos respectivos à coroa portuguesa e, por

---

<sup>306</sup> - Georges Scelle, Ob. cit., p. 348.

<sup>307</sup> - Hugh Thomas, *The slave trade*, p. 143.

<sup>308</sup> - Georges Scelle, Ob. cit., p. 227-231.

<sup>309</sup> - Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela*, p. 31.

<sup>310</sup> - Idem, p. 36.

outro, os correspondentes à sua venda na América, pagos à coroa espanhola, o que implicava a compra de tantas licenças quantas as peças a embarcar para o novo continente. A primeira fase era tratada, como já se disse, entre os interessados e a Casa da Mina, em Lisboa, cabendo ao almoxarife dos escravos a venda de licenças para esse efeito, embora os impostos, no caso do transporte directo da costa africana para as Índias castelhanas, fossem liquidados nos portos de partida <sup>311</sup>. A segunda competia ao Conselho das Índias, em Madrid, a quem eram requeridas as licenças e eram pagos dois ducados por cada escravo a traficar e à Casa de Contratação, em Sevilha, à qual podia ser paga essa importância, se isso mais conviesse ao traficante e também o imposto de Almoarifado, proporcional ao valor da mercadoria <sup>312</sup>. Depois da compra das licenças era ainda necessário registar aquelas de que se queria fazer uso imediato. Nas armações que tinham Portugal como ponto de partida esse registo, nas três últimas décadas do século, era feito nas Canárias, primeiro território castelhano do percurso para África. Havia, por isso, que desenvolver esforços perante várias instituições, de ambos os países e fazer face aos encargos impostos por cada uma sempre que se quisesse traficar cativos entre os domínios coloniais dos dois estados ibéricos.

Quanto ao trajecto seguido por esta corrente de tráfico, no primeiro quartel do século XVI os escravos eram normalmente trazidos de Cabo Verde para Castela e só depois embarcados nos navios da carreira das Índias, que os levavam ao seu destino. A partir de 1525 impôs-se o circuito directo entre a África e a América, economizando tempo, vidas humanas e meios financeiros <sup>313</sup>. Isso dificultou, porém, o controle do número de escravos transportados para as Índias por parte das autoridades castelhanas, o que as levou a solicitar a cooperação dos serviços portugueses em funcionamento na

---

<sup>311</sup> - A . C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 30.

<sup>312</sup> - Georges Scelle, Ob. cit., p. 257-260.

<sup>313</sup> - Maria Manuel Ferraz Torrão, “ Actividade comercial externa de Cabo Verde”, *História geral de Cabo Verde*, v. I, p. 308.

costa africana. Estes passaram a mencionar, nos registos referentes à compra dos cativos, o número de peças efectivamente exportadas. Esta foi uma forma de se concretizar a colaboração entre os dois países, ambos interessados no bom funcionamento do tráfico <sup>314</sup>.

O facto de este comércio se desenvolver entre territórios dos dois países fez com que nele interviessem, quer no plano da iniciativa e cobertura financeira, quer da execução, agentes originários de ambos, numa associação de interesses que torna, por vezes, difícil distinguir, nas fontes de que hoje dispomos, portugueses e espanhóis. Isto agrava-se pelo facto de a respectiva residência nem sempre coincidir com a nacionalidade, surgindo inúmeros portugueses como vizinhos ou *estantes* ( moradores temporários) de Sevilha e muitos castelhanos com morada em Lisboa, além de a grafia dos respectivos nomes ser normalmente deturpada.

Vejamos um exemplo dessa participação. O lisboeta Manuel Fernandes Correia e o seu irmão António Correia de Gusmão, este residente nas Antilhas, na cidade de S. Domingos ( embora *estante* em Lisboa no momento do negócio), tinham adquirido 160 licenças para levar escravos da Guiné às Índias castelhanas na sua nau *Nossa Senhora da Boa Viagem*, de que o primeiro era mestre e o segundo capitão. Em Outubro de 1588 venderam 30 delas a Julião de la Corte ( que assinou Julian del Court ), morador em Lisboa, para o mesmo poder comprar os escravos correspondentes e transportá-los no navio dos vendedores, embora a seu risco <sup>315</sup>. A venda foi efectuada a 5 desse mês, a 30 cruzados por licença, preço certamente superior ao da sua aquisição. O comprador pagar-lhes-ia, além disso, 15 cruzados de frete do transporte de cada peça. O destino final da viagem era Cartagena ( na actual Colômbia ), o grande porto negreiro das Índias

---

<sup>314</sup> - Georges Scelle, Ob. cit., p. 300-301 e 312.

<sup>315</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 4, Liv. 20, f. 86 v. – 1.10.1588.

de Castela <sup>316</sup> e o navio estava no Tejo, preparado para partir. Uma semana depois os mesmos contrataram a venda antecipada de 16 escravos, dos que transportassem por sua conta, a Fernão Rodrigues da Serra, morador em Lisboa e ao seu irmão Lançarote da Serra, residente em Sevilha, pelo valor total de 563.200 reais, que logo receberam em dinheiro e em mercadorias destinadas a adquirir os cativos. Os 16 escravos, metade de cada sexo e de idades entre 18 e 22 anos – “ *sem febre nem outra enfermidade e sem dente menos, nem tortos, nem mancos, nem cegos* ” – seriam entregues em Cartagena aos representantes dos compradores, Manuel de Tovar ou Brás Ferreira. No caso de a descarga ser feita em S. Domingos, na ilha Espanhola, a entrega seria efectuada a Nicolau Fernandes <sup>317</sup>.

Aparentemente participaram no negócio: dois portugueses como seus promotores e executantes, com residências estrategicamente situadas em cada uma das extremidades do circuito negreiro, Lisboa e as Índias, um castelhano interessado nesse comércio a morar em Lisboa, o local mais indicado para o fazer, outros dois portugueses a investir no ramo, um dos quais a viver em Sevilha, a cidade que rivalizava com Lisboa como capital do trato. Além destes, figuraram no acordo, como agentes menores, três portugueses, dois fixados em Cartagena e um em S. Domingos, certamente emigrantes lusos que procuravam prosperar como intermediários no comércio entre a América e a Europa e não apenas no tráfico de escravos. Ressalta deste contrato o papel dos portugueses, sobretudo dos moradores de Lisboa, como proprietários de navios e navegantes e também como armadores de viagens destinadas ao comércio negreiro com as Índias ocidentais.

Nos exemplos seguintes o empenhamento de castelhanos foi decisivo, pois intervieram como financiadores exclusivos de viagens de tráfico destinadas à Nova

---

<sup>316</sup> - Pierre Chaunu, *Séville et l'Atlantique (1504-1650)*, tomo VIII, p. 1016-1039.

<sup>317</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 4, Liv. 20, f. 135 – 12.10.1588.

Espanha ( actual México). Foram eles Miguel Martínez de Janregui (?), Francisco de Janregui (?) e Lopo de Tapia, vizinhos de Sevilha, que em 1590 investiram 220.000 reais, através de um procurador em Lisboa, na armação do navio *Nossa Senhora da Conceição*, para compra de mercadorias, pagamento da tripulação e despesas de viagem. O navio pertencia a João Rodrigues Camarinho, morador em Sesimbra – que era mestre do mesmo e se encarregaria de gerir o empreendimento – e estava ancorado em Lisboa. O objectivo era comprar escravos no Rio de S. Domingos, costa da Guiné e levá-los a vender ao porto de S. João de Ulua, por conta dos financiadores <sup>318</sup>.

Quatro anos antes, os mesmos três sevilhanos investiram na armação de um navio com o mesmo nome ( poderia ser o mesmo), de que era mestre e capitão Duarte Ramires, de Lisboa, com o fim de levarem “ *ferro de Alemanha*” aos Rios da Guiné e com ele adquirirem “ *cem peças de escravos, machos e fêmeas, antilhanos*” ( isto é, próprios para as Antilhas), sendo 2/3 homens e 1/3 mulheres. O responsável pela gestão da armação era Bernardo Ramires, de Lisboa <sup>319</sup>.

Em ambos os negócios coube aos sevilhanos o investimento financeiro e aos portugueses a concretização, nos planos náutico e comercial, dos empreendimentos. Nota-se também aqui, como sucederá noutros casos, a participação no tráfico de um morador de um porto marítimo fora de Lisboa.

No contrato seguinte a participação castelhana manifestou-se na capacidade náutica e, em pequena escala, na gestão do tráfico, sendo o suporte financeiro português. Tratou-se de um investimento singular – embora provavelmente vulgar na época – em que um escravo se reproduziu economicamente em vários, ao longo de uma viagem para as Índias. Em 1579 o lisboeta Gaspar Soares entregou um preto de S. Tomé a um marinheiro sevilhano, Rodrigo Dias, “ *piloto da carreira das Índias de Castela*”,

---

<sup>318</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Liv. 2, f. 20 v. – 22.3.1590.

<sup>319</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 16, Liv. 73, f. 32 v. – 30.10.1586.

que ia àquelas paragens como mestre da nau *Santo António*, dos contratadores de Cabo Verde. O escravo devia ser vendido nas Canárias e o dinheiro que desse convertido em vinhos, os quais seriam negociados na Guiné, sendo o produto empregue em escravos. Estes deviam ser vendidos nas Índias e o procedido levado a Sevilha, na torna viagem, onde seriam feitas contas das despesas do negócio e “*de tudo o mais que Nosso Senhor de[sse] de proveito e ganho*”<sup>320</sup>.

Outras vezes intervinham só portugueses. Em 1588 estava preparada uma expedição para as Antilhas cujo financiador, ou *armador*, era o morador da cidade António Gusmão de Armenteiros, que encarregava o seu familiar António de Armenteiros de levar uma carga de “*roupa preta e branca da Índia e contaria e caldeirões de cobre*” ao Rio Grande da Guiné, para com ela comprar escravos. O transporte seria feito nas naus *S. Bartolomeu* e *Nossa Senhora de Castro*, pertencentes a Diogo Henriques e Rui Gomes. O intermediário, após a primeira fase do negócio, devia vender nas Antilhas os escravos conseguidos e aplicar o produto em mercadorias que tivessem consumo em Portugal, as quais embarcaria com destino a Lisboa <sup>321</sup>. Temos aqui um armador, que permaneceu em Lisboa, a fretar dois navios para uma operação de tráfico de que encarregou um *feitor*, ou gestor operacional e temos os donos das duas naus, que cobriam o frete de transportarem os cativos, mas não se responsabilizavam nem arriscavam no negócio.

Vejamos agora um caso um pouco diferente. No mesmo ano de 1588 estava pronta para partir em Lisboa a nau *S. João*, destinada às Canárias, Guiné e Índias de Castela, para onde devia seguir com uma carga de escravos. A propriedade da embarcação e da carga inicial era de duas pessoas, João Nunes e Simão Fernandes, cavaleiro fidalgo, moradores em Lisboa, os quais iriam ambos tomar parte na viagem, o

---

<sup>320</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 8, Liv. 38, f. 10 – 26.10.1579.

<sup>321</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 17, Liv. 80, f. 55 – 19.7.1588.

primeiro como mestre e o segundo para se encarregar da gestão da armação, ou seja, como feitor. Este, no entanto, recebeu do anterior 300.000 reais – certamente para financiar a sua parte na carga – o que o obrigava a dar-lhe 9 peças de escravos no fim da viagem. Esta parte do capital, de que o primeiro sócio assim dispunha, provinha de um empréstimo que lhe tinham feito dois lisboetas, Filipe Fernandes e Lopo Dias, pelo que o valor dos 9 escravos, depois de vendidos por ele nas Índias, reverteria para eles, que lhe pagariam o trabalho.

Vemos aqui, aparentemente, três investidores: João Nunes e os dois financiadores, só o primeiro participando na viagem, como mestre e um fidalgo de poucas posses, que teve que recorrer ao crédito para participar no capital da empresa e que seguiria viagem como gestor do empreendimento. Ao contrário do exemplo anterior, em que era nítida a distinção entre os que participavam com o capital e os que contribuía com o esforço de gestão e a arte de navegar, aqui o investimento e a participação directa encontravam-se associados nas pessoas de João Nunes, que era dono de metade do navio e da carga e era também mestre, e de Simão Fernandes, que detinha a mesma parte do capital ( embora parcialmente com recurso ao crédito) e seria também feitor <sup>322</sup>.

A mesma fusão parcial de capital e trabalho, embora menos acentuada, verificou-se no acordo, firmado em 1592, entre Diogo Henriques, “ *contratador de Cabo Verde*” - portanto rendeiro da coroa na cobrança dos direitos reais sobre o tráfico realizado a partir daquela região – Diogo Nunes Caldeira <sup>323</sup> e Diogo Lopes, todos residentes em Lisboa. Compraram em conjunto o navio *Nossa Senhora da Nazaré*, investindo cada um 1.500 cruzados, na compra do mesmo e das mercadorias destinadas à aquisição de

---

<sup>322</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 18, Liv. 82, f. 35 v. – 20.12.1588.

<sup>323</sup> - É certamente o mesmo que Maria da Graça Mateus Ventura ( *Negreiros portugueses ...*, p. 109) refere como grande participante no tráfico de escravos nas Índias e como rendeiro, em associação com outros, das alfândegas do reino.

escravos. O último dos três iria como “ *mestre e beneficiador da armação*”, portanto simultaneamente como mestre e feitor e o destino do empreendimento, depois do resgate na Guiné, seria a cidade de Cartagena. Quando lá chegasse o mestre venderia o navio e os escravos e o que fosse apurado seria assim repartido: cada um retiraria os 1.500 cruzados do investimento, o mestre teria direito à metade do lucro e a outra metade seria repartida entre os simples financiadores. O dinheiro viria para Portugal “*na primeira frota [...] ou em qualquer navio em que vie[sse] dinheiro del Rei*” <sup>324</sup>.

O que aqui encontramos são dois grandes capitalistas da cidade, estreitamente implicados no comércio negreiro, a investirem numa viagem e a associarem aos interesses em causa o elemento activo da mesma, o mestre e feitor. Esta preocupação foi uma constante do tráfico desenvolvido pelos mercadores de Lisboa.

Tal associação esteve presente na “ *armação de negros*” acordada entre o Almojarife da Pólvora do reino João Gonçalves de Gusmão, morador em Lisboa e Simão Rodrigues, capitão e piloto da caravela *S. Pedro*. Este encarregou-se de “ *reger, administrar, olhar, proveitar e beneficiar toda a fazenda que foi na caravela*” aos Rios da Guiné “ *por ordem e comissão*” do primeiro <sup>325</sup>. E também na que foi negociada entre o bispo de Santiago de Cabo Verde D. Pedro Brandão <sup>326</sup>, residente no convento do Carmo, de Lisboa e Simão Rodrigues Mântua, também morador na cidade, que resultou no envio de escravos da Guiné a S. João de Porto Rico, sobre cuja viagem corria causa entre ambos, no juízo da Alfândega, em 1598 <sup>327</sup>. Para concluírem a mesma nomearam, em conjunto, dois árbitros para julgarem e arbitrarem a questão, nomeadamente no que dizia respeito “ *ao número dos escravos e mais fazenda que ele*

---

<sup>324</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 4, Liv. 14, f. 39 – 29.12.1592.

<sup>325</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7, Liv. 23, f. 56 – 25.2.1595.

<sup>326</sup> - Foi bispo de 1588 a 1606, em que foi obrigado a resignar, embora estivesse retirado da diocese, onde juntou avultados bens, desde 1594, devido a desinteligências com os moradores da ilha ( Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, v. II, p. 685 ).

<sup>327</sup> -TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 9, Liv. 43, f. 45 v. – 4.7.1598.



*Simão Rodrigues Mântua meteu na dita ilha de S. João de Porto Rico e o preço per que os vendeu”.*

Ao contrário dos casos que foram analisados, em que o contributo português para a concretização das viagens de tráfico foi exclusivo ou, então, apesar da participação de castelhanos no suporte financeiro, foi fundamental na gestão dos negócios e na técnica e meios de navegação, houve também outros em que ocorreu o inverso e o contributo luso se reduziu à autorização do tráfico e à cobrança de direitos. O caso seguinte demonstra o empenhamento dos castelhanos, nomeadamente dos colonos das Índias, neste tipo de actividade, que muito lhes interessava.

Em Abril de 1572 quatro habitantes da cidade do México, na Nova Espanha – Alonso de Vila Seca, António Delgadilho, Joaquim de Higitano e Miguel Rodrigues de Azevedo – formaram uma companhia com outro mexicano, D. João de Gusmão, destinada à compra de negros na Guiné e Cabo Verde. Tratava-se provavelmente de traficantes locais ou de grandes proprietários com falta de mão-de-obra. Um deles, atendendo ao nome, devia ser português, talvez cristão-novo, como outros aí estabelecidos <sup>328</sup>. Os escravos destinavam-se, certamente, a explorações agrícolas, nomeadamente açucareiras ou às minas de prata <sup>329</sup>.

Começaram por enviar D. João de Gusmão a Portugal e Castela, para obter as licenças necessárias, o que ele conseguiu, em Lisboa, da Casa da Mina e dos contratadores de Cabo Verde, Duarte de Leão e António Gonçalves de Gusmão e, em Madrid ou Sevilha, do estado espanhol. Só dois anos depois os preparativos estavam terminados, quando aos contratadores portugueses tinham já sucedido outros, António Nunes do Algarve e Francisco Nunes de Beja, pelo que foi acordada com eles nova autorização. Nos termos da mesma, D. João iria aos Rios da Guiné com duas naus suas,

---

<sup>328</sup> - Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela*, p. 36.

<sup>329</sup> - Herbert Klein, *O comércio atlântico de escravos*, p. 25 e “ A experiência da escravatura nas Caraíbas: uma perspectiva comparativa”, *Escravos com e sem açúcar*, p. 143.

*Nossa Senhora da Conceição* e *S. Tiago*, adquirir 500 peças de cativos, devendo de lá sair até Junho de 1575 e rumar a S. João de Ulua, na Nova Espanha <sup>330</sup>, porto próximo do de Vera Cruz que, com este, dava acesso às minas de prata mexicanas <sup>331</sup>.

Entretanto o armador vendeu 60 das 500 licenças que tinha comprado, a Belchior Pacheco, vizinho de Ciudad Rodrigo e a Manuel Caldeira e Pêro de Loronha, moradores em Lisboa <sup>332</sup>, as quais, por contrato de fretamento realizado em simultâneo, se obrigou a transportar nos mesmos navios a Vera Cruz, entregando-as a António Nunes Caldeira ou seu irmão Manuel Nunes Caldeira, seus representantes e, na sua ausência, a Miguel Rodrigues de Azevedo, um dos sócios da companhia <sup>333</sup>.

Além da hegemónica intervenção castelhana neste negócio, quer de colonos americanos quer de um peninsular, são de referir, como interessados directos numa parte da carga, dois capitalistas e traficantes de Lisboa e, em posição secundária, três portugueses radicados nas Índias ocidentais. A um daqueles, Manuel Caldeira, dedicou Maria da Graça Ventura um estudo desenvolvido. Foi feitor do rei de Portugal em Castela e traficante de pimenta, açúcar e escravos <sup>334</sup>. Era cavaleiro da ordem de Cristo e tio de outro Manuel Caldeira, também envolvido no tráfico negreiro. Em 1576 tinha recebido 8.000 pesos de prata da coroa espanhola, provenientes de uma leva de escravos que mandara às Índias na nau *Vitória* e que Filipe II retivera <sup>335</sup>. Pêro de Loronha era certamente descendente de Fernão de Loronha, um dos armadores da nau *Bretoa*, que em 1511 foi ao Brasil traficar em madeira e escravos <sup>336</sup>.

Angola surgiu como grande mercado abastecedor de cativos no último quartel de quinhentos, com o desenvolvimento da cultura açucareira no Brasil, passando a

---

<sup>330</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 4, Liv. 17, f. 31 v. e 34 v. – 4.6.1574.

<sup>331</sup> - Maria Manuel Ferraz Torrão, “Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução”, *História geral de Cabo Verde*, v. I, p. 334.

<sup>332</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 4, Liv. 17, f. 30 – 4.12.1574.

<sup>333</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 4, Liv. 17, f. 28 v. – 4.12.1574.

<sup>334</sup> - Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela*, p. 75-117.

<sup>335</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 1, Liv. 3, f. 126 v. – 13.1.1576; Idem, f. 128 – 13.1.1576.

<sup>336</sup> - Filipe Nunes de Carvalho, “Do descobrimento à União Ibérica”, *O império luso-brasileiro*, p. 80-81.

arrematação dos respectivos direitos pela coroa a ser objecto de contrato próprio, desanexado do de S. Tomé, em que antes estava englobado <sup>337</sup>. Desse incremento vieram também a beneficiar as Índias de Castela, cujas necessidades em mão-de-obra cativa não deixavam de aumentar. Cálculos de Luiz Felipe de Alencastro, com base nos estudos de Enriqueta Vila Vilar, levaram a concluir que os escravos oriundos da área do Congo e Angola representaram um terço do total transferido para a América espanhola entre 1536 e 1550, metade dos carregamentos de 1550 a 1614 e dois terços entre 1614 e 1640 <sup>338</sup>. Ora, os portugueses, fossem meros investidores de capitais ou armadores, donos de navios e marinheiros, não perderam a oportunidade de prosperar inserindo-se nessa corrente de tráfico.

Foram exemplo dessa actividade as viagens contratadas em 1590 e 1592 entre o mercador lisboeta Manuel de Medeiros e Miguel Martins Maiato, dono e mestre do navio *Nossa Senhora da Conceição*. Em ambos os casos o objectivo foi a compra de escravos em Angola para serem vendidos em Cartagena, embora a função das duas partes tivesse sido diferente num e noutro. No primeiro negócio, Manuel de Medeiros fretou o navio a Miguel Martins para ele ir, com as mercadorias que lhe entregasse, primeiro às Canárias e depois a Angola, onde carregaria 110 peças de escravos, recebendo 6.000 reais do frete de cada uma que entregasse viva no destino <sup>339</sup>. No segundo, o mercador, em associação com outro, Heitor Coronel, em partes iguais, entregou 96.000 reais ao mestre do navio, para ele os empregar nas mercadorias que entendesse “*como pessoa que sabe o que serve para Angola*”, as quais este venderia com benefício, empregando-as em escravos, que levaria depois às Índias <sup>340</sup>. A

---

<sup>337</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 164-165.

<sup>338</sup> - Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes*, p. 113 e 375-380.

<sup>339</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Liv. 4, f. 125 – 7.11.1590.

<sup>340</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 15, Cx. 21, Liv. 98, f. 124 v. – 4.12.1592.

diferença dos dois contratos foi o grau de responsabilidade e empenhamento requeridos ao transportador, menores no primeiro e mais nítidas no segundo.

As formas que tomavam as empresas e a intervenção dos vários agentes eram muito diversificadas. Dado que a contribuição financeira e o transporte das mercadorias e dos escravos eram componentes inevitáveis, a gestão dos negócios acabava por ser distribuída entre essas duas partes, de forma diferente de caso para caso e assumida directa ou indirectamente. Em 1591 partiu para Angola o navio *Nossa Senhora da Conceição*, de que era mestre Manuel Cordeiro, com uma armação de mercadorias de Luís Mendes, destinada a comprar escravos e a vendê-los em Cartagena. Como muitas vezes sucedia, participou na mesma um financiador parcial, o mercador de Lisboa Afonso Vaz d'Évora, que enviou uma encomenda de mercadorias, que o primeiro devia vender em Angola e “ *o procedido empregar em escravaria*”. Depois da venda dos escravos no destino e depois de tirado o investimento e despesas, cada um teria direito a metade dos ganhos, o mercador “ *por razão do seu dinheiro e risco*” e Luís Mendes “ *por razão de sua indústria e trabalho e risco*”. A parte de Afonso Vaz seria convertida em prata ou ouro e remetida para Sevilha, onde seria entregue a procuradores do mercador <sup>341</sup>.

Nota-se, por vezes, a importância das relações familiares nestes negócios, pela confiança que imprimia aos que os empreendiam, como na “ *carregação de diversas mercadorias*” feita em 1594 por João Moreno, mercador lisboeta, no navio *Nossa Senhora da Consolação*, destinada a Angola e a Cartagena para o comércio de seres humanos. O mestre do navio era António Manuel, vizinho da Póvoa de Varzim, sendo feitor da expedição o cunhado do armador, Pêro Nunes, que embarcaria na mesma e ficava encarregado de gerir a operação de tráfico. O mercador negreiro nomeou

---

<sup>341</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 20, Liv. 92, f. 70 v. – 11.3.1591.

representantes seus em Angola e Cartagena, todos aparentemente portugueses. Um destes era Vicente Fernandes d’Azamor, indivíduo talvez já experimentado no comércio ultramarino. A presença do mestre referido evidencia uma vez mais a participação dos pequenos portos portugueses neste ramo de tráfico <sup>342</sup>. Observou-se aqui uma separação nítida entre o investidor e administrador - que nomeou um representante para, em seu nome, gerir a armação – e o transporte marítimo. Ocorrência semelhante à do caso seguinte.

Gaspar Cadena, morador numa quinta de Chelas, fretou em 1600 o navio *Santo António* ao seu dono, mestre e piloto, António Martins. Este devia sair de Lisboa com a carga que o outro lhe desse e seguir para Luanda, onde lhe pagariam frete do que levasse e carregaria 170 peças de escravos constantes de um registo da Casa de Contratação, de Sevilha, em poder de Alexandre Bonini ( certamente mais um italiano implicado no comércio desenvolvido por Portugal ). Ao fim de quatro meses de estadia, partiria para Cartagena, recebendo 6.000 reais de cada peça que chegasse “ *viva, com a alma em boca*”. Como incentivo ao bom desempenho da sua função e da tripulação do navio o armador ceder-lhe-ia 15 peças, das mencionadas no registo, que iriam por sua conta e da respectiva “ *companha* ” <sup>343</sup>. Neste caso, como no anterior, o transportador não interferiria na vertente comercial da expedição, mas também não levava o gestor no navio, como naquele, pois tais aspectos seriam tratados em terra pelos procuradores do armador.

Alguns negreiros eram tratantes de largo âmbito e grande poder económico, que promoviam vários negócios em simultâneo, implicando vultosos capitais. João de Argomedo, residente em Lisboa, na Ribeira Nova, contratou em Agosto de 1599 nada menos que três armações de escravos destinadas a Cartagena de Índias. Para uma fretou

---

<sup>342</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 7, Liv. 35, f. 136 v. – 30.12.1594.

<sup>343</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 14, Liv. 52, f. 83 – 2.12.1600.

o navio *Espírito Santo* ao seu dono e mestre, André Álvares, morador em Setúbal, devendo este partir de Lisboa para Cádiz, recolher aí 5 toneladas de carga e rumar a Angola, onde tomaria 160 peças de escravos que levaria àquele destino americano <sup>344</sup>. Para outra, contratou a caravela *Santiago*, de Pascoal Carvalho, de Sesimbra, mestre da mesma, que estava ancorada em Portimão. Este navegante sairia do porto algarvio com carga “ *assi de pedra como contaria e vara e côvodo* ” ( pano de vara e côvado), iria a Cádiz e daí a Angola, onde embarcaria 200 peças de cativos, que transportaria para as Índias. O fretador mandaria no barco pessoas para venderem e beneficiarem as mercadorias e escravos e, além de pagar os fretes, mandaria fazer “ *as grades necessárias e tudo o mais [...] pera os negros e negras* ” <sup>345</sup>.

Nos termos do terceiro contrato, fretou o navio *Madre de Deus* ao mestre e senhorio André Luís, vizinho de Alfama, em Lisboa, igualmente para Cádiz, Angola e Cartagena, à última das quais deveria levar 250 peças de cativos <sup>346</sup>. É de referir que um dos acordos foi assinado em casa de João Nunes Correia, “ *contratador do pau brasil e Angola* ” <sup>347</sup>. Atendendo à origem castelhana do apelido Argomedo <sup>348</sup> e ao envio dos navios a Cádiz, antes de encetarem as viagens ao Ultramar, devia tratar-se de um castelhano estabelecido em Lisboa. Não são também de esquecer aqui os três portos ligados, por moradores seus ou pela frequência dos navios, aos empreendimentos atlânticos, Portimão, Sesimbra e Setúbal.

Castelhano era seguramente Diogo de la Carrera, mercador residente em Lisboa, que em 1600 acordou com Francisco de la Carrera e Bernardino de Sevalhos, moradores na cidade irem, num navio fretado a André Preto, de Matosinhos, ao Porto de Santa Maria carregar “ *vinhos, sedas e outras mercadorias*”, para levarem a Angola e com as

---

<sup>344</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 12, Liv. 44, f. 61 – 17.8.1599.

<sup>345</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 12, Liv. 44, f. 56 – 17.8.1599.

<sup>346</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 12, Liv. 44, f. 79 v. – 23.8.1599.

<sup>347</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 12, Liv. 44, f. 56 – 17.8.1599.

<sup>348</sup> - Fernando Gonzalez-Doria, *Diccionario heraldico y nobiliario*, p. 415.

mesmas adquirirem 200 peças de escravos, as quais transportariam para Cartagena. Os cativos deviam ir marcados com os nomes dos dois feitores e, dos que chegassem vivos “ *com a alma no papo* ” ao destino, seriam acertadas as contas com o armador dentro de dois anos a contar do contrato, recebendo eles 12% de todo o ganho “ *pela indústria e trabalho da dita armação* ”. O lucro do negócio seria enviado “ *na frota de Sua Magestade que primeiro vie[sse] para Espanha, nos melhores dois galeões, donde v(iesse) a prata de Sua Magestade* ” <sup>349</sup>.

---

<sup>349</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 12 A, Cx. 1, Liv 3, f. 58 v. e 70 v. – 4.11.1600; Idem, Liv. 4, f. 14 v. – 20.12.1600.

## Escravos transportados para as Índias Ocidentais <sup>350</sup>

Armadores	Origem	Destino	Nº	Data	Cota
Alonso de Vila Seca, Antº. Delgadilho, D. João de Gusmão, Joaquim de Higitano e Miguel Rodrigues de Azevedo Belchior Pacheco	Rios da Guiné	S. João de Ulua ( Nova Espanha )	500	1574	C.7A, Cx.4, L.17, f.28v., 30 e 31v. <sup>351</sup>
Jerónimo de Jauriqui, Miguel Martínez de Jauriqui e Pêro de Tapia	Rios da Guiné	Índias de Castela	100	1586	C.7 A, Cx.16, L.73, f.32v.
António Gusmão de Armenteiros	Guiné	Índias de Castela	9	1588	C.7 A, Cx.17, L.80, f.55
Julian del Court António Correia de Gusmão e Manuel Fernandes Correia Francisco Rodrigues da Serra e Lançarote da Serra	Rios da Guiné	Cartagena	46	1588	C.1, Cx.4, L.20, f.86v., 99, 120 e 135
Manuel de Medeiros	Angola	Cartagena	110	1590	C.11, Cx.1, L.4, f.125
Bastião Henriques Luís de Valença Luís Dias	Luanda	[ Índias de Castela ]	120	1594	C.1, Cx.7, L.35, f.2
João Baptista Rovelasco	Luanda	Cartagena	160	1599	C.11, Cx.12, L.46, f.27
João de Argomedo	Luanda	Cartagena	200	1599	C.11, Cx.12, L.44, f.56
João de Argomedo	Angola	Cartagena	160	1599	Idem, f.61
João de Argomedo	Angola	Cartagena	250	1599	Idem, f. 79 v.
Juan Jacome Spinola	Angola	S. João de Ulua	145	1599	C.11, Cx.12, L.44, f.92
Diogo de la Carrera	Angola	Cartagena	200	1600	C.12A, Cx1, L.3, f.58v
Gaspar Cadena	Luanda	Cartagena	170	1600	C.11, Cx.14, L.52, f.83

Em 1599 foi contratada uma armação entre Juan Jácome Spínola - morador em Lisboa mas pertencente a uma família de mercadores genoveses estabelecidos em

<sup>350</sup> - Trata-se dos escravos transportados ao abrigo de contratos cujos registos se conservam no Fundo Notarial de Lisboa da Torre do Tombo e que mencionam a respectiva quantidade.

<sup>351</sup> - Neste como nos quadros seguintes, usámos as abreviaturas: C para Cartório, Cx. para Caixa, L. para Livro e, f, naturalmente, para Fólio.



Sevilha, que aí desenvolveram grande actividade comercial, nomeadamente na exportação de negros para a América <sup>352</sup> - e Vicente Rodrigues. Este era vizinho de Sesimbra, mestre e dono da caravela *Nossa Senhora da Esperança*, destinada a seguir de Lisboa para a Madeira, a carregar vinhos e, depois, para Angola, a buscar 145 peças de escravos para S. João de Ulua, na Nova Espanha <sup>353</sup>.

Outro traficante residente em Lisboa mas italiano de origem foi o milanês João Baptista Rovelasco, que arrendou as alfândegas marítimas do reino de 1583 a 1588 e neste último ano tinha o contrato dos escravos de S. Tomé <sup>354</sup>. Segundo Duarte Nunes de Leão, era proprietário de uma quinta nos arredores de Lisboa onde tinha plantado cana-de-açúcar <sup>355</sup>. Em 1599 estava associado a João Baptista Mayno, também residente na cidade, tendo ambos fretado a caravela *Nossa Senhora da Esperança* a Domingos Álvares, de Lisboa, que também era seu mestre, para ir a Cádiz e de lá a Luanda, levando 160 peças de escravos a Cartagena, 140 por conta dos fretadores e 20 do mestre e companhia. O feitor da armação iria no barco e o mestre receberia 6.000 reais pelo transporte dos escravos que chegassem ao destino vivos “*com a alma no papo*” <sup>356</sup>.

Data de 1589 um interessante testemunho sobre os capitalistas de Lisboa envolvidos no tráfico de negros para as Índias castelhanas. Nesse ano, juntaram-se na casa de Anrique Nunes 32 mercadores residentes na cidade para nomearem como seus procuradores nas Índias dois moradores de S. Domingos, Jorge Fernandes Gramaxo e Gaspar Soares, certamente portugueses. O objectivo era que os mesmos arrecadassem tudo o que lhes pertencesse “*de mercadorias de qualquer sorte e condição [...] ou de*

---

<sup>352</sup> - Alfonso Franco Silva, *La esclavitud en Sevilla y su tierra a fines de la Edad Media*, p. 79.

<sup>353</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 12, Liv. 44, f. 92 – 26.8.1599.

<sup>354</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. III, p. 213-214.

<sup>355</sup> - Duarte Nunes de Leão, *Descrição do reino de Portugal*, p. 201.

<sup>356</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 12, Liv. 46, f. 27 e 43 – 7.9.1599.

*escravos que de S. Tomé ou Cabo Verde ou Angola ou do Brasil*” fossem ter àquelas paragens <sup>357</sup>.

Os mercadores presentes na reunião constituíam, certamente, uma pequena parte dos que mantinham negócios com as Índias castelhanas. Alguns destacavam-se no comércio de escravos, como António Mendes de Lamego que em 1587 arrematou à coroa portuguesa, juntamente com Pedro de Sevilha, o contrato de Angola, pelo período de seis anos. Nos termos do mesmo, podia transportar um terço dos escravos comprados nesse mercado abastecedor para as Índias ocidentais. Simultaneamente, os dois contratadores acordaram com a coroa de Castela o assento para fornecimento de 3.000 cativos à América espanhola, que constituiriam aquela terça parte <sup>358</sup>.

---

<sup>357</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 18, Liv. 83, f. 28 v. – 8.4.1589.

<sup>358</sup> - Georges Scelle, Ob. cit., v. I, p. 790-798.

*Mercadores com negócios nas Índias de Castela*  
*presentes na reunião de 1589*

Afonso Álvares	Francisco Tinoco
André Dias do Porto	Gabriel Ribeiro
André Soares	Gaspar Ribeiro
Anrique Nunes	Gonçalo d'Andrade
António Fernandes Caminha	João Clenardo
António Fernandes Ribeiro	João Fernandes Messejana
António Lopes Ilhoa ( ou Ulhoa )	João Rodrigues de Galegos
António Mendes de Lamego	Jorge Gomes de Lamego
Baltasar Rodrigues de Mértola	Jorge Rodrigues Solis
Bastião Ferreira	Leonardo Fróis
Diogo Fernandes Câmara	Manuel de Medeiros
Diogo Fernandes do México	Nuno Álvares
Duarte Fernandes	Paulo de Pina
Duarte Mendes d'Elvas	Pêro Lopes
Fabião Lopes	Simão Vaz, viz.º da cid.do Porto
Francisco Lopes Correia	Vicente Fernandes d'Azamor
Francisco Lopes Pinto	

Grande parte dos outros negociou também, por esses anos, com o Brasil, quer em escravos, quer em açúcar, algodão, farinha, sabão, tanoaria e vinhos, como demonstra Leonor Freire Costa <sup>359</sup>. André Soares, por exemplo, transaccionou açúcar, algodão, vinho e escravos entre 1577 e 1616 <sup>360</sup> e Manuel de Medeiros e Diogo Fernandes do México carregaram, em sociedade, açúcar do Brasil em 1588 <sup>361</sup>. De alguns, como Anrique Nunes e Jorge Rodrigues Solis, trataremos mais à frente, como fornecedores de

<sup>359</sup> - Leonor Freire Costa, *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil ( 1580-1663)*, v. II, p. 49-110.

<sup>360</sup> - Idem, p. 52.

<sup>361</sup> - Idem, v. I, p. 403 e v. II, p. 93.

escravos ao mercado brasileiro. Este último viria a ser rendeiro da Alfândega de Lisboa e Casa da Sisa em 1602 <sup>362</sup>.

Os quadros seguintes mostram, agrupados por tipos de intervenção, os participantes no tráfico negreiro com as Índias castelhanas, incluídos em escrituras outorgadas em Lisboa que sobreviveram às vicissitudes do tempo <sup>363</sup>.

## Tráfico negreiro com as Índias Ocidentais

### Armadores

Nome	Condição	Residência	Data	Cota
Alonso de Vila Seca, Antº. Delgadilho, D. João de Gusmão, Joaquim de Higitano e Miguel Rodrigues de Azevedo Belchior Pacheco		México (Nova Espanha)  Ciudad Rodrigo (Castela)	1574	C.7A, Cx.4, L.17, f.28v., 30 e 31v.
Manuel Caldeira	Cav. da Ordem de Cristo	Lisboa	1576	C.1, Cx.1, L.3, f.126 v.
Gaspar Soares		Lisboa	1579	C.7 A, Cx.8, L.38, f.10
Garcia Dias	Mercador	Lisboa	1582	C.7 A, Cx.11, L.51, f.4
Gaspar Soares	Moço da câmara do rei	Lisboa	1583	C.7 A, Cx.13, L.59, f.38
Margarida de Loronha	Viúva de Gonç. Garcia	Lisboa	1584	C.7 A, Cx.13, L. 62, f.100
Jerónimo de Jauriqui, Miguel Martínez de Jauriqui e Pêro de Tapia		Sevilha	1586	C.7 A, Cx.16, L.73, f.32v.
António Gusmão de Armenteiros		Lisboa	1588	C.7 A, Cx.17, L.80, f.55
Julian del Court António Correia de Gusmão e Manuel Fernandes Correia Francisco Rodrigues da Serra e Lançarote da Serra	Capitão da nau  Mestre, seu irmão  Seu irmão	Lisboa S.Domingos (Índias) Lisboa  Lisboa  Sevilha	1588	C.1, Cx.4, L.20, f.86v., 99 e 120

<sup>362</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. III, p. 213.

<sup>363</sup> - Trata-se de escrituras constantes dos livros de notas quinhentistas que se guardam no Fundo Notarial de Lisboa, da Torre do Tombo.

Filipe Fernandes e Lopo Dias		Lisboa	1588	C.7 A,Cx.18,L.82,f.35v.
Manuel de Medeiros	Mercador	Lisboa	1590	C.11,Cx.1,L.4,f.125
Francisco de Jauriqui,Miguel Martínez de Jauriqui e Lopo de Tapia		Sevilha	1590	C.11,Cx.1,L.2,f.20 v.
Afonso Vaz d'Évora e Luís Mendes	Mercador	Lisboa	1591	C.7 A,Cx.20,L.92,f.70v.
Diogo Henriques	Contratador de C. Verde	Lisboa	1592	C.11,C.4,L.14,f.39
Diogo Nunes Caldeira		Lisboa		
Heitor Coronel Manuel de Medeiros	Mercador Mercador	Lisboa Lisboa	1592	C.15,Cx.21,L.98,f.124v.
Bastião Henriques Luís de Valença Luís Dias	Mercador Mercador Mercador	Lisboa Lisboa Lisboa	1594	C.1,Cx.7,L.35,f.2
João Moreno	Mercador	Lisboa	1594	C.1,Cx.7,L.35,f.136v.
João Gonç. de Gusmão	Cav.fidalgo,almoxarife da Pólvora do reino	Lisboa	1595	C.11,Cx.7,L.23,f.56
D. Pedro Brandão	Bispo de Santiago ( C. Verde)	Lisboa	1598	C.1,Cx.9,L.43,f.45v.
João Baptista Rovelasco		Lisboa	1599	C.11,Cx.12,L.46,f.27
João de Argomedo		Lisboa	1599	C.11,Cx.12,L.44,f.56
João de Argomedo		Lisboa	1599	Idem, f.61
João de Argomedo		Lisboa	1599	Idem, f. 79 v.
Juan Jacome Spinola		Lisboa	1599	C.11,Cx.12,L.44,f.92
Diogo de la Carrera	Mercador	Lisboa	1600	C.12A,Cx1,L.3,f.58v
Gaspar Cadena		Lisboa	1600	C.11,Cx.14,L.52,f.83

## Tráfico negreiro com as Índias Ocidentais

### Feitores

Nome	Condição	Residência	Data	Cota
Bernardo Ramires		Lisboa	1586	C.7 A,Cx.16,L.73,f.32v
Ant <sup>o</sup> . de Armenteiros	Familiar do armador	Lisboa	1588	C.7 A,Cx.17,L.80,f.55
Pêro Nunes	Cunhado do armador		1594	C.1,Cx.7,L.35,f.136v.
Simão Rodrigues Mântua		Lisboa	1598	C.1,Cx.9,L.43,f.45 v.
João Baptista Maine		Lisboa	1599	C.11,Cx.12,L.46,f.43
Bernardino de Sevalhos Francisco de la Carrera	Irmão do armador	Lisboa Lisboa	1600	C.12 A,Cx.1,L.3,f.58v. e 79v.

## Tráfico negreiro com as Índias Ocidentais

### Agentes nas Índias Ocidentais

Nome	Condição	Residência	Data	Cota
António Nunes Caldeira e Manuel Nunes Caldeira		México (Nova Espanha)	1574	C.7 A,Cx.4,L.17,f.31v.
Brás Ferreira		Cartagena	1592	C.15,Cx.21,L.98,f.124v.
Gaspar Soares,Jorge Fernandes Gramaxo e Vicente Fernandes d'Azamor		Cartagena	1594	C.1,Cx.7,L.35,f.136v.
Manuel Lopes d'Estremoz		Cartagena	1600	C12 A,Cx.1,L.3,f.79v.

## Tráfico negreiro com as Índias Ocidentais

### Donos de navios

Nome	Navio	Residência	Data	Cota
Manuel Fernandes Correia António Correia de Gusmão, seu irmão	“ N.ª.S.ª. da Boa Viagem” “	Lisboa S.Domingos (Índias)	1588	C.1,Cx.4,L.20,f.86v. e 99
Diogo Henriques Rui Gomes	“S.Bartolomeu” “N.ª.S.ª.de Castro”		1588	C.7A,Cx.17,L.80,f.55
João Nunes Simão Fernandes	“ S. João” “		1588	C.7A,Cx.18,L.82,f.35v.
Afonso Vaz d'Évora Diogo Francês Gregório Dias Cordeiro	“ Santo António”	Lisboa Lisboa Lisboa	1590	C.11,Cx.1,L.2,f.24v.
João Rodrigues Camarinho	“N.ª.S.ª. da Conceição”	Sesimbra	1590	C.11,Cx.1,L.2,f.20v.
Miguel Martins	“N.ª.S.ª.Conceição”	Lisboa	1590	C.11,Cx.1,L.4,f.125
Miguel Martins Maiato	“N.ª.S.ª.Conceição”	Lisboa	1592	C.15,Cx.21,L.98,f.124v
Diogo Nunes Caldeira Diogo Henriques Diogo Lopes	“N.ª.S.ª. da Nazaré”	Lisboa	1592	C.11,CX.4,L.14,f.39
D. João de Gusmão	“N.ª.S.ª. da Conceição e “Santiago”	México	1594	C.7 A,Cx.4,L.17,f.31v.
Pascoal Carvalho	“Santiago”	Sesimbra	1594	C.1,Cx.7,L.35,f.2
Gaspar Rodrigues Pêro Fernandes		Lisboa Lisboa	1595	C11,Cx.6,L.22,f.126
André Álvares	“Espírito Santo”	Setúbal	1599	C.11,Cx.12,L.44,f.61
André Luís	“Madre de Deus”	Lisboa	1599	C.11,Cx.12,L.44,f.79v.
Domingos Álvares	“N.ª.S.ª. da Esperança”	Lisboa	1599	C.11,Cx.12,L.46,f.27
Pascoal Carvalho	“Santiago”	Sesimbra	1599	C.11,Cx.12,L.44,f.56
Vicente Rodrigues	“N.ª.S.ª. da Esperança”	Sesimbra	1599	C.11,Cx.12,L.44,f.92
André Preto	“Santo António”	Matosinhos	1600	C12 A,Cx.1,L.4,f.14v.
António Martins	“Santo António”	Lisboa	1600	C.11,Cx.14,L.52,f.83

## Tráfico negreiro com as Índias Ocidentais

### Mestres, capitães e pilotos

Nome	Condição	Residência	Data	Cota
Rodrigo Dias	Mestre	Sevilha	1579	C.7A,Cx.8,L.38,f.10
Bastião Jorge	Piloto		1582	C.7A,Cx.11,L.51,f.4
Duarte Ramires	Capitão e mestre	Lisboa	1582	C.7A,Cx.16,L.73,f.35v.
António Correia de Gusmão	Capitão	S.Domingos (Índias)	1588	C.1,Cx.4,L.20,f.86v. e 99
Manuel Fern.des Correia	Mestre	Lisboa		
João Nunes	Mestre		1588	C.7A,Cx.18,L.82,f.35v.
Gonçalo Preto	Mestre e piloto	Sesimbra	1590	C.11,Cx.1,L.2,f.24 v.
João Rod.s Camarinho	Mestre	Sesimbra	1590	C.11,Cx.1,L.2,f.20v.
Miguel Martins	Mestre	Lisboa	1590	C.11,Cx.1,L.4,f.125
Manuel Cordeiro	Mestre		1591	C.7 A,Cx.20,L.92,f.70v
Diogo Lopes	Mestre	Lisboa	1592	C.11,Cx.4,L.14,f.39
Miguel Martins Maiato	Mestre	Lisboa	1592	C.15,Cx.21,L.98,f.124v
António Manuel	Mestre	Póvoa de Varzim	1594	C.1,Cx.7,L.35,f.136 v.
Pascoal Carvalho	Mestre	Sesimbra	1594	C.1,Cx.7,L.35,f.2
Gaspar Rodrigues	Mestre	Lisboa	1595	C.11,Cx.6,L.22,f.126
Simão Rodrigues	Capitão e piloto	Lisboa	1595	C.11,Cx.7,L.23,f.56
André Álvares	Mestre	Setúbal	1599	C.11,Cx.12,L.44,f.61
André Luís	Mestre	Lisboa	1599	C.11,Cx.12,L.44,f.79v.
Domingos Álvares	Mestre	Lisboa	1599	C.11,Cx.12,L.46,f.27
Pascoal Carvalho	Mestre	Sesimbra	1599	C.11,Cx.12,L.44,f.56
Vicente Rodrigues	Mestre	Sesimbra	1599	C.11,Cx.12,L.44,f.92
André Preto	Mestre	Matosinhos	1600	C.12 A,Cx.1,L.3,f.58v.
António Martins	Mestre e piloto	Lisboa	1600	C.11,Cx.14,L.52,f.83

Os armadores de viagens de comércio de escravos destinadas às Índias de Castela cujos contratos foram finalizados em Lisboa entre 1574 e 1600 eram, como se pode concluir do quadro respectivo, na sua grande maioria moradores da cidade, embora tivesse havido também intervenção de castelhanos, ou de residentes em Castela, nomeadamente em Sevilha. Entre estes incluíam-se Lopo e Pêro de Tapia. Este último ou um seu familiar era, segundo Valentin Vázquez de Prada, originário de Granada, mas estabelecera-se em Sevilha em 1565 <sup>364</sup>. Quanto a Lançarote da Serra, habitante de Sevilha, cujo irmão, Francisco Rodrigues da Serra, vivia em Lisboa, apesar daquele

<sup>364</sup> - Valentin Vázquez de Prada, *Lettres marchandes d'Anvers*, tomo I, p. 227.



autor incluir os *Serra* entre as famílias de mercadores genoveses que operavam em Antuérpia no fim de Quinhentos e se tinham fixado em cidades como Madrid e Lisboa <sup>365</sup>, parece-nos mais provável tratar-se de portugueses ou luso-descendentes espalhados por várias capitais europeias.

Boa parte dos que moravam em Lisboa era, no entanto, de origem estrangeira. Julian del Court <sup>366</sup> morava na rua das Esteiras em 1588, quando comprou 30 licenças para tráfico de escravos. Era flamengo e ligado ao comércio das especiarias <sup>367</sup>. A sua empresa de Antuérpia faliu em 1595 <sup>368</sup>. Juan Jácome Spínola, residente no terreiro das Pedras Negras, fretou, como vimos, uma caravela em 1599 para enviar 145 escravos a Cartagena <sup>369</sup>. Pertencia a uma família de negociantes genoveses com representantes nos principais mercados europeus. Em Sevilha, na primeira metade do século dedicaram-se à exportação de escravos para a América <sup>370</sup>. Na segunda, vários dos seus elementos viveram e constituíram empresas em Antuérpia, Besançon, Madrid e Londres, além de Sevilha, Génova e Lisboa <sup>371</sup>. Ao milanês João Baptista Rovelasco, contratador de S. Tomé e rendeiro das alfândegas marítimas do reino na década de 80 <sup>372</sup>, já nos referimos também.

Diogo de la Carrera, morador, em 1600, junto ao Rossio da Feira, esteve associado nos anos de 1598-99 a Manuel Jorge - de uma das famílias portuguesas estabelecidas em Antuérpia <sup>373</sup> - tendo falido em 1602. Em 1600 encarregou o seu irmão Francisco de uma viagem de tráfico com destino às Índias, com partida do Porto de

---

<sup>365</sup> - Idem, p. 193.

<sup>366</sup> - Referido na fonte como Julião de la Corte, embora tenha assinado Julian del Court ( TT,FN,Lisboa, Cart.1,Cx. 4,Liv.20,f.99 – 5.101588 ).

<sup>367</sup> - V. Vázquez de Prada, *Lettres marchandes* ..., v. I, p. 188.

<sup>368</sup> - J. Gentil da Silva, *Stratégie des affaires*, p. 107.

<sup>369</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 12, Liv. 44, f. 92 – 26.8.1599.

<sup>370</sup> - Alfonso Franco Silva, *La esclavitud en Sevilla y su tierra a fines de la Edad Media*, p. 79.

<sup>371</sup> - V. Vázquez de Prada, *Lettres marchandes* ... , Tomo I, p. 189-190.

<sup>372</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. III, p. 213-214.

<sup>373</sup> - J. Gentil da Silva, *Stratégie des affaires*, p. 193 e 215; V. Vázquez de Prada, *Lettres marchandes*..., p. 211.

Santa Maria ( Cádiz ). Na mesma ocasião nomeou seus procuradores João e Francisco de la Carrera, residentes em Sevilha <sup>374</sup>. Segundo Vázquez de Prada, um Juan de la Carrera trabalhou para os Rodrigues d'Évora, em Antuérpia, durante 15 anos, mas estabeleceu-se por conta própria, em Sevilha, em 1595 <sup>375</sup>. Tratava-se, por isso, de uma família de mercadores, certamente castelhana mas estabelecida em vários pontos do mundo dos negócios da época.

Entre os armadores nacionais destacavam-se os mercadores Afonso Vaz de Évora, Bastião e Diogo Henriques, Diogo Nunes Caldeira, Heitor Coronel, João de Argomedo, João Moreno, Manuel Caldeira e Manuel de Medeiros, além do bispo Pedro Brandão.

O primeiro foi correspondente em Lisboa dos Veiga d'Évora, de Antuérpia <sup>376</sup> e figura na correspondência dos Rodrigues d'Évora para Medina del Campo nos anos de 1598 a 1606 <sup>377</sup>. De 1588 a 1594 importou 144 toneladas de açúcar de Pernambuco e da Baía <sup>378</sup>. Bastião ou Sebastião Henriques e Diogo Henriques eram membros de um grupo familiar representado em locais como Antuérpia, Florença, Paris, Porto e Roma <sup>379</sup>. Diogo Henriques era contratador de Cabo Verde em 1592, ano em que morava em Lisboa, a Santa Justa <sup>380</sup>.

Diogo Nunes Caldeira deteve o contrato da Alfândega de Lisboa e portos de mar do reino de 1596 a 1601 <sup>381</sup>. Fazia parte de uma proeminente família de negociantes da cidade, com ramificações em Sevilha, Madrid, Paris, Antuérpia e Colónia <sup>382</sup>. Manuel Caldeira, a que já nos referimos como feitor do rei de Portugal em Castela e mercador

---

<sup>374</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 12 A, Cx. 1, Liv. 3, f. 58 v. e 79 v. – 4 e 14.11.1600

<sup>375</sup> - V. Vázquez de Prada, *Lettres marchandes* ..., tomo I, p. 208-209.

<sup>376</sup> - V. Vázquez de Prada, *Lettres marchandes* ..., v. I, p. 212.

<sup>377</sup> - J. Gentil da Silva, *Stratégie des affaires*, p. 195, 346 e 368.

<sup>378</sup> - Leonor Freire Costa, *Império e grupos mercantis*, p. 53.

<sup>379</sup> - V. Vázquez de Prada, *Lettres marchandes*..., v. I, p. 202-203.

<sup>380</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 4, Liv. 14, f. 39 – 29.12.1592.

<sup>381</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. III, p. 213.

<sup>382</sup> - V. Vázquez de Prada, *Lettres marchandes* ..., v. I, p. 209-211.

de pimenta, açúcar e escravos, morava na Boa Vista em 1576 e era tio de um seu homónimo, que também negociava em mão-de-obra negra <sup>383</sup>. Em 1556 contratou com Filipe II o fornecimento de 2.000 escravos africanos às Índias castelhanas <sup>384</sup>. Como já foi dito, forneceu em 1559-1560 ao estado castelhano 100 negros de Cabo Verde, Congo e S. Tomé para as minas de prata de Guadalcanal, na Serra Morena <sup>385</sup>.

Heitor Coronel, que em 1584 contratou a vinda de escravas de S. Tomé para Lisboa <sup>386</sup> e em 1592 se associou a Manuel de Medeiros para enviarem ambos cativos a Cartagena, comerciou em açúcar e farinha com o Brasil entre 1591 e 1606 <sup>387</sup>. Os Coronéis eram de origem castelhana e tinham ligações familiares com os Gomes d'Elvas e os Ximenes, uns e outros intervenientes de vulto no comércio e nos negócios da época <sup>388</sup>. Manuel de Medeiros, que em 1590 morava na rua dos Escudeiros, além de exportar escravos para a América espanhola, participou no comércio com o Brasil, importando açúcar entre 1588 e 1596 <sup>389</sup>. João Moreno, traficante também de vinhos, açúcar e escravos com o Brasil nos últimos anos de Quinhentos e primeiros da centúria seguinte <sup>390</sup>, era correspondente dos Ximenes de Antuérpia, sendo considerado “rico, com mais de 50 mil ducados de fazenda” pelos negociantes seus parceiros <sup>391</sup>. João de Argomedo, que armou três navios para tráfico negreiro em 1599, morava na Ribeira Nova <sup>392</sup>.

---

<sup>383</sup> - Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela*, p. 75-117 ; TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 1, Liv.3, f. 126 v. – 13.1.1576.

<sup>384</sup> - Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela*, p. 42-50.

<sup>385</sup> - Alessandro Stella, “L’esclavage en Andalousie à l’Époque Moderne », *Annales*, nº. 1, 1992, p. 35-45.

<sup>386</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 65, f. 89 v. – 26.9.1584.

<sup>387</sup> Leonor Freire Costa, *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil*, v. II, p. 80.

<sup>388</sup> - J. Gentil da Silva, *Stratégie des affaires* ..., p. 26-27; Felgueiras Gaio, *Nobiliário de famílias de Portugal*, tomo 12, p. 85-88.

<sup>389</sup> - Leonor Freire Costa, *O transporte no Atlântico* ..., v. II, p. 93.

<sup>390</sup> - Leonor Freire Costa, *O transporte no Atlântico* ..., v. II, p. 86.

<sup>391</sup> - “ El Moreno [...] ademas de ser muy buen hombre es havido por rico y dicen que tiene 50 mil ducados de hacienda. Es muy lhano y desembarazado ” ( Carta de Manuel da Veiga, de Lisboa, 18.5.1602), J. Gentil da Silva, *Stratégie des affaires*..., p. 233.

<sup>392</sup> - Vem referido como Joan de Orgomedo na correspondência dos Rodrigues d’Évora, em 1604 ( J. Gentil da Silva, *Stratégie des affaires*..., p. 260-261).

A presença do bispo de Cabo Verde D. Pedro Brandão vem confirmar o envolvimento no tráfico de escravos de figuras importantes da hierarquia da Igreja, aspecto já salientado na referência ao bispo de S. Tomé D. Martinho de Ulhoa, que fornecia cativos ao reino a partir da ilha cujo pastoreio espiritual lhe cabia <sup>393</sup>, assim como a incumbência, em 1585, também já referida, de um arcediogo da diocese santomense de comprar escravos para um morador de Lisboa <sup>394</sup>. O próprio jesuíta Alonso de Sandoval, que viveu em Cartagena de Índias nas primeiras décadas de seiscentos, conheceu nessa cidade um padre da Guiné, certamente português, que aí estava na qualidade de dono de uma armação de escravos <sup>395</sup>. De resto, ainda antes de se iniciar a obtenção de cativos por meio do tráfico, na fase de assaltos ao litoral africano com o mesmo fim, já um dos bispos do Algarve, pelos anos de 1446-1447, tinha armado uma caravela para “*filhar mouros*”, capitaneada por um escudeiro seu, como conta Zurara <sup>396</sup>. A semelhante negócio se dedicavam membros destacados do clero das Canárias, como um deão e um arcediogo, como refere Manuel Lobo Cabrera<sup>397</sup>. Na viagem do navio *Conceição*, que em 1525-1526 voltou do Congo a S. Tomé com uma carga de 466 escravos, 170 eram de eclesiásticos <sup>398</sup>. Quanto aos jesuítas de Angola, o tráfico de cativos - que recebiam de dádivas, heranças e por compra nos respectivos mercados – para o Brasil era uma das actividades com que

---

<sup>393</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 20, Liv. 92, f. 30 v.

<sup>394</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 66, f. 150 v.

<sup>395</sup> - Alonso de Sandoval, *Un tratado sobre la esclavitud*, p. 148.

<sup>396</sup> - Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, p. 369-374. Existem dúvidas sobre a personalidade que ocupava o cargo de bispo de Silves nessa época ( Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, v. I, p. 518 ).

<sup>397</sup> - Manuel Lobo Cabrera, “ El clero y la trata en los siglos XVI y XVII: el ejemplo de Canarias”, *De la traite à l’esclavage*, p. 493.

<sup>398</sup> - Amândio Barros, “ Trato de escravos e economia atlântica. O contrato do navio Conceição, 1525-1526”, *Trabalho forçado africano. Articulações com o poder político*, p. 26.

asseguravam, no plano material, a sua missão proselitista, tirando partido da isenção de direitos que lhes tinha sido dada pelo cardeal D. Henrique <sup>399</sup>.

O caso de Pedro Brandão merece uma atenção especial, pois o historiador António Brásio admitiu ter sido ele o autor de uma carta, não datada, dirigida por um bispo de Santiago, não identificado, ao rei, na qual expressava pontos de vista claramente contrários ao tráfico de escravos <sup>400</sup>, hipótese essa que foi seguida, entre outros historiadores, por Luiz Felipe de Alencastro, o qual, com esse pressuposto, o considerou um dos principais representantes do “*antiesclavagismo conservador*” <sup>401</sup>. Compreensivelmente, só admitindo uma enorme hipocrisia do redactor da carta se poderia aceitar que ele se dedicasse ao comércio de seres humanos ao mesmo tempo que condenava esse mesmo comércio. Nessa medida, confirmando-se que o bispo era traficante deveremos afastar a possibilidade de ter sido o autor daquele texto. Ora, tal confirmação foi apresentada por Maria Emília Madeira Santos e Maria João Soares, que transcreveram passagens das acusações constantes de uma missiva incluída no processo contra o bispo, existente no Arquivo Geral de Simancas, onde se afirmava que o mesmo era “*público tratante em fazendas e mercadorias e carregador de escravos para as Índias, que lá mandava vender [...] sendo os ditos escravos ovelhas suas e do destrito de sua diocese*” <sup>402</sup>. Tais acusações são corroboradas pelo documento a que, mais atrás, nos referimos, que envolvia o prelado numa operação negreira com S. João de Porto Rico, que as mencionadas autoras já tinham também referido <sup>403</sup>. Este prelado carmelita ocupou o cargo episcopal a partir de 1588, mas o rigorismo da sua acção, relativamente ao cumprimento pelos moradores de alguns preceitos da Igreja, nomeadamente de

---

<sup>399</sup> - Arlindo Manuel Caldeira, “Os jesuítas em Angola nos séculos XVI e XVII: tráfico de escravos e escrúpulos de consciência”, *Trabalho forçado africano. Articulações com o poder político*, p. 60-81.

<sup>400</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana*, v. III, p. 442-445.

<sup>401</sup> - Luiz Felipe de Alencastro, *O trato dos viventes*, p.426.

<sup>402</sup> - Maria Emília Madeira Santos e Maria João Soares, “Igreja, missionação e sociedade”, *História geral de Cabo Verde*, v. II, p. 395.

<sup>403</sup> - Idem, p. 397.

ordem moral <sup>404</sup>, assim como o envolvimento em actividades mercantis vieram a suscitar forte oposição dos moradores e o seu afastamento para Lisboa. Sem resignar do cargo, apesar de instado a fazê-lo, continuou a receber os proventos do mesmo, com os quais instituiu um morgado, o que veio a ser contestado pelo seu sucessor <sup>405</sup>.

Se tivermos em consideração os feitores encarregados de negociar as mercadorias destinadas ao tráfico, teremos que concluir pela importância das relações de parentesco na sua escolha pelos armadores, devido à confiança que os seus familiares lhes mereciam, assim como, provavelmente, ao desejo de os prepararem para funções de maior responsabilidade.

A observação da lista dos donos de navios permite concluir que parte deles eram os próprios armadores, que financiavam as cargas destinadas ao tráfico e eram os principais interessados no negócio. Nos casos em que as embarcações eram fretadas a terceiros torna-se evidente a participação no comércio transatlântico, nomeadamente negreiro, de comunidades marítimas de fora de Lisboa, como Sesimbra e Setúbal, assim como do norte do país, o que também se verifica, ao considerarem-se os mestres, capitães e pilotos destas armações. Esse facto foi já constatado por Amélia Polónia nas nomeações de mestres e pilotos das carreiras ultramarinas no período de 1596 a 1605, em que o porto de Sesimbra tinha um papel destacado, mas se notava também a importância dos portos de Entre Douro e Minho <sup>406</sup>.

---

<sup>404</sup> - Rui Miguel da Costa Pinto, “ O bispo de Cabo Verde frei Pedro Brandão e a relação Igreja-moradores nos finais do século XVI “, *Mare liberum*, nº 10, 1995, p. 363-368.

<sup>405</sup> - Cristiano José de Sena Barcelos, *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné*, Parte I, p. 159-166 ; José Justino de Andrade e Silva, *Colecção cronológica da legislação portuguesa ( 1603-1612 )*, p. 1603 ; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, p. 685.

<sup>406</sup> - Amélia Polónia, “ Mestres e pilotos das carreiras ultramarinas ( 1596-1648 )”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, v. XII, p. 308.

#### 4.4.2 - Brasil

Vimos como a insuficiência de mão-de-obra escrava no Brasil levou, tal como sucedeu nas colónias castelhanas, à introdução de trabalhadores africanos. No caso brasileiro isso aconteceu a partir da década de 30 do século XVI, embora as importações em larga escala tivessem esperado pela década de 60 <sup>407</sup>. Inicialmente foram os próprios donos de fazendas a tomar a iniciativa da importação de escravos <sup>408</sup>, mas o tráfico acabou por ficar nas mãos dos grandes mercadores portugueses, que transportavam a mão-de-obra de S. Tomé, primeiro e, mais tarde, de Angola. Devido ao incremento deste mercado abastecedor, em 1587 Angola e o Congo passaram a ser objecto de um contrato próprio para a exportação de negros, separado do de S. Tomé, entregue, como se viu, a Pedro de Sevilha e António Mendes de Lamego <sup>409</sup>. Segundo Giovanni Botero, que escreveu na segunda metade de Quinhentos, os portugueses exportavam de Luanda 5.000 escravos todos os anos <sup>410</sup>.

Analisemos algumas operações dessa corrente de tráfico e os seus intervenientes.

Em 1585 foi contratada uma expedição de comércio triangular entre Bento Dias Santiago, morador em Lisboa e o dono e mestre do navio *Nossa Senhora do Rosário*, João Álvares, também residente na cidade. Nos termos desse contrato, este fretou o navio ao primeiro para, por conta dele, ir a S. Tomé carregar 80 peças de cativos – que lhe seriam fornecidas por um agente do traficante, Diogo de Moraes – partindo depois para Pernambuco, onde entregaria os escravos a Ambrósio Fernandes Brandão, feitor de Bento Dias “*no seu engenho de S. Bento*”. Este último devia pagar-lhe o frete devido e

---

<sup>407</sup> - Harold Johnson, “Desenvolvimento e expansão da economia brasileira”, *O império luso-brasileiro (1500-1620)*, p. 238.

<sup>408</sup> - Maria Beatriz Nizza da Silva, “Sociedade, instituições e cultura”, *O império luso-brasileiro 1500-1620*, p.328.

<sup>409</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 165.

<sup>410</sup> - Idem, p. 165.

entregar-lhe 20 toneladas de açúcar, que ele traria para o reino. A escritura menciona também o embarque de “*pau do Brasil*”.

Vemos aqui não um contrato para simples tráfico negreiro – compra em África para revenda na América -, mas antes um acordo para deslocação de mão-de-obra destinada a suprir as necessidades de uma determinada unidade açucareira, pertencente a um negociante de Lisboa e promovida por ele próprio, que se encarregava igualmente de fazer transportar o seu açúcar para Portugal. Facto este que não era singular. Em 1560 o comerciante lisboeta Lucas Girdes era também proprietário de engenhos no Brasil <sup>411</sup> e em 1576 o fidalgo Afonso de Torres, morador igualmente em Lisboa, arrendou, por 6 anos, metade do seu engenho de *S. João*, na capitania de S. Jorge, a Pêro Cortes, cavaleiro da casa do infante D. António e a Francisco da Costa, sobrinho dele próprio, por 160.000 reais e duas caixas de açúcar ao ano <sup>412</sup>. Em 1598 André e Diogo Soares, mercadores de Lisboa, contrataram Bartolomeu Martins para ir trabalhar nos seus engenhos de Pernambuco <sup>413</sup>. A propriedade de engenhos por parte de capitalistas e negociantes portugueses, resultou da iniciativa nesse sentido, na primeira metade do século, do capitão-donatário de Pernambuco Duarte Coelho, que para esse efeito se deslocou à Europa, procurando atrair mercadores da metrópole a quem fez concessões de territórios para produção de açúcar. Duarte Coelho foi o responsável pelo grande incremento experimentado pela capitania, de que queria fazer uma “*Nova Lusitânia*”, tendo fundado Olinda, onde estabeleceu a capital e Igaraçu <sup>414</sup>.

Surgiram assim grandes capitalistas e empresários, ligados simultaneamente ao comércio de escravos, de açúcar e outros produtos e à monocultura para exportação, no

---

<sup>411</sup> - Harold Johnson, “Desenvolvimento e expansão da economia brasileira”, *O império luso-brasileiro*, p. 227.

<sup>412</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 2, Liv. 9, f. 72 v. – 20.11.1578.

<sup>413</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 9, Liv. 44, f. 73.

<sup>414</sup> - Filipe Nunes de Carvalho, “Do descobrimento à União Ibérica”, *O império luso-brasileiro*, p. 121-124.



próprio Brasil. Alguns eram também rendeiros do estado na cobrança de impostos. Bento Dias Santiago, cristão-novo, comerciou em açúcar e pau-brasil de 1577 a 1579<sup>415</sup>. Em 1581 fretou, com outros, uma nau para ir a Pernambuco para o mesmo efeito<sup>416</sup>. Segundo Capistrano de Abreu, vivia em Pernambuco desde 1565 e em 1575 era aí contratador dos Dízimos da Fazenda real, assim como em Itamaracá<sup>417</sup>. Como se vê pelo documento em apreço, em 1585 já morava em Lisboa, na freguesia da Sé. O seu filho Miguel Dias Santiago, foi do Porto para a Baía<sup>418</sup>, onde esteve até 1599, transitando depois para Pernambuco, de onde exportou açúcar nas duas primeiras décadas de Seiscentos<sup>419</sup>, acabando por se fixar em Portugal.

É de destacar o aparecimento de Ambrósio Fernandes Brandão - cristão-novo como Bento Dias e seu escrivão das saídas de açúcar - como feitor do engenho deste. Ambrósio Brandão foi autor, em 1618, dos *Diálogos das grandezas do Brasil* – obra fundamental para o conhecimento do território brasileiro e da sua colonização nas primeiras décadas do século XVII<sup>420</sup> - e, em 1591, acusado à Inquisição da Baía de frequentar a sinagoga de Camaragibe. Veio a ser ele próprio senhor de vários engenhos nas duas primeiras décadas de Seiscentos<sup>421</sup>.

Voltando às cláusulas do contrato, o mestre não poderia transportar mais que 150 cativos – o que mostra que também tinha fretado o navio a outros armadores – e teria que se fazer acompanhar a bordo de um homem que se ocupasse dos escravos de Bento

---

<sup>415</sup> - Leonor Freire Costa, *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, v. II, p. 60.

<sup>416</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 9, Liv. 44, f. 24 v. – 20.9.1581.

<sup>417</sup> - J. Capistrano de Abreu, Introdução à edição dos *Diálogos das grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão, p. 33.

<sup>418</sup> - Leonor Freire Costa, Ob. cit., v. I, p. 97.

<sup>419</sup> - Frédéric Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico*, v. I, p. 316.

<sup>420</sup> - Sílvio Castro, *História da literatura brasileira*, v. I, p. 85-89.

<sup>421</sup> - J. Capistrano de Abreu, Ob. cit., p. 33 e Rodolfo Garcia, na mesma edição, p. 35.

Dias, o qual levaria a caldeira “*para se fazer de comer às ditas peças*”, dando-lhes “*muito bom tratamento*” <sup>422</sup>.

As viagens de comércio triangular entre Portugal, a África e o Brasil, destinadas ao fornecimento de escravos a esta colónia e de açúcar e outros produtos brasileiros à Europa, aparecem bem representadas nos fundos notariais de Lisboa da segunda metade de Quinhentos. Observemos o papel que tiveram na sua promoção os mercadores da cidade.

Em 1578 João Nunes fretou o navio “*O Salvador*” para o enviar a Luanda a carregar 200 escravos, que destinava à capitania de Pernambuco. Chegado à ilha de Itamaracá, o mestre e dono do barco devia entregar as peças vivas a Diogo Nunes, irmão do armador, aí residente e embarcar 50 toneladas de açúcar e 10 de pau brasil com destino a Lisboa. O açúcar seria proveniente do engenho de Filipe *Cavalgante* (sic) e de Igaracu <sup>423</sup>.

Filipe Cavalcanti era membro de uma família de mercadores italianos com grande projecção no comércio europeu <sup>424</sup> e a ele se referiu o seu compatriota Filipe Sassetti nas suas cartas : “ *Encontra-se neste país Filipe Cavalcanti [...] que possui enormes fazendas e é homem de grande poder [...]; dizem que se faz rodear de um enorme séquito, com muitos pagens e cavalos e gasta por ano com a sua casa perto de cinco mil escudos. O seu negócio são engenhos de açúcar*” <sup>425</sup>. Ligado ao governo da

---

<sup>422</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Liv. 70, f. 87 – 17.101585.

<sup>423</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 7, Liv. 33, f. 60 – 20.12.1578.

<sup>424</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. III, p. 207-208.

<sup>425</sup> - “ *In questo paese si ritrova Filippo Cavalcanti fratello di Guido e di Stiatto, il quale ha grandissime facende alle mani, ed è uomo di grande autorità, e quasi soprastante a tutto insino al proprio governatore: dicono che e' tiene gran corte com molti paggi e cavalli, e spende l'anno in sua casa meglio di scudi cinque mila ; e' suoi negozi sono ingegni di zuccheri*” ( *Lettere di Filippo Sassetti ...*, p. 23 ) (Tradução nossa ).

capitania, foi o principal denunciante dos cristãos-novos pernambucanos que frequentavam a sinagoga de Camaragibe durante uma inquirição do Santo Ofício <sup>426</sup>.

Jorge Rodrigues Solis – que viria a ser rendeiro, com outros, da Alfândega de Lisboa e Casa da Sisa, a partir de 1602 <sup>427</sup> e que já vimos a comprar um lote de escravos ao bispo de S. Tomé D. Martinho de Ulhoa, em 1591 <sup>428</sup> - associou-se em 1583 a outro lisboeta, Francisco Rodrigues, para mandarem ambos escravos ao Brasil. Investiram 950.000 reais em mercadorias que confiaram a Manuel da Costa, moço da câmara do rei, que viajaria no navio *Nossa Senhora da Misericórdia*, de que era mestre e senhorio o vizinho de Viana Fernando Álvares, compraria escravos em Angola e iria levá-los a Pernambuco, aos representantes dos fretadores Gaspar Rodrigues Cartagena, filho de Francisco Rodrigues, um dos sócios da empresa ou a Gaspar Fernandes, seu cunhado. O que resultasse da venda dos escravos seria empregue em açúcar ou algodão, que traria no regresso a Lisboa <sup>429</sup>. É de destacar, uma vez mais, a importância das relações familiares na criação de redes mercantis que possibilitavam e implementavam as correntes de tráfico.

No mesmo ano foi formada outra companhia para comércio de escravos e açúcar, entre Bastião Casado e João Gomes, os dois residentes em Lisboa, em que o primeiro investiu 300.000 reais e o segundo 100.000. O objectivo era, uma vez mais, comprar cativos em Angola, levá-los ao Brasil e aí carregar açúcar para Portugal <sup>430</sup>. Quatro anos depois foi enviada de Lisboa a nau *Santo António*, pertencente, em partes iguais, a Francisco Dias, mestre da mesma e a Miguel Cação, de Leça de Matosinhos, para Angola “*a carregar de escravos*”, depois para a Baía de Todos os Santos e, finalmente,

---

<sup>426</sup> - Maria Beatriz Nizza da Silva, “ Sociedade, instituições e cultura”, *O império luso-brasileiro*, p. 525-526.

<sup>427</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. III, p. 213. Jorge Rodrigues Solis interveio, em 1600, na corte de Madrid a favor da concessão do perdão geral aos cristãos-novos portugueses ( António Borges Coelho, *A Inquisição de Évora*, v. 2, p. 204 ).

<sup>428</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 20, Liv. 92, f. 30 v. – 5.2.1591.

<sup>429</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 11, Liv. 53, f. 56 v. – 20.2.1583.

<sup>430</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 16, Liv. 75, f. 133 v. – 16.4.1587.

para regressar ao ponto de partida com nova carga. O feitor da metade de António Cação, que tomaria parte na viagem, seria o seu cunhado Filipe Carreiro, morador na mesma localidade nortenha. O da outra seria o próprio mestre <sup>431</sup>.

### **Escravos transportados para o Brasil <sup>432</sup>**

<b>Armadores</b>	<b>Origem</b>	<b>Destino</b>	<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Cota</b>
Cristóvão Nunes	S. Tomé	Pernambuco	198	1573	C7A,Cx.3,L.13,f.117v
João Nunes	Luanda	Pernambuco	200	1578	C7A,Cx.7,L.33,f.60
Henrique Mendes Manuel do Rio Simão Gonçalves	Luanda	Olinda (Pernambuco)	160	1578	C7A,Cx.7,L.33,f.98v
Diogo Castanho Luís Pinto	Angola	Olinda (Pernambuco)	330	1579	C7A,Cx.7,L.35,f.110v
Jácome Gomes				1583	C.7 A,Cx.12,L.55,f.9
Bento Dias Santiago	S. Tomé	Pernambuco	80	1585	C.7 A,Cx.15,L.70,f.87
Diogo Gomes de Abrantes				1586	C.1,Cx.3,L.13,f.105
Jorge Gomes Simão Lopes de Lima	Angola	Baía	300	1587	C.1,Cx.3,L.17,f.106
Henrique Nunes e Manuel Fernandes Anjo André Lopes	Luanda	Pernambuco	140	1594	C.1,Cx.7,L.33,f.45
Francisco Vaz Caminha	Angola	Pernambuco	5	1594	C1,Cx.7.L.35,f.124
Maria Gonçalves	Angola	Pernambuco	18	1595	C.7A,Cx.27,L.107,f.95v.
Antão Dias Domingos Álv. Prado Gaspar Barbosa Manuel Gonçalves	Angola	Brasil	19	1598	C.1,Cx.9,,L.43,f.68
Marcos Fernandes Montalto	Angola	Espírito Santo	20	1598	C.1,Cx.9,L.43,f.76
Pêro Fernandes	Angola	Pernambuco	100	1598	C.11,Cx.11,L.40,f.18

A importância das redes familiares volta-se a notar na viagem do galeão *S. Luís* - dirigida com o mesmo objectivo a Angola e à Baía e de onde devia voltar com algodão e açúcar – organizada e custeada pelos lisboetas Jorge Gomes e Simão Lopes de Lima,

<sup>431</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 3, Liv. 17, f. 129 v. – 5.1.1587.

<sup>432</sup> - Trata-se dos escravos deslocados ao abrigo de contratos cujos registos se conservam no Fundo Notarial de Lisboa da Torre do Tombo e que mencionam a respectiva quantidade.

que para o efeito fretaram o navio a Baltasar Lopes, de Viana. A expedição começaria por se dirigir à Madeira, para carregar vinhos e, a seguir, a Angola, onde um sobrinho de Simão Lopes de Lima, que seguia no navio como feitor do tio, ou outro sobrinho do mesmo, estante no território, fariam embarcar 140 escravos, dando o representante do outro fretador mais 80. O mestre e o piloto meteriam outras 80 peças, perfazendo tudo 300 cativos. Na Baía seriam carregadas 20 toneladas de açúcar e algodão de Simão Lopes, 10 de Jorge Gomes e outras 10 do mestre e companhia, rumo a Lisboa <sup>433</sup>.

A necessidade de encontrar produtos apropriados à venda em África para obtenção de escravos levava, por vezes, a longos e complexos trajectos entre as duas margens do Oceano. A viagem programada em 1590 pelo fidalgo João Baptista Catanho, o cavaleiro fidalgo Pêro Pinheiro e os mercadores Francisco Rodrigues e Rodrigo da Veiga, todos moradores em Lisboa, no navio *S. Francisco* destinou-se a levar ao Rio de Janeiro panos, vinho e azeite, com esses produtos adquirirem farinhas para levarem a Angola, onde comprariam escravos para transportar a Pernambuco, conseguindo aí, finalmente, açúcar que trariam no regresso ao reino <sup>434</sup>.

Algumas das viagens de tráfico resultavam, como se tem visto, da união de esforços entre investidores de Lisboa e mareantes oriundos de outros portos marítimos do país. Noutros, como no que se segue, a armação deveu-se ao investimento de um grupo de mercadores do Porto e a embarcação e a capacidade náutica e de gestão da mesma coube a Lisboa. Foi em 1578 que os portuenses Henrique Mendes, Manuel do Rio e Simão Gonçalves fretaram o navio *Espírito Santo* ao seu proprietário e mestre Belchior Gonçalves, para que este fosse do Tejo ao Douro carregá-lo de mercadorias e daí seguisse, primeiro para a Madeira, onde lhe seriam entregues vinhos e, depois, para S. Tiago de Cabo Verde, a buscar mantimentos. O mestre devia dirigir-se, depois, a S.

---

<sup>433</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 3, Liv. 17, f. 106 – 2.1.1587.

<sup>434</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Liv. 2, f. 55 v. – 6.4.1590.

Paulo de Luanda, tomar aí 160 peças de escravos e levá-las ao porto de Olinda (Pernambuco), de onde carregaria açúcar ou algodão para Lisboa ou para o Porto <sup>435</sup>.

Observemos as várias classes de intervenientes no tráfico com o Brasil presentes nas escrituras quinhentistas que chegaram aos nossos dias:

## Tráfico negreiro com o Brasil

### Armadores

Nome	Condição	Residência	Data	Cota
Cristóvão Nunes		Lisboa	1573	C7A,Cx.3,L.13,f.117v
António de Araújo de Noronha		Lisboa	1577	C7A,Cx.5,L.23,f.157
Fernão Dias Guterres <sup>436</sup>		Lisboa	1578	C.1,Cx.2,L.9,f.97v.
João Nunes		Lisboa	1578	C7A,Cx.7,L.33,f.60
Henrique Mendes Manuel do Rio Simão Gonçalves	Mercador Mercador Mercador	Porto Porto Porto	1578	C7A,Cx.7,L.33,f.98v
Diogo Castanho Luís Pinto	Fidalgo	Lisboa	1579	C7A,Cx.7,L.35,f.110v
António Brandão Henrique Mendes Luís Brandão	Mercador	Lisboa Lisboa Coimbra	1581	C7A,Cx.9,L.45,f.73
Bastião Casado		Lisboa Lisboa	1583	C.7A,Cx.16,L.75,f.133v
Fernão Nunes Simão Fernandes	Mercador Mercador	Lisboa Lisboa	1583	C.7 A,Cx.12,L.55,f.6
Francisco Rodrigues Jorge Rodrigues Solis		Lisboa Lisboa	1383	C.7A,Cx.11,L.53,f.56v
Jácome Gomes	Mercador galego	Lisboa	1583	C.7 A,Cx.12,L.55,f.9
Bento Dias Santiago		Lisboa	1585	C.7 A,Cx.15,L.70,f.87
Diogo Gomes de Abrantes	Mercador	Lisboa	1586	C.1,Cx.3,L.13,f.105
Jorge Gomes Simão Lopes de Lima		Lisboa	1587	C.1,Cx.3,L.17,f.106
Miguel Cação		Leça	1587	C.1,Cx.3,L.17,f.129v.
Afonso Vaz d'Évora	Mercador	Lisboa	1590	C.7A,Cx.19,L.90,f.56v
Francisco Rodrigues João Bautista Catanho Pêro Pinheiro Rodrigo da Veiga d'Évora	Mercador Fidalgo Cav. fidalgo Mercador	Lisboa Lisboa Lisboa Lisboa	1590	C.11,Cx.1,L.2,f.55v.

<sup>435</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7, Liv. 33, f. 98 v. – 31.12.1578.

<sup>436</sup> - Em 1555 foi denunciado à Inquisição “ *um mercador que trata em negros, o Guterres*”, por ter dito que não havia Ressurreição. O acusador foi Pêro Fernandes, corretor de cavalos e escravos ( António Baião, “ A Inquisição em Portugal e no Brasil”, *Arquivo Histórico Português*, v. VII, p. 4 – 17.1.1555 ).

Henrique Nunes e Manuel Fernandes Anjo André Lopes	Contratadores de Angola  Confeiteiro	Lisboa Lisboa  Lisboa	1594	C.1,Cx.7,L.33,f.45
Francisco Vaz Caminha	Mercador	Lisboa	1594	C1,Cx.7.L.35,f.124
Gaspar Homem e Manuel Homem	Irmãos, mercadores	Lisboa	1594	C.11,Cx.6,L.21,f.101v
Manuel Mendes d'Évora	Mercador	Lisboa	1594	C.7 A,Cx.22,L.106,f.99
Maria Gonçalves	Viúva de Fernão Martins	Lisboa	1595	C.7A,Cx.27,L.107,f.95v.
Antão Dias Domingos Álv. Prado Gaspar Barbosa Manuel Gonçalves		Barcelos	1598	C.1,Cx.9,,L.43,f.68
Marcos Fernandes Montalto		Lisboa	1598	C.1,Cx.9,L.43,f.76
Pêro Fernandes	Mercador	Madeira	1598	C.11,Cx.11,L.40,f.18

### Tráfico negreiro com o Brasil

#### Feitores

Nome	Condição	Residência	Data	Cota
Diogo Luís		Lisboa	1579	C.7A,Cx.7,L.35,f.110v
Jorge Vaz Brandão		Coimbra	1581	C.7 A,Cx.9,L.45,f.73
Manuel da Costa	Moço da câmara do rei	Lisboa	1583	C.7A,Cx.11,L.53,f.56v
Diogo Gomes de Cabeça de Vide	Ourives,sobrinho do armador	Lisboa	1586	C.1,Cx.3,L.13,f.105
Filipe Carreiro	Cunhado do armador	Leça	1587	C.1,Cx.3,L.17,f.129v.
João Soares			1590	C.7A,Cx.19,L.90,f.56v
Nicolau Penteado	Mercador	Porto	1594	C.11,Cx.6,L.21,f.101v
João Pessoa		Lisboa	1595	C.1,Cx.3,L.13,f.105

### Tráfico negreiro com o Brasil

#### Agentes no Brasil

Nome	Condição	Residência	Data	Cota
Pêro Becudo		Baía	1577	C7A,Cx.5,L.23,f.157
Diogo Nunes Filipe Cavalcante	Irmão do armador	Pernambuco	1578	C.7 A,Cx.7,L.33,f.60
Fernão Soares	Irmão de 1 dos armadores	Pernambuco	1578	C.7A,Cx.7,L.33,f.98v.

Jorge Dias	Irmão de 1 dos armadores	Pernambuco		
Gaspar Rodrigues Cartagena ou Gaspar Fernandes	Filho de 1 dos armadores Cunhado do mº.	Pernambuco Pernambuco	1583	C.7A,Cx.11,L.53,f.56v
Simão Rodrigues	Boticário	Baía	1583	C.7 A,Cx.12,L.55,f.9
Ambrósio Fernandes Brandão	Feitor de Bento Dias Santiago	Pernambuco	1585	C.7 A,Cx.15,L.70,f.87
Cristóvão Martins	Procurador de Antº.Mendes de Lamego	Pernambuco	1585	C.7 A,Cx.14,L.67,f.9v
Gomes Rodrigues Milão Lopo do Barco Manuel Cardoso Milão		Pernambuco Pernambuco Pernambuco	1594	C.7A,Cx.22,L.106,f.99
Antº. Martins Ribeiro Lopo do Barco		Pernambuco	1595	C.7A,Cx.23,L.107,f.108v
João Bautista	Veneziano	Baía	1598	C.1,Cx.9,L.44,f.13v.
Miguel Dias		Baía	1598	C.1,Cx.9,L.43,f.76

### Tráfico negreiro com o Brasil

#### Donos de navios

Nome	Navio	Residência	Data	Cota
Belchior Gonçalves	“Espírito Santo”		1578	C.7A,Cx.7,L.33,f.98v
João Lopes	“O Salvador”	Lisboa	1578	C.7 A,Cx.7,L.33,f.60
Luís de Siqueira	“Santo António”	Lisboa	1578	C.1,Cx.2,L.9,f.97v.
Diogo Castanho Diogo Lobo Luís Pinto	“Santo Espírito”	Pederneira Lisboa	1579	C.7A,Cx.7,L.35,f.110v
Fernão d’Álvares	“Nª.Sª.da Misª.”	Viana	1583	C.7A,Cx.11,L.53,f.56v
Gaspar Gonçalves	“Santo António”	Lisboa	1585	C.7 A,Cx.14,L.67,f.9v.
João Álvares	“Nª.Sª.do Rosº.”	Lisboa	1585	C.7 A,Cx.15,L.70,f.87
Baltasar Lopes	“ S. Luís”	Viana	1587	C.1,Cx.3,L.17,f.106
Francisco Dias Miguel Cação	“Santo Antº.”	Leça	1587	C.1,Cx.3,L.17,f.129v.
Afonso Vaz d’Évora Gaspar Martins,mestre	“Nª.Sª do Rosº.”	Lisboa Lisboa	1590	C.7A,Cx.19,L.90,f.56v
André Gomes Pereira	“Nª.Sª.da Alegria”	Lisboa	1591	C.7 A,Cx.20,L.93,f.83
Diogo Esteves	“S.Cristóvão”	Alc.do Sal	1594	C.1,Cx.7,L.33,f.45
Gaspar Rangel	“O Salvador”	V.do Conde	1595	C.7A,Cx.23,L.107,f.108v
Álvaro Dias	“Nª.Sª.de Guadalupe”	Sesimbra	1598	C.11,Cx.11,L.40,f.18
Domingos Álvaro Prado	“Nª.Sª do Rosº.”	Barcelos	1598	C.1,Cx.9,L.43,f.68



## Tráfico negreiro com o Brasil

### Mestres, capitães e pilotos

Nome	Condição	Residência	Data	Cota
Baltasar Gonçalves	Mestre	Porto	1575	C.7A,C.3,L.13,f.117v
Pêro Jorge	Mestre e piloto	V.do Conde	1577	C.7 A,C.5,L.23,f.157
Belchior Gonçalves	Mestre		1578	C.7 A,C.7,L.33,f.98v
João Lopes	Mestre	Lisboa	1578	C.7 A,C.7,L.33,f.60
Luís de Siqueira	Mestre	Lisboa	1578	C.1,C.2,L.9,F.97 v.
António Mala Gaspar Fernandes Pêro Mateus	Capitão Mestre Piloto	Lisboa Lisboa Lisboa-nasc.Porto	1579	C.7A,C.7,L.35,f.110v
Fernão d'Álvares	Mestre	Viana	1583	C.7A,C.11,L.53,f.56v
João Álvares Manuel João	Mestre Piloto	Lisboa	1585	C.7 A,C.15,L.70,f.87
João Álvares	Contra-mestre	Porto	1585	C.7 A,C.14,L.67,f.9v
Tomé Miguel	Mestre		1586	C.1,C.3,L.13,f.105
Baltasar Lopes	Mestre	Viana	1587	C.1,C.3,L.17,f.106
Francisco Dias	Mestre		1587	C.1,C.3,L.17,f.129v.
Gaspar Martins	Mestre e piloto	Lisboa	1590	C.7A,C.19,L.90,f.56v
Pedro Álvares Pêro Pinheiro	Piloto Mestre	Lisboa	1590	C.11,C.1,L.2,f.55v.
André Gomes	Mestre	Lisboa	1591	C.7 A,C.20,L.93,f.83
Diogo Esteves	Mestre	Alc.do Sal	1594	C.1,C.7,L.33,f.45
Francisco Gonç.da Silva	Piloto		1594	C.1,C.7,L.35,f.124
Gonçalo Jorge	Mestre	Porto	1594	C.11,C.6,L.21,f.101v
Gaspar Rangel	Mestre	Vila do Conde	1595	C.7A,C.23,L.107,f.95v
Álvaro Dias	Mestre	Sesimbra	1598	C.11,C.11,L.40,f.18
António Dias	Mestre	Lisboa	1598	C.1,C.9,L.44,f.13v.
Manuel Gonç.de Viana	Mestre	Viana	1598	C.1,C.9,L.43,f.68
Sebastião Pereira	Mestre		1598	C.1,C.9,L.43,f.76

No que se refere aos armadores, como seria de esperar, no tráfico com o Brasil já só encontramos residentes em território português, sobretudo em Lisboa, ao contrário do que ocorria no comércio com a América espanhola, em que participavam súbditos castelhanos. Entre esses, além daqueles cujos perfis socioeconómicos já foram abordados - Bento Dias Santiago e Jorge Rodrigues Solis - encontram-se alguns dos mais destacados membros da classe mercantil e dos negócios da cidade.

Quatro dos mercadores aqui referidos tinham o apelido Nunes : Cristóvão Nunes, morador em Enxobregas ( 1573 ), João Nunes, residente em Santa Catarina do Monte Sinai ( 1578 ), Fernão Nunes, com casa na Portagem ( 1583 ) e Henrique Nunes, na Pichelaria ( 1594 ). Nada garante que fossem todos parentes entre si, mas certamente que alguns o eram. Homens de negócios com o mesmo apelido destacaram-se na vida mercantil de Antuérpia nas décadas de 60 e 70, nomeadamente no comércio da pimenta, canela, cereais e açúcar <sup>437</sup>. Dos que são aqui referidos, João e Henrique Nunes traficaram em escravos, açúcar e pau-brasil da colónia sul-americana nos anos de 1578-1590 <sup>438</sup>. O primeiro dos dois tinha um irmão, Diogo Nunes, a morar em Pernambuco, que o representava nos negócios. Henrique ou Anrique Nunes era, em 1594, “*contratador do contrato de Angola*” em conjunto com Manuel Fernandes Anjo <sup>439</sup>. Este seu sócio era negociante e capitalista de grande envergadura, que, além de rendeiro da coroa na concessão de licenças para o tráfico ultramarino, comerciou em açúcar, vinho, azeite e escravos com o continente americano <sup>440</sup>. Em 1591 era credor do bispo de S. Tomé D. Martinho de Ulhoa em 1.125.000 reais, que este lhe pagou com o produto da venda de 150 escravos que enviou para o reino <sup>441</sup>. Figura na correspondência dos Rodrigues d’Évora para os seus representantes em Medina del Campo nos primeiros anos de Seiscentos <sup>442</sup>.

O fidalgo-mercador João Bautista Catanho, residente em S. Roque, era de origem genovesa. Os Cattaneo actuavam na Espanha, Flandres e Portugal no comércio de produtos exóticos <sup>443</sup>. Em 1590 associou-se, como vimos, a outros negociantes da cidade numa operação de tráfico com o Brasil, envolvendo tecidos, farinha, escravos e

---

<sup>437</sup> - V. Vázquez de Prada, *Lettres marchandes ...*, v. I, p. 201-202.

<sup>438</sup> - Leonor Freire Costa, *O transporte no Atlântico...*, v. II, p. 81 e 86 ; TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 7, Liv. 33, f. 60 – 20.12.1578.

<sup>439</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 7, Liv. 33, f. 45 – 14.9.1594.

<sup>440</sup> - Leonor Freire Costa, *O transporte no Atlântico...*, v. II, p. 94.

<sup>441</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 20, Liv. 92, f. 30 v. – 5.2.1591.

<sup>442</sup> - J. Gentil da Silva, *Stratégie des affaires...*, p. 241, 251, 252, 260 e 265.

<sup>443</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. III, p. 207.

açúcar <sup>444</sup>. Os irmãos Gaspar e Manuel Homem, mercadores residentes respectivamente na rua da Crasta, a S. Nicolau e na rua Nova, envolveram-se também no comércio de cativos, encarregando o mercador do Porto Nicolau Penteado de transportar escravos de Angola para o Brasil. De acordo com as instruções que este levava, os mesmos deviam ser entregues no destino a Manuel Lopes Homem, estante em Pernambuco <sup>445</sup>. Entre 1596 e 1607 quatro indivíduos deste apelido – Francisco, Manuel, Pedro e Rui – traficaram em vinho e açúcar com o Brasil <sup>446</sup>.

Os Rodrigues d'Évora, uma das mais proeminentes redes familiares a actuarem nos negócios do tempo, representados nas principais praças europeias, como Antuérpia, Colónia, Paris, Leão, Madrid, Bruxelas e Lisboa <sup>447</sup>, descendiam do judeu espanhol Abraão Sénior, baptizado em 1491 e de Mestre Tomás da Veiga, que foi médico de D. Manuel I <sup>448</sup>. De membros desta família temos referência a Rodrigo da Veiga d'Évora, morador ao Arco de João Correia em 1590, quando se associou a João Bautista Catanho e outros para comerciar em escravos e açúcar com o Brasil <sup>449</sup>. Em 1578 residia em Alfama Gaspar Rodrigues d'Évora, que foi procurador, com Lopo Rodrigues de Lisboa, do cavaleiro fidalgo Pedro Fernandes Mascarenhas para arrecadar os rendimentos deste provenientes de S. Tomé <sup>450</sup>. Em 1588 foi baptizada uma filha natural de uma cativa sua <sup>451</sup>, que veio a casar com um escravo do mercador André Lopes da Costa <sup>452</sup>. Um cativo

---

<sup>444</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Liv. 2, f. 55 v. – 6.4.1590.

<sup>445</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 6, Liv. 21, f. 101 v. – 14.11.1594

<sup>446</sup> - Leonor Freire Costa, *O transporte no tlântico...*, v. II, p. 73, 95, 103 e 107.

<sup>447</sup> - V. Vázquez de Prada, *Lettres marchandes* ..., v. I, p. 207-209 ; J. Gentil da Silva, *Stratégie des affaires*, p. 1-12. Eram, provavelmente, de origem hebraica e provinham de Espanha ( J. Gentil da Silva, “Rodrigues de Évora”, *Dicionário de história de Portugal*, dir. Joel Serrão, v. V, p. 356-357 ).

<sup>448</sup> - António José Saraiva, *Inquisição e cristãos-novos*, p. 267.

<sup>449</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Liv. 2, f. 22 v. – 6.4.1590.

<sup>450</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 2, Liv. 7, f. 139.

<sup>451</sup> - Edgar Prestage e Pedro d'Azevedo, *Registo da freguesiada Sé* ..., v. I, p. 137 v. – 6.3.1588.

<sup>452</sup> - Idem, p. 14- 29.8.1590.

de Manuel Rodrigues de Évora casou na Sé em 1590. No assento respectivo afirmava-se estar “ *o dono preso na Santa Inquisição* ” <sup>453</sup>.

Estes e outros capitalistas e mercadores, com intervenção decisiva na finança e no tráfico de especiarias, açúcar e escravos, contratadores do estado na cobrança de direitos e proprietários de fazendas em S. Tomé e no Brasil, estenderam a sua acção a vários continentes, justificando a afirmação do duque de Lerma, ministro de Filipe III, de que os mercadores portugueses eram o verdadeiro sustentáculo do comércio europeu <sup>454</sup>. Também o escritor mercantilista Duarte Gomes Solis, ligado aos meios financeiros da época <sup>455</sup>, defendia em 1628, reportando-se a umas décadas atrás : “ *Não há muitos anos [...] que, só na cidade de Lisboa, havia homens muito ricos e de tão grande crédito em todas as partes do mundo [...] que nenhum outro, por mais rico que fosse, de outra nação estrangeira se lhes avantajava* ” <sup>456</sup>.

Viviam, na maior parte, na zona baixa da cidade, compreendida entre as colinas do Bairro Alto e do Castelo, o Tejo e o Rossio. Em termos da divisão paroquial urbana ocupavam a Madalena, S. Julião, S. Nicolau e Santa Justa. Era já neste conjunto de freguesias que se fixava, em 1565, a população mais abastada, aquando do “ *serviço* ” feito pela cidade a D. Sebastião, como concluiu António Borges Coelho <sup>457</sup>. Eram os casos de Jorge Rodrigues Solis, que em 1583 habitava a rua do Vidro ao Calçado Velho ( S. Julião ), João Jácome Spínola, morador no terreiro das Pedras Negras ( Madalena ), em 1599 e Diogo Gomes de Abrantes, que vivia na rua Nova dos Ferros ( Madalena ) em 1586. Em S. Julião, no Poço da Fótea, residia em 1587 Simão Lopes de Lima e, na

---

<sup>453</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’ Azevedo, *Registo da freguesia da Sé...*, v. I, p. 444 – 14.5.1590.

<sup>454</sup> - “ *quien mas sustenta el trato y comercio de Europa es sabida cosa que son los mercaderes portugueses que en todas las plaças de mucho comercio residen siendo la principal Lisboa* ” – 16.9.1605 ( J. Gentil da Silva, *Stratégie des affaires* ..., p. 5 ).

<sup>455</sup> - António Borges Coelho, *Clérigos, mercadores, judeus e hidalgos*, p. 174.

<sup>456</sup> - “ *No ha muchos años [...] que avia solamente en la ciudad de Lisboa hombres muy ricos, y de tan gran credito en todas las partes del mundo [...] que no avia hombre por mas rico que fuesse de otra nacion estrangera que se le aventajasse [...]* ” ( Duarte Gomes Solis, *Alegación a favor de la Compañía de la India Oriental* ( 1628 ), p. 210.

<sup>457</sup> - António Borges Coelho, *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*, p. 92-94.

rua Nova, Manuel Mendes de Évora em 1594. Chegaríamos à mesma conclusão se observássemos as moradas dos contratadores do Ultramar: Manuel Fernandes Anjo e Henrique Nunes, detentores do contrato de Angola em 1594, viviam na rua Nova dos Ferros ( Madalena ) e na Pichelaria ( S. Nicolau ), respectivamente. Diogo Henriques, contratador de Cabo Verde, morava em Santa Justa em 1592. Mas também fora dessa zona central se fixavam alguns intervenientes no tráfico negreiro, como Bento Dias Santiago, em 1585 e Afonso Vaz de Évora, em 1590, ambos moradores nas cercanias da Sé, ou Duarte de Leão, contratador de Cabo Verde, que se fixara na Calçada do Congro em 1576 e Manuel Caldeira, no mesmo ano, na Boavista, ambos no Loreto e Santa Catarina ( Bairro Alto ).

As listas de feitores e agentes ultramarinos dos armadores mostram, uma vez mais, o papel determinante das relações familiares e da confiança que as mesmas inspiravam na respectiva escolha. As de proprietários de navios e de mestres, capitães e pilotos, deixam entrever a importância que alguns portos fora de Lisboa tiveram no comércio ultramarino. Voltam a destacar-se, como sucedia no tráfico com as Índias castelhanas, além de Sesimbra, as vilas e cidades de Entre Douro e Minho – Porto, Leça, Vila do Conde e Viana. No que dizia respeito aos lisboetas, sempre majoritários, as respectivas áreas de residência tendiam para zonas menos centrais que as de armadores e contratadores, com predomínio de Alfama, Mártires e Santa Catarina.

Como reflexão sobre este percurso pelo comércio transatlântico de escravos no século XVI podemos concluir que os negociantes de Lisboa foram o verdadeiro motor do mesmo. Isso deveu-se sobretudo ao exclusivo luso no acesso aos mercados exportadores africanos, que lhes permitiu não só assegurarem o fornecimento de cativos à Europa e ao Brasil mas igualmente terem um papel decisivo no abastecimento de mão-de-obra negra às Índias ocidentais. Neste último caso a união de coroas ocorrida, a partir

de 1580, entre Portugal e Castela veio permitir o reforço da intervenção portuguesa. A perseguição ao judaísmo foi também, atendendo à importância dos cristãos-novos no comércio e nas finanças, um factor coadjuvante do papel universal dos capitalistas lusitanos, ao provocar a sua dispersão pelos grandes centros económicos europeus e pelas possessões ultramarinas <sup>458</sup>, permitindo-lhes dinamizarem a sua intervenção através de redes de negócios de base familiar e de âmbito internacional, que também operaram activamente no tráfico de escravos.

#### ***4.5 – Valor comercial dos cativos***

O valor atribuído aos escravos enquanto mercadorias dependia da sua maior ou menor capacidade para cumprir as funções que lhes eram destinadas na economia e na sociedade. Assim como a força e a juventude, a saúde e a perfeição física, certas qualidades morais, como a fidelidade, os conhecimentos profissionais e mesmo o sexo, que favoreciam o seu bom desempenho, eram factores de valorização, a carência dessas condições eram motivo de menor estima e valia. Por isso o escravo ou escrava ideais deviam ter idades e qualidades físicas que os capacitassem para o trabalho, estarem adaptados à sua condição de cativos – não sendo, por isso, propensos à fuga aos donos – terem poucos vícios - como o do álcool, que os impedia de servirem eficazmente, ou o do roubo, nomeadamente aos próprios senhores. Dessas qualidades decorriam outras, que as propiciavam, como a origem geográfica, por exemplo. Os africanos eram mais caros que os índios da América, por estes terem fama de fracos e doentes e, por isso, maus trabalhadores. Os chineses eram considerados bons cozinheiros, sendo valorizados por essa razão. As escravas, por seu lado, eram valorizadas relativamente aos seus

---

<sup>458</sup> - António José Saraiva, *Inquisição e cristãos-novos*, p. 270.

parceiros do sexo masculino, certamente por aliarem à sua capacidade de trabalho a função reprodutora, pois era dos ventres cativos que saíam os novos cativos, com acréscimo do património dos seus proprietários e não dos donos dos pais. Todos esses factores serão observados nos exemplos que se seguem, assim como a própria evolução dos preços ao longo do tempo.

Em 1505 o almoxarife dos Escravos Cristóvão de Boiro fez entrega de dois cativos, “ *homens mancebos*”, por isso com as condições ideais de idade e vigor, para servirem o rei no paço de Santos, um do valor de 7.000 reais e o outro de 6.000 <sup>459</sup>. Valores ligeiramente superiores encontram-se numa venda, realizada em Lisboa em 1508, por ordem régia, de 10 escravos dos fornos de Vale de Zebro. Três homens com 30 anos foram vendidos por 8.000, 7.500 e 7.400 reais, dois adolescentes de 13 anos, um de cada sexo, por 18.000 no conjunto ( 9.000 em média ), um homem de 30 anos mas “ *doente de boubas*” por 3.500 apenas e dois rapazinhos de 6 anos por 3.600 e 3.500 reais. Quanto a Leonor, vendida “ *com uma menina de mama*”, foi comprada, com a criança, por 7.400 reais <sup>460</sup>. Como se tratou de preços atingidos pelos escravos em leilão – e não de valores atribuídos pelo almoxarifado, como no caso anterior - é natural que fossem superiores. Já com um cativo oferecido por D. Manuel, em 1510, ao seu moço de câmara Francisco de Abreu o valor do mesmo devia ser de 6.000 reais, segundo a ordem real <sup>461</sup>, valor aproximado e não de mercado.

Um ano depois, as 35 peças de escravos trazidas do Brasil pela nau *Bretoa* foram avaliadas em 173.000 reais no total, 4.942 cada uma <sup>462</sup>, o que mostra a menor procura dos índios americanos como mão-de-obra. Quando, em 1513, o flamengo Jan Taccoen

---

<sup>459</sup> - João M. Silva Marques, “ Armas e tapeçarias reais num inventário de 1505”, *Congresso do Mundo Português*, v. V, Tomo III, p. 601.

<sup>460</sup> - TT, Núcleo antigo, Doc. 912 – 1508.

<sup>461</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 9, Doc. 103 – 25.11.1510.

<sup>462</sup> - António Baião, “ O comércio do pau brasil”, *História da colonização portuguesa do Brasil*, v. II, p. 346.

van Zillebeke passou por Lisboa os preços de venda dos escravos chegavam aos 8.000 e 9.000 reais <sup>463</sup>. Em 1515 a Casa da Armaria, departamento estatal onde se guardavam as armas e apetrechos de guerra pertencentes à coroa, vendeu Joane, negro que tinha ao seu serviço, por 10.800 reais, apesar de o mesmo “ *ser ladrão e fugir*” e não ter condições para se manter ao serviço <sup>464</sup>.

Em 1530 foram manifestados na Alfândega, para efeito de cobrança da dízima, 124 escravos chegados à cidade. Desses, 54 eram homens e foram avaliados em preços que variaram entre 5.000 e 12.000 reais, com predomínio dos 6.000 e numa média de 6.129. As 22 escravas incluídas nesse número atingiram valores entre os 3.000 e os 12.000, predominando os 8.000 e sendo a média de 7.272 reais, superior à dos homens em 1.143. Também foram registados alguns “ *escravos das Antilhas*”, 9 do sexo masculino, com um valor médio de 5.000 reais ( inferior em 1.129 ao dos outros escravos ) e 3 mulheres, com o valor, cada uma, de 6.000 reais ( menos 1.272 que as outras escravas ), prova da menor procura dos autóctones da América.

As crianças ou “ *escravinhos*”, 35 do sexo masculino e uma do feminino, atingiram, no primeiro caso, o valor médio de 4.200 reais, sendo a única menina avaliada em 7.000, bastante acima da média masculina. A um escravo doente foi dado o valor de 5.000 reais <sup>465</sup>.

Nas décadas seguintes os preços subiriam notoriamente. João Brandão de Buarcos, que escrevia em 1552, admirava-se mesmo com os valores elevadíssimos dos cativos da Guiné. Segundo ele, enquanto quatro anos atrás os melhores não passavam dos 15.000 reais, nesse curto período de tempo tinham passado para os 45.000 e até os

---

<sup>463</sup> - “ *J'en viz vendre VIII et IX mille réaulx* » ( *De Jeruzalemreis* ..., p. 4 ).

<sup>464</sup> - TT, Núcleo antigo, Doc. 605 – Abril de 1515.

<sup>465</sup> - TT, Núcleo antigo, Doc. 548, f. 3 v.-5 v.; 22-46 v. – 1530.



50.000 reais <sup>466</sup>, ou seja, tinham mais que duplicado o seu valor. Pensamos, no entanto, que houve exagero na afirmação do autor, mesmo considerando que ele se referia aos escravos de melhor qualidade. Nesse mesmo ano de 1552 três “*negrinhos*” que a rainha D. Catarina mandou como presente ao rei de Castela custaram 79.400 reais, apenas 26.466 cada um <sup>467</sup>. Ora, apesar de serem ainda crianças, não podiam deixar de ser dos melhores espécimes encontrados, atendendo à condição da ofertante e do destinatário.

Mesmo 10 e 20 anos depois ainda os preços médios dos escravos não tinham atingido valores tão elevados. Em 1562 um criado do cardeal infante estava envolvido em demanda por uma escrava que tinha comprado por 20.000 reais <sup>468</sup>. Em 1573 o dote de Catarina Antunes, para casar com Fernão Lopes incluía 20.000 reais destinados à compra de uma escrava <sup>469</sup>. Um ano depois o doutor Cosme Fernandes, Desembargador do Paço, vendeu uma escrava de 24 anos, com um filho de 2 meses, por 33.000 reais a um mercador da rua Nova <sup>470</sup>. E em 1575 foram vendidos dois cativos de Violante Vaz, por ordem judicial, em pagamento de uma dívida, uma escrava preta por 35.000 rs. e um filho de 9 anos por 13.000 <sup>471</sup>.

Voltemos um pouco atrás. Uma boa base para o conhecimento dos valores dos cativos na década de 60 é o inventário do duque de Bragança D. Teodósio I, realizado em 1564. Dos seus 48 escravos foi atribuído valor a 45, resultando numa média de 32.000 reais. Os mais valorizados foram os “*charamelas*”, tocadores de instrumentos de sopro que alegravam a vida palaciana e que certamente tinham sido alvo de demorada preparação. O seu valor médio era de 45.000 reais e entre eles encontrava-se

---

<sup>466</sup> - João Brandão, “Magestade e grandezas de Lisboa em 1552”, *Arquivo Histórico Português*, v. XI, p. 44.

<sup>467</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 87, Doc. 117 – 23.2.1552 e Maço 88, Doc. 67 – 20.7.1553.

<sup>468</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 83, f. 66 – 29.12.1562.

<sup>469</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 3, Liv. 13, f. 136 v. – 3.11.1573.

<sup>470</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 3, Liv. 14, f. 108 v. – 2.6.1574.

<sup>471</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 5, Liv. 21, f. 16 v. – 16.11.1575.

o elemento com mais elevado preço, 100.000 reais, o tiple Cristóvão da Silva. Por isso D. Jaime, pai de D. Teodósio, declarou no seu testamento: “*Os charamelas valem muito*”.

As nove escravas avaliadas valiam em média 34.000 reais, por isso acima da média geral em 2.000 rs., o que se explica pelos motivos já referidos. Se atendermos à origem geográfica, os negros, o grupo mais numeroso, mostravam um valor praticamente coincidente com a média, 32.600 reais, o dos indianos estava abaixo, com 30.700, o dos mouriscos também, com 20.000 e o único turco estava acima da média, com 40.000 reais.

Os valores atribuídos a cada indivíduo foram influenciados quer pela idade, quer por características particulares, físicas e de comportamento. O músico atrás referido, avaliado em 100.000 reais, tinha 28 anos, já estava iniciado na arte e ainda tinha muitos anos para a praticar. Os seus companheiros mais velhos, de 60 e 70 anos, não ultrapassaram os 70.000 reais. E um deles os 16.000, apesar da sua muito maior experiência e saber. O tiple João Primeiro, de 30 anos, chegou aos 60.000 reais. Só o aprendiz de 18 anos valia apenas 30.000, muito perto, mesmo assim, da média geral.

Factores de desvalorização eram os defeitos físicos, como o de Domingos, moço da estrebaria, que tinha “*um olho quebrado*” associado à idade de 60 anos e valia 8.000 reais. Ou o de Joane, com 30 anos, a idade ideal, mas que tinha “*uma belida grande em um olho*” e foi avaliado só em 20.000 rs. “*visto o defeito do olho*”. Pêro Barbosa, “*manco de uma perna*” e com 70 anos, trabalhador das obras, serviço pesado e fisicamente exigente, não passou dos 6.000 reais. A João Fino, de 70 anos e “*derreado das cadeiras*”, que servia na estrebaria, não foi sequer atribuído valor.

Os defeitos de comportamento, sobretudo se associados aos físicos, eram também factores importantes de perda de valor, o que sucedeu com Gregório, “ *quebrado e fujão* ”, pelo qual, apesar dos seus 35 anos, não foram dados mais que 4.000 reais <sup>472</sup>.

Como se vê, nos anos 60 do século a média dos valores dos escravos andava ainda pelos 30 e tal mil reais ou 45.000, nos melhores casos.

Nas três últimas décadas de Quinhentos a informação avoluma-se, pelo que não a vamos referir em pormenor. Em linhas gerais, valores entre 20.000 e 40.000 reais continuaram a ser os mais comuns nas vendas e nas alforrias de escravos de ambos os sexos, mesmo quando eram especialmente habilitados, como Luís Ferreira, preto do Congo e mestre de armas, que o dono libertou por 38.000 reais em 1586 <sup>473</sup>. Na década de 80 e na seguinte começaram a vulgarizar-se preços de 40 e 50 mil reais. Do dote de casamento de Francisca Calva com D. Pedro de Castelo Branco, de 1584, faziam parte Francisca, branca mourisca avaliada em 45.000 reais, Bernaldina, com as mesmas características e o valor de 50.000, Ana, preta de Cabo Verde, avaliada em 32.000 e uma lavadeira, Maria, que com um filho valeu 30.000 reais <sup>474</sup>. Em 1595, Bartolomeu Coelho, vizinho de S. Tomé mas a residir temporariamente em Lisboa, vendeu ao fidalgo Gaspar de Sousa Lobo, comendador de Cristo e morador a Santa Catarina, 12 peças de escravos, 11 machos e uma fêmea, os primeiros ao preço de 50.000 reais e a fêmea a 40.000 <sup>475</sup>. No ano anterior, Ana de Almeida, viúva, vendeu a um morador de Évora 150.000 reais de rendimento anual numa herdade, pelo seguinte preço: 100.000 reais em dinheiro e 50.000 num escravo preto chamado Cristóvão <sup>476</sup>. Em 1587 o

---

<sup>472</sup> - Arquivo do Paço Ducal de Vila Viçosa, BDMII, Res. , Ms. 18.

<sup>473</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 3, Liv. 14, f. 133 v. – 25.2.1586.

<sup>474</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 13, Liv. 60, f. 6 v. – 3.2.1584.

<sup>475</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 22, Liv. 103, f. 116 – 25.6.1594.

<sup>476</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 281, f. 62 – 4.11.1594.

biscainho Gaspar Ciniga comprou Grácia, mourisca de Granada, igualmente por 50.000 reais <sup>477</sup>.

Os valores apresentados, apesar de se referirem, em grande parte, a casos isolados permitem esboçar um quadro da tendência dos preços <sup>478</sup>. Como se observa, no fim do século os cativos atingiam valores sete vezes superiores aos do seu início. No entanto a subida não foi uniforme, pois enquanto na primeira metade do século foi moderada, na segunda a alta foi muito acentuada, em paralelo com a “revolução dos preços” assinalada nessa fase <sup>479</sup>.

### Preços de venda de escravos adultos

Ano	Nº./ Homens	Preço	Nº/Mulheres	Preço	Média
1508	4	6.000	2	8.200	6.733
1513		8.000/9.000			8.500
1515	1	10.800			10.800
1530	54	6.129	22	7.272	6.459
1562			1	20.000	20.000
1571			1	20.000	20.000
1574			1 c/ 1 filho	33.000	33.000
1575			1	35.000	35.000
1577			1	35.000	35.000
1580	4	18.666	2	18.666	18.666
1580			1	16.000	16.000
1582	1	24.000			24.000
1582	1	23.000			23.000
1583			1	26.000	26.000
1584	1	22.000			22.000
1584	1	27.000			27.000
1587			1	50.000	50.000
1589			1	40.000	40.000
1592	1	33.000			33.000
1594	1	20.000			20.000
1594	1	50.000			50.000
1594	11	50.000	1	40.000	49.166
1598	1	36.000			36.000

<sup>477</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 260, f. 77 v. – 23.1.1587.

<sup>478</sup> - Não foram considerados os valores sugeridos por João Brandão, por se deverem referir apenas aos escravos de maior valor, apesar da utilidade das suas observações a propósito da subida brusca dos preços no meio do século.

<sup>479</sup> - Pierre Vilar, *O ouro e a moeda na história*, p. 149; Vitorino Magalhães Godinho, “Flutuações económicas e devir estrutural do século XV ao século XVII”, *Ensaaios II*, p. 250-251.

### Valores atribuídos a escravos adultos em inventários e outros documentos

Ano	Nº/ Homens	Preço	Nº/Mulheres	Preço	Média
1505	2	6.500			6.500
1510	1	6.000			6.000
1511	13		22		4.942
1564	36	32.666	9	34.000	32.000
1573			1	20.000	20.000
1584			4	39.250	39.250
1597			1	40.000	40.000

### Valores atribuídos a escravos adultos em alforrias

Ano	Nº./ Homens	Preço	Nº/Mulheres	Preço	Média
1579	2	20.000			20.000
1583	1	20.000			20.000
1585	1	30.000			30.000
1586	1	38.000			38.000
1587			1	20.000	20.000
1590			1	30.000	30.000
1592	1	30.000			30.000
1595			1	20.000	20.000

A tendência ascendente ao longo do século ( embora menos acentuada no final da centúria ) foi também verificada por Saunders, com base nos preços praticados pela coroa relativamente aos escravos chegados ao país:

### Evolução dos preços dos escravos segundo Saunders <sup>480</sup>

Ano	Preço
1510	7.000
1520	8.000
1530	8.000
1540	15.000
1550	15.000
1552	45.000/50.000 ( Estimativa de João Brandão )
1580	15.000/30.000
1590	20.000/30.000

<sup>480</sup> - A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 48.

A semelhantes conclusões chegámos ao estudar o valor dos cativos no território a sul do rio Tejo, entre 1544 e 1600, servindo-nos de cartas de venda, dotes, inventários e alforrias <sup>481</sup>.

**Valores dos escravos no território português a sul do Tejo ( 1544 a 1600 ) <sup>482</sup>**

Ano	Homens	Mulheres	Média
1544		18.000	18.000
1545		23.000	23.000
1548		18.000	18.000
1549		15.000	15.000
1566	35.000		35.000
1571		19.000	19.000
1572		15.000	15.000
1573	30.000		30.000
1575	23.000	36.000	29.500
1576	19.750		19.750
1577	17.000		17.000
1578	18.340	17.000	17.670
1582		30.000	30.000
1583	18.000	30.000	24.000
1584	30.000	13.000	21.500
1585		47.500	47.500
1587		50.000	50.000
1588	27.500	30.000	28.750
1589		35.000	35.000
1591	33.000	40.000	36.500
1593		30.000	30.000
1597	45.000	34.340	39.670
1598	36.670	21.000	28.835
1600	40.000	40.000	40.000

A subida dos preços da mercadoria humana acompanhou o aumento geral dos preços ao longo do século, determinado pelo crescimento da procura de bens de consumo por parte de uma população em ascensão numérica e pela entrada de metais preciosos <sup>483</sup>. Mas foi igualmente determinada pela procura de mão-de-obra necessária à exploração e colonização do continente americano, que fez subir os preços de venda nos mercados de origem. Tal fenómeno já se notava no início do século, como deu conta Duarte Pacheco Pereira. Segundo ele, enquanto no reino Jalofo se conseguiam, tempos

<sup>481</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, p. 67-68.

<sup>482</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 68.

<sup>483</sup> - Pierre Vilar, *O ouro e a moeda na história*, p. 152-153.

antes, 10 e mesmo 12 escravos por um cavalo, no tempo em que escrevia ( 1505 ) já só se conseguiam 6 e, na costa da Malagueta, o custo de um escravo tinha subido de duas bacias de barbeiro para quatro ou cinco <sup>484</sup>. Esta tendência agravar-se-ia daí em diante, pois, em Cabo Verde, o preço médio de um escravo passaria de 5.000 reais em 1500-1505 para 25.000 em 1550 <sup>485</sup>, ou seja, quintuplicaria em 50 anos. O aumento da procura americana foi, por isso, um factor determinante do encarecimento dos escravos no próprio reino, pela forte concorrência que criou, embora a subida da procura interna - provocada pelo aumento da riqueza e da população – bem como o processo inflacionista, tivessem pesado também.

Podemos confrontar o valor dos escravos com o de outros bens. O gado bovino e muar era de grande importância quer para a população rural quer para a dos centros urbanos, nomeadamente para o transporte de pessoas e mercadorias e também, no primeiro caso, como recurso alimentar. A população de Lisboa era abastecida de carne proveniente sobretudo da região alentejana, pelo que o preço da mesma nesse território não era indiferente para os habitantes da cidade. Se recorrermos aos valores desse gado nos concelhos de Arraiolos e Montemor-o-Novo nas últimas décadas do século concluímos que um escravo adulto, independentemente do sexo, tinha um valor superior a quatro bois de trabalho ou a cinco vacas e inferior a duas éguas <sup>486</sup>.

---

<sup>484</sup> - Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis* ( Edição de Joaquim Barradas de Carvalho, 1991, p. 261, 271 e 302.

<sup>485</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, “ Preços”, *Dicionário de história de Portugal* ( Dir. Joel Serrão ), v. VI, p. 511 e “ A revolução dos preços e as flutuações económicas no século XVI”, *Ensaio II*, p. 229.

<sup>486</sup> - Servimo-nos de 81 inventários de proprietários de casas agrícolas quinhentistas dessas duas vilas (Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 72-73 ).

### Valor médio do gado bovino e muar em Arraiolos e Montemor-o-Novo (1573-1600)

Anos	Éguas	Bois	Vacas	Asnos
1573	8.000		3.733	
1575		5.000		
1581			4.500	3.000
1583		6.125	3.500	
1585	4.250	6.050	4.678	
1586	6.000	5.717	4.775	5.000
1587	12.000	6.214	6.400	6.000
1589	5.000	5.833	4.500	
1591				6.500
1592		7.500	5.000	
1593	8.000	7.286	5.131	
1594	20.000	5.286	3818	2.000
1595		5.375	4.250	
1596			4.000	1.000
1597		6.500	5.667	2.500
1598	8.000	7.255	4.250	2.334
1599	10.000	8.000	5.667	
1600			6.000	2.000
Médias 1573-1600	9.027	6.318	4.742	3.370

Maior interesse tem, no entanto, comparar o custo do trabalho escravo com o daquele que era fornecido pelos trabalhadores livres assalariados na mesma época. Maria Ângela Beirante encontrou os seguintes salários diários na vila de Santarém, entre 1586 e 1593 <sup>487</sup>, expressos em reais: calceteiro – 120 a 140; carpinteiro – 120; pedreiro – 120; serrador – 100; servidor – 60 a 100; taipeiro – 120. Em Arraiolos e Montemor-o-Novo um caminheiro auferia diariamente 120 reais, em 1584-85, os trabalhadores da limpeza e de transporte de gado 100 reais em 1596 e, um caminheiro, 140 reais em 1597 <sup>488</sup>.

Se compararmos o custo médio de um escravo no mesmo período – 41.000 reais <sup>489</sup> – com uma jorna de 120 reais concluiremos que a importância dispendida com a aquisição de um cativo daria para pagar 341 salários a um trabalhador livre, ou seja,

<sup>487</sup> - Maria Ângela Beirante, *Santarém quinhentista*, p. 127.

<sup>488</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 75.

<sup>489</sup> - Média dos valores correspondentes aos anos de 1587 a 1592 na relação de preços de escravos adultos atrás incluída.



durante pouco mais de um ano, se descontarmos os domingos. Mesmo atendendo a que estes salários se referiam a trabalhos especializados e desenvolvidos intensamente durante um período limitado - por isso eram certamente mais altos que os que eram pagos a trabalhadores permanentes - e que os escravos, de um modo geral, executavam todo o tipo de tarefas, não restam dúvidas de que o trabalho cativo ficava muito mais barato que o trabalho livre, além da vantagem, no caso das escravas, de proporcionar aos donos novos cativos. Claro que, ao dispêndio com a compra dos escravos haveria que adicionar as despesas com a respectiva alimentação, vestuário e alojamento. Quando se tratava de escravos nascidos em casa dos donos havia que considerar o número de anos em que eles, por serem ainda crianças, nada produziram e aqueles em que, devido a idade avançada, dariam muito menor rendimento. Em ambas as situações era também preciso contar com a hipótese da morte eventual do cativo e da perda do respectivo investimento, o que não ocorria com os assalariados, que não requeriam qualquer imobilização de capital com vista à sua disponibilização futura, nem despesas de manutenção e só eram procurados quando o recurso ao seu esforço fosse vantajoso para os empregadores <sup>490</sup>.

Mesmo assim era, sem dúvida, mais barato ter escravos que criados livres <sup>491</sup>, desde que se dispusesse da importância necessária a esse investimento, o que só sucedia com uma minoria. Essa foi, aliás, uma das muitas queixas de Clenardo em relação a

---

<sup>490</sup> - Clude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 311.

<sup>491</sup> - Na Sicília quinhentista ocorreu o inverso. O aumento do preço dos escravos, devido quer à inflação quer à sua menor abundância – provocada pelo afrouxamento dos fornecimentos pela via trans-saariana e pelo abrandamento do conflito entre espanhóis e turcos, após a batalha de Lepanto – fez com que o trabalho assalariado acabasse por ser mais barato e acessível ( Antonino Giuffrida, “ Schiavitù e mercato del lavoro nella Sicília rinascimentale”, *Nuove Effemeridi*, nº. 54, 2001/2, p. 34-36). Giulio Landi fez-se eco dessa realidade ao visitar o reino e a Madeira na primeira metade de quinhentos, afirmando que em Portugal só os ricos se serviam de criados, devido à sua falta, optando a maioria das pessoas por escravos, abundantes e baratos, enquanto na Itália se passava o inverso : “ [...] *entre nós há tanta quantidade de pessoas livres que não se tem em conta os escravos, podendo à nossa vontade servirmo-nos de pessoas livres*” ( *A Madeira vista por estrangeiros*, p. 90 ).Na Andaluzia, pelo contrário, a evolução foi semelhante à que ocorreu em Portugal, como foi verificado por Aurélio Martín Casares para Granada ( *La esclavitud en la Granada del siglo XVI*, p. 217-223 ): subida moderada na primeira metade do século, ou mesmo estabilidade e aumento nítido na segunda, acompanhando a tendência assinalada por Earl J. Hamilton sobre a evolução dos preços em geral na Espanha do século XVI .

Portugal, de que o custo exorbitante de contratar criados e mesmo a sua falta, o tinha feito comprar três jovens cativos <sup>492</sup>. Também o conde italiano Giulio Landi, que visitou Portugal no reinado de D. João III, notou que “ *por falta de pessoas livres, só os ricos e os nobres se serv[ia]m de homens livres, os outros t[inha]m escravos*” <sup>493</sup>. Só assim se compreende que muitos escravos, quando eram autorizados a trabalhar por conta própria ou a porem-se ao serviço de terceiros, conseguissem juntar, ao fim de poucos anos, o valor correspondente à compra da sua liberdade. Outros, fugidos aos senhores, vinham ao fim de uns anos procurar que estes os libertassem em troca de uma parte do que tinham conseguido auferir em trabalho assalariado.

A causa da maior disponibilidade e menor custo da mão-de-obra inserida em relações de produção escravagistas relativamente aos trabalhadores livres assalariados radicava, por certo, na abundância da mesma nas suas fontes africanas, mesmo que a preços progressivamente mais elevados ao longo do século devido ao aumento da procura no reino e à concorrência do continente americano como mercado de destino. O aumento da procura interna foi impulsionado, provavelmente, pelo crescimento demográfico, que se manteve até ao fim da centúria e pelo aumento da riqueza, em grande parte derivado do comércio ultramarino. Aquele factor acabaria por colocar a mão-de-obra escrava em vantagem relativa, em termos de preço, face aos trabalhadores livres.

---

<sup>492</sup> - Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal*, v. I, p. 251-254, 258-261 e 291-292.

<sup>493</sup> - “ [...] *per carestia di persone liberi, i ricchi soli & i nobili si servono di huomini liberi; gli altri tengono schiavi*” ( “Descrittione de l’isola di Madera ...”, *A Madeira vista por estrangeiros: 1455-1700*, coord. António Aragão, p. 67 e 90 ).

## 5 – OS DONOS DE ESCRAVOS

A quem pertenciam, na cidade e no termo concelhio, os cativos que vimos serem transportados em tão grande número, de África e de outras origens, para o seu porto e aí activamente procurados pelos moradores para os porem ao seu serviço? Como já concluímos, não eram mercadoria acessível a qualquer um, atendendo aos valores que tinham no mercado e, por isso, só uma minoria podia contar com o contributo do seu esforço no dia-a-dia doméstico, a acarretar palha ou água das fontes e no trabalho de lojas e oficinas.

As fontes de arquivo que vamos a utilizar indicam-nos 2.842 escravos com informação dos respectivos donos, mas só em relação a 1.111 deles as mesmas mencionam, além do nome, a respectiva condição social ou a profissão ( 39 % ) <sup>1</sup>. Grande parte dos proprietários mal identificados eram senhoras viúvas, muitas delas tratadas por *Donas*, o que indiciava um estatuto social elevado, da nobreza ou da burguesia abastada. Outros, homens e mulheres, tinham apelidos de ressonância aristocrática, mas cuja condição específica não é hoje fácil esclarecer. Sobre outros, com nomes vulgares, nada se sabe. São, por isso, os melhor conhecidos que iremos classificar em grupos socioprofissionais :

---

<sup>1</sup> - As fontes aqui utilizadas foram : Torre do Tombo: Registos paroquiais, registos notariais, Chancelarias régias, Corpo cronológico e Núcleo antigo ; Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa: Documentação quinhentista ; Arquivo Histórico da Casa de Bragança ( Vila Viçosa ): Res. Ms. 18. As fontes menos completas a este respeito são os registos paroquiais. Não utilizámos, para este efeito, os processos inquisitoriais porque, apesar do elevado número de proprietários aí referidos, grande parte deles é descrita de forma muito incompleta e pouco clara, além de se repetirem de uns processos para os outros.

### Donos de escravos

<b>donos</b>	<b>Grupos de</b>	<b>Nº de escravos</b>	<b>%</b>
Família real		258	23,23 %
Servidores de cargos palatinos		32	2,88 %
Nobres		272	24,49 %
Proprietários		1	0,09 %
Clero e instituições da Igreja		94	8,46 %
Servidores de cargos do estado e do município		93	8,37 %
Outros profissionais de serviços		82	7,38 %
Instituições laicas		10	0,90 %
Agricultores		38	3,42 %
Pescadores		2	0,18 %
Comerciantes		128	11,53 %
Transportadores marítimos e fluviais		45	4,05 %
Artesãos		43	3,87 %
Estrangeiros		13	1,17 %
TOTAL		1111	

Destacam-se, acima dos 10 %, os vários membros da família real - soberanos, consortes e infantes – os membros da nobreza que foi possível identificar como tais e os profissionais do comércio. O primeiro grupo está, por certo, exagerado sobretudo devido à abundância de documentos provindos da casa real no Corpo Cronológico e nas várias Chancelarias régias, nomeadamente, como veremos, no que diz respeito à rainha D. Catarina de Áustria, mulher de D. João III. O grupo dos nobres está, pelo contrário, subavaliado, pois muitos dos proprietários que não foi possível caracterizar eram, provavelmente, da nobreza. Além disso, parte dos detentores de cargos palacianos e dos servidores de cargos estatais eram nobres também. No grupo dos comerciantes destacavam-se, como veremos, os mercadores, muitos deles ligados ao tráfico com o Ultramar. Mesmo aí, muitos donos não foram certamente incluídos por falta de elementos de identificação, o que faz supor que a importância deste grupo era ainda maior do que nos surge aqui. O pequeno grupo dos estrangeiros proprietários de

escravos poderia, talvez, incluir-se parcialmente no dos comerciantes, pois o eram por certo vários deles.

O quadro faz realçar as características urbanas do território olisiponense. Os proprietários eram, na sua enorme maioria, habitantes da cidade, sendo muito poucos os residentes em quintas ou outras unidades agro-pecuárias do termo, o que se diferenciava substancialmente do que ocorria em regiões marcadamente rurais, como o Alentejo, em que os lavradores de herdades – em grande parte arrendatários de propriedades da Igreja e da principal nobreza – constituíam um dos grupos mais destacados de donos de escravos <sup>2</sup>.

Vamos, então, observar e comentar alguns aspectos relevantes das várias classes de donos de cativos. Começemos pela casa real. O emprego de escravos em cortes europeias foi usual em vários países. Na Itália dos séculos XV e XVI o seu emprego ocorreu em Ferrara, Mântua, Milão, Nápoles e outros estados, numa procura de distinção e de luxo por parte dos respectivos soberanos que se reflectiu na arte com o surgimento de personagens negras, em obras de artistas como Corregio, Mantegna e Ticiano <sup>3</sup>.

Devido à interpenetração, na época, entre o domínio público e o doméstico no exercício da soberania, grande parte dos escravos do rei era empregue em instituições do estado, em tarefas de interesse público e não no serviço directo dos reis e suas famílias. Neste caso, vamos considerar como escravos régios apenas os que serviam os soberanos e a corte no âmbito doméstico e palaciano. Para tal dispomos de documentos respeitantes aos reis D. Manuel I ( 1469-1521 ), D. João III ( 1502-1557 ) e D. Sebastião ( 1554-1578 ), à rainha D. Catarina de Áustria, mulher de D. João III ( 1507-1578 ), aos infantes D. Luís ( 1506-1555 ), D. Henrique (1512-1580 ), D. Duarte ( 1515-1540 ) e D.

---

<sup>2</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos em Évora no século XVI*, p. 38.

<sup>3</sup> - Paul H. D. Kaplan, “ Isabella d’Este and black African women”, *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 125-154.

Maria ( 1521-1577 ), irmãos do mesmo e ao infante D. Duarte, seu filho bastardo (1521-1543 ).

As referências aos respectivos escravos são muito variáveis em número e todas incompletas, sendo mais produto do acaso que favoreceu a sobrevivência de documentos que da própria realidade. Assim, de D. Manuel conhecemos apenas 27 cativos <sup>4</sup>, de 1508 a 1516, entre índios ( das Índias orientais, naturalmente ), pretos e mouros, a maior parte empregue nos estábulos do paço e como varredores.

### Escravos de D. Manuel I

Nomes	Características	Funções	Anos
Francisco Lourenço	Preto de Benim		1501
Cristóvão			1508
João Banhaque			1514
André, Gaspar, Pedro e Simão	Pretos	Varredores	1514
Jácome		Varredor	1515
André, Gaspar, Henrique, Pedro e Simão		Varredores	1515
Focem e Vasco	Índios	<i>“Andam com a ganda”</i>	1515
Cape	Mouro	Na estrebaria	1516
Alcáçore, Bogima, Bram, Çaçe, Caide, Focem, Hete o Grande, Hete o Pequeno, João Fernandes, Jorge Fernandes, Maconde, Mafamede o Grande, Manuel de Faria, Pêro Rendeiro, Vasco e Yça		Na estrebaria	1516

A estes poderíamos adicionar ainda “ *dous escravos pera servirem em Santos* ” – o paço régio de Santos – entregues pelo almoxarife dos escravos e que constam de um inventário de armas, tapeçarias e outras peças do património real feito em 1505 <sup>5</sup>.

Já de D. João III as fontes sobreviventes indicam 41 escravos dos, certamente muitos mais, que serviram o rei durante o seu longo reinado <sup>6</sup>. Em 1535 foram

<sup>4</sup> - Não foram contados, nos que constam do quadro, os que claramente repetem outros já referidos.

<sup>5</sup> - João M. da Silva Marques, “ Armas e tapeçarias reais num inventário de 1505 ”, *Congresso do Mundo Português*, v. V, tomo III, p. 601.

<sup>6</sup> - O critério seguido na contagem foi o já indicado.

mencionados 14 escravos diferentes e, no ano seguinte, 16, números muito abaixo dos reais, se tivermos em conta, por exemplo, os que estiveram ao serviço da sua mulher, em número bastante mais elevado, como veremos e também aqueles de que dispunha o duque de Bragança D. Teodósio I em 1564, 48 ao todo <sup>7</sup>. Eram também, como os do seu pai e antecessor, africanos, mouros e indianos e serviam em actividades e áreas tão diversas como os jardins, as estrebarias, a cozinha e a limpeza do paço e também como guardas e tratadores dos elefantes.

### Escravos de D. João III

Nomes	Características	Funções	Anos
Martim Pinheiro	Mourisco	Serve na guarda com o meirinho do Paço	1526
Simão	Abexim		1530
Domingos Fernandes	Preto	Serve c/ o meirinho do Paço	1530
António	Preto	Na cozinha	1534
[ Quatro ]	Negros	Na tapeçaria	1534
António Rodrigues, Badala, Fernandes e Roc		Na estrebaria	1534
Bastião	Mourisco	Na estrebaria	1534
Ale de Palma, Badela, Adibe, Badela Algarve, Baltasar, Fernando, Francisco, João e Mancos Panasco ; Belchior ; Martinho	Mouriscos  Preto	Na estrebaria  Na cevadaria	1535
Pedro	Branco	Na estrebaria	1535
[ Um escravo ]		“ Serve no jardim dos Paços de Lisboa ”	1535
Duarte	Preto da Guiné	Varredeiro	1535
Aeso, António Rodrigues, Cide Abadala e Ferez		Do mandil	1536

<sup>7</sup> - Arquivo do Paço Ducal de Vila Viçosa, BDMII, Res., Ms. 18, f. 550-561 v.

Abadala Algarve, Adibe, Alegrado, Almansor, Baltasar, Fernando, Francisco e Joane ; Martinho		Na estrebaria  Na cevada <sup>a</sup> .	
António Duarte	Preto Branco	Estrebaria Estrebaria	1536
António Rodrigues	Mourisco	Estrebaria	1536
António Correia	Mourisco	Serve c/ o meirinho do Paço	1537
Gaspar Fernandes	De Azamor		1544
António da Gama	Mourisco		1545
Álvaro Frade	Mourisco	Estrebaria	1546
Salvador Soares	Mourisco		1546
João de Góis	Preto	Tapeçaria	1548
Rodrigo	Índio	“ <i>Anda com o alifante</i> ”	1549
Diogo	Índio	Idem	1549
António Fernandes	Mourisco	Estrebaria	1549
Francisco Gonçalves	Índio guzarate	Varredeiro	1551
Jerónimo de Pêra Longa	Mourisco	Estrebaria	1554
Baltasar da Costa	Mourisco	Estrebaria	1555

De D. Sebastião conhecemos só seis dos cativos de que dispunha.

### Escravos de D. Sebastião

Nomes	Características	Funções	Anos
António de Meneses	Índio	Varredeiro	1557
Gaspar	Índio	“ <i>Veio com os alifantes</i> ”	1559
Duarte Gonçalves	Índio	Varredeiro	1560
Bastião Pereira	Índio	Varredeiro	1561
Diogo de Cristo	Mourisco	Na estrebaria	1564
António Henriques			1567

As rainhas mantinham casa própria dentro do paço, com o respectivo corpo de funcionários e de criados. De D. Catarina, a esposa castelhana de D. João III, chegaram-nos numerosos documentos referentes aos seus escravos, desde listas de cativos que a serviam e à sua corte, até ordens frequentes ao seu tesoureiro para entrega de peças de vestuário aos mesmos e também cartas de alforria. De 1552 há referências a 26 diferentes escravas e escravos seus e, de 1556, a 31. Dadas as características



aparentemente exaustivas destes documentos, não parece temerário supor que seria esse o número de escravos que, em cada momento, possuía. Se o rei tivesse outros tantos, poderia rondar os 60 elementos o corpo de escravos ao serviço directo da casa real nesta época. Acima dos duques de Bragança, sem dúvida, cuja organização e aparato imitavam os da família reinante <sup>8</sup>, mas não muito. Talvez a rainha se fizesse rodear de mais cativos que a maioria das esposas reais. São conhecidos o gosto pela ostentação e as despesas exageradas de D. Catarina, sempre acima dos recursos de que dispunha a sua casa e rendimentos, o que a fez recorrer frequentemente a empréstimos <sup>9</sup>.

### Escravos da rainha D. Catarina

Nomes	Características	Funções	Anos
Domingos de Florença		Confeiteiro	1526
António, Gaspar, Lançarote, Manuel e Pedro		Varredeiros	1531
Catarina e Maria; Margarida e Violante		“ <i>Servem a princesa</i> ” “ <i>Servem as damas</i> ”	1531
Cristóvão e Diogo		Na guarda reposte	1531
Francisco e Joane	Negros; novos	Varredeiros	1532
Catarina e Maria	Novas		1532
António e Bastião	Novos	Varredeiros	1533
Catarina, Filipa e Maria	Novas	Servem as damas	1533
Antº., Francisco, Jorge boçal, Lançarote e Manuel		Varredeiros	1533
António, Cristóvão e Diogo		Guarda reposte	1534
Helena			1535
Joana e Maria	Novas	“ <i>Servem de dentro</i> ”	1535
Baltasar ; Duarte	Bengala Índio	Alfaiate	1535
António ; António Pequeno ; Manuel ; Jorge e Lançarote	Chino	Cozinheiro Varredeiros	1535
António, Bastião e Francisco; Duarte ;	Índio	Varredeiros “ <i>Que lavra</i> ”	1536

<sup>8</sup> - Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança ( 1560-1640 ). Práticas senhoriais e redes clientelares*, p. 20.

<sup>9</sup> - Isabel Maria Ribeiro Mendes, “ O Deve e o Haver da casa da rainha D. Catarina ( 1525-1557 ), *Arquivos do Centro Cultural Português*, v. XXVIII, p. 137-149.

Manuel ; Francisco		Cozinheiro Serve as damas	
Bastião e Pedro	Negros; comprados em Évora		1537
António e Bastião ; Duarte ; Francisco ;  Manuel ; Pedro		Varredeiros Sirgueiro “ <i>Serve ao Príncipe e à Infante</i> ” Confeiteiro Serve as damas	1538
Isabel Ribeira			1551
Luís Dias	“ <i>Bicho</i> ” <sup>10</sup>	Na mantearia	1551
António e Cristóvão	“ <i>Bichos</i> ”	Na mantearia	1551
Duarte Fróis	Índio		1552
António e Fernando		Na estrebaria	1552
Ana Vaz, Apolónia, Cat <sup>a</sup> . da Cruz, Cremência, Genebra do Rio, Isabel Botelha, Jerónima de Santo Agost. <sup>o</sup> , Joana Lopes, Leonor Vaz, Luísa da Conceição, Margarida da Esperança, Margarida da Silva, Maria de Meneses ; Catarina ;  Justa ; Brites, Cat <sup>a</sup> ., Isabel e Leonor ; Bastião		“ <i>Lavrandeiras</i> ” (bordadeiras)          “ <i>Que as serve</i> ” (às anteriores) Serve as damas Da botica Da botica	1552
Maria	Preta ; vinda de Almeirim	Servia “ <i>aos pastores das vacas e cabras de Sua Alteza</i> ”	1552
Francisco		Serve as damas	1552
Joane		Varredeiro	1552
António e Francisco		Na reposte	1553
Bastião ; Bastião ; Cristóvão ; Pêro Fernandes	Negro Negro Negro	Varredeiro Botica Reposte Varredeiro	1553
Francisco	Novo	Serve as damas	1553
Águeda e Madalena		Aprendem a lavar	1553
Pêro Fernandes		Varredeiro	1554
Maria de Loronha		Serve as damas	1554
Bastião, Cristóvão, Nicolau e Pedro		Varredeiros	1554
Bastião ; Nicolau	Índio Preto	Varredeiros	1554
Cristóvão		Varredeiro	1556
António ;		Na estrebaria das mulas	1556

<sup>10</sup> - *Bicho* era a designação dada, na Índia, a um escravo jovem ( José Pedro Machado, *Grande dicionário da língua portuguesa*, v. II, p. 334 ), costume que certamente se estendeu ao reino.

Bastião e Simão , Francisco ;  Ana Vaz,Apolónia,Genebra do Rio,Isabel Botelha, Jerónima de Santo Agostº., Joana Lopes, Luísa da Conceição, Margarida da Esperança e Maria de Meneses ; Leonor Vaz; Adiça,Beatriz,Catª.,Francª.,Isabel,Leonor e Maria ; Madalena ; Catarina e Maria ;  Luísa ; Beatriz;	Índia	Na botica Na limpeza das damas Lavrandeiras  Lavrandeira Na botica  Guarda reposte Servem as damas Reposte	
Maria de Loronha e Maria da Serra	Veio de Almeirim		
António Grande e António Pequeno		Na estrebaria	1556
António		Na botica	1562
Beatriz		Na botica	1562
Apolónia de Aiala, Bárbara, Catª. da Silva,Catª. de Mendonça, Catª. de S. Francisco, Luísa da Conceição e Margarida			1577

Havia sobretudo negros e índios (certamente das Índias orientais ) <sup>11</sup> e também um chinês. Boa parte eram escravas, ocupadas a bordar peças de vestuário e de casa, para uso no paço e para ofertas da rainha.

Conhecem-se igualmente referências aos cativos de vários dos infantes. Quando estes, em idade juvenil, habitavam o paço com os pais, embora dispendo de casa própria, organizada à parte, por decisão paterna, os seus cativos, tal como o restante pessoal que os servia, deviam confundir-se com os dos progenitores.. É exemplo disso a ordem de D. João III, em 1535, para ser dado um conjunto de peças de vestuário e de roupa de cama a duas mouras da infanta D. Maria, sua irmã, na altura com 14 anos <sup>12</sup>.

<sup>11</sup> - Num pormenorizado trabalho dedicado aos escravos de D. Catarina, Annemarie Jordan (“ Images of empire : slaves in the Lisbon household and court of Catherine of Austria”, *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 155-180 ) atribuiu aos “ *índios*” da rainha origem americana, hipótese com que não concordamos, visto que o termo *índio* era dado, no século XVI, aos actualmente designados *indianos*, muito mais numerosos em Portugal que os ameríndios. O mais provável é que nenhum dos *índios* de D. Catarina de Áustria fosse originário do continente americano.

<sup>12</sup> - TT, CC, Parte 1, Maço 56, Doc. 82 – 22.9.1535.

Em idades mais adultas, porém, os filhos e irmãos dos soberanos tinham normalmente domicílio próprio, em que eram servidos pelo respectivo corpo de servidores. O cardeal infante D. Henrique dispunha, quando vivia em Évora, entre 1542 e 1546, de sete “*escravos da estrebaria*”, dois varredores e um “*escravo do Tesouro*”. Nesse período foi também comprado um preto para a cozinha e outro para a guarda-roupa, segundo as contas tomadas à morte do seu tesoureiro Baltasar Dias de Góis, irmão de Damião de Góis <sup>13</sup>. E o infante D. Luís tinha 12 cativos quando faleceu, em 1555. Eram “*mouriscos*”, na sua maioria e serviam nos estábulos do senhor <sup>14</sup>.

### Escravos do infante D. Luís

Nomes	Características	Funções	Anos
Ali, Ali outro, Álvaro Botelho, Diogo Gago, João Fernandes, Luís de Évora, Mafamede e Mafamede outro ;	Mouros		1555 (“ <i>Escravos que foram do Sr. Infante D. Luís</i> ”)
António Longo e João Primeiro ; Pêro Palha	Pretos Pretos de Portugal		
Álvaro Botelho António Longo Diogo Gago João Fernandes Luís Duarte Luís de Évora Pêro Palha	Branco Preto Branco Branco Branco Preto	Estrebaria Estrebaria Estrebaria Estrebaria Estrebaria Estrebaria	1556-1557 ( Cartas de alforria, depois da morte do infante )

Muitos dos que se ocupavam no serviço do paço régio, em funções de maior ou menor projecção, dispunham de escravos na sua vida privada, alguns deles oferecidos pelo rei como recompensa daquele mesmo serviço.

<sup>13</sup> - Jorge Fonseca, *Os escravos em Évora no século XVI*, p. 31. Baseado em informação facultada pelo historiador Dr. Manuel Branco.

<sup>14</sup> - Pedro d’Azevedo, “ Os escravos”, *Arquivo Histórico Português*, v. I, p. 305 ; TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 5, f. 144, 144 v., 146 v., 249, 258, 270 e 293 v.

### Servidores do Paço com escravos

Cargos	Nº. de escravos
Aposentador-mor da rainha	1
Aposentador-mor do rei	1
Camareira-mor da infanta D. Maria	5
Camareiro do príncipe D. João	1
Cantor do rei	1
Capelão do rei	1
Contador do rei	1
Copeiro-mor	1
Correio do rei	1
Cozinheiro-mor da rainha	1
Criados do cardeal infante	3
Criados do rei	1
Dona da câmara da rainha	1
Dourador do rei	1
Escrivão da aposentadoria	1
Escrivão da câmara do infante D. Luís	1
Guarda costa do rei	1
Manteiro do rei	1
Marchante do rei	1
Moça da câmara da infanta D. Maria	1
Moços da câmara do rei	3
Porteiro-mor do rei	2
Tesoureiro da tapeçaria	1
<b>Total</b>	<b>32</b>

A aristocracia, desde a de primeiro plano, detentora de títulos ou com direito ao uso de *Dom*, até à pequena nobreza de cavaleiros e moços fidalgos, era o grupo mais numeroso de proprietários de escravos, os quais se juntavam à normalmente abundante comitiva de criados de que se rodeava. Utilizava os cativos, tal como os restantes grupos sociais, nas tarefas domésticas – limpeza, cozinha, transporte de água e outras – na guarda e tratamento dos cavalos, mas igualmente como forma de ostentar um padrão de vida elevado. Como comentava o autor italiano do *Retrato e reverso do reino de Portugal*, os nobres portugueses não conseguiam deslocar-se a nenhum lado sem se

fazerem acompanhar de “ *grande turba de pagens e de criados*”, mesmo que fossem mal vestidos <sup>15</sup>. Parte dessas comitivas eram escravos.

Entre os conjuntos mais completos de escravos de casas nobres de cuja informação hoje dispomos contam-se o da duquesa de Viseu D. Beatriz, mãe de D. Manuel I e o do duque de Bragança D. Teodósio I. Ambos foram inventariados fora de Lisboa, o primeiro em Beja, lugar principal de habitação da duquesa e o segundo em Vila Viçosa, solar da casa de Bragança, mas importa referirmo-nos a ambos, não só pela raridade de elencos semelhantes como pelo facto de a principal nobreza se deslocar frequentemente e possuir residência na principal cidade do reino, onde se fazia certamente acompanhar de uma parte dos seus escravos.

De D. Beatriz - neta de D. João I e viúva de D. Fernando, duque de Viseu e de Beja, filho do rei D. Duarte – conhece-se o inventário realizado em 1507 <sup>16</sup>, ano seguinte ao da sua morte. O mesmo inclui 15 cativos, de ambos os sexos, usados na câmara da duquesa, na botica, na estrebaria, na carpintaria e certamente noutras tarefas.

#### **Escravos de D. Beatriz, duquesa de Viseu**

<b>Nomes</b>	<b>Características</b>	<b>Funções</b>
André		Carpinteiro
Antónia	Preta	Na câmara
Beatriz Gomes		
Catarina		
Duarte	Negro	
Duarte Leitão		
Fernando		
Fernão Pereira		Na estrebaria
Francisca	Negra	Na botica
[ Uma filha da anterior ]	Negra	
Guiomar Leitoa		
Leonor Fernandes		
Leonor Pereira		
Marta	Branca	Na câmara
Pedro		Na botica

<sup>15</sup> - “ [...] *convien che vada com una gran turba di paggi e di servitori e se bem son mal vestiti e tutti stracci, non importa basta che sieno molti.*” ( A. H. de Oliveira Marques, *Portugal quinhentista*, p. 220-221 ).

<sup>16</sup> - “ Inventário da infanta D. Beatriz”, *Arquivo Histórico Português*, v. IX, p. 64-110.

Do duque D. Teodósio existe um inventário completo de todos os bens, feito em 1564 <sup>17</sup>. Enumera, entre os mesmos, 48 escravos, que eram empregues sobretudo em trabalhos no interior do paço – cozinha, limpeza e outros – nos estábulos e como músicos da capela ducal. Parte deles estava adstrita à casa da duquesa viúva D. Brites de Lencastre. Trataremos mais especificamente das respectivas funções no capítulo sobre a função social dos cativos.

### Escravos de D. Teodósio I, duque de Bragança

<b>Serviço doméstico</b>	Na câmara	1	11
	Na cozinha	3	
	Na mantearia	2	
	Na reposta	1	
	Varredeiros	4	
<b>Botica</b>	Conserveira	1	2
	Outra	1	
<b>Capela</b>	Charamelas	11	11
<b>Estrebaria</b>	Na estrebaria	9	9
<b>Tecelagem e afins</b>	Broslador	1	3
	Tecelões	2	
<b>Construção</b>	Nas obras	2	2
<b>Agro-pecuária</b>	No Roncão ( propriedade ducal )	1	1
<b>Sem especificação</b>		9	9
<b>TOTAL</b>			<b>48</b>

De outros membros da nobreza titular donos de cativos temos só referências esporádicas, como os condes de Linhares e de Penaguião e as condessas de Atougua, da Calheta, do Redondo e de Vila Franca. D. Isabel de Meneses, condessa de Atougua, deixou ao morrer uma “ *índia de casta corombil* ”, que o seu testamenteiro alforriou <sup>18</sup>. Em 1592 foi baptizado Francisco, “ *escravinho pequeno* ” da Condessa da Calheta e, no

<sup>17</sup> - Arquivo Histórico do Paço Ducal de Vila Viçosa, Res. 18 Ms., f. 55º-561 ; cópia dactilografada do mesmo na Torre do Tombo, Arquivo do Ministério das Finanças, nº. 14, Maço 6, letra B, nº. 9.

<sup>18</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 24, Liv. 112, f. 142 v. – 20.4.1596.

ano seguinte, Estefânia e António, igualmente seus cativos <sup>19</sup>. Em 1599 foi a vez de António, filho de dois escravos do conde de Penaguião, receber a água do baptismo <sup>20</sup>.

Também na Andaluzia e na Estremadura castelhana de quinhentos a principal nobreza recorria ao trabalho de escravos, quer no serviço dos seus palácios e pessoas quer em obras de construção. O duque de Medina Sidónia D. Juan de Guzmán possuía 248, de acordo com o inventário dos seus bens, de 1507. Mesmo retirando 32 acabados de adquirir, que poderiam vir a ser vendidos ou doados, ficavam ainda 216 <sup>21</sup>, mais do quádruplo dos do duque de Bragança, algumas décadas depois. D. Catalina de Ribera, duquesa de Medinaceli, tinha 93, o marquês de Cádiz 52 <sup>22</sup> e os Portocarrero, marqueses de Vila Nueva del Fresno, 22 só no palácio desta vila, em 1581 <sup>23</sup>.

De outras camadas da nobreza são inúmeros os testemunhos sobre a propriedade de escravos. D. João da Costa e D. Maria de Aragão deram a liberdade, em 1590, a Justa Camela, “*índia china*” <sup>24</sup>. A D. Pedro de Castro foram penhorados “*dous escravos charamelas*” em 1595 <sup>25</sup> - o que mostra que tinha músicos escravos ao seu serviço - e, três anos depois, o senhor das Alcáçovas D. Jorge Henriques recebeu duas cativas em dote de casamento <sup>26</sup>. E de fidalgos e cavaleiros fidalgos há quase uma centena de exemplos nas fontes consultadas.

---

<sup>19</sup> - TT, FP, Lisboa, Ajuda, Liv. 1 de Baptismos, p. 4 e 8 – 23.8.1592 e 26.4.1593.

<sup>20</sup> - TT, FP, Loures, Sacavém, Liv. 1 de Mistos, f. 74 v. – 25.7.1599.

<sup>21</sup> - Miguel Ángel Ladero Quesada, “ Los esclavos de la casa ducal de Medina Sidonia ( 1492-1511 )”, *Homenaje al Profesor Jacinto Bosch Vilá*, p. 225-232.

<sup>22</sup> - Alessandro Stella, “ L’esclavage en Andalousie à l’Époque Moderne », *Annales*, 1992, nº. 1, p. 46.

<sup>23</sup> - Joaquín Álvaro Rubio, *La esclavitud en Barcarrota y Salvaleón en el período moderno*, p. 83 e 121.

<sup>24</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Liv. 3, f. 61 v. – 30.7.1590.

<sup>25</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 7, Liv. 23, f. 60 v. – 29.2.1595.

<sup>26</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 9, Liv. 44, f. 11 v. – 4.9.1598.



### Servidores de cargos e instituições da Igreja

Cargos / Instituições	Nº. de escravos
Arcebispos D. Jorge de Almeida e D. Miguel de Castro	16
Bispo capelão-mor	1
Bispo de Leiria D. Pedro de Castilho	2
Provisor	1
Tesoureiro-mor da Sé	8
Deão da capela	2
Sub-chantre da Sé	1
Cónegos	15
Quartanário da Sé	1
Meirinho do Cabido	1
Cantor da Sé	1
Prioste	1
Prior de Santa Marinha	2
Prior de Santo Estêvão	1
Prior de São Tiago	1
Cura dos Anjos	1
Padres	22
Beneficiado	3
Comendadeira de Santos	1
Convento da Madre de Deus	1
Convento de N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . da Anunciada	1
Convento da Graça	1
Convento de Santo Elói	1
Convento de Santos	1
Convento de S. Dinis de Odivelas	1
Convento de S. Domingos	1
Convento de S. Domingos de Benfica	1
Frades	4
Freiras	1
<b>TOTAL</b>	<b>94</b>

Na estrutura da Igreja também se encontravam numerosos senhores de escravos.

Dos arcebispos D. Jorge de Almeida e D. Miguel de Castro, que respectivamente governaram a diocese de 1574 a 1585 e deste ano a 1625 <sup>27</sup>, são conhecidos alguns dos cativos que tiveram ao serviço. O primeiro deles libertou, por testamento, os seus escravos e legou-lhes 10.000 reais de esmola “ *pera remediarem sua vida* ” <sup>28</sup>, vontade

<sup>27</sup> - Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, v. II, p. 638-639.

<sup>28</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Liv. 69, f. 22 v. – 17.3.1585.

que D. Ana Henriques, sua irmã e testamenteira, fez cumprir <sup>29</sup>. Do bispo de Leiria D. Pedro de Castilho que, devido à acumulação de cargos políticos e eclesiásticos <sup>30</sup>, residiu em Lisboa por largos períodos, surgem também referências a escravos seus.

#### **Escravos do arcebispo D. Jorge de Almeida**

<b>Nomes</b>	<b>Características e funções</b>	<b>Anos</b>
Bastião de Oliveira	<i>“Índio de nação de Malavares”</i> ; cozinheiro ; casou com Leonor Nunes, escrava forra	1575 , 1585
Pêro de Almeida	Mourisco ; casou com Francisca de Sousa e tiveram Jorge	1578 ; 1585
[ - ] de Bairos		1580
Luísa da Silva	Casada com o anterior	1580

#### **Escravos do arcebispo D. Miguel de Castro**

<b>Nomes</b>	<b>Características e funções</b>	<b>Anos</b>
João	Cozinheiro	1588
Antónia	Preta	1589
André	Filho da anterior	1589
Nuno Vaz		1589
Jerónimo		1589
Bartolomeu		1589
Lourenço Machado		1593
António Pereira	China	1597
António de Castro	Índio	1597
António	Preto	1597
Catarina	Preta ; casada com o anterior	1597
Pedro Vieira	Pardo ; casado com Maria da Costa, mulher branca	1599

Os cónegos da Sé ocuparam igualmente papel de destaque - como Pêro Lourenço de Távora, do Conselho do rei e seu esmoler-mor <sup>31</sup> - assim como vários mosteiros da cidade e seu termo.

<sup>29</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Liv. 69, f. 150 – 26.4.1585; à irmã, D. Ana Henriques, tinha o arcebispo cedido em 1579 a herança de D. Luís de Almeida, também seu irmão ( Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, Cx. 7, nº. 2 – 23.7.1579 ).

<sup>30</sup> - Fortunato de Almeida, Ob. cit., p. 635.

<sup>31</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 17, Liv. 79, f. 100 – 1.7.1588.

De acordo com Cristóvão Rodrigues de Oliveira, o Mosteiro das Penitentes da Paixão de Cristo possuía vários “*escravos servidores*”. E entre os 437 serviçais que ele atribui ao conjunto dos mosteiros da cidade uma parte eram certamente escravos também <sup>32</sup>. As freiras do mosteiro da Madre de Deus, no Vale de Xabregas, alforriaram em 1582 Maria de S. João, preta nascida no mosteiro e que as servira muitos anos <sup>33</sup>. O prior e mais padres do convento de S. Domingos de Benfica tiveram ao seu serviço, durante alguns anos, António, “*índio crestado*”. Atendendo a que ele sempre lhes foi obediente libertaram-no em 1599 <sup>34</sup>. Alguns desses escravos conventuais, na maioria do sexo feminino, entravam no património das instituições por legado de freiras dos mesmos, quando estas faleciam. Por morte de D. Ana de Noronha, freira do mosteiro de Santos, este herdou Domingas, de origem indiana mas nascida em Portugal <sup>35</sup>. Quando morreu a abadessa do Mosteiro de Odivelas D. Maria de Meneses, a sua sucessora e demais freiras deram a liberdade a Joana de Meneses, por vontade da senhora desta <sup>36</sup>.

Mas havia também legados de escravos a conventos feitos por pessoas exteriores aos mesmos. D. Joana de Melo declarou no seu testamento de 1585 a vontade de deixar dois dos seus cativos ao mosteiro da Graça, de Lisboa, uma outra ao mosteiro de Santa Ana, da mesma cidade, duas às freiras do mosteiro de Santa Clara, de Évora e ainda outra escrava ao mosteiro de Santa Mónica, desta última cidade <sup>37</sup>. Havia também doações de cativos como parte dos dotes dos religiosos ou religiosas que neles ingressavam e mesmo a compra por essas próprias instituições <sup>38</sup>.

---

<sup>32</sup> - Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário em que brevemente se contém ...*, p. 74 e 80.

<sup>33</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 11, Liv. 51, f. 131 v. – 12.11.1582.

<sup>34</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 26, Liv. 123, f. 13 – 11.10.1599.

<sup>35</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 4, Liv. 18, f. 100 v. – 25.2.1575.

<sup>36</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 4, Liv. 14, f. 34 v. – 22.12.1592.

<sup>37</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 68, f. 32 v. – 28.2.1585.

<sup>38</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 226, f. 102 – 6.2.1593.

A posse de escravos por comunidades religiosas estava generalizada a todo o país, sendo vulgar nas regiões da sua maior concentração, como o Alentejo <sup>39</sup>. Isso era extensivo às ordens militares. O regimento do convento de Avis, outorgado pelo Mestre D. Jorge em 1546, previa que fossem gastos “ *cinquenta alqueires de trigo pera mantimento do escravo da Casa* ” <sup>40</sup>.

Destacavam-se igualmente como donos de escravos alguns párocos de freguesias da cidade, clérigos em geral e frades e freiras a título particular.

Outro grupo significativo eram os funcionários do estado e do município de Lisboa, de vários níveis das respectivas hierarquias.

#### Servidores de cargos do estado e do município - I

Cargos	Nº. de escravos
<b>Fazenda</b>	
Afinador de ouro e prata da Casa da Moeda	1
Almoxarife da ilha	2
Contador das ilhas de Cabo Verde	1
Contador das comarcas	2
Contador-mor	2
Escrivão da Fazenda	1
Escrivão dos contos	2
Escrivão e contador dos Armazéns do reino	1
Fundidor da moeda	1
Meirinho da imposição	1
Moço da Fazenda	1
Oficial da Alfândega	1
Provedor da Alfândega	7
<b>Justiça</b>	
Aljubeiro	1
Carcereiro da corte	1
Corregedores	4
Desembargador da Casa do Cível	1
Escrivão do Cível	1
Escrivão dos Agravos	2
Meirinho	1
Meirinho da corte	1
Porteiro da Casa da Suplicação	2
Porteiro da Relação	2
<b>TOTAL</b>	<b>39</b>

<sup>39</sup> - Jorge Fonseca, Ob. cit., p. 44-46.

<sup>40</sup> - Maria Cristina Gomes Pimenta, *As ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*, p. 283.

## Servidores de cargos do estado e do município - II

Cargos	Nº. de escravos
<b>Marinha, guerra e Ultramar</b>	
Alcaide do castelo	1
Almoxarife da pólvora	1
Almoxarife dos carpinteiros da Ribeira	1
Almoxarife dos fornos del rei	1
Almoxarife dos navios del rei	1
Bombardeiros	3
Capitães	3
Capitão da Torre de Belém	4
Funcionário do forno	1
Governador do castelo	2
Meirinho das Casas da Índia e Mina	1
Mestre da pólvora	3
Mestre dos biscoitos dos Fornos del rei	1
Piloto-mor do rei	1
Vice-Rei da Índia	1
<b>Município</b>	
Alcaide	2
Alcaide dos montes da cidade de Lisboa	1
Almotacé da limpeza	2
Juiz do crime da cidade	1
<b>Outras funções</b>	
Cirurgião-mor	3
Correio-mor	1
Escrivães	4
Guarda-mor da Torre do Tombo	4
Meirinho do Almotacé-mor	1
Notários	6
Provedor	3
Tesoureiro da remissão dos cativos	1
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>

Entre os proprietários que se incluem no quadro contava-se o Vice-rei da Índia Matias de Albuquerque, dono de Diogo, japonês, que sua mulher D. Filipa de Vilhena libertou do cativeiro em 1590, por vontade do marido <sup>41</sup>. E também o Guarda-mor da Torre do Tombo Damião de Góis, de quem foi baptizada em Santa Cruz do Castelo, paróquia da sua residência, em 1553,

<sup>41</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 19, Liv. 87, f. 82 v. – 23.5.1590.

uma cativa de nome Joana, filha de Isabel, igualmente sua escrava <sup>42</sup>. Em Setembro de 1569 faleceram um escravo e uma preta do mesmo <sup>43</sup>. O capitão da Torre de Belém Diogo de Pareia, provavelmente espanhol, mandou baptizar em 1593 Benta, filha da sua escrava Maria Ferreira, um ano depois Leonardo, filho do seu cativo Jerónimo Fernandes - mas que nasceu livre pois a sua mãe, Isabel de Jesus, o era também - e, em 1596, foi levada à pia baptismal outra filha de Maria Ferreira, também chamada Maria <sup>44</sup>.

Tinham igualmente posição de certo vulto os donos que actuavam no sector de serviços, mas por conta própria, na dependência de particulares ou cujo enquadramento ignoramos. De entre esses devem mencionar-se os grupos de *doutores* e *licenciados*, relativamente numerosos e os ocupantes de cargos em casas nobres, como escrivães, veadores ou simples criados.

Instituições laicas ou estatais tiveram igualmente escravos ao seu serviço, do que são exemplos, no primeiro caso, a Misericórdia de Lisboa e, do segundo, as instalações régias de Vale de Zebro, localizadas na margem sul do Tejo e que desempenharam uma função importante no abastecimento de biscoito às armadas que ligavam a cidade e o reino aos domínios ultramarinos. A elas nos referiremos ao analisar o trabalho dos cativos.

Entre os comerciantes destacamos o livreiro Salvador Martel, que comprou uma escrava ao sirgheiro de Évora António Lopes, negócio que originou demanda entre os dois, que decorria em 1544 <sup>45</sup>, assim como o grupo dos mercadores, um dos mais numerosos grupos profissionais de proprietários de cativos. Desses fazemos especial referência aos mercadores de grosso trato, muitos deles comprometidos no tráfico intercontinental, inclusivamente de escravos.

---

<sup>42</sup> - Edgar Prestage e Pedro d'Azevedo, *Registo da freguesia de Santa Cruz do Castelo desde 1536 até 1628*, p. 24 – 23.2.1553.

<sup>43</sup> - Idem, p. 256 e 258.

<sup>44</sup> -TT, FP, Lisboa, Ajuda, Liv. 1 de Baptismos, f. 7 v., 18 e 20 v. – 28.3.1593, 15.8.1594 e 3.5.1596.

<sup>45</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 5, f. 25 v. – 24.12.1544.

### Comerciantes donos de escravos

Profissão	Nº. de escravos
Biscouteiro	1
Boticário	3
Caixeiro	1
Carvoeiro	2
Confeiteiro	2
Cortador	3
Estalajadeira	1
Fanqueiro	2
Galinheiro	2
Livreiro	1
Marchante	8
Mercador	93
Regatão	3
Taverneiro	7
<b>TOTAL</b>	<b>129</b>

António Mendes de Lamego, contratador, com Pedro de Sevilha, da exportação de escravos de Angola entre 1587 e 1593 <sup>46</sup>, casou em 1584 a sua escrava Isabel Mendes com Cristóvão de Castro, preto de Tomé de Castro do Rio <sup>47</sup>. Jorge Rodrigues Solis, rendeiro da Alfândega de Lisboa, fortemente ligado ao comércio negreiro, já várias vezes aqui referido, era dono de Filipe, que morreu em 1591 <sup>48</sup>, de António, preto casado com Cristina, cativa de Duarte Fernandes do Brasil <sup>49</sup> e de Luzia, casada com Alexandre de Melo, também preto <sup>50</sup>. João Baptista Rovelasco, contratador de S. Tomé, era proprietário de João Baptista, que casou em 1596 com Catarina de Castro, de António de Castro <sup>51</sup>. Manuel Caldeira, conhecido negreiro, dispunha do trabalho de Salvador Monserrate, casado com Filipa Gonçalves, como seu dono <sup>52</sup>. E de Tomás Ximenes, da importante família de negociantes cristãos-novos, contratadores do comércio africano e asiático, nomeadamente da pimenta, com ramificações na Alemanha,

<sup>46</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 197.

<sup>47</sup> - Edgar Prestage e Pedro d'Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, p. 392 – 23.6.1584.

<sup>48</sup> - Idem, v. II, p. 60 – 30.5.1591.

<sup>49</sup> - Idem, p. 430 – 11.10.1597.

<sup>50</sup> - Idem, p. 432 – 29.1.1598.

<sup>51</sup> - TT, Fundo paroquial, Lisboa, Santa Catarina, Liv. 2 de Matrimónios, f. 9 v. – 25.3.1596.

<sup>52</sup> - TT, Fundo Paroquial, Lisboa, Santa Catarina, Liv. 1 de Matrimónios, f. 110 v. – 7.3.1593.

Flandres, Itália e Portugal <sup>53</sup>, sabemos que foi baptizado em 1599 um filho da sua escrava Teodora, na paróquia de Carnide <sup>54</sup>.

#### Grandes mercadores donos de escravos <sup>55</sup>

Nomes	Actividades	Nº. de escravos
António Nunes do Algarve	Contratador de Cabo Verde em 1574	2
António Mendes de Lamego	Contratador dos escravos de Angola em 1587-93	1
André Soares	Mercador com o Brasil ( açúcar, algodão, vinho e escravos )	1
António Fernandes d'Elvas	Contratador de Angola de 1616 a 1623	2
António Caldeira		2
Afonso da Barreira		3
André Lopes da Costa		1
Cristóvão da Cidade	Mercador da Rua Nova	1
Duarte Fernandes	Mercador com o Brasil	2
Diogo Fernandes do Brasil		2
Diogo Rodrigues	Mercador de sedas	1
Duarte Mendes d'Elvas	Mercador com as Índias Ocidentais e com o Brasil	1
Francisco Fernandes	Mercador de panos	1
Fernão Gil		1
Fernão Soares		1
Gaspar Rodrigues d'Évora		2
Gonçalo Peres		3
Gomes Rodrigues Milão	Cavaleiro fidalgo	1
Garcia Vaz	Mercador da Rua Nova	1
Gaspar Cadena	Traficante de escravos	1
Henrique Dias Milão <sup>56</sup>	Mercador de vinho e açúcar	2
Jácome Gomes Galego	Traficante de escravos com o Brasil	2
Jorge Rodrigues Solis	Rendeiro da Alfândega de Lisboa; traficante de escravos	4
João Baptista Rovelasco	Contratador de S. Tomé ; traficante de escravos	2
João Baptista Catanho	Fidalgo; traficante de vinho e escravos para o Brasil	1
João Guterres	Mercador de açúcar; rua Nova dos Ferros	1
Jorge Lopes	Mercador de trigo	1
Lucas Giraldes	Fidalgo, mercador e proprietário no Brasil	2
Manuel Rodrigues d'Évora		1
Manuel Fernandes da Índia		1
Manuel Mendes da Índia		2

<sup>53</sup> - Jean Dénucé, *L'Afrique au XVI.e siècle et le commerce anversois*, p.50-54 ; V. Vazquez de Prada, *Lettres marchandes d'Anvers*, v. I, p. 205 ; Tomás Ximenes interveio, em Madrid, a favor do perdão geral aos cristãos-novos ( António Borges Coelho, *A Inquisição de Évora*, v. 2, p. 204 ); Armando Castro, *História económica de Portugal*, v. III, p. 177.

<sup>54</sup> - TT, Fundo Paroquial, Lisboa, Carnide, Liv. 1 de Baptismos, f. 42 v. – 22.8.1599

<sup>55</sup> - Mercadores de grosso trato, nomeadamente com intervenção no comércio ultramarino.

<sup>56</sup> - Henrique Dias Milão viria a ser preso, com a família, pela Inquisição de Lisboa, quando fugia do país por mar ( António Borges Coelho, *A Inquisição de Évora*, v. 1, p. 424 ).



Manuel Caldeira	Traficante de escravos, pimenta e açúcar	2
Martim Quaresma		1
Manuel Mendes Martins		2
Pêro de Noronha	Mercador de escravos	2
Pêro Fernandes Melo	Mercador da rua Nova dos Ferros	1
Tomás Ximenes	Contratador da pimenta	2
<b>TOTAL</b>		<b>59</b>

Como não conhecemos o efectivo completo dos escravos pertencentes a cada senhor, por falta de elementos de informação, ignoramos se os traficantes de negros, como eram alguns dos mercadores referidos, tinham escravos em maior número que os restantes donos, dada a maior facilidade em os adquirirem. Mas é de crer que não, visto que o seu modo de vida e necessidades eram certamente semelhantes aos dos seus congéneres da alta roda comercial da cidade e inferiores provavelmente, em necessidade de ostentação, aos da nobreza. Tudo indica, por isso, que não dispunham de cativos para o seu serviço privado em número mais elevado que os proprietários da burguesia urbana e da média nobreza e muito abaixo das principais casas nobres do reino.

No sector artesanal, embora sejam poucos os dados de que dispomos, destacavam-se, os alfaiates e sapateiros, não certamente pela sua opulência ou número de escravos que possuíam, mas pela sua quantidade como profissionais, o que os fazia sobressair entre os mais. O dos ourives de ouro, embora fosse reduzido em número de praticantes, pela sua maior riqueza tinha mais fácil acesso à compra de cativos, o que se passava também no resto do país <sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, p. 39.

### Artesãos donos de escravos

Profissões	Nº. de escravos
Alfaiate	5
Caldeireiro	1
Canastreiro	1
Cordoeiro	1
Correeiro	1
Empreiteiro / Mestre de obras / Mestre de pedreiro	3
Esparteiro	1
Fabricante de verdugadas	2
Ferrador	2
Ferreiro	2
Marceneiro	2
Oleiro	1
Ourives de ouro	6
Ourives de prata	1
Pedreiro	3
Sapateiro	8
Tecedeira	1
Tintureiro	1
Tirador de ouro	1
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>

Entre os mercadores e os artesãos havia alguns estrangeiros, fixados na cidade, com escravos ao serviço, nomeadamente castelhanos, flamengos, franceses e italianos. O quadro seguinte mostra os que foram referidos em fontes paroquiais.

### Estrangeiros donos de escravos

Nomes	Nacionalidade	Residência
Artur del Rio	[ Castelhana ]	Santa Cruz do Castelo
César de la Corona	Italiano	Santa Cruz do Castelo
Cornélio	<i>“ Mancebo framengo ”</i>	Loreto
Jam de Burges	[ Francês ]	Alcântara
João Agustin, mercador	[ Castelhana ]	Santo Antão do Tojal
João de Goes	Flamengo	Santos-o-Velho
João Serim	Flamengo	Santos-o-Velho
Nicolau de la Torre	[ Castelhana ]	Santa Catarina
Sansão Gentil	Francês	Santo Antão do Tojal

O número de escravos de que cada dono dispunha dependia quer do interesse e utilidade em os possuir quer das possibilidades de os adquirir e sustentar. A maior riqueza ou uma estadia nos domínios ultramarinos - ou a estadia de parentes chegados, que podiam enviar escravos – facilitavam a sua obtenção. Mas a utilidade em os manter era igualmente decisiva, pois o

respectivo sustento acarretava encargos permanentes e era necessário também vesti-los e alojá-los. Por isso, devia ser a nobreza mais abastada, vocacionada para exhibir um estatuto elevado – viver “ *à lei da nobreza*” e poder aspirar às honras e privilégios que lhe eram inerentes implicava fazer-se transportar em carruagens, possuir cavalos e ser servido por uma tanto quanto possível numerosa comitiva de criados e escravos – que os detinha em maior quantidade. Já foi mencionado o caso do duque de Bragança D. Teodósio I, que dispunha de 48 cativos quando morreu <sup>58</sup>. Tratava-se do primeiro titular do reino, com uma casa cuja organização e esplendor imitavam os da família real.

Os restantes nobres contentavam-se, por certo, com um efectivo muito menos numeroso. Mas não é fácil conhecer a respectiva dimensão, devido à falta de inventários dos bens dos seus possuidores. D. Maria de Vilhena, viúva de Simão da Silveira, capitão de Sofala, Diu e Ormuz, tinha 15 escravos na sua residência de Évora <sup>59</sup>, os mesmos que deixou a duquesa de Viseu D. Beatriz, mãe do rei D. Manuel <sup>60</sup>. O conde de Vimioso D. Afonso de Portugal, que acompanhou D. Sebastião a Alcácer-Quibir, baptizou, casou e sepultou 14, de 1554 a 1579 <sup>61</sup>. Mas estes números resultam, quase sempre – para este tipo de proprietários como para quaisquer outros – não de inventários exaustivos do património dos donos, mas normalmente de referências em testamentos – podendo ter existido outros cativos que não eram mencionados – ou de documentos dispersos ao longo de um certo período – o que não permite conhecer o efectivo num determinado momento. Foi o que sucedeu com a abordagem, feita mais atrás, aos escravos de alguns reis de Portugal e de membros da sua família. O próprio bispo D. Jorge de Almeida, de quem temos referência a quatro cativos, tinha só dois quando faleceu, de acordo com a sua testamenteira <sup>62</sup>. Só o estudo sistemático de significativos conjuntos de inventários poderá permitir conhecer o número médio de escravos de que dispunha cada dono, dos vários estratos

---

<sup>58</sup> - Arquivo do Paço Ducal de Vila Viçosa, BDMII, Res., Ms. 18, f. 550-561.

<sup>59</sup> - ADE, Misericórdia de Évora, nº. 1777, f. 173 – 23.10.1562.

<sup>60</sup> - *Arquivo Histórico Português*, v. IX, p. 64-110.

<sup>61</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 47.

<sup>62</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Liv. 69, f. 150 – 26.4.1585.

sociais <sup>63</sup>. No entanto, na sua falta, podemos tentar aproximar-nos desse objectivo, recorrendo às fontes disponíveis.

Quando foi combinado o casamento de Filipa Calva, filha do fidalgo António Calvo, com D. Pedro, filho de D. António de Castelo Branco, morador em Lisboa, a mãe da noiva, Nicola Calva, dotou a filha, além de muitos outros bens, com *cinco* escravos: Ana, Bernaldina, Caprião, Francisca e Maria <sup>64</sup>. O mesmo número foi incluído no dote de casamento de Nicolau de Andrade, morador em Lisboa, com Violante de Almeida, de Vila Franca de Xira: Cristóvão, Domingos, Gabriela, Gaspar e Sebastiana <sup>65</sup>. Mas Francisca Brandoa, viúva de Francisco Rodrigues de Góis, dotou a sua sobrinha Catarina Brandoa em apenas *dois* cativos, além de dinheiro, casas, terras e móveis de casa, para esta se consorciar com D. Jorge Henriques <sup>66</sup>.

Autos de partilhas e testamentos podem também facultar dados importantes sobre os escravos dos seus outorgantes. Nas partilhas feitas entre os filhos do doutor João de Araújo, em 1597, que se seguiram ao respectivo inventário, figuravam *três* cativos, Domingas Luís e duas filhas, uma de cinco anos e outra de dois <sup>67</sup>. Já foi mencionado o testamento de D. Joana de Melo, de 1585, com disposições referentes a *oito* escravos seus: Antónia, índia e Fabião, mulato, ficariam forros e os restantes - Francisco e Pedro, ambos pretos, Cristina, Isabel Luísa e Serafina - foram deixadas a mosteiros de Lisboa e de Évora <sup>68</sup>. Na declaração de últimas vontades de D. Catarina Pereira, residente em Lisboa, feita no ano seguinte, constavam *cinco* cativos seus, Briolanja, Camila, Catarina, Grácia e Leonarda, que legou a vários familiares <sup>69</sup>. D. Maria de Abranches declarou em testamento querer libertar a sua escrava Pelónia e os três filhos da mesma: Maria, Rafael e Valentina <sup>70</sup>, *quatro* ao todo.

---

<sup>63</sup> - Tal objectivo não parece, para já, possível de atingir pela indisponibilidade ou inexistência de inventários quinhentistas da cidade de Lisboa na Torre do Tombo. Mas tem sido conseguido para outras regiões do país, para as quais existem inventários em abundância ( Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 43 ).

<sup>64</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 13, Liv. 60, f. 6 v. – 3.2.1584.

<sup>65</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 5, Liv. 22, f. 13 – 9.2.1589.

<sup>66</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 9, Liv. 44, f. 11 v. – 4.9.1598.

<sup>67</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 9, Liv. 42, f. 51 v. – 21.5.1597.

<sup>68</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 68, f. 32 v. – 28.2.1585.

<sup>69</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Maço de Folhas soltas, f. 14 do 1º. Conjunto – 14.2.1586.

<sup>70</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 5, Liv. 18, f. 104 – 29.11.1593.

O número de escravos mais comum aos documentos emanados de pessoas da média nobreza e da burguesia da cidade situava-se entre *dois* e *cinco*. Alexandre de Sousa, que esteve na Índia e era casado com D. Maior de Aragão, mencionou *quatro* no testamento: Apolónia, china, dois *índios*, Inês e Luís, e Chatim <sup>71</sup>. Outros tantos referiu Lourenço de Sousa, do Conselho do rei e seu aposentador-mor. Quando faleceu, libertou Catarina e Luísa, filhas de Brísida e Domingas <sup>72</sup>. Afonso da Barreira, mercador, deixou *três*, a que deu a liberdade: Filipa, Inês Barreira e Margarida <sup>73</sup>. O bombardeiro Pêro Francisco, vindo da Índia, tinha um escravo e uma escrava <sup>74</sup>. Os outros casos conhecidos eram semelhantes: entre dois e cinco escravos por casa, predominando os dois ou três. Uma excepção parecia ser a de Tomé Lopes, escrivão da Torre do Tombo, a quem D. Manuel entregou a organização do arquivo. Numa carta que dirigiu a D. João III, narrando pormenores do seu trabalho e as dificuldades que encontrou, referiu as consequências de três surtos de peste que mataram todos os escrivães e oficiais do cartório régio e também a sua própria mulher e 14 escravos, “ *que era a fazenda que tinha* ” <sup>75</sup>.

Os registos paroquiais da Sé permitem acompanhar a evolução do efectivo de escravos do Provedor da Alfândega da cidade Diogo das Póvoas: Em 1578 casaram-se dois cativos seus, Catarina das Póvoas e Miguel Pacheco. Em 1589 a primeira faleceu. Em 1593 casou-se Margarida da Veiga, sua escrava e também Diogo e Ana, seus também. Um ano depois estes tiveram uma filha, Maria. Foi talvez o ano em que dispôs de maior número, cinco ao todo. Em 1597 Diogo e Ana morreram de peste, ficando ele com os outros três <sup>76</sup>.

O mesmo se pode tentar em relação a Sebastião da Costa e Bartolomeu da Costa, certamente pai e filho, que ocuparam, um a seguir ao outro, o cargo de tesoureiro-mor da Sé. Do primeiro faleceram em 1588 Domingos e uma pequena escrava. No ano seguinte sucedeu o mesmo a Vicente da Costa e, em 1590, casou Catarina da Costa. Do segundo morreu Diogo em

---

<sup>71</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 7, Liv. 32, f. 6 v. – 1.6.1594.

<sup>72</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 7, Liv. 31, f. 11 v. – 29.4.1578.

<sup>73</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 5, Liv. 21, f. 10 v. – 16.11.1575.

<sup>74</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 8, Liv. 41, f. 68 – 5.2.1597.

<sup>75</sup> - D. José Pessanha, “ Uma reabilitação histórica. Inventários da Torre do Tombo no século XVI”, , *Arquivo Histórico Português*, v. III, p. 290. O documento é uma cópia seiscentista do original, do cartório do Mosteiro de Alcobaça, pelo que não é totalmente garantida a sua veracidade.

<sup>76</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. I, p. 201, 345, 469 e 474 e v. II, p. 50 e 421.

1591, em 1596 foi baptizado um filho de Afonso da Costa, seu escravo e em 1597 faleceu Miguel. Na verdade, podem nunca ter junto mais que um ou dois escravos, embora provavelmente tivessem tido mais, atendendo ao elevado e certamente rendoso lugar que ocuparam <sup>77</sup>.

O estudo de outras localidades portuguesas permitiu concluir que 80 % dos donos de escravos não dispunha de mais que três indivíduos <sup>78</sup>, o que provavelmente se passava também em Lisboa, como estes exemplos parecem sugerir.

Dos dados apresentados pode-se retirar a conclusão de que os proprietários de escravos eram as pessoas de maior poder económico. Em primeiro lugar, a casa real. Depois a nobreza, titular ou de escalões mais baixos desta ordem social, que vivia do rendimento de propriedades, de cargos do estado ou tenças e outros benefícios régios. Além da capacidade económica necessária, era motivada para a posse de cativos pelo desejo de ostentação que era inerente à manutenção do seu estatuto. Na Igreja eram sobretudo os ocupantes de cargos elevados na respectiva hierarquia, como os bispos e cónegos da diocese, que se serviam do trabalho escravo. Isto relacionava-se também com a origem aristocrática de muitos desses dignitários. Os servidores de funções públicas, estatais ou do município, pelo seu número elevado também se destacavam no emprego de cativos. No artesanato e no comércio só os elementos mais prósperos a eles tinham acesso. No último grupo distinguiram-se os grandes mercadores da cidade e entre eles os que viviam do comércio internacional, nomeadamente ultramarino.

---

<sup>77</sup> - Idem, v. I, p. 365, 451 e 494 e v. II, p. 39, 49, 61, 264 e 424.

<sup>78</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 43.

## 6 – FUNÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DOS CATIVOS

A aquisição e posse de pessoas na condição de escravas, com os inevitáveis custos que acarretavam uma e outra, além de encontrar ampla legitimação nos costumes e na moral em vigor desde tempos imemoriais, assim como no regime legal, só se podem explicar pelo interesse ou vantagem que proporcionavam aos que a elas recorriam. Fosse de natureza puramente económica, para usar o seu trabalho como fonte de rendimento, por razões de comodidade, servindo-se das suas pessoas no âmbito doméstico das mais variadas formas, ou para alcançar poder e prestígio social, ninguém obtinha e mantinha escravos se não esperasse beneficiar de algum modo com isso. Consideremos, então, as modalidades de que se podia revestir a sua função na sociedade portuguesa do século XVI, mais concretamente na de Lisboa e território circundante.

O conhecimento das actividades em que os cativos se ocupavam nos países ibéricos é hoje muito maior do que há décadas atrás, devido aos numerosos estudos entretanto surgidos sobre a escravatura, em Espanha e Portugal. Eles permitiram ultrapassar as ideias que, sobretudo entre os historiadores espanhóis, inicialmente tendiam a reduzir os escravos a uma função quase supérflua, como objectos de ostentação das classes ricas, sem uma real participação no trabalho produtivo <sup>1</sup>. A investigação mais recente - através do estudo monográfico de cidades e regiões concretas, sejam grandes centros urbanos sejam pequenas localidades e áreas rurais - e os debates realizados em torno da questão reconduziram aquele papel sumptuário à sua

---

<sup>1</sup> - Antonio Domínguez Ortiz, *La esclavitud en Castilla en la Edad Moderna y otros estudios de marginados*, p. 17. Esta questão foi objecto de abordagem crítica por Alessandro Stella em “L’esclavage en Andalousie a l’Époque Moderne”, *Annales*, 1992, nº 1, p. 46, que refere as posições de Bartolomé Bennassar e Claude Larquié, ambas concordantes em excluir os escravos da Espanha moderna de outro papel que não o de meros objectos de luxo e ostentação dos senhores e, igualmente, por Francisco Andújar Castillo no artigo “Sobre las condiciones de vida de los esclavos en la España Moderna. Una revisión crítica”, *Chronica Nova*, nº. 26, 1999, p. 8 e Aurélia Martin Casares, em “La logique de la domination esclavagiste: vieux chrétiens et neo-convertis dans la Grenade espagnole des temps modernes », *Cahiers de la Méditerranée*, nº. 65, p. 1-2.

real dimensão e evidenciaram as múltiplas formas de emprego dos cativos na produção artesanal, nas actividades agro-pecuárias, na extracção mineira e nos serviços.

Em Portugal, a divulgação de textos quinhentistas com referência à função dos escravos afastou desde cedo quaisquer dúvidas que pudessem existir quanto à sua participação em todo o género de actividades. A edição, em 1916, da memória de João Brandão de Buarcos *Magestade e grandezas de Lisboa* demonstrou largamente o emprego de escravos em tarefas não domésticas, nomeadamente no comércio e nos trabalhos mais sujos e pesados da cidade <sup>2</sup>. Nas cartas de Nicolau Clenardo sobre a sociedade portuguesa, dadas a conhecer por Manuel Gonçalves Cerejeira em 1917, como tese de doutoramento <sup>3</sup>, afirmava-se que todo o serviço, no tempo daquele gramático e professor, era feito por negros e mouros cativos, descrevendo-se a dureza das condições de trabalho das escravas <sup>4</sup>. Também o já mencionado autor do *Retrato e reverso do reino de Portugal*, memória publicada nos anos 80, afirmava, referindo-se aos escravos: “ *Todos eles tratam dos cavalos, servem de carregadores, de lavradores e de marinheiros* ” <sup>5</sup>. Talvez por isso nunca chegou a ser verdadeiramente posta em causa pela historiografia portuguesa a função económica dos cativos, ao contrário do que sucedeu em Espanha.

Relativamente à utilização da mão-de-obra escrava nos meios rurais, em actividades como a guarda de gado, a colheita de frutos e o amanho da terra, está hoje sobejamente comprovada a sua participação em Portugal <sup>6</sup>, realidade já referida nas cortes de 1472-1473, em que houve protestos por ser permitida a saída de escravos do

---

<sup>2</sup> - João Brandão, “ Magestade e grandezas de Lisboa em 1552”, *Arquivo Histórico Português*, v. XI, Lisboa, 1916, p. 9-241.

<sup>3</sup> - Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal*, reedição de Coimbra, 1974, p. 9.

<sup>4</sup> - Idem, p. 253-254.

<sup>5</sup> - “ *Questi curano i cavalli, servono di fachini, di lavoratori e di marinari* ” ( “ Retrato e reverso do reino de Portugal ”, publicado por A. H. de Oliveira Marques em *Nova História*, nº. 1, Maio de 1984 e *Portugal quinhentista*, Lisboa, 1987, p. 240-241).

<sup>6</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 77-83 ; “ Senhores e escravos no Algarve ( 1580-1700), *Anais do Município de Faro*, nº. XXVI, 1996, p. 162-163.



reino, atendendo à falta que faziam para secar pauis e arrotear novas terras <sup>7</sup> e no século XVII pelo chantre eborense Manuel Severim de Faria <sup>8</sup> e que igualmente foi aqui demonstrada para todo o território luso <sup>9</sup>. No Alentejo e no Algarve os empresários agrícolas arrendatários de propriedades da Igreja e da nobreza eram um dos grupos mais importantes de donos de cativos e a utilização destes em actividades produtivas exteriores aos lares dos seus senhores foi mencionada frequentes vezes.

### **6.1 - Agricultura e pesca**

Quanto a Lisboa e ao respectivo território essa importância é menos clara, devido ao grande peso relativo da cidade e da sua população no conjunto do território do município e ao reduzido número de documentos, provenientes da área rural do mesmo, que mencionem os escravos e as circunstâncias da sua vida de forma detalhada, como os registos notariais, a fonte mais rica de conteúdo informativo das que estamos a utilizar.

O exemplo mais inequívoco dessa vertente do trabalho dos escravos foi Francisco, escravo mulato de Fernando Ortiz e “*seu lavrador*” numa quinta em Campolide, arredores da cidade, onde vivia, que foi preso quando se dirigia a Lisboa <sup>10</sup>. Mas outros também certamente se ocupavam da actividade agrícola, como António, cativo de Maria de Abreu e morador em 1574 na quinta da Ponte Nova, que a dona possuía em Santo Antão do Tojal <sup>11</sup> ou outros dois de que Diogo Lopes de Macedo dispunha, no ano seguinte, na sua quinta do Paço do Lumiar <sup>12</sup>. Numa propriedade dos

---

<sup>7</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 175.

<sup>8</sup> - “ [...] de presente experimentamos neste Reino falta de gente, assim para a milícia como para a navegação, e muito mais para a cultura da terra, pois por falta da gente portuguesa se servem os mais dos lavradores de escravos de Guiné e mulatos ” ( Manuel Severim de Faria, “ Dos remédios para a falta de gente”, *Antologia dos economistas portugueses*, p. 187 ).

<sup>9</sup> - Ponto 2.3 – **Os escravos em Portugal**.

<sup>10</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 25, f. 79 v. – 27.4.1554.

<sup>11</sup> - TT, Fundo Paroquial, Loures, Santo Antão do Tojal, Livro 1 de Mistos, f. 153 v. – 17.6.1574.

<sup>12</sup> - TT, Fundo Paroquial, Lisboa, Lumiar, Liv. 1 de Mistos, f. 131 – 2.10 e 8.11.1575.

arredores de Lisboa, embora fora do seu limite concelhio, em Alcochete, tinha Gil Álvares vários escravos em 1510, que agrediam e roubavam quem passava nas proximidades <sup>13</sup>. Certamente que era outra a sua actividade principal, provavelmente os trabalhos do campo. O cavaleiro fidalgo Francisco Rodrigues de Góis, morador na rua Direita de Santa Catarina, mandou no seu testamento dar a Pêro Fernandes, seu cativo, carta de alforria e “ *dous bois para com eles ganhar sua vida*”, o que a viúva cumpriu em 1586. Os bois que o antigo escravo recebeu, Mourisco e Redondo, estavam alugados a dois moradores do Machial <sup>14</sup>. O dono devia possuir uma propriedade nesse lugar, onde o escravo trabalhava e alugava algumas cabeças de gado aos vizinhos. Em 1593 foi encontrado morto numa estrada o escravo de um casal de Barcarena, que vivia em casa de João Pires, de Queluz, “ *onde o dito escravo morava polo eles terem posto a soldada com o dito João Pires*” <sup>15</sup>. Tratando-se de uma zona rural, é provável que o patrão fosse lavrador e que empregasse na agricultura ou na pecuária o cativo alugado. António, abexim de Pêro Rodrigues, foi mandado pelo senhor para uma quinta que tinha em Caparica, onde andou dois meses a trabalhar <sup>16</sup>. Gaspar, natural da Índia, pouco depois de vir para Lisboa foi mandado por Nicolau Botelho, seu senhor, para uma herdade que tinha em Santiago do Escoural, no Alentejo, onde “ *todo o dia o mandava cavar e trabalhar*” <sup>17</sup>.

A caça era uma actividade recolectora também característica de zonas rurais. Nela se ocupava, em 1559, Aleixo, índio de D. Fernando Mascarenhas, que foi preso na coutada de Almeirim com um coelho que caçara, infringindo o regimento da mesma <sup>18</sup>.

---

<sup>13</sup> - TT, Gaveta 20, Maço 6, Doc. 21 – 14.5.1510.

<sup>14</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Liv. 71, f. 25 v. – 23.4.1586.

<sup>15</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 4, Liv. 14, f. 106 – 8.2.1593.

<sup>16</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.843, f. 8 – 5.6.1560.

<sup>17</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 2947, f. 4 – 6.8.1563.

<sup>18</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e legitimações, Liv. 38, f. 71 – 2.7.1559.

Ainda dentro do sector primário, há vários testemunhos da intervenção de cativos como pescadores. Pedro Cafre, do cavaleiro da Ordem de Cristo Vicente Carvalho, andava numa “ *chinha* ” – barco para a pesca à rede – entre Alfama e Aldeia Galega e veio a envolver-se numa briga com uns moços desta última localidade <sup>19</sup>. Manuel, escravo de uma mourisca, “ *anda[va] ganhando dinheiro em uma barca de uns chincheiros de Alfama* ” <sup>20</sup>, rendimento que, em boa parte, revertia para a dona. António Gonçalves, mulato de Senhorinha Gonçalves, viúva de um antigo bombardeiro de S. Jorge da Mina e moradora na rua das Atafonas, era pescador, como afirmou a dona no seu testamento, em que o libertou da escravidão <sup>21</sup>. Um índio de Cristóvão Fernandes, pescador, andava “ *com o dito seu senhor em um barco pescando* ” <sup>22</sup>. E António, de alcunha o Pancada, do padre Paulo Baracho, de Vila Franca de Xira, foi pescar, de barco, “ *com redes defesas, nos meses proibidos pela ordenação* ”, pelo que foi acusado perante a justiça <sup>23</sup>.

## **6.2 - Indústria**

No sector da produção industrial era também notória a participação dos escravos, em conjunto com trabalhadores livres assalariados. Uma das actividades em que intervinham era a construção civil. Em 1517 a câmara soube que alguns dos seus oficiais traziam “ *bestas e escravos ao ganho* ” nas obras do município. Ou seja, havia funcionários camarários que empregavam escravos seus em obras de iniciativa

---

<sup>19</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 11, Liv. 54, f. 36 – 15.3.1583.

<sup>20</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1117, f. 3 – 17.4.1561.

<sup>21</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Lis. 2, f. 89 – 24.4.1590.

<sup>22</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº 2939, f. 2 – 21.6.1555.

<sup>23</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 18 – 30.5.1591.

municipal, pagos pela câmara a eles próprios, seus donos e oficiais da cidade. Certamente por isso poder originar alguma corrupção o município proibiu tal prática <sup>24</sup>.

Mas era normal o seu emprego em obras da coroa, de natureza civil ou militar, fossem os cativos pertencentes ao próprio rei ou alugados a particulares. Na construção do baluarte do Terreiro do Paço, que decorreu sob a direcção de Diogo de Arruda entre 1508 e 1511, foram empregues, entre um total de 45 pedreiros, “ *Pêro, negro de João de Sintra*” e “ *o negro de Rui Quadrado*” <sup>25</sup>. Nas obras do paço real de Sintra foi utilizado o trabalho de, pelo menos, 14 escravos entre 1497 e 1500 e outros dois em 1507 <sup>26</sup>. E nos trabalhos realizados no convento de Cristo, em Tomar, por iniciativa real, tomaram parte seis cativos <sup>27</sup>. Diogo de Castilho, o arquitecto de D. João III responsável pelas obras do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e dos colégios universitários da mesma cidade <sup>28</sup>, recebeu do rei seis escravos novos para empregar “ *nas obras que fizesse*”, dos quais enjeitou um por estar doente <sup>29</sup>. O mourisco Joane de Peralonga, cativo do rei, por volta de 1556 andou a trabalhar “ *nas obras de Enxobregas*”, certamente o paço real de Xabregas <sup>30</sup>. Em 1570 os trabalhos de reparação de algumas galés da coroa levaram a que os escravos nelas utilizados fossem transferidos para as obras em curso nas fortalezas de S. Gião, Caparica e Setúbal <sup>31</sup>. Alguns escravos eram mesmo profissionais deste ofício, caso de Martinho, pertencente à viúva de João de Vilalva, que “ *esta[va] a pedreiro*” em 1591, quando a dona o libertou <sup>32</sup>.

---

<sup>24</sup> - *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Livros de Reis*, v. V, f. 86 – 5.1.1517.

<sup>25</sup> - TT, Núcleo antigo, Doc. 771, f. 20 v. e 136 v.

<sup>26</sup> - Anselmo Braamcamp Freire, “ Cartas de quitação del rei Dom Manuel”, *Arquivo Histórico Português*, v. II, p. 350 e v. IV, p. 78-79.

<sup>27</sup> - A. B. Freire, “ Cartas de quitação ...”, *Arquivo Histórico Português*, v. V, p. 78.

<sup>28</sup> - Rafael Moreira, “ Arquitectura: Renascimento e Classicismo”, *História da arte portuguesa* ( Dir. Paulo Pereira ), v. II, p. 348-349.

<sup>29</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 41, Doc. 76 – 7 e 12.10.1528.

<sup>30</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1623, f. 6 – 10.7.1562.

<sup>31</sup> - Joaquim Veríssimo Serrão, *Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião*, p. 60-61.

<sup>32</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 2, Liv. 6, f. 6 v. – 19.1.1591.

Os regimentos dos ourives de ouro e dos lagareiros proibiam estes industriais de empregarem escravos nos seus ofícios. Eram, no entanto, os únicos regimentos industriais a impor tal restrição, o que nos obriga a concluir que eles eram admitidos em todas as demais profissões, inclusive na dos ourives de prata. No primeiro caso, aos ourives de ouro era proibido ensinar o ofício a qualquer escravo, fosse preto, branco ou índio, ou empregá-los mesmo que já tivessem sido iniciados na profissão noutro lugar. A medida destinava-se a evitar “ *furtos e falsidades que poderiam fazer em ofício de tanta importância e que tanta fiabilidade e limpeza requer[ia]*”. Poderiam, no entanto, empregá-los nas suas tendas para aí os servirem, nomeadamente “ *tangendo-lhes os foles de suas forjas e para os ajudarem a martelar o ouro e prata*”, não podendo “ *fundir nem fazer outra obra alguma*” <sup>33</sup>. Dado o valor das matérias-primas e dos produtos aí manipulados e fabricados, ser-lhes-ia, por isso, autorizado o emprego de cativos só nas tarefas de maior esforço e de menor responsabilidade.

No segundo caso, o dos lagareiros dos lagares de azeite – assim chamados para se distinguirem dos de uvas, para fabrico do vinho – os seus donos não poderiam trazer qualquer escravo como moedor ou acarretador, mas só como “ *ajudador do acarretador*” <sup>34</sup>. Neste caso a inibição teria por base a importância fundamental, na época, do azeite para a alimentação, o que obrigava a um esforço especial para a preservação da sua qualidade, a qual se presume que podia ficar em risco com a intervenção dos escravos, a não ser que trabalhassem apenas como ajudantes, posição em que estariam mais vigiados. O mulato Pedro trabalhava na indústria de panificação, pois era cativo de uma forneira e servia no forno da sua dona acarretando os cereais para o mesmo <sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> - *Livro dos regimentos dos oficiais mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa* ( 1572 ), publicado por Vergílio Correia, p. 7.

<sup>34</sup> - *Idem*, p. 185.

<sup>35</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 5487, f. 1 v. – 12.4.1561.

Outros, porém, tinham-se especializado em ofícios que exigiam maior perícia e habilidade manual, como um índio escravo que fazia alcatifas <sup>36</sup> ou Manuel Ribeiro, do cónego Pêro Lourenço de Távora, que fazia “ *meias calças de retrós d’agulha*” e fugiu ao dono em 1584 <sup>37</sup>. Provavelmente não se dedicava àquele mister tão específico para simples consumo da casa do seu senhor, mas sim para venda desses produtos a lojas da cidade, por sua conta ou do seu proprietário. De acordo com uma lei de 1565 o uso deste tipo de peças de vestuário foi restringida a fidalgos que andassem na corte e tivessem cavalo <sup>38</sup>. Martim da Veiga, morador à Sé, encarregou um alfaiate de ensinar o seu ofício a Jorge, seu escravo de 14 anos, provavelmente com o objectivo de o mesmo vir a dedicar-se à profissão, mas repartindo com ele os respectivos ganhos. A aprendizagem duraria três anos e, nesse tempo, o mestre daria ao aprendiz alimentação, alojamento, vestuário e calçado e receberia dez cruzados de pagamento <sup>39</sup>.

Pela mão do médico alemão Jerónimo Münzer, que visitou Portugal em 1494, sabemos da existência de grande número de negros, sem dúvida escravos da coroa, nas forjas onde se produziam âncoras e peças de artilharia para a armada: “ *Vimos também uma enorme ferraria com muitos fornos, onde se fazem âncoras, colubrinas, etc., e tudo o que diz respeito ao mar. Eram tantos os trabalhadores negros junto dos fornos que nos poderíamos supor entre os Ciclopes no antro de Vulcano*” <sup>40</sup>. As oficinas referidas pelo visitante eram as Tercenas reais onde se produziam os apetrechos e armas necessários às expedições marítimas. Inicialmente instaladas junto aos estaleiros da Ribeira das Naus, para elas D. Manuel mandaria construir novas instalações, assim

---

<sup>36</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.843, f. 3 – 7.12.1560.

<sup>37</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 17, Liv. 79, f. 100 – 1.7.1588.

<sup>38</sup> - Duarte Nunes de Leão, *Leis extravagantes...*, f. 115 v. e 116 v.

<sup>39</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 3, Liv. 14, f. 162 v. – 16.11.1573.

<sup>40</sup> - “ *Vidimus item maximam officinam cum multis fornacibus ubi faciunt anchoras, pixides, etc., et omnia spectancia ad maré: tot erant laborantes nigri in suis caminis ut Ciclopas et antrum vulcani crederes*” ( Basílio de Vasconcelos, *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer ( Excertos )*, p. 27 ).

como a Armaria, para guarda desses instrumentos <sup>41</sup>, estabelecimento de que a cidade tanto se orgulhava. Damião de Góis descrevê-la-ia em 1554, afirmando que pela enorme quantidade de armas que reunia e expunha ultrapassava todos os arsenais da Europa e da Ásia <sup>42</sup>.

A presença de escravos nessas oficinas, que certamente se prolongou ao longo de Quinhentos, mostrava o uso da mão-de-obra cativa em unidades industriais de vulto para a época e com um papel fundamental no comércio e no domínio das possessões ultramarinas. A dureza do trabalho aí desenvolvido e a grande disponibilidade de escravos por parte da coroa afasta, pensamos, qualquer hipótese de não se tratar de escravos, mas antes de negros forros assalariados. A própria Casa da Armaria empregou cativos. Em 1515 a mesma vendeu Joane, negro, “ *por ser ladrão e fugir*” e porque “ *não prestava pera servir a casa*” <sup>43</sup>. O uso de escravos neste género de instalações era comum a outros estados mediterrânicos, como a ilha de Malta, onde a Ordem de S. João de Jerusalém os empregava na armaria e no trabalho dos fornos <sup>44</sup>.

Outra instalação industrial que recorria à mão-de-obra escrava era o complexo fabril de Vale de Zebro, na margem sul do Tejo, frente a Lisboa. Aí se produzia o biscoito, principal alimento consumido pelas tripulações das armadas que asseguravam o comércio ultramarino. Tratava-se de um dos equipamentos fundamentais do conjunto logístico que assegurava o funcionamento do império marítimo, quer em termos mercantis quer militares. Era constituído por fornos para cozer o biscoito, moinho de marés para moagem dos cereais destinados ao mesmo, armazéns e celeiros, além de

---

<sup>41</sup> - Irisalva Moita, “ A imagem e a vida da cidade”, *Lisboa quinhentista*, p. 12.

<sup>42</sup> - Damião de Góis, *Urbis Olisiponis descriptio* ( 1554 ), edição em português *Descrição da cidade de Lisboa*, 1988, p. 57-58.

<sup>43</sup> - TT, Núcleo antigo, Doc. 605, f. 7 – 10.11.1516.

<sup>44</sup> - Anne Brogini, “ L’esclavage au quotidien à Malte au XVI.e siècle », *Cahiers de la Méditerranée*, nº. 65, p. 5.

instalações para os trabalhadores e a administração, capela e outras <sup>45</sup>. A natureza do trabalho aí desenvolvido e as condições insalubres do próprio local aconselhavam o emprego de escravos africanos, certamente nas tarefas mais pesadas. Em 1557 os seus oficiais e trabalhadores pediram ao rei a nomeação de um físico para os curar quando ficassem doentes, dizendo que o sítio “*era muito doentio e adoeciam muito*” <sup>46</sup>.

De 1497 a 1500 deram entrada “*nos moinhos e fornos de Vale de Zebro*” 26 peças de escravos <sup>47</sup>. Em 1508 foram aí inventariados 16 escravos adultos e mais 6 com 12 anos ou menos <sup>48</sup>. Em 1513 faleceu “*um negro que servia no moinho*” chamado Agostinho e que foi substituído por outro <sup>49</sup>. Em 1515 foram referenciados quatro escravos do rei, a quem foi dado vestuário novo <sup>50</sup>. Em 1518 e 1519 só no moinho laboravam oito “*peças de escravos del Rei*” <sup>51</sup>. Estes dados resultam de documentos dispersos, que restaram dos, certamente inúmeros, registos respeitantes àquela unidade produtiva.

### **6.3 - Comércio e transportes**

O comércio e os transportes de produtos eram das actividades económicas em que os cativos eram vistos a participar em maior número, a acreditar nas fontes que nos chegaram. João Brandão de Buarcos, na sua memória sobre Lisboa, foi o autor que mencionou esse facto com mais pormenor. Segundo ele, andavam mil negras pela cidade a vender água: “*andam ao pote, a acarretar água do chafariz de Vossa Alteza e*

---

<sup>45</sup> - António José C. M. Nabais, “O estuário do Tejo: as duas margens do mesmo rio”, *Lisboa subterrânea*, p. 101-102.

<sup>46</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 65, f. 323 – 23.7.1557.

<sup>47</sup> - A. Braancamp Freire, “Cartas de quitação del rei D. Manuel”, *Arquivo Histórico Português*, v. V, p. 236-237.

<sup>48</sup> - TT, Núcleo antigo, Doc. 912, f. 6 – 22.7.1508.

<sup>49</sup> - TT, Núcleo antigo, Doc. 922 A, f. 217 V. – 5.6.1513.

<sup>50</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 51, Doc. 51 – 31.7.1515.

<sup>51</sup> - TT, Núcleo antigo, Doc. 922 A, f. 196-197.



*doutras partes, mil negras, as quais ganham dous vinténs cada uma. Porque delas pagam a seus senhores um vintém [...] e o mais que ganham é para si e seu comer, porque de dia comem à sua custa e de noite em casa dos senhores”* <sup>52</sup>. A crer no autor, só no transporte e venda de água pelas ruas de Lisboa estava implicada mais que a décima parte da população cativa da cidade, de acordo com a estimativa de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, que afirmava viverem nela 9.950 escravos <sup>53</sup>.

O regime de trabalho em que essas escravas estavam inseridas era o dos “*negros de ganho*”, que labutavam por conta própria, mas com a obrigação de partilhar os lucros da sua actividade, normalmente a meias, com os seus donos. Essa era uma forma de incentivar os escravos a serem diligentes no seu esforço, o que interessava aos senhores, que viam com isso aumentados os seus ganhos, mas era igualmente uma forma de os escravos adquirirem alguma independência no seu dia-a-dia e de conseguirem reunir a quantia em dinheiro necessária para pagarem a respectiva alforria, se os donos estivessem dispostos a concedê-la. Por introduzir a noção de salário na relação entre o dono e o escravo <sup>54</sup> era, de algum modo, um regime de transição entre a pura escravidão – em que os cativos trabalhavam na directa dependência dos donos, sem qualquer remuneração – e a futura liberdade. Embora isso não pareça passar-se aqui, muitos senhores autorizavam mesmo que estes escravos vivessem à parte, por sua conta, fora do seu domicílio, o que aumentava mais ainda a sua autonomia.

Uma postura do município procurava impedir, por razões higiénicas ou outras, que as escravas ou escravos que andassem “*vendendo água aos potes*” ficassem sentados, em determinados sítios, à espera dos compradores e com os potes no chão,

---

<sup>52</sup> - João Brandão, “ Magestade e grandezas de Lisboa em 1552 “, *Arquivo Histórico Português*, v. XI, p. 76.

<sup>53</sup> - Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário ...*, p. 101.

<sup>54</sup> - Bernard Vincent, “ La schiavitù nella Penisola Iberica “, *Nuove Effemeridi*, n.º. 54, p. 66-67.

devendo, pelo contrário, deslocar-se pela cidade com as vasilhas à cabeça <sup>55</sup>. Devia, pelo que sugerem as fontes, ser uma actividade sobretudo feminina, embora houvesse também escravos a praticá-lo, como fazia Pêro Marques, “*escravo cativo que anda[va] ao pote*” que em 1596 era casado com Ângela, preta de Catarina Ribeira <sup>56</sup>.

O mesmo regime de relações de trabalho devia vigorar para as escravas vendedeiras ambulantes que apregoavam arroz e outros produtos comestíveis pelas vias públicas. A elas se referiu também o diligente cronista: “*E digo que nesta cidade há cinquenta mulheres, antre brancas e pretas, forras e cativas que, em amanhecendo, saem na Ribeira com panelas grandes cheias de arroz e cuscús e chicharos, apregoando. E como os meninos as ouvem da cama, se levantam chorando por dinheiro a seus pais e mães [...]. E desta maneira gastam mui presto suas panelas [...] porque só aos domingos deixam de vender*” <sup>57</sup>.

Segundo ele, outras cinquenta negras vendiam ameixas passadas cozidas, que eram compradas por grandes e pequenos. A justificação para o interesse dos adultos era esta : “*Porque há i na cidade muitos homens desamparados e forasteiros, que andam doentes e mal dispostos que, por não acharem aparelho pera as cozer, comprando-as [cruas], as compram a estas negras, porque as trazem muito limpas, com panos lavados e muito bem cobertas*”. Outras cinquenta vendiam diariamente aletria e favas e, na Quaresma, “*azevezinhos*” <sup>58</sup>. E outras tantas “*mulheres e escravas*” tinham por ofício apregoar azeite pelas ruas <sup>59</sup>.

Deste pequeno comércio de rua devia viver muita gente, escravos e respectivos donos. Em 1538 Isabel de Cáceres obteve licença do rei para ter duas escravas como regateiras, na corte ou fora dela: “*as quais possam vender e usar de tudo o que usam as*

---

<sup>55</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da cidade, C 7, f. 97.

<sup>56</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. II, p. 417 – 5.11.1596.

<sup>57</sup> - João Brandão, Ob. cit., p. 59-60.

<sup>58</sup> - Azevias ( espécie de linguado ) ?

<sup>59</sup> - João Brandão, Ob. cit., p. 229.

*regateiras que, por seus privilégios, em minha corte andam*”<sup>60</sup>. Parece que a compra de escravos para esse fim era um investimento compensador, como se depreende da aquisição, em leilão, que o alfaiate Toríbio de Leon fez de Luzia Fernandes. Nos termos de um acordo entre ele e a escrava, esta servi-lo-ia em casa durante seis meses mas, a partir daí, ficaria “*a ganhar pela cidade*”, dando-lhe dois vinténs por dia. O mais que ela “*pudesse ganhar e ajuntar*” seria para ela própria, para ajuda da sua alforria<sup>61</sup>.

Mas nem sempre o comportamento das negras regateiras era bem visto pela população. Algumas, enquanto vendiam peixe, fruta e outros produtos “*por serem desarrazoadas, se tomavam com muitas mulheres honradas e de bem e as desonravam e injuriavam*”. Em consequência disso a câmara proibiu que continuassem a exercer essa actividade, excepto se o fizessem à porta dos respectivos senhores<sup>62</sup>. Essa decisão foi confirmada por uma postura municipal que impedia a venda de peixe quer por “*mulheres solteiras e de mau viver*” quer por escravas ou escravos e também moças ou moços. Só o poderiam fazer, de acordo com a mesma decisão, “*mulheres casadas ou viúvas honestas*”<sup>63</sup>.

Essa atitude de desconfiança e prevenção da parte das autoridades contra os escravos manifestava-se de diversas formas e a propósito da venda de vários produtos. Quanto aos que vendiam carvão pela cidade ou que acarretavam palha de barcas no rio para casa dos compradores, a câmara tinha informação de que o faziam em prejuízo do povo, por não cumprirem as medidas regulamentares. Por decisão de 1544 os que fizessem nisso “*alguma falsidade ou engano*” seriam publicamente açoutados, além da multa a que se sujeitavam os donos<sup>64</sup>. Uma outra decisão impedia os mouriscos e

---

<sup>60</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 44, f. 120 -16.11.1538.

<sup>61</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 6, Liv. 21, f. 17 v. – 13.7.1594.

<sup>62</sup> - *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Livros de Reis*, v. VI, p. 17 – 23.2.1515.

<sup>63</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, C. 7, f. 45.

<sup>64</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 5, f. 144 v. – 10.12.1544.

escravos acarretadores de palha de entrarem em barcas ou bateis para encherem os panais, assim como de usarem forquilhas para o efeito. Só os brancos para isso autorizados e ajuramentados poderiam encher, os escravos apenas eram autorizados a transportar a palha já acondicionada para as casas dos respectivos donos <sup>65</sup>.

Se em relação à palha, produto de grande consumo na cidade, com diversas aplicações - como a alimentação de animais usados no transporte de pessoas e mercadorias, para encher colchões e outras – mas de valor e perigosidade limitados, havia tanto cuidado em afastar os escravos, relativamente a produtos que tinham influência na saúde dos habitantes a preocupação tinha que ser maior. Por isso uma provisão régia de 1565 proibiu que os boticários se servissem de escravos “*nas cousas da botica*” <sup>66</sup>.

Todas estas medidas serviam, além dos fins a que se destinavam, como indicadoras, para nós, das funções mais vulgarmente desempenhadas pelos cativos da cidade. E nem as proibições referidas eram garantia de que, daí em diante, eles as não exercessem, pois bastava uma autorização especial, pedida por um particular que justificasse a necessidade de usar o trabalho dos seus escravos, para que o princípio geral fosse ultrapassado. Foi o que se passou com Rafael, pertencente a Belchior Martins, mercador de caça. Como o dono andava sempre ocupado e não tinha quem o ajudasse, por ser solteiro, mandava o escravo vender-lhe a caça na Ribeira. Este, no entanto, estava constantemente a ser abordado pelos rendeiros da almotaçaria, que o impediam de efectuar as vendas por ser escravo cativo. Como o dono invocou as limitações que tinha para se dedicar ao negócio e a confiança que depositava no escravo

---

<sup>65</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, C. 7, f. 81.

<sup>66</sup> - *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa- Livros de Reis*, v. VIII, p. 35 – 9.10.1565.

– “ *por ser bom homem e de boas manhas e costumes e confiar dele sua fazenda* ” - foi autorizado a usá-lo para aquele fim <sup>67</sup>.

Por isso, deve ter sido vulgar a venda dos mais variados produtos por escravos e escravas nas ruas de Lisboa. E isso contribuiu certamente para incutir no ambiente urbano aquela variedade, exotismo e alegria tão notados e referidos pelos visitantes estrangeiros. Jerónimo Münzer registou, durante a sua estadia na cidade, que havia nela judeus riquíssimos ( escrevia ainda antes da sua expulsão ) que se dedicavam à venda de mercadorias e viviam só do trabalho dos seus escravos <sup>68</sup>, provavelmente como *negros de ganho*, aos quais cobriam parte dos respectivos lucros no comércio e noutros trabalhos.

Vulgar era também o seu emprego no transporte das mais diversas mercadorias, nomeadamente do rio para a urbe. Já foi referido o carregamento de palha. Mas outros se ocupavam de carregar trigo, por conta de particulares, como Bastião, índio do mercador Diogo Fernandes, de Alfama, que era “ *acarretador de trigo no terreiro do Carvão e do Trigo* ” e de cuja actividade ficou por fiador, perante o município, outro mercador, Bernal Francês <sup>69</sup>. Ou Jorge, índio de António Manhos, que era “ *acarretador de qualquer cousa no terreiro do Trigo por seus donos* ” <sup>70</sup>. O turco de um escudeiro andava “ *com um burro preto [...] acarreta[ndo] farinha das barcas* ” <sup>71</sup>. Manuel, mourisco de Brás de Sousa, “ *anda[va] ganhando na Ribeira* ” <sup>72</sup>. Eram certamente também escravos *de ganho*, que os donos colocavam ao serviço de terceiros como forma de extraírem rendimento do seu trabalho. O Terreiro do Trigo era um dos mais

---

<sup>67</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, B 2 ( Vereações de 1554-1613 ), f. 74 v. – 18.5.1566.

<sup>68</sup> - “ *Et maior pars laborat in mercibus reperiundis, hic ditissimi Iudei qui quasi omnes mercês vendunt qui ex solo sclavorum suorum labore vivunt* ” ( Tradução de Basílio de Vasconcelos, *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer*, p. 30 ).

<sup>69</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, B 4 ( Vereações de 1495-1548 ), f. 213 v. – 4.6.1539.

<sup>70</sup> - Idem, f. 163 – 16.1.1532.

<sup>71</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 2974, f. 9 – 14.9.1563.

<sup>72</sup> - TT, Inquisição de Lsboa, Procº. 9239, f. 4 – 24.1.1561.

importantes equipamentos económicos da cidade, em que estava concentrado o comércio dos cereais que a ela chegavam, por via marítima e terrestre, assim como a respectiva cobrança de direitos <sup>73</sup>. Damião de Góis chamou-lhe “ *celeiro da nação e refeitório da Lusitânia* ” <sup>74</sup>.

O Arquivo Municipal de Lisboa guarda um documento de valor excepcional para o conhecimento do papel económico dos escravos na cidade, já parcialmente estudado por Vitorino Magalhães Godinho <sup>75</sup> e por Saunders <sup>76</sup>. É um registo dos fiadores de escravos empregues como barqueiros no Tejo. Atendendo ao perigo de fugirem nas embarcações em que serviam – “ *pelo arreceo que se tem dos escravos se alevantarem com as barcas e fugirem pera terras de mouros com outros escravos, como se já muitas vezes fez* ” – a câmara obrigava quem usasse cativos nessas funções a designar um fiador que ficasse responsável pelo mesmo, até ao valor de 100 cruzados. Essas fianças eram registadas em livro próprio, com os nomes e residências dos donos, dos próprios escravos e dos fiadores. Conserva-se o registo de Novembro de 1549 a Agosto de 1556 <sup>77</sup>, respeitante a um total de 178 escravos , 134 deles pretos e mulatos ( 75 % ), 35 índios ( 19,6 % ), um branco ( mouro ) e 8 não caracterizados. Eram empregues como companheiros do arrais do respectivo barco e trabalhavam, na quase totalidade, no transporte de mercadorias e, certamente também, de pessoas, ao longo do Tejo, entre Lisboa e os portos, de ambas as margens, de uma área que se prolongava, para montante do mesmo, até Abrantes. Era dessa forma que a população de Lisboa se abastecia de grande parte dos produtos necessários à sua subsistência, provenientes das regiões agrícolas do Alentejo, Ribatejo e Estremadura.

---

<sup>73</sup> - Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das grandezas de Lisboa*, p. 582-583.

<sup>74</sup> - Damião de Góis, *Descrição da cidade de Lisboa*, p. 55.

<sup>75</sup> - Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, v. IV, p. 201.

<sup>76</sup> - A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 104-106.

<sup>77</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, D 74 .

De acordo com o autor da *Magestade e grandezas de Lisboa*, acorriam diariamente ao porto da cidade, de toda aquela região, 1.160 barcas e bateis, incluindo as que ajudavam a descarregar as naus nele fundeadas <sup>78</sup>.

#### Localidades de residência dos donos de escravos barqueiros ( 1549-1556)

Localidades	Donos	Localidades	Donos
Abrantes	14	Lisboa	58
Alcochete	13	Moita ( Alhos Vedros)	1
Aldeia galega	6	Palhais ( Aldeia Galega)	5
Alhos Vedros	6	Pancas	1
Almada	10	Povos	1
Alverca	1	Punhete	7
Amora (Almada)	4	Santarém	1
Atalaia (Aldeia Galega)	2	Sarilhos ( Aldeia Galega)	3
Azambuja	1	Tancos	12
Barreiro	7	Torres Novas	1
Castanheira (T.Novas)	1	Vale de Zebro	1
Coina	7	Vila Franca	1

Entre os donos cuja profissão ou condição social vem indicada, predominavam os barqueiros ( 23 ), havia 5 pescadores - o que mostra que alguns dos cativos eram provavelmente destinados à pesca no rio - mas a maior parte eram pessoas cuja ligação ao transporte fluvial só podia advir ou da propriedade dos barcos - em que empregariam os seus escravos em conjunto com profissionais barqueiros – ou do aluguer dos escravos aos donos dessas embarcações. Tratava-se de bombeiros ( 2 ), fidalgos e cavaleiros ( 7 ), pilotos e mestres das carreiras da Mina, de S. Tomé e da Índia ( 11 ), juizes e escrivães, um tabelião e até um cantor da Sé. Havia cinco mercadores, um deles Fernão Lourenço, “ *mercador que anda[va] em um seu barco*”, certamente a fazer comércio ao longo do rio, actividade em que queria trazer o escravo <sup>79</sup>. O Capitão dos ginetes D.

<sup>78</sup> - João Brandão, “ Magestade e grandezas de Lisboa em 1552”, *Arquivo Histórico Português*, v. XI, p. 106-107.

<sup>79</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, D 74, f. 72 v. – 20.3.1551.

João Mascarenhas tinha um escravo branco, Fernão Martins, numa sua quinta no Montijo, o qual “ *tinha muitas vezes necessidade de andar em uma barca por companheiro do arrais dela*”. O seu feitor ficou como fiador do escravo <sup>80</sup>. Este andava possivelmente alugado ao dono do barco.

António Álvares, de Coima, tinha um escravo “ *a ganhar na Ribeira e barcos da dita vila*” – em transporte de mercadorias para a cidade, sem dúvida - o qual se envolveu com outro “ *sobre o meter de um pouco de fato em um barco*”, esbofeteando-se e ferindo-se um ao outro <sup>81</sup>. E um morador da vila de Cabrela, vindo a Lisboa em 1590, foi também ferido, quando se preparava para atravessar o rio, pelo escravo de António Dias, residente à Bica de Duarte Belo, que andava “ *na barca de seu senhor por companheiro*” <sup>82</sup>. Estes são dois exemplos de ocorrências certamente vulgares no dia-a-dia da navegação fluvial. Na Barcelona do século XV os escravos eram empregues em grande número no transporte de mercadorias entre os navios e a praia, ao serviço de barqueiros, por não haver ainda porto na cidade<sup>83</sup>. Também em Veneza os escravos e negros eram usados como barqueiros, conduzindo pessoas em gôndolas pelos canais<sup>84</sup>.

Outros laboravam em transportes marítimos, como marinheiros, caso de Luís, indiano de Álvaro de Sousa, que foi abordado por vários mouriscos que queriam fugir do reino por mar, mas não tinham “ *quem levasse o governalho nem soubesse da vela*”, o que ele podia fazer por ser marinheiro <sup>85</sup>.

---

<sup>80</sup> - Idem f. 33 v. – 13.5.1550.

<sup>81</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 18 – 8.3.1591.

<sup>82</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 2, Liv. 5, f. 97 – 22.12.1590.

<sup>83</sup> - Maria Teresa Ferrer i Mallol, “ *Esclaus i lliberts orientals a Barcelona*”, p. 196.

<sup>84</sup> - Jean Devisse e Michel Mollat, *Limage du noir dans l'art occidental*, v. III, p. 190.

<sup>85</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 12.321, f. 5 – 31.7.1563.



Em transportes terrestres também intervinham cativos, como António, mourisco do conde de Vimioso “ *que o serv[ia] de almocreve*” <sup>86</sup>, Diogo, escravo baço de D. Álvaro Coutinho, “ *que serv[ia] o dito seu senhor de azemel*” <sup>87</sup> e um mulato de Francisco Correia, “ *que lhe servia de cocheiro*”, morto em 1597 <sup>88</sup>.

#### 6.4 - Serviços

Os serviços, quer fossem prestados à coroa, ao município e outras entidades públicas, quer se destinassem a particulares, eram um dos sectores da economia em que a participação dos escravos se tornava mais visível. De facto, para além dos que se realizavam na intimidade dos lares, grande parte, pela sua natureza, era prestada nas vias públicas e, por isso, era mais notória.

Entre os escravos da coroa que ajudavam a cumprir funções de interesse público contavam-se, certamente entre muitos outros de quem não nos chegou qualquer referência, os remadores das galés reais. As galés eram, pela sua grande mobilidade, os navios de guerra melhor adaptados aos combates marítimos e para eles era canalizada grande parte do investimento militar naval. Moviam-se essencialmente a remos e ocupavam entre 90 a 240 remadores ( que formavam a respectiva *chusma* ) de três tipos: escravos, condenados e assalariados livres <sup>89</sup>. Todos os países mediterrânicos, do império otomano às repúblicas italianas, da França e da Espanha aos estados barbarescos do norte de África e à ilha de Malta, utilizaram o trabalho escravo nessa actividade violenta e desgastante, recorrendo, do lado europeu, a turcos, mouros e

---

<sup>86</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1455, f. 2 – 5.9.1553.

<sup>87</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 3184, f. 3 – 13.8.1555.

<sup>88</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. II, p. 420 – 16.3.1597.

<sup>89</sup> - Luís Miguel Duarte, “ A marinha de guerra portuguesa”, *Nova história militar de Portugal*, v. I, p. 304-306.

negros e, do islâmico, além de negros, a prisioneiros cristãos <sup>90</sup>. Em Portugal existem referências a escravos remadores, que provam que o seu emprego nessa actividade, como noutros países, era normal.

Jácome, natural de Génova e cativado por turcos, na Córcega, quando pescava coral, foi levado para a Berbéria, passando a comerciar de barco como escravo de um mouro. Acabou por ser aprisionado pelos portugueses na costa algarvia e enviado, juntamente com o senhor, para servir nas galés como remeiro <sup>91</sup>. Em 1563 o rei D. Sebastião deu a liberdade a Pêro, mourisco seu cativo que servira numa galé na costa do Algarve, a qual era comandada por D. Pedro de Meneses. A alforria fora pedida por este capitão <sup>92</sup>. Em 1564 alforriou Diogo de Cristo, “ *que andou muito tempo nas galés* ” mas estava, nessa data, já na estrebaria <sup>93</sup>. O mercador de Tancos Francisco Esteves e a mulher tinham um filho condenado pela Relação a servir 5 anos “ *nas galés del Rei* ” e que nelas andava “ *preso a ferro e a remo* ” . Era portanto um forçado, condenado, embora temporariamente, a um dos trabalhos mais duros que existiam. Para tentarem aliviar a sua sorte, os pais intercederam no sentido de ele poder cumprir solto aquela pena e comprometeram-se, por escritura a, no caso de o filho fugir, comprarem um mouro para o substituir, além de pagarem todos os outros prejuízos que o mesmo ocasionasse <sup>94</sup>. Em 1597 fugiram dois escravos mouros a Jerónimo de Surita, “ *capitão das galés de Espanha de Sua Magestade* ” , morador em Lisboa, os quais acabaram por ser aprisionados e ficaram novamente “ *em poder de Sua Magestade, servindo nas ditas galés como seus escravos que são* ” <sup>95</sup>.

---

<sup>90</sup> - Michel Fontenay, “ L’esclave galérien dans la Méditerranée des Temps Modernes », *Figures de l’esclave au Moyen-âge et dans le Monde Moderne*, p. 115-143.

<sup>91</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 5666, f. 2 – 14.10.1558.

<sup>92</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, Liv. 3, f. 322 – 28.5.1563.

<sup>93</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, Liv. 4, f. 15 – 17.5.1564.

<sup>94</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 3, Liv. 14, f. 126 v. – 14.6.1574.

<sup>95</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 25, Liv. 118, f. 19 – 6.8.1597.

Havia também escravos que serviam nas galés, mas em funções diferentes da de remador. Em 1587 um italiano morador em Lisboa e que fazia os remos da galé *Espera*, portanto carpinteiro, denunciou à Inquisição Rafael, “ *carpinteiro e cativo da galé real*”, por este ter afirmado que os mouros que praticassem boas acções se salvariam <sup>96</sup>.

O doutor Jerónimo Münzer referiu-se, no seu itinerário, ao uso de escravos como intérpretes pelo rei de Portugal: “ *O rei possui negros de várias cores, acobreados, pretos e anegrados e de línguas diferentes, conhecendo, porém, todos a língua portuguesa; servindo-se dos seus intérpretes, percorre quase toda a Etiópia e obtém continuamente, pelos seus presentes, a protecção dos reis mais importantes*” <sup>97</sup>. São frequentes as referências documentais a estes *línguas* do rei, intermediários de grande valor para o bom funcionamento dos contactos comerciais com os povos africanos, em alguns casos premiados com a liberdade depois de alguns anos de serviço <sup>98</sup>. Outros eram espiões, como Pêro Afonso, escravo mourisco que vivia em Ceuta “ *servindo de escuita*” e foi libertado em atenção aos serviços que prestou ao rei <sup>99</sup>.

Existiam, porém, cativos a quem eram entregues trabalhos de menor complexidade ou violência que os dos anteriores. Era o caso de João, “ *escravo varredeiro da Fazenda do reino*”, a quem D. João III mandou dar vestuário novo em 1534 e 1535 <sup>100</sup>. E da escrava que, juntamente com um intérprete, esteve ao serviço dos embaixadores do rei de Angola durante o tempo em que estes permaneceram na corte de D. Sebastião <sup>101</sup>. Caso semelhante foi o do turco Osmão, cativo das galés reais no tempo

---

<sup>96</sup> - António Baião, “ A Inquisição em Portugal e no Brasil”, *Arquivo Histórico Português*, v. VIII, p. 420 – 8.5.1587.

<sup>97</sup> - “ *Habet item rex nigros varii coloris; rufos, nigros et aubnigros, de vario idiomate, qui linguam portugalensem sciunt, quia varias línguas habent, et his interpretibus usus quasi totam Aethiopiam superambulat et maiores reges continuo muneribus placat*” ( Basílio de Vasconcelos, *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer*, p. 54-55 ).

<sup>98</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana*, v. IV, p. 63.

<sup>99</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 2, f. 185 v. – 24.5.1548.

<sup>100</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 52, Doc. 116, Maço 54, Doc. 55 e Maço 56, Doc. 106 – 18.4.1534, 23.1.1535 e 16.12.1535.

<sup>101</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana, África Ocidental ( 1532-1569 )*, v. II, p. 409.

de Filipe I, que o marquês de Santa Cruz, Álvaro de Bazán, requisitou, tal como outros, para o seu serviço, ao vir para Lisboa. A vida passou, por certo, a ser mais fácil para os escolhidos: Osmão ficou a ajudar o comprador do marquês, encarregando-se também de levar a comida aos seus pajens e gentis-homens, Asam ficou incumbido da roupa, Alelho e Marcelo da limpeza dos pratos, André ficou a servir na câmara e um outro ainda a servir os filhos do almirante espanhol <sup>102</sup>.

Outros, embora exercendo funções de interesse público, pertenciam a particulares. Sucedia isso, por exemplo, quando certos funcionários régios eram autorizados a ter escravos seus para os ajudarem no cumprimento das suas missões, ao lado de ajudantes livres. Em 1549 o rei concedeu a Amador Serrão, meirinho junto do Almotacé-Mor João de Bairos, a possibilidade de ter um escravo seu no grupo de oito a que tinha direito, recebendo para ele o mesmo mantimento que era ordenado aos restantes. Para isso era condição que o escravo fosse apto para tal serviço <sup>103</sup>. O carcereiro da corte António Freire foi autorizado a trazer um escravo seu como guarda da respectiva cadeia, a par de outros de condição livre. O mesmo deveria ser “ *cristão, ladino e bem disposto* ” <sup>104</sup>. Esta era, sem dúvida, uma ocupação que demonstrava confiança na fidelidade do escravo.

O mesmo se poderia dizer dos que os *alcaldes dos montes da cidade de Lisboa* Álvaro Quinteiro e Joane Mendes Feijó poderiam trazer na sua companhia quando exercessem aquelas funções policiais. Cada um tinha direito a ter seis ajudantes e, por estas autorizações, poderiam ter dois escravos seus incluídos nesse número, desde que cristãos e para isso aptos, para os quais receberiam as quantias em dinheiro necessárias

---

<sup>102</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 5296, f. 21 – 12.8.1586.

<sup>103</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 2, f. 161 – 6.11.1549.

<sup>104</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações, Liv. 43, f. 68 – 12.8.1578.

ao respectivo mantimento, iguais às dos outros homens <sup>105</sup>. Damião de Góis recebeu, no exercício do cargo de Guarda-mor da Torre do Tombo, além do seu ordenado, 20.000 reais para dois guardas, 12.000 para um porteiro e 8.000 para o mantimento de um escravo varredor. Em 1554 foi-lhe entregue pelo tesoureiro da Casa da Índia um escravo destinado ao serviço do arquivo régio <sup>106</sup>.

Apesar de serem usados no âmbito privado dos monarcas, normalmente dentro do próprio espaço palaciano, muitos dos cativos reais exerciam funções que, devido à projecção pública dos seus donos, tinham também grande visibilidade. Uns eram vistos pelos numerosos visitantes da corte, fossem súbditos portugueses ou estrangeiros de passagem e outros integravam as numerosas festas e cortejos que os soberanos promoviam nas ruas e outros espaços públicos como forma de manifestar poder e obter a simpatia das massas. Vamos, então, voltar aos escravos régios, agora para observar em pormenor as respectivas funções.

A maior parte dos escravos de D. Manuel, D. João III e D. Sebastião de que nos chegou notícia serviam como moços de estrebaria e varredores do paço. Eram duas funções comuns à maioria dos cativos dos infantes D. Henrique e D. Luís e muito vulgares também entre os da restante nobreza. Alguns desses escravos participavam, certamente, nos cortejos e cerimónias promovidos em ocasiões festivas, conduzindo montadas e envergando luxuosas librés. Quando da visita do legado papal cardeal Miguel Bonello ao rei D. Sebastião, em 1571, na recepção que o soberano lhe fez em Lisboa, “ *adiante del-rei dois escravos pretos conduziam dois ginetes, um claro, outro*

---

<sup>105</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, Liv. 2, f. 279 -21.8.1560; Idem, Doações, Liv. 43, f. 363 – 2.5.1580.

<sup>106</sup> - Maria de Fátima Dentinho do Ó Ramos, “ Damião de Góis, Guarda-mor da Torre do Tombo: 1548-1571”, *Damião de Góis, um humanista na Torre do Tombo*, p. 45.

*baio claro, com xaireis de brocado d'ouro e jaezes d'ouro*" <sup>107</sup>. Os homens que os levavam não iam, por certo, vestidos com menor aparato.

Além desses, havia-os na cevadaria, local onde se guardava o alimento dos cavalos – caso de Martinho, escravo de D. João III <sup>108</sup> - nas cozinhas – como António, preto do mesmo rei <sup>109</sup> - na tapeçaria, dependência em que eram guardadas e possivelmente restauradas as tapeçarias do palácio – na qual estavam quatro negros desse soberano <sup>110</sup> e como jardineiros – o que acontecia com “ *um escravo que servia no jardim dos paços de Lisboa*” em 1535 <sup>111</sup>.

Tarefas de maior responsabilidade e especialização eram-lhes igualmente entregues, com incidência na própria visibilidade exterior da corte. Martim Pinheiro, mourisco, Domingos Fernandes, preto e António Correia, também mourisco serviram “*na guarda com o meirinho do paço*” , um em 1526, outro em 1530 e outro ainda em 1537 <sup>112</sup>. Tinham, portanto, funções de guardas do palácio.

Mas ainda mais exigentes deviam ser as atribuições dos escravos que tinham a seu cargo a guarda e tratamento dos animais exóticos existentes na corte. Já foi mencionada a referência de Damião de Góis aos cinco elefantes, um rinoceronte e uma onça de caça que costumavam incorporar o séquito de D. Manuel quando este andava pela cidade. Eram desfiles dirigidos à exibição da grandeza real e à afirmação do seu poder, perante o seu próprio povo e igualmente perante os visitantes estrangeiros, eventuais porta-vozes, nos respectivos países, da riqueza e magnificência do rei de Portugal. O cronista descreveu esses cortejos festivos, que deviam provocar o entusiasmo quer de lisboetas quer de forasteiros. Segundo ele, quando o rei cavalgava

---

<sup>107</sup> - Alexandre Herculano, *Opúsculos*, v. VI, p. 78.

<sup>108</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 54, Doc. 67 – 2.2.1535.

<sup>109</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 52, Doc. 101 – 28.3.1534.

<sup>110</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 53, Doc. 20 – 19.6.1534.

<sup>111</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 56, Doc. 41 – 17.9.1535.

<sup>112</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 12, f. 133 – 15.10.1526, Liv. 52, f. 59 v. – 21.4.1530 e Liv. 23, f. 54 – 17.6.1537.

ou caminhava pela cidade levava à frente a *rinocerota* e, mais atrás, tão afastados dela que não se vissem uns aos outros, os elefantes. Antes destes e logo a seguir ao soberano seguia “ *um cavalo acobertado pérsio, nas ancas do qual um caçador pérsio levava uma onça de caça, que lhe mandara El rei d’Ormuz*”. Com tal pompa, atabales e trombetas se passeava o rei muitas vezes pelas ruas de Lisboa <sup>113</sup>. Em Fevereiro de 1517 mandou pôr frente a frente, num recinto fechado junto à Casa da Índia, um dos elefantes e o rinoceronte, para tentar verificar o que os escritores antigos afirmavam sobre o natural ódio entre ambos os animais. Vendo-se as “ *duas espantosas alimárias*” uma à outra, o elefante fugiu de imediato, rompendo a cerca e levando tudo à frente pelas redondezas, depois de deixar no chão o índio que dele se encarregava <sup>114</sup>. Valentim Fernandes, o impressor alemão radicado em Lisboa, enviaria a Albrecht Dürer o esboço de rinoceronte que inspiraria o pintor a compor a sua célebre gravura ( 1515 ), cujo original está no Museu Britânico <sup>115</sup>. O exótico animal, “ *com sua cadeia dourada*”, fez parte do conjunto de presentes enviados por D. Manuel ao papa Leão X, em que se incluíam também especiarias e peças de prata e que se viria a perder junto de Génova no naufrágio da nau em que seguia para Itália <sup>116</sup>.

Os domadores e guardas desses animais eram escravos de origem indiana, treinados nessa arte e certamente vindos com eles. Em 1515 D. Manuel mandou dar a Focem e a Vasco, “ *índios que anda[va]m com a ganda*”, um vestuário novo a cada um, formado por pelote, calças, gibão, duas camisas e carapuça. A roupa devia ser entregue ao estribeiro Nicolau de Faria, que tinha os dois cativos a seu cargo <sup>117</sup>. A ganda era o rinoceronte ( ou *rinocerota* , como lhe chamava Damião de Góis ),

---

<sup>113</sup> - Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, p. 595.

<sup>114</sup> - Idem, p. 490-491.

<sup>115</sup> - João José Alves Dias ( Coord. ), *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, fig. 7 e p. 824.

<sup>116</sup> - Biblioteca Nacional – Reservados, Cód. 886, p. 6-8. Entre as peças enviadas figurava “ *a alimária por nome chamada a Ganda que veio da Índia, que enviou El Rei de Cambaia a El Rei, com sua cadeia dourada*”.

<sup>117</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 18, Doc. 21 – 22.6.1515.

designação dada na Índia a este animal <sup>118</sup>. Do reinado de D. João III temos notícia de dois indianos que “*andavam com o alifante*”, Diogo e Rodrigo, os quais o rei libertou do cativeiro em 1549 <sup>119</sup>. Não foram os únicos a exercer essa função pois, dez anos mais tarde, D. Sebastião alforriou Gaspar, “*índio que veio com os alifantes*” e que tinha servido o seu avô durante muitos anos <sup>120</sup>. Os reis de Portugal, como se vê, continuaram a possuir os seus elefantes – e eventualmente a exhibi-los em público - talvez até ao fim da dinastia.

Uma pormenorizada descrição dos elefantes de D. Manuel e do trabalho dos seus tratadores foi feita por Jan Taccoen, o nobre flamengo já várias vezes aqui referido, que os observou quando passava por Lisboa, a caminho de Jerusalém:

*“ Observei várias vezes três jovens elefantes a andarem pelas ruas. Cada um tinha em cima o seu palafrenero [...]. São animais grandes e feios [...] Mas têm, como verifiquei, grande inteligência, pois fazem quanto o palafrenero lhes manda. Têm orelhas grandes e largas [...] e uma grande cauda, como uma vaca [...]. Também têm uma enorme tromba no sítio do nariz [...] com a qual seguram em tudo o que o tratador lhes ordena e às pessoas, pela roupa. Mas de sua natureza são pacíficos, não fazendo mal a ninguém [...]. Quando estão perante o rei inclinam-se, fazendo-lhe reverência. Fazem-nos andar e voltear a toque de vara [...].*

O visitante viu igualmente dar-lhes de comer num estábulo, bolos de trigo que o tratador lhes introduzia na boca com a mão. Numa ocasião viu levar um a beber a uma fonte, onde havia rapazes que lhe puxavam a cauda. O palafrenero mandara, então, que

---

<sup>118</sup> - Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, p. 489.

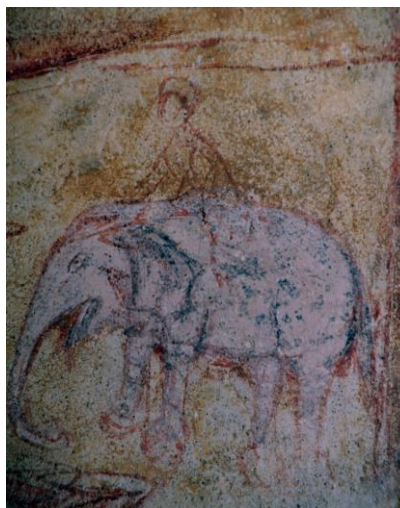
<sup>119</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 2, f. 150 v. – 7.9.1549 e f. 309 – 3.9.1549.

<sup>120</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, Liv. 1, f. 324 v. – 15.3.1559.



os molhasse, o que ele fez enchendo a tromba na água e despejando-a sobre os culpados  
121.

Tratava-se dos elefantes reais e dos escravos indianos que deles se ocupavam e os ensinavam. O pormenor de uma pintura a fresco da ermida de S. Pedro, em Montemor-o-Novo, dos inícios de quinhentos, representa um elefante montado pelo seu guarda indiano, cena que certamente foi vista em Lisboa pelo pintor que executou a obra e que, sem dúvida, o impressionou a ponto de a integrar num conjunto iconográfico que nada tinha a ver com ela <sup>122</sup>.



Pormenor de pintura a fresco ( Ermida de S. Pedro- Montemor-o-Novo)

---

<sup>121</sup> - “ Je vis par plusieurs foiz III olifans jofne par my les ruez. Chascun avoit sur luy son palfernier, II marles et une fumelle. Et sont grandes et laides bestez [...]. Et sont bestez comme on dit, et ay veu, de gran sens, car il font tout che que leur palfernier leur commande. Il ont longhes, larges oreillez, pendant [...]. Et ont une longhe keue comme une vake, sans poeil, séon ung peu audebout. Et sont seinglet autour du col. Là boutent lez palferniers leur piez deden. Et ont une longhe trompe où le nés doibt estre [...] et prennent toutez choses atout quant leur palfernier leur dit, et lez genz par le robe .Mais de eulx mismez sont pasible et ne font nul mal à nulluy [...]. Quant il viènent devant le roy, il se enclinent devant luy et luy font le révérenche. Et on leur fait aller et torner atout ung baton audebout ung havet. Et quant le palfernier lesse seoir son baston, il le lièvent de terre et le rebaeillent leu palfernier, ou aultre chose (S. Manhaeghe, *De Jeruzalemreis* ( 1514-1515 )..., p. 4-6. Documento cujo conhecimento devo ao Prof. Eddy Stols, da Universidade Católica de Lovaina ).

<sup>122</sup> - Manuel Branco, “ O Manuelino em Montemor-o-Novo”, *Montemor-o-Novo quinhentista e o foral manuelino*, p. 97.

Entre os cativos da casa de D. Catarina de Áustria havia sobretudo varredores e bordadeiras, embora surgissem também confeiteiros, moços de estrebaria, um alfaiate, um cozinheiro, um sirgueiro ( especialista em trabalhos de seda ) e servidores da mantearia e da guarda reposte. Na *mantearia* eram guardadas as pratas, mantéis e outras alfaias de mesa e, na *reposte*, mobiliário e peças do recheio do paço. Os escravos eram provavelmente destinados à guarda e limpeza do património guardado nestas dependências, de modo a que estivesse disponível quando necessário.

As escravas bordadeiras, designadas por *lavrandeiras*, constituíam parte significativa do conjunto do pessoal cativo de D. Catarina. Ocupavam-se na produção de trabalhos destinados ao próprio uso da rainha e do paço, mas também a ofertas com que obsequiava pessoas da nobreza, igrejas e conventos. Em 1552 dispunha de 14 escravas bordadeiras <sup>123</sup>. Mas em 1536 havia também um indiano a exercer essa mesma actividade: “ *Duarte, índio que lavra* ” <sup>124</sup>.

Algumas das escravas tinham aprendido o ofício em conventos de freiras. Em 1553 a rainha tinha duas cativas, Águeda e Madalena, “ *aprendendo a lavar* ” no mosteiro de Nossa Senhora da Esperança da Boa Vista <sup>125</sup>. E uma carta da abadessa do mosteiro de Viana do Alentejo referia-se a uma jovem cativa de D. Catarina que estava à sua guarda e ao ensino que lhe fora ministrado. A escrava tinha estado doente, justificação das deficiências que a madre julgava poderem ser encontradas na aprendiz : “ *Vossa Alteza nos perdoe [...] os desfalecimentos que achar em seu ensino, porque como religiosas simples, encerradas nestas paredes, não sabemos ensinar senão aquilo que usamos e no lavar e coser suas forças e disposição não puderam chegar a mais* ”. Como exemplo da capacidade da pequena escrava a abadessa enviou um *penteador* feito

---

<sup>123</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 88, Doc. 74 – 28.7.1552.

<sup>124</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 58, Doc. 58 – 15.3.1536.

<sup>125</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 91, Doc. 51 – 21.11.1553.

por ela, ao mesmo tempo que cumpria a ordem da soberana para lhe mandar a própria cativa <sup>126</sup>.

Não encontramos referências individuais a músicos entre os escravos régios, o que mostra as limitações das fontes disponíveis, pois é improvável que não existissem se tivermos em conta os que os duques de Bragança possuíam na mesma época. No testamento de D. Jaime, de 1532, este titular referia-se assim aos seus cativos músicos:

*“ Os charamelas valem muito. Deve-os meu filho tomar e dar por eles mil cruzados e, senão, vendam-nos. Mas não tomando meu filho todos, não haja nenhum, haja-os quem mais der por eles juntos e seja feito a saber a El Rei meu senhor ou a esses senhores de Castela. E eles são Galante, Martinho, Jácome, Herónimo, Cosme, Francisco, Duarte ”* <sup>127</sup>.

A hipótese de os testamenteiros disponibilizarem ao rei o conjunto dos sete músicos, no caso de o seu filho D. Teodósio os não querer a todos, mostra provavelmente – além da respectiva preparação para actuarem juntos e de serem valorizados por isso – que D. João III também costumava dispor de músicos escravos, em que poderiam ser integrados os que comprasse ao duque. O que, aliás, é confirmado por um episódio incluído nos *Ditos portugueses dignos de memória*, colectânea de pequenas ocorrências sucedidas maioritariamente na corte do Piedoso. Passando D. Filipa de Mendonça por uma sala do paço, ouviu Joana da Costa, moça da câmara da rainha, a cantar “ *com dois cantores de El-Rei capados* ” e ironizou : “ – *Quanto melhor cercada estava Samora que Joana da Costa !* ”. A dama aludia ao cerco da cidade de Samora, referido nos cantares do Cid <sup>128</sup>. Os eunucos cantores só podiam ser

---

<sup>126</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 83, Doc. 12 – 1549.

<sup>127</sup> - D. António Caetano de Sousa, *Provas da história genealógica da casa real portuguesa*, tomo IV, p. 234.

<sup>128</sup> - *Ditos portugueses dignos de memória* ( Manuscrito anónimo do séc. XVI ) ( Public. José Hermano Saraiva ), p. 323. Texto e nota 888. A utilização de escravos eunucos como cantores confirmar-se-á, mais

escravos. E se havia cantores também podia haver tocadores de instrumentos. Na mesma colectânea se afirmava igualmente que o rei “ *tinha um capelão e cantor negro chamado D. Afonso, o qual compunha em canto de órgão* ” <sup>129</sup>. Podia ser escravo. E o mesmo se podia passar com os músicos da corte de D. Sebastião, que o acompanhavam para toda a parte quando se deslocava no país <sup>130</sup>, a Castela e até na invasão de Marrocos <sup>131</sup>.

O uso de escravos como músicos devia ser vulgar entre a principal nobreza do país. Já foram mencionados “ *dous escravos charamelas* ” penhorados a D. Pedro de Castro <sup>132</sup>, que certamente actuavam como executantes de instrumentos de sopro na capela e solar desse aristocrata ou que ele alugava para cerimónias solenes, nomeadamente religiosas. Gaspar Frutuoso referiu-se nas *Saudades da terra* a “ *cinco escravos índios da Índia, que tangiam charamelas e violas de arco* ” levados, em 1576, para a ilha açoriana de S. Miguel pelo seu capitão D. Rui Gonçalves da Câmara, achando que era “ *uma realeza haver isto nesta terra* ”. De acordo com o escritor “ *em breve tempo faleceram todos, quase juntamente* ” <sup>133</sup>.

D. Teodósio I, duque de Bragança veio a herdar os músicos que seu pai discriminou no testamento. Alguns constavam ainda do inventário dos seus bens, feito 32 anos depois, num conjunto de onze “ *charamelas* ” que possuía, todos negros, a evidenciar a especial aptidão dos africanos para a música. O documento indica também o instrumento executado por cada um: três eram *tiples*, um era *tiple e doçaina*, três eram *sacabuxas*, dois *tenores*, um *contralto* e um era aprendiz de charamela <sup>134</sup>.

---

à frente, pela referência de João Baptista Venturino, cronista do Cardeal Alexandrino, aos músicos cativos do duque de Bragança.

<sup>129</sup> - Idem, p. 443.

<sup>130</sup> - Francisco de Sales Loureiro, *Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve*, p. 85, 118-119 e 124.

<sup>131</sup> - Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, p. 253, 268 e 275.

<sup>132</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11; Cx. 7, Liv. 23, f. 60 v. – 29.2.1595.

<sup>133</sup> - Gaspar Frutuoso, *Saudades da terra*, Liv. IV, v. III, p. 117.

<sup>134</sup> - Arquivo do Paço Ducal de Vila Viçosa, BDMII, Res., Ms. 18, f. 554 v.-555.

### *Escravos “charamelas” de D. Teodósio I*

Nome	Caracterização	Idade	Função
António Caiola	Preto	28 anos	Sacabuxa
Cristóvão da Silva	Preto	28 anos	Tiple
Dom Domingos	Preto	18 anos	Aprendia a charamela
Francisco Galante	Mulato; casado	> 60 anos	Sacabuxa
Francisco Lopes	Preto; casado	70 anos	Tenor
Jacinto Fernandes	Preto; casado c/ mulher branca	50 anos	Tenor
Jerónimo da Silva	Preto; casado	70 anos	Contralto
João de Bragança	Preto	30 anos	Sacabuxa
João Primeiro	Preto; casado	30 anos	Tiple
João Segundo	Preto	25 anos	Tiple
Martim da Fonseca	Preto; casado c/ mulher branca	60 anos	Tiple e doçaina

Quando em 1571 o legado papal Cardeal Alexandrino foi recebido em Vila Viçosa, de caminho para Lisboa, para se avistar com D. Sebastião – para o convencer, em nome de Pio V, a aderir à Santa Liga constituída para combater os turcos <sup>135</sup> - de acordo com o relato de João Baptista Venturino, membro da sua comitiva, ao entrar na vila “*soaram os atabales, tocados por pretos, os pífaros, trombetas e sinos*” <sup>136</sup>. Não lhe agradou, porém, a música da capela, cujos elementos eram em grande parte eunucos <sup>137</sup>. Francisco de Moraes Sardinha, na sua memória da corte brigantina em 1618, afirmou que o duque ( neste caso D. Teodósio II ) se rodeava de “ *suaves músicas, charamelas, sonoras e belicosas trombetas, com atabales tão bem tocados por destros e experimentados escravos do Príncipe, que muito deleita[va]m e alvoroça[va]m os ânimos de todos*” <sup>138</sup>. Na primeira data, certamente que se tratava, pelo menos em parte,

<sup>135</sup> - Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, p. 197-198.

<sup>136</sup> - “ [...] *timpani suonati da mori, piffari, trombe, naccheré e campane*” ( “ Relazione del viaggio fatto dall (...) Cardinale Alessandrino “ , *Rerum lusitanicarum*, v. 3, Biblioteca da Ajuda, 46-IX-3, f. 306 v. - tradução de Alexandre Herculano, *Opúsculos*, v. VI, p. 57 ).

<sup>137</sup> - “ *La musica di essa Cappela fũ di buone voci, ma tanto albe, e sendo buona parte eunuchi, che non parve sonora, ne bem concertata, come forse sarebbe riuscita in stanza maggiore*” ( “ Relazione ... f. 291).

<sup>138</sup> - Francisco de Moraes Sardinha, *Do famoso e antiquíssimo Parnaso... em Vila Viçosa* ( 1618 ), Biblioteca Nacional, Reservados, Cód. 107.

dos negros enumerados acima. E, na segunda, talvez ainda restassem alguns dos mais jovens.

O inventário de D. Teodósio I descreve também os instrumentos musicais que cada escravo tinha à sua guarda<sup>139</sup>, o que mostra o grau de responsabilização que a estes cativos era atribuído pelos senhores.

### ***Instrumentos musicais à guarda dos escravos***

#### *“ Cousas que tem Francisco Galante ”*

<i>Uma sacabuxa de prata com sua caixa sem bocal (...) avaliada no inventário da guarda roupa(...)</i>	
<i>Item uma sacabuxa nova em uma caixa de pau</i>	3.000 rs.
<i>Item uma caixa de quatro cornetas com sua fechadura</i>	2.000 rs.
<i>Item um charamelão com sua caixa</i>	2.400 rs.
<i>Item uma caixa de frautas que tem nove frautas</i>	2.400 rs.
<i>Item um charamelão grande com sua caixa</i>	3.200 rs.
<i>Item dous charamelões mais equenos com suas caixas</i>	2.800 rs.
<i>Item um baixão com sua caixa</i>	4.800 rs.
<i>Item uma caixa de cornamutas em que estão quatro</i>	2.400 rs.
<i>Item uma caixa muito grande que tem dentro outo frautas</i>	2.800 rs.
<i>Item uma caixa em que estão dez orlas</i>	4.500 rs.
<i>Item dous moscatéis, tenor e contrabaixa, em suas caixas e assim contralto e tiple</i>	2.000 rs.
<i>Item outro sacabuxa em sua caixa</i>	3.000 rs.

#### *“ Instrumentos que tem Martim Afonso [ sic ] charamela ”*

<i>Um baixão mais pequeno que o outro</i>	4.000 rs.
<i>Item um charamelão, atrás vai lançado</i>	2.000 rs.
<i>Item um tiple</i>	
<i>Item três charamelas velhas</i>	2.500 rs.
<i>Item uma corneta, atrás vai avaliada, com sua caixa</i>	
<i>Item uma cornamuta</i>	250 rs.
<i>Item duas frautas velhas</i>	250 rs.
<i>Item duas doçainas</i>	500 rs.
<i>Item um salteiro</i>	500 rs.
<i>Item um tamboril com sua fruta, velho, sem couro</i>	70 rs.
<i>Item um laúde, vai no inventário de Baltasar Fernandes</i>	
<i>Item três pífaros</i>	60 rs.
<i>Item um coldre dos paus que tem outo peças de atabales</i>	40 rs.

<sup>139</sup> - Arquivo do Paço Ducal de Vila Viçosa, BDMII, Res., Ms. 18, f. 517-519 v.

*“ Instrumentos que tem Jacinto, charamela ”*

<i>Item uma charamela</i>	2.000 rs.
<i>Uma corneta, vai atrás avaliada e lançada na caixa</i>	

*“ Jerónimo da Silva ”*

<i>Item uma charamela</i>	2.000 rs.
<i>Item uma sacabuxa usada</i>	2.000 rs.
<i>Item uma corneta, vai atrás avaliada onde se avaliaram todas</i>	
<i>Item uma cornamuta</i>	250 rs.

*“ Que tem Cristóvão da Silva ”*

<i>Item um tiple</i>	2.000 rs.
<i>Item uma corneta, vai avaliada na caixa atrás</i>	
<i>Item um moscatel, vai com os outros atrás</i>	

*“ Francisco Lopes ”*

<i>Item tem uma charamela</i>	2.000 rs.
-------------------------------	-----------

*“ João Segundo ”*

<i>Tem um tiple e uma corneta. Vai avaliado o tiple atrás no inventário (...) e a corneta não vale nada</i>	
---	--

*“ João Primeiro ”*

<i>Item um tiple</i>	1.200 rs.
<i>Item uma corneta, não vale nada</i>	
<i>Item uma cornamuta usada</i>	250 rs.

*“ João de Bragança ”*

<i>Uma sacabuxa com sua caixa</i>	3.000 rs.
<i>Uma trombeta bastarda velha que não vale nada</i>	

*“ Ayala ” [ sic ]*

<i>Uma sacabuxa e uma corneta</i>	3.000 rs.
-----------------------------------	-----------

Uma interessante representação destas orquestras cortesãs integra o *Retábulo de Santa Aua*, do Museu Nacional de Arte Antiga, atribuído a Cristóvão de Figueiredo e Garcia Fernandes, pintado por ocasião da transferência, de Colónia para Lisboa, das relíquias da santa, em 1517. Seis negros, executantes de instrumentos de sopro e envergando trajos festivos, animam o encontro de Santa Úrsula – companheira de martírio daquela - e do Príncipe Conan <sup>140</sup>. Os instrumentos incluem duas trombetas, uma trombeta bastarda, uma sacabuxa e uma bombardarda <sup>141</sup>. Também os Jesuítas ensinaram e utilizaram negros tocadores de charamelas nas suas missões do Ultramar<sup>142</sup>.



C. Figueiredo e G. Fernandes, *Retábulo de Santa Aua* (Pormenor) - M.N.A.A.

Os restantes escravos que o duque tinha ao seu serviço, do total de 48, desempenhavam sobretudo funções na estrebaria, na cozinha, na mantearia, como varredores, além de dois que trabalhavam nas obras do palácio, de dois tecelões, um bordador e de outro que estava “*no Roncão*”, herdade do termo de Mansarás de onde

<sup>140</sup> - Annemarie Jordan, “Images of empire: slaves in the Lisbon household and court of Catherine of Áustria”, *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 158.

<sup>141</sup> - Jean Devisse e Michel Mollat, *L’image du noir dans l’art occidental*, v. III, p. 195.

<sup>142</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana*, Suplemento, v. XV, p. 331-332.



provinham os touros que eram corridos nas festas da casa ducal e onde ele, o cafre Bastião, provavelmente se ocupava em guardá-los, em conjunto com assalariados livres. Uma notícia sobre a corte ducal divulgada pelo autor da *História genealógica* afirma que aí havia “*dous moços da mantearia, que punham a mesa e copa, e dous servidores escravos para irem por água e lavarem a prata*”. Aos cativos dos estábulos competia “*alimpar os cavalos e mulas e fazerem o serviço da estrebaria e irem buscar cevada e palha*”<sup>143</sup>. Quando, no decurso da viagem que em 1573 empreendeu pelo Alentejo e Algarve, o rei D. Sebastião chegou ao paço de Vila Viçosa escravos e criados do duque encarregaram-se prontamente das montadas dos seus acompanhantes e serviram-nos de esplêndidas iguarias<sup>144</sup>.

#### *Outros escravos*

Nome	Caracterização	Idade	Função
António	Índio	30 anos	Da cozinha
António	Preto; quebrado	20 anos	Da mantearia
António Longo	Preto	30 anos	Da estrebaria
Bartolomeu Freire	Mourisco; casado c/ mulher branca	60 anos	Das obras
Bastião	Preto cafre	60 anos	Do Roncão
Bastião Fernandes	Índio; casado	55 anos	Tecelão de sedas
Diogo Carvalhim	Preto	22-24 anos	Da cozinha
Diogo de Oliveira	Mourisco	30 anos	Da estrebaria
Diogo Lopes	Preto	30 anos	Da mantearia
Domingos	Preto; c/ um olho quebrado	60 anos	Da estrebaria
Domingos	Índio; estava preso	25 anos	
Fernando	Índio	25 anos	Varria a casa do duque
Francisco	Preto; bem disposto	25 anos	Varredeiro
Francisco das Orelhas	Índio	20-25 anos	Servia nos teares
Francisco de Bragança, de alcunha Baco		50 anos	Cozinheiro
Gregório	Preto; quebrado e fujão	35 anos	Da estrebaria
Joane	Preto; c/ os dentes limados	30 anos	Em poder de Gomes Cide
Joane	Índio	25 anos	Broslador que servia em casa

<sup>143</sup> - Jorge Fonseca, “Escravos em Vila Viçosa”, *Callipole*, n.º. 5/6, 1997/1998, p. 30-31.

<sup>144</sup> - Francisco de Sales Loureiro, *Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve (...): texto do cronista João Cascão*, p. 132-133.

			da duquesa
João Fino	Preto; derreado das cadeiras	70 anos	Da estrebaria
Jorge	Preto	26-28 anos	Da estrebaria
Lourenço	Preto	24-25 anos	Varredeiro que servia as mulheres de D. Catarina
Luís	Preto cafre	30 anos	Da estrebaria
Martinho, Dente de Mula	Preto	70 anos	Da estrebaria
Pedro	Preto	18 anos	Da reposta
Pêro Barbosa	Preto; manco de uma perna	70 anos	Das obras
Teodósio	Turco	35 anos	Da estrebaria

Incluía-se também naquele número dez escravas e um escravo adstritos à casa da duquesa viúva D. Brites de Lencastre<sup>145</sup>.

*Escravos que estavam em casa da duquesa viúva D. Brites de Lencastre*

Nome	Caracterização	Idade	Função
Catarina	Preta	16-18 anos	
Catarina, a Grande	Preta	30 anos	Da botica
Constança	Índia	35 anos	
Francisca	Preta	20 anos	
Jerónima	Preta	25-30 anos	Da câmara
Joana	Preta	30 anos	
Mariana	Preta	30 anos	
Mariquita	Preta	16-18 anos	
Marquesa	Preta	35-40 anos	Conserveira; da botica
Violante	Índia; dada por D. Constantino à duquesa	16-18 anos	
Pedro		20 anos	Varredeiro

A utilização de escravos pelos nobres em ocasiões festivas, como forma de ostentarem riqueza e estatuto social era frequente, bastando que surgisse a oportunidade para isso. Quando a expedição de Alcácer Quibir estava prestes a iniciar-se, em Junho de 1578 e o exército se reuniu em Lisboa para embarcar rumo ao seu trágico destino, os principais chefes militares apareceram ao rei revestidos da maior pompa, eles e os seus

<sup>145</sup> - Paço Ducal de Vila Viçosa, BDMII, Res., Ms. 18, f. 51 v., 56 v. e 84-84 v.

homens. O testemunho de um contemporâneo é bem expressivo do seu ilusório propósito: “ Não era menos ver como os fidalgos vestiram todos a sua gente, uns de grã, outros de raxa de mescla e tamete, isto assim a escudeiros e pagens como a lacaios e escravos, cada um de sua libré de suas cores e alguns os vestiram de calças e gibões de seda de cor de sua libré” <sup>146</sup>. Parte desses escravos acompanharia os donos na invasão de Marrocos e na malograda batalha, ficando alguns prisioneiros, como Bernardo do Rego, do bispo de Coimbra D. Manuel de Meneses e Bastião, de Rui de Melo Pereira, ambos resgatados ao fim de 12 anos de cativo e libertos, depois disso, da escravidão <sup>147</sup>. Muitos outros certamente morreram durante o combate.



*Livro de Horas de D. Fernando ( Mês de Maio ) – M.N.A.A.*

<sup>146</sup> - Alexandre Herculano, *Opúsculos*, v. VI, p. 101.

<sup>147</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Privilégios, Liv. 5, f. 251 – 6.2.1590.

Uma das iluminuras do *Livro de horas do infante D. Fernando*, do Museu Nacional de Arte Antiga, inclui, como ilustração do mês de Maio, um cortejo aristocrático em que participa um laçao negro entre os peões que acompanham os nobres cavaleiros <sup>148</sup>. Para evitar o exagero de a aristocracia andar acompanhada de numerosos séquitos D. Sebastião acabou por os limitar a “*dous pages a pé e dous homens de esporas e um escravo em pelote, com mandil, sem capa*”, por mais nobre que fosse o respectivo estado e qualidade. Quanto aos moços fidalgos, até se casarem, só teriam direito a um pagem, um homem de esporas e um escravo <sup>149</sup>. Nicolau de Castro era dono de Luís, que andava “*diante dele com o mandil*” <sup>150</sup> e de “*outro mulato, o qual traz[ia] diante de si, com capa, por moço de esporas*” <sup>151</sup>. O corregedor Manuel de Almeida dispunha de Mateus, seu cativo que andava “*com capa e espada diante seu senhor*” <sup>152</sup> e trazia o cabresto na mão <sup>153</sup>. Era também assim que se deslocava Damião de Góis, o Guarda-mor da Torre do Tombo, quando saía para ouvir missa no mosteiro de S. Bento <sup>154</sup>. Quanto a Alé, de Fernão Rodrigues de Castelo Branco, Provedor-mor dos Armazéns do reino, servia-o “*de alimpar e curar cavalos na estrebaria e também tinha cuidado de apanhar os cavacos que se faz[ia]m das naus na Ribeira para casa de seu senhor*” <sup>155</sup>.

Igualmente ao serviço das classes superiores se encontravam o mouro Yça, cativo do conde de Portalegre que aprendia a cozinheiro na cozinha da rainha <sup>156</sup>, o turco João

---

<sup>148</sup> - Annemarie Jordan, “Images of empire: slaves in the Lisbon household and court of Catherine of Austria”, *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 170

<sup>149</sup> - Duarte Nunes de Leão, *Leis extravagantes...*, f. 116.

<sup>150</sup> - O *mandil* era um pano de lã grosso destinado a limpar os cavalos ( R. Bluteau, *Vocabulário português e latino*, tomo V, p. 285-286.

<sup>151</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 351, f. 2 – 7.1.1564.

<sup>152</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 2863, f. 2 – 18.4.1562.

<sup>153</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.853, f. 2 – 20.6.1564.

<sup>154</sup> - José Pedro Paiva, « Católico sou e não luterano : o processo de Damião de Góis na Inquisição (1571-1572) », *Damião de Góis, um humanista na Torre do Tombo*, p. 24.

<sup>155</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 6636, f. 5 – 6.9.1553.

<sup>156</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 6440, f. 4 – 12.2.1556.

Coelho, que era comprador do conde de Vimioso <sup>157</sup> e Maria de Mendonça, mourisca da comendadeira de Santos e sua “ *compradeira*” <sup>158</sup>. Pedro, indiano do juiz do cível Diogo Lopes, entre as certamente numerosas funções que lhe cabiam, contava a de transportar, entre a casa e a igreja, a cadeira do seu senhor. Como o escravo não queria assistir à missa, assim que lhe punha a cadeira na igreja, “ *torna[va] a sair pela porta fora e torna[va] a vir à igreja ao tempo que tang[ia]m os sinos a levantar a Deus, por que o não ach[ass]e menos seu senhor, para lhe tornar a trazer a cadeira para casa*”, falta que teve que confessar à Inquisição <sup>159</sup>.

Se da família real e das classes mais elevadas passarmos para os proprietários comuns encontraremos principalmente, no sector dos serviços, escravos domésticos, votados ao trabalho quotidiano das habitações da cidade. Ele compreendia, no interior das mesmas, a limpeza, a confecção dos alimentos, servir à mesa, preparar e amassar o pão, cuidar das crianças, coser a roupa e tarefas semelhantes e, no seu exterior, entre outras, ir às compras, lavar roupa e acarretar água das fontes públicas. É bem conhecida a breve descrição que Nicolau Clenardo fez a um seu correspondente na Flandres do esforço das escravas em Portugal: “ *Difícilmente se encontrará uma casa em que não haja pelo menos uma escrava destas. É ela que vai ao mercado comprar as coisas necessárias, que lava a roupa, varre a casa, acarreta a água e faz os despejos à hora conveniente [...]*” <sup>160</sup>.

Mas também o teatro e a arte quinhentistas se fizeram, por vezes, eco do seu dia-a-dia. A Velha do *Auto das regateiras*, de António Ribeiro Chiado, prometeu ao pretendente da filha “ *uma escrava / que trabalha como zeina [azinha] / amassa e*

---

<sup>157</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 9519, f. 2 – 7.2.1562.

<sup>158</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 3184, f. 2 – 13.8.1555.

<sup>159</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 6223, f. 18 v. – 7.6.1558.

<sup>160</sup> - “ *Ea foris emit quoquumque opus est, lavat vestes, verrit pavimentum, fert aquam, effert suo tempore faeces domesticas et humanas [...]* » ( A. Roersch, *Correspondance de Nicolas Clénard*, v. I, p. 54 ; tradução de M. Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal*, v. I, p. 253).

*esfrega e lava*”, a quem mandava lavar a louça, peneirar a farinha, fazer fermento e ir buscar água ao chafariz, tarefa que já lhe tinha valido partir uma talha, quatro potes e um asado. A propósito dela ordenava à filha: “ - *E diz àquesse cadelão / que trabalhe e não se assente, / e mais dize-lhe que aquece / água pera esse leitão / que depene essas galinhas / e os patos e os coelhos / a casa pareça espelhos* “ <sup>161</sup>. O capelão da *Farsa dos almocreves*, de Gil Vicente, queixava-se ao fidalgo, que não lhe pagava, de ter muitas funções além do seu cargo, como “ *ter carregos dos gatos / e dos negros da cozinha*” <sup>162</sup> Na comédia *Aulegrafia*, de Jorge Ferreira de Vasconcelos, o mulato era mandado à rua a buscar peixe e marisco <sup>163</sup>. A negra da *Lamentação do clérigo*, de Anrique da Mota, entornou ao dono o vinho de uma pipa, o que lhe valeu ser ameaçada por ele de um terrível castigo <sup>164</sup>.

Sassetti, referindo-se aos escravos em Portugal, defendeu que eram os chineses os mais talentosos cozinheiros, por serem “ *homens de grande inteligência*” <sup>165</sup>. Mas esses eram muito poucos. A maior parte eram negros. São também mencionados indianos nesse ofício, como Bastião de Oliveira, “ *índio de nação de Malavares*” do arcebispo D. Jorge de Almeida <sup>166</sup> e António, índio e cozinheiro de D. Ana de Ataíde, a quem fugiu em 1587 para Gibraltar <sup>167</sup>.

---

<sup>161</sup> - *Teatro de António Ribeiro Chiado ( Autos e práticas )* ( Org. Cleonice Berardinelli e Ronaldo Menegaz ), p. 123-124, 165 e 174-175.

<sup>162</sup> - Gil Vicente, “ *Farsa dos almocreves*”, *Copilação de todas as obras de Gil Vicente*, v. II, p. 498.

<sup>163</sup> - Jorge Ferreira de Vasconcelos, *Comédia Aulegrafia*, p. 19 e 20.

<sup>164</sup> - *Obras de Anrique da Mota*, p. 45-46.

<sup>165</sup> - Filippo Sassetti, *Lettere...*, p. 25.

<sup>166</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Liv. 69, f. 150 – 26.4.1585.

<sup>167</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 260, f. 121 – 16.2.1587.



*Livro de Horas de D. Manuel ( Mês de Janeiro ) – M.N.A.A.*

A representação artística mais evidente da escravatura doméstica é a conhecida miniatura do *Livro de horas* dito *de D. Manuel*, da primeira metade do século XVI, existente no Museu Nacional de Arte Antiga. Trata-se da ilustração do mês de Janeiro, no fólio 5, cujo motivo principal é uma família burguesa recolhida em casa, enquanto o fogo crepita na lareira e o frio aperta no exterior. Junto à mesa coberta por uma toalha branca o casal toma uma refeição, acompanhado por dois filhos e, ao fundo e voltado para o observador, um negro, provavelmente escravo, que aguarda ordens, depois de ter servido os donos. Uma outra cena, num compartimento anexo, certamente a cozinha, mostra aparentemente o mesmo escravo à espera de receber a comida que a cozinheira tira de uma panela pousada no chão. Apesar da influência da pintura nórdica nas iluminuras do livro, patente na arquitectura dos edifícios, nos moinhos de vento e noutros pormenores, esta ilustração é um testemunho eloquente da importância dos

negros e cativos no Portugal da época, nomeadamente no quotidiano doméstico de Lisboa e outros centros urbanos. A alusão ao país das descobertas e do comércio planetário é retomada, sob outras formas, no fólho 25 do livro, com a representação da Ribeira lisboeta, com o Paço régio, a Casa da Índia e as naus, em terra e no rio, assim como no fólho 98 v. – *Repouso na fuga para o Egipto* - em que se mostram negros, paisagens e animais exóticos, aspectos que se repetem noutras páginas do códice <sup>168</sup>.

Outra representação, menos veemente embora, é a de uma serva negra com um cesto à cabeça - que contém uma oferta encoberta por uma toalha - incluída na pintura de Garcia Fernandes e Jorge Leal *O nascimento da Virgem* <sup>169</sup>. Inserida numa pintura de tema religioso, o pormenor ressalta dela, no entanto, como um flagrante da vida social do tempo, com significado autónomo. Jovens escravas com semelhante aspecto e atitude circulavam todos os dias pelas ruas de Lisboa, às ordens dos respectivos senhores.

Não deve também ser esquecido o retrato de *Catarina*, escrava ou criada negra de João Brandão, feitor do rei de Portugal em Antuérpia, que Albrecht Dürer imortalizou e pertence ao Museu dos Uffizi, em Florença <sup>170</sup>. Levada que foi, provavelmente, de Lisboa por esse agente da coroa, a jovem constitui um exemplo da exportação, temporária ou definitiva, que os portugueses promoveram da sua escravatura doméstica. Como sucedeu com Joana, de 24 anos, que saiu de Lisboa com um estudante “*para o servir em Salamanca*” e acabou por ser aí vendida quando o dono praticou um crime de homicídio <sup>171</sup>. O mesmo aconteceu com os escravos que os cristãos-novos fugidos do

---

<sup>168</sup> - *Livro de horas de D. Manuel* ( estudo de Dagoberto Markl ), p. 9-47, 70-79 e respectivas estampas.

<sup>169</sup> - Annemarie Jordan, “ Images of empire: slaves in the Lisbon household and court of Catherine of Austria”, *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 168

<sup>170</sup> - Hans Pohl, “ Os portugueses em Antuérpia ( 1550-1650 )”, *Flandres e Portugal*, p. 53; Eddy Stols, “Gustos y disgustos en la confrontación y el intercambio alimenticios entre España y Flandes ( Siglos XVI-XVII), *España y las 17 Provincias de los Países Bajos*, p. 614.

<sup>171</sup> - Vicenta Cortés, *La esclavitud en Valência durante el reinado de los Reyes Catolicos*, p. 360 – 20.6.1508.



país levaram consigo, convertendo-os à lei de Moisés, para os países de destino da diáspora judaica <sup>172</sup>.

A mais significativa obra de arte alusiva à presença de negros e escravos na cidade e no país é, apesar de tudo, a já mencionada representação do *Chafariz del Rei*, de autor desconhecido, descoberta há poucos anos por Vítor Serrão e actualmente numa colecção particular. O tema central da pintura é o mais movimentado fontanário público da cidade e os seus frequentadores diários, em grande parte escravos, libertos e gente de cor. Muitos desses indivíduos eram mandados pelos donos a recolher e transportar a água necessária às lides domésticas, outros eram negros e negras *do pote*, escravos a quem os senhores permitiam que enchessem água nos chafarizes e a vendessem pela cidade, embora cobrando-lhe uma parte fixa do que ganhavam. Uns e outros contribuíam para fazer daquele local um sítio pleno de animação, em que os conflitos se desencadeavam com facilidade. Provam-no as várias posturas emanadas do município com o fim de garantir o normal funcionamento desse equipamento colectivo.

Uma forma de o conseguir foi a simples proibição da entrada no recinto da fonte a todos os negros e mouros, fossem escravos ou libertos. O impedimento era extensivo ao vizinho Chafariz dos Cavalos. Segundo a postura que o determinou essa decisão foi causada pelos “ *muitos inconvenientes que havia*” na admissão de indivíduos de cor, “*pelas muitas vexações que faziam às pessoas que iam encher, impedindo-lhe tomarem água, ocupando todas as bicas e fazendo-se senhores delas, vendendo a liberdade de encherem por dinheiro e fazendo outras muitas moléstias de que o Povo receb[ia] grande escândalo e prejuízo*”. Os que lá fossem encontrados seriam condenados a dez dias de cadeia e a 2.000 reais de multa. Se o dono não quisesse pagar a importância, os

---

<sup>172</sup> - Pedro de Azevedo, “ Cartas de alforria “, *Arquivo Histórico Português*, v. VIII, p. 443.

infractores seriam vendidos em pregão, para que a multa fosse paga com o produto da venda <sup>173</sup>.

O radicalismo da medida fê-la por certo fracassar. A actividade de aguadeiro ou a simples recolha da água pelos escravos e escravas domésticos era, como se sabe, das mais comuns neste estrato populacional e de flagrante utilidade para todos os habitantes. Talvez por isso outra ordem foi aprovada em 1592, a título experimental ( “ *pera se ver o proveito que resultava de se dar nisso ordem por agora, enquanto a cidade não mandasse o contrário* ” ): atribuir três bicas aos brancos e outras tantas aos negros, assinaladas, umas e outras, com cruzeiras brancas e pretas. Quem enchesse nas bicas erradas seria condenado segundo as posturas. Uma adenda posterior mostrava que o receio e prevenção se voltavam apenas contra os negros e não contra qualquer pessoa: “ *E o preto que fosse compreendido em tomar água nas bicas dos brancos incorresse em pena de 500 reais e oito dias da cadeia. E não querendo os senhores dos pretos pagar a dita pena, dar-se-ão vinte açoutes junto do chafariz ao escravo e será solto* ” <sup>174</sup>.

A medida deve ter resultado, pois nova determinação, certamente posterior, veio a confirmar e especificar melhor a separação das bicas, dessa vez também com discriminação de sexos. Pela nova postura o acesso à água ficou assim distribuído:

“ *Que na primeira bica indo da Ribeira pera ela encherão pretos forros e cativos e assi mulatos, índios, como os mais cativos que forem homens. E logo na segunda seguinte poderão encher os mouros, somente água que for necessária pera suas aguadas e tendo cheios seus barris ficará a dita bica pera os mesmos negros e mulatos. E na terceira e quarta, que são as duas do meio, encherão nelas os homens e moços brancos. Na quinta seguinte logo encherão as mulheres pretas, mulatas, índias forras e*

---

<sup>173</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, C 7 ( Livro de posturas de 1511 a 1665), f. 151.

<sup>174</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, Livro B 13 ( Assentos da Câmara de 1591 a 1609 ), f. 15 v. – 26.9.1592.

*cativas. Na derradeira bica da banda de Alfama encherão as mulheres e moças brancas”.*

As pessoas livres, incluindo as libertas, que infringissem o regulamento seriam penalizadas com 2.000 reais de multa e dez dias de prisão e os escravos seriam publicamente açoutados, com baraço e pregão, junto do chafariz <sup>175</sup>.

A recolha de água a troco de dinheiro, destinada a quem não quisesse ter o trabalho de a fazer pelos próprios meios ou através dos seus escravos ou criados, acabou por ser limitada a indivíduos livres e a escravos forros e vedada aos cativos, assim como aos forçados das galés <sup>176</sup>.

O recinto do chafariz devia ser um dos locais mais frequentados de Lisboa. O Padre Duarte de Sande, na descrição que fez da cidade em 1584, aquando da primeira embaixada do Japão à Europa, referiu-se assim ao Chafariz del Rei: “ *É de boa construção e todo de pedra mármore. De uma nascente próxima recebe as águas, que naquela cidade são abundantes e as lança por bocas muito espaçosas e bem trabalhadas, sendo tal a concorrência de servos e criados que a vão buscar que até pela noite adiante ali estão em carreira esperando a sua vez*” <sup>177</sup>.

Tal afluência obrigava à tomada de medidas que impedissem a demasiada concentração humana, com os inconvenientes que dela poderiam advir para a ordem pública e que facilitassem o acesso à fonte. Como se observa na pintura que estamos a considerar o local era caracterizado por uma certa confusão entre quem ia encher os cântaros e pessoas que simplesmente conversavam junto ao muro, mendigos que pediam esmola, pela venda de bebidas e outros produtos, vasilhas caídas e até cenas de violência. Devia ser esse o dia-a-dia daquela zona da Ribeira, como doutras da cidade. O município procurou por isso impedir que brancos e negros ali estivessem “*parados*

---

<sup>175</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chanc. da Cidade, C 7, f. 149.

<sup>176</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, C 7, f. 97, 99 v. e 149.

<sup>177</sup> - António José Figueiredo, “Lisboa em 1584”, *Arquivo pitoresco*, v. VI (1863), p. 85.

no chafariz [...] e de redor dele, assim com quartas e potes na mão cheias de água, sem se irem com elas ” ou, então, “ *parados sem quartas nem potes nem terem que fazer ali, só a fim de, com sua estada, poderem estar tratando algumas cousas danosas contra o serviço de Deus Nosso Senhor e bem da República* ”. Para esse fim determinou as penas em que cairia quem não fosse ao local senão recolher a água e ir embora <sup>178</sup>.

Em 1590 um escravo do doutor Heitor de Pina foi acusado à justiça por Gonçalo Fernandes, trabalhador, porque “ *estando no chafariz tomando água pelejaram sobre o tomar da água, de que ele [ escravo ] lhe fizera arranhaduras e o ferira no beijo de cima com uma faca* ” <sup>179</sup>. A Velha do Auto das regateiras, de Ribeiro Chiado, atribuía a demora da negra na rua a “ *estada de chafariz* ” e ameaçava metê-la na ordem <sup>180</sup>.

Importante era também a lavagem de roupa. João Brandão de Buarcos contou 3.500 lavadeiras e ensaboadeiras na cidade e no seu termo, entre as quais havia muitas escravas, que ganhavam 300 reais por semana <sup>181</sup>. Portanto, além das cativas que só lavavam a roupa de casa dos donos existiam outras que trabalhavam nesta actividade em benefício de terceiros (que não tinham escravos, certamente) e o faziam por conta própria, como *negras de ganho*, embora dando aos senhores a prestação combinada. Uma postura da câmara impedia a qualquer pessoa, incluindo escravos e escravas, lavar roupa no “ *cano real* ” do Terreiro do Paço <sup>182</sup>. Entre os escravos que integraram o dote de casamento de D. Pedro de Castelo Branco com Francisca Calva havia uma “ *lavandeira por nome Maria* ” <sup>183</sup>.

O autor atrás mencionado não deixou de referir o grande número de escravas e negras forras que se encarregavam dos despejos da população de Lisboa : “ [...] *andam*

---

<sup>178</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, C 7, f. 99 v.

<sup>179</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 13, f. 188 v. – 17.12.1590.

<sup>180</sup> - *Teatro de António Ribeiro Chiado*, p. 146.

<sup>181</sup> - João Brandão, “ Magestade e grandezas de Lisboa em 1552 ”, *Arquivo Histórico Português*, v. XI, p. 57.

<sup>182</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chanc. da Cidade, C 7, f 111.

<sup>183</sup> - TT, FN, Cart. 7 A, Cx. 13, Liv. 60, f. 6 v. – 3.2.1584.

*mil negras de canastra e, porque são de mais baixo espirito que as que andam à água, lhe dou a XXX reais por dia”* <sup>184</sup>. Eram também escravas, na sua grande maioria, por certo, atendendo à natureza do trabalho, só suportável por quem, além de ter “*baixo espirito*”, era obrigado.

O transporte dos dejectos domésticos era feito em bacios colocados dentro de canastras que as negras carregavam. Como actividade potencialmente atentatória do bom ambiente da cidade - apesar da sua utilidade – várias posturas camarárias tinham por fim diminuir os seus efeitos mais nocivos. Uma delas obrigava a que “*toda a negra ou pessoa outra que anda[sse] ganhando a levar bacios e cisco ao mar*” o fizesse “*em canastras cerradas e de tal altura que p[udesse]m caber nela os ditos bacios e cerrar-se de maneira que não [fosse]m vistos pelo povo*”. Quanto aos particulares que levassem os despejos das suas próprias casas – ou, mais vulgarmente, os seus criados e escravos – poderiam fazê-lo, de noite, como quisessem mas, de dia, fá-lo-iam igualmente em canastras <sup>185</sup>.

Outra impedia que quem se dedicasse a tal actividade descansasse pelo caminho, pousando as canastras, vazias ou cheias, ou fizesse ajuntamento, como era hábito. Antes teria que seguir “*seu caminho direito*” até ao destino, que era a praia <sup>186</sup>. Também aí os regulamentos teriam que ser cumpridos, não podendo os despejos ser lançados fora dos cais que a isso estavam destinados pela câmara, em Alfama e Boa Vista, vazando os recipientes “*dentro n’água, indo pelas escadas abaixo*” e não deixando sujidades no próprio cais <sup>187</sup>.

O anónimo autor do *Retrato e reverso do Reino de Portugal* não esqueceu as negras da canastra ao descrever, em tom particularmente crítico, os costumes

---

<sup>184</sup> - João Brandão, Ob. cit., p. 76.

<sup>185</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da Cidade, C 7, f. 104 v.

<sup>186</sup> - Idem, f. 110.

<sup>187</sup> - Idem, f. 105.

portugueses. Depois de se referir ao hábito lisboeta de lançar as águas e as imundícies pelas portas e janelas, acrescentou: “ *Além disso, as pretas costumam levar, de dia, para o mar os bacios dos escrementos, que muitas vezes lhes caem pelas ruas e acerca do que aqueles sábios, que sobre cada pêlo fizeram uma lei, não souberam ainda ordenar que sejam levados de noite. De todas estas coisas resulta uma lama e uma chuva contínua e um fedor enorme pelo que e com razão aquela gente usa sempre chapéu e borzeguins e anda a cavalo [...]*” <sup>188</sup>. As posturas transcritas mais atrás mostram que, efectivamente, a vereação da cidade não achava vantajoso restringir ao período nocturno o transporte dos despejos.

Alguns dos cuidados higiénicos eram extensivos à descarga de lixo ao longo do rio. Com esse fim as autoridades proibiram que escravos ou outras pessoas lançassem lixo “ *do Cais da Rainha até ao Cais da Pedra, assim ao longo da praia como em todo o terreiro dos Paços da Ribeira*”, só o podendo fazer “ *ao marco de pedra que está além do Chafariz del Rei, onde soía estar a Ponte da Madeira*” <sup>189</sup>. Os escravos e outras quaisquer pessoas estavam também impedidos de deitar imundícies no terreiro do Corpo Santo e nas suas imediações até ao mar ( ou ao rio, como hoje diríamos ) <sup>190</sup>.

De natureza muito diversa era a profissão de Luís Ferreira, preto do Congo, pertencente a um boticário morador no Poço do Chão. Era *mestre de armas*, actividade que devia praticar em benefício de particulares interessados no seu ensino ( dividindo com o dono as respectivas receitas ) e que lhe deve ter valido a alforria, que comprou em 1586 <sup>191</sup>. Era também muito comum o uso de cativos, nas camadas sociais mais

---

<sup>188</sup> - “ *Le medesime strade vengono ad esse ri condotti delle spurcitie, oltre a che le negre sogliano portare di giorno al mare i vasi degli escrementi, che spesse volte loro cascano per le strade, e sopra cui le urta e quelli secanti, che sopra ogni pelo han fatto una legge non hanno ancor saputo comandare, che siano portati di notte. Dalle quali cose tutte vien causati un fango una pioggia continua, et un puzzo grandissimo percio com ragione quelle genti portano continuamente il capello e i burzachini, e vanno à cavallo [...]*” ( A. H. de Oliveira Marques, *Portugal quinhentista*, p. 194-195. Tradução deste autor ).

<sup>189</sup> - Idem, f. 103 v.

<sup>190</sup> - Idem, f. 111

<sup>191</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 3, Liv. 14, f. 133 v. – 25.2.1586.

abastadas, como moços de estribeira, para cuidarem de cavalos, carruagens e arreios, a exemplo do que sucedia com a família real e com a principal nobreza. Em 1557 o Secretário Pedro de Alcáçova Carneiro recebeu de Álvaro de Carvalho, de Mazagão, certa encomenda de pano e “ *um mouro [...] bem disposto pera o mandil, por ser de uns que não sab[ia]m do mar*” (e, por isso, não podia fugir) <sup>192</sup>.

Alguns cativos eram elementos de confiança dos donos, que lhes entregavam tarefas de responsabilidade. Baltasar Rodrigues, que morava junto à Misericórdia, ordenou no seu testamento que o índio António Rodrigues, escravo que há muito o servia, continuasse ao dispor da mulher até à morte desta. Admitiu, no entanto, que nesse período o Provedor e irmãos daquela instituição de assistência pudessem usar os seus serviços, nomeadamente: “ *pera as cobranças das dívidas e letras da Santa Casa ele, por ser fiel nelas, as poderá cobrar por ser práctico nisso e conhecer bem os mercadores*” <sup>193</sup>. O escravo estava, portanto, habituado a proceder à cobrança de dívidas a mercadores da cidade. Talvez o dono se ocupasse no abastecimento de produtos ao mercado urbano ou emprestasse dinheiro a juros e o cativo actuasse como seu agente nas relações com os clientes. Era, sem dúvida, uma função que exigia, além do conhecimento da escrita, competência e fidelidade. João Pinto, de 21 anos, preto ladino e escravo do mercador Vicente Pinto, “ *sabia ler e escrever*”, como ele próprio afirmava, o que o tornava um auxiliar valioso do senhor <sup>194</sup>.

O Hospital de Todos os Santos, instituição de assistência que a partir de 1492 agregou as inúmeras confrarias medievais de vocação hospitalar da cidade, devia, de acordo com o respectivo regimento, recorrer a mão-de-obra escrava na concretização dos seus objectivos e contava com uma fonte segura para a obter. Era esta a doação por D. Manuel, em 1515, de uma peça de escravo por cada navio que chegasse a Lisboa,

---

<sup>192</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 101, Doc. 64 – 13.6.1557.

<sup>193</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 12, Liv. 43, f. 146 – 27.5.1599.

<sup>194</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 4031, f. 2 – 30.12.1552 e Procº. 10.832, f. 2 – 30.12.1552.

vindo da Guiné, com carga de cativos, quer fosse o rei o armador quer fossem os seus rendeiros. Tal *esmola* destinava-se a suprir a falta de rendimentos do hospital <sup>195</sup>. Isto poderia levar a concluir que se tratava de uma simples forma de obtenção de recursos, podendo a instituição vender os escravos que recebesse. O *Regimento* da mesma determinava, no entanto, o emprego de seis cativos na sua actividade diária, o que a obrigava a conservar alguns deles ao seu serviço:

“ *Item ordenamos [...]que haja nele quatro escravos do dito espiritual pera varrerem e pera qualquer outro serviço que nele se haja de fazer e que lhe for mandado que façam. Item ordenamos que haja mais no dito espiritual duas escravas que sejam dele pera ajudarem a lavandeira a lavar a roupa* ” <sup>196</sup>.

Entre as tarefas dos quatro cativos incluía-se a de limpar “ *os camareiros em que os enfermos houverem de fazer suas necessidades* ” – os respectivos bacios – e lavar “ *as necessárias do espiritual* ” – as sanitas, como diríamos hoje – uma vez por semana, no Inverno e duas, no Verão, para as mesmas estarem “ *limpas e fora de mau cheiro* ” <sup>197</sup>. Competia-lhes também cuidar regularmente das camas dos doentes e mudar-lhes a roupa, arejá-las, revolvê-las e substituir a roupa estragada, pelo menos uma vez por mês, tudo sob a superintendência do hospitaleiro <sup>198</sup>. Mais uma vez, tratava-se de tarefas sujas e que exigiam pouca especialização.

O compromisso do Hospital das Caldas da Rainha, criado por D. Leonor, datado de 1512, previa também o emprego de escravos ao serviço dos doentes e da instituição que os acolhia. Deviam ser nove esses cativos: uma “ *amassadeira de pão*”, um *cozinheiro* ou *cozinheira* – a quem seria dada uma *ajudante* da mesma condição – duas

---

<sup>195</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana. África Ocidental ( 1500-1569 )*, 2ª. Série, v. II, p. 118-119.

<sup>196</sup> - Abílio José Salgado e Anastásia Mestrinho Salgado, *Registos dos reinados de D. João II e de D. Manuel I*, p. 455.

<sup>197</sup> - Idem, p. 484.

<sup>198</sup> - Idem, p. 490.



*lavadeiras*, um *acarretador* de tudo o que fosse necessário à casa, um *hortelão*, um *vaqueiro* e um *pastor* das cabras e ovelhas <sup>199</sup>

Outras instituições dispunham de escravos para o respectivo serviço, como a ermida de Nossa Senhora da Atalaia, perto do actual Montijo, centro de peregrinação das populações ribeirinhas, incluindo a de Lisboa. A ermida recebia dádivas em jóias de ouro e prata, tecidos, ornamentos e também em escravos <sup>200</sup>, que depois vendia para obter rendimentos a aplicar em obras necessárias à mesma <sup>201</sup> ou mantinha ao serviço do santuário. Em 1537 estavam como guardas deste dois homens da localidade e o escravo Lourenço, “ *que estava bom e servia a dita casa* ” <sup>202</sup>.

Fora do plano económico, outra função da escravatura era a de proporcionar aos donos um meio fácil e discreto de satisfação das necessidades sexuais, nomeadamente aos do sexo masculino. Em muitos casos esse relacionamento tinha como efeito produzir novos escravos que iam aumentar o património dos seus donos e pais, do que existem numerosos testemunhos na documentação da época. Este aspecto será desenvolvido mais à frente, ao abordarmos as relações entre senhores e cativos.

A título de conclusão, podemos ter por certa a intervenção dos escravos na Lisboa de Quinhentos, tal como no resto do país, em tudo quanto fosse útil aos senhores: em trabalhos violentos - como nas forjas da coroa e nas fábricas de biscoito – sujos – do que é exemplo o carregamento dos dejectos da cidade - em tarefas triviais no artesanato, no comércio ou na intimidade dos lares, como barqueiros e agricultores e também, por certo só uma minoria, como elemento de ostentação da coroa e dos nobres. Sem que o seu papel tenha sido essencial e indispensável ao funcionamento da economia e à existência da sociedade, ele foi mesmo assim importante, dispensando a

---

<sup>199</sup> - Augusto da Silva Carvalho, *Memórias das Caldas da Rainha*, Lisboa, Féria, 1932, p. 310.

<sup>200</sup> - Mário Balseiro Dias, *Visitações e provimentos da Ordem de Santiago em Aldeia Galega de Ribatejo*, v. II, p. 156.

<sup>201</sup> - Idem, p. 51.

<sup>202</sup> - Idem, p. 188.

população livre de muitas tarefas indesejadas e permitindo-lhe dedicar-se a trabalhos mais compensadores ou partir para os domínios de Além-Mar. Produto que foi da expansão ultramarina - nomeadamente a escravatura negra e indiana - ela veio também, por outro lado, torná-la mais viável, ao libertar pessoas e energias para as viagens de navegação, como tripulantes, para as guerras que o comércio e a colonização desencadearam, para o próprio comércio, como seus agentes em todo o mundo e para a ocupação de territórios, como nos arquipélagos atlânticos e no Brasil.

## 7 - CONDIÇÃO SOCIAL DOS ESCRAVOS

A abordagem da vida dos cativos conduziu, em muitos estudos sobre esta área do conhecimento do passado, a posições fortemente valorativas, quando não sentimentais, moralistas e militantes, acerca da sua condição e do tratamento que lhes era dado pelos senhores, como se aos historiadores coubesse o papel de juízes do passado, com base nos pressupostos ideológicos do seu próprio tempo. Essas atitudes deram origem, em relação à escravatura peninsular e como realçou Alexis Bernard, a duas correntes historiográficas distintas ou mesmo opostas: uma que este autor apelidou de “ *visão idílica da escravatura*”, em que incluiu, nos estudos sobre Espanha, autores como António Domínguez Ortiz, Bartolomé Bennassar e Alfonso Franco Silva – que tendia a destacar os aspectos mais benignos da vida dos escravos, que aproximavam a sua condição da dos criados livres e outra que procurava realçar a dureza da sua exploração pelos senhores e a violência em que se baseava a própria existência de relações escravistas, cujo principal representante seria Alessandro Stella <sup>1</sup>, mas em que poderia também, quanto a nós, ser integrada Aurélia Martin Casares, autora da tese *La esclavitud en la Granada del siglo XVI* <sup>2</sup> e de diversos outros estudos.

À primeira tendência se referiu também, relativamente a Portugal, Didier Lahon numa comunicação dedicada a este assunto, designando-a por “ *tese da doçura das relações escravagistas*”, em cuja escola incluiu Fortunato de Almeida, António Brásio, e Fernando Castelo Branco <sup>3</sup>. Se, quanto aos mais antigos historiadores mencionados – como Domínguez Ortiz e Fortunato de Almeida, as respectivas visões da questão foram

---

<sup>1</sup> - Alexis Bernard, “ Le logighe del profitto. Schiavi e società a Siviglia nel seicento », *Quaderni storici*, nº. 107, 2, p. 379.

<sup>2</sup> - Aurélia Martín Casares, *La esclavitud en la granada del siglo XVI*, Granada, Universidad, 2000.

<sup>3</sup> - Didier Lahon, “ L’esclavage au Portugal. Utopie et réalité », *Cahiers des Anneaux de la Mémoire*, nº. 3, p. 152-154.

certamente influenciadas pelo estado incipiente da investigação no seu tempo e por algum nacionalismo ( bem evidente no primeiro autor ) e, quanto a António Brásio, pela tendência para destacar a influência do Cristianismo nas relações entre donos e escravos, relativamente à historiografia mais recente as tendências manifestadas pelos autores veiculam sobretudo as respectivas premissas ideológicas, temperamentos e até circunstâncias da investigação. Reconhecendo, embora, a utilidade que teve para o conhecimento da escravidão peninsular a exploração de uma e outra perspectiva de estudo, pensamos que o futuro da investigação desta importante vertente das sociedades ibéricas da época moderna estará em se avançar na pesquisa das inúmeras fontes disponíveis com o propósito de descrever com objectividade e o possível distanciamento ( integrando-as no seu contexto socioeconómico e cultural ) as formas assumidas pela condição escrava, considerando como dado adquirido que a escravidão foi o mais opressivo e violento modelo de relações de trabalho praticado ao longo de toda a história, mas que nem sempre e em todos os locais ela se revestiu exactamente dos mesmos contornos, o que implicou diferentes graus de exploração e violência.

Encontrar a forma específica das relações escravistas que vigoraram no Portugal moderno, com as suas próprias diversidades internas, é o objectivo das páginas que se seguem.

### ***7.1 – Condições materiais***

Começemos pelas condições que suportavam a própria existência dos escravos e a sua produtividade: habitação, vestuário, alimentação e cuidados de saúde. Cabia aos senhores assegurá-las, no seu próprio interesse. O que sabemos delas? Em que se diferenciavam das da população livre, nomeadamente das camadas populares?

Sobre a habitação, aspecto raramente mencionado nas fontes, supõe-se geralmente que a maior parte vivia em casa dos donos, pois o mesmo sucedia com os criados. Também é conhecida a existência de muitos cativos que viviam “*por si*”, ou seja, à parte dos senhores, mas com a respectiva autorização, em casas destes ou não. Isso sucedia com os que gozavam da maior confiança dos donos, muitos deles “*escravos de ganho*”, que trabalhavam por sua conta mas dando àqueles parte do que auferiam na sua actividade. Eram, como vimos, muito numerosos em Lisboa. Nas cortes de 1524 foi pedida pelos representantes da cidade a proibição de qualquer escravo, branco ou preto, viver “*em casa per si*”, o que foi aprovado pelo rei. De acordo com essa decisão, os donos que em tal consentissem seriam multados em 10 cruzados por cada vez que a infracção fosse descoberta e os cativos que dela beneficiassem punidos com vinte açoites junto do pelourinho. O objectivo era dificultar roubos por parte desses ou doutros escravos, servindo as casas de esconderijos <sup>4</sup>. Uma postura das autoridades municipais ia também no sentido de impedir os escravos cativos de viverem “*sobre si*”, pelos mesmos motivos e com idêntica penalização para os donos infractores <sup>5</sup>.

Não sabemos que efeito alcançaram estas medidas. Sabe-se, sim, que em 1577 uma escrava de Filipa de Gouveia, viúva do doutor Afonso da Costa e “*dona*” da falecida infanta D. Maria, vivia com três filhos numa casa que a sua senhora possuía “*além da ponte de Alcântara*” <sup>6</sup>. Neste caso a escrava vivia em casa à parte, a alguma distância da dona. Mas noutros tratava-se, simplesmente, de anexos das habitações dos senhores, o que não implicava uma vida independente, pelo contrário. O comandante das galés da armada de África Diogo Lopes de Sequeira, filho do governador do estado da Índia com o mesmo nome, referiu no seu testamento, datado de Lisboa e de 1586, várias propriedades no Alentejo, entre as quais “*umas casas grandes*” no Alandroal e,

---

<sup>4</sup> - Duarte Nunes de Leão, *Leis extravagantes* ( 1569 ), Parte IV, Tít. V, Lei IX – 10.2.1545.

<sup>5</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da cidade, C 7, f. 137.

<sup>6</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 7, Liv. 30, f. 27 v. – 23.12.1577.

defronte delas, “ *três casas grandes, uma de pousada dos escravos e duas de estrebarias e um palheiro*” <sup>7</sup>. E o duque de Bragança D. Teodósio II, de acordo com uma memória de 1618, tinha no seu paço de Vila Viçosa “ *um terreiro todo cercado de casas [...] as quais casas esta[vam] as mais delas habitadas dos escravos casados do príncipe e de alguns outros criados a que se da[vam] as melhores deste lugar*” <sup>8</sup>.

Mesmo admitindo a ineficácia da proibição de os escravos viverem independentes dos donos – o que é admissível devido à existência de *escravos de ganho* em elevado número e à conveniência de tal regime para os próprios senhores, que assim se libertavam de grande parte da responsabilidade de cuidar deles – a grande maioria devia habitar junto dos senhores, nas suas residências ou em anexos próximos. Aí labutavam durante o dia e descansavam à noite, em camas montadas onde melhor conviesse ou fosse possível: em compartimentos a tal destinados, nos melhores casos, em corredores, vãos de escadas, cozinhas, palheiros ou estábulos, nos demais.

É conhecida a raridade do uso de leitos para dormir durante a época moderna. Mesmo em casas abastadas esses móveis, hoje vulgares, eram em pequeno número e neles se deitavam os donos da casa e poucos mais. Filhos, outros parentes, criados e escravos procuravam o descanso nocturno e a recuperação, em caso de doenças, em enxergões ou em colchões que se estendiam em estrados, por cima de arcas ou em *barras de cama* - armações desmontáveis formadas por dois cavaletes de madeira unidos por tábuas, sobre as quais eram postos enxergões – ou em esteiras estendidas no chão. Aí, tal como nos leitos, eram colocadas as peças que constituíam a *cama*: enxergão, colchão, lençóis, cobertores, cobertas, travesseiros, almofadas e fronhas <sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> - Rui Rosado Vieira, *Centros urbanos no Alentejo fronteiroço. Campo Maior, Elvas e Olivença*, p. 77-78.

<sup>8</sup> - Francisco de Moraes Sardinha, *Do famoso e antiquíssimo Parnaso (...) de Vila Viçosa* ( 1618 ), BN, Cód. 107, publicado por José Teixeira, *O paço ducal de Vila Viçosa*, p. 122.

<sup>9</sup> - Jorge Fonseca “ O interior doméstico em Montemor-o-Novo no século XVII”, *Almansor*, nº. 9, p. 165.

As fontes a que recorremos fornecem algumas informações sobre esses elementos da vida material dos escravos. A maior parte dizem respeito a cativos da família real, que serviam e dormiam no paço e, nessa medida, não espelham, por certo, as condições ao alcance da maior parte dos cativos. Outros referem-se aos escravos que trabalhavam nos fornos de Vale de Zebro, esses provavelmente com um nível de conforto abaixo da maioria dos seus irmãos de sorte. No primeiro caso, a duas mouras ao serviço da infanta D. Maria, irmã de D. João III, foram atribuídas em 1535 “ *dous colchões e quatro lençóis de pano de linho de 60 reais e um cobertor e uma manta e um chumaço e uma arca de pau* ” <sup>10</sup>. Portanto, caberia um colchão e dois lençóis a cada uma e um cobertor, uma manta e um chumaço a ambas. Se estas eram as únicas peças de cama dadas às duas cativas, estava implícito que dormissem juntas, o que era normal. A arca destinar-se-ia a guardar a roupa de vestir, mencionada no mesmo documento e os lençóis que não estivessem a uso. No mesmo ano foi dado a Helena, escrava da rainha D. Catarina, um colchão, dois lençóis, uma manta do Alentejo e duas fronhas <sup>11</sup>. A Joana e a Maria, ambas “ *novas* ”, mandou dar dois colchões, uma manta do Alentejo e outra branca de almáfega <sup>12</sup>. Um ano depois D. Catarina destinou as peças que constituiriam as camas de três escravas índias que tinham acabado de entrar ao seu serviço ( “ *que ora me vieram* ” ): *um colchão* a cada uma – dois de três ramos e duas varas de comprido e um, para a maior delas, de quatro ramos e do mesmo comprimento – *quatro lençóis* também para cada uma, de linho caseiro, *dois cobertores* – um de pano da Covilhã branco e outro azul – e *duas almofadas* a cada uma também <sup>13</sup>.

Em 1554, a dois escravos varredores, Bastião, índio e Nicolau, preto, foi mandado dar de cama um colchão de Ruão, cheio de lã e grande – com nove palmos e meio de

---

<sup>10</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 56, Doc. 82 – 22.9.1535.

<sup>11</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 54, Doc. 41 – 2.1.1535.

<sup>12</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 54, Doc. 39 – 2.1.1535.

<sup>13</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 58, Doc. 96 – 26.5.1536.

comprido e seis e meio de largo – quatro lençóis de Brabante, um chumaço, um cobertor “*de papa*” ( ou da serra ), uma manta do Alentejo e uma esteira de junco. Tratava-se, como acima, com as duas escravas, de uma cama única, que seria sobreposta à esteira, colocada no chão <sup>14</sup>.

Pelos casos observados conclui-se que aos escravos régios eram dados, a cada um ou a cada par – se dormissem juntos – um colchão, um chumaço ou duas almofadas para a cabeça, dois a quatro lençóis ( com predomínio desta quantidade ), um cobertor e uma manta. Pela mesma época, as escravas do duque de Bragança dispunham de um colchão, uma manta do Alentejo e lençóis para dormir <sup>15</sup>.

Em 1508 foi inventariada a roupa de cama e outras peças usadas para dormir pelos escravos em serviço no moinho dos fornos de Vale de Zebro, na margem sul do Tejo ( “*Roupa que têm os escravos, em que dormem* “ ). Talvez devido à humidade do local e das instalações, não dormiam no chão, com o colchão sobre esteiras, mas sobre “*barras de cama*” de madeira. A Rodrigo Velho, a Diogo Grande e a Leonor estavam entregues, a cada um, “*de bancos dous com sua barra de távoas*”. Os bancos eram as estruturas em que assentavam as extremidades da barra ou estrado. Sobre elas se dispunham “*enxergões de palha*” ou almadraques, mantas “*da terra*” ( de fabrico local ) e cobertas “*de almáfega*” ou burel ( pano grosseiro). Não foram mencionados lençóis nem chumaços ou almofadas para a cabeça. As condições de conforto destes cativos eram bem inferiores às que foram descritas mais atrás, dos que serviam no paço real, na outra margem do rio <sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 93, Doc. 120 – 3.10.1554.

<sup>15</sup> - Arquivo do Paço Ducal de Vila Viçosa, B. D. M. II, Res. 18 Ms., 84 v.

<sup>16</sup> - TT, Núcleo antigo, nº. 912, f. 4.



**“ Roupas que têm os negros em que dormem ”<sup>17</sup>**

**Rodrigo Velho**

<i>Item de mantas da terra velhas três</i> .....	iii
<i>Item de cobertas d’almáfega, uma velha e muito rota já</i> .....	i
<i>Item dous enxergões de palha de pano da terra</i> .....	ii
<i>Item de bancos três, com suas távoas de barra</i> .....	iii
<i>Item de mantas da terra uma usada</i> .....	i
<i>Item de cobertas uma velha</i> .....	i
<i>Item uma almadraque já velha, em lã</i> .....	i
<i>Item de bancos dous, com sua barra de távoas</i> .....	ii

**Lianor**

<i>Item de mantas da terra uma usada</i> .....	i
<i>Item uma almadraque já velha e rota</i> .....	i
<i>Item de bancos dous, com sua barra de távoas em pedaços</i> ...	ii
<i>Item de cobertas uma de burel, velha</i> .....	i

( ... )

**Diogo Grande**

<i>Item uma manta da terra, velha</i> .....	i
<i>Item um enxergão de pano de três</i> .....	i
<i>Item dous bancos com sua barra de távoas</i> .....	i

( ... )

**Cousas dos negros mais**

<i>Item duas cobertas d’almáfega velhas e rotas em pedaços já ..</i>	i
<i>Item duas mantas da terra usadas</i> .....	ii
<i>Item uma almadraque já velha, de lã</i> .....	i “

Em termos comparativos, pode-se afirmar que as peças de cama usadas pelos escravos do palácio – se excluirmos os móveis respectivos, que não são referidos na fonte e que provavelmente não existiam – eram semelhantes, em número e tipos, às que eram utilizadas pela maior parte da população livre<sup>18</sup>. Quanto às dos cativos de Vale de Zebro, só se comparavam às dos elementos mais pobres dessa população.

<sup>17</sup> - TT, Núcleo antigo, n.º. 912, f. 4 e 4v.

<sup>18</sup> - Jorge Fonseca, “ O interior doméstico em Montemor-o-Novo no século XVII”, *Almansor*, n.º. 9, p. 168-170.

O conhecimento do vestuário é também lacunar. Possuímos elementos abundantes quanto aos escravos reais e muito escassos sobre os que constituíam a enorme maioria da população. Entre estes se incluía Lucas, índio de 15 anos pertencente a Afonso de Miranda, cavaleiro e morador a Cata-que-Farás. Quando este escravo fugiu ao dono e veio a ser encontrado e preso em Alcácer do Sal “ *leva[va] vestido um pelote e uns calções de varas de Londres frorentinas [ florentinas]* ” <sup>19</sup>. O *pelote* era um casaco comprido, com ou sem mangas e mais ou menos justo ao corpo <sup>20</sup>, a peça de fato masculino mais simples e comum. Sobre ele se podiam vestir outras peças, de maior agasalho. Sob o pelote e os *calções* levava, provavelmente, camisa e bragas <sup>21</sup>, que não são referidas.

A dois cativos em serviço nos fornos de Vale de Zebro, António e Bastião, mandou D. Manuel que fossem dadas *capas, pelotes, calças, jubões* de fustão, duas *camisas* de pano da terra a cada um e *carapuças* de pano de 200 reais. A outros dois, Diogo e Pedro, peças iguais mas sem as *capas* <sup>22</sup>. O *jubão* ou *gibão* destinava-se a cobrir o tronco, por cima da camisa, era justo ao corpo e aberto verticalmente à frente <sup>23</sup>. Quando, em 1513, faleceu um dos negros que trabalhavam no moinho, a sua roupa foi dada ao que o substituiu, Agostinho: “ *um pelote e um gibão e umas calças e uma camisa [...] e o vestido de trabalho* ” <sup>24</sup>.

Estas peças constituíam o vestuário vulgar dos homens do povo, pelo que não devia haver diferença no trajar do povo comum e dos escravos. O facto de não haver referência ao calçado não impedia que o usassem. Aos cativos que se ocupavam no serviço do Hospital de Todos os Santos competia ao respectivo provedor “ *mandar de*

---

<sup>19</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 2, Liv. 10, f. 88 – 4.4.1579.

<sup>20</sup> - Maria José Palla, *Do essencial e do supérfluo. Estudo lexical do traje e adornos em Gil Vicente*, p. 47.

<sup>21</sup> - Idem, p. 42-43.

<sup>22</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 51, Doc. 51 – 31.7.1515.

<sup>23</sup> - Maria José Palla, Ob. cit., p. 46.

<sup>24</sup> - TT, Núcleo antigo, n.º. 922 A, f. 217 v.

*vestir e calçar assi como vi[sse] que lhe e[ra] necessário, em seus tempos, de maneira que and[ass]em sempre bem repairados*". O seu vestuário, assim como o dos criados, devia ser, segundo o Regimento hospitalar, de pano azul e ter no peito um S ( Sprital ), " *por sinal que [eram] do dito esprital* " <sup>25</sup>.

Os escravos que serviam no paço real usavam basicamente as mesmas peças de roupa, variando apenas, de acordo com a função que nele desempenhavam, o tipo de pano de que eram feitas e o respectivo custo. Em 1536 D. João III mandou entregar a 14 escravos e a 3 libertos da sua estrebaria e cevadaria: capas, pelotes, calças, gibões de fustão, três camisas de Ruão a cada, barretes redondos, cintos, atacas e fitas ( certamente para os jubões e calças). Para quatro deles, " *escravos do mandil*", os pelotes eram de " *escarlatim vermelho* " ou de Londres, as capas de pano de 230 reais o côvado e as calças " *de armentim trofim*", o que não é especificado para os restantes <sup>26</sup>. Dois anos antes, aos quatro cativos " *que t[inha]m cargo do mandil*" eram entregues as mesmas peças mas era especificado que os jubões eram " *barrados de veludo* " <sup>27</sup>. Tratava-se de escravos com funções especiais na estrebaria e que apareciam em público a acompanhar os cavalos por que eram responsáveis e, por isso, envergavam trajos mais ricos que os restantes.

Aos varredores ocupados no serviço interno do paço eram dados anualmente, quer no tempo de D. Manuel quer no do seu filho, fatos mais simples, compostos por pelote, calças, gibão, duas camisas de pano de valor relativamente baixo, cinto de couro e um barrete redondo <sup>28</sup>. O mesmo se passava com os cozinheiros <sup>29</sup>. Em 1553, porém, a

---

<sup>25</sup> - " Regimento do Hospital de Todos os Santos", dado por D. Manuel I, publicado em *Registos dos reinados de D. João II e D. Manuel I* ( introd., transc. E estudo de Abílio José Salgado e Anastásia Mestrinho Salgado ), p. 455 e 471.

<sup>26</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 56, Doc. 138 – 22.1.1536 e Maço 56, Doc. 163 – 26.2.1536.

<sup>27</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 53, Doc. 119 – 2.10.1534.

<sup>28</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 15, Doc. 109 – 12.8.1514; Maço 18, Doc. 19 – 15.6.1515 ; Maço 18, Doc. 20 – 17.6.1515 ; Maço 47, Doc. 72 – 13.10.1531; Maço 49, Doc. 65 – 10.8.1532 ; Maço 51, Doc. 99 – 26.11.1533.

<sup>29</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 52, Doc. 101 – 28.3.1534 e Maço 55, Doc. 71 – 8.6.1535.

quatro varredores da rainha D. Catarina foram distribuídas peças um pouco diferentes: pelotes, gibões e duas camisas a cada um, capa só a um deles e, além disso, “ *três pares de altos de calças do joelho para cima, forrados [...] e golpeados*” a três escravos e uns calções a outro, quatro pares “ *de meias calças de pano roxo de cerísea*”, atacas, gorras, fitas, cintos e quatro pares de sapatos <sup>30</sup>. A Francisco, que servia as damas da rainha, foram entregues no mesmo ano um pelote, uns calções, umas meias calças, duas camisas, um chapéu e uns sapatos <sup>31</sup>.

As coberturas para a cabeça eram quase sempre “ *barretes redondos*” ( espécie de boina que cobria a cabeça até às orelhas <sup>32</sup> ), excepto nos casos das “ *gorras*” dadas aos varredores de D. Catarina e das “ *carapuças*” dos servidores dos elefantes de D. Manuel, em 1517 <sup>33</sup>. A carapuça era um chapéu de couro, ponteagudo <sup>34</sup>.

Em 1536 D. João III ordenou que fossem dadas a trinta *moços da estribeira* que o serviam “ *de fora*”, aparentemente todos livres, “ *capotim, jaqueta e gualteira [ tipo de chapéu] e dous pares de calças de pano de 250 reais o côvado e gibão de chamalote*” <sup>35</sup>. Ora, gibões de chamalote e calças desse custo e até de custo mais elevado eram dadas normalmente a escravos, por esses anos. A jaqueta, o capotim e a gualteira faziam, provavelmente, parte do traje próprio daquela profissão.

Nas escravas do paço notava-se um maior luxo que nos escravos, provavelmente por servirem de mais perto as pessoas reais, na intimidade das câmaras, o que nem sempre ocorria com os de sexo masculino, em boa parte adstritos aos estábulos e serviços mais pesados. Em 1554 D. Catarina de Áustria mandou comprar para Maria de Loronha, “ *escrava que serv[ia] as damas*”: *uma vasquinha [ saia] de pano de Ruão*,

---

<sup>30</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 90, Doc. 9 – 8.5.1553.

<sup>31</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 91, Doc. 8 – 9.9.1553.

<sup>32</sup> - Maria José Palla, Ob. cit., p. 67.

<sup>33</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 22, Doc. 3 – 3.6.1517.

<sup>34</sup> - Maria José Palla, Ob. cit., p. 67.

<sup>35</sup> - TT, CC, Parte I, maço 56, Doc. 137 – 22.1.1536.

*uma sainha e uma mantilhinha de Perpinhão, um gibão de chamalote preto arenoso, um mantéu, um sombreiro [ chapéu], três varas e meia de fita preta, duas varas para o mantéu e uma e meia para o chapéu”* <sup>36</sup>. A Margarida da Esperança deu, no mesmo ano, “ *um saio [ túnica ] d’arbim d’espada”* <sup>37</sup>. Um ano depois ordenou que fossem entregues a três escravas, de que tinha feito mercê a duas damas da sua casa, o seguinte fato a cada uma: “ *saia de mangas, debruada de veludo, com quatro golpes em cada manga e com golpes nos peitos e abanos nas mangas, um gibão de tafetá carmesim, uma saia de Ruão, um gabão e um corpinho”* <sup>38</sup>.

Menos aparatosas e ricas foram as peças de vestuário dadas a Maria, preta vinda dos paços de Almeirim, onde “ *servia aos pastores das vacas e cabras de Sua Alteza*”: uma vasquinha de pano azul, duas camisas de 200 reais, um corpinho de pano listrado, três beatilhas ( toucas ), uma delas de pano da terra, duas coifas ( toucas mais ricas ) de pano da Índia e umas sapatas de cordovão <sup>39</sup>.

É de assinalar que todas as peças destinadas aos cativos da família real, mencionadas em ordens de entrega dos soberanos ou da rainha D. Catarina, eram “*feitas e tiradas da costura*”, ou seja, acabadas de fazer. Isto não se passava, por certo, com a maioria dos escravos da cidade, a quem, além de peças novas eram inevitavelmente dadas também roupas já usadas pelos donos. Alexandre de Sousa, casado com D. Maior de Aragão, ordenou no seu testamento de 1594: “ *Dêem a Luís, meu escravo [...] toda a roupa de linho e lã de meu uso que em seu poder tem* ” <sup>40</sup>. Pode ter sido também o que se passou nos dois casos a seguir referidos.

Em 1549 D. João III perdoou a Joane, escravo de D. Diogo d’Eça, seu moço fidalgo, a infracção em que caíra “ *por trazer umas calças de cetim velhas, forradas de*

---

<sup>36</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 93, Doc. 26 – 24.7.1554.

<sup>37</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 94, Doc. 13.

<sup>38</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 95, Doc. 20 – 15.3.1555.

<sup>39</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 88, Doc. 112 – 13.9.1552.

<sup>40</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 7, Liv. 32, f. 6 v. – 1.6.1594.

*tafetá*”<sup>41</sup>. Em 1552 o mesmo rei relevou a culpa de Cristóvão, pertencente a Manuel Ferreira, que fora preso ao ser encontrado “ *com um capelo da capa forrado de veludo e com um pelote pespontado de retrós e os botões dele de seda, que trazia contra a forma da Ordenação*”. Solto que fora, sob fiança, certamente dada pelo senhor, voltara a ser visto “ *com os mesmos vestidos e cousas de seda*” e novamente preso. Acabou por ser perdoado e solto, a pedido do dono<sup>42</sup>. O uso de tecidos de seda, em roupas ou adereços, como franjas, fitas ou botões, foi proibido por D. João III, tendo D. Sebastião vindo a confirmar o impedimento em 1560. Havendo algumas exceções relativas à condição social, o princípio era, porém, aplicado sem restrições aos oficiais mecânicos e pessoas que vivessem “ *por trabalho de suas mãos*”<sup>43</sup>. Embora não se referindo aos escravos, era suposto que se lhes aplicasse também, por maioria de razão.

Parece ter sido vulgar os senhores mandarem vestir de luto os seus cativos, quando morriam, à custa da sua fazenda, como fez D. Joana de Melo, que ordenou aos testamenteiros: “ *Item mando [...] assi às minhas criadas como criados, escravas como escravos de casa [...] a todos vestirem de dó por minha morte*”<sup>44</sup>. E também o arcebispo D. Jorge de Almeida: “ *[...] a todos os meus criados [...] e assi aos escravos se darão vestidos de dó*”<sup>45</sup>. Aos que serviam o Hospital das Caldas da Rainha o respectivo provedor devia dar “ *seus vestidos dos Domingos para irem à igreja*”<sup>46</sup>.

Os escravos dedicados a algumas profissões específicas, cujos praticantes se vestiam de forma particular, usavam essas mesmas formas de trajar, como um índio implicado numa tentativa de fuga, que andava “ *vestido em trajes de marinheiro*”<sup>47</sup> e

---

<sup>41</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 4, f. 169 v. – 2.5.1549.

<sup>42</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 19, f. 54 – 20.3.1552.

<sup>43</sup> - Duarte Nunes de Leão, *Leis extravagantes e repertório das ordenações do reino* ( 1569 ), p. 111, 113 v. e 114 v.

<sup>44</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 68, f. 32 v. – 28.2.1585.

<sup>45</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Liv. 69, f. 22 v. – 17.3.1585.

<sup>46</sup> - Augusto da Silva Carvalho, *Memórias das Caldas da Rainha*, p. 310.

<sup>47</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 2255, f. 5 – 28.7.1564.

Pêro, jau barqueiro no cais do Carvão, que “*andava descalço, de carapuça de orelhas e de calças e chapeirão de burel, como homem de mar*”<sup>48</sup>.



Cena doméstica ( *Livro de Horas de D. Manuel – Mês de Janeiro – M.N.A.A.* )

A iconografia quinhentista, nas suas raras representações de escravos, documenta também o traço por eles usado. O jovem cativo que figura numa cena doméstica do *Livro de horas de D. Manuel* apresenta-se com veste verde, semelhante à de um dos filhos do casal de burgueses, mas muito mais simples que o rico tabardo, com gola de peles, do seu senhor<sup>49</sup>. Ao pescoço mostra “*um exótico colar com um pendente de coral vermelho*”, como o classificou Dagoberto Markl<sup>50</sup>.

Muito mais concludente, no entanto, é a pintura alusiva ao *Chafariz del Rei*<sup>51</sup>. Aí os negros, sejam escravos ou livres – que não podemos distinguir – envergam

<sup>48</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc°. 10.843, f. 13 v. – 28.6.1560.

<sup>49</sup> - Alberto de Sousa, *O traje popular em Portugal*, pág. de guarda.

<sup>50</sup> - Dagoberto Markl, *Livro de horas de D. Manuel*, p. 72.

<sup>51</sup> - *Os negros em Portugal. Séculos XV a XIX*, p. 14-15.

maioritariamente pelotes com calças, inclusive um escravo acorrentado. Alguns parecem descalços ( como alguns brancos ), outros têm botas ou sapatos. Outros ainda vestem camisa, um deles com gola rendada e calças ou calções. Mas também os há em tronco nu, só com calção e certamente descalços. Na cabeça têm barretes ou chapéus, semelhantes aos de alguns brancos, outros estão em cabelo. Em confronto com a população branca representada, nota-se que os negros, escravos ou não, apresentam vestuário semelhante ao dos brancos dos estratos populares, mas substancialmente diferente dos de classes mais elevadas presentes no quadro, envoltos em amplas capas, usando espada, cobertos por chapéus mais ricos e calçando botas altas. Parte deles desloca-se a cavalo. A exceção a este contraste é o cavaleiro negro luxuosamente vestido e montado, com o símbolo da Ordem de Santiago na capa e chapéu emplumado, alusão a um dos antigos escravos que, nessa época, ascenderam àquela ordem militar e deviam constituir um elemento insólito e pitoresco no panorama citadino <sup>52</sup>.

Quanto às negras o seu traje é igual ao da maioria das brancas representadas, na rua ou às janelas, neste caso com exceção da dama debruçada de uma das torres, sumptuosamente vestida. Usam corpete e saia dupla, arregaçada ou não, também à semelhança das brancas <sup>53</sup>. Envolvendo a cabeça, como estas, um mantel de pano branco.

No que respeita aos escravos usados pela corte régia e pelos aristocratas, o conjunto musical que anima o *Casamento de Santa Úrsula*, do Museu Nacional de Arte Antiga, veste indumentárias vistosas: pelotes sobre camisas de mangas largas e barretes em gomos, de cor verde, todos iguais, como que uma farda destinada a actuação em público <sup>54</sup>. E o menino negro sobre o qual se estende a mão protectora de *D. Joana de*

---

<sup>52</sup> - Annemarie Jordan, “ Images of empire: slaves in the Lisbon household and court of Catherine of Áustria”, *Black Africans in the Renaissance Europe*, p. 160-161.

<sup>53</sup> - Fernando Oliveira, *O vestuário português ao tempo da expansão. Séculos XV e XVI*, p. 40.

<sup>54</sup> - *Os negros em Portugal. Séculos XV a XIX*, p. 167.



Áustria, no retrato de Cristóvão de Morais, do Museu Real de Belas Artes de Bruxelas <sup>55</sup>, exibe um pelote com mangas que deixa aparecer a gola encanudada da camisa <sup>56</sup>. Em ambos os casos, naturalmente, formas de vestir invulgaes na maior parte dos cativos.



Cristóvão de Morais, *D. Joana de Áustria* – Museu de Belas Artes, Bruxelas

Outro suporte fundamental da vida e produtividade dos escravos era a alimentação. Na maior parte dos casos, embora não haja referências directas nas fontes a uma faceta tão trivial do quotidiano, é forçoso admitir que se alimentassem com a comida confeccionada, quase sempre por eles próprios, na casa dos proprietários, a qual se destinava a estes e aos seus dependentes, como criados e escravos. O fornecimento de uma alimentação relativamente satisfatória, para os padrões da época, era do interesse

---

<sup>55</sup> - Idem, p. 181.

<sup>56</sup> - Gustavo de Matos Sequeira, *História do traje em Portugal*, p. 26-27.

dos próprios donos, dela dependendo a capacidade de trabalho dos cativos. Essa preocupação era manifesta no Regimento do Hospital de Todos os Santos, que determinava que os escravos e escravas que estivessem afectos ao respectivo serviço comessem “ *no refeitório do dito esprital*” <sup>57</sup>, certamente da mesma comida dos outros serviçais, que era: “ *de pão [...] a cada uma pessoa, por dia, jantar e ceia [ os nossos almoço e jantar ], [ cabendo] três alqueires e meio [...] a cada homem por mês [...]; [...] de vinho três quartilhos por dia* <sup>58</sup>, *jantar e ceia; [...] de carne, por dia, jantar e ceia, um arrátel* <sup>59</sup>; *[...] de pescado pela dita maneira, um arrátel*” <sup>60</sup>.

Conhece-se a dieta dos escravos em serviço no moinho dos fornos reais de Vale de Zebro, em 1518 e 1519. Em Setembro do primeiro destes anos foram dados 28 alqueires de trigo do Alentejo a sete escravos, o que perfazia quatro alqueires a cada um, por mês, que era superior à ração mensal de pão dos funcionários e escravos do Hospital de Todos os Santos ( de três e meio ), diferença exigida pelo maior esforço dos primeiros <sup>61</sup>. Em Dezembro foram dispendidos, com oito escravos, 32 alqueires de trigo de Santa Catarina <sup>62</sup>, o que correspondia à mesma ração individual.

Nos meses de Janeiro e Fevereiro do ano seguinte foram dadas 60 canadas ( ou 240 quartilhos) de vinho a quatro desses escravos, por mês, menos que ao pessoal do hospital. Aos outros quatro não era dado vinho. Sendo assim, a dieta dos escravos da indústria de biscoito era menos variada, embora com mais cereais que a dos que estavam afectos a funções hospitalares.

Quando os donos andavam em viagem acompanhados dos seus escravos era forçoso que a estes fosse dada alimentação, o que podia acontecer no mesmo local em

---

<sup>57</sup> - *Registos dos reinados de D. João II e D. Manuel I*, p. 455.

<sup>58</sup> - Corresponhia a 3,75 dl. ( Abílio José Salgado e Anastásia M. Salgado, *Registos dos reinados de D. João II e D. Manuel I*, p. 28 ).

<sup>59</sup> - Ou 460 gramas ( *Idem*, p. 28 ).

<sup>60</sup> - *Idem*, p. 471.

<sup>61</sup> - TT, Núcleo antigo, n.º. 922 A, f. 196.

<sup>62</sup> - *Idem*, p. 196 v.

que os senhores se acolhiam e comiam. Foi o que sucedeu quando o castelhano Melchior de Pineda, da vila de Lepe, recebeu hospedagem de Diogo Dias, morador à Misericórdia e lhe ficou a dever 2.970 maravedis de comida e pousada que lhe deu “ *a ele [...] e seus escravos*” <sup>63</sup>.

A manutenção da capacidade de trabalho dos cativos aconselhava a que, em caso de doenças, lhes fossem prestados cuidados de saúde. O dono, fosse o rei ou um particular, era o primeiro interessado na recuperação das condições de plena produtividade. Em 1513 faleceu um dos negros que serviam no moinho dos fornos de Vale de Zebro. De acordo com o registo das despesas desse ano “ *em sua doença se gastou em uma galinha quarenta reais e de fressurada e carneiro cinco reais e d’amêndoas dez reais e de pão [...] cinco reais e de ameixas passadas e açúcar [...] vinte reais. E mais trinta reais que [ se ] deu a uma negra que dispendeu com ele em cousas que lhe deu e fez e o curou*” <sup>64</sup>. Nesse tempo ainda os operários dessas instalações não deviam contar com os cuidados de um médico próprio. Só em 1557, respondendo à queixa dos respectivos “ *oficiais e trabalhadores*” de que o sítio “ *era muito doentio e adoeciam muito e não podiam pagar a um físico por serem pobres*”, o rei nomeou “ *para os visitar e curar*” o licenciado Anrique Vaz <sup>65</sup>, o que certamente se aplicava também aos escravos.

Em 1528 foram entregues seis cativos do rei a Diogo de Castilho, para os empregar nas obras de que estava encarregado. Desses, o mestre e arquitecto aceitou cinco e recusou um, Gabriel, por estar doente. Em face da situação foi dada ordem a dois físicos, o doutor Duarte Ximenes, “ *físico do cardeal*” e o licenciado Tomás Dinis, físico do infante D. Luís, para examinarem o escravo, tendo eles concluído que o

---

<sup>63</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 2, Liv. 10, f. 2 – 18.3.1579.

<sup>64</sup> - TT, Núcleo antigo, n.º. 922 A, f. 217 v.

<sup>65</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 65, f. 323 – 23.7.1557.

mesmo estava “ *mui mal disposto, assi de asma como dos lombos*”. Então o doente foi entregue ao almoxarife do Hospital de Todos os Santos “ *para efeito de se curar*” <sup>66</sup>.

A rainha D. Catarina de Áustria em 1552 mandou pagar 1.000 reais ao cirurgião Mestre Luís por ter curado Joane, seu escravo varredor, quando este estava no paço de Almeirim “ *ferido da cabeça* ” <sup>67</sup>.

De acordo com os dados apresentados poder-se-á concluir que as condições materiais que suportavam a vida dos escravos e permitiam que eles se mantivessem ao serviço dos respectivos donos não se deviam, no fundamental, diferenciar - no que respeitava a habitação, vestuário, alimentação e cuidados de saúde - das que eram proporcionadas ao pessoal livre de que esses donos também dispunham e, nessa medida, ao da maior parte da população urbana, que era assalariada e, mesmo quando trabalhava por sua conta, vivia em condições modestas. As diferenças que existiam, entre os próprios escravos e entre eles e a maioria da população, deviam depender mais da riqueza e do carácter dos donos do que do seu inferior estatuto jurídico. Eram certamente melhores do que aquelas que fustigavam a vida quotidiana dos elementos mais pobres e marginais da população livre, sem tecto, cobertos de andrajos e tendo que recorrer à caridade para não morrerem de fome.

## ***7.2 – Estatuto jurídico e social***

O escravo era considerado, simultaneamente, um bem e uma pessoa <sup>68</sup>. Esta dupla natureza tinha como consequência que cada um dos papéis colocava limites à plena realização do outro, ou seja, o seu valor como património do dono amputava-o de grande parte das prerrogativas próprias dos outros seres humanos, assim como a sua

---

<sup>66</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 41, Doc. 76 – 1528.

<sup>67</sup> - TT, CC, Parte I, Maço 89, Doc. 27 – 30.11.1552.

<sup>68</sup> - David Turley, *História da escravatura*, p. 93.

condição humana colocava também algumas limitações ao poder do senhor. Nada, no entanto, que fosse difícil de aceitar pelas pessoas da época, tal como hoje se aceita geralmente que um trabalhador assalariado seja tido pelos empregadores simultaneamente como pessoa e como factor de produção, com as inevitáveis consequências para as suas condições de vida.

Os inventários do património de muitos indivíduos abastados incluía os seus escravos, frequentemente entre os bens de raiz e os animais de trabalho, com os respectivos valores. Outros eram arrolados, como vimos, no conjunto de bens que compunham os dotes de casamento ou os legados testamentários. Em 1570 a rainha D. Catarina, viúva de D. João III, ordenou ao seu contador que levasse em conta ao tesoureiro “ *cinco violas de arco e sete escravas* ” <sup>69</sup>. A transmissão dos cativos por compra e venda, por doação ou em pagamento de dívidas dava, por vezes, lugar a um contrato escrito perante o notário, como sucedia quando se vendiam, aforavam ou arrendavam propriedades agrícolas ou habitações. Os que eram expedidos de Cabo Verde, S. Tomé ou Angola para as Américas, às mãos de traficantes e seus agentes, eram marcados, como qualquer animal, com ferro em brasa, para que não se confundisse o seu expedidor ou proprietário com os das outras *peças* embarcadas em simultâneo.

Nada disto deixa margem a dúvidas sobre a natureza dos cativos como bens e mercadorias. As *Ordenações manuelinas* exigiam que quem “ *demandasse um servo ou cavalo ou outra qualquer coisa móvel ou semovente* ” ( a que se movia por si própria) indicasse as respectivas características com precisão, sem o que o acto não surtiria efeito <sup>70</sup>. E incluía-os entre as coisas que não se podiam partir sem dano, que englobavam “ *servo ou besta ou moinho ou lagar ou outra semelhante coisa* ”, pelo que os

---

<sup>69</sup> - TT, Corpo cronológico, Parte 1, Maço 109, Doc. 22 – 11.9.1570.

<sup>70</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv. 3, Tít. 40, p. 129-130.

interessados em partilhá-las, como os herdeiros ou companheiros, deviam antes reparti-las em conjunto com outros bens ou arrendá-las e repartir a renda <sup>71</sup>. As limitações que muitos donos opunham ao matrimónio dos seus cativos, apesar das recomendações da Igreja para que o favorecessem e promovessem, não deixam também dúvidas quanto à faceta, humana ou patrimonial, que consideravam prioritária na natureza dos mesmos.

Em 1508 foram vendidos em pregão na cidade, por ordem real, oito escravos que prestavam serviço nos fornos de Vale de Zebro, entre os quais um “*doente de boubas*” e três filhos de cativos dessas instalações: Vasco, de 13 anos e Domingos, de 6, ambos filhos de Rodrigo Velho e Inês, também de 13, filha de António moleiro <sup>72</sup>. A naturalidade com que se procedeu à alienação de um elemento cuja capacidade de trabalho estava diminuída e ao desmembramento de duas famílias, sem contemplação pelos sentimentos dos respectivos progenitores e dos próprios adolescentes, com objectivos de mera rentabilização económica, mostra que os escravos, nomeadamente em unidades industriais como aquela, não passavam de recursos produtivos à mercê dos interesses e opções da respectiva gestão.

A condição humana do escravo era, porém, igualmente inegável a todos os títulos. Além do seu aspecto e aptidões, o simples facto de muitos serem filhos dos próprios donos, fruto da atracção destes pelas mães cativas de que tinham nascido, obrigava ao reconhecimento, ainda que não confessado, dessa unidade de condição. Pelo menos no nascimento e na morte. Tal reconhecimento tornava-se algumas vezes explícito, quando os seus donos/pais os libertavam com a justificação de o serem e de quererem aliviar a consciência. E por mais humilhado que tivesse sido um escravo em vida, quando falecia era-lhe dada sepultura na igreja da sua paróquia, no adro ou dentro da mesma, tal como aos respectivos proprietários. Os registos paroquiais de óbitos são a prova dessa prática

---

<sup>71</sup> - Idem, Liv. 4, Tít. 77, § 18, p. 210-211.

<sup>72</sup> - TT, Núcleo antigo, n.º. 912, f. 2 e 2 v.

corrente. De outros, não conhecemos o local do enterramento mas sim o modo de serem sepultados. Quando, num Domingo de Junho de 1513 “*faleceu da vida deste mundo*” um dos negros do moinho de Vale de Zebro, “*foi enterrado em cova embrulhado em uma coberta [ ...] como todos havemos de ser*”. Como “*era cristão*” foi encomendado com as orações habituais, com dispêndio de vinho, pão e candeias <sup>73</sup>. À morte de Martinho e de Maria, cativos do Lumiar, foi celebrada “*uma missa cantada*” a cada um, na igreja dessa paróquia dos arredores da cidade <sup>74</sup>. Tratava-se de atitudes vulgares e não de excepções.

O nascimento em casa dos donos, de escravas ou de casais de escravos pertencentes a estes, costumava despertar sentimentos de afecto por esses *meninos* ou *escravinhos*, como eram correntemente chamados, de que os senhores se sentiam próximos, expressos em testamentos e cartas de alforria. Quando os libertavam era também vulgar preocuparem-se com o seu futuro, legando-lhes alguns bens ou mandando-os aprender ofícios artesanais. Nada de semelhante à frieza e ganância de lucro com que, talvez os mesmos indivíduos, faziam outros atravessar o Atlântico, em levadas de verdadeiro pesadelo, na única esperança de que o maior número possível conseguisse alcançar o Brasil ou as Antilhas “*com a alma na boca*” ou “*no papo*”, como já foi descrito <sup>75</sup>.

A ambiguidade era, por isso, a principal característica da atitude da sociedade livre em face dos escravos <sup>76</sup>. Economicamente úteis e por isso mantidos e protegidos pelos donos, socialmente próximos e nessa medida também susceptíveis de despertarem neles quer a atracção física quer a amizade e o carinho, no entanto sempre olhados com a desconfiança que merecia quem era diferente e inferior e com o calculismo de quem

---

<sup>73</sup> - TT, Núcleo antigo, nº. 922 A, f. 217 v.

<sup>74</sup> - TT, FP, Lisboa, Lumiar, Liv. 1 de Mistos, f. 129 – 20 e 21.9.1574.

<sup>75</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 14, Liv. 52, f. 83 – 2.12.1600 e Cart.12 A, Cx. 1, Liv. 4, f. 14 v. 20.12.1600.

<sup>76</sup> - Moses I. Finley, *Esclavitud antigua e ideologia moderna*, p. 125; 128-129.

esperava deles, acima de tudo, uma qualquer vantagem. Observemos, então, alguns aspectos dessas visões e comportamentos contraditórios.

No plano estético e afectivo os cativos podiam despertar sentimentos divergentes, de atracção ou repulsa, em grande parte de acordo com as suas características físicas e origem geográfica. Enquanto as mouras e indianas, pela maior semelhança com as mulheres portuguesas e desse modo mais de acordo com os paradigmas da época, eram o alvo preferido dos cupidos nacionais, as negras só mais raramente o conseguiam. O mesmo se passaria quanto aos homens escravos da parte das mulheres portuguesas, mas em relação a eles ficaram-nos menos referências, por motivos óbvios. A literatura fornece bons exemplos das inclinações dominantes.

O escudeiro do *Juiz da Beira*, de Gil Vicente, expressava assim a sua paixão por uma moura cativa: “*Eu andava namorado / de uma moça pretezinha / muito galante mourinha / um ferretinho delgado / oh quanta graça que tinha. / Então amores de moura / já sabeis o fogo vivo / ela cativa eu cativo / ora que má morte moura / se há i mal tão esquivo*”<sup>77</sup>.

Um dos galãs do *Auto do físico*, de Jerónimo Ribeiro, declarava-se deste modo a Inês : “ *[...] essa espada nua / desse rostinho mourisco / [...] / Esse olho presto rasgado / me trás já fora de mi / e me tem doudo formado*”<sup>78</sup>.

No vilancete que D. João de Meneses dedicou a uma escrava, incluído no *Cancioneiro geral*, de Garcia de Resende, o poeta adoptou o tema da cativa que conseguiu prender o seu senhor em cativo amoroso: “ *Cativo sam de cativa / servo duma servidor, / senhora de seu senhor: // Porque sua fermosura / sua gracia gratis*

---

<sup>77</sup> - *As obras de Gil Vicente*, v. II, p. 304.

<sup>78</sup> - *Primeira parte dos autos e comédias portuguesas*, p. 105.



*data, / o triste que tarde mata / é por mor desventura. / Que mais val a sepultura / de quem é seu servidor / qu'a vida de seu senhor // [...]”* <sup>79</sup>.

Tema este que viria a ser também glosado por Camões, em versos magistrais inspirados por Bárbara, aparentemente escrava indiana:

*“ Aquela cativa / que me tem cativo, / porque nela vivo / já não quer que viva / [...] / Rosto singular, / olhos sossegados, / pretos e cansados, / mas não de matar. / [...] / Pretidão de Amor, / tão doce a figura, / que a neve lhe jura / que trocara a cor. / “* <sup>80</sup>.

Quanto aos africanos, eram para o poeta “ *da cor da escura treva*”, como os classificou no episódio do desembarque de Fernão Veloso na costa moçambicana, dos *Lusíadas* <sup>81</sup>. O teatro quinhentista transmitiu-nos a mesma imagem lúgubre. O negro da *Frágua d'amor*, de Gil Vicente, que quis ser “ *branco como ovo de galinha*”, de “*beíça delgada*” e sua “ *nariz feito bem*” – como ele dizia em “ *língua de preto*” - cansado que estava de ser “ *negro de crivão*”, mostra a avaliação negativa da sociedade portuguesa da cor e feições dos africanos. Os fins a que se destinava a “ *frágua de Cupido*” eram claros: “ *Negra mucho denegrida / si blanca quisiere ser / o pera parda mujer / moza alba gentil garrida / todo se puede hacer*” <sup>82</sup>. Na *Cena Políciana*, de Henrique Lopes, os dois criados do fidalgo gabavam os dotes musicais do mulato Solis, apesar da sua cor: “ *- Relevai-lhe a cor do couro./ – Mulatos são sabedores / de gentis habilidades, / nos pensamentos senhores, / que não desfeiam as cores / quando abonam as calidades.*” <sup>83</sup>

O mesmo se passava fora da ficção, em documentos tabeliônicos e outros. D. Filipa da Silva, condessa de Vila Nova de Cerveira, enumerou as características da sua escrava Antónia Luís, que alforriou no seu testamento: “ *A qual [...] tem o rosto cheio,*

<sup>79</sup> - Garcia de Resende, *Cancioneiro geral* ( 1516 ), tomo , p. 156-157.

<sup>80</sup> - Luís de Camões, *Lírica* ( Fixação do texto de Hernâni Cidade ), p. 82 e 85.

<sup>81</sup> - Luís de Camões, *Os Lusíadas* ( 1572 ), p. 182-183.

<sup>82</sup> - *As obras de Gil Vicente*, v. I, p. 653-655.

<sup>83</sup> - *Primeira parte dos autos e comédias portuguesas...*, p. 45 v.

*redondo [...] e os olhos esbugalhados e o nariz baixo*”<sup>84</sup>. Grimanesa, trazida de Moçambique pelo marinheiro da carreira da Índia Gonçalo Fernandes, tinha “*o umbigo inchado e os beiços grossos, gorda de corpo [...]*”<sup>85</sup>. Pedro, escravo de Pêro Correia, fugido para Badajoz, era “*de cor preto, baixo de corpo e feio*”<sup>86</sup>. De Francisca Correia, cativa do dourador do rei António Ferreira, dizia o dono que era “*comprida do corpo e do rosto [...] e t[inha] os pés compridos*”<sup>87</sup>. De mouros e indianos os traços evocados são outros, casos de Pedro, mourisco do arcebispo D. Jorge de Almeida - “*de bom corpo, alvo e louro*”<sup>88</sup> - e Manuel, do cônego Pêro Lourenço de Távora – “*índio de nação e baço, barbado, muito bem disposto*”<sup>89</sup>, *de olhos grandes*”<sup>90</sup>.

São muito raras as avaliações favoráveis formuladas acerca da aparência dos negros pelos seus donos, como a de Joana de Andrade sobre Domingos da Costa, seu cativo, “*homem preto de 60 anos, já branco da barba e bem assombrado do rosto e de bom corpo*”<sup>91</sup>. Normalmente as referências que lhes eram feitas ou não iam além da tonalidade mais ou menos forte da sua cor negra, da altura e dos defeitos físicos, quando os tinham, ou então realçavam aspectos considerados inestéticos. Em raros casos, quando se tratava de mulatos já muito claros, realçavam-se as características que os diferenciavam do comum dos negros, podendo-os favorecer na opinião geral. Domingos

---

<sup>84</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 1, f. 143 – 18.5.1553.

<sup>85</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 8, Liv. 41, f. 9 v. – 21.10.1580.

<sup>86</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 78, f. 118 – 30.8.1559.

<sup>87</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 9, Liv. 42, f. 71 v. – 31.5.1581.

<sup>88</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Liv. 69, f. 150 – 26.4.1585. O termo *louro* tinha um significado diferente do actual ( que se refere a cabelos claros ), de pele castanha clara, sendo normalmente atribuído aos naturais do norte de África ( José Pedro Machado, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, v. III, p. 444 ). O mesmo se passava no resto da Península Ibérica, em que designava “*magrebinos de cor olivácia*” ( Fabienne Plazolles Guillén, “ Barcelona a finales de la Edad Media: entre mestizaje y conservación biológica ?”, *Negros, mulatos, zambaigos*, p. 41-42 ). “*Alvo e louro*” significava, provavelmente, um pardo claro.

<sup>89</sup> - *Bem disposto: com bom aspecto.*

<sup>90</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 17, Liv. 79, f. 100 – 1.7.1588.

<sup>91</sup> - TT, FN, Lisboa Cart. 1, Cx. 2, Liv. 11, f. 26 v. – 8.10.1579.

de Barros, por exemplo, pertencente a Cristóvão de Melo, era “ *mulato alvo [...] alto de corpo, bem barbado e alvo, que não parec[ia] mulato* ” <sup>92</sup>.

Essa imagem negativa tinha sido de tal modo integrada pela cultura vigente que era normal considerar-se que os negros contribuíam para desfear o aspecto geral do país e adulterar o carácter do seu povo, através dos outros defeitos que lhes eram imputados e que se somavam à sua cor e aspecto rude. O bispo de Cabo Verde que, em data indeterminada, se dirigiu ao rei condenando a introdução de escravos no país e o tráfico em geral defendeu que, se o mesmo acabasse, “ *nem se afearia o Reino com a mistura do sangue, como vemos, nem haveria tantos pecados [...]* ” <sup>93</sup>.

Tal conceito dos negros baseava-se em pressupostos há muito adoptados pela cultura portuguesa e europeia<sup>94</sup>. A tradição medieval associara a cor negra à tristeza e à morte e, por extensão, ao pecado e ao demónio, assim como a cor branca à luz <sup>95</sup>, à inocência e à virtude <sup>96</sup>. Marco Polo considerava os negros de Zamzibar semelhantes a diabos, devido à sua cor e feições e Jean de Mandeville achava as mulheres negras “*horríveis de ver*” <sup>97</sup>. Essa imagem dominava também no mundo islâmico <sup>98</sup>. A descrição que Zurara deixou do desembarque de uma carga de cativos na praia de Lagos mostra, de forma clara e sintética, as diferentes avaliações do branco e do preto, pois “*era uma maravilhosa cousa de ver, que entre eles havia alguns de razoada brancura, fremosos e apostos; outros menos brancos, que queriam semelhar pardos; outros tão negros como etíopes, tão desafeiçoados assim nas caras como nos corpos, que quasi*

---

<sup>92</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 20, Liv. 96, f. 23 – 29.1.1592.

<sup>93</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana*, v. III, p. 442-445.

<sup>94</sup> - Maria do Rosário Pimentel, “ *Pele branca, pele negra: que fronteiras?*”, *Nas fronteiras da tolerância*, p. 274-275.

<sup>95</sup> - Jean Devisse e Michel Mollat, *L'image du noir dans l'art occidental*, v. III, p. 253-254.

<sup>96</sup> - José Augusto Nunes da Silva Horta, “ *A imagem do africano pelos portugueses: o horizonte referencial das representações anteriores aos contactos dos séculos XV e XVI*”, *Primeiras Jornadas de História Moderna*, v. II, p. 1014-1017.

<sup>97</sup> - Fabienne Plazolles Guillé, *Ob. cit.*, p. 47-48.

<sup>98</sup> - *Idem*, p. 48-50; Bernard Vincent, “ *Les noirs à Oran aux XVI.e et XVII.e siècles* », *Negros, mulatos y zambaigos*, p. 63-64 ; Jacques Heers, *Les négriers en terres d'Islam*, p. 159-162.

pareciam [...] as imagens do hemisfério mais baixo”<sup>99</sup>. A conotação pesada e negativa do negro continuou nos tempos modernos<sup>100</sup>, sendo correntemente expressa pela literatura da época. Negra era a velhice<sup>101</sup>, a doença<sup>102</sup>, o pecado<sup>103</sup> e a condição de quem, pelos seus defeitos, desmerecia de ter sido criado<sup>104</sup>, assim como o esforço excessivo, sem compensação<sup>105</sup>.



Albrecht Dürer, *Retrato de Catarina* – Museu dos Uffizi, Florença

<sup>99</sup> - Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, p. 122. A expressão “*hemisfério mais baixo*” tanto podia referir-se ao Inferno como ao hemisfério austral, sentidos que não se excluíam entre si por, na tradição medieval, se julgar este último habitado por seres monstruosos (José da Silva Horta, “A representação do Africano na literatura de viagens do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)”, *Mare Liberum*, n.º. 2, 1991, p. 244-245).

<sup>100</sup> - Alfredo Margarido, “La vision de l’Autre (African et Indien d’Amérique) dans la Renaissance portugaise”, *Actes du XXI.e Colloque d’Études Humanistes*, Paris, 1984, p. 507-555.

<sup>101</sup> - *As obras de Gil Vicente*, v. II, p. 303.

<sup>102</sup> - *Teatro de António Ribeiro Chiado*, p. 131.

<sup>103</sup> - *Idem*, p. 141.

<sup>104</sup> - Garcia de Resende, *Cancioneiro geral*, tomo I, p. 249-250

<sup>105</sup> - Jorge Ferreira de Vasconcelos, *Comédia Aulegrafia*, p. 53.

No entanto, apesar dessa impressão geral, os negros não deixaram de ser alvo do interesse de alguns artistas, que nem sempre os olharam de modo depreciativo. A negrinha do *Nascimento da Virgem*, de Garcia Fernandes e Jorge Leal, não é destituída de graça <sup>106</sup>, nem o menino que Joana de Áustria associou ao seu retrato pintado por Cristóvão de Moraes, do Museu Real de Bruxelas <sup>107</sup>. Nada comparável, no entanto, a algumas representações de africanos realizadas além fronteiras, como a gravura de Dürer descrevendo a beleza submissa e tranquila de Catarina, serva do feitor português em Antuérpia <sup>108</sup> ou o magnífico retrato, pertencente a uma colecção londrina, de um negro em traje de corte, de Jan Mostaert, de que o pintor conseguiu transmitir a exótica distinção <sup>109</sup>.

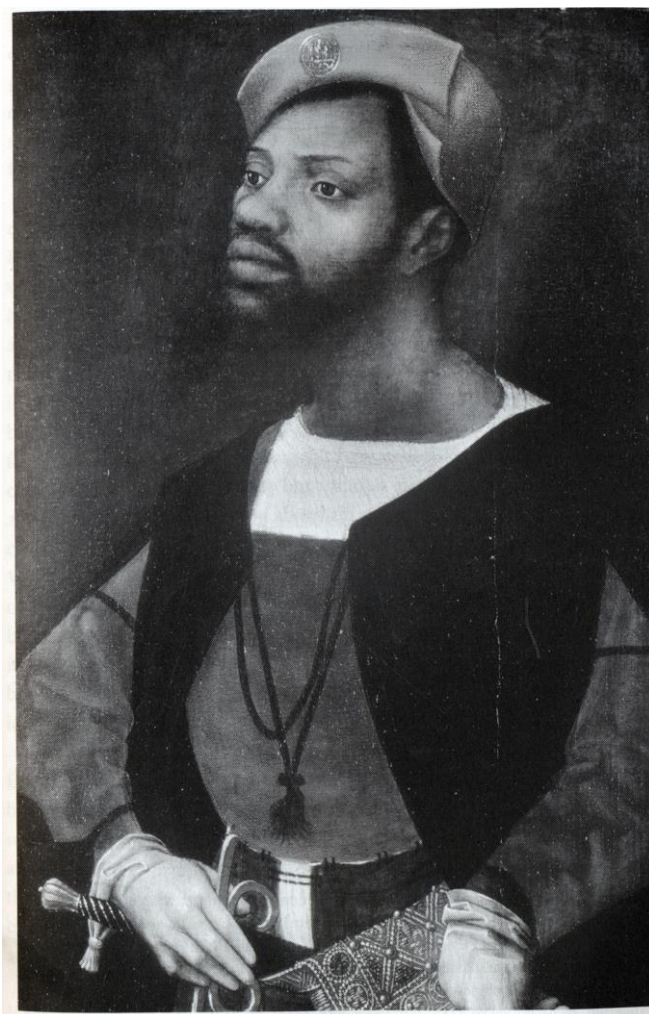
---

<sup>106</sup> - Annemarie Jordan, “Images of empire ...”, p. 168.

<sup>107</sup> - Idem, p. 177.

<sup>108</sup> - Paul H. D. Kaplan, “Isabella d’Este and black african women”, 153.

<sup>109</sup> - Deste retrato fez Kate Lowe uma bem conseguida análise em “The stereotyping of black Africans in Renaissance Europe”, *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 44-47.



Jan Mostaert, *Retrato de mouro* – Colecção particular, Londres

Jean Devisse e Michel Mollat concluíram, no seu extenso estudo das representações de negros na arte ocidental, que foi nos países em que a presença de escravos era menor que tais representações ocorreram em maior número, dando-se o inverso naqueles que tinham mais negros e cativos <sup>110</sup>. A maior raridade terá, assim, contribuído para a sua valorização, sendo os escravos de corte ou das elites considerados objectos de luxo dignos de figurar em obras de arte. Ao contrário, à sua abundância em países como Portugal correspondeu a depreciação da respectiva imagem e o pouco interesse em os representar. São, efectivamente, muito poucas as obras de arte

---

<sup>110</sup> - Jean Devisse e Michel Mollat, *L'image du noir dans l'art occidental*, v. III, p. 187.

quinhentistas com inclusão de negros que chegaram até hoje, nomeadamente de pintura. Mesmo considerando a possibilidade de novas descobertas, como a que ocorreu com a já referida do *Chafariz del Rei*, há uma nítida desproporção entre a forte presença de escravos e negros no Portugal de Quinhentos e o número de representações artísticas que lhes dizem respeito. Úteis e mesmo indispensáveis no trabalho quotidiano, sobretudo no mais pesado e sujo, com uma presença avassaladora na paisagem social urbana, a sua rudeza e vulgaridade excluía-os, porém, do mundo considerado digno de sensibilizar o olhar dos artistas. E o mesmo se passou na literatura, pois os seus reflexos em textos quinhentistas, de teatro, poesia ou outros, foram em número também desproporcionado em relação à sua quantidade e importância económica e social. E, mesmo quando surgiam, era como figuras cómicas ou para simbolizar aspectos negativos da realidade. Os casos contrários, na literatura como na arte, foram excepções, como também algumas referências de viajantes a certos povos africanos <sup>111</sup>, pois a regra era uma conotação negativa.

Além de feios, considerava-se também que os negros eram sujos e cheiravam mal, sendo esta última característica originada na própria sujidade mas sobretudo no odor típico do suor dos africanos, a *catinga*, que tanto repugnava aos europeus. Do conjunto de recomendações feitas, em 1569, a D. Sebastião por dois médicos sevilhanos, os doutores Tomás Álvares e Garcia de Salzedo, chamados por este a Lisboa para ajudarem a combater a peste que atacava a cidade, fazia parte a proibição de bailes e ajuntamentos de negros, nomeadamente devido ao “*mau cheiro que de si da[vam]*”. Também deviam ser afastados da urbe os “*navios de negros*” que se dirigissem a ela, pelas doenças que pudessem trazer, devendo ficar em sítio de que, pela distância, não

---

<sup>111</sup> - José da Silva Horta, “A representação do Africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)”, *Mare liberum*, n.º. 2, 1991, p. 223 e 249.

pudesse vir perigo <sup>112</sup>. Um cantor negro da capela de D. João III, chamado D. Afonso, perturbava de tal forma os que com ele cantavam que um deles se queixou de que “ *se não podia cantar com D. Afonso senão à anca revolta* ” <sup>113</sup>. A propósito do próprio bobo do rei, o negro João de Sá, feito cavaleiro da sua casa e muito estimado por D. João, se contou o que lhe disse um fidalgo: “ *João de Sá, se vós cheirais, porque fedeis ? E, se fedeis, porque cheirais ?* ” <sup>114</sup>.

Outro estereótipo criado acerca dos escravos e indivíduos de cor era a tendência para se rirem de forma imoderada, o que era associado a simplicidade de espírito e falta de civilidade <sup>115</sup>. O autor do *Retrato e reverso do reino de Portugal* destacou esse traço característico do seu comportamento ao afirmar que “ *enquanto os portugueses, por gravidade, anda[va]m sempre tristes e melancólicos, não ousando rir nem comer nem beber com medo de que os v[isse]m, os escravos mostra[va]m-se sempre alegres, não fazendo senão rir, cantar, dançar e embriagar-se publicamente em todas as praças* ” <sup>116</sup>. Esse comportamento considerado pueril e irresponsável contrastava com o temperamento taciturno da maioria dos naturais do país. Mas mostrava também que os cativos participavam no quotidiano social da cidade, conviviam, falavam, riam e dançavam e não trabalhavam apenas. Aliás, a acusação de mandriões era uma das que mais vulgarmente lhes eram imputadas <sup>117</sup>. Provavelmente por isso, foram proibidos de

---

<sup>112</sup> - Fernando da Silva Correia, “ De Sanitate in Lusitania Monumenta Historica”, *Boletim da Assistência Social*, ano 20, nº. 149-150, p. 37.

<sup>113</sup> - *Ditos portugueses dignos de memória* ( Public. José Hermano Saraiva ), p. 443

<sup>114</sup> - Idem, p. 378.

<sup>115</sup> - Kate Lowe, “ The stereotyping of black Africans in Renaissance Europe”, *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 26-28.

<sup>116</sup> - “ [...] *che si come i Portoghesi per gravità van sempre mesti et malenconici, ne osano ridere, ne mangiar ne bere che altri veda, i schiavi sempre sono alegri, ne fanno altro mai che ridere, cantare, ballare et ebriarsi publicamente sopra tutte le piazze* ” ( A. H. Oliveira Marques, *Portugal quinhentista*, p. 241).

<sup>117</sup> - Kate Lowe, Ob. cit., p. 28.



jogar qualquer jogo, na corte ou em Lisboa, sob pena de açoites ou pagamento de multa pelo senhor <sup>118</sup>.

Associada à sua rudeza e dificuldades de integração no conjunto da sociedade estava a linguagem que usavam. Quanto mais *boçal* era o escravo – quanto mais perto das respectivas origens culturais, por ter vindo recentemente para o reino – menores eram os conhecimentos da língua portuguesa. E quanto mais *ladino*, bem integrado na cultura do território – por ter nele nascido e crescido ou por ter entrado há muitos anos – maior a facilidade de usar o falar autóctone. Como reflexo do deficiente uso do português formou-se um *pidgin* <sup>119</sup> designado na época como “*fala da Guiné*” ou “*língua de preto*”, imitado pela restante população com o fim de contactar com os africanos e os escravos no dia a dia e também de os ridicularizar. A sua transposição para a literatura, nomeadamente para o teatro e a poesia, permite que hoje a possamos, *grosso modo*, conhecer. Tratou-se de um fenómeno cultural semelhante ao surgido em relação a outras formas de falar também consideradas inferiores à da língua mais comum, como a fala dos judeus, dos ciganos, dos galegos e dos beirões <sup>120</sup>. Foi usada, entre outros autores, por Gil Vicente, António Ribeiro Chiado e Anrique da Mota. O uso dessa maneira de falar não impedia que a maioria dos negros compreendesse o português normal. O *Auto das Regateiras*, de Chiado, é prova disso. Quando Pêro Vaz perguntou à negra há quanto tempo estava no país – “*Quanto ano Portugal ?*” – a dona atalhou: “*Não é ela tão selvagem; / falai-lhe vossa linguagem, / inda qu’ela fale mal*”

<sup>121</sup>. Também não impedia que alguns falassem correctamente o português. Um dia em

---

<sup>118</sup> - Duarte Nunes de Leão, *Leis extravagantes*, Parte IV, Tít. V, f. 121 v. – 8.7.1521.

<sup>119</sup> - Forma de falar que “*corresponde [...] aos primeiros estádios de aquisição espontânea da língua do grupo socialmente dominante pelos falantes de outras línguas*” ( Dulce Pereira, “ A linguagem dos escravos negros em Portugal entre a realidade e a ficção”, *Escravidão e transformações culturais*, p. 247-268 ), e, nessa medida, “*uma língua que permite uma comunicação mínima entre falantes de diferentes ideomas*” ( John Thornton, *A África e os africanos na formação do mundo atlântico*, p. 287 ).

<sup>120</sup> - José Leite de Vasconcelos, “ Língua de preto num texto de Henrique da Mota”, *Revue historique*, tomo LXXXI, 1933; Carolina Michaelis de Vasconcelos, *Notas vicentinas*, v. IV, p. 407.

<sup>121</sup> - *Teatro de António Ribeiro Chiado*, p. 166-167.

que Jácome Feio, escravo charamela do duque de Bragança, se cruzou em Vila Viçosa com uns lavradores, um deles perguntou-lhe o nome falando como negro boçal, ao que o músico respondeu que lhe chamavam “ *Frunando*” e comentou para os companheiros: “ *Que dizeis a um vilão ruim que não sabe falar português e quer falar negro ?*” <sup>122</sup>.

Em relação aos escravos em geral, fosse qual fosse a cor e origem geográfica, impendia a suspeita de um conjunto de defeitos morais que se consideravam seu apanágio: as tendências para o roubo, a fuga e o alcoolismo. “ *Bêbedo, ladrão e fujão*” eram características que apareciam associadas com frequência aos cativos. Nos contratos de venda eram indicadas, muitas vezes, na descrição da mercadoria humana a transaccionar, com a intenção de que nenhum desses defeitos viesse a ser invocado, no futuro, para anular o acto. Quando Diogo Lopes de Sousa, governador da cidade, vendeu Domingos a um cavaleiro residente em Ceuta, fez constar no contrato que o mesmo era “ *ladrão, bêbedo e [...] fujão e com todas as ruins manhas e todos os mais defeitos*”, sendo o comprador obrigado a levá-lo para fora do reino, sob pena de o perder para o Hospital de Todos os Santos <sup>123</sup>. E Francisca, vendida por um morador de Arruda a uma viúva da cidade, poderia ser devolvida se a compradora verificasse que era “ *doente de doença velha ou t[ivesse] algum aleijão ou desformidade ou [ fosse] bêbada ou fugidia ou ladra*” <sup>124</sup>.

A acusação de serem ladrões era vulgar, o que provavelmente correspondia à verdade, dada a sua extrema pobreza. Teoricamente nada possuíam, nem a si próprios, embora na prática lhes fosse permitido deterem roupa e objectos pessoais, assim como o pecúlio que fossem amealhando para se poderem vir a alforriar. Essa tendência era compreendida pelo conde de Linhares, que afirmava que nunca castigaria um escravo

---

<sup>122</sup> - *Ditos portugueses dignos de memória* ( public. José Hermano Saraiva ), p. 197.

<sup>123</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 2, Liv. 9, f. 140 – 17.2.1573.

<sup>124</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 6, Liv. 25, f. 93 v. – 8.5.1577.

seu por ladrão, pois enquanto fora cativo, não desejara outra coisa senão furtar <sup>125</sup>. O município, como já foi referido, proibiu que vivessem à parte dos donos, por isso ser ocasião de “ *fazerem muitos roubos e furtos* ” na cidade <sup>126</sup>. Mas mesmo os que viviam com os senhores incorriam, por vezes, nesse delito. Estêvão, preto do conde de Tarouca, foi surpreendido a vender uma camisa que roubara <sup>127</sup>. A Joane, do mercador Charles Correia, acusaram de vender um machado também roubado <sup>128</sup>. O cativo de outro mercador foi condenado “ *por ter cortado um pedaço de cadeia de ouro para a furtar* ” a uma Aldonça Rodrigues, quando estava na igreja <sup>129</sup>. Palha, peças de roupa, armas e dinheiro aparecem, entre outros bens, como objectos de furto pelos escravos.

Para os afastar da embriaguês e do que ela podia implicar, como desordens e agressões, o município tomou algumas medidas. Na sequência da proibição, determinada por D. Manuel em 1502, de que os escravos comessem (e, consequentemente, bebessem ) em tabernas, <sup>130</sup>, a câmara veio, em 1560, a impedir os donos desses estabelecimentos de darem de comer e beber a escravos cativos, com penas pesadas para os infractores: pela primeira vez, 30 dias de prisão e 2.000 reais de multa e, pela segunda, além disso, serem açoutados publicamente pela cidade, com baração e pregão <sup>131</sup>. A gravidade das penas mostra a importância do perigo que se pretendia evitar. Ainda três anos antes um índio de João Nunes da Cunha, seu cozinheiro, entrou numa taberna onde o mourisco António de Faria estava diante de “ *uma tigela de sopas com carne* ” e sentou-se a comer com ele <sup>132</sup>. Factos como este faziam certamente parte do quotidiano citadino e talvez tenham continuado a ocorrer apesar da proibição. O quadro alusivo ao Chafariz del Rei, já várias vezes aqui evocado,

---

<sup>125</sup> - *Ditos portugueses dignos de memória*, p. 486.

<sup>126</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da cidade, C 7, f. 137.

<sup>127</sup> - TT, Chancelaria de D. Manuel, Liv. 37, f. 90 – 21.6.1521.

<sup>128</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 1, f. 50 – 2.3.1548.

<sup>129</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perd. e leg., Liv. 4, f. 150 – 29.3.1549.

<sup>130</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte I, Maço 4, Doc. 30 – 22.3.1502.

<sup>131</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, C 3, f. 52 – 26.10.1560.

<sup>132</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 5085, f. 3 – 6.2.1557.

inclui algumas cenas de desordem e a prisão de um negro, em estado de embriaguês, por agentes policiais, o que confirma que episódios desses com participação de escravos e gente de cor deviam ser vulgares. A análise, no entanto, de documentos da época relativos a episódios de violência, demonstra que eles eram tanto os causadores como as vítimas desses actos e que a maior parte de tais ocorrências não tinha a participação nem de escravos nem de libertos.

O porte de armas era-lhes proibido. Um alvará de D. Manuel, de 1521, condenava qualquer mouro ou negro cativo a quem “*fosse achada espada ou punhal ou pau feitiço [ pau de ponta, usado como arma ofensiva ]*” sem ir na companhia do dono. Mas uma determinação de 1559 veio a permitir que levassem armas quando se separassem dos amos, a seu mando e fossem para casa “*por caminho direito*”<sup>133</sup>. Isto, na prática, possibilitava que os escravos andassem armados em quaisquer circunstâncias, pois era sempre possível afirmar que se deslocavam de junto do senhor para casa deste e a seu mando (o que era suposto acontecer sempre), sendo difícil provar que iam por caminhos enviesados. Por isso não era raro usarem espadas e facas para agredirem outras pessoas ou para se defenderem de agressões alheias. Álvaro Esteves, de Cascais, andou “*a braços*” com o cativo de uma moradora de Bucelas, pelo que foi ferido de uma facada e veio a falecer<sup>134</sup>. Pêro, do fidalgo João Nunes da Cunha, “*arrancara de uma espada contra um homem por nome Medina [...] e lhe tirara golpes de propósito*”<sup>135</sup>. António, cativo do cura dos Anjos, Padre Manuel Rodrigues e outros escravos “*saltaram às pancadas*” com um preto forro e feriram-no<sup>136</sup>. Diogo Fernandes Cabrita teve uma briga com Nicolau, escravo de Manuel de Sousa e veio a morrer das feridas que sofreu. Este, no entanto, foi perdoado porque a mãe da vítima defendeu que o seu filho foi

---

<sup>133</sup> - Duarte Nunes de Leão, *Leis extravagantes*, p. 121.

<sup>134</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 23, Liv. 109, f. 86 – 29.8.1595.

<sup>135</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perd. e legit., Liv. 4, f. 31 – 2.3.1548.

<sup>136</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perd. e legit., Liv. 1, f. 126 – 26.3.1586.

culpado “ *em falar muito ruins palavras ao dito Nicolau*” e isso ter provocado o incidente <sup>137</sup>.

De outras vezes, como foi dito, os escravos eram as vítimas dessas, por vezes graves, ocorrências. Miguel Pires, morador na ribeira de Alcântara, foi preso no tronco da cidade por ter ferido António, cativo de Isabel Dias, com “ *uma espadeirada na cabeça*”. Esta, porém, perdoou-lhe por o seu escravo “ *ser mal ensinado*” e ter provocado o antagonista <sup>138</sup>. Um cativo de Nuno Fragoso, manteeiro do rei, teve “ *uma briga e diferença*” com dois moradores de Aldeia Galega, ficando ferido, mas o dono perdoou aos opositores “ *por saber que o dito mulato [ era] muito soberbo*” <sup>139</sup>. Pêro Fernandes, “ *acarretador de castanha na Ribeira*”, foi preso no Limoeiro por causa de umas feridas que causou a Lucas, escravo, quando este, com o arrais e dois companheiros de uma barca, discutiu com ele e lhe atirou uma pedra <sup>140</sup>. E o alcaide de Lisboa Nuno de Amorim foi acusado pela morte de um escravo, assunto que motivou uma carta de D. João III ao governador da Casa do Cível <sup>141</sup>.

Essas agressões levavam, por vezes, à morte. Gaspar, preto de um proprietário de Barcarena, foi encontrado morto no caminho de Massamá para Queluz, onde estava de soldada, sem que se conseguissem apurar os culpados <sup>142</sup>. Em Janeiro de 1596 foi sepultado em Barcarena Gaspar, preto de António Antunes, “ *que mataram em Queluz de uma estocada*” <sup>143</sup> e, numa noite do mês seguinte, foi morto na freguesia da Sé um cativo de Diogo Mendes Sereno <sup>144</sup>.

Alguns actos de violência em que os cativos participavam resultavam de andarem frequentemente na companhia dos donos, o que os convertia em seus apoiantes,

---

<sup>137</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 10, Liv. 48, f. 62 – 11.5.1582.

<sup>138</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 1, Liv. 6, f. 14 – 6.12.1571.

<sup>139</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, cx. 15, Liv. 70, f. 60 – 11.10.1585.

<sup>140</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 6, Liv. 28, f. 131 v. – 19.11.1592.

<sup>141</sup> - Biblioteca Pública de Évora, Cód. Cv / 2-11, f. 130 – 28.8.1533.

<sup>142</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 4, Liv. 14, f. 106 – 8.2.1593.

<sup>143</sup> - TT, Fundo Paroquial, Oeiras, Barcarena, Liv. 1 de Óbitos, f. 300 – 23.1.1596.

<sup>144</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azavedo, *Registo da freguesia da Sé...*, v. II, p. 92 – 20.2.1596.

voluntários ou forçados, quando surgiam situações de conflito. Foi o que sucedeu a Pedro, pertencente ao marchante de Alcântara Domingos Fernandes. Em Fevereiro de 1572 estava ele perto da cidade com o senhor, um genro e um criado dele, quando, no lugar do Barreiro, passou um grupo formado pelo inglês Tomás Haoster e mais dois mancebos estrangeiros, provavelmente seus compatriotas, que vinham de Nossa Senhora da Ajuda. Uma troca de palavras levou a que brigassem todos, saindo alguns deles feridos <sup>145</sup>.

Havia também agressões entre os próprios escravos. Pedro, de Lucas Giraldo, feriu com uma espada um preto de Catarina de Bívar, “ *decependo-lhe um dedo polegar* ”, mas a dona da vítima relevou-lhe a culpa por considerar que ele, agressor, era “ *um negro [...] bestial* ” <sup>146</sup>. O índio de um padre de Alcochete feriu Andresa, negra de Diogo da Silva, “ *com uma pedra no rosto* ” <sup>147</sup>.

Estes actos de violência deixavam vestígios quer na mente quer no corpo das suas vítimas. São muito vulgares as referências a marcas de feridas nas descrições do aspecto dos escravos, as quais resultavam desses actos mas igualmente das vicissitudes que tinham sofrido os que eram provenientes de fora do reino, através de longas e desumanas viagens de tráfico, terrestres e marítimas. A própria dureza do trabalho a que muitos eram obrigados podiam resultar em ferimentos ou aleijões e também o mau tratamento eventualmente dado pelos senhores. Um dos mouriscos da estrebaria de D. João III era “ *aleijado do braço direito* ” <sup>148</sup>. Manuel, cativo de Luís de Miranda Henriques, era “ *quebrado de ambas as virilhas* ” <sup>149</sup>. Álvaro Botelho, escravo branco da estrebaria do infante D. Luís, tinha “ *na testa da banda direita um sinal de ferida* ”

---

<sup>145</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 2, Liv. 7, f. 41 – 21.2.1572.

<sup>146</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perd. e legitimações., Liv. 16, f. 253 v. – 28.3.1551.

<sup>147</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 13, Liv. 61, f. 77 – 26.4.1584.

<sup>148</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 4, f. 113 v. – 15.9.1549.

<sup>149</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perd. e legit., Liv. 5, f. 106 – 29.4.1595.

<sup>150</sup>. Ache, de D. Nuno da Cunha, tinha dois dentes “ *que lhe quebraram de uma arcabuzada* ” <sup>151</sup>. E Domingos, de Diogo Lopes de Sousa, era “ *de um braço aleijado* ”

<sup>152</sup>. Quanto a Maria, falecida em 1599 na freguesia da Pena, tinha “ *uma mão menos* ”

<sup>153</sup>. São inúmeras as referências como estas.

Além de vestígios físicos, em detrimento da saúde e do aspecto dos cativos, a participação em actos de violência implicava a aplicação das penas que as leis previam para os respectivos infractores. Observemos, então, o quadro penal aplicado aos escravos e como este se assemelhava ou diferenciava do que incidia sobre os indivíduos de condição livre.

O crime mais grave que um escravo podia cometer era a morte do seu senhor ou de um filho seu. As *Ordenações* estabeleciam que os que nele incorressem fossem “ *atenazados* ” ( ou seja, atormentados ), lhes fossem decepadas as mãos e morressem enforcados. Se apenas o ferissem, seriam mortos e, se arrancassem arma contra o mesmo, sem o ferir, seriam publicamente açoutados, com barão e pregão e ser-lhes-ia cortada só uma das mãos <sup>154</sup>. Era infracção que se podia equiparar à traição ao rei cometida por um indivíduo livre, por mais nobre que fosse a sua condição. O assassinato ou a tentativa de assassinato do soberano, da rainha sua mulher ou de qualquer um dos seus filhos, ou a simples ajuda a que tal acto fosse praticado, eram considerados crime de lesa magestade - “ *a pior cousa e mais abominável crime que no homem pode haver* ” – castigado com “ *morte cruel* ” e confisco de todos os bens <sup>155</sup>.

A pena de morte era, no entanto, extensiva a qualquer pessoa livre que atraísse o senhor com quem vivia, por soldada ou “ *a bem fazer* ” – a quem hoje

---

<sup>150</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 5, f. 144 v. – 10.5.1556.

<sup>151</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 10.363, f. 2 – 31.5.1560.

<sup>152</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 2, Liv. 9, f. 140 – 17.2.1573.

<sup>153</sup> - TT, Fundo Paroquial, Lisboa, Pena, Liv. 1 de Óbitos, f. 107 v. – 1.4.1599.

<sup>154</sup> - *Ordenações manuelinas*, Livro V, título X, § 6 ( p. 41).

<sup>155</sup> - Idem, p. 16-17.

chamaríamos patrão - dormindo-lhe com a mulher, filha ou irmã, ou o matasse, ou contra ele cometesse outra ofensa pessoal, como um grande furto. No caso de morte do amo, além de pagar com a vida ser-lhe-iam confiscados os bens <sup>156</sup>. Não parece, por isso, que a pena aplicada ao escravo, no caso de morte do dono, fosse mais grave que a de qualquer pessoa livre que atentasse contra a vida daquele de quem dependia, ou do próprio rei e sua família mais directa. O único exemplo encontrado sobre a aplicação desta pena a cativos é a referência, no registo de óbitos da freguesia da Sé, em 1596, de “*um escravo preto*” que “*foi atanazado e esquartejado per justiça [...] por ajudar a matar e roubar seu senhor, na banda d’Além*” <sup>157</sup>. Um outro, acusado de matar o senhor em Trujillo ( Castela ) e que fugira para Elvas, foi expatriado pelas autoridades dessa cidade, por ordem régia, “*para lá fazerem justiça dele*” <sup>158</sup>, a qual não deve ter sido menos rigorosa que a que foi aplicada ao anterior.

O simples assassinato de alguém de quem o autor não dependia e a quem, por isso, não devia fidelidade, levava também à morte, quer do próprio agente quer do que a ordenara. Só no caso de se tratar de “*cavaleiro ou fidalgo de grande solar*” a pena não seria aplicada sem o rei ser avisado e decidir sobre a mesma. Quem matasse por dinheiro, além de ser morto, teria as duas mãos decepadas e perderia todos os bens. A simples tentativa de assassinato teria a morte como consequência, desde que a arma tivesse sido uma besta. Quem ferisse no decurso de uma rixa seria degredado dez anos para S. Tomé e quem tentasse ferir com aquela arma pagaria o crime numa das praças portuguesas do norte de África ( “*num dos lugares d’Além em África*” ). Aquele que fosse achado com besta armada, de noite, em Lisboa ou na terra em que estivesse a corte, pagaria 4.000 reais, seria açoutado publicamente e degredado dois anos para S. Tomé, excepto se, pela sua condição social, não pudesse ser açoutado, situação em que

---

<sup>156</sup> - Idem, p. 23-24.

<sup>157</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. II, p. 412 – 5.4.1596.

<sup>158</sup> - Arquivo Histórico Municipal de Elvas, Liv. 1 de Provisões e alvarás, f. 611 – 27.1.1517.



os dois anos de degredo passariam para três. A simples ferida durante uma rixa levaria à pena de morte, se fosse feita perante o rei ou na casa em que estivesse <sup>159</sup>. O simples empunhar de arma, na localidade de estadia do rei, acarretaria pena de açoites para o culpado e, se chegasse a ferir, ser-lhe-ia decepada uma mão <sup>160</sup>.

Os escravos não foram especialmente referidos neste conjunto de normas, excepto quando atentavam contra a vida ou traíam o dono, como foi assinalado. Mas alguns casos referidos pelas fontes da época mostram como a justiça reagia à sua participação em actos de violência. Um desses exemplos foi o de António, escravo de Diogo Sanches, autor da morte de Diogo, também cativo. Foi condenado pelo crime à penas de açoites e a ser vendido para fora do reino, sendo o produto da venda entregue ao dono da vítima, o licenciado Jerónimo Fernandes. Mas, além dessas, a Relação acrescentou-lhe a pena de cortamento de orelhas, o que desagradou ao autor da demanda e dono do escravo assassinado, por achar que “ *o dito António valia muito pouco e sem orelhas não ficaria valendo coisa alguma*”, alegando também que em casos semelhantes não se costumavam cortar orelhas, por não serem crimes de furto. Pedia ao rei que relevasse ao cativo esta última pena, ao que o soberano acedeu <sup>161</sup>.

Se compararmos as penas infligidas ao escravo com as que estavam previstas pela lei para qualquer indivíduo livre culpado de homicídio, que incluíam, além de outras, a morte, temos que concluir que beneficiou de um tratamento menos rigoroso. A não aplicação da pena de morte provavelmente devia-se ao facto de o escravo ser encarado sobretudo como bem patrimonial, cuja vida se destinava à prestação de serviços, que se perderiam se tivesse pena de morte. Isso é evidente na sua venda e entrega do respectivo valor ao proprietário do escravo assassinado, para o compensar da falta deste.

---

<sup>159</sup> - *Ordenações manuelinas*, Livro V, Tít. X, p. 38-45.

<sup>160</sup> - *Idem*, p. 43-44.

<sup>161</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 25, f. 387 – 25.9.1555.

Outro exemplo desse tratamento pela lei foi o de Francisco, pertencente ao fidalgo Jerónimo Álvares de Paiva. Este foi acusado de matar Estêvão de Calheiros e o escravo de o ajudar, tendo sido visto a empunhar uma espada. Francisco foi preso no Limoeiro e acabou por ser condenado em dois anos para as galés, onde serviu mais de um ano, ao fim do que lhe foi relevado o tempo em falta <sup>162</sup>. Também aqui se nota a opção por uma pena que permitiu que o escravo continuasse a ser útil, neste caso ao rei - num serviço pesado mas indispensável, como o de remador das galés reais - em vez de ser morto. A falta de remadores motivou, aliás, um alvará régio de 1551, ordenando às Casas da Suplicação e do Cível a substituição da pena de degredo para o Brasil por serviço nas galés, tratando-se de indivíduos de categoria inferior à de escudeiro. Se os condenados fossem escravos e a pena tivesse sido a venda para fora do reino, em vez disso seriam vendidos ao provedor do Armazém da Guiné e Índia, se ele estivesse interessado, igualmente para servirem nas galés <sup>163</sup>.

O caso seguinte mostra um cativo acusado de, em Lisboa e durante a estadia do rei, ter usado uma espada para atacar uma pessoa e de a ter ferido. Foi Pêro, cativo da mãe do fidalgo João Nunes da Cunha, de quem se dizia que “ *arrancara de uma espada contra um homem por nome Medina [...] e lhe tirara golpes de propósito*”. A pena correspondente a esta infracção era, tratando-se de peão ou de pessoa de mais baixa condição, ser-lhe decepada uma mão. Só se não chegasse a ferir seria apenas açoutado publicamente, com barão e pregão. Ora o que sucedeu foi ter-lhe a Relação aplicado o castigo de açoutes, correspondente à menor das duas infracções mas, quando o dono provou que não chegara a haver ferimento, os próprios açoutes lhe serem perdoados.

---

<sup>162</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 20, f. 289 – 23.8.1584.

<sup>163</sup> - Duarte Nunes de Leão, *Leis extravagantes*, Parte IV, Tít. XXII – 5.2.1551, p. 177-178.

Para isso o senhor teve que pagar, como era hábito em casos de perdão, 6.000 reais para obras pias <sup>164</sup>.

Mais próxima do regime geral parece ter sido a pena aplicada a Salvador, do meirinho da Casa da Índia Baltasar Leite, o qual “ *afrontara de punhadas e arrancara [de uma arma] na corte*” contra Maria Fernandes, mulher solteira e mulata. Como consequência foi condenado em dez cruzados para a vítima e a um ano de degredo para África. Acabou por ser perdoado do degredo, pois o dono já pagara a importância pecuniária <sup>165</sup>.

Observemos o regime penal estipulado pelas *Ordenações* para crimes de furto. Quem furtasse um marco de prata e daí para cima, em dinheiro ou outros valores, teria pena de morte. Daí para baixo, mas acima dos 400 reais, teria pena de açoites, com barão e pregão e seria desorelhado. Apenas quem furtasse quantia inferior a essa seria apenas açoutado. Nos escravos, porém, as penas eram mais graves: entre 400 e 100 reais ainda seria desorelhado, além de receber açoites. Só dos 100 reais para baixo seria apenas açoutado <sup>166</sup>. A maior gravidade das penas de furto que recaíam sobre os escravos relacionava-se, por certo, com a conotação de propensos ao roubo que eles tinham e com a necessidade, por isso, de uma maior severidade, que os dissuadisse de se entregarem a essa prática.

Joane, do mercador Francisco Lopes, foi condenado a ser açoutado, com barão e pregão, por ter roubado uma cadeia de ouro a uma mulher, durante a missa, a qual pesava 900 reais. Pela lei que punia estes casos, no entanto, o escravo devia ser, além de açoutado, também desorelhado. Mas nem a pena de açoites acabou por cumprir, pois, talvez por ser “ *muito menor de idade*” e a ofendida lhe ter perdoado, foi-lhe relevado

---

<sup>164</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 4, f. 31 – 2.3.1548.

<sup>165</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 14, f. 31 v. – 18.6.1592.

<sup>166</sup> - *Ordenações* manuelinas, Liv. V, Tít. XXXVII, p. 109-110.

esse castigo<sup>167</sup>. Condenado a 20 açoites “ *ao pé da picota*” ( ou pelourinho) foi um cativo de João Gomes, encontrado a carregar palha de um palheiro. Acabou também por ser perdoado por mercê régia, atendendo ao que o dono invocou: “ *por o dito seu escravo ser escravo branco [...] e não ser mal acostumado*” e, além disso, “ *ser em tempo que n[ã] corte se não podia achar palha por nenhum dinheiro, por estar[em] sucados de água*” <sup>168</sup>. Muito provavelmente a palha destinava-se ao próprio senhor e daí a sua intervenção para que o cativo fosse perdoado.

A Francisco, preto de Francisco de Madrid, foi imposta a pena de açoites e cortamento de orelhas “ *por ter fama de ladrão*”. Foi-lhe, no entanto, relevada a amputação física, na condição de ser vendido para fora do reino no prazo de um mês, sem o que o dono o perderia para a Misericórdia. Um outro morador da cidade, D. Pedro Fajardo, interessado em comprar o escravo, pediu ao rei que lhe relevasse ser vendido para o estrangeiro, isto atendendo a que já lhe tinha sido infligida a pena de açoites, o que foi aceite <sup>169</sup>.

O escravo Manuel, de Luís de Miranda Henriques, foi condenado a açoites e um ano de degredo para as galés, por furtar um ferragoulo de saragoça e uma espada, tudo no valor de cinco tostões ( 500 reais ). Seguindo o estipulado na lei, mesmo que fosse um homem livre caber-lhe-ia a pena de açoites e cortamento de orelhas. O serviço nas galés substituiu, no caso do escravo, a amputação, provavelmente por ser de maior interesse social. Mas mesmo esse lhe foi perdoado, bem como os açoites, a pedido do dono <sup>170</sup>. Mesmo tendo em conta que para a justiça da época a ameaça do castigo era tão eficaz como a sua efectiva aplicação e que o perdão régio cumpria também uma função política, a de demonstrar “ *a supremacia simbólica do rei*”, como defendeu António

---

<sup>167</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 4, f. 150 – 29.3.1549.

<sup>168</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 16, f. 279 v. – 27.4.1551.

<sup>169</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 23, f. 196 – 13.11.1554.

<sup>170</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 5, f. 106 – 29.4.1595.

Manuel Hespanha <sup>171</sup>, os perdões eram provavelmente exceções à regra – embora sejam os únicos casos que conhecemos – tendo sido certamente muitas mais as ocorrências com aplicação das decisões judiciais.

Um crime fortemente lesivo do bem público era o de atear fogos. De acordo com as *Ordenações*, quem nele incorresse seria preso, pagaria o dano causado e, além disso, sofreria pena de dois anos de degredo para uma das praças do norte de África, com baraço e pregão pela respectiva localidade. Sendo escravo seria açoutado em público. Quanto ao pagamento do prejuízo, se o dono não quisesse responsabilizar-se, poderia dar o escravo para que fosse vendido e, do produto da venda, ser satisfeito o valor do mesmo <sup>172</sup>. Para o cativo não deveria ser muito importante mudar de dono. A única verdadeira pena eram os açoites. O castigo principal era para o dono, que ou pagava o prejuízo ou ficava sem o escravo. Talvez fosse pior, como sucedia aos incendiários de condição livre, além de pagarem os danos terem de cumprir degredo nas praças marroquinas.

Nas infracções punidas com multas, cabia ao senhor pagar pelo escravo, por este quase nunca o poder fazer e porque o primeiro era por ele responsável. Se o dono não quisesse pagar, então o cativo seria açoutado. Era isso que a lei previa para os que jogassem cartas ou dados, que sofreriam vinte açoites junto do pelourinho se os donos não se responsabilizassem monetariamente <sup>173</sup>.

Esse regime era igualmente aplicado na infracção às posturas concelhias, sempre que os donos se recusavam a pagar as penas pecuniárias correspondentes. Por provisão régia de 1551, quando isso acontecesse ser-lhes-iam dados vinte açoites ao pé do pelourinho, pela primeira vez e cinquenta, pela segunda. À terceira infracção, seriam

---

<sup>171</sup> - António Manuel Hespanha, “A punição e a graça”, *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), v. 4, p. 239-251.

<sup>172</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv. V, Tít. LXXXIII, p. 247-249.

<sup>173</sup> - Idem, Tít. XLVIII, p. 160-162.

açoutados pela cidade <sup>174</sup>. A causa era que, frequentemente, os donos os deixavam ficar presos por não quererem pagar as multas, “ *o que era causa de se ocupar e pejar com eles a cadeia e se seguiam outros inconvenientes que não eram serviço de Deus*” <sup>175</sup>. Um alvará de 1520 ordenava ao carcereiro do Limoeiro que desse de comer aos escravos reclusos quando os seus donos o não quisessem fazer, podendo gastar com esse fim até 12 reais por dia <sup>176</sup>

A legislação referida e os exemplos de castigos encontrados nas fontes levam a concluir que o regime penal aplicado aos escravos, caracterizado embora pela violência própria da justiça da época, não diferia substancialmente do que punia as pessoas livres, excepto nos crimes de furto, em que era mais pesado e na frequente substituição das penas pecuniárias por castigos corporais.

Muitas das infracções dos cativos eram pequenos delitos, em que se adivinha, por vezes, a cumplicidade dos senhores ou dos seus dependentes. Um índio de D. Fernando Mascarenhas, seu cozinheiro, foi preso por ter sido encontrado com um coelho que caçara na coutada de Almeirim. Como provavelmente a caça se destinava à mesa do aristocrata e o cozinheiro lhe fazia falta, o dono intercedeu junto do rei para que mandasse libertar o escravo <sup>177</sup>. Outro caso ocorreu com Joane, de Cristóvão de Brito, do Conselho régio. Certa noite um grupo de embuçados abandonou um recém-nascido no pátio do fidalgo. Quando se retiraram, os criados deste mandaram o escravo levar a criança ao Hospital de Todos os Santos. Mas no caminho o escravo foi surpreendido e

---

<sup>174</sup> - *Documentos do Arquivo histórico Municipal de Lisboa – Livros de Reis*, v. VIII, p. 267 – 13.12.1575.

<sup>175</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da cidade, C 5 ( Liv. 1º. De posturas, regimentos e taxas ), f. 24 – 20.6.1551.

<sup>176</sup> - Duarte Nunes de Leão, *Leis extravagantes*, Parte IV, Tít. XXI – 27.2.1520, p. 173.

<sup>177</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Perdões e legitimações, Liv. 38, f. 71 – 2.7.1559.

preso, por se supor que levava o menino a enjeitar, o que foi negado pelo dono, que veio a conseguir o perdão do cativo <sup>178</sup>.

Nalguma dessa pequena criminalidade apareciam também implicados moços e adultos livres e o facto de as posturas municipais englobarem os escravos nesses actos mostra, além do mais, que eles tinham comportamentos e participavam em divertimentos comuns à restante população, o que ajuda a dar a medida da sua inserção no dia a dia da comunidade em que viviam. Uma delas destinava-se à manutenção da higiene dos recintos públicos e determinava que “*nenhum moço nem escravo nem outra qualquer pessoa se p[usasse] a fazer seus feitos debaixo dos arcos do Rossio, nem em todo ele, nem nas ruas e travessas, praças e escusas*” da cidade. Quem não cumprisse pagaria 100 reais de multa <sup>179</sup>. Uma decisão régia de 1515 atribuiu à câmara a capacidade de decidir sobre a prisão dos negros e negras que fizessem “*sujidades no tableiro e adro da Sé*” ou aí se sentassem, por ser assunto de almotaçaria e limpeza, não podendo intervir nisso nem o corregedor da corte nem outros juízes e justiças <sup>180</sup>

Outra postura proibía que qualquer moço ou escravo “*arm[ass]e aos passarinhos [...] com ramos de oliveira*”, atendendo ao prejuízo que causavam aos donos dos olivais <sup>181</sup>. A determinação tornava evidente a importância do campo e das actividades que lhe eram próprias nos arredores imediatos de Lisboa.

Várias decisões municipais tinham por objectivo circunscrever os efeitos de certos jogos a que os jovens da cidade, incluindo cativos, se dedicavam. Uma impedia que os moços e escravos “*jog[ass]em às porradas com paus feitiços ou que esgrimi[ss]em na Ribeira ou pelas ruas*”, com arcos de pipa ou qualquer outra coisa <sup>182</sup>. Outra proibía que “*alguns moços ou negros*” jogassem às pedradas ou trouxessem

---

<sup>178</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perd. e legit., Liv. 27, f. 262 v. – 5.5.1557.

<sup>179</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da cidade, C 7, f. 107.

<sup>180</sup> - *Documentos do Arquivo Histórico Municipal de Lisboa- Livros de Reis*, v. V, p. 53.

<sup>181</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da cidade, C 7, f. 139.

<sup>182</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da cidade, C 7, f. 140.

fundas pela cidade - nomeadamente na costa do castelo – assim como nos arrabaldes dela, com pena de estar dez dias no tronco e pagar 2.000 reais. O mesmo castigo seria dado aos cordoeiros que fizessem as fundas <sup>183</sup>. Uma terceira determinação aplicava-se à época do Entrudo, com o fim de limitar as consequências das brincadeiras próprias dessa festividade:

*“ Foi acordado [...] que [...] nenhum moço nem escravo, nem outra pessoa alguma, jogue às laranjadas nem ande com farelos, nem com fogo, nem com paus pelo Entrudo, nem nos dias chegados a ele, [...] façam uniões nem ajuntamentos e inquietações ao povo [...] sob pena de qualquer que for achado que faz o contrário ser preso trinta dias e pagar dez cruzados ”* <sup>184</sup>.

Alguns escravos e outros indivíduos tinham o hábito de correr a cavalo em sítios centrais da cidade, com perigo para os transeuntes. Disso nos dá conta uma postura camarária que proibia que os mesmos corressem em cavalos ou mulas no Rossio, ao longo do mar ( ou do rio, como melhor diriam ) e no Chafariz del Rei, *“ por o muito perigo que corr[ia] a gente com os ditos escravos e pessoas correrem os ditos cavalos e mulas ”*. Os infractores seriam penalizados com dez dias de cadeia e 1.000 reais de multa mas, se fossem escravos e os senhores não quisessem pagar por eles, seriam publicamente açoitados pela cidade <sup>185</sup>.

Também os bailes e festas dos escravos foram impedidos pelas autoridades municipais, por deles resultarem *“ muitos arruídos e [ serem] causa de se fazerem furtos e roubos e de serem seus senhores mal servidos ”*. Daí ficarem proibidos, na cidade e numa légua ao redor, *“ ajuntamentos dos escravos, nem bailos nem tangeres ”*, fosse de dia ou de noite, em dias de festa ou durante a semana. Os que tangessem ou

---

<sup>183</sup> - Idem, f. 140.

<sup>184</sup> - Idem, f. 140 v.

<sup>185</sup> - Idem, f. 137 v.



bailassem pagariam de multa 1.000 reais e os que estivessem só presentes pagariam 500. O mesmo sucederia aos pretos forros <sup>186</sup>. Igual fim teve um alvará régio de 1559<sup>187</sup>.

Não se sabe se a medida alguma vez foi cumprida, devido à extensão da cidade e seus arredores e à dificuldade das autoridades em controlarem esse género de ocorrências. Duas coisas se podem, no entanto, concluir. Uma, que os escravos promoviam festas com música e danças, provavelmente de proveniência africana, que eram formas de convívio e confraternização, mas igualmente de compensação para o esforço, a monotonia e as frustrações do viver quotidiano. Outra, que os senhores, representados pelas autoridades camarárias, não se apercebiam da utilidade que, para eles próprios, podia reverter dessas fugas temporárias ao esforço diário dos cativos e da vantagem que delas podiam retirar, em termos de produtividade, bom relacionamento e paz social.

Tais medidas discriminatórias deviam-se à atitude de permanente desconfiança que a sociedade livre mantinha relativamente aos escravos e indivíduos de cor, por os considerar potencialmente perigosos para a ordem pública e para a segurança dos bens da população. A mesma era extensiva a outros grupos minoritários, como os mouros forros – conotados com o inimigo maometano - também tidos por ameaçadores para o bem estar geral. Por isso, mesmo sendo livres, deviam andar com “*uma lua de pano amarelo*”, de quatro dedos, cosidos no ombro direito da capa e do pelote. O mesmo sucederia com os mouros cativos <sup>188</sup>. Estes últimos – os “*escravos brancos*”, quer fossem “*mouros ou cristãos*”, ou seja, mesmo os convertidos não estavam livres de suspeita - não podiam sequer andar de noite em Lisboa ou na cidade onde estivesse o rei, desde que tivessem mais de 18 anos, sob pena de multa e açoites <sup>189</sup>. Além disso,

---

<sup>186</sup> - Idem, f. 137 v.

<sup>187</sup> - Duarte Nunes de Leão, *Leis extravagantes*, Parte IV, Tít. V – 28.8.1559, f. 122 v.

<sup>188</sup> - Duarte Nunes de Leão, *Leis extravagantes*, Parte IV, Tít. V, p. 122 – 7.2.1537.

<sup>189</sup> - Idem, p. 121 – 8.7.1521.

fosse de dia ou de noite, não podiam andar “ *sem braga de ferro de doze arráteis e tal que a não pudesse escoar pelo pé*”. Só o podiam fazer quando a corte saísse da cidade <sup>190</sup>. A provar que não se tratava de letra morta esteve a prisão de Mafamede, mouro de Francisco de Sá, camareiro do príncipe D. João, que foi achado pelo meirinho da corte “*sem trazer sinal*”, infringindo a proibição <sup>191</sup>. Quanto às bragas de ferro nada leva a crer que a lei fosse cumprida.

A desconfiança nos escravos levava a que não se desse crédito aos seus depoimentos em juízo. Por isso não podiam ser testemunhas, excepto em casos especiais: “ *[...] o servo nom pode ser testemunha, nem será perguntado geralmente em feito algum, salvo nos casos por direito especialmente determinados*” <sup>192</sup>. Mas tal não acontecia perante a Inquisição, que os aceitava como delatores dos próprios donos e outras pessoas, apesar da posição fortemente suspeita em que se achavam. De facto, aparecem escravos como denunciante em todos os tribunais inquisitoriais do reino <sup>193</sup>.

Além das penas aplicadas pelo sistema judicial, destinadas a punir infracções de incidência pública, há também que considerar os castigos infligidos aos escravos pelos próprios senhores, no âmbito doméstico. Eram considerados não só um direito mas também um dever, que se incluía entre os que lhes cabiam em relação aos dependentes - mulher, filhos e servos - como os de os alimentar, vestir e educar <sup>194</sup>. Não podiam por eles ser punidos, excepto se ferissem com arma <sup>195</sup>. As normas da Igreja impediam, porém, que os castigassem “ *excessiva ou atrozmente*” <sup>196</sup>.

Este era, no entanto, um domínio em que dificilmente podiam observar-se critérios objectivos e a autoridade pública conseguia intervir, por decorrer na

---

<sup>190</sup> - Duarte Nunes de Leão, *Leis extravagantes*, Parte IV, Tít. V, f. 121 v. – 8.7.1521.

<sup>191</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 19, f. 182 – 13.9.1552.

<sup>192</sup> - *Ordenações manuelinas*, Livro III, Tít. XXXXII, p. 148.

<sup>193</sup> - A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 212.

<sup>194</sup> - *Manual de confessores e penitentes*, p. 122-123.

<sup>195</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv. V, Tít. XII, p. 46-47.

<sup>196</sup> - *Manual de confessores e penitentes*, p. 123.

privacidade dos domicílios e no âmbito da autoridade paterna, ficando a sua execução, em larga medida, ao critério dos próprios donos, maridos e pais. Por isso, dependia sobretudo do carácter dos senhores o tipo e a intensidade dos castigos a aplicar aos escravos.

As fontes, sobretudo literárias, revelam algumas práticas consideradas usuais entre os donos de escravos portugueses. Uma delas era a de “*pingar*” os cativos, que consistia em derreter gordura sobre os respectivos corpos em ferida. O francês Jean Moquet, no seu relato sobre Goa no período de 1607 a 1610, descreveu esse suplício, a que chamou “*pingar vivo*”, juntamente com outros atrozes castigos infligidos pelos portugueses aí residentes aos seus escravos <sup>197</sup>. Para além do provável exagero, habitual nos relatos de estrangeiros, concorrentes de Portugal na exploração das riquezas de Além-mar, podendo alguns desses textos considerar-se como propaganda política <sup>198</sup>, devemos ter em conta que a forma de actuar dos portugueses face aos povos que dominavam não era provavelmente idêntica no reino e nos domínios ultramarinos, devendo os abusos serem aí maiores, nomeadamente devido ao tipo de pessoas que frequentemente iam habitar esses territórios, indivíduos socialmente desenquadrados que aí se fixavam com o único objectivo de enriquecer depressa e sem olhar a meios. Existem, no entanto, ecos do uso desse castigo no reino, sobretudo no teatro.

No *Auto do Procurador*, de António Prestes, defendia o protagonista, comparando o tratamento dado aos criados com o dos cativos: “*O vosso negro pingai-lo / se cumpre, cozei-lo, assai-lo, / mas moço mau servidor / é senhor de seu senhor / e o seu serviço comprei-lo*” <sup>199</sup>. E também na *Lamentação do Clérigo*, de Anrique da Mota, o descuido da negra ao deixar entornar uma pipa de vinho provocou a ira do

---

<sup>197</sup> - Jean Mocquet, *Voyage à Mozambique et Goa. La relation de Jean Mocquet ( 1607-1610 )*, p. 112.

<sup>198</sup> - Maria Cristina Osswald, “ Aspectos iconográficos da escravatura negra na gravura europeia relativa à Índia entre os séculos XVI e XVII”, *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*, p. 38-39.

<sup>199</sup> - *Primeira parte dos autos e comédias portuguesas*, p. 31.

dono, que a ameaçou: “ *Ó perra de Manicongo / tu entornaste este vinho, / uma posta de toucinho / t’hei-de gastar nesse lombo*”, ao que a escrava respondia, aflita: “ *Vós a mim quero pingar, / mim morrer*” <sup>200</sup>. A Velha do *Auto das Regateiras*, de Ribeiro Chiado, amedrontava a escrava negra: “ *Cadela, quês ir por i ? / [...] / Vós provareis o toucinho...* ” <sup>201</sup>. E até o Diabo do *Auto da barca do Inferno*, de Gil Vicente, se referia ao cruel castigo quando ironizava com o frade namorador que levava para as penas infernais: “ *Ora estás bem aviado. / [...] / Devoto padre marido / Havês de ser cá pingado*” <sup>202</sup>.

Foi essa também uma das acusações de Frei Francisco da Conceição ao Concílio de Trento, ao enumerar as deficiências da Igreja portuguesa e do próprio país, que urgia corrigir. Segundo ele, os maus tratos infligidos pelos seus compatriotas aos escravos eram tais que os faziam recusar o baptismo, que nenhum alívio lhes traria. Um deles era queimá-los com tições acesos, cera, toucinho e outras matérias derretidas <sup>203</sup>. Quando Gaspar, índio de Pêro de Góis, foi convidado a evadir-se com dois cativos do mesmo senhor, recusou fazê-lo com medo de ser pingado e açoutado ao ser descoberto <sup>204</sup>.

Com tantos testemunhos é difícil não aceitar que se tratava de um costume difundido na sociedade portuguesa, embora provavelmente praticado só por uma minoria. Devia mesmo despertar a condenação da maior parte da população. Saunders refere-se à morte de uma escrava na Madeira, vítima das sevícias do dono, que a chicoteou e pingou. Os vizinhos acusaram-no à justiça, o que o levou a fugir e a incorporar-se num corpo expedicionário enviado a Marrocos. Esse serviço valeu-lhe a

---

<sup>200</sup> - Garcia de Resende, *Cancioneiro geral*, v. V, p. 197.

<sup>201</sup> - *Teatro de António Ribeiro Chiado*, p. 124.

<sup>202</sup> - *As obras de Gil Vicente*, v. II, p. 542.

<sup>203</sup> - “ *Huc etiam attinet dominorum inhumana in servos crudelitas et livida cruciandi licentia; ticionibus enim eos ardentibus, ardenti cera, lardo aliisque ignitis materiis inurunt aut torrent.*” ( “ *Annotationes in abusus sacramentorum ...*”, publicado por Alessandro Dell’Aira, “ *Schiavitù: il silenzio del Concilio di Trento*”, *Nuove Effemeridi*, nº. 54, p. 60-61; referido também por Alexandre Herculano, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, v. III, p. 24-30.

<sup>204</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 2984, f. 2 – 15.1.1564.

comutação da pena de morte em três anos de degredo para Ceuta, de que seria perdoado mediante o pagamento de 9.000 reais <sup>205</sup>. Fernão Mendes Pinto referiu-se à aplicação deste castigo a um ouvidor de Malaca, pelo capitão da fortaleza D. António de Noronha, na década de 50. Segundo o aventureiro escritor aquele foi “ *açoutado e pingado com umas torcidas de azeite, de que esteve para morrer* ” <sup>206</sup>, o que mostra que se tratava de um suplício aplicado também a pessoas livres.

Muito mais vulgares deviam ser as simples agressões, com a mão ou com quaisquer instrumentos, como canas e paus. Podemos recorrer uma vez mais à *Velha do Auto das Regateiras* ameaçando a pobre Negra: “ [...] *eu vos darei a senhor / que vos ponha o pau no lombo* ” <sup>207</sup>. António, abexim, aceitou fugir para terra de mouros “ *pela má vida que seu senhor lhe dava e o açoutar muitas vezes, sem nada, por qualquer cousa* ” <sup>208</sup>. Também era possível encerrá-los como forma de castigo. Embora os cárceres privados fossem proibidos pelas *Ordenações*, o impedimento não tinha lugar “ *naquele que encarcera[sse] seu servo ou filho, polos castigar de algumas más manhas e costumes que houve[ss]em; ca em tal caso os poder[i]a cada um prender* ” <sup>209</sup>.

A imposição de cadeias era uma forma de os senhores punirem os escravos que tinham tentado fugir ao seu domínio, mas também se destinava a evitar novas fugas. Era também um castigo para outros crimes e, como se viu mais atrás, uma forma de prevenir actos ilícitos da parte dos mouros cativos <sup>210</sup>. A pintura que representa o *Chafariz del Rei* inclui um cativo que transporta um cântaro de água e que mostra uma corrente ligando o pescoço a um dos tornozelos <sup>211</sup>. Devia ser uma ocorrência vulgar na cidade e no país. Prova disso é a referência a “ *um colar de ferro de pescoço* ” entre as despesas

---

<sup>205</sup> - A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 160.

<sup>206</sup> - Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, p. 692-693.

<sup>207</sup> - *Teatro de António Ribeiro Chiado*, p. 123.

<sup>208</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 10.843, f. 8 – 5.6.1560.

<sup>209</sup> *Ordenações manuelinas*, Liv. V, Tít. LXVIII, p. 216-217.

<sup>210</sup> - Duarte Nunes de Leão, *Leis extravagantes*, Parte IV, Tít. V, f. 121 v. – 8.7.1521.

<sup>211</sup> - *Os negros em Portugal. Séculos XV a XIX*, p. 14-15.

dos fornos de Vale de Zebro no ano de 1508 <sup>212</sup>, peça destinada, sem dúvida, aos escravos daquela unidade industrial. Uma passagem do *Clérigo da Beira*, de Gil Vicente, refere-se a um negro, “ *grande ladrão*”, cujo dono lhe pôs “ *ferro na pé*” assim que o comprou <sup>213</sup>. A um dos charamelas do duque D. Teodósio, Jácome Feio, foi lançada uma *braga*, como castigo de sucessivos roubos <sup>214</sup> e a dois mouros de D. Francisco Coutinho, recuperados depois de fugirem ao dono, uma braga a um e uma *adoba* <sup>215</sup> ao outro <sup>216</sup>. Quando alguns cativos tentaram fugir ao duque de Aveiro, em 1555, depois de os recuperarem “*deitaram ferros*” a um deles, António e a outro, Mafamede, “ *deitaram outros sobre os que trazia*”, o que mostra que as cadeias não impediam completamente a evasão, apenas a dificultavam <sup>217</sup>. Joane de Pêralonga, cativo mourisco do tesoureiro-mor João Álvares de Andrade, foi abordado por outro escravo para que fugisse consigo numa barca. Ele, porém, respondeu-lhe “ *que não poderia fugir, por trazer bragas de ferro*” e “*o dito mouro lhe disse que ele lhas tiraria em um olival, com cordas*” <sup>218</sup>. Alcaide, escravo mouro de D. Álvaro de Abranches, quis convencer outro mouro do seu senhor a fugir, com ele e outros, numa caravela “ *e lhe amostrara os ferros que tinha já limados*” <sup>219</sup>.

Também com o fim de castigar os escravos *fujões* era costume marcá-los com ferro em brasa, para que, ao evadirem-se, fosse mais difícil ocultarem a sua condição de cativos e mais fácil a recuperação pelos donos. No entanto, grande parte dessas marcas não tinham esse objectivo, sendo-lhes colocadas pelos agentes da coroa ou pelos

---

<sup>212</sup> - TT, Núcleo antigo, nº. 912, f. 1 v.

<sup>213</sup> - *As obras de Gil Vicente*, v. II, p. 365.

<sup>214</sup> - *Ditos portugueses dignos de memória*, p. 196. A *braga* era uma grilheta de prender a perna à cinta, através de uma cadeia ou a outra pessoa ( José Pedro Machado, *Grande dicionário da língua portuguesa*, v. II, p. 403 ).

<sup>215</sup> - *Adoba* : Grilheta que prendia os pés ( *Ditos portugueses dignos de memória*, p. 172 , nota ).

<sup>216</sup> - *Ditos portugueses dignos de memória*, p. 172.

<sup>217</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.827, f. 2 – 26.8.1555.

<sup>218</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1623, f. 7 v. – 16.8.1562.

<sup>219</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 12.085, f. 10 – 11.6.1546.

traficantes à saída das terras de origem, como forma de identificar os proprietários <sup>220</sup>. Esta prática, semelhante à que existia em relação aos animais, constituía a prova mais chocante do modo como eram encarados pela sociedade: como seres humanos *zoomorfizados* <sup>221</sup>, convertendo-se em património e mercadorias. Do regimento do feitor da ilha de S. Tomé, ordenado por D. João III em 1532, fazia parte a ordem para mandar marcar os escravos acabados de chegar da costa africana:

*“ Item pera que os meus escravos que, daqui em diante, a essa ilha vierem se não possam enlear nem trocar com outros alguns, fareis marcar todas as peças que vierem dos resgates, no bucho do braço direito, com a marca de Guiné, que os oficiais da Casa pera isso lá enviaram e serão marcados tanto que saírem em terra dos navios, em vossa presença e do recebedor e escrivães, pera que morrendo ou fugindo alguns deles, pela dita marca se possam conhecer [...] e as ditas marcas estarão guardadas em um cofre de que vós tereis uma chave e outra o escrivão e não se tirarão dele senão em vossa presença quando forem necessárias ”* <sup>222</sup>.

Na Andaluzia era hábito ferrá-los com um S e um cravo, querendo significar *es* + *clavo* <sup>223</sup>, só com um S <sup>224</sup>, ou com o nome do dono, como sucedeu a Francisco, comprado em Lisboa e ao qual o senhor mandou escrever “ *Diego de Vasance, canónigo de Sevilla* ” <sup>225</sup>. No Brasil setecentista a lei determinaria a imposição de um F (fujão) numa das espáduas <sup>226</sup>. Em Portugal o mais vulgar era ser-lhes gravado o nome do proprietário ou o do traficante que o transaccionara. Não são, no entanto, muito

---

<sup>220</sup> - Idem, p. 137.

<sup>221</sup> -- Alfredo Margarido, « *La vision de l'Autre...* », p. 517.

<sup>222</sup> - Publicado por J. Bato'ora Ballong-wen-Mewuda, *São Jorge da Mina (1482-1637)*, v. 2, p. 623.

<sup>223</sup> - Alessandro Stella, « Herrado en el rostro ... », p. 147-148; Carlos Asenjo Sedano, *Sociedad y esclavitud en el reino de granada. Siglo XVI*, p. 230.

<sup>224</sup> - Carlos Asenjo Sedano, Ob. cit., p. 257. Este autor refere-se também a um cativo de Baza (Granada) fugido de casa do dono com uma argola ao pescoço que tinha a legenda: “ *esclavo del canónigo Ruíz, en Baça* ” (Ob. cit., p. 238).

<sup>225</sup> - Vicenta Cortés Alonso, *La esclavitud en Valência durante el reinado de los Reyes Católicos (1479-1516)*, p. 427 – 23.7.1512.

<sup>226</sup> - Flávio dos Santos Gomes, *A hidra e os pântanos*, p. 351.

numerosas as referências documentais a cativos ferrados, o que leva a supor que só os que tinham vindo de fora do reino as traziam e não os que já eram aqui nascidos. Neste último caso, cada vez mais vulgar à medida que o século decorria, só talvez aos fugitivos fosse imposto aquele ignominioso símbolo. Observemos, então, alguns exemplos de marcas encontradas.

Rodrigo, escravo indiano responsável pelo elefante de D. João III, tinha “ *no rosto duas cruces [...] em cada face sua*” <sup>227</sup>. Em Diogo Gago, cativo branco da estrebaria do infante D. Luís, tinha sido escrito o nome do seu senhor: “ *tem no rosto umas letras que dizem Ifante Dom Luís*” <sup>228</sup>. O filho deste, D. António, Prior do Crato, trouxe de Tânger António Luís, a quem mandou pôr “ *uns ferretes no rosto [...] que diz[ia]m Do Senhor Dom António*” <sup>229</sup>. Filipa, mourisca de D. Duarte da Costa, tinha “ *um ferrete na barba [sic]*” <sup>230</sup> e Madalena, fugida ao seu dono, Sebastião Couveiro, andava “ *ferrada de uma cruz na face direita*” <sup>231</sup>. Um mouro de D. Pedro Mascarenhas, embaixador de Portugal junto de Carlos V, evadido em Mayence ao seu dono, tinha gravadas nas faces as letras P e M <sup>232</sup>. Tratava-se, como se vê, em grande parte de escravos norte-africanos, com características físicas iguais ou muito semelhantes às dos portugueses e daí a vantagem de os marcar, para os fazer distinguir das pessoas livres. Mas também os havia negros, vindos de África ou nascidos no reino.

Outras referências dizem precisamente respeito a esses escravos trazidos do continente africano para Portugal e constam de contratos redigidos com tal objectivo. A viúva Francisca Jorge encomendou a Pêro Lopes que lhe trouxesse dos Rios da Guiné uma escrava de 13 a 14 anos, com a seguinte indicação: “ *virá a dita escrava [...]*

---

<sup>227</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 2, f. 309 – 3.9.1549.

<sup>228</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 5, f. 293 v. – 21.4.1556.

<sup>229</sup> - ADS, FN, Almada, Liv. 1 / 4, f. 86 – 3.12.1575.

<sup>230</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 20, Liv. 94, f. 118 – 5.11.1591.

<sup>231</sup> - TT, FN, Cart. 1, Cx. 7, Liv. 35, f. 85 – 15.12.1594.

<sup>232</sup> - Robert Van Answaarden, *Les portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas 8 1460-1580* ), p. 250.



*marcada da marca com que ele [...] trazer marcados os seus escravos, a qual marca lhe porá na espádua direita, aonde ele [...] não porá marca nos mais escravos que trazer*”<sup>233</sup>. Garcia de Veigas, escrivão de um navio prestes a partir para a Serra Leoa, comprometeu-se a trazer a Rui Lopes da Costa, mercador da rua Nova, três peças de escravos e “*a os marcar no ombro direito com três riscas que senifiquem [ sic ] um homem*”<sup>234</sup>. Gaspar Rodrigues contratou com Heitor Coronel trazer-lhe de S. Tomé escravas fêmeas entre os 15 e os 20 anos, “*marcadas no braço esquerdo de marca diferente das outras dele mestre*”<sup>235</sup>. Da Guiné deviam vir também dois escravos encomendados pelo cavaleiro fidalgo Francisco de Almeida, nos quais o fornecedor poria a marca que fosse “*pintada*” numa carta do comprador a um representante seu na ilha<sup>236</sup>.

A prática de marcar os cativos adquiridos em África era seguida também em relação aos que se destinavam ao continente americano. Os que, segundo os termos de um contrato de 1594, fossem de Angola para o Brasil às ordens dos irmãos Gaspar e Manuel Homem, traficantes de Lisboa, deviam ir “*marcados de marca de fogo de um m e um o, que e[ra] a marca deles ditos Gaspar e Manuel Homem*”<sup>237</sup>. E aqueles que fossem de Angola para Cartagena de Índias, por conta de Diogo de la Carrera, mercador de Lisboa, mas por intermédio de outros dois traficantes, Francisco de la Carrera e Bernardino de Sevalhos, deveriam ir “*marcados da marca de fogo que contem o nome dos ditos Francisco de la Carrera e Bernardino de Sevalhos*”<sup>238</sup>.

---

<sup>233</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 4, Liv. 16, f. 26 v. – 16.6.1574.

<sup>234</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 7, Liv. 16, f. 29 v. – 18.10.1574.

<sup>235</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 65, f. 89 v. – 26.9.1584.

<sup>236</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 20, Liv. 92, f. 117 – 2.4.1591.

<sup>237</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 6, Liv. 21, f. 101 v. – 14.11.1594.

<sup>238</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 12 A, Cx. 1, Liv. 3, f. 58 v. – 4.11.1600.

Uma interrogação formulada por alguns autores acerca do tratamento dado aos cativos na Península Ibérica <sup>239</sup> tem sido a da prática ou não da emasculação <sup>240</sup>, convertendo-os em eunucos. Tal amputação foi muito vulgar no mundo islâmico - grande utilizador de escravos nos exércitos e nas cortes principescas, nomeadamente em cargos elevados da administração e do exército - e tinha por fim a vigilância dos haréns, assim como, pela esterilização das vítimas, impedi-las de darem origem a linhagens rivais. Esse problema não existia nos países europeus que utilizaram escravos, dado o limitado papel que aí tinham, quer em termos numéricos quer de influência social. A Europa foi, no entanto, grande fornecedora de eunucos brancos ao mundo islâmico durante a Idade Média, tendo-se destacado, entre outras, a cidade de Verdun como centro de castração <sup>241</sup>. Na Córdova do século X, muitos *saqqaliba* – escravos ruivos e de olhos azuis, provenientes da Europa do norte e do leste – eram eunucos que serviam a corte<sup>242</sup>. Ainda em 1559 foi proibida essa prática pelas cortes de Toledo, nomeadamente da parte dos mouriscos, em relação a negros que vendiam no norte de África <sup>243</sup>. Foram, contudo, usados em cortes europeias, inclusivamente no Vaticano, como cantores: contraltos e sopranos masculinos, cuja voz era preservada, através da castração, antes da puberdade <sup>244</sup>. O mesmo se passou em Portugal. Há notícia da sua existência, como foi referido, na capela de D. João III <sup>245</sup> e também na do duque de Bragança, como testemunhou Venturino da Fabriano quando da passagem por Vila

---

<sup>239</sup> - Alessandro Stella, « Herrado en el rostro con una S y un clavo... », *Figures de l'esclave...*, p. 153.

<sup>240</sup> - A castração podia ser feita “à flor do ventre”, a qual levava à amputação total dos órgãos sexuais e tinha como consequência elevadíssimas taxas de mortalidade das vítimas, ou ter como fim apenas a ablação dos testículos, menos mortífera. A segunda, a mais vulgar, impedia a reprodução mas não o coito ( Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 188-189 ; Jacques Heers, *Les négriers en terres d'Islam*, p. 198-204 ).

<sup>241</sup> - Jacques Heers, *Les négriers en terres d'Islam*, p. 16.

<sup>242</sup> - Hiroaki Sakurai, “ Tráfico humano hacia la España Medieval”, p. 78.

<sup>243</sup> - Idem, p. 153. Como o Islão proibía a castração, as cortes respectivas abasteciam-se destes escravos junto dos cristãos, judeus e de tribos pagãs, nomeadamente africanas ( Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'esclavage*, p. 189 ).

<sup>244</sup> - Michael Kennedy, *Dicionário Oxford de música*, p. 143.

<sup>245</sup> - *Ditos portugueses dignos de memória*, p. 323.

Viçosa do Cardeal Miguel Bonello <sup>246</sup>, cujo efeito musical não gabou demasiado. As informações dadas pelo inventário dos escravos do duque D. Teodósio I, já mencionado, anterior em apenas sete anos à visita do legado papal e que incluiu um conjunto de negros cantores, não permitem concluir que alguns deles fossem castrados <sup>247</sup>. Como a castração, com esse fim, se praticava na Itália <sup>248</sup>, é possível que se tratasse de cantores de lá provenientes.

Associados aos castigos e à ameaça da sua aplicação estavam os insultos com que muitos cativos eram tratados. Lourenço, mourisco do secretário do rei, queria fugir do país “ *porque não podia estar em casa de seu senhor, que tinha um veador muito ruim que lhe dava má vida e lhe chamava ladrão*”. Por isso “ *morria sete mortes cada dia*” <sup>249</sup>. Também aqui a literatura nos fornece elementos de orientação. *Cão, cadela, perra* eram os apodos mais frequentes. O mesmo sucedia no território castelhano <sup>250</sup>. A Negra mais atrás referida queixava-se à dona: “ *Ele chamá toro dia: / cadela, nunca Luzia! / Cadela, como-te oio, / cadela, deitá-te moio*” <sup>251</sup>. Também o Negro da *Prática das oito figuras*, igualmente de Chiado, era tratado com desprezo no mercado: “ *Perro, cão, / bai boso comprá o pesse*” <sup>252</sup>. *Negro* e *sandeu* surgem também como formas de tratamento nas peças desse autor. Ambrósio da Gama dirigia-se desse modo ao escravo: “ *Dizei, nigrinho sandeu, / saibamos que mal vos fiz...[...] Já vós, negro, hoje bebestes?*” e, para o moço Faria: “ *Tira-me esse cão daí*” <sup>253</sup>.

---

<sup>246</sup> - « *La musica di essa cappela fù di buone voci, ma tanto albe, e sendo buona parte eunuchi, che non parve sonora, ne bem concertata, como forse sarebbe riuscita in stanza maggiore*” ( Biblioteca da Ajuda, 46-IX-3 - *Rerum lusitanicarum*, v. 3, f. 291 ).

<sup>247</sup> - Arquivo do Paço Ducal de Vila Viçosa, BDMII, Res., Ms. 18, f. 550-561 v.

<sup>248</sup> - José Augusto Alegria, *História da capela e colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa*, p. 13.

<sup>249</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.712, f. 15 – 26.10.1552.

<sup>250</sup> - Alessandro Stella, “ Herrado en el rostro com una S y un clavo: l’homme-animal dans l’Espagne des XV.e-XVIII.e siècles”, *Figures de l’esclave au Moyen-Âge et dans le Monde Moderne*, p. 158-159.

<sup>251</sup> - *Teatro de António Ribeiro Chiado*, p. 187.

<sup>252</sup> - Idem, p. 300.

<sup>253</sup> - Idem, p. 299 e 301.

As queixas dos escravos estendiam-se ao excesso de trabalho que lhes era exigido e às próprias condições de vida. Dois cativos mouriscos, ambos de nome Gaspar, decidiram fugir por causa da “ *má vida que neste reino passavam com seus senhores e como os matavam com trabalho e fome e os traziam despidos*”. Um deles já quisera evadir-se quando estava numa herdade que o senhor tinha no Alentejo, por este “ *lhe dar muito má vida e o matar de fome, dando-lhe a comer pão de centeio muito negro e tão pouco que se não fartava e que todo o dia o mandava cavar e trabalhar*” <sup>254</sup>. Estêvão, natural da Índia, queixava-se de Nicolau de Castro, seu senhor, “ *o qual lhe da[va] muito má vida [...] e o traz[ia] roto e mal tratado sem lhe querer dar de vestir*”<sup>255</sup>.

### ***7.3 – Formas de reacção e resistência. As fugas de escravos***

A reacção dos cativos à sua humilhante condição era, na maioria dos casos, a submissão resignada, sobretudo nos que já tinham nascido de mães igualmente cativas, dentro do reino e, frequentemente, na casa dos mesmos senhores. Nos outros, nascidos livres e repentinamente arrancados ao seu meio natural para se transformarem em mercadoria e instrumento de trabalho, o desenraizamento violento, os sofrimentos morais e físicos da deportação, o espanto e o medo deviam ser suficientes para criar, na maioria, uma atitude de passividade atónita que impedia qualquer reacção. E, com a passagem do tempo, o melhor conhecimento do seu estatuto social só aumentava a consciência da inutilidade de qualquer acto de rebeldia. Apesar disso, a ocorrência de qualquer facto que perturbasse a paz tensa das relações entre senhores e escravos podia

---

<sup>254</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 2947, f.4 – 6.8.1563.

<sup>255</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 351, f. 4 – 7.1.1564.

conduzir, nos indivíduos de carácter menos submisso e perante donos particularmente impiedosos, a atitudes esporádicas de revolta individual.

Ao longo da história milenar das relações escravagistas não deixaram de eclodir, em regimes de exploração especialmente despótica e com grande concentração de cativos, movimentos de revolta colectiva contra os senhores. Entre os mais conhecidos contam-se o que foi liderado por Spartacus, na antiga Roma, que conseguiu mobilizar e comandar, com êxito temporário, um exército de dezenas de milhares de escravos contra as legiões enviadas para o dominar <sup>256</sup>, as guerras dos negros *Zendjs*, no delta do Tigre e do Eufrates contra o poder califal de Bagdad e dos grandes proprietários muçulmanos, nos séculos VII e IX <sup>257</sup> e a revolta dos escravos de S. Domingos, nas Antilhas, nos últimos anos de setecentos, que levaria à abolição da escravatura e à criação do estado independente do Haiti <sup>258</sup>. No próprio espaço do império económico e político português também tomaram corpo formas de revolta e resistência colectiva da parte dos escravos, de que foram exemplos quer a “*guerra do mato*” dos cativos de S. Tomé contra os proprietários de fazendas de açúcar, no século XVI e que culminou com a revolta de Amador, em 1595, que se proclamou rei daquela ilha <sup>259</sup>, quer a formação de *quilombos*, comunidades de escravos fugidos, no Brasil dos séculos XVI a XIX <sup>260</sup>, quer ainda as sublevações de cativos a bordo de navios <sup>261</sup>. Uma destas ocorreu em 1532, por parte de oitenta escravos que seguiam no navio *Misericórdia* de S. Tomé para a Mina e resultou

---

<sup>256</sup> - Henri Wallon, *Histoire de l'esclavage dans l'Antiquité*, p. 537-541.

<sup>257</sup> - Jacques Heers, *Les négriers en terres d'Islam*, p. 228-237.

<sup>258</sup> - James Walvin, *Black ivory. A history of British slavery*, p. 255; João Pedro Marques, *Revoltas escravas: mistificações e mal-entendidos*, p. 35-47.

<sup>259</sup> - Catarina Madeira Santos, “A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: S. Tomé, primeira metade do século XVI”, *Studia*, nº. 54/55, 1996, p. 75-91, Isabel Castro Henriques, *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*, p. 110-120; Isabel Figueiredo de Barros e Maria Arlete Cruz, “Revoltas de escravos em São Tomé no século XVI”, *Leba*, nº. 7, 1992, p. 373-388.

<sup>260</sup> - Flávio dos Santos Gomes, *A hidra e os pântanos. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil séculos XVIII-XIX*, p. 396.

<sup>261</sup> - Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, p. 622-623; Roger Botte, “Le Portugal, les marchés africains et les rapports Nord-Sud (1448-ca 1550)”, *Cahiers des Anneaux de la Mémoire*, nº. 3, p. 91.

no massacre de quase toda a tripulação portuguesa e na evasão dos revoltosos <sup>262</sup>. Outra reuniu mais de duzentos negros embarcados no porto de Cabinda em 1798 <sup>263</sup>.

Quando a revolta colectiva ou as fugas em massa não eram possíveis – nem provavelmente desejadas, por não existirem condições para a criação, em larga escala, de uma consciência de grupo com interesses próprios, opostos aos dos senhores – restavam as reacções individuais, como foi dito, provocadas por acontecimentos ou comportamentos ocasionais.. Já, ao longo destas páginas, foram referidas algumas, como a de um grupo de escravos de Serpa que, cerca de 1595, agrediu e feriu um traficante de mercadoria humana – João Corvo, “ *que tinha por ofício ir vender escravos a Castela* ” <sup>264</sup> - ou de um negro que, no ano seguinte a esse, “ *foi atazanado e esquartejado [...] por ajudar a matar e roubar seu senhor* ” , na margem sul do Tejo <sup>265</sup>. Também em 1563 uma negra de Évora agrediu com uma cadeira e procurou estrangular e empurrar por uma escada um cavaleiro fidalgo, hóspede da sua dona, que a queria obrigar a obedecer à mesma <sup>266</sup>. De outras vezes a reacção era muito menos violenta, feita de amarga impotência, como a do cativo mouro de Pêro Palha que ameaçou enforcar-se ao ser açoutado pelo dono <sup>267</sup>.

Perante a impossibilidade de se defenderem da arbitrariedade dos senhores e certamente já depois de terem reprimido um rosário de ofensas e agressões, alguns escravos procuravam cortar definitivamente com uma dependência que tanto lhes custava suportar, evadindo-se da casa dos donos. Era uma opção difícil de fazer, atendendo a que as condições do território português, quase isolado no extremo ocidental da Península, apenas permitia – além da fuga dentro do país, relativamente

---

<sup>262</sup> - J. B. Ballong-Wen-Mewuda, “ Le commerce portugais des esclaves entre la cote de l’actuel Nigéria et celle du Ghana moderne aux XV e. et XVI.e siècles « , *De la traite à l’esclavage*, p. 133-134.

<sup>263</sup> - Martin Lienhard, “ África na senzala latino-americana. Utopias de escravos rebeldes: Brasil e Cuba, década de 1830”, *Africana Studia*, nº. 5, 2002, p. 131-132.

<sup>264</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 5, f. 95 v. – 16.7.1595.

<sup>265</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. II, p. 412 – 5.4.1596.

<sup>266</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 39, f. 45 – 4.3.1563.

<sup>267</sup> - *Ditos portugueses dignos de memória*, p. 235.

exíguo e, por isso, de pequeno valor como refúgio – a passagem para o território castelhano, onde vigorava o mesmo regime de trabalho escravo e que extraditava os fugitivos que nele se acolhiam. Quanto à fuga por mar a partir directamente do território luso, ou era feita nos navios que saíam dos seus portos para outros países ou para os territórios ultramarinos ou era extremamente difícil, devido à distância que separava as suas costas das do norte de África – cerca de 300 quilómetros a partir do Algarve <sup>268</sup> - uma barreira que não era fácil transpor em pequenas embarcações, praticamente as únicas acessíveis aos cativos.

Situação muito diversa da maioria dos domínios de Além-mar, como S. Tomé ou o Brasil, atrás referidos, onde beneficiavam da existência, perto das cidades e das propriedades agrícolas em que os cativos se concentravam, de florestas quase impenetráveis e de montanhas dificilmente acessíveis, onde os fugitivos se podiam acolher. Por isso, aí as evasões eram numerosas e possibilitaram mesmo a formação de comunidades de refugiados, com existência prolongada. Aqui nada disso se passava. A densidade do povoamento era muito mais alta, não existindo espaços desabitados com a dimensão e o isolamento indispensáveis a esse fim.

Situação muito diversa também dos territórios que cercavam o Mediterrâneo, em cujas costas se desenvolveu durante séculos a guerra de corso entre estados cristãos e islâmicos e o próprio tráfico de cativos, uma e outro fontes inesgotáveis de escravos para os respectivos povos. A maior proximidade entre as ilhas e costas das duas civilizações rivais facilitou a fuga de uns países para os outros e muitos cativos a puseram em prática <sup>269</sup>. Para a dificultar as autoridades de Maiorca impediam que alguém tivesse escravos muçulmanos a menos de meia légua da orla do mar e que eles pudessem passar a noite fora de casa ou andar sem cadeias de ferro. Os proprietários

---

<sup>268</sup> - James H. Sweet, *Recrutar África*, p. 114.

<sup>269</sup> - Salvatore Bono, “La schiavitù e la storia del Mediterraneo”, *Nuove Effemeridi*, nº. 54, p. 13-14; Bartolomé e Lucile Bennassar, *Les chrétiens d'Allah*, p. 300-301.

agrícolas deviam encerrá-los numa casa depois de anoitecer <sup>270</sup>. A Generalitat de Barcelona criou mesmo a *Guarda de Esclaus*, seguro obrigatório para quem possuía escravos do sexo masculino, destinado a cobrir os prejuízos da respectiva fuga. Mas em Perpilhão o mesmo era obrigatório para ambos os sexos<sup>271</sup>

O principal impedimento da evasão ao poder dos donos estava na própria lei. As *Ordenações* consideravam-na crime equiparado ao roubo e condenavam os que a favorecessem:

*“ Defendemos que nenhuma pessoa sejam tão ousadas que levem fora de nossos reinos nenhum escravo cativo pera os poer em salvo e saírem de nossos reinos, nem lhes mostrem os caminhos por onde se vão e possam ir. Nem outrossi sejam asadores, nem consentidores, nem encobridores dos ditos escravos fugirem. E qualquer pessoa que o contrairo fizer, mandamos que [...] sendo cristão será degredado para a ilha de S. Tomé, pera sempre; e sendo judeu ou mouro forro, será cativo do senhor do cativo que assi levava; e sendo mouro ou judeu cativo será açoutado e desorelhado.”*<sup>272</sup>.

A própria Igreja condenava o auxílio aos escravos fugitivos. Os que, “ *por seu conselho, favor ou ajuda*”, levassem algum cativo a abandonar o dono seriam culpados de furto, ficando obrigados a restituir ao mesmo outro de valor igual ou a importância correspondente e também o que eles tivessem eventualmente roubado <sup>273</sup>.

Como não era fácil a um escravo evadido manter-se no país sem ser localizado e novamente preso, a tendência era atravessar a fronteira com o território de Castela, afastando-se o mais possível do ponto de partida ou aproximar-se do estreito de

---

<sup>270</sup> - Maria Dolores López Pérez, “ Sobre la trata de esclavos magrebies”, *De l’esclavitud a la llibertat*, p. 45-47.

<sup>271</sup> - Roser Salicrú i Lluch, “ Entre el reclam de les terres islàmiques i l’escapada septentrional”, *De l’esclavitud a la llibertat*, p. 94-100 e 106.

<sup>272</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv. V, Tít. LXXVII, p. 234-235.

<sup>273</sup> - *Manual de confessores e penitentes*, p. p. 176.



Gibraltar e tentar chegar à costa marroquina. Mas também essas hipóteses estavam previstas pelas leis de ambos os estados, através de acordos de extradição destinados à devolução mútua de mercadorias e coisas roubadas que entrassem nos respectivos países <sup>274</sup>.

As *Ordenações* estabeleciam os procedimentos a ter quando um escravo fugido era descoberto. Quem o encontrasse tinha 15 dias para comunicar o facto ao dono ou ao juiz do almoxarifado da comarca em que o achado tivesse ocorrido. Esse juiz deveria fazê-lo saber às autoridades da morada do senhor do fugitivo ou a ele próprio. Para apurar quem era o dono do escravo, o juiz podia aplicar-lhe, se necessário, até 30 açoites. Tratando-se de cativos encontrados em Lisboa sob suspeita de andarem fugidos, quem os achasse deveria entregá-los ao corregedor ou a outro juiz, que trataria da devolução, podendo-o prender entretanto no tronco <sup>275</sup>. As diligências eram semelhantes nos casos de extradição do país vizinho, como mostrou a fuga, em 1601, de um escravo do arcebispo de Évora D. Teotónio de Bragança, encontrado em Moguer, junto a Huelva, quando tentava alcançar o norte de África. O processo de recuperação incluiu o interrogatório do cativo pelo corregedor dessa vila, a comunicação ao arcebispo, a nomeação por este de um procurador para se deslocar ao local, a obtenção em Vila Nueva del Fresno de cartas de recomendação dos marqueses respectivos, também senhores de Moguer, para as autoridades desta e a recuperação e condução do escravo “*muito bem algemado e seguro*” para Évora, através da Andaluzia e do Baixo Alentejo. Para a travessia da Serra Morena foi alugada uma cavalgadura para o cativo e foram-lhe também comprados uns sapatos de vaca <sup>276</sup>.

---

<sup>274</sup> - Humberto Baquero Moreno, “ Alguns acordos de extradição entre Portugal e Castela nos séculos XIII a XV”, *Portugaliae Historica*, v. I.

<sup>275</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv. V, Tít. XLI, p. 119-121.

<sup>276</sup> - ADE, Mis<sup>a</sup>. de Évora, Liv. 1807, f. 383-387. Esta fonte, extremamente rara, é constituída por um conjunto de documentos que descrevem, em pormenor, todas as operações efectuadas e as despesas com a recuperação do cativo.

Os documentos de que hoje dispomos sobre fugas de escravos são, no entanto, sobretudo as cartas de nomeação de procuradores dos donos dos fugitivos, autorizando-os a irem, em seu nome, recolher escravos já localizados e presos. São elas que nos guiarão na descoberta das características dos senhores e dos escravos em fuga, dos destinos mais procurados por eles e do desfecho final desses dramáticos episódios da história da escravidão no país. Além delas, destacam-se também os processos do Santo Ofício relativos a mouriscos que tentavam fugir do país para os territórios islâmicos para neles regressarem ao culto em que tinham nascido.

Apesar de grande parte das evasões ser empreendida por terra, a via marítima não deixou de ser aproveitada, por vezes com êxito. Quando um cativo convencia a tripulação de uma nau ou caravela de que era livre e tinha direito a deslocar-se à vontade ou conseguia a respectiva cumplicidade para a fuga, essa solução era mesmo a mais segura, pela distância a que podia vir a ficar do dono, em territórios muitas vezes imensos e populosos. Por isso o Regimento dos barqueiros da cidade proibía aos profissionais desse ofício que levassem “ *escravo algum ou escrava, assi índios como de qualquer nação [...], em seu batel para as naus da Índia ou a Belém, enquanto as naus aí estive[ss]em, salvo indo com seu senhor*”, sob pena de perder o barco e pagar vinte cruzados <sup>277</sup>. Alguns casos de fugas mostram que o receio das autoridades tinha fundamento. Em 1577 o fidalgo Bernardo de Ulhoa, morador em Xabregas, nomeou um procurador para lhe encontrar na Índia o seu cativo Tomé Rodrigues, de 26 anos e nascido no reino, que lhe tinha fugido usando a carta de alforria de outro escravo, chamado Gaspar de Lemos, de quem usava o nome. O fugitivo era “ *branco e não t[inha] aparência de mulato*”, circunstância que, sem dúvida, tinha favorecido a evasão

---

<sup>277</sup> - *Livro dos regimentos dos oficiais mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa* ( 1572 ), p. 197-198.

<sup>278</sup>. Também João Ribeiro, de 40 anos, crioulo de Cabo Verde (por isso, aí nascido e criado ) e pertencente ao mercador da rua Nova Jácome Fernandes, desapareceu em 1590 e o senhor suspeitava de que ia “ *embarcado nos navios de Cabo Verde e da Guiné*”. Para tentar recuperá-lo encarregou Nuno Fernandes, que se preparava para seguir para essas paragens como “ *feitor do contrato da ilha do Fogo*”, para lançar mão do cativo e lho enviar novamente ou então, se o fugitivo quisesse, dar-lhe a liberdade contra o pagamento da importância que conseguisse ajustar <sup>279</sup>. Esta fuga foi certamente motivada pelo desejo do escravo de regressar à terra de origem, onde talvez tivesse deixado familiares. E, atendendo às indicações recebidas pelo seu perseguidor, talvez tenha tido êxito.

O recurso a pequenas embarcações, obtidas por furto no litoral marítimo ou no próprio Tejo, com o fim de empreenderem arriscadas viagens até à costa norte africana, foi igualmente tentado. Saunders deu a conhecer a aventura de quatro negros de Peniche que, em 1516, se apossaram de um barco e navegaram ao encontro da terra de origem. Mas que, ao desembarcarem, supondo talvez ter alcançado o norte de África, voltaram a ser capturados, pois não tinham saído do país <sup>280</sup>. A ignorância geográfica influenciava também negativamente estas tentativas. Também de Peniche saíram Francisco, turco de Constantinopla e Alé, da mesma nacionalidade, fugidos de Lisboa. Chegados à vila piscatória, apossaram-se de um barco, com um moço dentro que levaram consigo e

---

<sup>278</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 5, Liv. 24, f. 29 – 1.3.1577.

<sup>279</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Liv. 1, f. 91 v. – 14.4.1590.

<sup>280</sup> - A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 187-188. A informação do documento original ( TT, Chanc. de D. Manuel, Liv. 46, f. 146 ) não permite um conhecimento preciso deste caso, sobretudo devido a erros de toponímia. Na carta de perdão de D. Manuel referente a esta fuga afirma-se que quatro negros de *Penhiche*, termo de Atouguia, se apossaram de um barco e “ *parecendo-lhes que iam bem navegados pera sua terra se acharam em Setuvel onde, deixando o barco amarrado [...] se foram por terra até Souto Redondo, terra do conde da Feira, onde foram presos*”. Mas Souto Redondo não ficava em Setúbal, mas sim na Terra da Feira, no norte do país, onde não parece ter existido nenhum porto com topónimo semelhante a Setúbal. Parece também difícil que, depois de desembarcarem, os fugitivos tivessem voltado por terra para norte, atravessado o Tejo e deambulado até ao local de prisão. Deve tratar-se, por isso, de erro de leitura na transcrição do documento original para o livro de chancelaria. O mais provável é que os cativos tenham rumado a norte e chegado a um porto cujo nome foi alterado e ido para o interior.

navegaram para a costa algarvia, com o objectivo de atingirem a Berbéria. Mas faltou-lhes o mantimento e o leme quebrou-se, pelo que tiveram que desembarcar perto de Lagos, onde o rapaz que levavam à força se evadiu e os denunciou, sendo então presos<sup>281</sup>.

O próprio desconhecimento da arte de navegar se somava às outras desvantagens. No caso já descrito da fuga de um mouro do arcebispo de Évora, ele e o seu companheiro de aventura furtaram um barco no Guadiana “*para irem a Berbéria*”, mas foram capturados em Moguer, próximo de Huelva, por um vizinho da localidade, o qual “*indo [...] desta vila ao mar, a pescar, encontrou num barco pequeno, que andava com mau governo*” os dois mouros, dando parte do facto à autoridade <sup>282</sup>.

Mas, noutros casos, essas aventuras tiveram êxito. Pêro, negro de António Vaz, marinheiro de Tavira, fugiu com outros “*em um barco*”, indo ter ao reino de Fez. Depois disso e lembrando-se de que era cristão, voltou a Portugal, pedindo por isso ao rei que o libertasse da escravatura <sup>283</sup>. Aparentemente fugiu e voltou com alguma facilidade. De Lagos para Tetuão foi Álvaro, mourisco de Fernão Valarinho <sup>284</sup>. António, índio do mercador de Lisboa Duarte Cedeira, foi cativado pelos mouros nas Areias Gordas, ao fugir para Castela. Levado para Arzila, de lá se evadiu novamente para Portugal, com outros dois escravos capturados com ele <sup>285</sup>. Embora o destino inicial tivesse sido Castela, fugiu provavelmente por mar, pois foi aprisionado pelos mouros. António, do Monteiro-mor Jorge de Melo, foi mencionado em 1556 como tendo “*fugido para terra de mouros*” <sup>286</sup>. A moura Couna era “*ida para terra de*

---

<sup>281</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 7562, f. 17 – 7.6.1562.

<sup>282</sup> - ADE, Misª. de Évora, Liv. 1807, f. 383-387.

<sup>283</sup> - TT, Chancelaria de D. Manuel, Doações, Liv. 29, f. 31 – 14.7.1495.

<sup>284</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 45, f. 23 – 30.5.1533.

<sup>285</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, Liv. 6, f. 203 – 4.9.1566.

<sup>286</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 7245, f. 6 – 21.8.1556.

*mouros*” em 1556, como afirmava Briolanja de Mendonça, mourisca <sup>287</sup>. Em 1562 Bernardo da Trindade e Henrique Luís, ambos turcos, falaram “ *nos mouros e mouriscos que fugiram por as Endoenças, entre os quais foi um mouro do bispo do Algarve*” <sup>288</sup>.

Em 1533 andavam os mouriscos de Lisboa “ *alvoroçados*” com a recente fuga de cativos para território islâmico, com recurso aos barcos que serviam em transportes ao longo do rio. Tal foi objecto de correspondência entre D. João III e o governador da Casa do Cível D. Fernando de Castro. Como havia muitos “*mouros, negros e índios*”, cativos e forros, a trabalhar nessas embarcações, como companheiros das mesmas, isso levava a que as facultassem aos fugitivos <sup>289</sup>. O medo de novas fugas levou a câmara da cidade a exigir a apresentação de fiador por parte dos donos de barcas e batéis que trouxessem escravos como companheiros – “*pelo arreceo que se tem dos escravos se alevantarem com as barcas e fugirem pera terras de mouros com outros escravos, como se já muitas vezes fez*” – de cuja prática existem os registos entre 1549 e 1556 <sup>290</sup>, a que já fizemos referência.

Acerca das tentativas de fuga de mouros e mouriscos, por via marítima, para o norte de África os processos da Inquisição de Lisboa fornecem numerosas informações, que permitem uma visão mais completa desse movimento social. Da leitura desses processos colhe-se a impressão de que os mouros e mouriscos da cidade, cativos e forros, viviam numa permanente obsessão por se evadirem para “ *terra de mouros*”, com o objectivo de voltarem às práticas islâmicas em que tinham sido criados, de reencontrarem os familiares e também, no caso dos cativos, de se libertarem da escravidão. Pelo menos a fase de preparação das fugas não parece ter sido difícil, dado o

---

<sup>287</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 2970, f. 3 – 30.8.1556.

<sup>288</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 5152, f. 3 – 3.7.1562.

<sup>289</sup> - Biblioteca Pública de Évora, Cód. Cv / 2-11, f. 157 – 14.8.1534; A. C. de C. M. Saunders, Ob. cit., p. 106.

<sup>290</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da cidade, D 74, Liv. 1 de Fianças dos escravos.

número elevado dos interessados e o facto de a sua actividade lhes permitir deslocarem-se e contactar entre si. Sítios públicos e de grande concentração de escravos, libertos e pessoas livres, como o Terreiro do Paço, o Rossio, o Chafariz del Rei e o Poço de Borratém, serviram de cenário a muitas tentativas de aliciamento e de conversas preparatórias dessas aventuras. Os relatos dos acusados ou cúmplices mostram que os contactos ocorriam enquanto estes serviam os donos, quase na sua presença, enquanto um mourisco segurava no cavalo do senhor e ele conversava, quando ia ou vinha dos chafarizes a carregar água e encontrava um seu semelhante de condição ou origem. Por vezes, as conversas tinham mesmo lugar no paço do rei, em ocasiões em que os donos aí se deslocavam com os cativos. Isso só era possível porque as mesmas eram tidas em *aravia*, a língua árabe, que os senhores geralmente não dominavam.

Os fugitivos pertenciam a todo o género de pessoas, incluindo o próprio rei e a principal aristocracia. Além de escravos, também se evadiam libertos mouriscos que, por se terem convertido ao Cristianismo e quererem regressar ao culto islâmico, caíam sob a alçada do Santo Ofício. Aliás, era essa também, pelo menos no plano formal, a justificação para que as tentativas de fuga de cativos passassem pelo tribunal da fé. Mas na prática, o facto de muitos clérigos e elementos do seu âmbito familiar e social serem donos de escravos aumentava, por certo, o seu zelo e eficácia persecutória.

Além da multidão dos interessados nessa causa comum e das características demográficas de Lisboa, com numerosa e diversificada população, o outro elemento que convidava às evasões era a localização da urbe, junto a um grande rio - sulcado por inúmeras embarcações, muitas delas tripuladas por mouriscos e indianos, naturalmente cúmplices dos candidatos à fuga – com acesso ao mar e às costas norte-africanas. Isso levou Aquiles, índio de Pêro de Góis, a defender que “ *melhor se podia fugir desta cidade que doutra parte alguma*” quando Joane, também índio, lhe perguntou porque

não se evadira de Mazagão, onde já tinha estado. A justificação foram as “ *muitas vigias que havia no dito lugar*” e, por certo, a menor dimensão dessa praça africana, que tornava visíveis quaisquer movimentos <sup>291</sup>. As fontes mostram que existiam redes de circulação de informações a razoável distância, dentro do país, entre a população de mouros e mouriscos, que podiam ser usadas para combinar a fuga de muitos deles do país. Um interessante processo do Santo Ofício refere-se ao encargo assumido por Luís Duarte, antigo escravo mouro do infante D. Luís, de fazer chegar três cartas escritas em árabe “ *às galés do Algarve, a um mouro que and[av]a nelas por remeiro e que f[ora] capitão de um bergantim de mouros, Arraiz Moça*”. Os remetentes eram três cativos de D. Pedro da Cunha e de D. Vasco, seu irmão, moradores em Lisboa - Acém, Almansor e Habraham – que se serviram de Alé, servo também de D. Pedro, como intermediário. O liberto mourisco a quem confiaram as missivas era natural de Alcácer Quibir e tinha sido capturado no Algarve, numa fusta em que vinha por remador. Antes de o baptizarem tinha sido catequizado no colégio dos Jesuítas, em Évora e casara-se com uma mourisca. As três cartas, entretanto apreendidas pela Inquisição, ainda estão apenas ao seu processo, com a respectiva tradução. Embora não pareçam de conteúdo conspirativo, mostram que essa possibilidade existia <sup>292</sup>.

Claro que uma coisa era querer fugir e outra era consegui-lo. Na maioria das tentativas os meios disponíveis e a capacidade técnica dos trãsfugas para a navegação era muito incipiente e a sua ousadia dava prova de ignorância e ingenuidade. Frequentemente tentavam apossar-se de um barco na Ribeira, faziam uma vela dos lençóis da cama em que dormiam e levavam água, biscoito e outros alimentos – como “*vinho, cebolas, alhos e pepinos*” <sup>293</sup> - para a viagem. Depois, na maior parte das vezes, ou eram presos antes de embarcar ou capturados no caminho. Foi o que aconteceu a

---

<sup>291</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1620, f. 7 – 12.4.1564.

<sup>292</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 3932, f. 1 – 17.10.1556.

<sup>293</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 3388, f. 2 – 2.8.1563.

António de Jesus e cinco índios e mouriscos que, depois de cearem em conjunto, foram para Alcântara e entraram num batel para o tomarem. Logo um homem que estava dentro se pôs a bradar: “ – *Aqui del Rei, ladrões, ladrões!*” E todos se puseram a fugir, tendo um deles levado com “ *uma lançada nos peitos*”. Depois de dormirem num olival, no dia seguinte voltaram todos para casa dos senhores <sup>294</sup>.

Na maior parte das vezes os grupos não ultrapassavam os cinco ou seis indivíduos ou nem isso . António de Ataíde quis convencer Catarina d’Eça e o marido a fugirem com ele, dizendo-lhes que já tinha um barco em vista para esse fim, em que andavam dois negros e um índio a acarretar pedra e lenha para a cidade, assim como um moço branco cristão, que os guardava <sup>295</sup>. O seu plano era que “ *quando passassem Cascais, havia de atar as mãos e os pés ao dito moço e o haviam de vender em terra de mouros [ para o que, provavelmente, contava com a colaboração dos três escravos ] e assi haviam de vender lá os ditos negros e índio*” <sup>296</sup>. Francisco de Barros, “*homem de pé*” do bispo do Algarve e mais quatro mouriscos combinaram, naturalmente “ *em aravia*”, encontrar-se entre as 8 e 9 da noite junto à cruz de Cata-que-Farás para depois fugirem. Segundo o seu delator, “*tinham olho em um barco que não tinha mais de um só moço, em o qual haviam de ir porque tomariam o dito moço e o deitariam ao mar ou o levariam consigo e o meteriam debaixo da coberta*”. O denunciante, também mourisco e pertencente ao bispo, que intencionalmente se mostrara interessado em participar na fuga, foi relatar o plano ao veador do seu dono “*por descargo de sua consciência e salvação da alma dos ditos mouriscos*”, fazendo fracassar o combinado

---

<sup>294</sup> - Idem.

<sup>295</sup> - Em Maiorca os escravos barqueiros eram acompanhados por cristãos livres, que os vigiavam, para evitarem a sua fuga ( Antoni Mas i Forners, *Esclaus i catalans*, p. 47 ).

<sup>296</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.860, f. 6 – 19.1.1556.



<sup>297</sup>. Adivinha-se aqui um caso de mau relacionamento entre servos do mesmo senhor, que resultou no fim inglório da evasão dos seus irmãos de sorte.

A traição fez, pois, gorar alguns planos de evasão. Foi também a causa de fracassar a fuga de outro grupo, de que fazia parte o mourisco Bastião Henriques, que quis fazer seu cúmplice o castelhano renegado Nicolau Martins, regressado de território infiel. Dizendo-lhe que entrariam num barco “ *cheio de pimenta e aljofre*” que estava de partida e aí, com facas que tinham comprado, “ *matariam os portugueses que nele estivessem*” e rumariam com a carga à Berbéria, conseguiu apenas que o renegado recém reconvertido corresse ao mosteiro da Trindade a contar o plano ao provincial e os fugitivos fossem todos presos <sup>298</sup>.

De outra vez a aventura resultou na morte de um preto de Moçambique, escravo de uma senhora que o trazia a trabalhar num barco de pesca. Quando ele e outro companheiro dormiam dentro do barco, foram assaltados por uns quinze mouros que, com armas, lhes quiseram tomar a embarcação e lhe bateram e o feriram na cabeça, vindo ele a morrer. Mas nem assim os atacantes puderam fugir, “ *por não acharem a vela nem o leme*” e por alguns deles “ *levarem bragas de ferro*” <sup>299</sup>. A aplicação de grilhetas era um dos meios usados pelos senhores para dificultar a evasão dos escravos. Quando alguns cativos e criados mouriscos do duque de Aveiro - depois de lhe levarem várias espadas, pão, fruta e água - foram à praia em busca de embarcação e acabaram por fugir quando viram passar um barco de pesca, um dos implicados foi dizer ao estribeiro do nobre “ *que fugiam os mouros e mouriscos*”. Certamente que o fez para se distanciar do caso e não vir a ser punido. Em consequência, provavelmente depois de os

---

<sup>297</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 2240, f. 2 – 30.7.1563.

<sup>298</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 7431, f. 9 – 3.9.1577.

<sup>299</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.823, f. 3 – 3.7.1562.

castigarem, “*deitaram ferros a António e a Mafamede deitaram outros sobre os que trazia*”<sup>300</sup>.

O recurso a marinheiros, barqueiros do Tejo e outras pessoas com prática de navegação era uma opção com maiores probabilidades de êxito, embora não o garantisse. O turco Duarte e outros seis mouriscos, como “*não tinham quem levasse o governalho nem soubesse da vela*” recorreram a Luís de Sousa, mourisco “*marinheiro*”<sup>301</sup>. António, índio de um pescador e com prática de navegar, foi abordado muitas vezes por mouriscos para os levar à Berbéria, dizendo-lhe que “*o rei dos mouros lhe faria bem*” e que “*lá lhe dariam mulher e cavalo*”, mas ele recusou dizendo que não era “*mouro senão índio*”<sup>302</sup>. A diferença de interesses entre norte-africanos e indianos – estes mais longe da pátria e com menos esperança de a recuperar – podia influenciar negativamente a fuga comum. O mourisco António Fernandes esteve para fugir, com outros quinze e “*os barqueiros que os haviam de levar eram também mouriscos que andavam com seus amos em suas barcas*”, mas a justiça descobriu-os e prendeu-os antes de partirem. Depois disso soube de novos planos para o mesmo fim, mas indo os fugitivos primeiro “*para Castela, a Granada, para daí se irem para terra de mouros, indo primeiro a Valença*”<sup>303</sup>. Fracassada foi igualmente a tentativa de vinte e cinco mouros da cidade que se evadiram, de noite, numa barca do guarda-mor Vasco Fernandes, com intenção de chegarem a Fez, mas foram capturados junto ao Cabo Espichel por dois caravelões mandados para os perseguir<sup>304</sup>.

Alguns candidatos à fuga podiam contar com a ajuda de portugueses, brancos e criãos-velhos, donos de navios habituados à navegação fora do reino, que desse modo infringiam as leis do reino e os interesses da Cristandade para ganhar dinheiro. Eram

---

<sup>300</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.827, f. 2 – 26.8.1555.

<sup>301</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 12.321, f. 5 – 31.7.1563.

<sup>302</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 12.042, f. 3 v. – 21.6.1555.

<sup>303</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.864, f. 6 e 7- 2 e 17.10.1554.

<sup>304</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.712, f. 3 – 26.10.1552.

normalmente indivíduos implicados no comércio com os territórios islâmicos que, em troca de importâncias previamente estabelecidas, levavam alguns fugitivos juntos com a carga que transportavam. Um exemplo dessa prática foi o de Francisco Baião, de alcunha o Gago, morador em Setúbal e referido em vários processos do Santo Ofício como engajador e transportador de mouriscos de Lisboa para o norte de África. A actuação a partir da vila do Sado, perto da principal cidade mas, simultaneamente, mais longe do controle das respectivas autoridades, facilitava, por certo, tal actividade. Era dono de uma caravela, com que comerciava com a antiga praça portuguesa de Safim, em lacre e, por certo, noutros produtos. Através de marinheiros seus, como Francisco Gomes, de Alcácer do Sal, angariava mouriscos para os levar para terras do Infiel, contra o pagamento de 5.000 reais por cabeça. As saídas faziam-se de Setúbal, para maior segurança. Em 1553 levara D. Pedro, mourisco e um seu companheiro e, no ano seguinte, estava ajustado para igual fim com um grupo da mesma origem, incluindo as respectivas mulheres. Mas a viagem não se chegou a fazer porque, entretanto, “*lhe tomaram a caravela no Algarve e lhe feriram um criado*”, filho de Afonso Álvares. Acabou por ser preso pela Inquisição <sup>305</sup>.

Diogo Álvares, de um escrivão da câmara do rei e Mafamede, mouro do infante D. Henrique, “*foram embarcar a Santos-o-Velho em uma caravela de [...] João Fortes, de Odemira*” mas, antes de chegarem à torre de Belém, foram capturados e trazidos pelo alcaide de volta à cidade <sup>306</sup>. Em 1546 um grupo de fugitivos embarcou à Fonte da Pipa mas, “*indo já meia légua deram com eles e prenderam-nos*”. Mesmo assim tiveram que pagar aos marinheiros <sup>307</sup>. Para evitar serem surpreendidos no mar havia que tomar precauções e por isso o “*homem branco*” que, em 1564, se prontificou a levar para terra de mouros um grupo de mouriscos pertencentes a vários fidalgos da

---

<sup>305</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 2263, 2570, 3556, 3568, 3590, 4080, 5488 e 7695.

<sup>306</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 263, f. 2 – 1.12.1541.

<sup>307</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 5511, f. 1 – 11.15.1546.

cidade só esperava saber “ *onde estavam as galés* ” no momento da partida ” *por que os não tomassem* ” <sup>308</sup>. A frota das galés reais, encarregada do policiamento da costa contra os piratas ou outros inimigos, era um dos principais perigos que podiam ter que enfrentar.

Outra possibilidade de fuga era, segundo parece, em navios estrangeiros, como demonstra a intenção do turco Jorge de Ataíde, escravo de D. António de Ataíde, de embarcar numa nau francesa. Para isso contava com o apoio de “ *dois gregos cristãos do senhorio de Veneza* ”, marinheiros do navio e para esse mesmo fim, na companhia destes, procurou convencer Lourenço e Martinho <sup>309</sup>.

Essa actividade, desenvolvida por cristãos a favor dos mouriscos, por interesse material, assemelhava-se à dos barqueiros e pescadores da cidade e das vilas ribeirinhas que subtraíam cristãos-novos do alcance do Santo Ofício, ajudando-os a evadir-se para a Flandres e outras partes <sup>310</sup>. Também de Castela fugiam mouros e mouriscos para a Berbéria. Em 1543 foi preso pelos portugueses de Arzila um antigo frade franciscano português, Baltasar Velho, que levava mouriscos de Castela para terras de mouros. Depois de ter sido frade em Portalegre, Coimbra e Lisboa, pedira a passagem a clérigo secular por se ter incompatibilizado com um superior nesta última cidade e, havia cerca de dois anos, vivia dos fretes auferidos no transporte de mouriscos de Sevilha, que “ *furtava do poder de seus senhores cristãos* ” e levava para o norte de África, actividade que desenvolvia com um irmão. Cobrava dez cruzados a cada um e, segundo se dizia, “ *era muito bom homem do mar* ” <sup>311</sup>. Em 1599 foi apreendido pela guarnição portuguesa de Tânger um barco com dezanove mouriscos, incluindo mulheres e filhos, evadidos de

---

<sup>308</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 2255, f. 2 – 13.7.1564.

<sup>309</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 6392, f. 2 – 27.3.1554.

<sup>310</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 6444 – 21.5.1550; 6618 – 28.7.1550; 7559 – 9.5.1550 e 12.489 – 1.3.1550. Na Maiorca dos fins da Idade Média eram chamados *tratadores* os indivíduos livres que organizavam fugas de escravos, castigados, tal como estes, com a pena de mutilação ( Antoni Mas i Forners, *Esclaus i catalans*, p. 68 ).

<sup>311</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 5088, f. 9 – 6.4.1543.

Sevilha e de Granada. Quando foram capturados já tinham desembarcado na costa sete homens, que desapareceram terra dentro. Foram levados para Ceuta e interrogados às ordens do governador. Depois vieram para Lisboa, onde tiveram que se retratar perante a Inquisição, por quererem abraçar a religião de Maomé <sup>312</sup>.

A ajuda de indivíduos livres ou libertos podia ser valiosa mesmo em terra, pela liberdade de movimentos de que os mesmos gozavam, superior à dos cativos. Cosme Gonçalves, mourisco forro, recebia dois vinténs por dia enquanto andava à procura de um barco em que pudesse fugir um grupo de mouros <sup>313</sup>.

Um dos vários obstáculos a transpor pelos fugitivos era a denúncia por pessoas que nada tinham a ver com elas, por nem estarem nelas comprometidas nem serem incumbidas de as reprimir. Faziam-no, provavelmente, por se sentirem integrados no grupo social efectiva ou potencialmente proprietário de escravos, por militância anti-islâmica ou simplesmente pela expectativa de algum benefício material. É o que se conclui da iniciativa do sacador da sisa do pescado António Cordovil que, com um pescador e alguns criados, perseguiu numa bateira um grupo de três cativos, dois mouros e um cafre moçambicano, que tentavam fugir num barco furtado. Conseguiram alcançá-los junto de Porto Brandão, frente ao mosteiro de Belém e depois de os prenderem entregaram-nos ao corregedor, indo os infelizes parar ao Limoeiro <sup>314</sup>. Noutra ocasião foi o barqueiro Simão Fernandes abordado por dois pretos jalofos, que lhe propuseram dar-lhe 10.000 reais para os levar a terra de mouros, mas ele denunciou-os ao alcaide da cidade. Antes tinha confessado a outro barqueiro que tencionava entregá-los, “*que podia ser que algum proveito lhe daria a justiça*” <sup>315</sup>.

---

<sup>312</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 3823, f. 1 – 26.11.1599 e 6316, f. 2 – 26.11.1599.

<sup>313</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.854, f. 3 – 21.

<sup>314</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 4370, f. 2 – 6.5.1552.

<sup>315</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 6731, f. 6 – 20.2.1566.

As evasões por via terrestre tinham suscitado, como vimos, medidas legais tendentes a dificultá-las. Mas os próprios municípios criaram regulamentos no mesmo sentido. Alguns destinavam-se a impedir que as vendas e tabernas funcionassem como pontos de apoio aos evadidos. As características populares desses estabelecimentos e o fim a que se destinavam, o lucro dos respectivos donos, convertiam-nos facilmente em abrigo de marginais, incluindo escravos e criminosos foragidos, bem como do produto de eventuais roubos que tivessem cometido. No Brasil colonial os taberneiros eram elementos-chave das redes de protecção e apoio aos escravos fugidos, inclusivamente aos habitantes dos numerosos mocambos formados no território e também um dos alvos privilegiados da desconfiança e da repressão das autoridades <sup>316</sup>. Francisco Andújar Castillo descreveu a actividade de um taberneiro castelhano dedicado a esconder escravos fugidos, para os quais conseguia falsas cartas de liberdade, mas de cuja situação se servia para os manter, depois, na sua dependência <sup>317</sup>.

Em Portugal, à proibição de albergar escravos e de os alimentar juntava-se a de lhes alugar animais em que se pudessem transportar e, conseqüentemente, fugirem aos donos. A câmara de Évora proibiu que alguém agasalhasse negros cativos, lhes desse “vinho nem comer em suas vendas e casas” ou ainda lhes alugasse “bestas para o mato”, assim como a erva para as alimentar. Proibia igualmente que alguém lhes fizesse convites para esse fim <sup>318</sup>, o que mostra que não eram factos invulgares. A de Arraiolos aprovou uma postura impedindo que se recolhessem escravos cativos e os furtos que tivessem feito, com pena agravada para quem “os solicita[sse] pera lhes comprar os furtos” <sup>319</sup>. A de Vila Viçosa, além de proibir darem-lhes de comer e beber e comprarem-lhes coisa alguma, não permitia que lhes fossem dadas bestas “pera

---

<sup>316</sup> - Flávio dos Santos Gomes, *A hidra e os pântanos*, p. 329, 341, 347, 349 e 388.

<sup>317</sup> - Francisco Andújar Castillo, “Sobre las condiciones de vida de los esclavos en la España Moderna. Una revisión crítica”, *Crónica Nova*, nº. 26, 1999, p. 28-29.

<sup>318</sup> - ADE, Câmara de Évora, Nº. 207 – Posturas, f. 19.

<sup>319</sup> - AHMA, CMA / B / A / / 002 / Lv 002 – Liv. de posturas de 1588.

*levarem ao mato ou outra qualquer parte*” sem que, para tal, tivessem licença dos respectivos donos <sup>320</sup>. O município de Sousel impedia os taberneiros de darem de comer ou beber a cativos ou de lhes vender qualquer outra coisa <sup>321</sup>. O de Montemor-o-Novo determinou “ *que ninguém alugasse casa a negro cativo*”, sem licença da câmara <sup>322</sup>. E o de Elvas, cidade fronteiriça e, por isso, local de passagem de muitos cativos em fuga para o reino vizinho, além das habituais proibições de lhes dar de comer ou beber e de receber o produto de roubos, impedia que as forneiras agasalhassem escravos cativos nos seus fornos, de dia ou de noite, o que era extensivo a mulheres solteiras ou quaisquer outras pessoas <sup>323</sup>.

A frequência das proibições mostra que as infracções eram correntes, determinadas pelo interesse dos comerciantes em obterem rendimentos, mesmo que ultrapassando as determinações oficiais. O mesmo se passou em Lisboa. Em 1560 a câmara queixou-se à regente D. Catarina de que os vendeiros e taberneiros não cumpriam a proibição de darem de comer ou beber a escravos cativos, “ *por dinheiro nem de graça*”, o que tinham estabelecido “ *pelos muitos inconvenientes que se disso segu[ia]m*”. Em vista do incumprimento da postura, pediam que a soberana castigasse com pena crime os infractores, do que resultou ficar estabelecida a pena seguinte: pela primeira vez, 30 dias de cadeia e 2.000 reais de multa e, pela segunda, além de cadeia o culpado seria açoitado pela cidade com barão e pregão <sup>324</sup>.

A proibição de acolher escravos fugidos nem sempre era levada a sério. O pároco da Santo Antão do Tojal baptizou em 1581 o filho de uma cativa “ *que veio fugida e Grácia Afonso a agasalhou em sua casa*”, tendo mencionado esse facto no próprio registo do baptismo, aparentemente sem receio de que isso pudesse prejudicar a

---

<sup>320</sup> - AHMVV, Liv. 614 – Posturas de 1591- f. 24 v. e 40.

<sup>321</sup> - Biblioteca Municipal de Sousel, Posturas da câmara, Liv. 1, f. 17 v. – 1594.

<sup>322</sup> - AHMMN, A 1 B 14, Vereações de 1568 – 7.4.1568.

<sup>323</sup> - Arquivo Municipal de Elvas, 1º Liv. de posturas, nº. 1582 / 82, f. 38, 43 v. e 44.

<sup>324</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, C 3, Liv. de posturas de 1392 a 1730, f. 52 – 26.10.1560.

hospitaleira senhora <sup>325</sup>. Na verdade, a melhor forma de um evadido se manter fora do alcance do dono era encontrar alguém que o acolhesse e para quem pudesse trabalhar em troca de um salário. Assim passaria por liberto, sem atrair a suspeita dos outros moradores.

As procurações para recolha de escravos fugidos mostram que eles se evadiam da cidade em todas as direcções, procurando afastar-se o mais possível do domínio dos senhores. O Alentejo era uma delas, em muitos casos com o objectivo de atravessar a raia com Castela. Évora, uma das maiores cidades do reino e com uma importante população escrava e negra, era dos destinos preferidos, por aí os fugitivos poderem mais facilmente passar sem serem notados. Nela foi preso Manuel, do lisboeta Adriano Gomes de Moura, pelo meirinho da universidade Belchior da Cunha. Este reivindicou do dono o pagamento das despesas que teve com a captura <sup>326</sup>. E também Francisco, negro do licenciado Gonçalo Mendes, que ficou em poder do eborense António de Moura. O dono nomeou um escrivão dos órfãos para o recolher ou o vender mas, perante a ineficácia do mesmo, teve que constituir novos procuradores, entre eles um boticário da mesma cidade <sup>327</sup>. Em 1595 o mercador Fernão Gil deu o seu poder a um mercador de Portalegre para requerer à justiça dessa cidade a entrega do seu cativo Cosmo, preto da Guiné que lhe tinha fugido e estava aí preso <sup>328</sup>. A Elvas, cidade raiana e ponto de passagem fácil para Castela, foi mandado buscar Gaspar, índio do cavaleiro fidalgo Duarte Tristão <sup>329</sup>. Alcácer do Sal, Beja e Portel foram também locais de captura de escravos fugidos de Lisboa <sup>330</sup>. No primeiro foi encontrado Lucas, índio guzarate de Afonso de Miranda, morador a Cata-que-Farás. O denunciante foi “ *um homem preto*,

---

<sup>325</sup> - TT, FP, Loures, Santo Antão do Tojal, Liv. M1, f. 50 – 5.3.1581.

<sup>326</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 192, f. 23 – 13.5.1577.

<sup>327</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 10, Liv. 48, f. 211 – 21.6.1582.

<sup>328</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 7, Liv. 23, f. 62 – 1.3.1595.

<sup>329</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 4, Liv. 18, f. 121 – 2.3.1575.

<sup>330</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 7, Liv. 30, f. 70 – 10.1.1578; Idem, Cx. 11, Liv. 52, f. 111 v. – 24.12.1582; Idem, Cart 11, Cx. 13, Liv. 49, f. 22 v. – 17.3.1600.



*mancebo ladino, que disse ser caminheiro e morador na dita vila*”, provavelmente antigo escravo <sup>331</sup>.

A norte da cidade, o Ribatejo e a Estremadura foram igualmente regiões de fuga e captura de escravos fugidos. Na cadeia do castelo de Alcobaça estavam presos, em 1594, Gaspar e Madalena, pertencentes a dois proprietários de Lisboa e de cujas moradas se tinham evadido <sup>332</sup>. Outros foram achados e presos no Cartaxo, em Alvaiázere, em Montemor-o-Velho <sup>333</sup> e em Coimbra. A esta cidade foi ter Jorge, índio de António Galvão, correio do rei, onde teve uma briga com um alfaiate. Durante a mesma levou uma pancada na cabeça e acabou por morrer na cadeia, onde fora preso por fugitivo. O dono perdoou ao autor da pancada por achar que não fora o causador da morte, devido a ter sido o seu cativo o agressor e que fora o culpado devido a “ *mau tratamento e regimento e de beber muito vinho, como sempre bebeu* ” <sup>334</sup>. Para Coimbra fugiu Leonor, de um funcionário da Casa da Moeda, que encarregou um estudante da universidade de a vender e lhe enviar o respectivo valor <sup>335</sup>.

Alguns dos evadidos depois de capturados voltavam a fugir. Bastião, cujo dono estava na Índia, foi preso em Tancos em 1555 mas, “ *estando assi preso, abrira um elo que tinha em uma perna e expedira dela uma cadeia corrente com que estava preso e com o dito elo fugira da prisão onde estava por uma janela*”, sendo novamente apanhado em Ourém <sup>336</sup>. Também Pedro, de Ramiro da Costa, foi capturado na vila de Rabaçal, quando fugia ao dono, mas conseguiu evadir-se da prisão quebrando uma corrente. Voltou a ser recuperado na povoação estremenha de Abiul <sup>337</sup>.

---

<sup>331</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 2, Liv. 10, f. 88 – 4.4.1579.

<sup>332</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 7, Liv. 35, f. 85 – 15.12.1594.

<sup>333</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 6, Liv. 25, f. 78 v. – 4.5.1577; Idem, Cart. 11, Cx. 9, Liv. 33, f. 59 – 21.5.1597; TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perd. e legit., Liv. 10, f. 351 – 11.8.1586.

<sup>334</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 109, f. 37 – 4.3.1573.

<sup>335</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 6, Liv. 29, f. 134 v. – 3.12.1577.

<sup>336</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Perdões e legitimações, Liv. 27, f. 91 v. – 16.3.1556.

<sup>337</sup> - TT, Chancelaria de Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 2, f. 298 v. – 24.11.1582.

O Algarve era igualmente destino procurado, talvez pela maior proximidade do sul da Andaluzia e da costa marroquina. Na cadeia de Tavira foi preso Pedro, mulato da viúva Maria de Brito, que fugira de Lisboa ao filho da dona, para quem trabalhava. Era “*ferrado em ambas as faces*”, o que leva a supor que não era a primeira vez que se evadia. Como era misto, já devia ter nascido no reino, não tendo as marcas sido postas pelos traficantes, mas talvez numa anterior tentativa de escapar ao jugo em que vivia <sup>338</sup>.

Os fugitivos podiam nem sequer chegarem a sair de Lisboa, por terem sido aprisionados antes. Provavelmente, a primeira etapa de uma fuga, resultante do primeiro impulso tendente à evasão, era esconderem-se noutra casa da cidade e só depois procurarem a melhor forma de sair dela e o rumo a tomar. Foi o que se passou em 1597 com dois mouros do Capitão das Galés do rei, Jerónimo de Surita, “*os quais foram achados em casa de Heitor Henriques, morador em Lisboa, na calçada de Santo André, a isto ausente [...], os quais se foram meter em casa do dito [...] sem ele [...] ter sabido do caso*”. Foram presos e, como era de esperar, mandados trabalhar nas galés, serviço de que talvez tenham procurado escapar <sup>339</sup>.

Em 1583 andava evadido do mercador Manuel da Costa, seu senhor, um “*cafre da Índia*” chamado Luís, que lhe fugira de Unhos, lugar do termo da cidade, “*no tempo do alevantamento de Dom António*”, três anos antes. Com a invasão de Portugal por Filipe II, o Prior do Crato, D. António, também pretendente ao trono vago, procurou reuniu homens e energias num esforço desesperado para defender Lisboa do exército castelhano. Nessa tentativa se integrou a proclamação a todos os escravos do reino que quisessem servir na “*defensão de Portugal*” de que ficariam livres se o fizessem e ganhariam soldo. O resultado foi que, “*ouvindo os negros o dito pregão, emproviso desepararam todos seus senhores e se foram assentar pera servir*”. Com eles se

---

<sup>338</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 36, f. 46 – 17.9.1558.

<sup>339</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 25, Lv. 118, f. 19- 6.8.1597.

formou em Lisboa “*uma bandeira de mais de quatrocentos negros*”, a que se juntaram outros tantos do resto do país <sup>340</sup>. Com a conquista de Lisboa e a derrota das forças de resistência, os elementos que não morreram dispersaram-se pelo reino e fora dele. É possível também supor que, além dos cativos que se juntaram a D. António, outros tivessem apenas aproveitado a oportunidade de se verem livres dos donos, sem fazerem tentações de combater o exército filipino. Num desses grupos esteve certamente o cafre Luís, cujo senhor o procurou recuperar, três anos depois, através de um procurador <sup>341</sup>.

Alcançar o reino vizinho era, como foi dito, uma das poucas vias para um escravo conseguir a liberdade e mantê-la durante um período prolongado ou até em definitivo. Além da vastidão do território, que permitia um grande afastamento do local de partida e do poder dos senhores, diminuindo a capacidade destes para recuperarem os cativos, Castela tinha também a apreciável vantagem de permitir a aproximação do estreito de Gibraltar e, através dele, do norte de África. Não é certamente casual que grande parte dos exemplos conhecidos de evasões empreendidas a partir do sul de Portugal tivessem sido interrompidas em localidades que permitiam um acesso fácil ao sul da Andaluzia e à almejada passagem para Além-Mar. Aroche, Burguillos, Jerez de los Caballeros e Puebla de Guzmán, no território castelhano, Mértola, Serpa e Tavira e mesmo Beja e a Vidigueira, ainda em Portugal, foram algumas delas. Outro destino era Sevilha, uma das mais populosas urbes da Europa e que emparceirava com Lisboa como grande concentração de escravos e de negros, de que tinha vários milhares. Por isso, era certamente também um destino recomendável para quem quisesse pôr-se fora do alcance do dono, “*desaparecendo*” entre essa multidão de cativos e gente de cor. Era também um bom ponto de escala no percurso para Gibraltar. Em Sevilha mandou o cónego da Sé Pêro Lourenço de Távora procurar Manuel Ribeiro, índio que lhe fugira

---

<sup>340</sup> - Pêro Rodrigues Soares, *Memorial* ( 1565-1628 ), p. 168.

<sup>341</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 12, Liv. 58, f. 122 v. – 24.11.1583.

há anos de Lisboa <sup>342</sup>. Na localidade de Cumbres Mayores, no norte da Andaluzia, estavam presos em 1571 dois “*escravos granadios*” fugidos aos respectivos senhores, dois fidalgos lisboetas que encarregaram um emissário de os ir buscar <sup>343</sup>. Na prisão de Gibraltar esteve, em 1587, António, cozinheiro de D. Antónia de Ataíde, que servia um seu filho de Lisboa quando desapareceu. Para o recuperar a dona passou procuração a Pêro Lopes, Provedor das armadas naquela cidade andaluza <sup>344</sup>. E também Tomé, do fidalgo Francisco de Sá, foi encontrado em Gibraltar, esse em 1590 <sup>345</sup>.

Em Alcañices, localidade leonesa próxima da fronteira transmontana, foi localizada e presa Francisca Correia, mulata de António Ferreira, dourador do rei, para cuja recolha o dono nomeou um sombreireiro de Bragança <sup>346</sup>. Tinha já 40 anos, idade em que poucos cativos se aventuravam a uma evasão, sobretudo mulheres e a fuga deve ter sido precipitada por conflitos inultrapassáveis, que a fizeram tomar uma direcção invulgar e mal reflectida, para uma região em que os escravos eram poucos e a sua presença se tornaria notada.

Como grande centro urbano e principal concentração de escravos e de negros, Lisboa era também local de refúgio de muitos evadidos ao domínio dos donos provenientes de outras terras e regiões. Tal como em Sevilha, aqui buscavam os fugitivos acolhimento e até mesmo, eventualmente, a possibilidade de fuga do país através do mar. Provenientes de Évora conhecem-se alguns, como Jorge, preto de um criado do arcebispo <sup>347</sup>, Manuel, mulato de um escrivão da comarca <sup>348</sup>, um índio, também Manuel, de uma viúva da cidade <sup>349</sup> e um outro índio do marchante da

---

<sup>342</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 17, Liv. 79, f. 100 – 1.7.1588.

<sup>343</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 1, Liv. 5, f. 106 – 10.9.1571.

<sup>344</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 260, f. 121 – 16.2.1587.

<sup>345</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Liv. 3, f. 60 – 30.7.1590

<sup>346</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 9, Liv. 42, f. 71 v. – 31.5.1581.

<sup>347</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 46, f. 134 – 26.3.1571.

<sup>348</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 145, f. 34 – 18.8.1584.

<sup>349</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 268 – 19.8.1591.

universidade <sup>350</sup>. De Sevilha veio ter a Lisboa, em 1588, Manuel, pertencente a Bartolomeu de Chillas, ali residente. Preso primeiro em Veiros, no Alentejo, conseguiu fugir da cadeia e vir para Lisboa, talvez o seu primeiro destino, onde foi novamente capturado <sup>351</sup>.

As fugas de Castela para Portugal eram, de resto, relativamente comuns. João, cativo do marquês de Viana, abandonou Madrid e o domínio do dono e veio para Coimbra, onde foi capturado, mas voltou a fugir, com outros presos, por um buraco que fizeram nas grades da prisão. Voltou, no entanto, a ser preso uma vez mais. O procurador do dono, lente da universidade, mandou então vendê-lo <sup>352</sup>. De Segóvia veio Pedro, de Manicongo, que estava a servir um filho do seu senhor, o mercador lisboeta Manuel Mendes Martins. Em resultado, provavelmente, de ter vivido nos dois países, *“fala[va] bem a língua portuguesa e castelhana”* <sup>353</sup>. A deslocação de escravos na companhia dos donos, quando estes partiam em viagem pelo país ou para o estrangeiro, era um grave risco da sua perda, por poderem aproveitar essas condições especiais para se evadirem. Isso sucedeu no caso, já referido, de Simão, do embaixador de Portugal junto de Carlos V, quando o diplomata se dirigiu em missão à Alemanha, levando-o na sua comitiva <sup>354</sup>.

Quem fugia eram sobretudo homens. De 37 casos de que nos servimos de fugitivos por via terrestre <sup>355</sup>, 32 eram do sexo masculino e só 5 do feminino. Estes dados coincidem com os dos outros estudos sobre a fuga de cativos. Isso devia-se, sem dúvida, à sua maior resistência física para enfrentar as dificuldades inerentes a uma opção tão aventureira. Fugir no século XVI implicava, se a via terrestre fosse a

---

<sup>350</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 230, f. 23 – 10.8.1594.

<sup>351</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perd. e legitim., Liv. 21, f. 211 v. – 14.12.1588.

<sup>352</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perd. e legitim., Liv. 6, f. 60 – 31.3.1593.

<sup>353</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 19, Liv. 87, f. 80 – 22.5.1590.

<sup>354</sup> - Robert Van Answaarden, *Les portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas ( 1460-1580 )*, p. 250.

<sup>355</sup> - Não incluímos neste número os muitos mouriscos e mouros que tentaram evadir-se por via marítima, mencionados em processos da Inquisição, pela dificuldade em isolar esses candidatos à fuga num enorme conjunto de denunciados, frequentemente mal caracterizados e repetidos.

escolhida, longas caminhadas por sítios agrestes, expor-se ao frio e à chuva ou ao calor do verão, ao ataque de cães de guarda e de bandidos, passar fome e sede. Nas fugas por mar ou rio, supunha saber governar uma embarcação e também remar. Muitas revoltas interiores e tentações de evasão foram, sem dúvida, refreadas pela previsão dessas vicissitudes. Se para um homem era difícil essa escolha, mais o era para uma mulher. Não por acaso, os fugitivos mencionados – com exceção de um índio de 15 anos e uma mulher de 40 - eram adultos em idade jovem, entre os 20 e os 35 anos, numa média de 28.

Se atendermos às características físicas e origem geográfica desse conjunto de 37 fugitivos verificamos que, dos 31 sobre que se conhecem tais aspectos, 13 eram indianos, outros 13 eram pretos ou mulatos e 5 eram mouros norte-africanos e granadinos. Dada a predominância demográfica dos cativos negros, originários da África sub-sariana, esta pequena amostra leva a concluir que eles eram, mesmo assim, os mais resignados com a sua sorte, pois o seu número era igualado pelo dos indianos, em muito menor quantidade no país. Por isso, os factores determinantes que levavam à tentativa de cortar os laços de dependência com os donos deviam ser o desenvolvimento cultural e a capacidade profissional – ambos potencialmente geradores de inconformismo - um e outro com maior incidência entre os indianos. A própria cor menos escura que a dos negros aumentava as suas possibilidades de êxito, aspecto que contava de forma inversa para estes. Quanto aos *mouros*, certamente atraídos pela proximidade geográfica dos territórios de origem, os 5 aqui incluídos são significativos desse condicionalismo favorável, pois se deve atender a que constituíam o grupo menos numeroso, dos três referidos, entre a população cativa do país. Se considerarmos, porém, as tentativas de fuga por mar que foram denunciadas ao Santo Ofício, verificamos que nelas estiveram implicados apenas mouros e mouriscos.

A fuga em conjunto aumentava as hipóteses de êxito, pela entreajuda que proporcionava, desde que o número não fosse excessivo, o que atrairia a desconfiança daqueles com quem deparassem. Francisco Andújar Castillo narrou a aventura de oito escravos fugidos de Múrcia que, depois de vaguearem durante dias por montanhas desertas, alimentando-se apenas de espigas e água, acabaram por se entregar novamente aos donos, vencidos pelo cansaço e pela fome <sup>356</sup>. O número ideal era de duas pessoas e essa foi uma opção frequente. Em 1571 andavam a monte dois escravos granadinos dos fidalgos António da Gama e Manuel Quaresma Barreto <sup>357</sup>. Gaspar, de Manuel Peixoto e Madalena, de Bastião Couveiro, talvez ligados por forte relação afectiva, deixaram os donos em conjunto e juntos foram encontrados e presos <sup>358</sup>.

Quase só se conhecem as tentativas fracassadas, mas não há dúvida de que algumas tiveram êxito. Se atendermos ao tempo que mediou entre as fugas e as capturas, nos casos das evasões de Lisboa já referidas, concluímos que o mesmo variou de uma semana a dez anos, com predomínio para dois a três anos de ausência. Noutras ocasiões os senhores encarregavam um procurador de encontrar um seu cativo, o que mostra que não sabiam do seu paradeiro. Isso passou-se com Belchior Rebelo, morador na rua do Chão de D. Henrique, que nomeou um representante para procurar Simão, escravo que lhe fugira da cidade <sup>359</sup>. Outros fugiram para longe e voltaram por sua própria vontade, o que podiam não ter feito, assegurando, provavelmente, a sua liberdade definitiva. João Garcia, mourisco da viúva e filhos de um mercador de Lisboa, evadiu-se para Castela e andou em Valência e Barcelona uns seis anos, depois voltou ao reino e foi para o Porto, onde casou e trabalhou outro ano como alfaiate, mas acabou por

---

<sup>356</sup> - Francisco Andújar Castillo, "Sobre las condiciones de vida de los esclavos en la España Moderna. Una revisión crítica", *Cronica Nova*, nº. 26, 1999, p. 25-26.

<sup>357</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 1, Liv. 5, f. 106 – 10.9.1571.

<sup>358</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 7, Liv. 35, f. 85 – 15.12.1594.

<sup>359</sup> TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 1, Liv. 5, f. 88 v. – 7.11.1571.

voltar para os donos, continuando, mesmo de longe, a sustentar a mulher <sup>360</sup>. Há também referência a fugitivos do país cujo rasto, ao fim de muitos anos, os donos nunca chegaram a conhecer <sup>361</sup>, o que é indício de que, nalguns casos, as fugas acabaram por ser coroadas de êxito.

#### **7.4 – Relações sexuais e afectivas**

A fraca avaliação em que, no plano estético como noutros, os negros e a maioria das pessoas de cor eram tidos pela cultura dominante não impediu a aproximação física e numerosos cruzamentos inter-raciais com a população branca. Estes ocorreram quer entre donos, ou seus familiares e as escravas que lhes deviam submissão, quer, de forma certamente mais espontânea, entre estas e elementos da população livre, de todos os escalões sociais e também escravos. Também não impediu o estabelecimento de relações afectivas, mais ou menos prolongadas, entre indivíduos de ambos os grupos. O que foi dito aplica-se, naturalmente, também às relações, menos visíveis e socialmente admitidas, entre mulheres brancas livres, donas de escravos ou não, e cativos do sexo masculino. E mesmo a relações homossexuais entre indivíduos livres e escravos. O relacionamento heterossexual entre pessoas brancas e negras teve como consequência, entre outras, o nascimento de indivíduos racialmente mistos, chamados depreciativamente *mulatos* para realçar, como já foi dito, a sua natureza híbrida, como se resultasse da união entre diferentes espécies <sup>362</sup>.

Essas relações foram alvo de comentários de alguns estrangeiros de passagem pelo país. Um deles foi o conde italiano Giulio Landi, que visitou a Madeira e a parte

---

<sup>360</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1588, f. 2 – 6.8.1556.

<sup>361</sup> - Jorge Fonseca, “ A raia luso-castelhana, espaço de cativo e de luta pela liberdade ( séculos XVI-XVII ), *Revista de Estudios Extremeños*, tomo LXII, nº. II, p. 738.

<sup>362</sup> - *Mulato* era originalmente o mulo, produto do cruzamento entre as espécies cavalar e asinina.



continental do reino na terceira década do século e publicou uma descrição da ilha que incluiu apreciações sobre a generalidade do país <sup>363</sup>. Vejamos o que escreveu sobre as relações entre livres e escravos e seus descendentes: “ [...] *encontram-se madeirenses e portugueses que, abandonadas as mulheres, amam apaixonadamente as negras. Também, pelo contrário, há mulheres livres que de bom grado fazem amor com os negros. Conheci na cidade de Évora, daquele reino, um gentil homem mercador que (embora tivesse uma belíssima mulher, como me disseram ) todavia se tinha apaixonado por uma escrava negra. O que a mulher não só não levava a mal mas, por seu lado, ela também se tinha apaixonado por um escravo negro. De maneira que ambos, sem mostrar que um tinha azedume ao amor do outro, viviam satisfeitos com muito prazer*” <sup>364</sup>.

Admitindo que não devia ser vulgar uma tolerância conjugal como a do casal eborense, o texto dá, no entanto, a entender claramente que eram conhecidas e públicas não só as relações de brancos livres com escravas e negras, como também as de mulheres brancas com cativos e homens de cor. Corroborando este último tipo de relações, uma postura de 1616 do município de Elvas, provavelmente destinada a evitar as fugas de cativos, determinava que “ *nenhuma mulher branca forra que tive[sse] escravo cativo por amigo o agasalh[ass]e de noite nem de dia em sua casa*”, sob pena de 500 reais de multa <sup>365</sup>.

---

<sup>363</sup> - Giulio Landi, “ Descrição da ilha da Madeira”, *A Madeira vista por estrangeiros: 1455-1700* (coordenação António Aragão ), p. 101-102.

<sup>364</sup> - “ [...] *Perciò che trovansi de maderani e portughesi i quali, lasciando le loro moglie, sipongono ad amare fuor di modo di queste nere. Et à l'incontro vi sono de le libere che volontiere si pigliono piacere com questi neri. Ho io conosciuto in Ebora, città di quel regno, un gentil giovane mercante, il quale (ancor che egli avesse una bellissima moglie, come mi fù detto ) nò dimeno erasi fieramente acceso d'una servente nera. Il che la moglie non solamente mostrava non l'havere à male, ma essa parimente s'era invaghita d'un schiavo nero. Dimaniera che ambodue, senza mostrare che l'uno avesse à sdegno l'amor de l'altro, se la passavano allegramente com molto piacere*” ( *A Madeira vista por estrangeiros*, p. 70 ).

<sup>365</sup> - Arquivo Municipal de Elvas, 1º. Livro de Posturas, nº. 1582 / 82, f. 45.

Aparentemente mais comuns e também mais geralmente aceites como normais eram as ligações de brancos livres com escravas, o que supunha, da parte dos donos, uma atitude de tolerância relativamente à vida sexual das cativas. A elas se referiu Clenardo nas cartas que escreveu de Portugal para os amigos flamengos durante a sua estadia de cinco anos no reino. O linguista mostrou-se chocado com a liberdade sexual das escravas, motivada pelo desejo dos donos de que procriassem e, desse modo, lhes fizessem crescer o número de cativos de que dispunham. Ao referir-se ao assunto especificou os padres como grupo social particularmente devotado às escravas: “ *Longe de se ofenderem [ os donos ] com as ribaldias das escravas, estimam até que tal suceda, porque o fruto segue a condição do ventre; nem ali o padre vizinho nem eu sei lá que cativo africano o podem reclamar...* ” <sup>366</sup>. Não devia tratar-se de simples má-língua. Clenardo estava em Évora quando enviou estas impressões ao amigo Látomo. Ora, nessa cidade os clérigos, com destaque para os cónegos da Sé e os párocos da urbe e seu concelho, formavam 18,48 % dos proprietários de escravos no século XVI, constituindo um dos grupos socioprofissionais que mais se destacava nesse plano. Tratava-se em muitos casos de cativos do sexo feminino <sup>367</sup>. É por isso possível que algumas delas fossem concubinas desses donos. Também em Lisboa os cónegos e os clérigos seculares eram dos proprietários que, dentro da Igreja, mais escravos possuíam.

As próprias *Ordenações* se faziam eco dessa realidade, ao estabelecer um regime mais tolerante para os clérigos que tivessem escravas por barregãs: “ *E se algum créligo ou beneficiado tiver alguma escrava consigo em casa, que com ela viva e algum quiser dela querelar, dizendo que dorme com ela e a tem por manceba, mandamos que lhe nom seja recebida tal querela, nem seja por elo presa, nem acusada; salvo se o dito*

---

<sup>366</sup> - “[...] *et adeo non offendi ancillae concubitu, ut etiam admissariis equis gaudeant, et partus ventri cedat, non vicino sacerdoti, aut nescio cui Aethiopi et captivo* » ( Alphonse Roersch, *Correspondance de Nicolas Clénard*, tome I, p. 54 ). Tradução de Manuel Gonçalves Cerejeira, em *O Renascimento em Portugal*, p. 254.

<sup>367</sup> - Jorge Fonseca, *Os escravos em Évora no século XVI*, p. 38.

*quereloso [...] afirmar que é notório e manifesto, que tem dele filhos e que os baptizou e cria e nomeia por seus filhos, porque com tal declaração se receberá a dita querela”*

<sup>368</sup>. Ora o regime aplicável às “*barregãs dos clérigos*” de condição livre era muito mais pesado, implicando pagamento de multa e degredo das mesmas para fora da localidade, do bispado e mesmo do reino, com aplicação de açoites, conforme se tratasse da primeira vez que fossem acusadas desse crime ou fossem reincidentes <sup>369</sup>. Isto mostra quer a menor importância concedida às escravas quer a normalidade desse comportamento.

Significativa era também a proibição pelas *Constituições do arcebispado de Lisboa* de 1537, de os clérigos terem em casa, ou fora dela, “*mulher alguma suspeita, nem escrava branca*” ou outras mancebas. Os que o fizessem seriam multados em mil reais, pela primeira vez, dois mil pela segunda e, à terceira vez, seriam presos e suspensos dos ofícios e respectivos rendimentos. Também não podiam fazer doações em vida nem legados testamentários a mulheres algumas com as quais estivessem “*infamados*” ou que tivessem por mancebas <sup>370</sup>. É de assinalar a discriminação da cor das escravas, com ênfase para as brancas ( ou mouras ), mostrando que tratando-se de negras a infracção era menor, ou talvez nem existisse. O rigor expresso nesta decisão, com indicações aos priostes e meirinhos sobre a sua pronta e exacta aplicação, mostra que o hábito de os clérigos terem mancebas, incluindo escravas, estava muito espalhado. Também as *Constituições do bispado de Évora*, de três anos antes, impediam os clérigos de ordens sacras e beneficiados de terem mulheres suspeitas e escravas brancas por mancebas <sup>371</sup>.

---

<sup>368</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv. V, Tít. XXVI, p. 83.

<sup>369</sup> - *Idem*, p. 82-83.

<sup>370</sup> - *Constituições do arcebispado de Lisboa* ( 1537 ), f. 25-25 v.

<sup>371</sup> - *Constituições do bispado de Évora* ( 1534 ), f. 22 v.

No teatro quinhentista também se recolhem indicações nesse sentido, como na *Lamentação do clérigo*, de Henrique da Mota. Quando a negra que lhe entornou uma pipa de vinho, perante a ameaça de castigo, se mostrou disposta a participar ao juiz a injustiça de que era vítima, o padre reagiu assim: “ *Olhai a perra que diz / que fará / irá dizer ó juiz / o que fiz e que não fiz, / e crê-l’á / [...] dirá qu’è minha manceba / pera se vingar de mim / [...] irão dar de mim más novas / e farão sobre mim trovas*” <sup>372</sup>.

Mas não eram certamente os padres os que mais recorriam às cativas. O que os fazia destacarem-se era sobretudo a sua condição de celibatários e a sua associação ao voto de castidade, que fazia com que fossem mais notados quaisquer desvios a essa norma. A maior parte das relações entre brancos e escravas devia ocorrer no âmbito doméstico das famílias, por iniciativa dos próprios senhores - apesar de legal e moralmente obrigados à monogamia - dos seus filhos e outros elementos masculinos desses agregados, como parentes, criados e escravos. A posição de sujeição em que as cativas se encontravam tornava-as vulneráveis à abordagem dos senhores e de outros elementos do seu círculo familiar. Eram, na feliz expressão de Alessandro Stella, que estudou esse tipo de relações na Toscana medieval e na Espanha moderna, “ *escravas para a liberdade sexual dos seus donos* ” <sup>373</sup>.

É de crer que, em muitos casos, as próprias cativas se realizassem sexualmente através das relações com os senhores. Noutros, simplesmente consentissem nesse relacionamento por não se lhe poderem opor ou por verem no mesmo uma via para a melhoria da sua própria condição, como amantes dos donos e, eventualmente, mães de filhos seus. É facto que a Igreja condenava o abuso sexual das cativas e, em relação a ele, determinava: “ *Se alguma sua escrava [ de um crente ] contra vontade dela lha corromper, fica-lhe obrigado pela injúria. E se ele persevera na sua danada vontade e*

---

<sup>372</sup> - *Obras de Anrique da Mota*, p. 47.

<sup>373</sup> - Alessandro Stella, “ Des esclaves pour la liberté sexuelle de leurs maîtres ( Europe occidentale, XVI.e-XVIII.e siècles), *Clio*, nº. 5, 1997, p. 191-209.

*ela não pode resistir, pode-lhe fugir, como a mulher casada se pode apartar de seu marido quando a quer trazer a pecado”* <sup>374</sup>. Mas é pouco crível que, na prática, uma cativa pudesse resistir ao assédio do dono. As próprias *Ordenações* puniam a violação com a morte mas, tratando-se de escravas ou de prostitutas, a pena não poderia ser aplicada sem ordem expressa do rei: “ *Todo o homem de qualquer estado e condição que seja, que forçosamente dormir com qualquer mulher, posto que escrava ou mulher que ganhe dinheiro por seu corpo seja, moura por elo. Porém, quando for com escrava ou mulher que ganhe dinheiro por seu corpo, nom se fará execução até no-lo fazerem saber e por nosso mandado*” <sup>375</sup>.

As relações dos portugueses com as escravas era também comum nos domínios do Ultramar, como foi ressaltado pelo jesuíta italiano Niccolò Lancilotto ao escrever de Coultão ao Geral Inácio de Loyola, em 1550: “ *Digo isto polos portugueses que se lançam aos vícios e costumes da terra mui desregradamente por este mau costume de comprar manadas de escravos e escravas e dormem com todas elas e depois as vendem; são muitos e muitos casados que têm quatro, oito e dez escravas e dormem com todas e se sabe isto publicamente*” <sup>376</sup>.

O resultado mais visível desse relacionamento era o nascimento de filhos de senhores e escravas, caracterizados pela dupla e contraditória natureza de filhos e cativos dos seus donos e pais. Essa contradição – presente na consciência de alguns dos progenitores masculinos - acabava, por vezes, por ser solucionada através da liberdade que lhes vinham a conceder e, em certos casos, fazendo-os seus herdeiros. Lopo Ferreira, do lugar de Bucelas, era pai de Maria Ferreira, “ *a qual houve em uma escrava*

---

<sup>374</sup> - *Manual de confesores e penitentes* ( 1549 ), p. 156. No que respeitava às mulheres casadas a recomendação referia-se, certamente, a práticas sexuais consideradas menos canônicas, como o coito anal e oral.

<sup>375</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv. V, Tít. XIII, p. 52.

<sup>376</sup> - Maria Cristina Osswald, “ Aspectos iconográficos da escravatura negra na gravura europeia relativa à Índia entre os séculos XVI e XVII”, *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*, p. 40-41.

*sua própria sendo ele casado com Joana Antunes* “. Como não tinha outros descendentes, legitimou a mesma em 1587 e fê-la herdeira de todos os seus bens <sup>377</sup>. O mesmo fez “ *por descargo de sua consciência*” Gaspar de Pavia, morador em Alfama, em relação a Domingos, de 3 anos, “ *que ele houve [...] em uma escrava sua da Índia, de casta bengala, o qual filho houve sendo casado e por ter sua mulher nas partes da Índia, em Goa e o dito menino houve nesta cidade, da dita Índia*” <sup>378</sup>. António Vaz Magro, solteiro, falecido na Mina, teve um filho duma escrava, Pêro Vaz Magro, que sua mãe se comprometeu a criar, alimentar e doutrinar <sup>379</sup>.

A mencionada tolerância dos senhores no respeitante à vida sexual das escravas levava ao nascimento de novos cativos, filhos de homens estranhos às suas casas mas que não deixavam, por isso, de lhes pertencer. A esse facto aludia Clenardo, como se viu mais atrás. Alguns dos pais vinham a libertar esses seus descendentes, pagando aos donos o respectivo valor. Foi o que fez Gonçalo Fernandes, “ *homem da câmara*” da cidade e pai de Isabel, de 2 anos, a qual tivera de Catarina, escrava da Índia pertencente a Filipa Coelha e a seu marido Brás Correia, cavaleiro fidalgo em serviço na Índia. Para obter a alforria da filha teve que dar ao casal de donos 9.000 reais, o que fez “ *em pró de sua consciência*” <sup>380</sup>.

Noutro caso, nem foi necessário que o pai pagasse o resgate do escravo seu filho. Violante da Costa, viúva de Manuel Rodrigues de S. Tomé, moradora ao Anjo, na Sombreira, deu carta de alforria a Cosmo Rodrigues, filho da sua cativa Joana Rodrigues, “ *que nasceu forro do ventre de sua mãe por filho de um homem honrado [a]o qual ela senhora e o dito seu marido tinham obrigação*”. A criança na verdade nascera escrava mas, como o pai era das relações dos donos e eles lhes deviam favores,

---

<sup>377</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 16, Liv. 75, f. 9 – 7.2.1587.

<sup>378</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 21, Liv. 97, f. 54 v. – 2.4.1592.

<sup>379</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 2, Liv. 9, f. 70 – 20.11.1578.

<sup>380</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 8, Liv. 41, f. 92 – 12.2.1597.

consideraram-no livre. Nessa medida, “ *por forro o criaram de menino, sem lhe irem à mão a coisa alguma que de sua pessoa quisesse fazer*”, casando-o mais tarde com uma mulher branca e dando-lhe, então, a respectiva carta de liberdade <sup>381</sup>.

Na maior parte dos casos, no entanto, nem os pais nem os donos por consideração aos pais, libertavam os escravos nascidos de ligações das cativas. A grande maioria ficava toda a vida tão escrava como nascera e, segundo diversos testemunhos, era mesmo essa a intenção dos senhores ao tolerarem ou até favorecerem a actividade sexual das suas escravas. Além de Clenardo, que afirmava haver indivíduos que conseguiam bons lucros com a venda dos filhos dos escravos, parecendo que os criavam como pombas para levar ao mercado <sup>382</sup>, também o insuspeito português e frade carmelita Francisco da Conceição se referiu a esse costume no crítico relatório que levou ao concílio de Trento sobre o estado do país e da Igreja. Os senhores permitiam e até favoreciam o concubinato dos escravos, mesmo com pessoas livres, tudo para aumentarem o número de pequenos cativos, como se promovessem o acréscimo de um rebanho <sup>383</sup>. E em sentido semelhante orientou os seus comentários sobre a escravatura no país o relator da viagem do Cardeal Alexandrino a Portugal, João Baptista Venturino, na sua passagem por Vila Viçosa. Já nos referimos à forma crua com que descreveu a reprodução das escravas, através de *mouros* a quem, como aos garanhões na criação de cavalos, era permitido terem relações com as mulheres, obviamente cativas,

---

<sup>381</sup> - ADS, FN, Almada, Liv. 3/14, f. 92 v. – 17.5.1590.

<sup>382</sup> - “ [...] *quidam etiam non exiguum quaestum faciunt e vernis natis, ut mihi tanquam columbas alere videantur* [...]” ( Alphonse Roersch, *Correspondance de Nicolas Clénard*, tome I, p. 54 ) ; Manuel Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal*, p. 253-254; Alessandro Stella, que estudou os escravos na Andaluzia, defendeu não estarem os donos interessados na reprodução das escravas, pelos riscos do parto e pelas despesas da criação dos filhos, com a perda de tempo de trabalho para as mães (Alessandro Stella, “ Mezclándose carnalmente. Relaciones sociales, relaciones sexuales y mestizaje en Andalucía Occidental”, *Negros, mulatos, zambagos*, p. 178).

<sup>383</sup> - “ *Eisdem passim a dominis permittitur concubinatus, et aliquando fidelis cum infideli, nonnumquam liberi cum servo. Hoc autem ideo libenter a dominis permittitur, ut hac via ex servorum procreatione ( ac si arbores essent ) augeant domi vernáculos aut eorum venditione sibi pecunia accrescat*” ( Frei Francisco da Conceição, *Annotationes in abusus sacramentorum*, publicado por Alessandro Dell’Aira, “ Schiavitù: il silenzio del concilio di Trento”, *Nuove Effemeridi*, nº. 54, p. 60 ).

que desejassem, para que assim se gerassem novos escravos. O autor da insólita descrição afirmou que existiam muitos “*rebanhos*” de mulheres a tal destinadas, quer em Portugal quer na Índia <sup>384</sup>. Com ou sem exagero ou deturpação, a impressão colhida pelo estrangeiro assentava, sem dúvida, numa realidade repetidamente descrita: a liberdade sexual das escravas destinada ao lucro dos donos.

As fontes da época, nomeadamente os registos paroquiais de baptismo, mostram que a maioria dos escravos nascidos no reino resultava de relações irregulares face aos costumes vigentes. Era constituída por filhos de pai incógnito, concebidos portanto fora do casamento. Apesar do matrimónio dos escravos, como referiremos mais à frente, ser não só possível mas também defendido pela Igreja, grande parte dos senhores não o favorecia e, muitas vezes, procurava impedi-lo por todas as formas, por considerar que seria um impedimento ao pleno uso dos cativos, nomeadamente à sua deslocação de acordo com os seus interesses e à respectiva venda. Provavelmente consideravam também um estorvo à livre venda dos respectivos filhos o facto de serem oriundos de famílias formalmente constituídas. Essa atitude da parte dos senhores, aliada à menor inserção dos cativos na cultura e costumes da sociedade portuguesa e, nessa medida, menos motivados para o casamento, resultava no predomínio das uniões informais ou mesmo de uma vida sexual promíscua da parte dos escravos. De 617 crianças filhas de cativos baptizadas na cidade e no seu termo ao longo do século, de que se conservam os registos, 429 ( 70 % ) foram mencionados apenas com o nome da respectiva mãe e, dos restantes, só uma ínfima minoria , 21, foram registados como filhos de pais unidos pelo casamento.

Sobre alguns desses recém nascidos o clérigo que procedeu ao baptismo acrescentou ao nome da progenitora expressões indicativas de que ignorava quem era o

---

<sup>384</sup> - Biblioteca da Ajuda, *Rerum lusitanicarum*, v. 3, f. 295.



pai, tais como: “ *seu pai se não sabe*”, “ *o pai não está certo*”, “ *sem pai*”, “ *pater est occultus*”, “ *pater incertus*”, “ *pater ignoratur*” ou “ *filho natural*”. Quando nasceu Bárbara, filha de uma escrava preta de Benfica, o pároco registou, a seguir ao nome da mãe: “ *Não se sabe quem é o pai. Diz que é de um negro*” <sup>385</sup>. Quando do baptismo de Pedro, filho de Francisca, em Oeiras, escreveu o cura: “ *disseram que seu pai se chamava Pedro*” <sup>386</sup>. Quando os progenitores masculinos foram referidos, ou nada foi dito sobre a sua relação com as mães, ou foi claramente afirmado que não eram casados com elas, como: “ *havida de matrimónio ilegítimo*”, “ *filha de escravos solteiros*”, “ *filho espúrio*” ou “ *os pais não são casados*”.

Independentemente de as relações que levaram ao nascimento dos filhos de escravos se terem inserido em uniões formalmente reconhecidas, serem produto de um relacionamento, eventualmente estável, mas informal, ou terem sido resultado de contactos fortuitos, observemos entre quem se produziram os contactos que deram origem às crianças que formam os 30 % cujos pais se conhecem. Desses, cerca de metade – 95 ou 15,3 % do total – realizaram-se entre escravos e a outra metade – 93, outros 15% do total, *grosso modo* – entre escravos ou escravas e pessoas livres. No primeiro caso, escravos com escravos, a maioria – 57 – pertencia a donos diferentes e 38 aos mesmos senhores. Neste grupo, de pais ambos cativos, conta-se mais de metade dos casais formalmente constituídos ( 12 de 21).

Dos 93 que resultaram de ligações entre cativos e pessoas livres, 70 eram filhos de escravas e de homens livres e só 23 de escravos com mulheres de condição livre. Neste caso, como se sabe, os filhos eram também livres. Entre os indivíduos livres que foram pais de pequenos escravos incluíam-se um alfaiate, um boticário, um correeiro, um cozinheiro, um criado, um pajem do fidalgo D. António de Castelo Branco de

---

<sup>385</sup> - TT, FP, Lisboa, Benfica, Liv. 1 de Mistos, f. 5 v. – 18.2.1584.

<sup>386</sup> - TT, FP, Oeiras, Liv. 1 de Baptismos, f. 39 – 13.6.1597.

Meneses <sup>387</sup> ( a escrava era índia ), quatro pretos forros e um índio também forro ( a escrava era igualmente índia ). Entre as 23 mulheres livres que se uniram a escravos cativos, há quatro pretas e mulatas forras e duas índias, num dos casos sendo ela índia e o escravo preto. Nos restantes, só sabemos que eram livres.

Com base na pequena amostra de pais livres de escravos recém nascidos podemos supor que a grande maioria dos progenitores masculinos de escravos, dessa condição, cuja parte principal não foi sequer mencionada nos registos, eram pretos ou índios forros e, além deles, artesãos, comerciantes e criados, quando não – e eram, por certo, em grande quantidade – os próprios donos das escravas.

Uma faceta pouco conhecida do relacionamento entre escravas e homens livres é a da prostituição a que muitas eram sujeitas ou a que se entregavam voluntariamente. Se noutros países e domínios ibéricos, como nas Canárias, é conhecida a sua prática, alvo da condenação das autoridades eclesiásticas <sup>388</sup>, dos territórios e domínios portugueses conhece-se a descrição de Linschoten sobre a venda de serviços sexuais pelas cativas de Goa, em benefício dos portugueses seus donos: “ *Há pessoas (a saber, os portugueses casados ), que se sustentam dos seus escravos e escravas [...]. As escravas fazem todo o género de conservas e de frutas indianas cristalizadas e muitas coisas de costura, rendas e malhas. Depois mandam as mais novas e formosas pela cidade fora para vender esses produtos, lindamente vestidas e enfeitadas, para que o desejo e a formosura das escravas atraiam os compradores, que antes procuram o conforto e uso das escravas e a satisfação da sua volúpia, do que desejam as conservas, frutas cristalizadas e peças de costura. E elas nunca recusam e fazem disso o seu negócio quotidiano. E com os lucros que os escravos e escravas assim trazem para casa todos*

---

<sup>387</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. I, p. 345 – 29.1.1594.

<sup>388</sup> - Manuel Lobo Cabrera, “La mujer esclava en España en los comienzos de la Edad Moderna”, *Baetica*, nº. 15, Málaga, p. 308.

*os dias, os senhores podem-nos sustentar amplamente*” <sup>389</sup>. O Quinto Concílio da arquidiocese de Goa, em 1605, viria mesmo a proibir as escravas com menos de 50 anos de venderem pelas ruas ou dormirem fora de casa <sup>390</sup>.

Embora não conheça referências directas a essa forma de utilização das escravas no território do reino, essa devia ser uma das muitas vias para os senhores beneficiarem da sua posse, nomeadamente como *escravas de ganho*, trabalhando por conta própria e entregando aos donos a parte combinada do que auferissem. Certamente que as alusões de Clenardo, Venturino e Francisco da Conceição à liberdade que os senhores consentiam às escravas, atrás referidas, incluíam também a prática da prostituição.

Sobre a homossexualidade entre brancos livres e escravos negros, mouriscos ou indianos existem, ao contrário, referências nos processos da Inquisição - instituição a quem, por pedido de D. João III, o papa em 1562 entregou o julgamento dos acusados de “*crime nefando*” <sup>391</sup> - do que são exemplos os de Simão Coelho, escravo de Évora <sup>392</sup> e, na Inquisição de Lisboa, o do madeirense Rafael, com quem esteve envolvido o mulato Rui Gomes <sup>393</sup> e o de Bastião, negro de Palhais <sup>394</sup>. E o mesmo se passava com libertos de várias origens: entre eles, deles com brancos livres e também com escravos. A impressão que parece colher-se nos processos inquisitoriais é a de que as práticas homossexuais deviam ser relativamente vulgares na Lisboa quinhentista – sendo certamente, dadas as condições de privacidade em que ocorriam, uma pequena minoria

---

<sup>389</sup> - Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias Orientais ou portuguesas* ( 1596 ), p. 149.

<sup>390</sup> - Maria Cristina Osswald, “ Aspectos iconográficos da escravatura negra na gravura europeia relativa à Índia entre os séculos XVI e XVII”, *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*, p. 41-42.

<sup>391</sup> - João José Alves Dias, “ Para uma abordagem do sexo proibido em Portugal no século XVI”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1º. Congresso luso-brasileiro sobre Inquisição*, v. I, p. 152.

<sup>392</sup> - Paulo Drumond Braga, “ Simão Coelho, escravo negro, perante a Inquisição de Évora ( 1517-1572 )”, *Revista de Ciências Históricas*, v. V, p. 205-211.

<sup>393</sup> - João José Alves Dias, “ Para uma abordagem do sexo proibido em Portugal no século XVI”, *Inquisição. Comunicações apresentadas ao 1º. Congresso luso-brasileiro sobre Inquisição*, v. I, p. 151-159.

<sup>394</sup> - A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 213.

os casos que chegavam ao Santo Ofício - e que os escravos e libertos de várias origens geográficas tinham nas mesmas uma intervenção significativa. Isso podia ser consequência de hábitos adquiridos por uma parte deles nas suas terras de origem, que a transposição para uma sociedade mais repressiva dessas práticas, como era a cristã, não fazia facilmente perder. Em muitas das civilizações de origem dos escravos trazidos para Portugal as relações entre pessoas do mesmo sexo eram correntes e aceites, como sucedia no Brasil, segundo Gabriel Soares de Sousa <sup>395</sup>, no Japão, a crer no testemunho do capitão Jorge Álvares <sup>396</sup>, na Índia e nos países islâmicos. Na África Central existiam *travestis*, conhecidos por *jinbandaa*, revestidos de poderes mágico-religiosos <sup>397</sup>.

E, de facto, alguns processos contra *sodomitas* parecem confirmar a dificuldade de aceitação de um novo quadro ideológico e legal, nessa matéria como noutras, nomeadamente pelos mouriscos. Francisco, natural de Tetuão, justificou as relações que mantivera com outro homem “*por vir mal acostumado de sua terra*” <sup>398</sup>. O caso de Rogel da Esperança é ainda mais expressivo. Nascido em Messina, filho de um siciliano, foi tomado pelos turcos e levado para Fez. Segundo confessou, os que o cativaram “*usavam mal dele, dormindo com ele por detrás, como é costume deles*”. Depois foi parar às mãos do xarife, que o fez converter ao Islão e o pôs numa casa, com outros jovens, onde se entregava à prostituição. O próprio alcaide “*tinha dois moços bardaxos com os quais dormia por detrás*” e vinha à casa onde eles estavam e dormia com eles “*e que tinham isto lá por galanteria*” <sup>399</sup>. Até Simão Gonçalves, mulato nascido em Ceuta mas criado em Lagos, depois de ter sido aprisionado com 14 anos por corsários berberescos e levado para Belez, onde se converteu ao Islão, “*trazia consigo dous grações [sic] mouros com que se lançava na cama, com os quais os mouros*

---

<sup>395</sup> - Luiz Mott, *Escravidão, homossexualidade e demonologia*, S. Paulo, Ícone, 1988, p. 23-24.

<sup>396</sup> - *Traité de Luís Fróis* (1585), Paris, Chandeigne, 1994, p. 170.

<sup>397</sup> - James H. Sweet, *Recrutar África*, p. 75-78.

<sup>398</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 4026, f. 5 – 20.7.1557.

<sup>399</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 1669, f.1 – 17.11.1576.

*costum[av]am de usar suas torpezas”*. A esse tempo comandava já uma galeota e tinha dois cativos cristãos ao seu serviço <sup>400</sup>. No processo contra o pedófilo mourisco João de Távora, uma das vítimas deste, um dos rapazes internados na Casa dos Órfãos, declarou ter advertido os colegas para não dormirem com aquele “ *porque na sua terra os turcos faziam ruindade com os meninos* ” <sup>401</sup>.

Tal como ocorria com as relações heterossexuais, as que implicavam indivíduos do mesmo sexo eram frequentemente inter-raciais, o que era inevitável dada a proximidade e convivência, na cidade, de pessoas de diferentes origens. Foi exemplo desta realidade o turco João Antão, que na sua casa da Mouraria “ *cometeu o nefando e abominável pecado de sodomia com muitos moços que com ele viviam e outros de fora, que chamava a sua casa e com dádivas e promessas provocava para isso*”, alguns dos quais eram brancos cristãos <sup>402</sup>. Osmão, natural da Anatólia e escravo do marquês de Santa Cruz, almirante de Filipe I, foi acusado de cometer o pecado nefando, muitas vezes, com um moço cristão <sup>403</sup> e o mouro Hamet incitou quatro jovens, três deles mouriscos e um cristão-velho, de 15 anos, a dormirem todos juntos na estrebaria onde trabalhava, tendo os mouriscos e o anfitrião tido “ *parte por detrás* ” com o último <sup>404</sup>. Exemplo particular de promiscuidade foi o de Manuel de Meneses, mouro da Berbéria, que consumou o pecado de sodomia com vários servidores do seu dono, o marquês de Santa Cruz: vários criados, o azemel, um cozinheiro e o caçador do titular <sup>405</sup>.

De negros, escravos e forros, com brancos, mouriscos e também entre si, não faltam igualmente exemplos nos processos da Inquisição. Dois mulatos, um deles do governador, um criado do cardeal D. Henrique e vários outros indivíduos, dormiram uns

---

<sup>400</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 12.058, f. 2 – 29.5.1555. Este caso foi tratado desenvolvidamente por Bartolomé e Lucile Bennassar em *Les chrétiens d’Allah*, p. 43-62.

<sup>401</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 6018, f. 5 – 2.1.1556.

<sup>402</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1600, f. 14 – 1.3.1552.

<sup>403</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 5296, f. 21 – 12.8.1586.

<sup>404</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1617, f. 3 – 26.6.1557.

<sup>405</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1728, f. 34 – 17.6.1583.

com os outros “*carnalmente*”, numa cama, depois de cearem “*em casa do Bairros*”, aparentemente taberneiro, na presença deste <sup>406</sup>. Lourenço, mulato cativo, foi surpreendido com “*as ceroilas derribadas abaixo*”, junto de Fernão Rodrigues, mouro que tinha “*muito má fama*”, depois de com ele ter cometido o “*mau pecado*”. Além, mouro do provedor dos Armazéns do Reino, também “*dormiu com ele uma vez contra natura, sendo o dito mulato mulher e ele homem, estando o dito mulato debaixo e ele em cima dele e cumpriu com ele uma vez [...] e depois, de semana em semana e de mês em mês, ia o dito mulato lá ter com ele*” <sup>407</sup>.

Outros exemplos poderiam ser dados, naturalmente, com poucas variantes. Um caso, porém, é digno de registo, por ocorrer numa instituição de educação de menores desamparados, a Casa dos Órfãos, na Mouraria. O já mencionado João de Távora, cozinheiro mourisco originário de Ceuta, abusou sexualmente de dois rapazes aí internados, um de 12 anos, filho de um cônego da Sé e o outro de 10, natural de Braga. Com o primeiro, a relação foi conseguida violentamente, tapando a boca do jovem e impedindo-o de se mexer, repetindo-se depois o acto diariamente, ao longo de um mês. O outro foi abordado e submetido quando dormia, preso ao *tronco* por um pé, castigo que cumpria por ter tentado fugir da casa <sup>408</sup>. Claro que nem sempre eram indivíduos de cor os agentes de abusos sexuais dentro do mesmo género, como entre géneros diferentes. O preto Francisco Pires declarou que Luís Mendes, jovem entre os 17 e os 18 anos, que aprendia gramática na Sé, “*pecava com um cônego [...] chamado Seixas*”<sup>409</sup>.

O único caso denunciado ao Santo Ofício que encontrámos referente a uma mulher foi o de Clara Fernandes, mulher baça, casada com um mourisco. Era lavadeira

---

<sup>406</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc°. 2954, f. 2 – 15.10.1547.

<sup>407</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc°. 6636, f. 2 – 5.9.1553.

<sup>408</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc°. 6018, f. 2, 3 e 5 – 30.12.1556.

<sup>409</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc°. 4030, f. 8 – 11.2.1547.

e em 1555 foi acusada por, de há três anos a essa data, “ *usa[r] do mau pecado, tendo acesso com mulheres* ” <sup>410</sup>.

Também a carta de alforria outorgada por D. João III a favor de António, escravo chinês, se reporta a este tipo de relações, neste caso à sua tentativa frustrada. O protagonista do episódio era menor de idade e cativo do licenciado André Lopes. Quando, em 1550, vinha embarcado com o dono da Índia para Portugal “ *o dito licenciado quis com ele cometer o crime nefando de sodomia e lhe prometia liberdade e dádiva e, metendo-lhe a língua na boca, ele [...] lha cortou com os dentes* ”. A seguir, a vítima do abuso sexual acusou o dono ao capitão da nau em que viajavam, que fez um auto da ocorrência, acabando o mesmo por ficar na ilha de Santa Helena e ter os bens confiscados para a Fazenda real. Como o rapaz estava incluído nesses bens, pediu ao soberano que, atendendo a ter denunciado o delito do dono, lhe desse liberdade, a qual ele teria obtido do mesmo se com ele tivesse querido colaborar, pedido que o rei satisfez <sup>411</sup>.

Outra forma de actividade sexual considerada desviante das normas morais em vigor e, nessa medida, condenada com graves penas, era o bestialismo e nela também vemos que se envolviam escravos, negros e indianos. Em 1560, ia Bernardo, índio de 18 a 20 anos, de Nossa Senhora da Luz para uma quinta próxima e, pelo caminho, foi visto a “ *ter ajuntamento com uma burra parda* ” e a “ *tirar a sua natura da natura da burra* ”. Disse o seu delator que “ *havia fama que o dito índio era costumado a estas bestialidades* ”. Ao ser interrogado pelos inquisidores, o denunciado justificou-se afirmando que, quando estava na Índia, viu índios mouros “ *terem parte com alimárias* ”, vindo a fazer o mesmo <sup>412</sup>. Aleixo, também índio, em 1563 “ *foi à estrebaria onde estava a mula em que o [...] seu senhor anda[va] e lhe meteu a sua* ”

---

<sup>410</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 12.418, f. 5 – 13.7.1555.

<sup>411</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 4, f. 162 v. – 16.6.1551.

<sup>412</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 2241, f. 2 – 1.2.1560.

*natura em o vaso da dita mula, com tenção de ter parte com ela*”, mas lembrou-se da gravidade do que fizera e foi denunciar-se à Inquisição <sup>413</sup>. Luiz Mott deu a conhecer o caso de um negro da vila de Moura condenado às galés por ter “*dormido carnalmente*” com três cabras, três ovelhas, duas burras, uma égua e uma mula <sup>414</sup>.

As ligações entre escravos e pessoas livres supunham, em muitos casos, uma componente afectiva. As fontes literárias, como os *Ditos portugueses dignos de memória*, colectânea de acontecimentos da época de D. João III, narram episódios da vida quotidiana, nomeadamente da corte, que o comprovam, como nobres apaixonados por mouriscas suas, os ciúmes das esposas e os namoros de criados com escravas <sup>415</sup>. Damião de Góis conta na crónica de D. Manuel que um criado do governador da Casa do Cível, D. Álvaro de Castro, se apaixonou por uma escrava branca “*de bom parecer*” que servia sua mulher D. Leonor de Noronha e com ela “*andava d’amores*”. Para o castigar do atrevimento o amo pô-lo fora de casa e depois, “*como o bem querer destes dous se não apartasse, continuando em seus amores*” e o criado encontrasse forma de se encontrar com a bela cativa, mandou açoutá-lo com grande rigor por mouros da sua estrebaria. O rei, porém, achando o castigo exagerado, repreendeu-o e tirou-lhe o elevado cargo que desempenhava <sup>416</sup>. Outros homens, porém, tinham preferência pelas negras, como Álvaro Afonso, inquiridor de Serpa, que acabou por abandonar a carreira profissional e deixar a família devido à sua inveterada paixão por mulheres dessa cor <sup>417</sup>.

---

<sup>413</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 13.014, f. 2 – 26.3.1563.

<sup>414</sup> - Luiz Mott, *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*, Campinas, Papirus, 1988, p. 38-39.

<sup>415</sup> - *Ditos portugueses dignos de memória*, p. 96, 97 e 125.

<sup>416</sup> - Damião de Góis, *Crónica de D. Manuel*, Parte 3, Cap. XL, p. 351-352.

<sup>417</sup> - A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 140.



### 7.5 – Onomástica dos escravos

Tal como sucedia com as pessoas livres, os nomes distinguiam os escravos uns dos outros, constituindo a principal forma da sua identificação. Eram formados, na maioria das vezes, apenas pelo *nome próprio*, mas podiam ser seguidos de um *apelido* que associasse os seus portadores ao grupo familiar do dono, que assinalasse as suas características físicas ou a origem geográfica. Além do nome podia também ser-lhe dada uma *alcunha*.

Os nomes próprios da maior parte dos indivíduos livres eram escolhidos pelos progenitores e pelos padrinhos. No caso dos escravos a escolha era também, senão principalmente, atributo dos respectivos senhores. A um cativo abexim de Pêro Rodrigues, baptizado em Chaúl, “*lhe puseram nome António*”<sup>418</sup> e a um mouro que veio de Tânger para o reino “*lhe puseram nome Manuel*” quando o fizeram cristão<sup>419</sup>. Por vezes os donos davam-lhes o seu próprio nome. Foi exemplo desta atitude João Baptista, cativo do conhecido mercador João Baptista Rovelasco<sup>420</sup> e João de Sousa, pertencente a João de Sousa, morador aos Anjos<sup>421</sup>. Noutras ocasiões talvez essa escolha resultasse de um acordo entre a mãe e os donos do recém-nascido. Para esse fim uns e outros socorriam-se dos nomes mais em voga no tempo, tal como faziam os pais e padrinhos de pessoas livres. Em 3.081 escravos cujos nomes foram indicados pelas fontes consultadas<sup>422</sup> – 1.535 homens e 1.546 mulheres – podem encontrar-se 241 nomes diferentes – 125 masculinos e 116 femininos – com uma frequência, no entanto, muito diversa.

---

<sup>418</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.843, f. 8 – 5.6.1560.

<sup>419</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 9239, f. 4 – 24.1.1561.

<sup>420</sup> - TT, FP, Lisboa, Santa Catarina, Liv. 2 de Mistos, f. 9 v. – 25.3.1596.

<sup>421</sup> - TT, FP, Lisboa, Santa Catarina, Liv. 2 de Mistos, f. 21 v. – 20.8.1598.

<sup>422</sup> - Com excepção da Inquisição de Lisboa, devido à especificidade dos respectivos processos, respeitantes, na parte que nos interessa, à prática do Islamismo e em que era mencionado grande número de mouros, o que daria aos respectivos antropónimos uma importância muito superior à real.

### Nomes de escravos <sup>423</sup>

António ( **238** ); Francisco ( **139** ); Pêro / Pedro ( **120** ); João / Joane ( **110** ); Bastião / Sebastião e Domingos ( **67** ); Manuel ( **64** ); Luís ( **53** ); Gaspar ( **49** ); Diogo ( **45** ); Simão ( **30** ); Cristóvão ( **29** ); Jerónimo / Hirónimo ( **26** ); André ( **23** ); Miguel ( **20** ); Jorge ( **19** ); Fernando / Fernão e Martim / Martinho ( **17** ); Bartolomeu e Duarte ( **16** ); Mateus ( **14** ); Alexandre, Lourenço, Paulo/Palos e Tomé ( **13** ); Baltasar e Rodrigo ( **12** ); Brás, Lucas e Vicente ( **11** ); Agostinho ( **10** ); Gonçalo e Salvador ( **9** ); Cosme, Estêvão, Filipe, Gregório e Nicolau ( **8** ); Álvaro, Belchior, Bernaldo/Bernardo, Henrique/Anrique e Matias ( **6** ); Amaro, Bento, Heitor, Jacinto, Pascoal e Vasco ( **5** ); Afonso, Damião, Marco, Rafael ( **4** ); Antão, Dionísio, Inácio, José, Mafamede, Roque e Valentim ( **3** ); Aleixo, Ali, Amador, Badala, Constantino, Custódio, Dinis, Fabião, Gabriel, Hete, Hilário, Julião, Lançarote, Simeão, Tomás e Valério ( **2** ); Abdala, Adão, Adibe, Alberto, Alcácer, Alegrado, Almansor, Amete, Anastácio, Ascenço, Astolfo, Bernaldim, Bogima, Bram, Cace, Çaide, Cape, Caprião, Chatim, Cide, Clemente, Erasmo, Fabiano, Feliciano, Ferez, Focem, Gião, Inocência, Jácome, Jordão, Leonardo, Leonel, Lopo, Maconde, Malavar, Mamede, Mancos, Marçal, Mendo, Pantaleão, Pelionio, Quintino, Silvestre, Teodósio, Valerião, Ventura, Veríssimo e Yça ( **1** ).

Os dez nomes mais frequentes no sexo masculino foram atribuídos a 952 indivíduos, correspondendo a 62 % do total. Coincidem em grande parte com os que foram encontrados por Iria Gonçalves para a população de Lisboa quinhentista, com base no lançamento dos moradores da cidade para a recolha do subsídio extraordinário aprovado nas cortes de 1562-63 <sup>424</sup>. Os quatro primeiros, *António*, *Francisco*, *Pedro* e *João*, ocupam também aí os primeiros lugares e, quanto aos restantes, a maioria reflecte também *grosso modo* a mesma ordem de frequência. Coincidem igualmente, com pequenas diferenças, com os que foram identificados por Ana Maria Alves, de

<sup>423</sup> - Pela ordem do número de ocorrências, indicado entre parêntesis. Quando se incluem duas variantes do mesmo nome, a primeira é a mais frequente.

<sup>424</sup> - Iria Gonçalves, *Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos*, separata do *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, 2ª. Série, nº. 79-80, 1973-74, p. 14.

indivíduos baptizados em Lisboa no período de 1564 a 1600 <sup>425</sup>. Podemos, por isso, concluir que - com excepção dos nomes de origem árabe ou indiana, de cativos ainda não cristianizados e trazidos de novo para o reino - a atribuição de nomes próprios aos escravos obedecia a regras semelhantes às que orientavam a escolha dos da restante população. Dado que essa atribuição, na maioria dos casos, decorria paralelamente com o baptismo dos recém-nascidos ou recém-convertidos ao Cristianismo e era um factor da sua integração na comunidade dos crentes, aquela verificação prova o esforço de aculturação e integração dos escravos por parte da Igreja e da sociedade.

Em ambos os estudos referidos e também aqui *António* ultrapassa largamente os restantes antropónimos. Era o nome do santo natural da cidade, embora de popularidade recente, pois não fazia parte da onomástica mais usada no fim da Idade Média <sup>426</sup>. Isso resultou provavelmente do reforço do respectivo culto, desde os finais do século anterior, com a edificação de um templo no local do seu nascimento, por ordem de D. João II, o qual foi concluído por D. Manuel. *Francisco* e *Domingos* eram os nomes dos patronos das duas mais importantes ordens mendicantes, a Franciscana e a Dominicana. *Pedro* era o discípulo de Cristo e o primeiro papa. *João* fora o primo de Jesus, que o baptizara, objecto de intenso culto já na época medieval e também o nome de dois soberanos recentes, D. João II e D. João III. *Manuel* e *Sebastião* os de dois outros reis, um o Venturoso, que presidiu aos destinos do país no seu período de apogeu e o outro o protagonista da maior tragédia nacional. Eram todos nomes vulgares quer entre a mais alta nobreza quer entre o povo mais simples, uns de tradição antiga e outros de prestígio mais recente, ligados a reis e a santos. A 102 nomes da tradição cristã vemos juntarem-se 21 de origem árabe ou indiana, em grande parte de escravos régios.

---

<sup>425</sup> - Ana Maria Alves, “ Onomástica da Lisboa quinhentista. Subsídio para um estudo de mentalidades na 2ª. metade do século XVI”, *Estudos de história de Portugal ( Homenagem a A . H. de Oliveira Marques)*, v. II, Lisboa, Estampa, 1983.

<sup>426</sup> - Iria Gonçalves, *Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos*, p. 14.

### Nomes de escravas <sup>427</sup>

Maria ( 302 ); Catarina ( 146 ); Isabel ( 116 ); Antónia ( 63 ); Joana ( 60 ); Luísa ( 58 ); Francisca ( 55 ); Ana ( 43 ); Filipa ( 40 ); Luzia ( 36 ); Domingas ( 35 ); Grácia ( 33 ); Margarida ( 29 ); Esperança e Marta ( 26 ); Juliana e Vitória ( 23 ); Leonor e Madanela/Madalena ( 22 ); Beatriz/Brites, Lucrécia e Paula ( 20 ); Inês ( 19 ); Bárbara e Pelónia/Apolónia ( 17 ); Guiomar/Guimar e Helena ( 16 ); Cristina ( 14 ); Brísida e Violante ( 11 ); Clara ( 10 ); Ângela ( 9 ); Cezília/Cecília e Jerónima ( 8 ); Andresa, Constança/Constância e Simoa ( 7 ); Doroteia, Genebra e Mónica ( 6 ); Susana ( 5 ); Bastiana/Sebastiana, Grimanesa, Mariana, Marquesa e Vicência ( 4 ); Águeda, Branca, Brásia, Brianda, Florença, Iria/Eiria, Júlia, Leonarda, Maior e Sabina ( 3 ); Ascença, Astácia/Estácia, Bernalda/Bernarda, Briolanja, Camília, Constantina, Dionísia, Faustina, Felícia, Mícia/Mécia, Natália, Perpétua e Úrsula ( 2 ); Adigiça, Agostinha, Ambrósia, Anastácia, Anduzia, Auta, Benta, Bernaldina, Clemência, Custódia, Daria, Encença, Estefânia, Eva, Fabiana, Gabriela, Gregória, Jacinta, Leocádia, Liunzia, Çourença, Lúcia, Marcelina, Mariquita, Martinha, Máxima, Micaela, Milícia, Miliciania, Natária, Ninfa, Oriana, Páscoa, Pascoala, Petronila, Policena, Rafaela, Remígia, Rita, Romana, Teodora, Teresa, Tomásia, Urbana e Valentina ( 1 ).

Os dez nomes mais frequentes no sexo feminino foram atribuídos a 919 escravas, correspondendo a 59,5 % do total. Os três mais usados correspondem aos que Iria Gonçalves encontrou para a população da cidade em 1565 <sup>428</sup> e que Ana Maria Alves reuniu relativamente aos baptizados em Lisboa entre 1564 e 1600 <sup>429</sup>. Isso permite retirar a mesma conclusão a que chegámos quanto aos nomes masculinos, de que a onomástica das cativas seguia princípios muito próximos dos que eram aplicados à população livre, sendo um indício da tendência para a assimilação dos escravos pelo

<sup>427</sup> - Pela ordem do número de ocorrências, indicado entre parêntesis. Quando se incluem duas variantes do mesmo nome, a primeira é a mais frequente.

<sup>428</sup> - Iria Gonçalves, *Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos*, separata do *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, 2ª. Série, nº. 79-80, 1973-74, p. 16.

<sup>429</sup> - Ana Maria Alves, “Onomástica da Lisboa quinhentista”, *Estudos de história de Portugal*, v. II, p. 136.

conjunto da sociedade. O de *Maria*, mãe de Jesus Cristo, dominava largamente os restantes. Isso devia-se à generalização do culto mariano na civilização ocidental, mas também ao facto de rainhas e infantas de Portugal durante o século XVI terem tido esse nome, com destaque para a segunda mulher de D. Manuel e a primeira, de nacionalidade portuguesa, de Filipe I. *Catarina* foi também o nome da rainha consorte de D. João III, regente do reino na menoridade de D. Sebastião. *Isabel* foi a *Rainha Santa*, mulher de D. Dinis e beatificada por Leão X em 1516, a pedido de D. Manuel. Foi igualmente o nome da terceira mulher deste soberano e da sua filha que se matrimoniou com o imperador Carlos V. *Antónia* era a versão feminina do nome do santo natural de Lisboa, a que já nos referimos e, por isso, uma forma de o evocar. Mais uma vez, tal como hoje, as personalidades ilustres e conhecidas influenciavam a escolha dos nomes a atribuir aos recém-nascidos. E também aos escravos <sup>430</sup>.

Quanto à escolha do apelido dos cativos, que muitas vezes se seguia ao nome próprio, nem sempre era o apelido dos pais que determinava o dos descendentes, como sucedia com as pessoas livres, entre outras razões porque frequentemente a paternidade era desconhecida ou, se o não era, não se desejava patenteá-la. Era o apelido dos donos que frequentemente era atribuído, constituindo esta atitude uma forma de estes projectarem nessa classe de dependentes a sua dignidade e poder. Como tais apelidos se transmitiam aos respectivos descendentes, frequentemente livres, a influência e prestígio desses donos acabava por recair também sobre eles, podendo favorecer a formação de clientelas que se desenvolvessem na órbita desses patronos.

---

<sup>430</sup> - Significativamente, no caso das localidades de Barcarrota e Salvaleón, na Extremadura castelhana, os três nomes masculinos predominantes foram Juan, Francisco e Pedro, que em Lisboa se incluíram entre os quatro mais frequentes, mas o de António, aqui dominante, por causas de ordem local, foi apenas o nono em importância. Nas mulheres, porém, os três mais frequentes, Maria, Isabel e Catalina, ocorreram também em Lisboa ( Joaquín Álvaro Rubio, *La esclavitud en Barcarrota y Salvaleón en el período moderno*, p. 114-115).

Os exemplos que nos chegaram desta prática são por demais numerosos, não podendo ser referidos senão alguns casos. O arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida tinha um escravo de nome Pedro de Almeida <sup>431</sup> e o seu sucessor D. Miguel de Castro era dono do índio António de Castro <sup>432</sup>, a abadessa de Odivelas D. Maria de Meneses possuía como sua cativa Joana de Meneses <sup>433</sup> e o cônego António de Melo era dono de André de Melo <sup>434</sup>. Quanto ao duque de Bragança D. Teodósio este dispunha, entre o efectivo de escravos do seu palácio, de Francisco de Bragança e de João de Bragança <sup>435</sup> e D. Manuel de Almada era dono de um casal de cativos, Miguel de Almada e Maria de Almada <sup>436</sup>. Essa atitude não era, no entanto, apenas adoptada pela nobreza e pelo alto clero, pois a burguesia mercantil e artesanal a seguia também, como o mercador Henrique Dias Milão, proprietário de Marta Dias <sup>437</sup>, o negociante Afonso da Barreira, dono de Inês Barreira <sup>438</sup>, o ourives de ouro Manuel Lopes que era proprietário de António Lopes <sup>439</sup> e o flamengo Jean ( *Jam* ) de Burges, dono de Isabel de Burges <sup>440</sup>. André Franco era senhor de João Franco e Francisca Franco, casados entre si <sup>441</sup>. Mesmo donos com profissões mais modestas projectavam os seus apelidos familiares nos poucos cativos que lhes nasciam em casa ou que adquiriam, como o pescador António Afonso, dono de Pedro Afonso <sup>442</sup> e o sapateiro Manuel Fernandes, a quem pertencia a preta Maria Fernandes <sup>443</sup>. Parece que, por vezes, o apelido do escravo

---

<sup>431</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. i, p. 199 – 26.7.1578.

<sup>432</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. II, p. 422 – 21.5.1597.

<sup>433</sup> - TT, FN, Lisboa, Lisboa, , Cart. 11, Cx. 4, Lv. 14, f. 34 v. – 22.12.1592.

<sup>434</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. II, p. 449 – 23.4.1549.

<sup>435</sup> - Arquivo do Paço Ducal de Vila Viçosa, BDMII, Res., Ms. 18, f 555-555 v.

<sup>436</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. 1, p. 86 – 1.5.1576.

<sup>437</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. 1, p. 323 – 13.10.1591.

<sup>438</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 5, Liv. 21, f. 10 v. – 16.11.1575.

<sup>439</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. 1, p. 370 – 26.2.1582.

<sup>440</sup> - TT, FP, Lisboa, Alcântara, Liv. 1 de Mistos, f. 11 – 4.1.1589.

<sup>441</sup> - TT, FP, Lisboa, Santa Engrácia, Liv. 1 de Mistos, f. 1 v. – 13.5.1586.

<sup>442</sup> - TT, FP, Lisboa, Alcântara, Liv. 1 de Mistos, f. 4 v. – 1.3.1584.

<sup>443</sup> - Idem, Liv. 1 de Baptismos, f. 39 v. – 28.4.1566.

derivava do nome próprio do senhor, à boa maneira medieval que ainda persistia no século XVI <sup>444</sup>, como no caso de Maria Nunes, escrava de D. Nuno Mascarenhas <sup>445</sup>.

Quando os cativos tinham apelidos diferentes dos usados pelos senhores isso podia dever-se ao facto de os terem recebido das esposas dos mesmos, nem sempre mencionadas. No caso de Esperança Fernandes, escrava de António Gonçalves e Leonor Fernandes <sup>446</sup>, essa indicação foi dada, mas tal não sucedeu em inúmeros casos. Outra possibilidade era a de eles usarem os apelidos de antigos donos, a quem tinham sido comprados ou de quem tinham sido herdados, o que se verifica frequentemente nas fontes. Podia também ser-lhes atribuído o apelido dos padrinhos, ao serem baptizados. O turco Andy fugiu para Tânger quando se entregava, com outros, à pirataria em frente a essa praça portuguesa. Querendo fazer-se cristão, foi seu padrinho o próprio capitão da cidade, Francisco Botelho e foi-lhe dado o nome de Diogo Botelho, “ *por amor do dito Francisco Botelho* ” <sup>447</sup>. Filipe de Brito, natural de Marrocos, veio de Azamor para Lisboa e foi baptizado na Sé, tendo tido por padrinho o provedor da Misericórdia Luís de Brito “ *e por essa causa ele se chamou Filipe de Brito* ” <sup>448</sup>. Quanto a Bernardo da Trindade, turco do rei que foi feito cativo na costa do Algarve, o soberano mandou-o para o mosteiro da Trindade instruir-se no Cristianismo e aí foi baptizado, facto a que ficou a dever o seu apelido <sup>449</sup>.

Outra possibilidade era a de ser dado aos novos escravos o apelido dos pais, quando estes o tinham. Não conhecemos provas de ocorrências destas, porque os registos do baptismo de cativos recém-nascidos, em que eram mencionados também os nomes dos pais, muitas vezes com os respectivos apelidos, indicam só os nomes

---

<sup>444</sup> - Iria Gonçalves, *Onomástica pessoal da Lisboa Quinhentista*, p. 5-6.

<sup>445</sup> - TT, FP, Lisboa, Sacramento, Liv. 1 de Mistos, f. 30 – 12.11.1596.

<sup>446</sup> - TT, FP, Lisboa, Carnide, Liv. 1 de Baptismos, p. 32 – 2.10.1595.

<sup>447</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 11.977, f. 7 – 10.10.1567.

<sup>448</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 12.109, f. 4 – 30.4.1579.

<sup>449</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 5152, f.7 – 10.7.1552.

próprios desses pequenos escravos, não se conhecendo que apelidos vieram depois a usar. Mas é uma possibilidade forte os donos dos novos cativos admitirem que estes usassem os apelidos dos pais – se eram diferentes dos seus - nomeadamente quando existiam laços afectivos mais intensos.

Havia outras formas de apelidar os escravos, adicionando ao nome próprio características diversas que ajudassem os donos a distingui-los entre vários com o mesmo nome próprio. Desde características físicas – *Grande, Pequeno, Longo, Fino, de Pêra Longa* – origem geográfica – *de Évora, de S. Tomé, da Mina* – até à ordem de entrada na posse dos respectivos senhores. O infante D. Luís era dono de João *Primeiro*, preto, entre outros cativos <sup>450</sup>. Outro João *Primeiro* figurou como testemunha do casamento de dois escravos em 1597 <sup>451</sup>. *Novo* e *nova* podiam também ser empregues como forma de distinção, acabando por se juntar definitivamente ao nome próprio.

Outro modo de identificar um escravo era dar-lhe uma alcunha, como se fazia com pessoas livres. Esta podia seguir-se ao nome próprio, substituindo um apelido, ou juntar-se a este. *A Bárbara, O Pancada* e outras surgem nas fontes com esse objectivo. O duque D. Teodósio I reunia alguns exemplos característicos dessa prática: Francisco *das Orelhas*, Francisco de Bragança, de alcunha *Baco* e Martinho *Dente de Mula* <sup>452</sup>.

Por tudo isto se pode concluir que a atribuição de nomes aos escravos, na maioria dos casos pelos próprios senhores, seguia as mesmas regras, quanto à forma de escolha, das que vigoravam para qualquer outra pessoa e tinham por funções tanto a sua identificação como a sua assimilação pela sociedade cristã e pelo círculo doméstico dos donos.

---

<sup>450</sup> - Pedro de Azevedo, “ Os escravos”, *Arquivo Histórico Português*, v. I, p. 305.

<sup>451</sup> - TT, FP, Lisboa, Santa Catarina, Liv. 2 de Mistos, f. 18 v. – 21.11.1597.

<sup>452</sup> - Arquivo do Paço Ducal de Vila Viçosa, BDMII, Res., Ms. 18, f. 550 e 556.



## 7.6 – Os escravos e a Igreja

Temos referido e comprovado ao longo destas páginas a atitude complacente da Igreja em relação à existência da escravatura, a participação no tráfico de alguns dos membros da sua hierarquia, mesmo nos escalões mais elevados e o facto de se incluírem, em lugar destacado, entre os donos de cativos, com os quais aparentemente se relacionavam de forma semelhante à dos restantes proprietários. Apesar disso, no entanto, quer em termos doutrinários quer através da acção prática de muitos dos seus dignitários, a Igreja cristã desempenhou também uma função em vários aspectos favorável à melhoria do estatuto social dos escravos, à sua integração na sociedade e à humanização das relações entre senhores e cativos. Serão esses aspectos que iremos agora destacar, com realce para o acesso dos escravos aos sacramentos e rituais cristãos.

O mais importante e aquele a que primeiro o fiel podia aceder era o do baptismo, “*porta e fundamento dos outros sacramentos, sem o qual nenhuma pessoa pod[ia] ser salva*”. As Constituições do arcebispado, de 1537, determinavam que, para esse efeito, todo o recém-nascido fosse levado à igreja da respectiva paróquia, pelos pais ou responsáveis, dentro de oito dias após o nascimento. Os que o não fizessem nesse prazo e não invocassem justa causa para o incumprimento ficavam obrigados a uma multa em cera para a mesma igreja, ou a castigos mais graves se a demora fosse superior a três semanas <sup>453</sup>. A administração do baptismo impedia a sua repetição, excepto se existisse motivo para duvidar que tivesse sido recebido, como podia acontecer “*nos meninos enjeitados ou achados no ermo e nos escravos que v[inha]m de fora*” <sup>454</sup>, o que mostra que era implícito serem os escravos admitidos como fiéis da Igreja em igualdade com quaisquer pessoas. Nos casos duvidosos o baptismo era ministrado *sub conditione*.

---

<sup>453</sup> - *Constituições do arcebispado de Lisboa* ( 1537 ), f. 1.

<sup>454</sup> - *Idem*, p. 2 v.

As próprias *Ordenações* obrigavam os donos de escravos que nascessem de cativas suas, vindas da Guiné, a fazê-los baptizar “ *aos tempos que os filhos dos cristãos e cristãs se dev[ia]m e costuma[va]m baptizar*” <sup>455</sup>. Quem adquirisse novos escravos tinha que tomar igual atitude no prazo de um mês, a contar do momento em que entrassem na sua posse, aos que tivessem dez anos ou menos, e de seis meses, aos de idade superior, sem o que os perderiam a favor de quem denunciasse o não cumprimento. No último caso, só se os cativos recusassem o sacramento, depois de admoestados pelos padres das suas igrejas, os donos ficariam livres da obrigação<sup>456</sup>.

Dado que a conversão dos infiéis ao Cristianismo e a salvação das respectivas almas era a principal justificação que a coroa invocava para implementar o comércio de escravos, era grande a preocupação com a sua integração na comunidade dos crentes através do baptismo. Com esse objectivo D. Manuel solicitou e obteve do papa Leão X, autorização para que os escravos chegados a Lisboa fossem baptizados nas próprias caravelas em que vinham ou nas lojas e casas em que ficassem até serem vendidos. O encargo de lhes ministrar o baptismo foi entregue ao vigário da igreja de Nossa Senhora da Conceição, da Ordem de Cristo – a quem a Santa Sé reconhecera, pela bula *Inter coetera*, de 1456, relevante papel na expansão marítima, concedendo-lhe a jurisdição espiritual das terras conquistadas - que receberia um cruzado por cada caravela de negros que baptizasse, à custa dos tratadores e armadores dos navios <sup>457</sup>. Posteriormente começaram a ser baptizados em grupo, nos navios ou em terra, nos próprios territórios africanos de exportação <sup>458</sup>. O jesuíta espanhol Alonso de Sandoval referir-se-ia escandalizado, já nos inícios de seiscentos, aos baptismos colectivos de centenas de

---

<sup>455</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv. V, Tít. CXIX, p. 300-301.

<sup>456</sup> - *Idem*, p. 300.

<sup>457</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana. África ocidental*, v. II, 2ª. Série, p. 62-64, 115-117, 122-123, 129-131

<sup>458</sup> - António Carreira, *Cabo Verde. Formação e extinção de uma sociedade escravocrata ( 1460-1878 )*, p. 271-276.

escravos no porto de Luanda, antes dos embarques, sem serem objecto de qualquer espécie de doutrinação <sup>459</sup>. E do mesmo se queixaria o padre Fernão Guerreiro, relativamente ao esforço de missionação desenvolvido em Cabo Verde e Guiné entre 1600 e 1609, declarando: “ *entre os muitos abusos que havia nesta terra, um grande se tinha no baptismo dos pretos que vêm de Guiné que, como são muitos, se baptizavam logo trezentos, quatrocentos e setecentos juntos [...]; e [...] pela pressa da embarcação que seus senhores lhes dão por não perderem a ocasião do tempo, o não deixam ter aos pobres para serem catequizados e instruídos na fé, como convém para nalguma maneira entenderem o que recebem; e assim os baptizavam sem mais catecismo* ” <sup>460</sup>.

Havia, por isso, falhas nesse sistema de integração formal dos cativos na Igreja, por despreocupação dos donos ou das autoridades, eclesiásticas e civis. Por isso tiveram que ser baptizados, em 1570, em Santa Cruz do Castelo “ *Guiomar, Ângela e Miguel, escravos de Luís de Castro, pequeninos de cinco, seis, sete anos, que vieram de Guiné, por [...] dizerem [ ao respectivo pároco] não serem bautizados* ” <sup>461</sup>, assim como, em Santa Catarina, em 1594, “ *António, negro selvagem* ” <sup>462</sup>, certamente chegado há pouco tempo ao reino. O pároco do Castelo baptizou uma escrava de Marcos Dinis “ *com condição de cautela, por não se saber ser baptizada, fazendo-se toda a diligência devida para se saber* ” <sup>463</sup>. Em 1584 recebeu a água do baptismo, na freguesia do Loreto, Maria, escrava de Micer João, tendo o cura respectivo feito constar do assento a seguinte nota: “ *[...] por me dizerem que ela estava duvidosa ser bautizada, porque quando na sua terra a bautizaram não lhe caíra água em parte de seu corpo e eu a*

---

<sup>459</sup> - Arlindo Manuel Caldeira, “ A escravatura africana vista da América. Alonso de Sandoval e o tráfico de escravos em Angola no início do século XVII”, *Africana Studia*, nº. 5, 2002, p. 69.

<sup>460</sup> - Fernão Guerreiro, *Relação anual das coisas que fizeram os padres da Companhia de Jesus nas missões [...] nos anos de 1600 a 1609*, p. 269, citado por Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências*, p. 172.

<sup>461</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia de Santa Cruz do Castelo*, p. 75 – 5.10.1570.

<sup>462</sup> - TT, FP, Lisboa, Santa Catarina, Liv. 2 de Baptismos, f. 22 v. – 20.3.1594.

<sup>463</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia de Santa Cruz do Castelo*, p. 83 – 1.9.1573.

*bautizei sub conditione*”<sup>464</sup>. Relativamente aos que estivessem em risco de morrer sem o sacramento era permitido, tal como aos outros recém-nascidos, que fossem baptizados por uma pessoa diferente do pároco. Se sobrevivessem, este confirmaria depois o acto. Por isso Eiria Luís, de Santo Antão do Tojal baptizou em 1579 “*dous negrinhos [...], Maria e Joane*” a quem o cura da igreja pôs depois “*os santos óleos*”<sup>465</sup> e, em 1600, fez o mesmo a Maria o pároco de Carnide, “*a qual criança baptizou Francisco Figueira de Azevedo, porque na nascença teve perigo*”<sup>466</sup>. Uma escrava adulta de Bucelas foi, por outro lado, baptizada pelo padre respectivo mas “*em casa, por estar muito doente*” e não na igreja da localidade em que vivia<sup>467</sup>. Estes exemplos mostram que, da parte de alguns donos e párocos, havia a preocupação de que nenhum escravo ficasse sem esse acto formal de incorporação na Igreja.

Como se disse, o baptismo não era obrigatório para os cativos com mais de dez anos que o recusassem, mesmo depois de serem pelos “*priores e curas admoestados e requeridos por seus senhores, perante testemunhas*”<sup>468</sup>. Deviam ser os de formação islâmica, originados numa cultura religiosa que se impusera como grande culto monoteísta rival do Cristianismo, os mais renitentes à mudança de fé. Daí, certamente, o especial interesse em converter os fiéis dessa proveniência. Em 1552 foi recebido em Santa Cruz do Castelo, para ser baptizado, Manuel, de Baltasar Rebelo, “*mourisco, moço de dezasseis ou dezassete anos ou mais, o qual se converteu da dureza que tinha por rogos e orações de muitos religiosos e religiosas*”<sup>469</sup>.

A Igreja recomendava que, tratando-se de um escravo ou infiel cuja vida não corresse perigo, não lhe fosse dado o baptismo “*antes de ser bem instruído em a fé e*

---

<sup>464</sup> - TT, FP, Lisboa, Loreto, Liv. 1 de Mistos, f. 27- 15.5.1584.

<sup>465</sup> - TT, FP, Loures, Santo Antão do Tojal, Liv. 1 de Mistos, f. 45 – 24.8.1579.

<sup>466</sup> - TT, FP, Lisboa, Carnide, Liv. 1 de Baptismos, f. 45 v. – 9.7.1600.

<sup>467</sup> - TT, FP, Loures, Bucelas, Liv. 1 de Baptismos, f. 38 – 14.2.1585.

<sup>468</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv. V, Tít. XCIX, p. 300.

<sup>469</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia de Santa Cruz do Castelo*, p. 23 – 8.9.1552.

*mandamentos*”, para evitar recuos futuros <sup>470</sup>. Isso passou-se pelo menos com alguns, como Catarina, escrava de Ana Mendes, baptizada em Santo Estêvão em 1587, a qual “*soube primeiro a doutrina conforme a constituição*” <sup>471</sup> e Isabel, “*escrava catecúmena*”, pertencente ao piloto-mor do rei Manuel Monteiro, baptizada em Carnide em 1599 <sup>472</sup>. Nas principais cidades italianas funcionaram *Casas de Catecúmenos* destinadas à instrução dos escravos, sobretudo de proveniência islâmica, antes de receberem o baptismo <sup>473</sup>. Em Nápoles foi instituída no século XVI uma confraria especialmente vocacionada para a conversão e instrução dos cativos. Mais tarde essa função foi assumida pelos Jesuítas, através da confraria da *Epifania del Signore* <sup>474</sup>. Nesta cidade era costume ser administrado o baptismo aos adultos convertidos em cerimónias colectivas realizadas duas vezes por ano, na Epifania e no Pentecostes. Esses actos tinham um carácter festivo, revestindo-se de grande fausto. O mesmo se passava em Messina e na ilha de Malta <sup>475</sup>. Nada leva a crer que em Portugal existisse tal prática, pois os baptismos aparecem registados ao longo do ano e em dias normalmente diferentes. Mesmo assim, parece ter existido um particular esforço para a conversão e o baptismo de escravos adultos em Santa Cruz do Castelo, no período de 1552 a 1556, a julgar pelos registos desses anos <sup>476</sup>.

Por isso não devia ser muito vasta a educação religiosa prestada aos cativos depois do baptismo. Segundo Frei Francisco da Conceição, os mouros e negros trazidos para o país e a quem se ministrava aquele sacramento não recebiam depois a mínima

---

<sup>470</sup> - *Compêndio e sumário de confessores* ( 1569 ), p. 329.

<sup>471</sup> - TT, FP, Lisboa, Santo Estêvão, Liv. 1 de Baptismos, f. 3 v. – 18.3.1587.

<sup>472</sup> - TT, FP, Lisboa, Carnide, Liv. 1 de Baptismos, f. 41 v. – 1.4.151599.

<sup>473</sup> - Raffaella Sarti, “ Bolognesi schiavi dei turchi e schiavi turchi a Bologna tra cinque e settecento: alterità étnico-religiosa e riduzione in schiavitù”, *Quaderni storici*, 107, fasc 2, p. 450-451.

<sup>474</sup> - Nelson H. Minnich, “ The Catholic Church and the pastoral care of Black Africans in Renaissance Italy”, *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 287.

<sup>475</sup> - Idem, p. 292-293.

<sup>476</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia de Santa Cruz do Castelo*, p. 20-39.

instrução que os ajudasse a aprofundar a sua fé, ignorando o credo e a oração dominical, o que se devia ao desleixo dos senhores e à relaxação dos prelados <sup>477</sup>.

Depois da reforma tridentina ( 1545-1563 ) notou-se um maior esforço das autoridades diocesanas nessa matéria. Na visitação à paróquia de Sant’Ana realizada em 1570 pelo doutor António da Cruz, este fez incluir entre as recomendações ao responsável da paróquia, a seguinte: “ *Mando ao cura tenha muito cuidado de ensinar a doutrina cristã a seus fregueses e compeliará a todos que mandem seus escravos, dos quais fará rol para se saber os que faltam e achando que os senhores são descuidados em lhes dar licença procederá contra eles e os condenará em alguma pena pera o Sacramento, conforme a negligência ou contumácia de cada um e os fregueses pagarão ao cura seu trabalho* ” <sup>478</sup>. No ano seguinte foi o próprio D. Jorge de Almeida, administrador do arcebispado em nome do cardeal D. Henrique<sup>479</sup>, que, concluindo não ser a doutrina cristã ensinada na paróquia, intimou o cura a cumprir o dever de a divulgar aos fregueses e aos seus filhos e criados, todos os dias. Ao mesmo pároco foi ordenado que os obrigasse a mandar os escravos, pelo menos aos domingos e dias santos, neste caso ensinando-os pessoalmente – “ *e que esta doutrina dos escravos faça o cura por si* ” - e nos outros assistindo quando pudesse. Voltou a ordenar a elaboração de um rol dos escravos que comparecessem à catequese e o castigo dos senhores que não cumprissem o seu dever <sup>480</sup>. Em localidades de fora de Lisboa também se notava esse esforço, como sucedeu na igreja matriz de Aldeia Galega ( actual Montijo ), em 1564, da parte dos visitantes nomeados pela Ordem de Santiago, que recomendaram ao

---

<sup>477</sup> - “ *De servis – Multi sunt apud nos neophiti servi ex Mauris et Aetiopibus aliarumque nationum sectis et provinciis conversi, qui cum Ephesinis dicere iure possunt: Neque si spiritus sanctus est, audivimus; nam nec virtutem fidei nec symbolum nec dominicam orationem sciunt. Hoc autem cum dominorum patrinorumque negligentia, tum maxime ex praelatorum incuria provenit* ” ( Frei Francisco da Conceição, “ *Annotationes in abusus sacramentorum* ”, publicado por Alessandro Dell’Aira, “ *Schiavitù: il silenzio del Concilio di Trento* ”, *Nuove Effemeridi*, nº. 54, p. p. 60.

<sup>478</sup> - Luís F. Farinha Franco, *Um livro de visitas à igreja de Sant’Ana de Lisboa ( 1570-1598 )*, separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, 2ª. Série, nº. 79/80, p. 16.

<sup>479</sup> - Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, v. II, p. 639-639.

<sup>480</sup> - Luís F. Farinha Franco, Ob. cit., p. 27.

prior: “ *E assi admoestará aos senhores dos escravos que os mandem à doutrina ao menos aos domingos e festas de guarda. E assi os mandem confessar na Quaresma*” <sup>481</sup>.

A cerimónia do baptismo era testemunhada pelos padrinhos, ou *compadres*, como também se designavam, os quais, de acordo com determinação das Constituições do arcebispado, deviam posteriormente ensinar aos afilhados o *Pater Noster* e o *Credo* e recomendar-lhes que fossem caridosos, amassem a justiça e guardassem castidade <sup>482</sup>. Os padrinhos mencionados nos registos paroquiais que utilizámos eram - além daqueles de que não era indicada a condição ou profissão - escravos de ambos os sexos pertencentes aos mesmos ou a outros senhores, criados e criadas de uns e outros – como um estribeiro do conde de Penaguião, que apadrinhou o filho de um casal de escravos do seu amo - pretos e pretas forros, padres, nomeadamente das igrejas em que os cativos recebiam o baptismo, indivíduos com profissões artesanais, comerciais e de serviços – dois alfaiates, um barbeiro, um escrivão da Alfândega, um guarda, um pasteleiro, um pedreiro, dois sapateiros e o tesoureiro de uma igreja – e mesmo, em vários casos, os próprios donos dos cativos baptizados ou familiares seus. Até militares surgem nesse papel, como sucedeu com Miguel de Castilho, tenente da Torre de Belém, que foi padrinho de Matias, filho de uma escrava do capitão da mesma fortaleza, Diogo de Pareia <sup>483</sup>. Seria o pai do recém-nascido? Em 1587 recebeu o baptismo em Santo Estêvão de Alfama o pequeno Pascoal, filho de uma escrava e de um homem livre e teve por padrinhos um guarda da Casa da Índia e a mulher de um mercador <sup>484</sup>. O que predominava eram, no entanto, pessoas de condição modesta, mais próxima da dos próprios cativos.

---

<sup>481</sup> - Mário Balseiro Dias, *Visitações e provimentos da Ordem de Santiago em Aldeia Galega de Ribatejo*, v. II, p. 85.

<sup>482</sup> - *Constituições do arcebispado de Lisboa*, f. 3 v.

<sup>483</sup> - TT, FP, Lisboa, Ajuda, Liv. 1 de Baptismos, f. 37 – 4.3.1600.

<sup>484</sup> - TT, FP, Lisboa, Santo Estêvão, Liv. 1 de Baptismos, f. 5 v. – 9.2.1587.

Como foi referido quando tratámos a população escrava, os registos baptismais que se conservam actualmente só de longe reflectem o verdadeiro número de cativos existentes em Portugal no século XVI. Isso ficou a dever-se ao desleixo das autoridades civis e religiosas e dos donos em levarem os recém-nascidos e os adultos à pia das igrejas das respectivas paróquias, mas igualmente à incúria ou preconceito dos padres em registar o baptismo dos escravos. Daí que esses registos sirvam mais para um conhecimento qualitativo da prática do baptismo do que para uma avaliação quantitativa da adesão dos escravos à Igreja.

O acto de ministrar o baptismo obrigava o clérigo que a ele procedesse, de acordo com as Constituições do arcebispado de 1537, a assentar por escrito os dados principais do acto – data, nome do baptizado, seus pais e padrinhos, assim como o nome do cura interveniente – em livro a isso destinado e no qual também deviam figurar os óbitos ocorridos na paróquia <sup>485</sup>. Esses livros, apesar das suas deficiências, tornam hoje possível conhecer, entre muitos outros aspectos relevantes da vida social quinhentista, a prática efectiva desses dois sacramentos - embora em relação aos escravos só incompletamente o faça - quer dos da confirmação e do matrimónio, cujos registos deles constam também <sup>486</sup>.

A confirmação ou crisma, um dos sete sacramentos da Igreja, tinha como finalidade renovar as graças obtidas pelos fiéis através do baptismo e era-lhes dada depois de atingirem a idade da razão, aos 7 anos, pelo próprio bispo ou um seu representante <sup>487</sup>. Requeria, deste modo, algum grau de adesão às práticas da Igreja e alguma cultura religiosa, sendo uma base para se aferir a integração dos escravos na mesma. Possuímos informação sobre os admitidos a este sacramento apenas em cinco

---

<sup>485</sup> - *Constituições do arcebispado de Lisboa* ( 1537 ), f. 3 v.

<sup>486</sup> - O registo dos casamentos foi já determinado por D. Afonso IV, em 1352, mas provavelmente com reduzido cumprimento ( Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, v. I, p. 356-357 e v. II, p. 568-569).

<sup>487</sup> - Marguerite-Marie Thiollier, *Dictionnaire des religions*, p. 66.



das paróquias da cidade e seu termo: Ameixoeira, Loreto, Santa Catarina, Santa Cruz do Castelo e Sé. Admitimos também algumas deficiências nesses registos, evidentes nalguns anos, nomeadamente na Sé.

*Crismados em freguesias da cidade e termo*

Freguesias	Anos	Total crismados	de Escravos crismados	%
Ameixoeira	1585	16	2	9,23
	1589	49	4	
	Soma	65	6	
Loreto	S/ data	106	6	5,66
Santa Catarina	1574	68	4	10,78
	1575	51	1	
	1578	129	12	
	1596	299	42	
	Soma	547	59	
Santa Cruz do Castelo	1547	39	3	5,47
	1574	17		
	1578	17	1	
	Soma	73	4	
Sé	1582	79		1,95
	1583	35		
	1584	1		
	1585	97	1	
	1590	71	2	
	1592	41	4	
	1593	1		
	1595	58	1	
	1596	26		
	Soma	409	8	
<b>Total</b>		<b>1200</b>	<b>83</b>	<b>6,91</b>

Verifica-se que a percentagem de participação de escravos nesse ritual variou entre 1,95 %, na Sé e 10,78 % em Santa Catarina, numa média de 6,95 %. Este valor aproximava-se dos 9,5 % que, segundo Cristóvão Rodrigues de Oliveira, representava o peso dos cativos na população urbana <sup>488</sup> - o que mostra da parte deles uma adesão significativa à vida religiosa, mesmo que em boa parte por influência dos donos - e eram superiores aos da admissão ao baptismo, de 3,18 % no conjunto da cidade e termo. Tal

<sup>488</sup> - Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário* ...

seria inverosímil, pois a admissão a um exigia a prévia admissão ao outro e por isso temos que considerar como responsáveis principais pela diferença as prováveis deficiências no registo dos baptismos. Sendo a confirmação um sacramento recebido em cerimónia colectiva, ao contrário daquele, é provável que as fugas ao respectivo registo fossem muito menores, sendo os crismados arrolados sequencialmente pelos curas.

O matrimónio era, como os demais sacramentos da Igreja, teoricamente acessível aos cativos, como forma de os afastar de uma vida sexual considerada desregrada e pecaminosa, como as uniões estáveis mas informais ou de facto e a pluralidade de ligações ocasionais e efémeras. Os senhores não podiam impedir que se casassem os cativos que vivessem *amancebados*, pecando gravemente os que assim procedessem, por agirem contra a caridade <sup>489</sup>. Na prática, porém, esse acesso deparava com vários obstáculos, o principal dos quais era a falta de interesse dos donos, devido às dificuldades que tal matrimónio lhes traria para disporem deles livremente. Existia, na verdade, uma contradição entre os fins e os deveres implícitos na união entre duas pessoas, que se realizava através do casamento, com a consequente disponibilidade mútua e coabitação e o estatuto dos escravos e direitos dos senhores. Isso era patente no poder destes para fazerem deslocar os cativos para onde lhes conviesse, para trabalharem ou para os vender, o que colidia com o dever de os cônjuges viverem em conjunto e originarem uma prole, assegurando a reprodução social. O matrimónio só tinha verdadeiro sentido entre pessoas livres e a sua extensão aos escravos resultava dum esforço, em parte fracassado, da Igreja para os integrar e promover socialmente.

S. Tomás de Aquino partira do pressuposto de que o matrimónio tinha por fundamento o direito natural e a servidão apenas o direito positivo, resultante da acção e vontade humana e, por isso, o escravo podia casar-se sem o consentimento do dono.

---

<sup>489</sup> - *Manual de confessores e penitentes* ( 1549 ), p. 123.

Mas, como só ficava obrigado à mulher no que respeitava “ *ao acto da natureza*”, em tudo o mais continuava submetido ao senhor <sup>490</sup>. Esta doutrina, adoptada pelas *Sete Partidas*, de Afonso X, o Sábio <sup>491</sup>, continuou em vigor até à Época moderna, tendo sido divulgada em Portugal por teólogos como o castelhano Martín de Azpilcueta Navarro. Segundo este e partindo da premissa de que o escravo casado não obtinha por esse facto a liberdade, havia duas possibilidades. Se o cativo casava com autorização do dono, este pôde-lo-ia vender, desde que não o fizesse para tão longe que ficasse impedido entre eles “ *o uso do matrimónio*”, mas se o tivesse feito contra a vontade daquele, já poderia ser vendido para um local afastado sem que o senhor pecasse mortalmente. O mesmo se passava quanto a outros obstáculos que impedissem as relações entre os cônjuges. Em caso de aprovação do casamento, o dono não as podia impedir, sob pena de pecado mortal, podendo o escravo escusar-se de o servir para “*pagar o débito*” conjugal. Isso não aconteceria se tivesse casado contrariando o senhor, pois aí o serviço deste teria prioridade e este não pecaria se o impedisse de “*obedecer à mulher quando lhe requer[esse] o débito*” <sup>492</sup>. Não era para admirar, por isso, que muitos senhores procurassem dificultar o matrimónio aos seus cativos, do qual só poderia resultar uma diminuição do seu poder.

Pelas consequências que implicava, o casamento de escravos devia basear-se no conhecimento mútuo da respectiva condição. Isso era estabelecido principalmente para defender os interesses dos indivíduos livres. Se um homem livre casasse com uma escrava por supor que ela era também livre, o casamento não valeria. Mas se o senhor tivesse aprovado a união ( sendo, por isso, cúmplice do equívoco ), a escrava ficaria forra e o casamento válido. O mesmo se passaria no caso de um escravo casar com

---

<sup>490</sup> - S. Tomás de Aquino, *Suma teológica*, tomo I ( Questão LII ), p. 247-252.

<sup>491</sup> - *Las siete partidas del rey Don Alfonso el Sabio*, tomo III ( Partida IV, Tít. V ), p. 30-33.

<sup>492</sup> - *Compêndio e sumário de confessores* ( 1569 ), p. 265-266 ; *Manual de confessores e penitentes* (Prefácio de Martín de Azpilcueta Navarro ) (1549), p. 348.

mulher livre. Tratando-se, porém, de um cativo a ser induzido em erro ao casar com uma serva, já a união seria válida <sup>493</sup>.

Provavelmente devido à oposição de muitos donos, só uma parte dos escravos de Lisboa se casava. Dos 7.590 actos matrimoniais que analisámos, realizados na cidade e seu termo, 337 ( 4,44 % ) diziam respeito a cativos, embora com diferenças entre freguesias. Se, na Sé, o peso de casamentos de escravos no conjunto dos que aí ocorreram chegou a 9,02 % entre 1569 e 1600 – peso semelhante ao dos cativos na população, segundo Cristóvão de Oliveira – e no Sacramento e S. Vicente de Fora também foi alto também ( 7,45 e 7,92 %, respectivamente ), noutras foi muito inferior. São, mesmo assim, valores superiores aos verificados noutras terras do país, como em Évora, onde não passaram de 1,25 % dos actos matrimoniais ocorridos na respectiva Sé entre 1570 e 1600 <sup>494</sup>. Mostram, da parte da hierarquia eclesiástica e de muitos senhores, alguma vontade de promover a integração dos cativos nas práticas e rituais da Igreja e da sociedade. E o mesmo se diga dos próprios escravos.

---

<sup>493</sup> - *Manual de confessores e penitentes* ( 1549 ), p. 348.

<sup>494</sup> - Jorge Fonseca, *Os escravos em Évora no século XVI*, p. 93.

### Casamentos de escravos - I

Freguesias	Total de casamentos	Casamentos de escravos	%
Ajuda ( 1592-1600 )	108	1	0,92
Alcântara ( 1582-1600 )	212	16	7,54
Ameixoeira ( 1573-1600 )	56	2	3,57
Anjos ( 1589-1600 )	343	9	2,61
Bucelas ( 1565-1585 )	194	1	0,51
Charneca ( 1598-1600 )	9	0	0
Loreto ( 1582-88; 1596-1600 )	867	28	3,22
N <sup>a</sup> . S <sup>a</sup> . da Conceição ( 1568-78; 1582-89)	600	23	3,83
Pena ( 1581-1600 )	643	19	2,95
Sacramento ( 1584-1600 )	483	36	7,45
Salvador ( 1581-1600 )	97	0	0
Santa Engrácia ( 1586-1600 )	171	4	2,33
Santa Cruz do Castelo ( 1536-78 )	158	7	4,43
Santa Catarina ( 1573-81; 1590-98 )	1356	35	2,58
Santo Antão do Tojal ( 1565-99 )	257	6	2,33
Santo Estêvão ( 1569-70; 1596 )	37	1	2,70
Santos-o-Velho ( 1596-1600 )	200	2	1
São Tiago ( 1576-89 )	58	2	3,44
São Vicente de Fora ( 1583-1600 )	227	18	7,92
Sé ( 1569-1600 )	1396	126	9,02
Socorro ( 1596-1600 )	118	1	0,84
<b>Total</b>	<b>7590</b>	<b>337</b>	<b>4,44</b>

Os assentos paroquiais são, frequentemente, esclarecedores das circunstâncias em que as uniões se estabeleciam. Nalguns casos ficou patente o incentivo dos donos, como com Álvaro Fernandes Pinheiro e a sua mulher D. Maria de Aragão ao consorciarem-se os seus escravos Alexandre Pinheiro e Juliana Fernandes “ *sendo disso muito contentes os ditos senhores*” <sup>495</sup>. Até o facto de os cativos usarem dois dos apelidos do dono mostra que este os considerava integrantes da sua família e talvez por isso desejasse que se unissem formalmente e tivessem filhos. Ou no caso de João da Costa e Juliana da Costa, escravos de D. Jorge de Meneses, que casaram na Pena “ *com seu consentimento*” <sup>496</sup>. Mas noutros sucedia o contrário. Quando se matrimoniam Alexandre e Catarina Rodrigues, ambos escravos, fizeram-no “ *sem embargo da*

<sup>495</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. I, p. 419 – 3.5.1587.

<sup>496</sup> - TT, FP, Lisboa, Pena, Liv. 1 de Casados, f. 10 v. – 12.5.1591.

*senhora [...] pôr impedimento a sua escrava*”, tendo havido, para o efeito, sentença do vigário geral “ *que se apregoasse e se recebessem*” <sup>497</sup>. Nestes casos a autoridade eclesiástica sobrepunha-se à vontade dos donos, fazendo cumprir as determinações da Igreja. Tal como no casamento de Lucrecia com Simão, realizado na Sé. Como “ *a senhora da preta, Maria Varela, não consentiu no tal casamento e protestou não lhe prejudicar o tal recebimento*” – ou seja, que o mesmo não a inibiria de dispor da escrava como quisesse – teve o provisor do arcebispado que emitir alvará de licença <sup>498</sup>. Em 1585 e no ano seguinte uniram-se na Sé vários casais de escravos depois de terem obtido a licença do provisor para o fazerem e o padre que os casou não deixou de esclarecer os motivos dessa necessidade: “ *por haver quem maliciosamente impediria o casamento*” <sup>499</sup>.

Se os noivos não tivessem preparação religiosa para contrair o matrimónio a cerimónia podia ser protelada até que adquirissem essas condições. Isso se passou com Marta e Francisco, ambos cativos. Como esclareceu o pároco da Sé, o casamento realizou-se “ *com uma licença e despacho, porque não sabia a doutrina cristã, que havia ano e meio que o dito Francisco negro, noivo, tinha licença do Senhor Provisor para ser recebido e agora teve efeito porque já estava instruído*” <sup>500</sup>. De outras vezes o provisor do arcebispado intervinha antes para impedir certas uniões. Por isso o pároco de Santa Catarina recebeu em 1594 ordem desse alto dignitário para que “ *não receb[esse] a Isabel, mulata de Diogo Nunes, morador em S. Miguel de Alfama, com homem algum*” <sup>501</sup>.

---

<sup>497</sup> - TT, FP, Lisboa, Sacramento, Liv. 1 de Mistos, f. 1 – 18.5.1597.

<sup>498</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. II, p. 300 – 19.4.1600.

<sup>499</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. I, p. 398 - 21.1.1585; p. 412 – 17.8.1586 e 1.9.1586.

<sup>500</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. I, p. 440 – 28.11.1589.

<sup>501</sup> - TT, FP, Lisboa, Santa Catarina, Liv. 1 de Mistos, f. 124 v. – 1594.

Quando os cativos pertenciam a senhores de terras ou regiões diferentes a vida conjugal tornar-se-ia difícil, razão pela qual os padres os avisavam das consequências do matrimónio que iam contrair. Foi o que ouviu Maria Lopes, da freguesia da Conceição, ao consorciar-se com Pêro Rodrigues, pertencente a um padre algarvio. Antes de os casar o cura advertiu a escrava: “ *E primeiro que fizesse o tal recebimento, perante as ditas testemunhas, de mandado do Senhor Provisor [...] e a requerimento do senhor do escravo, por ser do Algarve e estar cada dia de caminho, fiz admoestação à dita escrava [...] que visse o que fazia em se receber com o dito escravo [...] porque era seu senhor do Algarve e que não era contente de lhe casarem o seu escravo, porque quando se fosse o havia de levar e não havia cá mais de tornar*”. A isso respondeu a apaixonada noiva “ *que assi era contente de casar com o dito escravo*” <sup>502</sup>.

Os escravos casavam-se maioritariamente entre si. Dos 337 casamentos que estudámos, 250 ( 74,18 % ) realizaram-se entre escravos e escravas. Essa “ *endogamia de grupo*”, constatável também noutras regiões, como na Andaluzia <sup>503</sup>, verificava-se quase sempre, também, no que dizia respeito à cor ou proveniência geográfica. A maior parte eram ambos pretos ou ambos índios – num casal de índios, ela era “ *de casta bengala*” e ele “ *de casta malavar*” <sup>504</sup> - embora com excepções, como a de uma preta que se casou com um índio de Java <sup>505</sup>.

Quando ocorreram uniões entre cativos e livres, na maioria dos casos, 66 (19,58%), tratou-se de escravos cativos que se casaram com mulheres livres e só em 21 ( 6,23 % ) foram escravas a casarem-se com homens de condição livre. Embora também aqui se observe uma escolha endogâmica, sobretudo entre pretos e pretas forras, foram em maior número os casamentos mistos do que aqueles em que ambos os cônjuges eram

---

<sup>502</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. I, p. 415 – 1.1.1587.

<sup>503</sup> - Alessandro Stella, “ *Mezclándose carnalmente*”, *Negros, mulatos, zambaigos*, p. 179.

<sup>504</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. II, p. 265 – 12.1.1597.

<sup>505</sup> - “ *Maria, escrava preta, com André, escravo pardo da Índia, de nação Jau*” ( Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. II, p. 303 – 8.7.1600 ).

cativos. Existem vários casos de pretos e índios casados com brancas, aparentemente naturais do reino e sem ascendência escrava e de um índio com uma preta forra.

### Casamentos de escravos - II

Escravos c/ escravas	Escravos c/ mulheres livres	Escravas c/ homens livres	Total
250 ( 74,18 % )	66 ( 19,58 % )	21 ( 6,23 % )	337

Nos casos de casamento de escravos com pessoas de condição livre estes eram, por vezes, alertados para a gravidade do passo que iam dar, quase sempre a pedido do próprio dono do cativo, que procurava assim impedir o acto. Antes de Bárbara da Fonseca, viúva e livre, se casar com Francisco Freire, escravo do cônego Gonçalo de Andrade, o padre “ *perguntou à dita noiva se sabia que o dito Francisco Freire era cativo [...] e que, por ela ser mulher branca e livre, lhe poderiam vender seu marido para as mais longes partes do mundo e que visse o que fazia em casar com ele*”, ao que ela retorquiu “ *que assi o sabia e que de toda a maneira era contente*” <sup>506</sup>. O que o cura pretendia dizer era que, sendo ela livre e, ainda por cima, branca não precisava de se sujeitar a casar com um escravo, de quem poderia ver-se afastada por simples vontade do respectivo senhor. O que, em rigor, este não devia fazer, sobretudo sendo cônego, de acordo com as recomendações da Igreja, pois mesmo não tendo autorizado a união, se quisesse vender o cativo “ *não ha[via] de ser em partes tão remotas que [ fosse ] impedido o uso do matrimónio*” <sup>507</sup>. Tudo não passaria, provavelmente, de tentativa do dono para evitar que o escravo se casasse.

<sup>506</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. I, p. 417 – 2.2.1587.

<sup>507</sup> - *Manual de confessores e penitentes* ( 1549 ), p. 349.



Nota-se nestes exemplos recolhidos em assentos de casamento que a Igreja como instituição defendia o matrimónio dos cativos, frequentemente até contra a vontade e os interesses dos seus donos, mesmo sendo alguns deles clérigos de escalão elevado.

As pessoas que compareceram à celebração dos casamentos como testemunhas e que nessa condição figuram nas actas respectivas ajudam a definir o apoio social com que os escravos contavam ao casar. O grupo mais numeroso de testemunhas, nos casos em que a sua caracterização foi dada pelos registos de matrimónios, era o dos “*pretos forros*”, “*mulatos*” e “*pardos*”, antigos cativos ou descendentes deles, seguido pelo dos escravos. Além desses, surgem indivíduos livres e provavelmente brancos, de condição modesta, como carpinteiros, criados, ferreiros, pedreiros e pescadores, assim como clérigos beneficiados, tesoureiros e até um licenciado, que testemunhou a união de Maria e Diogo, ambos pretos cativos, na Sé <sup>508</sup>.

Dos óbitos ocorridos já fizemos a análise quantitativa ao abordar a população escrava. A morte de um escravo tinha como consequência, tal como a das pessoas livres, o seu sepultamento dentro da respectiva igreja, no claustro ou no adro da mesma. A este respeito o tratamento de que eram alvo era muito semelhante ao de qualquer outro paroquiano. Fosse na Sé ou em igrejas do termo da cidade, as referências ao local de enterramento eram, invariavelmente: “*Enterrado dentro na igreja*”, “*Sepultado no adro*”, “*Jaz na igreja*”, “*Sepultado nas crastas*”, como acontecia nos restantes casos. Por vezes foi especificado o local, como ao falecerem António e Domingos, escravos menores de Violante do Casal, da Charneca: “*Foram enterrados ambos dentro na capela de S. João, junto da sepultura de pedra*” <sup>509</sup>. E também quando morreu um escravo de Isabel de Andrade, da mesma freguesia: “*E o mandou enterrar detrás da*

---

<sup>508</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. II, p. 261 – 12.5.1596.

<sup>509</sup> - TT, FP, Lisboa, Charneca, Liv. 1 de Mistos, f. 90 – 5.12.1598.

*capela-mor*”<sup>510</sup>. Quando morreu Vicência, cativa de Branca Carneiro, da Ajuda, foi sepultada “*à porta principal do mosteiro de Belém, da banda de fora*”<sup>511</sup> e um escravo de Gaspar Tibau, do Lumiar, ficou “*na igreja, defronte de S. Valentim*”<sup>512</sup>.

Se isso era assim nas últimas décadas do século nem sempre, no entanto, tinha sido praticado. Na visitação que o doutor Pedro Margalho fez em 1532 a Santo Estêvão de Alfama, em nome do cardeal infante D. Afonso, administrador da diocese, ordenou “*ao vigairo e beneficiados que nenhum negro nom enterr[ass]em dentro na igreja, salvo se fo[sse] casado, sob pena de 500 reais pera o meirinho*”<sup>513</sup>. A restrição, que remetia esses defuntos para o adro das igrejas, destinava-se tanto a negros escravos como a livres, baseando-se apenas num preconceito negativo sobre a respectiva cor, que era vulgar na época e do qual, como se vê, a própria Igreja não estava isenta. Mostra que esses sepultamentos se realizavam até aí mas, certamente, deixaram de ocorrer durante algum tempo.

Só em ocasiões muito especiais, como na ocorrência de pestes, os escravos não ficavam em terreno sagrado, normalmente por ninguém se arriscar a transportá-los para a igreja, com receio de contágio. Mas tal sucedia igualmente com qualquer indivíduo. Em Agosto de 1569 faleceu em Santo Antão do Tojal um escravo de Miguel Rodrigues, de Lisboa, que aí estava, muito provavelmente, fugido da cidade com o dono e que foi “*enterrado em uma terra de pão, a par da estrada, por não acharem quem o quisesse trazer ao adro*”<sup>514</sup>. Mas também Francisco Velho, escravo de António Álvares, aí morreu de peste e “*foi enterrado em uma vinha, trás a adega, por não haver quem o*

---

<sup>510</sup> - Idem, f. 80 v. – 8.12.1589.

<sup>511</sup> - TT, FP, Lisboa, Ajuda, Liv. 1 de Óbitos, f. 4 – 17.9.1594.

<sup>512</sup> - TT, FP, Lisboa, Lumiar, Liv. 1 de Mistos, f. 135 v. – 28.8.1579.

<sup>513</sup> - Isaías da Rosa Pereira, “Visitações de Santo Estêvão de Alfama”, *Anais da Academia Portuguesa da História*2ª. Série, v. 32, tomo I, p. 332.

<sup>514</sup> - TT, FP, Loures, Santo Antão do Tojal, Liv. 1 de Mistos, f. 149 v. – 25.8.1569.

*trouxesse ao adro*” <sup>515</sup>. Em 1580, noutro surto epidémico, foi a vez de Francisca, escrava de Sansão Gentil, “*francês de Lisboa*”, a qual “*estava em uma choupana no arneiro, que lá foi enterrada ao pé de uma oliveira, porque faleceu de peste*” <sup>516</sup>. Outros casos houve, na mesma freguesia rural, de cativos que morreram em choupanas, em que certamente tinham sido postos para ficarem isolados e que aí foram enterrados. Mas igualmente com pessoas livres aconteceu não serem levadas à igreja. Em 1569 uma família foi vitimada pelo contágio, Pêro Jorge, a sua mulher Maria Braz e dois filhos, tendo sido enterrados todos num olival, por não haver quem os sepultasse de outro modo <sup>517</sup>.

Os escravos, tal como as camadas mais pobres da sociedade livre, eram mais vulneráveis ao contágio de doenças epidémicas. Isso pode-se confirmar pelo número de óbitos ocorridos em várias paróquias da cidade e termo durante a “*peste grande*” de 1569 e na de 1579-81 <sup>518</sup> :

#### Óbitos de escravos em anos de peste

Anos	Freguesias	Total	Escravos	%
1569	Santa Cruz do Castelo	168	20	11,90
	Santo Antão do Tojal	29	4	13,79
	Santo Estêvão	24	1	4,16
	S. Tiago	76	8	10,52
	S. Vicente de Fora	291	34	11,68
	TOTAL	588	67	11,39
1579-81	Lumiar	72	7	9,72
	Santo Antão do Tojal	157	35	22,29
	TOTAL	229	42	18,34

Os valores percentuais correspondentes a óbitos de escravos registados nesses anos são bastante superiores aos verificados no conjunto dos anos de que existem registos, que eram de 5,89 % na cidade e 7,04 % no termo, como foi referido no

<sup>515</sup> - Idem, f. 150 – 18.10.1569.

<sup>516</sup> - Idem, f. 160 – 23.3.1580.

<sup>517</sup> - Idem, f. 150 – 15.12.1569.

<sup>518</sup> - Teresa Rodrigues, *Crises de mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, p. 102-116. Foram consideradas as freguesias de que, nesses anos, possuímos registos de óbitos e que mencionam os escravos.

capítulo sobre a população cativa. Os números elevados de Santo Antão do Tojal devem-se, em parte, à fuga de pessoas da cidade para o campo, acompanhadas dos seus escravos, como se comprova com vários mercadores de Lisboa cujos cativos faleceram nesses períodos <sup>519</sup>.

Antes de morrerem os fiéis recebiam a confissão, a comunhão e a extrema-unção. Aos escravos, a julgar pelas declarações inclusas nos registos de óbitos, eram facultados também esses sacramentos, embora em relação ao último houvesse alguma incúria dos senhores. Manuel, escravo da Charneca, recebeu a confissão e a comunhão, mas não a Santa Unção pois, segundo informou o pároco, “ *não f[oi]i pera isso chamado* ” <sup>520</sup>. António, da mesma localidade, “ *foi confessado e comungado somente e não foi ungido* ” por não ter sido chamado o padre para esse fim <sup>521</sup>. Mas pelo menos os párocos mostravam-se preocupados com esse desleixo. A outros, no entanto, foram dados “ *todos os sacramentos* ”.

Após o funeral eram rezadas missas pela alma de alguns deles, como aconteceu com uma índia de Brites de Aguiar, do Lumiar, por quem “ *disseram [...] cinco missas rezadas, oferta seis tostões* ” <sup>522</sup>. Por Martinho, de Marcos Lopes, “ *disseram-lhe uma missa cantada* ” e o mesmo por Maria, de Marta Filipe. Pelo escravo de Gaspar Tibau, já referido, foi dado “ *um cruzado de esmola* ” <sup>523</sup>, certamente para pagar os ofícios rezados pela sua alma. Já devia ser prática corrente a Misericórdia proceder ao enterro dos escravos, como faria em 1620, data de publicação do *Livro das grandezas de Lisboa*, de Frei Nicolau de Oliveira, que afirmou ter a instituição, além de uma tumba

---

<sup>519</sup> - TT, FP, Loures, Santo Antão do Tojal, Liv. 1 de Mistos, f. 149-162 v.

<sup>520</sup> - TT, FP, Lisboa, Charneca, Liv. 1 de Mistos, f. 76 v. – 5.5.1585.

<sup>521</sup> - Idem, f. 83 v. – 11.1.1594.

<sup>522</sup> - TT, FP, Lisboa, Lumiar, Liv. 1 de Mistos, f. 97 v. – 29.5.1587.

<sup>523</sup> - Idem, f. 129 – 20.9.1574 ; f. 129 – 21.9.1574 e f. 135 V. – 28.8.1579.

para sepultamento de pessoas livres, outra destinada aos escravos e mendigos, aos quais dava também mortalhas, se não as tivessem <sup>524</sup>.

Esta forma de tratamento dos escravos e da sua integração na sociedade contrastava profundamente com a que vigorava no início da centúria para os cativos não baptizados. Isso se conclui da conhecida decisão de D. Manuel I sobre a abertura de um poço para os enterrar. Como afirmava o soberano na carta que, para esse efeito, dirigiu ao município de Lisboa os escravos que faleciam na cidade, tanto os dos tratadores da Guiné como os demais, não ficavam bem enterrados nos lugares onde os lançavam, ficando muitos a descoberto e a serem comidos pelos cães. Muitos eram atirados para um monturo situado junto ao caminho que ligava a Porta de Santa Catarina ao lugar de Santos e outros eram espalhados pelas herdades dessa área extra-muros. Como tal prática podia originar problemas de saúde para a população, devidos à corrupção dos corpos nessas condições, o rei recomendava, certamente depois de ouvir os médicos da corte, que fosse feito um poço no lugar que a câmara achasse mais apropriado, cercado por uma parede de pedra, para lá se lançarem os escravos mortos e que, de tempos a tempos, os mesmos fossem cobertos de cal virgem que ajudasse a decompor os seus corpos. Quem daí em diante depositasse algum escravo noutro sítio deveria ser punido pelo município <sup>525</sup>. Supõe-se geralmente que o poço tenha sido construído nas imediações das actuais rua e travessa *do Poço dos Negros*, o que é bem possível dada a sua localização perto das antigas portas de Santa Catarina. Não se sabe quanto tempo o mesmo funcionou, mas não há dúvida de que se destinava a escravos que não tinham recebido o baptismo e que, nessa medida, não podiam ficar em terreno sagrado. Datam também do mesmo reinado, como já foi dito, medidas decisivas para integrar os escravos na Cristandade através da aplicação daquele sacramento. Por isso, a existência

---

<sup>524</sup> - Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das grandezas de Lisboa*, p. 587 e 590.

<sup>525</sup> - Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, v. I, p. 509-510.

do poço deve ter deixado de se justificar ao fim de poucas décadas, deixando igualmente de ser referido.

O escravo não podia ingressar na ordem eclesiástica sem autorização do dono e se a obtivesse ficava livre *ipso facto*: “ *O escravo é irregular de tal maneira que não se pode ordenar sem licença de seu senhor e, se se ordena com ela, fica forro* ” . Tendo-se ordenado sem o dono saber ou contra a sua vontade, ficaria escravo como antes, se tivesse apenas tomado ordens menores mas, tendo-as tomado de Epístola ou de Evangelho, poder-se-ia libertar dando ao senhor um escravo do mesmo valor ou o seu preço. Ordenando-se de missa, ficaria forro se desse o seu pecúlio, tendo-o, ou servindo o senhor “ *em serviços que [foss]em honestos a clérigo de missa* ” <sup>526</sup>. Mas isso nunca acontecia. No território castelhano peninsular, embora tenham existido, foram exceções <sup>527</sup>. Em Itália houve alguns escravos que entraram em ordens religiosas <sup>528</sup>. Em Portugal, porém, não se conhece nenhum caso de um clérigo escravo na época que estudamos.

Também não lhes era permitido qualquer outro voto que os eximisse do serviço do senhor, como o de ir em peregrinação. Só lhes seria lícito obrigarem-se naquilo que não prejudicasse os donos, “ *como orações e cousas semelhantes* ”, ou fazer voto de continência <sup>529</sup>. Quanto a ouvir missa, eram obrigados como qualquer outro fiel, desde que tivessem uso da razão <sup>530</sup>.

Nada do que tem sido afirmado invalida as acusações de Frei Francisco da Conceição, anteriores à reforma empreendida pela Igreja com o Concílio de Trento, sobre o baixo grau de aprendizagem pelos escravos das bases doutrinárias do Cristianismo

---

<sup>526</sup> - *Compêndio e sumário de confesores* ( 1569 ), p. 558 e 564.

<sup>527</sup> - Aurélio Martín Casares, “ Cristianos, musulmanes y animistas en Granada”, *Negros, mulatos, zambaigos*, p. 218.

<sup>528</sup> - Nelson H. Minnich, “ The Catholic Church and the pastoral care of black Africans in Renaissance Italy”, *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 297.

<sup>529</sup> - *Manual de confesores e penitentes* ( 1549 ), p. 93-94.

<sup>530</sup> - *Idem*, p. 292.

e das suas práticas, por incúria ou oposição dos donos e desleixo das autoridades civis e eclesiásticas. Mas, mesmo após aquela, entre a integração formal, ainda assim incompleta, como se viu e uma adesão consciente e efectiva existia, por certo, um tremendo fosso. Isso se poderá confirmar na rubrica seguinte.

### ***7.7 - Os escravos perante a Inquisição***

O Santo Ofício foi introduzido em Portugal em 1536 pelo papa Paulo III, através da bula *Cum ad nihil magis*, em satisfação de insistentes pedidos de D. Manuel I e D. João III e depois de difíceis negociações com este último. Para a monarquia lusa tratava-se de um novo instrumento de controlo da sociedade, não deixando de o ser da própria Igreja, atendendo à dependência em que o mesmo viria a ficar em relação à Coroa. E, destinando-se a combater as heresias e a alcançar a unidade religiosa do país, constituiu um elemento chave no progressivo reforço da autoridade do rei e da construção do estado moderno <sup>531</sup>.

Foram, acima de tudo, objecto da acção do tribunal os desvios em matéria de fé, como a prática do Judaísmo – nomeadamente pelos cristãos-novos – do Luteranismo – sobretudo da parte de estrangeiros residentes no país – e do Islamismo – este da parte de mouriscos, escravos e forros, em grande número em Lisboa e no país devido ao desenvolvimento do tráfico de cativos. Mas outros casos de discrepância religiosa, como a blasfémia, de atentado aos costumes, como a bigamia, a poliandria e a homossexualidade, assim como a feitiçaria estiveram na mira e sofreram a perseguição

---

<sup>531</sup> - Joaquim Romero Magalhães, “D. João III”, *História de Portugal* (Dir. José Mattoso), v. III, p. 537-538; Ana Isabel Buesco, *D. João III*, p. 194-195; Francisco Bethencourt, “Inquisição”, *Dicionário de história religiosa de Portugal* (Dir. Carlos Moreira Azevedo), v. C-I, p. 447.

da instituição <sup>532</sup>. Em todas essas práticas, excepto na de Luteranismo, foram implicados pelo Santo Ofício escravos e libertos, naturalmente com maior peso nalgumas delas.

De 4.282 processos da Inquisição de Lisboa instruídos ao longo do século XVI <sup>533</sup>, 364 ( 8,5 % ) dizem respeito a escravos, libertos e seus descendentes, 273 dos quais a moradores de Lisboa. Dos 240 disponíveis para consulta, 210 referem-se a crimes de natureza religiosa. A grande maioria dos respectivos arguidos ( 202 ) foram acusados de quererem regressar ao culto islâmico, objectivo que, em muitos casos ( 119 ) os motivou também a tentarem fugir para “ *terra de mouros*”. Um foi implicado por judaísmo. De proferirem blasfémias e afirmações contrárias à ortodoxia foram acusados 7 indivíduos. O comportamento sexual contra as normas estabelecidas originou o segundo grupo mais numeroso de delinquentes, 19 por sodomia, 2 por bestialismo, 1 por promiscuidade e outro por bigamia. Um reduzido número de pessoas foram acusadas por outros crimes: 4 por feitiçaria e prática da actividade de curandeiro, 2 por obstrução à acção do Tribunal e 1 por uma briga nas suas imediações.

Para muitos mouriscos a tentação de voltar à religião de origem, em que tinham sido criados e vivido parte da existência, era quase inevitável. As circunstâncias violentas em que a maioria tinha perdido a liberdade, a vinda forçada para território cristão, só deviam acentuar a nostalgia da pátria e da cultura e convicções a ela ligadas. O próprio facto de conviverem no dia a dia com indivíduos de semelhante origem e que continuavam a professar o culto islâmico, não facilitava, certamente, a perseverança na nova fé, adquirida por influência dos senhores e do meio social em que tinham sido integrados à força. Alguns mouros injuriavam os recém convertidos ao Cristianismo,

---

<sup>532</sup> - Alberto Martins de Carvalho, “ Tribunal do Santo Ofício”, *Dicionário de história de Portugal*, v. 3, p. 777.

<sup>533</sup> - Recorremos aqui às informações facultadas pela base de dados da Torre do Tombo relativa à actuação da Inquisição de Lisboa entre 1536 e 1600.



chamando-lhes “ *perros arrenegados* ” <sup>534</sup>, o que talvez os fizesse envergonhar-se e arrepender-se da decisão tomada .

Além disso, se alguns dos que se dispunham à conversão eram convenientemente doutrinados – como Joane, que foi mandado aprender a doutrina no mosteiro de Pêralonga <sup>535</sup> ou Filipe de Brito, instruído durante cinco meses no colégio de Santo Antão <sup>536</sup> - antes de receberem o baptismo, sendo depois encaminhados para uma prática religiosa regular, muitos outros mal aprendiam os rudimentos da fé cristã. Joane, natural de Marrocos, “ *depois de baptizado lhe ensinou o Pater Noster e Ave Maria e Credo um Francisco Fernandes, estribeiro que [...] era del Rei e se confessava todos os anos em Santa Justa, mas não tomava o Sacramento, por não lho darem*”. Examinado pelos inquisidores, soube dizer aquelas orações, mais a *Salve Regina*, afirmando que “ *não sabia mais da doutrina cristã, nem lhe ensinaram nunca mais que isto* ” <sup>537</sup>. Pêro, índio de um juiz do cível, baptizado em Goa, ia à missa com o senhor para lhe levar e trazer a cadeira, mas, como já foi referido, durante a celebração saída da igreja sem ele saber. Confessava-se todos os anos, mas “ *não tomava o Santíssimo Sacramento por não querer seu senhor que o tomasse, dizendo que se não dava a cativos* ” <sup>538</sup>. Filipa, nascida em Marrocos e vinda para Portugal com 20 anos, foi baptizada três anos depois. Sabia benzer-se e o Pater Noster; o Credo e a Ave Maria sabia mal. Quando ia à igreja, a mulher do senhor ensinava-lhe o significado de algumas imagens e coisas que via, assim como as outras mulheres da casa. Aos 50 anos confessou que “ *fora sempre moura no coração* ” e que fugiria para a sua terra se tivesse dinheiro <sup>539</sup>. Quanto a Francisco, escravo jalofo convertido da fé de Mafoma ao Cristianismo, “ *nem antes de*

---

<sup>534</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1636, f. 2 – 14.6.1550.

<sup>535</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1623, f. 6 – 10.7.1562.

<sup>536</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 12.109, f. 4 – 30.4.1579.

<sup>537</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1592, f. 4 – 4.2.1556.

<sup>538</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 6223, f. 2 – 7.6.1558.

<sup>539</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 7245, f. 6 – 21.8.1556.

*o baptizarem nem depois lhe ensinaram as orações dos cristãos, nem mandamentos, nem artigos de fé*". O pouco que sabia tinha-lhe ensinado um moço da casa do senhor, sem este lho mandar. Tinha dito a um amigo, igualmente escravo, "*que Deus não tinha filho e que Jesus Cristo era criado de Mafamede*" <sup>540</sup>. Caso semelhante a este foi o de um velho mourisco de D. Pedro de Almeida que, apesar de viver em Portugal há mais de 30 anos e de ter sido baptizado, não se sabia benzer nem outra oração que não fosse "*Chirieleyson, Christeleyson*" – que provavelmente ouvia na missa - porque nada mais lhe tinham ensinado <sup>541</sup>.

No caso de Maria, feita cativa durante a revolta das Alpujarras, dos mouriscos de Granada, a concorrência entre as duas religiões vinha da infância. Tinha aprendido a doutrina cristã na igreja da sua terra, Jerón, mas, sempre que chegava a casa, a sua mãe tudo fazia para contrariar tal aprendizagem, obrigando-a a praticar o culto de Maomé. Por isso, como confessou, vacilava entre ambas as crenças <sup>542</sup>. Maria Bernardes, escrava mourisca, depois de se converter e quando ia às igrejas e ouvia "*falar cousas boas lhe vinha vontade de ser cristã e chorava quando via chorar as outras mulheres [...] vendo Nosso Senhor crucificado*", mas ao voltar a juntar-se com mouriscos "*e praticavam da lei dos mouros [...] lhe tornava a parecer bem a lei de Mafamede*" <sup>543</sup>.

Outra coisa não se podia esperar de pessoas levadas a mudar de convicções e quase sem formação cristã. Além de vacilarem constantemente sobre a fé por que deviam optar, era provável que, em muitos casos – e dadas as semelhanças das duas religiões - acabassem por aceitar um sincretismo religioso que combinasse elementos de ambas. Por isso Maria Henriques, lavadeira, vindo um dia com outras mouriscas da ribeira de Alcântara e vendo que chovia, disse: – "*Alá*". Interrogada por que não

---

<sup>540</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 4031, f. 2 – 30.12.1552.

<sup>541</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 10.826, f. 4 – 29.1.1554.

<sup>542</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 3189, f. 2 – 30.10.1573.

<sup>543</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 1588, f. 2 – 6.8.1556.

invocava antes Jesus e S. Bartolomeu, respondeu: - “ *Tanto monta Jesus como Alá e ele é Deus de nossa terra*” <sup>544</sup>. Outra consequência podia ser a indiferença em matéria religiosa. Quando perguntaram a Domingos, escravo jalofo, “ *se ele folgou de o fazerem cristão quando o baptizaram, disse que si, que folgou, que já que cá era que havia de fazer o que faziam os outros cristãos*”. Perante a insistência do inquisidor, “ *se queria [...] viver como cristão e que lhe ensinassem as cousas da Cristandade ou se queria viver da maneira que vivia na sua terra, disse que queria o que quisessem que ele quisesse*” <sup>545</sup>.

Quando se tratava de antigos mouros com especial formação cultural e, consequentemente, islâmica ou que tinham ocupado cargos de algum relevo era natural que mais dificilmente aderissem por completo a uma nova fé que as pessoas comuns e que prosseguissem no anterior culto ou quisessem voltar ao seu antigo mundo. Luís, mourisco natural de Fez e cativo de Afonso de Albuquerque estava entusiasmado com a ideia de voltar para terra de mouros. Sabia “ *ler e escrever mourisco [ ou seja, árabe ] e [...] andou na escola*” <sup>546</sup>. Domingos, escravo do copeiro pequeno do rei, era natural de Melinde e tinha sido “ *na sua terra [...] caciz*” <sup>547</sup> e letrado”. A crer num padre que o denunciou ao Santo Ofício, afirmara diante do mesmo que a sua lei nada valia e que não havia outra senão a de Mafamede, o que já tinha dito ao rei, à rainha e ao arcebispo “ *e que eles diziam que ele dizia bem*” <sup>548</sup>. O mourisco Duarte Fernandes vestia camisa lavada à sexta feira e, ao sábado, costumava ir buscar carne a um sítio em que “ *era morta ao costume dos mouros*”. Na opinião de uma mourisca, “ *os mouros lhe*

---

<sup>544</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 3190, f. 2 – 20.3.1553.

<sup>545</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 12.995, f. 7 – 6.8.1556.

<sup>546</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.363, f. 2 – 31.1.1560.

<sup>547</sup> - *Caciz* : sacerdote.

<sup>548</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 5831, f. 2 – 28.3.1552.

*chama[va]m em aravia Cide Abdala, que quer dizer senhor servo de Deus e a este t[inha]m os mouros em muita reputação”* <sup>549</sup>.

João de Rau, mourisco já velho que o fidalgo Pedro Álvares Cabral trouxera da Índia, afirmava que a fé dos cristãos não era mais do que o cuspo que lançava no chão e, se lhe perguntavam se tinha ido à missa, respondia que não tinha tido tempo. Referia-se ao senhor e aos outros cristãos chamando-lhes “*cães*” e dizia que as imagens das igrejas não passavam de “*bonecas de meninos*” <sup>550</sup>.

A maior parte das denúncias de práticas islâmicas feitas a antigos mouros convertidos dizia respeito a frases e invocações de Alá ou de Mafoma associadas aos rituais e tarefas do quotidiano, como levantar e deitar, sentar-se ou levantar-se para comer e mesmo dar início ao trabalho. Se nalguns casos elas podiam indiciar a continuidade das crenças maometanas, noutros podiam não passar de hábitos enraizados, sem verdadeiro significado religioso. Quando António e outros moços cativos iam comer à taberna da mourisca Brites Pires, “*acabando de comer todos diziam – Handarula, harraman, harraen e, à entrada do comer, diziam – Bismila*” <sup>551</sup>. Uma mourisca lavadeira fazia invocações semelhantes antes de entrar na água da ribeira de Alcântara para lavar a roupa: “*– Bismila, harraman, harraen*” <sup>552</sup>.

Esses rituais e frases também costumavam acompanhar as homenagens aos mortos. À mourisca Maria Fernandes o inquisidor perguntou “*se fazia carpinhas com as outras mulheres e se comera cuscús por morte de algum defunto mourisco ou mouro e, depois de comer, rezava com as palmas das mãos viradas para o rosto ou fizera outra alguma cerimónia de mouros*” <sup>553</sup>. Catarina d’Eça afirmou que, quando o marido e outros mouriscos combinaram fugir para terras de mouros, ela “*tomou um pão e deu*

---

<sup>549</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 6405, f. 3 – 19.12.1552.

<sup>550</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 9520, f. 4 – 18.10.1555.

<sup>551</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 260, f. 3 – 16.1.1562.

<sup>552</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 3186, f. 2 – 23.11.1560.

<sup>553</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 9956, f. 2 .

*a cada um seu bocado, que é cerimónia que têm os mouros quando querem ter segredo e ali prometeram todos de ter segredo e não se descobrirem uns aos outros”* <sup>554</sup>.

Outras acusações eram as de os homens vestirem camisa lavada à sexta feira e tomarem o banho ritual, à maneira do Islão <sup>555</sup>, comerem tripas ao sábado <sup>556</sup> e a de jejuar e respeitar “*a Páscoa do Ramadão e a do Carneiro*” <sup>557</sup>. Leonor Vaz foi incitada por um mouro seu conhecido a voltar às práticas do Islão e fê-lo durante algum tempo, orando e jejuando segundo a lei de Mafamede. Nessa medida “*jejuou um ano o jejum do Remedão, que é a Quaresma dos mouros, que dura trinta dias [...] sem comer todo o dia senão à noite [...] e assi se levantava à meia noite a consoar*”. Findo o jejum do Ramadão, “*o dito mouro [...] matou o carneiro de sua Páscoa e fez cuscús e mandou a ela [...] do dito carneiro e cuscús e ela o comeu como mouro*” <sup>558</sup>. António Fernandes e a mulher, ambos mouriscos, foram incriminados por terem comido carne na sexta feira de Endoenças e no sábado antes da Páscoa, assim como de não saberem nada da doutrina cristã <sup>559</sup>.

A acusação de prática do Islamismo andava quase sempre associada à tentativa de fuga para território muçulmano, tema desenvolvido mais atrás <sup>560</sup>.

Muitos dos cativos levados perante a Inquisição – e mesmo cristãos renegados, que aí compareceram, voluntariamente ou não – referiram o facto de terem sido circuncisos. Esse era um dos primeiros actos a que eram submetidos os rapazes nascidos no mundo islâmico ou nele incorporados pela conversão. Muitos deles eram europeus capturados pelos maometanos, escravizados e pressionados a aderir à sua religião. Era aos barbeiros que cabia pôr em prática esse sinal islâmico, verdadeiro rito de passagem.

---

<sup>554</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.820, f. 2 – 24.9.1554.

<sup>555</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.821, f. 2 – 19.7.1561.

<sup>556</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº 2967, f. 3 – 6.3.1557.

<sup>557</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1592, f. 4 – 4.2.1556.

<sup>558</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 7700, f. 7 v. – 3.11.1553.

<sup>559</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.830, f. 3 – 6.5.1541.

<sup>560</sup> - Subcapítulo 7.3.

António, napolitano, cativado pelos turcos em criança, foi, segundo afirmou, mandado “retalhar a um barbeiro por força”, em consequência do que “ *esteve um mês doente da retalhadura* ” <sup>561</sup>. Gino, albanês, foi levado para Constantinopla e “ *quando viram que não era cortado, mandaram cortá-lo por um judeu barbeiro* ” <sup>562</sup>. António Madeira, índio de Chaúl, “ *era fanado a modo de mouro* ” <sup>563</sup>. Mas não incorriam por isso em culpa, por se tratar de uma amputação irreversível. Depois, eram ungidos e vestidos com os trajos tradicionais dos muçulmanos <sup>564</sup>.

Tal como sucedia com os portugueses cristãos velhos, qualquer frase menos própria acerca de matéria religiosa podia levar aos cárceres do Santo Ofício, o que mais facilmente podia ocorrer com indivíduos ainda mal integrados nos hábitos e cultura dominantes, como eram negros, indianos e mouriscos. Assim, o mulato João Rodrigues foi preso “ *por dizer que ter parte com uma mulher não era pecado* ” <sup>565</sup> e Júlia Fernandes, também mulata, foi acusada de se ter rido da sexualidade de Jesus Cristo <sup>566</sup>. O processo da preta Antónia Fernandes foi originado numa frase enunciada acerca de Nossa Senhora: “ *Uma só cousa me falta para ser tão boa como a Virgem, que é ser virgem* ” <sup>567</sup>. Numa falta mais grave incorreu o mourisco António de Ataíde, ao lançar, de uma besta, uma seta a uma imagem em papel de Nossa Senhora, que estava pendurada da parede de uma casa onde ele se encontrava <sup>568</sup>. E pior ainda Margarida, mulata cativa de Guiomar Fernandes, cristã nova, acusada por outra escrava, igualmente mulata, de práticas judaicas, fazendo os respectivos jejuns, tal como o fez em relação à sua própria dona <sup>569</sup>.

---

<sup>561</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º 10.840, f. 2 – 4.5.1555.

<sup>562</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º 8488, f. 2 – 24.4.1579.

<sup>563</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º 10.851, f. 3 – 16.5.1552.

<sup>564</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º 12.074, f. 12 – 5.1.1589.

<sup>565</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º 1608, f. 2 – 16.6.1584.

<sup>566</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º 9301, f. 2 – 3.7.1560.

<sup>567</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º 7200, f. 2 – 16.6.1571.

<sup>568</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º 10.860, f. 2 – 2.4.1555.

<sup>569</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º 11.640, f. 2 – 2.9.1558.

Quaisquer práticas susceptíveis de serem consideradas feitiçaria ou magia caíam sob a alçada tanto dos tribunais do reino como do Santo Ofício. As *Ordenações manuelinas* enumeravam em pormenor muitos desses actos, por ordem decrescente de gravidade, com as penas correspondentes: pacto com o diabo, adivinhações, práticas supersticiosas destinadas a propiciar certos efeitos como a cura de doenças, a chuva e outros, vodos e vigílias não autorizados pela Igreja <sup>570</sup>. Apesar de tais acções - assim como as crenças a elas subjacentes - terem sido vulgares entre os europeus ao longo da Idade Média, é provável que a entrada em Portugal de grande número de escravos originários quer da África sub-sariana quer do Mediterrâneo e da Índia, bem como das tradições ancestrais que veiculavam, levasse a um incremento do mundo mágico, em grandeza e complexidade. Daniela Calainho realçou a importância do comércio e do uso no país de bolsas de amuletos, com origem africana, destinadas a proteger quem as usava de todas as espécies de perigos. Eram chamadas “ *bolsas de mandingas*”, designação com origem na costa da Guiné e no povo que as usava, os Mandingas, tradição que foi descrita, em 1606, pelo Padre Baltasar Barreira <sup>571</sup>. A sua difusão a partir do século XVII levou a autora a apelidar Lisboa de “ *metrópole das mandingas*”, devido ao intenso uso desses objectos <sup>572</sup>. Por seu lado Francisco Bethencourt deu-se conta de um peso significativo das mouriscas no grupo de feiticeiras que estudou <sup>573</sup>. O simples facto de se tratar de pessoas ainda pouco inseridas na cultura dominante levava a que continuassem a adoptar muitas das tradições dos povos de origem, ignorando provavelmente a sua gravidade.

---

<sup>570</sup> - *Ordenações manuelinas*, Livro V, Tít. 33, p. 92-96; Francisco Bethencourt, *O imaginário da magia. Feiticeiros, saladores e nigromantes no século XVI*, p. 228.

<sup>571</sup> - James H. Sweet, *Recrutar África*, p. 212.

<sup>572</sup> - Daniela Buono Calainho, *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e Inquisição portuguesa no Antigo Regime*, p. 90-95.

<sup>573</sup> - Francisco Bethencourt, *O imaginário da magia*, p. 182.

Um dos culpados de feitiçaria a contas com a Inquisição foi Bastião Quaresma, mourisco que, curiosamente, servia os padres da Companhia de Jesus, em S. Roque. Confidenciara a um criado da mesma casa que poderia fugir quando quisesse, pois para isso não lhe era difícil arranjar dinheiro. Por indicação de um diabo com quem costumava falar, “ *tomaria um papel e o cortaria como vinténs e tostões [...] e os meteria debaixo da terra [...] e depois tomava uma vara de romeira e dava no papel e por pouco espaço que ia ver o papel que estava enterrado [...] o achava em dinheiro da maneira que o ele punha*”. Já o tinha feito uma vez desde que estava com os Jesuítas. Para que pudesse conseguir esse efeito tinha que ser mouro e não podia casar e teria que “ *ter camisa de mouro*” quando fizesse o dinheiro. Um outro mourisco seu conhecido, que vivia na Mouraria, fazia dinheiro da mesma forma <sup>574</sup>. A tentação de riqueza era, com as de sabedoria e poder, das principais motivações que conduziam a pactos com o Diabo <sup>575</sup>.

Envolvida com o Demónio andou também Francisca Lopes, vinda de Safim e cativa de um cônego de Ourém, que a veio a libertar, indo ela para Lisboa, onde casou. Já viúva, foi uma vez com outras mouriscas a Santiago da Galiza. Porém, quando estava de passagem por Coimbra – onde permaneceu algum tempo pela doença de um membro do grupo – foi mandada prender pelo vigário da diocese, sob acusação de feitiçaria, pois “*lançou sortes [...] de latão derretido no candieiro e depois lançado em uma tigela de água, se tornava a coalhar e aparecia uma figura de um homem*”. O objectivo era saber se o marido estava vivo ou morto <sup>576</sup>. Uma mulher que lá conhecera e lhe ensinara tais práticas “ *a levou um dia [...] aos olivais e lá se assentaram e a dita mulher começou a soviar e vieram aí dous [ diabos ] em figura de bodes pretos e, vendo-os, ela [...]*

---

<sup>574</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 8346, f. 4 – 27.8.1577.

<sup>575</sup> - Francisco Bethencourt, *O imaginário da magia*, p. 158-159.

<sup>576</sup> - A prática de derreter metal para adivinhar era proibida pelas Ordenações, que determinavam: “ *nem façam, pera adivinhar, figuras ou imagens algumas de metal*” ( *Ordenações manuelinas*, Liv. V, Tít. 33, p. 92 ).



*disse: - Jesus ! E a dita mulher lhe disse: - Não digas Jesus porque são meus filhos. E falou com eles sem ela entender o que falava e logo desapareceram como ela disse: - Jesus! e benzendo-se com medo deles”*<sup>577</sup>. A infracção de Francisco, negro de Maria Dinis, pode ter estado também relacionada com práticas mágicas, pois furtou da igreja de S. Mamede uma imagem de Nossa Senhora, para a dar a uma pessoa que lhe pedira que o fizesse, a qual depois a desmanchou<sup>578</sup>.

Os curandeiros foram um dos principais alvos da Inquisição no âmbito da perseguição a práticas de magia<sup>579</sup>. A sua actividade associava o conhecimento empírico do poder curativo de certas plantas e substâncias à recitação de orações invocando o auxílio do poder divino ou dos santos<sup>580</sup>, bem como a gestos e palavras de conteúdo e significado pouco explícitos, destinados a reforçar, na mente dos destinatários, a eventual virtude das mezinhas aplicadas. Se alguns destes *saludadores*, *curadores* ou *virtuosos* estavam autorizados a exercer a sua acção pelas autoridades religiosas, como os bispos e a Inquisição<sup>581</sup>, outros eram considerados impostores, por a desenvolverem sem estarem para isso legitimados, tornando-se alvo da perseguição das autoridades civis e eclesiásticas. Muitos destes eram negros, que actuavam dentro das suas comunidades e fora delas<sup>582</sup> e associavam, na sua actividade, conhecimentos da tradição africana e elementos ligados ao culto cristão, “*revelando um evidente sincretismo mágico-religioso*” fruto da interpenetração de ambas as culturas<sup>583</sup>. Mas também indianos se dedicavam a essas práticas, às quais alguns ficaram a dever a prisão e o interrogatório pelos inquisidores.

---

<sup>577</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 12.684, f. 16 – 28.5.1563. Este caso vem também referido em Francisco Bethencourt, *O imaginário da magia*, p. 155.

<sup>578</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 9676, f. 2 – 9.9.1593.

<sup>579</sup> - José Pedro Paiva, *Bruxaria e superstição num país sem “ caça às bruxas” ( 1600-1774 )*, p. 103.

<sup>580</sup> - José Pedro Paiva, Ob. cit., p. 108.

<sup>581</sup> - Daniela Buono Calainho, *Metrópole das mandingas*, p. 70.

<sup>582</sup> - Daniela Buono Calainho, Ob. cit., p. 86-87.

<sup>583</sup> - Daniela Buono Calainho, Ob. cit., p. 71-72.

Alguns eram antigos escravos, como o mourisco Francisco Lopes que tratava distensões musculares mordendo o corpo dos doentes. Quando Francisco Fernandes, mourisco estivador andava “ *mal disposto das costas do peso dos sacos de trigo no Terreiro ou dos panais de palha*” foi, por conselho de outros mouriscos, ter com o curandeiro “ *e se deitou de bruços e o mordeu o dito Francisco Lopes com a boca ali onde lhe doía [...] e que não disse palavras nenhuma em mourisco [...] somente pegou com os dentes na sua carne [...] e puxou para cima*”, o que ele sabia que se costumava fazer em terra de mouros <sup>584</sup>. Curandeiro também era D. Jorge, que era “ *médico e cura(va) com ervas*”, natural de Cochim, na Índia, onde nascera cristão e se formara nas sagradas escrituras. Vindo para Portugal, estivera no colégio dos Jesuítas de Évora, onde se pusera a curar para ganhar a vida, enquanto estudava as línguas latina e portuguesa. Aí foi preso dois meses como curandeiro. Quando o prenderam em Lisboa, por dizer que Jesus era filho de um carpinteiro, os inquisidores quiseram saber se tinha pacto com o Diabo, que lhe tivesse ensinado algumas mezinhas. Negou, afirmando que era cristão muito legítimo <sup>585</sup>.

Qualquer comportamento moral irregular face aos ditames da Igreja e das leis do reino podia igualmente levar aos cárceres do Rossio. As acusações de homossexualidade, as mais frequentes nesta matéria, já foram abordadas. Mas também a bigamia e a promiscuidade sexual despertavam o interesse e a condenação dos inquisidores, como sucedeu em relação ao taberneiro mourisco António Alberto, antigo escravo, denunciado por vários vizinhos de, apesar de ser casado com uma mourisca, ter também em sua casa Francisca, vivendo e dormindo com ambas as mulheres. Os denunciantes eram todos mouriscos, excepto um, que era negro <sup>586</sup>. O mulato João Colaço foi casado em Tavira com a filha de um ferreiro mas, como ela o deixou,

---

<sup>584</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 2570, f. 5 – 19.3.1555.

<sup>585</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 6396, f. 3, 9 e 16 v. – 18.3.1575 e 3.6.1575.

<sup>586</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 10.822, f. 1 – 30.1.1551.

trocando-o por outro, veio a consorciar-se novamente em Lisboa, onde vivia há já três anos, acto que o levou a ter que prestar contas à Inquisição <sup>587</sup>.

Os obstáculos colocados à acção repressiva do tribunal – ao “*recto ministério do Santo Ofício*”, como era designada - criando dificuldades ou denunciando os seus métodos de actuação, como o segredo e a tortura, eram também punidos. Por isso, ao mulato Joane, que recebia dinheiro por trazer recados para fora do cárcere - a que tinha acesso por servir o respectivo alcaide – foi aplicada “*uma muito boa disciplina d’açoutes*” quando passou informações à família de uns flamengos presos <sup>588</sup>.

No entanto, as penas aplicadas às vítimas do tribunal eram normalmente bem mais pesadas que a que coube ao mulato indiscreto, caracterizando-se pela violência própria da justiça da época. De acordo com as leis do reino, quer a sodomia, o bestialismo e a bigamia, quer a invocação de espíritos diabólicos – actos também frequentes nos processos inquisitoriais – deviam ser punidos com a morte. Mas na prática raramente era infligida pena tão grave pela justiça régia, estabelecida mais para atemorizar do que para aplicação real <sup>589</sup>. Ora, o Santo Ofício, como tribunal de natureza mista, estatal e eclesiástica, pautava-se pelo mesmo princípio, o de que a eficácia das regras residia mais na sua força dissuasora - pela ameaça que fazia pairar sobre os potenciais prevaricadores e pela demonstração de poder do Estado e da Igreja – do que pelo número de vidas que sacrificava. Só 8,2% dos processados pela Inquisição de Lisboa no século XVI foram “*relaxados ao braço secular*” e levados à fogueira, nomeadamente os “*hereges incorrigíveis*” <sup>590</sup>. A maioria das penas destinava-se a punir, sem dúvida, mas também a recuperar os infractores: as galés, o degredo, os

---

<sup>587</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1633, f. 2 – 29.8.1567

<sup>588</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 9514, f. 2 – 8.11.1559.

<sup>589</sup> - António Manuel Hespanha, “A punição e a graça”, *História de Portugal* (Dir. António Mattoso), p. 244.

<sup>590</sup> - Ronaldo Vainfas, “Justiça e misericórdia: reflexões sobre o sistema punitivo da Inquisição portuguesa”, *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*, p. 140-157.

açoites, a exposição à ignomínia pública, a prisão e a aprendizagem da doutrina cristã. A própria comutação ou a abreviação das penas, muito vulgares, ao fim de algum tempo de cumprimento e a rogo dos condenados, prosseguia a mesma finalidade de conseguir a submissão às normas e poderes constituídos, com força para condenar mas igualmente capazes de clemência para com os que caíam no erro. Esta última prerrogativa em nada enfraquecia o poder de quem a usava, pois era concedida ao arbítrio dos juízes e podia, além disso, conseguir para eles a gratidão dos beneficiários, resignados já a suportar penas maiores. Tal como o soberano, o Santo Ofício era “ *dispensador tanto da justiça como da graça*” <sup>591</sup>.

Vejamos alguns exemplos de penas aplicadas a sodomitas. João de Távora, cozinheiro mourisco culpado de abusar de dois rapazes internados na Casa dos Órfãos da Mouraria, foi condenado a dez anos de trabalho nas galés, como remeiro, sendo bem doutrinado <sup>592</sup>. A mesma pena de galés foi dada ao mouro Hamete, que tivera relações com vários mouriscos e cristãos, como agente activo, na estrebaria em que trabalhava, devendo ser antes açoutado. Para tal efeito foi mandado entregar, em ferros e com carta de guia, numa caravela que ia para o Algarve <sup>593</sup>. A outro mourisco, João Pereira, “*mancebo sem barba*” e por isso adolescente, que por várias vezes e com vários parceiros cometera o “ *nefando pecado da sodomia*”, apesar de fazer isso “ *com grande atrevimento e sem temor de Deus*”, foram mandados aplicar açoites no cárcere onde estava, aí continuando pelo tempo que parecesse necessário aos inquisidores. Durante esse tempo deveria ser bem ensinado nos preceitos da fé. Esta pena foi-lhe dada, “*atendendo à sua idade e ao tempo que h[avia] que [era] feito cristão e por pedir perdão*” <sup>594</sup>. O reconhecimento dos erros, o arrependimento e o pedido de perdão eram

---

<sup>591</sup> - António Manuel Hespanha, “ A punição e a graça”, p. 239.

<sup>592</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 6018, f. 5 – 2.1.1556.

<sup>593</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.362, f. 2 – 26.7.1557.

<sup>594</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1617, f. 3 – 26.6.1557.

fundamentais para quem quisesse ser admitido à “*reconciliação*”, tornando-se digno da misericórdia do tribunal. No caso de um mouro de Francisco Carneiro, tesoureiro da Especiaria da Casa da Índia, também culpado de sodomia, a intervenção do dono livrou-o de cumprir todo o tempo a que fora condenado nas galés. Este alegou com o prejuízo que a pena lhe trazia, pedindo que lhe deixassem vender o escravo, para com o produto comprar outro ou, então, que lhe perdoassem, o que foi aceite <sup>595</sup>.

O único sodomita condenado à morte que encontrámos foi o turco Osmão, escravo do marquês de Santa Cruz. Tinha 55 anos, depois de capturado servira nas galés reais e daí tinha sido convertido em ajudante do comprador daquele titular. Foi nessa condição que manteve relações sexuais com um rapaz cristão “*dormindo com ele por detrás muitas vezes*”. Provavelmente devido à sua idade adulta e à falta de arrependimento, foi relaxado à justiça secular para ser queimado <sup>596</sup> e “*feito por fogo em pó, por tal modo que jamais nunca de seu corpo e sepultura p[udessem] ser havida memória*” <sup>597</sup>. Cosme, mulato de um fidalgo, que “*dormira carnalmente*” com vários criados e pajens, teve mais sorte, pois os inquisidores concluíram que devia ser vendido para Castela, para que o dono não fosse prejudicado com a sua morte, nem o dinheiro da Inquisição se gastasse “*em suas esmolas*”. A ida para esse país teria também a vantagem de aí ser obrigado a viver “*com mais tento*”, devido ao castigo mais pesado que era dado aos sodomitas <sup>598</sup>.

A dois casos de relações com animais foi dado um tratamento bastante desigual. Francisco, índio cativo que “*teve ajuntamento com uma burra*”, foi castigado com dez anos de galés, na condição de remador aferrolhado, “*fazendo penitência de seu*

---

<sup>595</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.372, f. 2 – 25.10.1557.

<sup>596</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 5296, f. 1 – 12.8.1586.

<sup>597</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv. V, Tít. 12, p. 47.

<sup>598</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 4185, f. 2 v. – 27.4.1547 e f. 4 – 30.4.1547.

*pecado*”, além de cinquenta “*açóites espertos*” que devia receber na prisão <sup>599</sup>. A Aleixo, escravo índio do tesoureiro da infanta D. Maria, que teve parte com a mula do seu senhor, foi-lhe aplicada apenas “*uma disciplina*”, naturalmente de açóites e foi mandado entregar ao dono, para que cuidasse dele e o mandasse ensinar. A maior leveza da pena deste caso deveu-se a que o infractor se arrependeu a meio do acto e o foi confessar antes que o acusassem, pois, ao ir à estrebaria em que estava a mula e iniciar o acto sexual “*alembando-se que pecava [...], se foi dali com grandíssima dor e pesar do que tinha cometido*”. O facto de não ter consumado a relação com a mula, pois o fez “*sem cumprir com ela*”, pesou também na relativa brandura da pena atribuída <sup>600</sup>.

A bigamia, a que correspondia a morte, segundo a lei, fez recair sobre o mulato João Colaço - já mais atrás referido como tendo deixado a primeira mulher, que o trocara por outro, para voltar a casar com outra alguns anos depois - “*apenas*” cinco anos de galés, de que deveria cumprir só dois. Mas foi-lhe também imposta a condição, absurda aos olhos actuais, de voltar a fazer vida com a “*sua legítima mulher*”, que não o queria, naturalmente, nem ele a ela <sup>601</sup>.

À participação em actos de feitiçaria e adivinhações correspondiam, nas Ordenações, as penas de açóites públicos, com barão e pregão, ser-se ferrado nas duas faces com um *f*, degredo para S. Tomé e multa de 3.000 reais <sup>602</sup>. Apesar disso, a mourisca Francisca Lopes, que lançou sortes de metal derretido para tentar saber se o seu marido era vivo ou morto, foi mandada soltar e aprender a doutrina cristã, certamente por os juízes acharem que tinha agido por influência de uma feiticeira que conhecera em Coimbra <sup>603</sup>. No caso de Bastião Quaresma, que foi acusado por uma testemunha de fazer dinheiro por influência diabólica, esse crime nem consta do

---

<sup>599</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 2241, f. 2 – 1.2.1560.

<sup>600</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 13.014, f. 2 – 26.3.1563.

<sup>601</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 1633, f. 2 – 29.8.1567.

<sup>602</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv. V, Tít. 33, p. 92.

<sup>603</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 12.684, f. 16 – 28.5.1563.

acórdão final dos inquisidores, provavelmente por estes terem achado a mesma pouco credível <sup>604</sup>.

A investigação e a condenação de crimes de heresia eram, de acordo com as Ordenações manuelinas, da competência prioritária dos juízes eclesiásticos. Mas, quando se tratava de penas de sangue, a sua execução cabia às justiças civis, forma de contornar o preceito canónico que impedia os juízes da Igreja de pronunciarem sentenças de morte <sup>605</sup>. Àquelas, além disso, incumbia o confisco dos bens dos condenados. Tratando-se, no entanto, de crimes de apostasia cometidos por leigos o seu julgamento caía no âmbito exclusivo dos tribunais régios <sup>606</sup>. Isto mudou com o estabelecimento da Inquisição, que passou a ter como fim principal a perseguição dos que adjurassem da sua fé para aderirem a outra.

Relativamente aos escravos, a modalidade de apostasia mais frequente, praticamente a única - dado o desinteresse que teriam em aderir ao Judaísmo e ao Luteranismo indivíduos de proveniência islâmica ou animista - era a tentação do regresso ao Islão da parte dos mouriscos – os maometanos convertidos ao Cristianismo – fossem eles norte-africanos, turcos, indianos ou negros islamizados, como os jalofo. Era sobre esses cristãos de fresca data, induzidos ou obrigados a baptizarem-se e quase sem formação cristã, que recaíam as suspeitas de duplicidade religiosa e de tentativa de fugirem para “*terra de mouros*”, regressando ao seu antigo culto, bem como a prisão, os interrogatórios e as penas correspondentes.

Como o objectivo principal do Tribunal era o reconhecimento e o arrependimento dos erros cometidos em matéria de fé, o pedido de perdão e a vontade dos acusados serem novamente recebidos no seio da Igreja – “*aceites a reconciliação*” - era a melhor

---

<sup>604</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 8346, f. 4 – 27.8.1577.

<sup>605</sup> - Alberto Martins de Carvalho, “ Tribunal do santo ofício”, *Dicionário de história de Portugal* ( Dir. Joel Serrão 9, v. 3, p. 775.

<sup>606</sup> - *Ordenações manuelinas*, vol. V, Tít. 2, p. 14.

forma de serem perdoados e de se livrarem da excomunhão maior e da pena reservada aos hereges impenitentes. Por isso, a maior parte, de forma espontânea ou coagida, vencida pelo cansaço, pelo medo ou pela tortura, acabava por confessar as faltas que lhe eram atribuídas e pedir perdão. Por isso os castigos infligidos à maioria não eram demasiado violentos. O mais comum era terem que ir à igreja do Hospital de Todos os Santos, lugar central da cidade, num domingo ou outro dia de festa e antes de começar a missa, em corpo, descalço, cabeça descoberta e vela na mão, fazer “ *abjuração pública de seus heréticos erros*”. Depois dessa prova de arrependimento e humilhação, ficavam obrigados a permanecer no cárcere do Santo Ofício pelo tempo que os inquisidores achassem necessário – “ *ad arbitrium inquisitoris*” – envergando hábito penitencial sobre a sua roupa. Durante esse período seriam instruídos “ *nas cousas da fé*”, aprendizagem de que teriam que prestar provas.

Outros cumpriram a penitência no Colégio da Doutrina da Fé, onde seriam ensinados. E mesmo depois de soltos continuavam, na maior parte dos casos, sob vigilância e a cumprir penitência, como Nicolau da Costa, acusado de invocar Maomé e orar segundo o ritual islâmico enquanto cantava as Janeiras pelas ruas da cidade. Ao sair do Colégio comprometeu-se a não conversar nunca com mouros ou com “ *mouriscos maus cristãos*”, a envergar sempre o hábito penitencial, ouvir missa e pregação todos os domingos e dias santos na igreja da sua freguesia e, nas tardes desses dias, ir ao Colégio ouvir a doutrina, a confessar-se três vezes no ano e a não sair da cidade – que lhe atribuíram como cárcere - sem licença dos inquisidores. Só um ano depois o inquisidor geral, cardeal D. Henrique, lhe levantou a obrigação de usar o hábito e o encarceramento na cidade, não podendo, no entanto, sair do reino sem licença do Santo Ofício, nem comunicar com mouros <sup>607</sup>.

---

<sup>607</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.861, f. 13 – 11.8.1558.



A abjuração pública dos erros podia também ser feita em auto de fé, em vez de ser na igreja, como sucedeu a Luzia de Gusmão, capturada no mar enquanto fugia, com outros mouriscos, para o norte de África <sup>608</sup>. Não se tratava apenas de uma tentativa de fuga para o território dos inimigos da fé, como na maior parte dos casos, mas da sua efectivação. Daí talvez a prova de arrependimento ter sido mais solene e pública.

Nalguns casos o papel da tortura, do cansaço e do desalento na obtenção das confissões parecia claro. Perante a ineficácia das suas declarações de inocência e a perspectiva de permanecer indefinidamente no cárcere, comprometendo definitivamente a sua saúde e o seu futuro, ou mesmo de acabarem por morrer na fogueira, as vítimas preferiam abdicar das suas razões e fazer a vontade aos inquisidores, confessando-se culpadas. Parece ter sido o caso do mourisco António Alberto, antigo escravo e depois taberneiro e comerciante de vinhos. Razoavelmente instalado na vida, já com bens de fortuna, integrado e com prestígio na sua comunidade, pois tinha sido mordomo e fundador da confraria dos mouriscos, prestes a adquirir uma propriedade agrícola, nada sugeria que estivesse interessado em abandonar tudo para fugir para território infiel. Foi provavelmente a inveja de alguns vizinhos e de elementos menos bem sucedidos da sua comunidade que o levou aos cárceres do Rossio, com a acusação, primeiro, de promiscuidade sexual <sup>609</sup> e, depois, de práticas islâmicas e tentativa de fuga, o que sempre negou. Como tinha bens, dinheiro e créditos, deve ter antevisto o que o esperava: a condenação inevitável e o confisco. E acabou por confessar tudo e mostrar-se arrependido. Em consequência, foi aceite a reconciliação, condenado à abjuração pública e ao cárcere por tempo indeterminado, com hábito e ao confisco dos bens. Este último veio, no entanto, a ser substituído por uma multa de 200 cruzados para obras pias. Menos de um ano depois de ter entrado no Santo Ofício foi-

---

<sup>608</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 6316, f. 2 – 26.11.1599.

<sup>609</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.822, f. 1 – 30.1.1551.

lhe tirado o hábito penitencial. Em conclusão, ao fim de pouco tempo e de muitos incómodos e humilhações, deve ter voltado à vida normal, embora com um prejuízo de 80.000 reais. Se não tivesse acedido à vontade dos inquisidores, o resultado teria sido, por certo, bem diferente <sup>610</sup>.

As penas de galés e de açoites estavam, em geral, reservadas para casos mais graves de apostasia. As galés correspondiam a uma necessidade da coroa e do reino, para a defesa das costas e os remadores nunca eram demais. Por isso, esta pena substituíra normalmente, quer nos tribunais da coroa quer na Inquisição, a pena de morte. Manuel Garcia foi acusado por várias testemunhas de, embora baptizado, se fazer passar por mouro, o que negou e só reconheceu depois de posto a tormento. Era, portanto, apóstata consumado. Por isso foi condenado a 50 “*açoutes moderados, sine sanguinis effusione*” e degredado para as galés por três anos, no fim dos quais teria que sair do reino <sup>611</sup>. Outro mourisco, António de Ataíde, foi acusado de incitar vários indivíduos a fugirem para território muçulmano num barco roubado, cujos tripulantes esperavam vender como escravos no lugar de chegada e, além disso, de ter alvejado com uma seta uma imagem de Nossa Senhora, casos já antes referidos. Depois de confessar, foi sentenciado a cárcere perpétuo no Colégio da Doutrina da Fé, onde seria instruído e a açoites públicos, tendo a sentença sido lida em auto de fé, na Ribeira. Mais de ano depois, no entanto, a pena de cárcere foi alterada para trabalho nas galés, como remeiro, por tempo indeterminado <sup>612</sup>. Pantaleão, cristão genovês escravizado pelos turcos com 10 anos, fez-se muçulmano e andou, já adulto, “*cativando e roubando muitos cristãos*” até ser preso, na costa do Algarve, pelas galés do rei, quando vinha como capitão da galé em que foi tomado, “*como mouro, livre e sem cadeias*”. Depois

---

<sup>610</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.837, f. 22 – 13.8.1554; f. 27 – 20.11.1554 ; f. 46 – 23.10.1554 e f. 77 v. – 4.4.1555.

<sup>611</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1114, f. 107 – 7.11.1588.

<sup>612</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.860, f. 2 – 2.4.1555; f. 6 – 19.1.1556 e f. 36 – 23.8.1557.

de preso pelo Santo Ofício, fugiu com outros por uma abertura que fizeram na parede do cárcere. Foi condenado a galés mas, ao fim de quatro anos de cumprir a pena, esta foi-lhe comutada pelo inquisidor geral para cumprimento noutra lugar à escolha dos inquisidores <sup>613</sup>. Finalmente, Bastião Quaresma, acusado de voltar ao Islamismo, sempre se recusou a admitir esse erro e a pedir perdão, pelo que foi condenado a excomunhão maior e relaxado à justiça secular <sup>614</sup>.

A obstrução activa à acção do tribunal era punida com rigor aparentemente exagerado se comparado com o que era usado para faltas de natureza religiosa, por exemplo. Um escravo mourisco que, a golpes de espada, tentou libertar um índio seu amigo que os esbirros do Santo Ofício levavam preso, ferindo alguns, sofreu uma pena nada leve. A cena passara-se nas imediações da Sé, dentro da qual o cativo se refugiara e continuara a resistir de espada na mão. Em consequência do seu acto de solidariedade foi mandado açoutar, com barão e pregão, pelas ruas da cidade, “ *sobretudo por aquela em que cometeu a dita resistência e delito*”, degredado dez anos para as galés e expulso do reino no fim desse tempo. Se, depois do cumprimento da pena, fosse visto dentro das fronteiras seria condenado a degredo perpétuo para as galés <sup>615</sup>. Isto mostra que um acto como este, de desacato público ao poder da Inquisição era considerado mais intolerável, pelo mau exemplo que podia dar no futuro, que muitos atentados à fé e aos princípios morais mais enraizados.

O que se pode concluir das penas infligidas aos cativos e antigos cativos, pela Inquisição? Teriam sido mais ou menos graves que as cominadas a réus de condição livre? Já foi indicada a percentagem de 8,5 % que coube aos processos a eles respeitantes no conjunto dos que foram instaurados pelo tribunal de Lisboa no século XVI. Para o de Évora no período de 1533 a 1668 Borges Coelho encontrou um peso

---

<sup>613</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 706, f. 21 – 20.12.1560.

<sup>614</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 8346, f. 4 – 27.8.1577.

<sup>615</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 12.067, f. 2 – 9.7.1560.

ainda mais baixo, de 1,52 %, para os processos de escravos e libertos, concluindo que não era essa população o alvo principal das preocupações do Santo Ofício <sup>616</sup>, o que também parece claro quanto a Lisboa. Isso devia-se, sem dúvida, à importância relativamente reduzida que tinham na cidade, quer em termos numéricos quer de intervenção económica e social e, ainda mais, à modéstia do seu estatuto. A heresia que o tribunal queria sobretudo combater era o Judaísmo, por implicar camadas sociais de grande peso económico e capacidade de intervenção política, o que os podia tornar perigosos para a defendida unicidade religiosa do reino. A tentação de regresso ao Islamismo era mais fácil de vencer, por partir de estratos mais indefesos e, desse modo, mais vulneráveis à intimidação. Por isso, na maior parte dos casos deste tipo de práticas, os réus acabavam por ser admitidos à reconciliação no seio da Igreja e condenados a penas não demasiado violentas, em que a aprendizagem das bases do Cristianismo tinha um papel importante. A condenação às galés era destinada sobretudo aos sodomitas, zoófilos, bígamos e culpados de pacto com o Demónio, o que, nos três primeiros casos, derivava de pressupostos morais muito interiorizados na época e, no último, constituía um desvio religioso muito grave, uma traição a Deus. Mas todas estas infracções eram também pesadamente punidas em indivíduos livres, pelo que não parece que os escravos, os libertos e os indivíduos de cor fossem especialmente perseguidos pelo Santo Ofício.

---

<sup>616</sup> - António Borges Coelho, *Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668*, v. I, p. 384.

## 8 – A Alforria

A obtenção da carta de liberdade ou de alforria era a forma legal de um escravo deixar de o ser, passando de cativo a liberto, ou melhor, de acordo com a terminologia da época, de *escravo cativo* a *escravo forro* ou, simplesmente, *forro*. As *Ordenações manuelinas*, sob clara influência do Direito romano, em fase de afirmação, estabeleceram claramente os termos correspondentes a essa condição, ao descreverem de que modo ela podia ser anulada. Esclareceram que o *forro* “*se chama[va] liberto*” e que por “*patrono*” se designava o dono que o tinha forrado <sup>1</sup>. Um e outro eram termos pouco usados em Portugal, mesmo em documentos notariais e daí a preocupação em os divulgar.

A carta de alforria era um documento redigido por um notário e de que resultavam, pelo menos, dois exemplares: um, solto, que ficava na posse do liberto para que pudesse provar a nova condição e, o outro, o registo do seu texto no livro de notas de um tabelião. O primeiro devia andar com o escravo alforriado para que este o pudesse exhibir sempre que a sua condição livre fosse posta em dúvida. O segundo garantia a veracidade do primeiro e podia dar origem a outras cópias se a primeira se perdesse. Esta ocorrência não era certamente invulgar. Cosme Rodrigues, escravo pardo de Violante da Costa, viúva de Manuel Rodrigues de S. Tomé e nascido de uma escrava sua, conseguiu a liberdade por ser “*filho de um homem honrado*” ao qual os seus donos “*tinham obrigação*” e por se ter casado com uma mulher branca, mas acabou por perder a carta. Por isso e porque, provavelmente, o livro de notas também se perdera, a dona outorgou-lhe novo documento, confirmando o anterior <sup>2</sup>. Luísa de Aguiar apresentou-se com Leonor, sua filha, num dos cartórios de Lisboa com uma carta emitida em Enxara

---

<sup>1</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv IV, Tít. LV, § 7, p. 133.

<sup>2</sup> - ADS, FN, Almada, Liv. 3 / 14, f. 92 v. – 17.5.1590.

dos Cavaleiros e requereu ao notário “*que lhe lançasse a carta no livro de notas, por se temer a própria se lhe perder*”. O magistrado atendeu o pedido, copiando o documento e ficando, deste modo, o respectivo texto registado em dois locais diferentes, o que garantia a segurança da concessão <sup>3</sup>. Também Diogo, escravo jau alforriado em Cochim por Gaspar Álvares, seu senhor, veio a requerer o registo da sua carta a um notário de Lisboa, para onde veio viver, “*por temer que a poderia perder ou romper*” e porque se não poderia valer do registo original, que estava na Índia. Como o notário a achou “*sã e sem vício nem borradura*”, lançou-a no seu livro <sup>4</sup>. O caso de António da Costa, morador em Viseu, foi um pouco diferente. Embora o seu dono lhe tivesse dado a liberdade, não possuía documento algum da mesma, devido a extravio ou por nunca ter sido lavrado. Como “*queria ir ganhar sua vida por onde lhe bem viesse e temia ser preso ou molestado*” e, além disso, casara com Maria Francisca, que “*o recebeu por livre e libertado*”, apresentou-se ao juiz daquela cidade, com a viúva e a filha do senhor, para testemunharem a sua condição. O juiz declarou-o então livre e foi-lhe dada a correspondente carta, que mostrou a um notário de Lisboa em 1599 para poder alienar umas casas que tinha herdado <sup>5</sup>.

Embora o candidato a liberto pudesse ter um papel activo na obtenção da alforria, esta era sempre uma concessão do senhor e dependia da sua vontade. E o mesmo sucedia com a modalidade e condições da mesma. Havia, basicamente, dois tipos de alforria: a título gratuito, sem contrapartida do escravo, ou contra o pagamento de um valor em dinheiro ajustado entre as partes. No primeiro caso podia ter efeito imediato ou não, protelando-se a sua entrada em vigor por vários anos. No segundo era usufruída logo após a concessão. Das 189 cartas de alforria recolhidas, em 170 a mesma foi concedida gratuitamente e só em 19 obrigou ao pagamento de uma importância em

---

<sup>3</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 8, Liv. 40, f. 150 v. – 7.10.1580.

<sup>4</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 1, Liv. 5, f. 119 – 19.11.1571.

<sup>5</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 12, Liv. 43, f. 123 – 23.5.1599.

dinheiro pelo beneficiário. Mesmo sem considerarmos 43 que foram dadas por reis – que, naturalmente, não exigiam contrapartida – ficam 127 concedidas por particulares, o que mostra que a maior parte das cartas de liberdade era dada “ *sem interesse algum*”, usando a expressão da época.

Os motivos invocados para a concessão não variavam muito, incidindo sobretudo no facto de o cativo ter nascido e sido criado em casa do dono e na vontade de recompensar o seu serviço e fidelidade. A alforria dada pelo tirador de ouro Simão Carlos, “ *arménio de nação*”, ao japonês Tomé, seu escravo, deveu-se a ele o ter servido “ *bem e fielmente*” e por os bons servidores merecerem “ *galardão e satisfação*”<sup>6</sup>. A que Isabel Caldeira, viúva, concedeu a Bartolomeu, preto de 18 anos, foi provocada pelo amor que disse ter ao mesmo, “ *por lhe nascer em casa e criar como filho e por ele sempre lhe fazer a vontade*”<sup>7</sup>.

Mas outras razões podiam estar na base desse gesto. Quando D. Duarte da Costa alforriou Filipa, “ *mourisca de nação*”, alegou que, ao comprá-la, lhe tinha prometido que “*fazendo-se cristã a forraria e daria liberdade*”. Como desejava “*lhe cumprir a palavra e por lhe ter muitas obrigações e por assi cumprir à consciência dele*” lhe deu a carta<sup>8</sup>. O cónego Diogo Mendes de Vasconcelos libertou Leonor de Lemos, sua escrava branca, “ *por assim o sentir ser serviço de Nosso Senhor*”<sup>9</sup>. E Margarida Fernandes, viúva de um piloto da carreira da Índia, concluiu que Manuel Ferreira, natural do Japão, “ *não pod[ia] ser cativo conforme ao costume das ditas partes*” e ela “ *ter escrúpulo nisso*”. Por isso o libertou em 1598<sup>10</sup>. Desde D. Sebastião que a escravização de japoneses era proibida, por dificultar a evangelização desse país e era

---

<sup>6</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Liv. 16, f. 121 – 3.7.1593.

<sup>7</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 11, Liv. 39, f. 123 – 10.7.1598.

<sup>8</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 20, Liv. 94, f. 118 – 5.11.1591.

<sup>9</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 6, Liv. 25, f. 22 – 13.4.1577.

<sup>10</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 25, Liv. 120, f. 11 v. – 25.9.1598.

esse impedimento a causa dos escrúpulos da dona do cativo <sup>11</sup>. As motivações religiosas e de consciência também podiam, como se verifica, fundamentar a alienação de um escravo através da alforria. Mas isso podia igualmente suceder por razões sociais ou de natureza prática. D. Maria, viúva do fidalgo Fernão Cabral, era senhora de uma mulata que casara com Baltasar da Silva, vivendo o casal em casa dela. Foi “ *por a ter casada com um homem de bem*” e “ *lhe querer fazer essa mercê e amizade*” que a libertou sem nenhum interesse material <sup>12</sup>.

D. João de Castro e D. Maria de Aragão deram a alforria a Justa Camela, “ *índia china*”, por esta “ *ser já velha*” e, certamente, não verem vantagem em a manter ao seu serviço <sup>13</sup>. Quando o mercador Afonso da Barreira morreu deixou também forra Filipa “ *negra que esta[va] entrevada em cama, mulher muito velha*” <sup>14</sup>. Embora não constando, que se saiba, da carta de liberdade, foram também razões dessa ordem que levaram, segundo o pároco da Sé que baptizou o seu filho, a alforriar Catarina, “ *escrava cativa que foi de uma viúva de Alentejo e [ que ] por ser doente lhe deu carta d’alforria e se veio curar à Casa da Misericórdia desta cidade*” <sup>15</sup>. A “ *liberdade*” dada por motivos tão egoístas e interesseiros não passava de uma forma de expulsar de casa escravos que, pela idade e pelas doenças adquiridas no trabalho dos senhores, eram já um peso inútil para eles. Tinha como consequência inevitável fazer engrossar as massas de mendigos e marginais que infestavam Lisboa e outras cidades e que oneravam as instituições de assistência. Foi certamente para evitar isso que o duque de Beja D. Fernando, pai do rei D. Manuel, mandou que três escravos que deixou forros ficassem a cargo do hospital daquela vila, “ *por serem velhos, pera serem aí gasalhados*” <sup>16</sup>. No

---

<sup>11</sup> - *Boletim do Conselho Ultramarino. Legislação antiga*, v. I, p. 128-129.

<sup>12</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Liv. 86, f. 83 v. – 3.2.1590.

<sup>13</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Liv. 3, f. 61 v. – 30.7.1590.

<sup>14</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 5, Liv. 21, f. 10 v. – 16.11.1575.

<sup>15</sup> - Edgar Prestage e Pedro d’Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. I, p. 268 – 18.7.1586.

<sup>16</sup> - “ *Inventário da infanta D. Beatriz ( 1507 )*”, *Arquivo Histórico Português*, v. IX, p. 104.



caso da escrava entrevada, mesmo que o objectivo não fosse expulsá-la de casa, de nada lhe serviria a liberdade formal se, na prática, estava presa à cama pela doença e do que precisava era de tranquilidade e amparo.

As alforrias concedidas por reis também expressavam essa diversidade de motivações. Se em algumas foi apenas invocado o bom serviço prestado na sua actividade corrente, como quando D. João III libertou Francisco Gonçalves, seu índio guzarate, por o ter servido “*sempre com tino e bem*” como varredor do paço<sup>17</sup>, noutras podia ser o facto de serem casados com licença real<sup>18</sup>, terem-se convertido ao Cristianismo<sup>19</sup> ou terem prestado serviços relevantes à coroa. Incluíram-se neste último tipo de motivações as de Pêro e Diogo de Cristo, que tinham servido nas galés<sup>20</sup>, de Álvaro, mourisco que, estando em Tetuão, “*trouxe nova ao capitão que vinha a gente del rei de Fez, por mar e por terra, sobre a dita cidade*”, o que levou à sua compra por D. João III e à outorga da liberdade<sup>21</sup> e de Pêro Afonso, que em Ceuta servira “*de escuita*”<sup>22</sup>. A Bastião e Bernardo, que tinham acompanhado os seus donos a Alcácer Quibir e ficado prisioneiros dos mouros 12 anos, depois de resgatados com a esmola da Cruzada deu Filipe I a liberdade<sup>23</sup>. A Pêro, cativo de Diogo Vaz, deu D. Manuel a liberdade porque “*descobriu o furto que fez a mulher d’André Vaz*”<sup>24</sup>.

Tratava-se de premiar comportamentos que se tinham revestido de maior ou menor utilidade para o rei e para o país. Já foi mencionada a proclamação de D. António, Prior do Crato, a todos os escravos do reino, de que conseguiriam a liberdade se se juntassem às suas forças na resistência à invasão filipina, o que fez com que

---

<sup>17</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 4, f. 299 – 8.3.1551.

<sup>18</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 3, f. 207 e 282 – 10.4.1555 ; Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, Liv. 2, f. 47 v. – 8.2.1561.

<sup>19</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, Liv. 5, f. 148 v. – 18.12.1567.

<sup>20</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, Liv. 3, f. 322 – 28.5.1563 e Liv 4, f. 15 – 17.5.1564.

<sup>21</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 45, f. 23 – 30.5.1533.

<sup>22</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 2, f. 185 v. – 24.5.1548.

<sup>23</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Privilégios, Liv. 5, f. 251 – 6.2.1590.

<sup>24</sup> - TT, Chancelaria de D. Manuel, Doações, Liv. 9, f. 22 v. – 7.5.1517.

centenas de cativos abandonassem os senhores e fossem incorporados numa companhia de mais de 400 negros, que tomou parte activa na defesa de Lisboa <sup>25</sup>. Esta foi comandada por D. Pedro Negro, embaixador do rei do Congo, feito cavaleiro da ordem de S. Tiago. O espanhol António Herrera referiu-se a esse episódio: *“Autorizaram os escravos a que, contra a vontade dos donos, fossem à guerra e, aproveitando-se disso, com enorme insolência, eles e outros apossavam-se de armas e cavalos onde os encontravam e aos próprios escravos tiravam-nos de casa dos seus donos contra vontade”* <sup>26</sup>. Depois da derrota de D. António os seus partidários dispersaram-se pelo reino e pelo estrangeiro e o próprio comandante acabou por morrer na prisão, em Castela <sup>27</sup>. Mesmo no Ultramar era hábito, por vezes, conceder a liberdade aos escravos que se comportassem com coragem em combate, como se comprova pelo episódio, relatado por Fernão Mendes Pinto, de um ataque português a uma expedição corsária nos mares da China <sup>28</sup>.

A vontade de libertar um escravo podia ser expressa no decurso normal da vida de um proprietário ou ser incluída entre as suas últimas vontades, quando redigia ou ditava o testamento. Neste último caso, porém, essa declaração não era bastante para que o cativo se tornasse livre, sendo necessário que, em resultado dela, fosse lavrada a respectiva carta num cartório notarial, do que se encarregavam os testamenteiros quando o dono falecesse. Em 1592 D. Pedro de Meneses mandou passar a carta de alforria a Rafaela, preta que sua mulher, D. Maria de Vilhena, deixara livre em testamento <sup>29</sup>.

---

<sup>25</sup> - Pêro Rodrigues Soares, *Memorial*( 1565-1628 ), p. 168 e 170 ; Pedro de Frias, *Crónica del rei D. António*, p. 241.

<sup>26</sup> - “ *Dieron licencia à los esclavos para que, sin voluntad de sus amos, fuesen à la guerra y, aprovechandose de la ocasion, con grandíssima insolencia, ellos y otros, tomavan las armas y cavallos adonde los hallavan y los mismos esclavos los sacavan de casa de sus dueños a su pesar*” ( Antonio Herrera, *Cinco libros de la historia de Portugal y conquista de la isla de Azores*, Madrid, 1591, Liv. II, p. 91-92, citado por Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires au Portugal durant l’Ancien Régime (1441-1830)*, v. II, p. 366.

<sup>27</sup> - Pêro Rodrigues Soares, Ob. cit., p. 209.

<sup>28</sup> - Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, p. 172.

<sup>29</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 20, Liv. 96, f. 14 v. – 18.1.1592.

Quatro anos depois Simão da Cunha, como testamenteiro da Condessa de Atouguia, sua prima, alforriou Catarina de Meneses, escrava índia que aquela mandara libertar <sup>30</sup>.

As declarações testamentárias podiam não individualizar os escravos que os donos queriam libertar, mas englobá-los todos numa expressão genérica, o que teria o mesmo valor e permitia aos testamenteiros concretizar essa vontade. Era o que faziam normalmente os reis e príncipes, caso de D. Maria, mulher de D. Manuel – “ *que todas minhas escravas aorren* ” <sup>31</sup> - da filha deste rei, a *Sempre Noiva* infanta D. Maria – “ *que todos os meus escravos e escravas que se acharem quando Nosso Senhor for servido de me levar pera si fiquem forros e livres* ” <sup>32</sup> - de D. Catarina, viúva de D. João III – “ *que todas as minhas escravas fiquem livres e forras, como já as tenho libertado* ” <sup>33</sup> - e do cardeal-rei D. Henrique – “ *os meus escravos que forem velhos deixo forros* ” <sup>34</sup>. Também o infante D. Luís, filho de D. Manuel, libertou os seus cativos por testamento e encarregou o rei D. João III, seu irmão, de formalizar as respectivas alforrias, o que ele cumpriu em 1556 e 1557 <sup>35</sup>.

Em certos casos eram suficientes simples declarações orais ou mesmo promessas de alforria para que a almejada carta viesse a surgir e o antigo escravo passasse a liberto, desde que as mesmas tivessem sido testemunhadas por alguém que posteriormente as confirmasse. Foi o que ocorreu com Antónia Luís, cativa baça de D. Filipa da Silva, viscondessa de Vila Nova de Cerveira. Após a morte da dona, ela afirmou que “ *a dita D. Filipa quatro ou cinco horas antes de seu falecimento dissera a Frei Baltasar Curado, seu confessor, perante [...] suas criadas, que a deixava forra* ”. Isso bastou para que, depois de ouvidas as testemunhas indicadas, a alforria lhe fosse

---

<sup>30</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 24, Liv. 112, f. 142 v. – 20.4.1596.

<sup>31</sup> - TT, Gaveta 16, Maço 2, Doc. 1 – 26.7.1516.

<sup>32</sup> - Abílio José Salgado e Anastásia Mestrinho Salgado, *O espírito das Misericórdias nos testamentos de D. Leonor e de outras mulheres da Casa de Avis*, p. 168.

<sup>33</sup> - TT, Gaveta 16, nº. 3780 – 13.12.1577.

<sup>34</sup> - TT, Gaveta 16, nº. 3781 – 29.5.1579.

<sup>35</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 5, f. 144, 146 v., 249, 258, 270 e 293 v. – 21.4.1556 a 20.2.1557.

dada <sup>36</sup>. João, escravo de Maria Rebela, conseguiu que o libertassem por afirmar que “*um mês antes da dita senhora falecer lhe foi dada carta de alforria, como pode constar de muitas testemunhas que tem, mas que o não pôs por obra por causa da peste*”. Na verdade a alforria não tinha passado de promessa, mas fora feita perante testemunhas. Como ele se via “*desemparedado e sem remédio, por ser aleijado*”, pediu que a carta lhe fosse dada, o que aconteceu realmente <sup>37</sup>. Igual sorte tiveram os irmãos André e Catarina, ambos mulatos de Margarida de Sousa. Como esta, antes de morrer, dissera muitas vezes a um irmão e a outras pessoas que “*havia de deixar os ditos escravos forros*”, o mesmo, em memória da irmã, veio a dar-lhes liberdade <sup>38</sup>.

Nem sempre o efeito das alforrias concedidas sem contrapartida era imediato. Era vulgar ser protelado durante anos, frequentemente durante toda a vida dos doadores. Ana Pires, viúva de Fanhões, no termo da cidade, libertou Diogo, preto que lhe nascera em casa, com a condição de ele a servir “*em todos os dias de sua vida tão bem [...] como costumam os bons escravos a servirem suas senhoras ou senhores*” <sup>39</sup>. Simão Gonçalves, porteiro da Relação e a mulher Isabel Gonçalves deram a alforria a Luísa e a Inês, mãe e filha, mas para ter vigor só depois da morte de ambos <sup>40</sup>.

De outras vezes o serviço dos escravos libertos estendia-se a outros familiares do doador, como sucedeu com Catarina e Isabel, a quem Beatriz da Costa deu a carta com a condição de a servirem em vida e, após a sua morte, à sua filha Antónia <sup>41</sup>. D. Catarina Pereira ordenou em testamento que Grácia servisse o seu sogro e, à morte dele, sua irmã D. Joana Pereira, ficando livre só por falecimento desta última <sup>42</sup>.

---

<sup>36</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Privilégios, Liv. 1, f. 143 – 18.5.1553.

<sup>37</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 26, Liv. 123, Doc. solto – 19.10.1599.

<sup>38</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 7, Liv. 31, f. 127 – 27.5.1578.

<sup>39</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Liv. 1, f. 16 v. – 26.2.1590.

<sup>40</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 64, f. 23 – 24.7.1584.

<sup>41</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 5, Liv. 26, f. 53 v. – 15.5.1592.

<sup>42</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Maço de Folhas soltas, f. 14 do 1º. Conjunto – 14.2.1586.

Em certos casos eram especificados os serviços que os donos ainda esperavam receber dos cativos que libertavam. E nem sempre eram encargos leves. Antónia de Vasconcelos de Andrade, viúva de António Gonçalves de Melo, deu a alforria a Salvador, nascido em Mombaça, mas com a obrigação de ele a servir, enquanto fosse viva, do seguinte modo: dar-lhe dois vinténs cada dia de semana, sempre que ela o não trouxesse ocupado, que era a importância que ele pagava em vida do marido “*desde que [...] pediu licença para ganhar*” e viver à sua própria custa; morar na casa da dona, com sua mulher, também cativa dela, a qual não poderia “*ferir nem escalavrar nem matar*”, podendo-a somente castigar quando merecesse; arrecadar e negociar a fazenda e rendas da senhora, sempre que o mandasse fazer e acompanhá-la, “*assi com a levar na cadeira como a pé*”; não sair da cidade sem sua licença; até perfazer 50 anos, mandar dizer uma missa por mês pelas almas dela e do marido no mosteiro da Trindade, onde ele estava sepultado e rezar o terço do Rosário nas mesmas ocasiões e com a mesma intenção <sup>43</sup>. Tratava-se de um escravo de ganho que, além de continuar a dar à dona parte do que auferia a trabalhar por sua conta, o que era normal e ele já fazia antes, tinha ainda que tratar dos assuntos da mesma e fazer-lhe companhia, o que provavelmente também não era novidade, mas, além disso, ter a despesa de uma missa mensal, para lhe agradecer a liberdade. Um bom negócio para a dona, que nada perdia em vida e, quando morresse, tinha quem rezasse por ela e lhe mandasse dizer missas.

O caso, já referido, do indiano António Rodrigues, mostra que havia escravos a quem os donos confiavam parte importante dos seus próprios afazeres. Aqui o cativo liberto ficava com a obrigação de tratar da cobrança das dívidas e letras da Misericórdia, “*por ser fiel nelas*” e “*por ser prático nisso e conhecer bem os mercadores*” e os irmãos retribuir-lhe-iam o trabalho com “*o que lhes bem parece[sse] pera sua*

---

<sup>43</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 6, Liv. 21, f. 31 – 28.7.1594.

*manutenção*”. Se o cativo, no entanto, viesse a ser mal tratado por alguém da instituição e tivesse vontade de pôr termo à colaboração, poderia fazê-lo, ficando então completamente forro <sup>44</sup>. No exemplo seguinte, a escrava Helena Brás, pertencente a António Álvares de Oliveira, morador no termo de Lisboa, foi liberta com a condição de tratar do senhor em caso de doença ou de ficar entrevado. Ela poderia andar por onde quisesse mas, se o dono tivesse dela necessidade “ *pera o curar e alimpar*”, mandá-la-ia chamar para esse efeito, o que fazia por não ter “ *obrigação de mulher*”, ou seja, por ser solteiro ou viúvo e não ter mulher que devesse fazê-lo <sup>45</sup>. O compromisso de Domingas Fernandes, preta crioula nascida em casa da dona, uma viúva da cidade, era mais fácil de cumprir. A mesma deu-lhe a liberdade com a obrigação de que “ *ela viv[esse] e mor[asse] sempre perto donde ela [...] vive[sse] e mor[asse], somente pelo amor que lhe t[inha] e desejar de a ver muitas vezes* ” <sup>46</sup>.

Outra viúva impôs um dever pouco comum a Francisco, de 15 anos, ao libertá-lo. Como o jovem escravo queria ir para a Índia e “ *ela também com isso folgar pelo tirar desta cidade*”, que certamente não considerava meio apropriado para ele crescer e se educar, mandou-o embarcar no galeão S. Lucas, prestes a partir para o Índico e lá viver como homem de bem. Se o não fizesse a alforria ser-lhe-ia tirada <sup>47</sup>.

O serviço a prestar antes de o cativo entrar no uso pleno da alforria tinha frequentemente uma duração limitada a um certo número de anos que, nos casos encontrados, ia de dois a dez. Isabel Lopes libertou Joana com a obrigação de servir durante dois anos o seu filho Manuel Lopes, mercador em Alfama <sup>48</sup>. Rui Gomes mandou o seu mulato Pêro Machado para S. Tomé, em companhia e à responsabilidade do arcediogo da Sé daquela ilha, seu procurador, para que ele lá trabalhasse quatro anos

---

<sup>44</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 12, Liv. 43, f. 146 – 27.5.1599.

<sup>45</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 10, Liv. 34, f. 15 – 27.6.1597.

<sup>46</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 13, Liv. 50, f. 28 – 14.6.1600.

<sup>47</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 2, Liv. 5, f. 65 – 11.12.1590.

<sup>48</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 4, Liv. 16, f. 34 v. – 13.5.1593.

e depois lhe fosse dada liberdade. O que o escravo ganhasse nesse tempo seria aplicado em novos escravos, que o arcediago devia mandar para Lisboa, ao seu constituinte <sup>49</sup>. Álvaro Vaz Porcel libertou três escravos no seu testamento, Rodrigo, Francisco e Baltasar, mas com o dever de, após a sua morte, os dois primeiros servirem o seu filho ainda cinco anos e o último, o mais novo, durante sete anos <sup>50</sup>. O cônego Sebastião da Costa, tesoureiro da Sé, determinou que os seus cativos Catarina e Baltasar ficassem forros quando morresse, mas só podendo usar da liberdade depois de servirem seis anos o seu irmão Bartolomeu da Costa, também cônego da Sé <sup>51</sup>.

O tempo de serviço de Diogo, escravo javanês de Gaspar Álvares, durou apenas o tempo de uma viagem da Índia a Lisboa. O seu dono libertou-o por carta datada de Cochim, de 1571, na condição de “ *ir com ele para o reino [...] servindo-o no mar*” e ficando forro à chegada a Portugal <sup>52</sup>.

Esse tempo, imposto aos cativos alforriados podia, em certos casos, ser relevado pelo pagamento de um valor em dinheiro. Luzia e os três filhos, escravos de Sebastião Ferreira, que faleceu em S. Tomé, foram deixados livres mas com a obrigação de servirem dez anos um seu irmão ou a viúva deste, Catarina Eanes, no caso de o marido falecer. Como isso aconteceu e ela herdou o serviço dos quatro cativos, mandou-os vir daquela ilha para cumprirem os dez anos ou, se preferissem, remirem essa obrigação pelo preço em que se ajustassem com um seu procurador <sup>53</sup>.

No caso de alforrias dadas contra o pagamento de uma quantia em dinheiro a entrada em vigor era imediata à liquidação total da importância devida. Tratava-se, na verdade, do resgate de um escravo, por ele próprio ou por alguém em seu lugar. A importância acordada era, em princípio, a correspondente ao valor comercial do cativo -

---

<sup>49</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 66, f. 150 v. – 10.1.1585.

<sup>50</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 2, Liv. 8, f. 97 v. – 10.9.1578.

<sup>51</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 10, Liv. 37, f. 112 – 17.3.1598.

<sup>52</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 1, Liv. 5, f. 119 – 19.11.1571.

<sup>53</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 11, Liv. 38, f. 30 v. – 2.4.1598.

que permitisse a sua substituição por outro, destinado a desempenhar as mesmas funções – em certos casos acrescida de alguma margem de lucro. Foi provavelmente o que se passou quando Cristóvão de Melo, do conselho do rei, aceitou o pedido de Domingos de Barros, “ *homem seu cativo*” de o libertar por 30.000 reais, “ *posto que mais valia*”. Mesmo assim o dono não deve ter ficado a perder. Recebeu logo 20.000 da mão de um indivíduo do Porto, a quem certamente o escravo os pediu emprestados <sup>54</sup>. Por 20.000 reais deram a alforria a Vitória Bernaldes as freiras do mosteiro dominicano de Nossa Senhora da Anunciada, por “ *sentirem que lhes convinha ao dito mosteiro não a terem nele, por ela ter filhos*” e por ela lhes pedir. Por isso “ *se concertaram*” com ela nesse preço, que a escrava entregou ao procurador do mosteiro <sup>55</sup>. O resgate de 30.000 reais de Maria da Cunha, natural de S. Tomé, foi entregue a Cristóvão de Bulhões, seu senhor, por Domingos da Praça, medidor de panos e morador em Lisboa, que certamente ficou credor da escrava liberta em quantia superior à emprestada <sup>56</sup>. O crédito facultado a escravos para conseguirem libertar-se era, provavelmente, um dos muitos negócios usurários de que viviam comerciantes e proprietários da cidade e de fora dela.

A alternativa ao recurso a empréstimos, certamente difíceis de liquidar por quem devia auferir baixos rendimentos, era conseguir reunir as importâncias necessárias por meio do trabalho. Isso só era possível a escravos de ganho, os que, com licença dos donos e em troca do pagamento de um rendimento combinado, trabalhassem por sua conta, nomeadamente no comércio ou em serviços. Um exemplo dessa ocorrência foi o de Luzia Fernandes, cativa do fanqueiro Baltasar Fernandes, que a trazia “ *a ganhar pela cidade e com ela tinha feito partido e concerto que lhe desse, cada um dia, dous vinténs [...] e que o mais que ela aquerisse e ganhasse fosse pera a dita Luzia*

---

<sup>54</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 20, Liv. 96, f. 23 – 29.1.1592.

<sup>55</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 16, Liv. 74, f. 119 – 19.2.1587.

<sup>56</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 3, Cx. 2, Liv. 5, f. 52 – 5.12.1590.



*Fernandes, pera ajuda de sua liberdade*”. Depois disso foi comprada por Turíblio de Leon, alfaiate, por 26.000 reais e combinou com ele trabalhar em sua casa durante seis meses e, no fim deles, dar-lhe um vintém cada dia de semana, pela sua actividade por conta própria, para se poder forrar. Poucos dias depois, no entanto, entregou-lhe 15.000 por conta da liberdade e, em 1594, mais 13.800 ( 11.000 que lhe faltavam, mais 2.600 da sisa que ele pagou e 200 que pagou ao porteiro que a arrematou ), liquidando a dívida na totalidade. O senhor deu-lhe então a alforria <sup>57</sup>. Embora não saibamos quanto tempo a escrava teve que trabalhar para juntar a quantia necessária, pode-se concluir que era possível um escravo consegui-lo através do esforço diário, desde que o dono respectivo estivesse de acordo em o libertar. E mesmo, como nos casos já referidos, que além do seu valor tivesse que pagar o juro de um usurário.

D. Joana de Andrade, moradora numa quinta do termo de Lisboa, autorizou o seu mulato Domingos da Costa a ir a S. Tomé trabalhar, prometendo-lhe a liberdade se ele lhe viesse a dar, por si, duas peças de escravos. Ele voltou em 1579, com 60 anos e “*mal disposto de ar que lhe deu*” e propôs à dona entregar-lhe dois escravos que arranjava ou, então, vendê-los e entregar-lhe 40.000 reais. A senhora aceitou a segunda proposta e deu-lhe a alforria <sup>58</sup>.

A fuga de um escravo ao dono podia também ser a porta para conseguir a liberdade, pois o receio de que, depois de recuperado, viesse a reincidir no arrojado acto levava frequentemente o senhor a entrar em acordo com ele para o alforriar, pois a alternativa seria ficar sem escravo e sem dinheiro. Casos desses foram correntes. Quando João Crisóstomo estava na Índia fugiu-lhe Luís Dias, seu “*mulato branco*”. Estando já no reino, soube que o cativo estava casado nesse território e por isso nomeou como procuradores o capitão-mor da Costa do Malabar D. Gonçalo de Abranches e um

---

<sup>57</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart.11, Cx. 6, Liv. 21, f. 17 v. – 13.7.1594.

<sup>58</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 2, Liv. 11, f. 26 v. – 8.10.1579.

seu criado para o mandarem prender e darem-lhe depois a liberdade, por preço não inferior a 100.000 reais <sup>59</sup>. O mercador Jácome Fernandes deu também ordem a um procurador para negociar a alforria de João Ribeiro, preto de Cabo Verde que lhe fugira de Lisboa e suspeitava que tivesse ido de navio para a terra de origem <sup>60</sup>.

Nem sempre eram os próprios escravos a pagar o seu valor aos donos para que os alforriassem, mas também familiares próximos. Na libertação de pequenos cativos surgiam com frequência os respectivos pais de condição livre. Era uma forma de porem termo a um cativo da sua responsabilidade, ao terem tido relações com uma escrava e também, certamente, de exercerem a sua função de pais. Foi provavelmente por isso que Gonçalo Fernandes, “ *homem da câmara da cidade*” e morador na Mouraria, propôs a Filipa Correia “ *comprar-lhe*” Isabel, de dois anos, sua filha e de Catarina, escrava indiana da mesma senhora, “ *para efeito de a forrar*”. A seguir deu-lhe a carta respectiva “ *em pró de sua consciência*” <sup>61</sup>. No caso de Isabel Nunes, nascida nos Rios da Guiné, foi o marido, o preto forro Adão Mendes, que deu à sua dona, Isabel de Bom Dia, viúva do mercador Henrique Nunes, os 20.000 reais que ela lhe pediu pela liberdade da mulher <sup>62</sup>. Mas bem mais invulgar foi o motivo da alforria de Gaspar, moço mulato de 18 anos. Estêvão Louzeiro, senhor do escravo, deu-lhe a liberdade para com o seu valor, 30.000 reais, ajudar a resgatar o pai, João Louzeiro, que estava cativo no norte de África. A importância foi dada por Catarina de Jesus, preta forra, tia e madrinha de Gaspar <sup>63</sup>. Ela, na realidade, libertou simultaneamente o seu sobrinho e o pai do respectivo dono.

As confrarias do Rosário, fossem de pretos ou mistas, desempenharam, como veremos no próximo capítulo, um papel de relevo na libertação de escravos. A que se

---

<sup>59</sup> - ADS, FN, Almada, Cx. 6, Liv. 28, f. 65 – 8.3.1613.

<sup>60</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 1, Liv. 1, f. 91 v. – 14.4.1590.

<sup>61</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 8, Liv. 41, f. 92 – 12.2.1597.

<sup>62</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 23, Liv. 110, f. 107 v. – 14.11.1595.

<sup>63</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 67, f. 52 – 24.1.1585.

constituiu no convento de S. Domingos de Lisboa, inicialmente mista de brancos e negros e posteriormente só de negros, após a cisão provocada pelos irmãos brancos, dispunha para isso de privilégio real. Esse papel foi-lhes reconhecido por D. Manuel, em resposta a uma petição dos irmãos pretos da confraria. Estes queixaram-se de que muitos senhores libertavam os seus escravos em testamento mas os herdeiros não lhes davam depois as respectivas cartas, continuando eles cativos. Dando satisfação à queixa o soberano determinou que esses libertos entrassem imediatamente no uso da nova condição, o que veio a ser confirmado por D. João III <sup>64</sup>. Os privilégios concedidos em 1526 por este rei à confraria congénere da ilha de S. Tomé, iguais aos que D. Manuel tinha dado à de Lisboa, mostram que os mordomos e irmãos desta última podiam demandar e representar em juízo, contra os donos, os escravos que fossem confrades com o fim de “ *obrigar à liberdade e alforria*” dos mesmos <sup>65</sup>. Por outro lado, os estatutos da confraria de 1565 previam a sua intervenção na libertação completa dos cativos que ficassem meios forros, por a respectiva propriedade estar repartida por mais que uma pessoa, na maioria dos casos ambos os membros de um casal <sup>66</sup> e só parte dos donos lhes ter dado liberdade. Essa intervenção podia concretizar-se em representá-los judicialmente e na obtenção das necessárias importâncias em dinheiro <sup>67</sup>. A acção desenvolvida pela confraria em favor dos escravos, com base nos privilégios conseguidos e os preconceitos dos irmãos brancos em face dos negros acabaram por levar à expulsão destes do mosteiro de S. Domingos <sup>68</sup>.

Diversos documentos provam a intervenção da confraria na alforria de cativos nas décadas de 70 e 80. Em 1574 pagou 5.000 reais pela liberdade de Leonor Fernandes,

---

<sup>64</sup> - Isaías da Rosa Pereira, “Dois compromissos de irmandades de homens pretos”, *Arqueologia e história*, 9ª. Série, v. IV, p. 20-22.

<sup>65</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana. África Ocidental*, v. I, p. 472-473.

<sup>66</sup> - A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 190-191.

<sup>67</sup> - Isaías da Rosa Pereira, Ob. Cit., p. 32.

<sup>68</sup> - Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires au Portugal durant l'Ancien Régime (1441-1830)*, v. II, p. 355-365.

preta jalofa do alfaiate Manuel Gonçalves, que aceitou esse preço por ela ser velha e ter servido a sua mulher durante muitos anos. A importância foi entregue por Francisco Carrilho, homem preto procurador da confraria <sup>69</sup>. Três anos depois estava preso no Limoeiro, “ *a petição dos mordomos de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos*” do mosteiro de S. Domingos, o ourives Álvaro Barreto, para dar conta de Luís, moço preto e forro que lhe tinha sido entregue “ *para o ter em sua casa*”, mas com a obrigação de o entregar à confraria quando lhe fosse pedido. Como o liberto desaparecera e a confraria presumia que tivesse sido vendido, pediu ao juiz do cível para embargar o ourives, com o objectivo de dar conta do dito moço. Para que este o pudesse fazer no prazo de três meses, a mesma aceitou uma fiança de 60.000 reais e pediu ao juiz que lhe levantasse o embargo <sup>70</sup>. Em 1583 o mercador João Guterres tinha consigo Pedro, de 25 anos, escravo preto pertencente a um mercador de Setúbal, que lho dera para vender na cidade, mas a confraria do Rosário, sita em S. Domingos, interpôs-se no assunto e ofereceu-se para lhe entregar 20.000 reais “ *de esmolas que para isso tinham da confraria*” pela alforria do cativo. O procurador da agremiação era António Fernandes, que lhe entregou o dinheiro e obteve a liberdade do escravo <sup>71</sup>.

Durante o ano de 1586 desenvolvia-se abertamente o conflito que levaria à expulsão da confraria dos Homens Pretos do mosteiro de S. Domingos <sup>72</sup>. Apesar disso, a 25 de Fevereiro a mesma contribuiu com 14.000 reais para a libertação de Luís Ferreira, preto e “ *mestre de armas*” pertencente ao boticário Manuel Ferreira, importância a que foi necessário juntar 24.000 para perfazer os 38.000 reais da alforria. Esta foi garantida pelo licenciado Luís Álvares, que se obrigou a pagá-la no prazo de um ano. Nessa data a confraria ainda estava “ *situada no mosteiro de S. Domingos*” da

---

<sup>69</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 1, Liv. 2, f. 108 – 22.11.1574.

<sup>70</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 5, Liv. 24, f. 157 – 1.4.1577.

<sup>71</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 12, Liv. 57, f. 158 – 16.9.1583.

<sup>72</sup> - Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires* ..., v. II, p. 359-360.

cidade <sup>73</sup>. Em Junho interveio na liberdade de Luísa de Vilhena, escrava de Manuel de Melo, morador junto ao mosteiro do Carmo, pagando por ela 14.000 reais. Os participantes da escritura, em nome da confraria, foram Luís Lopes e Diogo Fernandes, homens pretos, seus juiz e mordomo, “ *por mandado dos oficiais da mesa*” <sup>74</sup>. Não foi dito na carta onde estava a confraria do Rosário nessa data. A vizinhança do dono da escrava em relação ao mosteiro do Carmo, onde já existia a Confraria de Jesus, Maria, José dos Homens Pretos <sup>75</sup>, pode levar a admitir a hipótese da sua transferência para o mesmo.

Em 1588 foi a confraria do Rosário do mosteiro de S. Domingos de Coimbra que interveio na liberdade de Francisca Ribeira, a quem o doutor Francisco Lopes, Prior da igreja do Salvador dessa cidade, dera um escrito de alforria mas que, passados quatro anos, lho tirara e a mandara vender a Lisboa “ *enganosamente*”. Sobre isso corria demanda no juízo do cível da corte e a escrava nomeou, para esse efeito, vários procuradores, entre os quais figuraram um advogado e o mordomo e mais oficiais daquela confraria <sup>76</sup>.

Observemos as características dos 189 cativos cujas alforrias analisámos. Quanto ao sexo, verificamos que se dividiram quase igualmente entre homens e mulheres, 97 no primeiro caso e 92 no segundo. Quanto à idade, conhecemos só a de 143. Desses, as crianças até 11 anos eram 15 e os idosos com mais de 50 anos eram 9, tendo a maior parte, 119, entre 12 e 50, com predomínio para os que tinham entre 21 e esta última idade, que eram 95. Foram, por isso, os adultos em idade activa os que mais beneficiaram da concessão de liberdade, embora em 17 casos sem efeito imediato, o que fez protelar o seu usufruto para além do limite deste grupo etário. Quanto à origem

---

<sup>73</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 3, Liv. 14, f. 133 v. – 25.2.1586.

<sup>74</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 16, Liv. 72, f. 62 – 27.6.1586.

<sup>75</sup> - Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires* ..., v. II, p. 397 e 404-405.

<sup>76</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 12, Liv. 57, f. 158 – 16.9.1583.

geográfica ou características físicas, são conhecidas para 148 dos casos, sendo a maioria constituída por pretos e mulatos ( 82 ), seguida dos indianos ( 37 ), dos brancos norte-africanos ( *mouros* ), de quatro japoneses e três chineses. A parte principal coube, como era de esperar, àqueles que também tinham maior peso no efectivo de escravos da cidade.

Muitos donos preocupavam-se com o futuro dos escravos a quem davam liberdade. Isso passava-se, no entanto, só nos casos de alforrias concedidas sem contrapartida monetária, pois nas outras se considerava provavelmente que o antigo escravo dispunha de meios suficientes para se encaminhar na vida, pois os tivera para comprar a alforria. Aquela preocupação manifestava-se normalmente à morte dos senhores, nos respectivos testamentos e concretizava-se de variadas formas, como custear a aprendizagem de um ofício, tratando-se de escravos adolescentes ou mesmo crianças e de legados em dinheiro ou em propriedades. D. Joana de Melo libertou Bastião, seu “ *moço mulato* ” e ordenou aos testamenteiros que o pusessem “ *a um ofício mecânico* ” e que, quando o tivesse aprendido, lhe dessem 4.000 reais “ *para um vestido* ” <sup>77</sup>. Salvador de Gouveia mandou dar a Brás, escravo que libertou à sua morte, 80.000 reais “ *para aprender um ofício e cabedal dele* ”. Na data do testamento o cativo tinha 4 anos e 10 quando o dono faleceu <sup>78</sup>.

Outra forma de ajudar os escravos a iniciarem uma profissão era proporcionarem-lhes os meios materiais para o fazerem, opção do fidalgo Francisco Rodrigues de Góis, morador em Santa Catarina. Entre as suas últimas vontades figurava a de que fossem entregues ao seu cativo Pedro, que deixou forro, “ *dous bois para com eles ganhar sua vida* ”. Quando morreu, Francisca Brandoa, sua viúva e testamenteira, entregou-lhe “ *um boi por nome Mourisco, que traz[ia] alugado André Afonso, morador no lugar do*

---

<sup>77</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 68, f. 32 v. – 28.2.1585.

<sup>78</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 3, Liv. 16, f. 46 v. – 26.8.1586.

*Machial e outro boi por nome Redondo, que traz[ia] João Rei, morador no mesmo Machial”*<sup>79</sup>. Os donos deviam ter alguma quinta no lugar mencionado ou próxima dele e o escravo devia trabalhar aí, com o gado do dono, no cultivo das suas terras. Com os bois que recebeu poderia dedicar-se ao labor agrícola, inicialmente por conta de terceiros e, mais tarde, se viesse a ter algum êxito, por sua própria conta. Quanto a Inês Álvares, preferiu ordenar ao seu sobrinho Baltasar Machado, executor do seu testamento, que desse 150.000 reais a Domingos, seu liberto, para “*ganhar sua vida e negociar com eles*” e para que viesse a ser “*homem de bem*”, importância que só receberia “*sendo de idade e emancipado*”. Receberia também a roupa da cama em que dormia<sup>80</sup>. A rainha D. Catarina mandou dar a Margarida da Silva, que fora sua escrava, 10.000 reais “*pera ajuda de tomar sua casa*”<sup>81</sup>.

Os simples legados de importâncias em dinheiro destinavam-se ao sustento dos recém libertos ou ao início de uma actividade. Variavam, nos casos mais comuns, entre 5.000 e 20.000 reais. Este último valor mandou Lopo Mendes do Rio dar a Luísa de Aguiar e à sua filha Leonor quando as libertou<sup>82</sup>. Alexandre de Sousa legou também 20.000 reais a Luís, que trouxera da Índia, quando lhe deu alforria, “*com toda a roupa de linho e lã de [s]eu uso que em seu poder t[inha]*”<sup>83</sup>. De quantias superiores só há exemplos em casos excepcionais, como o da rainha D. Catarina, viúva de D. João III, que deixou 30.000 reais de tença anual a Luísa da Conceição, 20.000 a Apolónia de Ayala, 6.000 a Bárbara, suas escravas que deixou livres. Catarina da Silva recebeu 40.000 reais de uma só vez, Catarina de Mendonça 60.000, Margarida 30.000 e Catarina de S. Francisco 20.000 reais, pelo mesmo modo. Além dessas dádivas, cuidou da estabilidade da condição de cada uma: “*E encomendo muito que as sobreditas ou*

---

<sup>79</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 15, Liv. 71, f. 25 v. – 23.4.1586.

<sup>80</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 26, Liv. 123, f. 174 – 13.1.1600.

<sup>81</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 93, Doc. 134 – 11.10.1554.

<sup>82</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 8, Liv. 40, f. 150 v. – 7.10.1580.

<sup>83</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 7, Liv. 32, f. 6 v. – 1.6.1594.

*casem ou se recolham em alguns mosteiros o mais cedo que puder ser depois de meu falecimento*”<sup>84</sup>. Também a rainha D. Maria, mulher de D. Manuel, deixou 20.000 reais às suas escravas, mas só no caso de se casarem ou de virem a ser freiras<sup>85</sup> e o cardeal-rei D. Henrique recomendou que fossem postos em mosteiros os seus cativos que fossem velhos, aos quais mandou dar “ *seus vestidos de novo e camas*”, sendo encomendados aos respectivos prelados “ *que os trat[ass]em bem e encaminh[ass]em no caminho de sua salvação*”<sup>86</sup>.

João Fernandes, que vivia na freguesia lisboeta de Santa Justa e fora liberto pelo padre João Nunes, de Coimbra, recebia uma tença da coroa de 10.000 reais por ano, “*por descobrir ojaes que El Rei D. Sebastião tinha*” e que D. António, Prior do Crato, “*mandou enterrar no areal da ribeira de Darque*” . Veio a renunciar da tença a favor de uma freira de Odivelas, em troca de 60.000 reais<sup>87</sup>. O termo “ *ojaes*” poderia referir-se a *orjais*, que tinha o significado de campos de cevada ou de *orjo*, mas poderia facilmente ser referido a um conjunto de grãos de cevada. Sabendo-se que D. Sebastião sofria, além de outras, de doença do foro renal, que o fazia expelir pequenos cálculos<sup>88</sup>, eventualmente comparáveis a grãos de cevada, o achado do antigo escravo poderia reportar-se a isso e ele ter sido premiado pelo contributo que se pensava ter dado para a descoberta da origem dos problemas de saúde, de âmbito sexual, do jovem rei, que tanto preocupavam a corte portuguesa, pelas consequências negativas que teriam na desejada sucessão régia. A proximidade que o serviço doméstico prestado pelos criados e

---

<sup>84</sup> - *As gavetas da Torre do Tombo*, v. VI, p. 29 – 13.12.1577.

<sup>85</sup> - *As gavetas da Torre do Tombo*, v. VI, p. 107 – 26.7.1516.

<sup>86</sup> - TT, Gaveta 16, nº. 3781 – 29.5.1579.

<sup>87</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 66, f. 10 v. – 20.11.1584.

<sup>88</sup> - Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, p. 124.



escravos aos soberanos e aos donos em geral implicava permitira-lhe essa descoberta, estando ele, sem dúvida, a par dos problemas do rei <sup>89</sup>.

O legado de bens imóveis, casas e terras, que os libertos pudessem usar para neles viverem ou tirarem rendimento era outra forma de os donos ajudarem os seus libertos depois da alforria. Ana Gonçalves, de Carnide, deixou à sua cativa Domingas uma vinha com olival e umas casas térreas nesse lugar, além do móvel de casa <sup>90</sup>. D. Constança de Gusmão, camareira-mor da infanta D. Maria, deu liberdade a Domingas e aos três filhos que tinha, Francisco, João e Domingos, de 10, 5 e 3 anos, respectivamente e legou à primeira “ *umas suas casas que t[inha] além da ponte de Alcântara, onde [...] viv[ia] a dita escrava [...] para ela e para todos os seus filhos*”. O objectivo era assegurar a subsistência, pelo menos parcial, assim como o conforto da escrava e dos filhos: “ *porque quer que se agasalhe nelas ou coma os rendimentos delas com seus filhos*” <sup>91</sup>. Miguel Rodrigues, de Santa Iria, termo da cidade, deixou a Maria, que libertou por testamento, “ *uma casinha que esta[va] arriba d’adeiga grande pera ela morar*” e uma cama de roupa constituída por colchão, dois lençóis, um cobertor de papa e um travesseiro, além de 2.000 reais em dinheiro “ *pera ajuda de sua vida*” <sup>92</sup>.

Por vezes os legados eram constituídos pelos rendimentos de propriedades agrícolas e, nesse caso como noutros, de bens de raiz, nem sempre a sua propriedade era transmissível aos herdeiros dos escravos beneficiados. Isso sucedeu a Catarina Pereira, a

---

<sup>89</sup> - O episódio deve ter-se passado durante a estadia do rei em Coimbra em 1570, na qual se dedicou à caça e outras distrações nos arredores da cidade. Segundo um relato da visita, a 26 de Outubro “ *pela manhã muito cedo partiu El-Rei [...] para o monte a caçar e folgar*” ( Augusto Mendes Simões de Castro, *Notas acerca da vinda e estada de El-Rei D. Sebastião em Coimbra no ano de 1570*, p. 37; Maria Augusta Lima Cruz, Ob. cit., p. 186 ). O escravo pertencia a um padre de Coimbra e pode ter participado, como ajudante, nesses festejos. Quanto à ribeira de *Darque*, deve tratar-se de uma deturpação de outro hidrónimo - eventualmente de *Arouce* ( D’Arouce ) rio que desagua a 18 quilómetros a norte de Coimbra - quando da transcrição do documento original para o livro da Chancelaria régia. As confusões não ficaram por aqui, pois o rei foi acompanhado na visita não por D. António, mas sim pelo cardeal infante D. Henrique e por D. Duarte, filho do infante do mesmo nome ( Pinho Leal, *Portugal antigo e moderno*, v. III, p. 220).

<sup>90</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 25, Liv. 119, f. 166 v. – 30.7.1591.

<sup>91</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 7, Liv. 30, f. 27 v. – 23.12.1577.

<sup>92</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 11, Cx. 7, Liv. 25, f. 5 v. – 14.7.1595.

quem D. Pedro de Castelo Branco deixou a renda de 20 alqueires de pão, meados de trigo e cevada, impostos num casal agrícola do lugar de Pereira, freguesia da Sapataria, no termo da cidade. Esse rendimento era, no entanto, apenas vitalício, devendo voltar aos herdeiros daquele fidalgo à morte da antiga escrava <sup>93</sup>. Maria Gomes, viúva de Pedro Álvares, falecido na Índia, legou a Cezília e a Grimanesa, moças índias, “ *umas casas na rua da Cruz*”, em Lisboa, mas apenas enquanto vivessem, pois à morte de ambas ficariam ao mosteiro de S. Bento o Novo, onde a sua senhora queria ser sepultada, com obrigação de quatro missas por ano <sup>94</sup>.

Alguns dos legados a escravos implicavam contrapartidas destes, sem cujo cumprimento não teriam efeito. Os 10.000 reais que D. Joana de Melo deu “ *de esmola*” a Antónia, cativa a quem deu alforria, acarretavam-lhe a obrigação de ir durante um ano à igreja de Santo André rezar pela sua alma e pela do marido, “ *na maneira que se costuma[va]m fazer as ditas romarias*” <sup>95</sup>.

Os bens legados pelos senhores aos libertos, assim como os que eles conseguissem adquirir por si após a alforria regressavam ao antigo senhor se ele não tivesse herdeiros. Isto mostra a ligação que se mantinha entre donos e antigos escravos mesmo depois da concessão da liberdade e decorria do que se considerava ser um acto de generosidade dos primeiros para com os segundos, sem o qual eles nunca poderiam ter adquirido esses bens. Essa prática vinha do Direito romano <sup>96</sup>. Por isso, quando Inês Álvares libertou Domingos e lhe mandou dar 150.000 reais para início de vida, estabeleceu a condição de que, se morresse sem filhos, esse dinheiro ficaria para um sobrinho dela <sup>97</sup>. Cristóvão de Melo, do conselho régio, fez mencionar na carta da alforria de Domingos de Barros, seu escravo: “ *sendo caso que o dito [...] tenha*

---

<sup>93</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 12, Liv. 55, f. 85 – 23.4.1583.

<sup>94</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 11, Liv. 51, f. 63 v. – 27.10.1582.

<sup>95</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 68, f. 32 v. – 28.2.1585.

<sup>96</sup> - Henri Wallon, *Histoire de l'esclavage dans l'Antiquité*, p. 590-591.

<sup>97</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 26, Liv. 123, f. 174 – 13.1.1600.

*fazenda ele senhor não desiste da herança que lhe pertencer por morte do dito Domingos*”<sup>98</sup>. O mercador de panos Francisco Fernandes libertou Filipa, sua escrava, que se veio a casar com Martim Lopes, cativo de um confeitoiro. Como a escrava veio a morrer sem filhos, e ele se considerava seu herdeiro, “*por a forrar livremente, sem nenhum interesse*”, fez então doação ao viúvo da liberta de todos os bens da mesma, “*assim dinheiro, ouro e prata*”, para ajuda da sua alforria e para poder pagar as dívidas da mulher<sup>99</sup>.

Só o rei, fazendo uso do poder soberano, podia dispensar um liberto das obrigações para com o patrono e, naturalmente, fazia-o em muito poucos casos. Um exemplo desse uso foi a concessão de D. João III ao seu bobo João de Sá, antigo escravo que libertara e fizera cavaleiro da sua casa. Como o liberto não tinha filhos, os antigos senhores poderiam vir a apossar-se do que era seu, ao que o rei pôs cobro usando da sua “*certa ciência, poder real e absoluto*”, dispensando-o de ficar sujeito ao “*patronado*” de alguém, quer quanto à sua sucessão quer às coisas ou obras que, a título de “*obséquio reverencial*”, era costume os forros deverem aos antigos senhores, assim como também de a alforria lhe poder ser anulada por ingratidão. O liberto era assim transformado em homem livre. A expressão usada - “*tiro dele toda a espécie de cativo*” – fazia-o ultrapassar a etapa intermédia entre a escravidão e a liberdade, como se tivesse nascido de “*pai, mãe e avós livres*” e apagando quaisquer consequências negativas da sua origem<sup>100</sup>.

A alforria era, portanto, teoricamente reversível, com excepção da que era dada em troca do seu valor monetário, comprada pelo escravo ou por alguém em seu lugar

---

<sup>98</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 20, Liv. 96, f. 23 – 29.1.1592.

<sup>99</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 16, Liv. 75, f. 142 v. – 20.4.1587.

<sup>100</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 29, f. 42 – 16.6.1547.

<sup>101</sup>. Nos casos de alforrias dadas gratuitamente eram frequentemente incluídas nas cartas algumas condições genéricas cujo incumprimento pelo liberto acarretaria o seu regresso ao cativoiro <sup>102</sup>.

As próprias *Ordenações* estipulavam a possibilidade de a alforria ser anulada devido a ingratidão do liberto para com o antigo senhor e descreviam as situações em que tal poderia ocorrer, à semelhança de qualquer doação: - ter com ele qualquer atitude, por palavras ou actos, que mostrassem essa ingratidão, como injuriando-o em público ou em juízo; - não o socorrer em caso de fome ou cativoiro, tendo meios para o fazer; - ferindo-o com pau, pedra ou ferro ou pondo-lhe as mãos “*sanhudamente*” para o desonrar; - se por algum negócio o prejudicasse gravemente; - se não cumprisse alguma obrigação assumida ao receber a doação e como condição dela <sup>103</sup>. Nesta última cláusula se podem incluir as condições da liberdade de Luísa e Inês, mãe e filha, impostas por Simão Gonçalves, porteiro da Relação e seu senhor, ao dar-lhes alforria: “*sendo caso que se casem sem sua licença e vontade ou desobedeçam a ele [...] ou à sua mulher, ou sejam ingratos*” <sup>104</sup>. E também a de Domingas Gonçalves, dada pela sua dona Ana Gonçalves: “*com tal condição que ela seja boa mulher e viva bem*”. Em caso contrário ficaria para a sobrinha da sua senhora <sup>105</sup>. Condições tão genéricas como estas, cujo cumprimento era passível de uma apreciação muito subjectiva, punham a liberdade dos antigos escravos nas mãos dos herdeiros ou testamenteiros dos senhores, tornando-a precária. Mas na prática a anulação da alforria foi uma ocorrência relativamente rara, de que não restaram muitos testemunhos <sup>106</sup>.

---

<sup>101</sup> - Era também essa a prática na escravatura romana ( Henri Wallon, *Histoire de l'esclavage dans l'Antiquité*, p. 587 ).

<sup>102</sup> - Para os romanos os deveres dos libertos traduziam-se na deferência – *obsequium* – e na assistência – *officium* ( Henri Wallon, Ob. cit., p. 586 ).

<sup>103</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv. IV, Tít. 55, p. 131-135.

<sup>104</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 14, Liv. 64, p. 23 – 24.7.1584.

<sup>105</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 25, Liv. 119, f. 166 v. – 30.7.1591.

<sup>106</sup> - Para Évora encontrámos alguns casos de anulação ( Jorge Fonseca, *Os escravos em Évora no século XVI*, p. 115-116 ), mas não para Lisboa.

Mais vulgar era surgirem divergências entre donos e cativos a propósito da liberdade destes, nomeadamente quando os escravos se consideravam defraudados do que entendiam como seu direito. Em muitos desses casos acusavam os antigos donos à justiça e nomeavam procuradores, por vezes negros forros, outras vezes advogados ou outras pessoas, para os defenderem em tribunal. As confrarias do Rosário, fossem de Homens Pretos ou mistas, intervinham também nesses pleitos a favor dos escravos, como foi referido. O mesmo se passava da parte dos senhores <sup>107</sup>. Em 1535 estava preso em Lisboa Vicente Lopes, negro que o antigo dono demandara como seu cativo e que a justiça decidira dever continuar escravo. A Misericórdia da cidade, por sua vez, requereu judicialmente o dono pela despesa que tinha feito com o escravo enquanto ele estivera na cadeia. Sobre isto o rei veio a decidir que, não querendo o senhor pagar a despesa, o escravo se vendesse e com o seu valor fosse paga a Misericórdia, sendo o excedente entregue ao dono <sup>108</sup>.

Mesmo nos casos de alforrias definitivas e pacificamente aceites, o simples facto de ser um antigo escravo colocava o liberto em posição de fragilidade. O único caso que conhecemos de escravidão por dívidas no Portugal moderno, já mais atrás referido, o comprova. Quando o negro Bastião, antigo cativo do correio-mor Luís Homem, atropelou com um cavalo uma moça numa rua da cidade, quebrando-lhe uma perna e aleijando-a para sempre, foi condenado a indemnizar a mesma. Se não conseguisse pagar os vinte cruzados, mais as custas do processo, seria entregue ao pai da vítima, que o poderia trazer, “ *preso ou solto [...] como seu cativo* ” até que ganhasse o suficiente para perfazer a quantia em dívida <sup>109</sup>. Ora, não é provável que essa condenação lhe fosse imposta sendo um homem branco e livre. Se assim foi, como pensamos, a justiça régia considerou não ser demasiado grave voltar a reduzir ao cativo quem já fora escravo.

---

<sup>107</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 233, f. 109 – 23.6.1597.

<sup>108</sup> - Biblioteca Pública de Évora, Cód. CV / 2 – 11, f. 180 v. – 24.5.1535.

<sup>109</sup> - BPE, Cód. CV / 2 – 11, f. 226 – 28.5.1536.

Também aconteceu negros livres serem confundidos com escravos fugidos. Foi o que se passou com Maria, “ *mulatinha*” de 10 a 11 anos da vila da Castanheira, que “*fora presa por fugida sendo livre*”. Acabaria por ser levada pelos seus companheiros de prisão quando estes se evadiram, o que agravou a sua situação legal. A sua libertação do injusto cativeiro – originado na cor e preconceitos a ela associados – veio a ser promovida pela Misericórdia daquela localidade <sup>110</sup>.

Henri Wallon, ao estudar a concessão de liberdade pelos senhores romanos aos escravos, concluiu que esta prática não foi uma via para o fim da escravidão mas, antes, um escape para escoamento do excedente de cativos numa época demasiado abundante deles e uma forma de os renovar, indo os libertos constituir, dada a sua integração no sistema, um factor do seu reforço <sup>111</sup>. Poder-se-á aplicar esta conclusão a Portugal? Vejamos. A época que estudamos, o século XVI, foi provavelmente aquela em que existiu maior quantidade de escravos no país. Na inexistência de estatísticas para o século XV e para os séculos XVII e XVIII, esta afirmação só pode ter por base indícios sempre passíveis de discussão. Conhece-se a contagem de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, já muitas vezes aqui referida, que atribuiu a Lisboa 9.500 escravos em 1551, numa população de 100.000 pessoas, o que perfazia 9,5 % da mesma <sup>112</sup>, número que poderá ser ampliado até 11.741 cativos num total de 118.000 indivíduos, se considerarmos excluídos dos primeiros as crianças com menos que 7 anos. As restantes indicações não são dignas de crédito, sendo dadas por estrangeiros de passagem por Lisboa, certamente baseados em referências de ocasião <sup>113</sup>. Acontece que, em estudo sobre a população escrava no sul de Portugal com base em registos de baptismos, concluímos que a mesma deve ter diminuído, ao longo do século XVII, para cerca de

---

<sup>110</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 8, f. 272 v. – 5.11.1597.

<sup>111</sup> - Henri Wallon, *Histoire de l'esclavage dans l'Antiquité*, p. 606.

<sup>112</sup> - Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário*, p. 84.

<sup>113</sup> - Como a do flamengo Jan Tacoen, que em 1513 atribuiu a Lisboa 10 ou 12.000 “ *mouros*”, designação que deu a todos os indivíduos de cor ( *De Jeruzalemreis ...*, p. 9 )

metade do que era na centúria anterior <sup>114</sup>. Quanto ao século XVIII, embora existam opiniões contrárias <sup>115</sup>, é difícil qualquer atribuição segura pois os dados existentes ou são fundados em estudos muito parcelares ou resultam de meras impressões de visitantes da capital. Mas não parece inverosímil que a tendência para o decréscimo tivesse continuado. Se isso ocorreu efectivamente terá resultado da enorme procura de mão-de-obra escrava pelos territórios americanos e da vontade dos traficantes e autoridades em canalizarem para aí as levas de cativos, onde atingiam preços mais elevados, em prejuízo das importações pelo reino.

A ter-se verificado uma diminuição do número de escravos no país a partir de Quinhentos em resultado da baixa das importações, a reprodução do seu efectivo ficou dependente, em boa parte, da reprodução natural das escravas que viviam dentro das suas fronteiras. Ora, nessas condições, a prática generalizada da alforria acabaria por afectar o número de cativos disponíveis, enfraquecendo esse modelo de relações de produção. Não sendo, como na antiga Roma, a mão-de-obra escrava superabundante, a alforria fez certamente mais do que renovar o efectivo. Quanto ao papel dos libertos como factor de reforço da escravidão, embora se conheçam casos de antigos escravos que se tornaram donos de cativos <sup>116</sup>, foram raros, ao contrário do que se passou entre os romanos, não podendo afectar favoravelmente o regime escravista.

Podemos pois, segundo julgamos, incluir a prática da alforria – em muitos casos resultante do facto desses libertos serem filhos não assumidos dos próprios donos e, noutros, do reconhecimento, embora tardio, da sua injustiça e imoralidade – entre as

---

<sup>114</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, p. 28.

<sup>115</sup> - Didier Lahon, “Os escravos negros em Portugal”, *Os negros em Portugal. Séculos XV a XIX*, p. 72; “Eslavage, confréries noires, sainteté noires et pureté de sang au Portugal ( XVI.e- XVIII.e siècles )”, *Lusitania sacra*, nº. 15, p. 120.

<sup>116</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 278, f. 17 – 8.2.1594.

contradições inerentes ao próprio sistema que, a mais longo prazo, acabariam por comprometer a sua manutenção.



## 9 – Os libertos e os seus descendentes

### 9.1 – *Demografia e função socioeconómica*

Quem conseguisse, através da carta de liberdade, ultrapassar o estatuto de cativo, ia incorporar-se na população livre, embora numa posição de alguma dependência do antigo dono e que tinha um carácter reversível, como vimos. As condições mais ou menos favoráveis com que os libertos ingressavam na nova situação dependiam, em grande parte, quer das suas características pessoais quer do apoio desses antigos senhores. Quem tivesse saúde e dinamismo e estivesse habilitado com o conhecimento e a prática de um ofício ou outra actividade profissional tinha condições para progredir na vida e começar a apagar a mancha que, no plano da consideração social, impendia sobre os antigos escravos. Acabaria por ser olhado e referido apenas como *homem preto*, *índio* ou *mouro* que exercia certa profissão e desfrutar de alguma complacência e aceitação. O inverso sucederia a quem não dispusesse de uma coisa nem de outra. A breve prazo as circunstâncias económicas e sociais encarregar-se-iam de o remeter para condições provavelmente piores que as de cativo, vítima da miséria, da doença e do desprezo. Os descendentes dos primeiros prosseguiriam o caminho encetado pelo antepassado e, algumas gerações depois, após sucessivos cruzamentos com indivíduos brancos, já poucos reparariam nos vestígios africanos que ainda exibiam - no caso de indianos e mouros, nem isso - acabando por se diluir na massa do povo.

É sobre esse grupo de pessoas, já livres da escravidão mas ainda identificáveis - pela sociedade e pelas fontes históricas de que nos servimos - através da sua cor ou

outras características físicas, como provenientes daquela matriz, que nos debruçaremos a seguir.

Em termos quantitativos recorreremos à única fonte capaz de fornecer uma imagem global da população de cor <sup>1</sup> da cidade de Lisboa: o registo das pessoas colectadas pelo subsídio extraordinário de 100.000 cruzados aprovado nas cortes de 1562-63, para cobrir as carências da coroa em termos financeiros <sup>2</sup>. Do seu lançamento, em 1565, resultou o registo completo da população da cidade abrangida pelo imposto, que incluiu, como era inevitável, a parte da população que nos interessa, enumerada de forma que nos permite a sua abordagem não só quantitativa mas também profissional.

Foi isento do subsídio um conjunto numeroso de indivíduos, constituído nomeadamente pelos fidalgos da casa real, clérigos regulares e seculares, os desembargadores das casas da Suplicação e do Cível e mais alguns oficiais régios. No total deviam rondar umas 5.000 pessoas <sup>3</sup>. Com 14.935 abrangidas pelo *Lançamento* seriam cerca de 20.000 moradores a habitar Lisboa – correspondentes a umas 100.000 pessoas, se lhes acrescentarmos os respectivos agregados familiares <sup>4</sup> - dos quais **327**, de acordo com a nossa fonte, eram pessoas de cor ( constituindo **2,18 %** do total ) e correspondendo a 1.635 indivíduos. Em termos de cor e origem geográfica, a maioria,

---

<sup>1</sup> - No conceito *população de cor*, obviamente relativo, englobámos, além dos negros, os indianos, os mouros e outros indivíduos de ascendência não europeia, mesmo tendo em conta que os que eram provenientes do norte de África, de Granada ou do império turco eram frequentemente tão brancos como os portugueses. Trata-se, sobretudo, de uma expressão destinada a referir os descendentes dos antigos escravos vindos de fora para o reino.

<sup>2</sup> - *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a El Rei nosso senhor o ano de 1565*, editado em Lisboa, Câmara Municipal, 1947-1948; António Borges Coelho, “ Minorias étnicas e religiosas em Portugal no século XVI”, *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*, p. 155-182.

<sup>3</sup> - Este número, inevitavelmente aproximado, resulta da soma de 1.702 clérigos ( frades, freiras, cónegos e beneficiados e clérigos extravagantes ) referidos por Cristóvão Rodrigues de Oliveira no *Sumário...* (1551), p. 80, 2.427 fidalgos da casa real no reinado de D. João III ( João Cordeiro Pereira, “ A estrutura social e o seu devir”, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, p. 295-296 ), 86 oficiais superiores privilegiados pelas *Ordenações manuelinas* ( Liv. 2, Tít. 43, p. 218 da edição referida ) e enumerados no *Sumário* de Oliveira, p. 83-84, 270 órfãos isentos por alvará régio, descritos no v. IV da fonte, atingindo tudo 4.485 pessoas, a que se deverão acrescentar os restantes isentos ( cavaleiros e escudeiros com cavalo e armas, doutores, licenciados e bacharéis formados pelos Estudos Gerais e mais uns tantos de impossível avaliação, tanto mais que só contariam, para este efeito, os residentes em Lisboa ).

<sup>4</sup> - Utilizando o multiplicador 5 para a conversão dos fogos ou moradores em pessoas individuais ( João José Alves Dias, “ A população”, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, p. 18 e 23 ).

259, eram pretos e mulatos, mas havia 34 *mouriscos*, brancos com origem norte-africana ou granadina<sup>5</sup>, 27 indianos, 6 *africanos*, certamente do norte desse continente<sup>6</sup> e 1 chinês. A estes haveria que acrescentar os que, embora sendo descendentes de escravos, sobretudo de indianos e mouros, já tinham perdido as características físicas que poderiam permitir aos lançadores do imposto distingui-los entre a restante população. Era essa a tendência normal da população mista, com o passar do tempo ser absorvida no conjunto do povo. Por isso, a consideração deste grupo é sempre um pouco arbitrária, por ter limites pouco definidos. O que para um lançador podia ser um mulato ou indiano claro, para outro podia ser um branco escuro.

Além dos descendentes de cativos, uma reduzida minoria de negros e indianos habitava também a cidade. A sua presença era fruto das tentativas de afirmação internacional da coroa portuguesa pela via diplomática, que levaram ao estabelecimento de relações amistosas com alguns estados africanos e asiáticos. A vinda de membros das elites políticas desses países, nomeadamente para estudar e contactar com os costumes portugueses – de modo a poderem constituir-se em agentes do expansionismo cultural, religioso e político lusitanos - fez reunir em Lisboa um pequeno grupo de pessoas de cor sem origem escrava. Um dos objectivos dessa política era formar um clero católico com elementos autóctones, que servissem de base à expansão do Cristianismo nos respectivos países. Um breve papal de 1518 autorizou o capelão real a ordenar “*etíopes, indianos e africanos*” a quem fossem reconhecidas condições culturais e morais para o sacerdócio<sup>7</sup>. A esse desígnio estiveram associados os mosteiros de Santo Elói e de Xabregas, em Lisboa, da ordem de S. João Evangelista, onde foram acolhidos e

---

<sup>5</sup> - Isabel Drumond Braga chamou a atenção para a possível origem de muitos mouros e mouriscos residentes em Portugal na fome que, em 1520-1521, atingiu as regiões de Azamor e Safim, levando muitos habitantes a emigrar ou a serem vendidos ( Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Mouriscos e cristãos no Portugal quinhentista*, p. 49-50 ).

<sup>6</sup> - O termo era aplicado na época aos norte-africanos; TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 11.646, f. 1 – 14.10.1553.

<sup>7</sup> - Charles R. Boxer, *A Igreja e a expansão ibérica ( 1440-1770 )*, p. 16.

instruídos jovens enviados de Além-Mar, entre eles D. Henrique, filho do rei do Congo D. Afonso, que chegou a bispo titular de Útica <sup>8</sup>. São reflexos dessa prática a ordem de D. Manuel para ser dado um fato completo a António da Costa, “ *índio que aprend[ia] no estudo* ” <sup>9</sup> e também a D. Francisco, a Francisco da Cunha, a Pêro Rodrigues – que estava em Santo Elói – assim como a António Fernandes, “ *de Manicongo* ”. Cada um destes deveria receber “ *um vestido [...] pera o mar, porquanto se [ iam] pera sua terra* ” <sup>10</sup>. Em 1543 faleceu em Santa Cruz do Castelo “ *D. Manuel, primo del Rei do Congo* ” e foi sepultado no mosteiro de Santo Elói, sendo seu testamenteiro o filho D. João Manuel <sup>11</sup>. João de Barros referiu-se a quatro chefes do Malabar alojados em Santo Elói por ordem de D. João III, para aí estudarem <sup>12</sup>. Um processo inquisitorial de 1556 menciona Pêro de Meneses, mourisco forro “ *que aprendia em Coimbra por mandado del Rei* ” <sup>13</sup>. Já no reinado de D. João II, em 1493, tinham sido dados fatos completos a *Dom Pedro, que veio de Manicongo* ” e “ *a três negros seus* ” <sup>14</sup>, o que mostra que se tratava de um dignitário congolês servido por criados ou escravos com a mesma origem.

A dispersão pela cidade dos descendentes de escravos não era uniforme. Voltando aos dados fornecidos pelo lançamento do subsídio de 1565, verifica-se que eles eram em maior número nas freguesias de características mais populares, como o Loreto (Bairro Alto ), S. Bartolomeu, Santa Catarina, Santa Cruz ( Castelo ), S. Cristóvão, S. João da Praça, S. Miguel e S. Pedro ( Alfama ), S. Lourenço, S. Mamede, S. Martinho, S. Vicente e a Sé e quase inexistentes nas paróquias da baixa mercantil situadas entre o Terreiro do Paço e o Rossio, como a Madalena, S. Gião e S. Nicolau. Santa Justa, pela sua extensão, incluía zonas com características mais populares, com abundância de

---

<sup>8</sup> - Pedro Vilas Boas Tavares, “ Lóios”, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, v. III, p. 154.

<sup>9</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 18, Doc. 72 – 23.8.1515.

<sup>10</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 20, Doc. 90 – 30.8.1516.

<sup>11</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia de Santa Cruz do Castelo*, p. 228 – 15.10.1543.

<sup>12</sup> - Citado por Charles R. Boxer, *A Igreja e a expansão ibérica ( 1440-1770 )*, p. 16.

<sup>13</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc°. 1588, f. 8 – 28.8.1556.

<sup>14</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 2, Doc. 34 – 19.7.1493.

negros, como a Mouraria e outras mais elitistas, já integradas na baixa. Alguns dos topónimos usados evocavam uma origem africana, casos da *rua do Mocambo* <sup>15</sup>, na freguesia dos Mártires (na Esperança e Madragoa actuais) habitada por barqueiros, pescadores e trabalhadores e a *calçada do Congro* ou *do Congo* <sup>16</sup>, como também é referida, na de Santa Catarina. Na freguesia de S. Gião havia uma *rua do Salvagem*, termo usado com o significado de selvagem <sup>17</sup>.

Esses negros, indianos e mouros incorporavam-se, na sua grande maioria, na sociedade através do desempenho de uma actividade económica. Os lançadores do subsídio mencionaram as ocupações de muitas das pessoas de cor, assim como, inevitavelmente, o rendimento que lhes foi atribuído para efeito da colecta. Mesmo não sendo exaustiva, a esse propósito, esta fonte revela as linhas gerais da inserção dos libertos e seus descendentes na economia.

---

<sup>15</sup> - *Livro do lançamento ...*, v. II, p. 255. Segundo Rafael Bluteau, no *Vocabulário português e latino* (1716), o *Mocambo* tinha sido, em época mais antiga, uma zona ocupada por casinhas de pescadores e de negros (Eduardo Sucena, “Mocambo”, *Dicionário da história de Lisboa*, p. 584). Como se sabe, era também essa a designação dada nos territórios portugueses ultramarinos às comunidades de negros fugidos.

<sup>16</sup> - *Livro do lançamento ...*, v. III, p. 29. A referência à calçada *do Congo* ou *do Congro* vem no liv. 1 de Mistos da paróquia de Santa Catarina, f. 1 e 1 v., no ano de 1595. Esta via é actualmente chamada calçada do *Combro*. O nome original podia referir-se ao grande número de africanos que ali viviam, o que tinha razão de ser ou à morada de algum mercador com o apelido *do Congo*, que nesse país tivesse feito fortuna, inevitavelmente a traficar em escravos. Viveram na cidade no século XVI mercadores que acrescentaram ao nome próprio e ao primeiro apelido, um segundo de origem geográfica, como *do Brasil*, *da Índia*, *do México*, *de S. Tomé*, *de Tânger* e outros semelhantes.

<sup>17</sup> - *Livro do lançamento ...*, p. 318. Em 1594 foi baptizado em Santa Catarina “António, negro salvagem” (TT, FP, Lisboa, Santa Catarina, Liv. 2 de Baptismos, f. 22 v. – 20.3.1594).

### Pessoas de cor incluídas no Lançamento de 1565

Actividade/ condição	Cor / Origem geográfica	Homens	Mulheres	Avaliação (em reais )	Valor a pagar(reais)
Alfaiates	2 índios, 1 mulato, 1 índio, 1 preto	5		- ; - ; -3.000;40.000	16;16;16 21;280
Caiadeira	preta		1	-	16
Carpinteiro	preto	1		-	16
Colchoeiro	preto	1		30.000	210
Criados	1 índio, 1 preto	2		- ; 3.000	16 ; 21
“ <i>Esgrimidor</i> ”	preto	1		-	16
Feitor da sisa das carnes	pardo	1		5.000	35
Forneiras	1 parda, 1 preto		2	- ; 3.000	16 ; 21
Lavadeiras	pretas		10	-(9);3.000(1)	16;21
Marisqueira	preta		1	-	16
Medideira do Terreiro	baça		1	-	16
Mestre de dança	preto	1		30.000	21
Ourives	índio	1		5.000	35
Padeira	mourisca		1	-	16
Pedreiro	preto	1		4.000	28
Pescadores	pretos	2		5.000;20.000	35;140
Ribeirinhos	índios	2		3.000;8.000	21;56
Sapateiro	africano	1		10.000	70
Serralheiro	preto	1		30.000	210
Solicitador	mulato	1		23.000	161
Tendeiro	índio	1		4.000	28
Trabalhador	pardo	1		-	16
Vendedores	1 mulato, 1 parda, 1 preto, 1 china, 2 pretas	3	3	40.000;4.000 20.000;5.000; - ; -	280;28 140;35 16;16
Vinhateiro	preto	1		-	16
Donos de casas, pelas quais pagam	1 africana, 1 mulato, 1 parda e 3 pretas	1	5	3.000;80.000;20.000 60.000;40.000, 10.000	21;560;140 420;280;70
Indiscriminados braçais	159 pretos, 15 mulatos, 27 mouriscos, 14 índios, 1 afric°.	52	164	-	16
Indiscriminados c/ rendimento	36 pretos, 9 mul., 6 mour., 5 índios, 3 afric.	26	33	1 c/ 300.000; 1 c/ 70.000; 1 c/ 50.000; 3 c/ 40.000; 10 c/ 20.000; 3 c/ 15.000; 1 c/ 12.000; 4 c/ 10.000; 2 c/ 6.000; 5 c/ 5.000; 4 c/ 4.000; 24 c/ 3.000	2.100;465;350; 280;160;105; 84;70;42;35; 28;21
<b>Total</b>		<b>106</b>	<b>221</b>		<b>/ 327</b>

O regimento da contribuição determinou que não seria atribuído rendimento a quem não dispusesse de bens de valor igual ou superior a 2.500 reais, sendo essas pessoas colectadas na importância mínima de 16 reais, a título de *braçagem* <sup>18</sup>. Ora a primeira constatação a que se chega é a de que a maioria das pessoas de cor eram trabalhadores “*braçais*”, que operavam nas actividades mais modestas e pesadas. Eram 240 dos 327 enumerados, 73 %. Desses, só de 24 conhecemos a actividade concreta que desempenhavam, pois dos restantes 216 sabemos apenas que se situavam nesse escalão inferior por serem designados como “ *braçais*” e pagarem 16 reais, sendo provavelmente trabalhadores indiscriminados, que se ocupavam de quaisquer tarefas de que pudessem obter rendimento. Entre os restantes havia *artesãos* – como três alfaiates, um carpinteiro, uma caiadeira e uma padeira – *vendedores de rua* – como uma marisqueira – *prestadores de serviços* – como criados, uma medideira do Terreiro do Trigo, uma caiadeira e até um esgrimista, Bastião Mendes <sup>19</sup> – e *trabalhadores da agricultura* – como um vinhateiro.

Acima desse escalão apareciam, como se observa no quadro, profissões diversas dos sectores artesanal, comercial, de serviços e mesmo da pesca, com algum destaque para os alfaiates, os criados, os estivadores ( “ *ribeirinhos*” ), lavadeiras de roupa, forneiras, pescadores e vendedores dos dois sexos. Entre estes incluíam-se vendedores de lenha, de sardinha, de vinho e António Pereira, “ *china que vend[ia] à*

---

<sup>18</sup> - *Livro do lançamento*, v. I, p. 9.

<sup>19</sup> - A destreza no uso das armas, como a esgrima, era característica dos negros mesmo fora de Portugal, havendo representações artísticas dessa actividade ( Kate Lowe, “ The stereotyping of black africans in Renaissance Europe”, *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 33-34 ). No caso presente, este “*preto esgrimidor*” ( *Livro do lançamento*, v. III, p. 349 ) era provavelmente professor de esgrima. Em 1586 o preto de um boticário da cidade era “ *mestre de armas*”, como já foi referido ( TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 3, Liv. 14, f. 133 v. – 25.2.1586 ). Gaspar Frutuoso mencionou, nas *Saudades da terra*, uma escola de esgrima nos Açores, na década de 1580, a cargo de Mestre Pedro, preto de um capitão ( Kate Lowe, Ob. cit, p. 33 ). No início de Seiscentos, Jerónimo de Brito, escravo mulato de um deputado da Inquisição, era “ *mestre de armas*” em Madrid, para onde tinha fugido ( ADE, FN, Évora, Liv. 361, f. 52 v. – 9.4.1615.

porta”, junto à torre de S. Pedro <sup>20</sup>. Nos serviços destacava-se Francisco de Sousa, “homem preto que ensina[va] a dançar”, morador no Beco da Cortesia <sup>21</sup>. Esta era, tal como a música, também uma actividade para que os negros pareciam vocacionados, sendo mencionada pelo italiano anónimo autor do *Retrato e reverso do reino de Portugal* <sup>22</sup>. Entre os criados havia um “de D. Aleixo” e outro do duque de Aveiro.

Alguns dos negros aparentavam um nível de vida desafogado, pois o imposto que lhes foi atribuído incidia sobre os rendimentos de casas que possuíam. Estavam neste grupo Isabel Fernandes, “parda que t[inha] o seu marido no Cabo Verde” <sup>23</sup>, Violante Fernandes, “preta da Mina, em casas suas” (avaliada em 60.000 reais) <sup>24</sup>, Jorge Fernandes, mulato que estava em S. Tomé (avaliado em 80.000 reais, um dos valores mais altos) <sup>25</sup> e uma “preta de Santos” <sup>26</sup>. O rendimento mais elevado de todos era, porém, o de Pedro Aires, pardo, avaliado em 300.000 reais – o dobro do mercador de escravos Luís Mendes, de 150.000 reais <sup>27</sup> - e que pagou 2.100 <sup>28</sup>. De quem se trataria? Não sabemos, mas podia ser um misto, filho de algum mercador branco enriquecido no comércio do Ultramar e de uma negra ou mesmo escrava. Uma procuração dada em Lisboa em 1575 mostra que uma viúva preta, Francisca de Amaral, era dona de diversos bens em S. Tomé, incluindo escravos e escravas. Para os recolher nomeou o mareante Domingos Dinis <sup>29</sup>.

O mesmo se passaria com indianos e mouriscos de origem norte-africana. Um caso de relativo sucesso económico e social foi o do mourisco e antigo escravo António

---

<sup>20</sup> - *Livro do lançamento*, v. IV, p. 75.

<sup>21</sup> - *Idem*, v. II, p. 183.

<sup>22</sup> - “Retrato e reverso do reino de Portugal”, A. H. de Oliveira Marques, *Portugal quinhentista*, p. 240-241.

<sup>23</sup> - *Livro do lançamento*, v. IV, p. 60.

<sup>24</sup> - *Idem*, v. III, p. 266.

<sup>25</sup> - *Idem*, v. I, p. 81.

<sup>26</sup> - *Idem*, v. II, p. 181.

<sup>27</sup> - *Idem*, v. I, p. 156.

<sup>28</sup> - *Idem*, v. IV, p. 275.

<sup>29</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 1, Liv. 3, f. 47 v. – 23.12.1575.



Alberto, que voltaremos a referir. Nascido em Fez e cativado por portugueses, veio, já em Lisboa, a comprar a alforria ao senhor, passando a viver como comerciante de vinhos e dono de uma taberna e estalagem. Foi mordomo da confraria de S. João, da comunidade de mouriscos, que tinha ajudado a fundar. Quando a Inquisição o prendeu, era arrendatário de uma quinta, preparava-se para adquirir uma fazenda e era credor de vários indivíduos. Como afirmou, “ *sabia ler letra redonda e fazer o seu sinal*” <sup>30</sup>. Antónia de Ataíde, índia e antiga escrava, recebia 8.000 reais de tença anual pagos pelos frades do mosteiro de Nossa Senhora da Graça, a qual lhe fora deixada pela antiga senhora, D. Joana de Melo <sup>31</sup>.

Se, para além das pessoas referidas no Lançamento, atendermos às mencionadas noutras fontes <sup>32</sup>, reuniremos o seguinte grupo de profissionais e pessoas de cor moradores de Lisboa:

---

<sup>30</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 10.837, f. 27 – 20.11.1554.

<sup>31</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 275, f. 73 – 27.4.1593.

<sup>32</sup> - Fontes paroquiais, notariais, Chancelaria régia e Corpo cronológico da Torre do Tombo.

### Pessoas de cor referidas em fontes diversas

Actividade/condição	Cor/origem geográfica	Homens	Mulheres
Alfaiates	1 índio,1 baço,1 pardo	3	
Alfaiates ( obreiros )	pretos	2	
Barbeiro	baço	1	
Barqueiro	pardo	1	
Barqueiros (companheiros)	3 pretos,1 mulato,1 índio	4	
Cabouqueiro	preto	1	
Caminheiro	preto	1	
Charamela ( músico )	preto	1	
Cirieiro	preto	1	
Conserveira	baça		1
Cordoeiro	preto	1	
Cozinheiros	índios	2	
Criadas	1 baça,1 mourisca,2 pretas		4
Criados do Paço	3 pretos,1 índio,1 mulato,1 mourº.,6 s/ caracterização	12	
Criados ( outros )	1 índio,4 pardos,1 mulato, 2 pretos	8	
“ Dão camas ”	2 pardas,1 mulata		3
Despenseiro	mulato	1	
Homem do alcaide	mourisco	1	
Jurado do almotacé da limpeza	mourisco	1	
Lavadeiras	1 preta,1 mulata		2

**Pessoas de cor referidas em fontes diversas ( continuação )**

<b>Actividade/ condição</b>	<b>Cor/origem geográfica</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Mareante	preto	1	
Marisqueiras	1 preta, 2 mulatas		3
Medideira do Terreiro	parda		1
Mercador ( sobrinho de )	mulato	1	
Oculista	preto	1	
Pedintes	1 preto, 1 mulata, 1 mourisca	1	2
Pescador do alto	preto	1	
Pedreiros ( servidores )	pretos	3	
Procuradores	1 preto, 1 baço, 1 pardo	3	
Proprietária	preta		1
Regateira	preta		1
Sapateiros	2 mulatos, 1 baço	3	
Soldado das galés	preto	1	
Solicitador	pardo	1	
Taberneiros	1 índio, 2 pardos, 1 mulato	3	1
Tintureiro	preto	1	
Trabalhadores	1 preto, 2 pardos	3	
Vendedores	3 pretos, 1 mourisco, 2 mulatas	3	3
Vinhateiro	preto	1	
<b>Total</b>		<b>68</b>	<b>22</b>

Além de algumas coincidências entre os dois quadros no tocante ao peso de algumas profissões – alfaiates, criados, lavadeiras, pedreiros, pescadores e vendedores – surgem algumas novidades, como os barqueiros do Tejo ( notamos já a importância dos escravos como companheiros em barcas que navegavam no rio ), cozinheiros índios, mulheres que alugavam camas, agentes públicos como procuradores e solicitadores, funcionários do município – um “ *homem do alcaide*” e um “ *jurado do almotacé da limpeza*” - vários taberneiros e até um oculista. Este último era Gaspar Jaques, “ *preto que faz(ia) óculos*”, morava na Sé e era casado com Isabel Fernandes, provavelmente branca, de quem teve uma filha <sup>33</sup>. O autor quinhentista Gonçalo Fernandes Trancoso incluiu num dos seus *Contos de proveito e exemplo* a referência a um antigo escravo do

<sup>33</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. I, p. 337 – 16.2.1593.

paço real que se estabeleceu como ferrador, depois de ter aprendido o ofício <sup>34</sup>. João Colaço, mulato forro, era “ *sapateiro de obra e sapatinhos de meninos*”, como empregado do dono de uma oficina desse ramo <sup>35</sup>.

Álvaro Carvalho e Catarina d’Eça eram casados e ambos mouriscos forros. Ele vivia do ofício de tecelão e ela “ *faz[ia] alcatifas*” <sup>36</sup>. Outro casal, Clara e Francisco Fernandes, ela baça e ele mourisco, vivia da labuta diária nas ruas da cidade: “ *ela ganha[va] a sua vida a lavar roupa e ele anda[va] à mariola*”, portanto como estivador <sup>37</sup>. A roupa era normalmente lavada na ribeira de Alcântara, o que obrigava a demoradas deslocações. Estas propiciavam conversas entre as lavadeiras, algumas das quais acabavam por ser reveladas ao Santo Ofício por envolverem desvios à doutrina cristã, nomeadamente da parte das mouriscas <sup>38</sup>. Lavadeira era também Mícia da Silva, antiga escrava que “ *lava[va] roupa por dinheiro*” e era casada com António da Gama, mourisco forro, “ *moço de esporas del Rei*” <sup>39</sup>

A condição de procurador é confirmada em documentos notariais, pelos quais indivíduos brancos e negros nomearam negros forros para executarem variadas missões em seu nome, como as de receberem importâncias em dinheiro ou representá-los perante a justiça. Francisco Delgado, sombreireiro de Lisboa, deu o seu poder a Bartolomeu de Brito, homem baço e forro morador em Beja, para cobrar 2.800 reais que lhe devia um lavrador <sup>40</sup>. O preto, também de Lisboa, Francisco Mendes foi nomeado por um bacharel da Sé de Évora, ausente em Roma, para tratar das suas causas e demandas <sup>41</sup>.

---

<sup>34</sup> - Gonçalo Fernandes Trancoso, *Contos e histórias de proveito e exemplo*, p. 100 e 105.

<sup>35</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1633, f. 2 – 29.8.1567.

<sup>36</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº 4118, f. 2 – 17.9.1554.

<sup>37</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 12.418, f. 2 – 6.7.1555.

<sup>38</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 3186, f. 2 – 23.11.1560.

<sup>39</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1455, f. 2 – 5.9.1553.

<sup>40</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 3, Liv. 12, f. 146 v. – 24.4.1573.

<sup>41</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 315, f. 26 – 20.11.1596.

No grupo dos criados destacavam-se os do paço real. Mestre Bastião, preto forro, era varredor da capela do rei, casado com Catarina Rodrigues, “ *mulher branca que vend[ia] na Ribeira*”. Morava na freguesia da Sé, onde baptizou três filhos: Maria, em 1586 <sup>42</sup>, Margarida, em 1588 <sup>43</sup> e António, em 1593 <sup>44</sup>. Jerónimo Dias era “ *lavandeiro da copa da rainha*” D. Catarina, viúva de D. João III, casado com Maria Brás. Quando, em 1572, baptizou José, filho de ambos, apadrinharam a cerimónia um pasteleiro da rainha e um seu cozinheiro <sup>45</sup>. Havia também um índio forro tratador dos elefantes, um varredor, um moço de esporas, mulato e sete servidores da estrebaria, um deles mourisco. Mestre Miguel de Sousa, que era de origem grega e fora cativado pelos turcos, veio a servir de cozinheiro ao marquês de Vila Real, primeiro em Ceuta e depois em Lisboa <sup>46</sup> e João Fernandes era cozinheiro do Dom Prior de Palmela <sup>47</sup>.

Entre os vendedores são de assinalar as *marisqueiras*, a que se referiu João Brandão de Buarcos ao enumerar as profissões de Lisboa: “ *Tem duzentas negras que andam pela cidade vendendo camarões e berbigões e caramujos e todo género de marisco*” <sup>48</sup>. As quatro aqui mencionadas, uma preta e duas mulatas, integravam-se nesse numeroso grupo, em parte formado por escravas e em parte por negras libertas ou livres. Havia também uma “ *mulata gorda que vendia candeias*”, Margarida Antunes, casada com António Dias, que “ *anda[va] ao remo nas galés*” ( talvez branco, pois a fonte nada diz sobre a sua origem ) moradora na praça dos Canos, à Sé <sup>49</sup>. E a “ *rainha mulata que vend[ia] sardinhas*” <sup>50</sup>, a quem nos referiremos mais à frente.

---

<sup>42</sup> - Idem, v. I, p. 265- 11.4.1586.

<sup>43</sup> - Idem, v. I, p. 284 – 26.2.1588.

<sup>44</sup> - Idem, v. I, p. 341 – 22.8.1593.

<sup>45</sup> - TT, FP, Lisboa, Alcântara, Liv. 1 de Baptismos, f. 73 – 26.3.1572.

<sup>46</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 2872, f. 153 – 18.10.1583.

<sup>47</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1621, f. 2 – 15.2.1565.

<sup>48</sup> - João Brandão, “ Magestade e grandezas de Lisboa em 1552”, *Arquivo Histórico Português*, v. XI, p. 231.

<sup>49</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. II, p. 418 – 9.1.1597.

<sup>50</sup> - TT, FP, Lisboa, Conceição, Livro 3 de Mistos, f. 115 – 23.7.1586.

João Brandão mencionou ainda, entre as vendedeiras de rua, quarenta “mulheres velhas e negras e mouras” ocupadas em “*buscar toda a somana trapos velhos e lavá-los*”, assim como “*outras cousas de toda a qualidade*”, que depois vendiam à população<sup>51</sup>. Mas tal actividade devia fazer concorrência às mulheres brancas que exerciam a mesma profissão, que se devem ter queixado ao município reclamando a sua proibição às pessoas de cor. Uma postura da Câmara veio a determinar que “*nenhum negro nem negra, mourisco nem mourisca, índio nem índia*” vendessem na feira da cidade, ou noutro local “*roupa velha nem nova nem outro algum fato*”, somente o podendo fazer “*as adelas*”<sup>52</sup> que pagavam pensão à cidade e davam as suas fianças na Câmara<sup>53</sup>. A tendência para a discriminação racial, sempre latente na sociedade, fazia-se notar quando eram postos em risco os interesses da maioria dominante, a população branca.

São também referidas regateiras e vendedeiras da Ribeira. Estas últimas deviam dedicar-se à venda a retalho nas bancas da Ribeira Velha, mercado que se constituiu, a nascente do terreiro do Paço, depois da construção da Alfândega Nova ou, antes disso, junto do Pelourinho Velho<sup>54</sup>. As outras ocupavam-se da venda pela cidade de peixe, fruta, legumes e outros artigos semelhantes. O desempenho dessa função por negras foi contestado pelo “*povo*” - aparentemente através dos procuradores dos mesteres – com a alegação de “*serem desarrazoadas*” e “*se tomarem com muitas mulheres honradas e de bem*”, desonrando-as e injuriando-as. Como essas atitudes não eram, por certo, exclusivo das mulheres de cor, a queixa deve ter sido motivada pela concorrência que faziam às brancas vendedeiras. O rei proibiu então a actividade das regateiras negras, excepto se o fizessem à porta dos senhores<sup>55</sup>. Como se depreende, a proibição

---

<sup>51</sup> - João Brandão, “*Magestade e grandezas de Lisboa...*”, p. 229-230.

<sup>52</sup> - Adelas ou adeleiras eram as mulheres que compravam e vendiam objectos usados, nomeadamente roupas ( José Pedro Machado, *Grande dicionário da língua portuguesa*, v. I, p. 185 ).

<sup>53</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da cidade, Liv. C 7, f. 148.

<sup>54</sup> - Irisalva Moita, “*A imagem e a vida da cidade*”, *Lisboa quinhentista*, p. 13 e p. 93 da mesma obra.

<sup>55</sup> - *Documentos do Arquivo Histórico Municipal de Lisboa, Livros de reis*, v. VI, p. 17.

destinava-se também às escravas e como as negras forras não tinham senhor, ficavam completamente afastadas da venda de tais produtos. Talvez por intervenção da Confraria de Nossa Senhora do Rosário, activa na defesa dos interesses da comunidade negra, a decisão veio a ser alterada por D. Manuel, atendendo a que havia “ *muitas pretas forras casadas e viúvas e outras que viv[ia]m bem e honestamente*”, voltando as mesmas a poder exercer essa actividade. A autorização foi renovada por D. João III, a pedido daquela confraria, em 1529 <sup>56</sup>. Gonçalo Fernandes Trancoso incluiu também nos seus contos uma Genebra, “ *mulata tripeira que vend[ia] o verde*” <sup>57</sup>. Era uma vendedeira de tripas que também comerciava em legumes. Em 1556 havia várias mouriscas que ganhavam a vida “ *em tirar água do Poço de Borratem*” <sup>58</sup> para os clientes que aparecessem.

Os pobres pedintes incluídos no quadro, certamente em número insignificante relativamente aos que existiam realmente, servem para nos lembrar as dificuldades de sobrevivência de muitos antigos escravos e seus descendentes.

João Brandão descreveu outros ofícios desempenhados por gente de cor de condição livre. Um era o de descarregar “ *de barcas, navios e naus*” os cereais destinados ao Terreiro do Trigo, instituição que concentrava e controlava a entrada desses produtos na cidade. Estavam absorvidos nesse trabalho “ *cento e cinquenta homens e negros*” que, segundo ele, ganhavam nisso muito dinheiro <sup>59</sup>. Outros tantos homens, brancos e pretos, andavam no cais do Carvão “ *assi à descarga das caravelas e navios, barcas, bateis, como a serendar*<sup>60</sup> e *carretar por a cidade*” <sup>61</sup>. A estiva era dos trabalhos mais vulgarmente atribuídos aos negros, certamente por ser um dos mais

---

<sup>56</sup> - Isaiás da Rosa Pereira, “Dois compromissos de irmandades de homens pretos”, *Arqueologia e história*, 9º. Série, v. IV, p. 17-18; Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires au Portugal*, v. II, p. 347.

<sup>57</sup> - Gonçalo Fernandes Trancoso, *Contos e histórias de proveito e exemplo*, p. 24.

<sup>58</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 2970, f. 4 – 23.11.1556 e Procº. 6728, f. 2 – 24.2.1556.

<sup>59</sup> - Gonçalo Fernandes Trancoso, Ob cit., p. 222.

<sup>60</sup> - Talvez *cirandar*, andar de um lado para o outro.

<sup>61</sup> - João Brandão, Ob. cit, p. 71.

pesados, a que outros provavelmente se esquivavam. Os seus praticantes eram chamados “*ribeirinhos*” e alguns são referidos na documentação dispersa a que recorreremos. Muitos andavam “*ganhando à palha*”<sup>62</sup>, o que levava alguns a brigarem com as respectivas forquilhas, o que sucedeu com dois mouriscos “*enchedores de palha*” na Ribeira<sup>63</sup>. António Gonçalves, mourisco, “*andava à Ribeira com uma besta a ganhar*”<sup>64</sup>.

No ramo dos transportes havia ainda, segundo Brandão, “*cem moços que anda[va]m à ceirinha, a quem quer[ia] levar, assi no açougue do pescado e da carne*”<sup>65</sup>. Noutro local da sua obra afirmava serem duzentos e que andavam “*com ceirinhas, levando peixe e carne*”<sup>66</sup>. Tratava-se de moços que transportavam o peixe ou a carne do mercado para casa dos clientes. Não devia também ser invulgar a entrada de negros e mouros em barcos para recolher o peixe e o transportar ou dá-lo às respectivas vendedeiras, pois essa actividade foi proibida por postura do município, sob pena de multa e prisão no tronco<sup>67</sup>, certamente por dificultar o controle pelos almotacés da entrada de pescado na cidade. Só a partir do açougue, onde fora já verificada a respectiva qualidade e atribuído o preço, esse transporte, como se viu, era possível.

Outra actividade destacada pelo mesmo autor era a caiação de edifícios, a que se entregavam cinquenta negros e negras “*que anda[vam] pela cidade com seus pincéis nas mãos, caiando*”<sup>68</sup>.

---

<sup>62</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc°. 1636, f. 2 – 14.6.1550.

<sup>63</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc°. 10.864, 2 – 17.10.1554.

<sup>64</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc°. 1455, f. 2 – 5.9.1553.

<sup>65</sup> - João Brandão, Ob. cit., p. 70.

<sup>66</sup> - Idem, p. 222. A fonte refere-se a que andavam “*lavando peixe e carne*”, mas deve tratar-se de gralha da edição ou de erro do original.

<sup>67</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da cidade, Liv. C 7, f. 200 v.

<sup>68</sup> - João Brandão, Ob. cit., p. 233.



## 9.2 – Integração social da população de cor

O trabalho era o meio principal de os libertos e as pessoas de cor já nascidas livres se integrarem na sociedade. Através dele tinham acesso a outras formas de inserção, como a constituição de uma família, ela própria factor de peso da respectiva aceitação pelo meio em que viviam. Os registos paroquiais de casamentos permitem observar as principais tendências dessa prática pela população que estamos a estudar, bem como o grau de reconhecimento pela sociedade. Os 260 casais mencionados em registos de baptismos, casamentos e óbitos constituíram-se, no que diz respeito à cor ou origem geográfica dos respectivos membros, da seguinte forma <sup>69</sup>:

### Casamentos da população de cor e descendente de escravos

Características dos casais	Número
Pretos e mulatos com pretas e mulatas	77
Pretos e mulatos com brancas	62
Pretas e mulatas com brancos	31
Pretos e mulatos com escravas	10
Pretas e mulatas com escravos	21
Pretos e mulatos com índias	1
Pretas e mulatas com índios	6
Índios com índias	10
Índios com brancas	10
Índios com escravas	2
Índias com escravos	2
Japões com japoas	1
Japões com brancas portuguesas	1
Japões com escravas	1
Mouriscos com mouriscas	8
Mouriscos com índias	1
Mouriscos com portuguesas brancas	13
Mouriscas com portugueses brancos	2
Mulheres forras não caracterizadas com brancos	1
<b>Total</b>	<b>260</b>

<sup>69</sup> - No quadro, o termo *Pretos* agrupa os pretos e mulatos ( com as variantes *baços* e *pardos* ), *Índios*, designação da época, corresponde a indianos, tal como *Japões* aos japoneses e *Mouriscos* aos indivíduos de origem norte-africana ou granadina.

Os casais de características semelhantes - pretos e mulatos com pretas e mulatas, índios com índias, japões com japoas, mouriscos com mouriskas e estes todos com escravos e escravas das mesmas características – foram 132 e os casais mistos 128, números praticamente equivalentes. Se a tendência para a endogamia no mesmo grupo de cor e origem geográfica predominou ligeiramente nos casos encontrados, a tendência inversa, para a procura de parceiro fora desse grupo – sobretudo entre negros e brancos – teve também um peso significativo, mostrando a vontade de integração, no plano da aparência física, na população maioritária pela parte de muitos indivíduos de cor. Da parte dos elementos brancos consorciados com essas pessoas, nomeadamente com negros ( 93 ao todo ) evidencia um reduzido peso dos preconceitos raciais entre as camadas menos abastadas dessa população. Essa atitude notava-se, mesmo assim, noutros meios, do que foi exemplo o casamento de António de Andrade, “ *que trata[va] pera Guiné*”, certamente branco com Domingas de Sousa, preta, do qual resultou o nascimento de Luís, em 1593 <sup>70</sup>.

No caso de António Fernandes e Lourença da Silva, “ *ele jau e ela abexim*”, que a fonte considerou como sendo “ *ambos da Índia*” <sup>71</sup>, de acordo com o vasto âmbito deste conceito no tempo, tratava-se na verdade de pessoas de origens bem distantes, a ilha de Java e a Etiópia, na costa oriental africana e de aspectos também diferentes.

O casamento era sempre um passo para a integração social de um indivíduo de cor, pela consideração que merecia a adopção de uma prática fundamental para a estabilidade da sociedade e a sua reprodução. O acto era testemunhado por vizinhos, amigos e colegas de trabalho dos noivos, o que lhe conferia solenidade e reconhecimento. O matrimónio do carpinteiro António da Cunha com Joana Nunes, baça, foi testemunhado por um mercador, um carpinteiro e pelo “ *mestre dos*

---

<sup>70</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. I, p. 341 – 1.9.1593.

<sup>71</sup> - TT, FP, Lisboa, Pena, Liv. 1 de Casados, f. 35 – 5.5.1594.

*carpinteiros do forte del Rei*”<sup>72</sup>. Por vezes eram mesmo pessoas de nível social mais elevado que os membros do casal que testemunhavam a cerimónia, como sucedeu na união de Jordão Lopes com Maria Simoa, mulher preta, em que figuraram no lugar de testemunhas um cavaleiro fidalgo e um “*moço da câmara do senhor Dom Duarte*”<sup>73</sup>. Noutras ocasiões eram homens e mulheres de cor a testemunhar o matrimónio dos seus congéneres. Em 1583 casaram dois pretos na Conceição e presenciaram o acto três pretos forros<sup>74</sup> e em 1595 foi a vez de um casal de índios, Grácia e João, testemunhando a cerimónia dois índios também<sup>75</sup>.

Os matrimónios de pessoas de cor com portugueses brancos eram o caminho mais eficaz para a respectiva integração e dos seus descendentes, sobretudo quando o elemento branco desfrutava de uma posição socioeconómica superior. Da mesma forma as uniões com par semelhante atrasavam essa integração, protelando o seu início para a geração seguinte.

O baptismo de indivíduos de cor - ou de proveniência não cristã - era um meio indispensável à sua aceitação social. Tratando-se de “*mouriscos*”, a adopção do cristianismo por estes representantes da religião rival era apadrinhada e festejada, por vezes, de forma indelével por membros destacados da sociedade, para quem essas conversões constituíam pequenas vitórias sobre o infiel. Uma boa prova dessa atitude foi o baptismo, na paróquia do Loreto, de Francisco, Luís e Paulo, “*de nação mouros*”, em 1584. Não se sabe a sua origem, se eram escravos recém libertos ou indivíduos livres vindos do norte de África, mas a sua entrada na Igreja contou com apoios de destaque, traduzidos nos respectivos padrinhos, cujo apelido familiar lhes foi dado: de Francisco, o conde da Vidigueira D. Francisco da Gama e D. Maria de Vilhena, mulher

---

<sup>72</sup> - TT, FP, Lisboa, S. Vicente de Fora, Liv. 3 de Mistos, f. 175 – 8.1.1591.

<sup>73</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. I, p. 185 – 14.11.1576.

<sup>74</sup> - TT, FP, Lisboa, Conceição, Liv. 3 de Mistos, f. 65 v. – 20.3.1583.

<sup>75</sup> - TT, FP, Lisboa, Santa Catarina, Liv. 2 de Mistos, f. 3 – 13.6.1595.

de Bernardim Ribeiro; de Luís *Barreto*, o mordomo-mor Francisco Barreto e D. Isabel de Melo; de Paulo *do Amaral*, o doutor Belchior de Amaral, desembargador do Paço e D. Helena de Mendonça, viúva de um capitão de Mazagão <sup>76</sup>. Em 1596 ocorreu um caso semelhante na mesma igreja, pois receberam o baptismo Ascenço, João e Simão, “*mouriscos de nação*”, tendo sido seus padrinhos: do primeiro, D. Maria de Noronha, do segundo, D. João Luís e do terceiro Simão de Mascarenhas <sup>77</sup>. A paróquia de Santa Catarina foi também activa na conversão dos *mouros*, pois só a 8 de Dezembro de 1579 foram aí baptizados oito indivíduos dessa origem, sete homens e uma mulher <sup>78</sup>. Esses novos cristãos devem ter sido previamente instruídos nos princípios da fé que abraçavam. Além desse ensino ser uma exigência da Igreja pós-tridentina, conhecem-se casos de pessoas nessas condições a quem tal preparação era ministrada. Em 1562 foi baptizado em S. Vicente de Fora “*um mourisco por nome Joane que estava nes[s]e moesteiro*” <sup>79</sup> e dois anos depois sucedeu o mesmo a “*um mourisco que, por mandado do cardeal, estava nes[s]e mosteiro de S. Vicente*” <sup>80</sup>. E já em 1493 D. João II ordenara que fossem dados fatos, sapatos e carapuças a vários indivíduos a quem Martim Afonso, certamente mestre escola, ensinava a ler e a escrever, entre os quais se contavam Jácome, índio e Simão e Dom Francisco, negros <sup>81</sup>.

Não é difícil concluir que, apesar de existirem alguns meios de integração e ascensão social para os libertos e descendentes de escravos, a maioria deles nunca ultrapassava condições de vida muito modestas, caindo alguns mesmo na miséria <sup>82</sup>. As fontes reflectem um pouco essa realidade, embora de forma muito limitada. Em 1541

---

<sup>76</sup> - TT, FP, Lisboa, Loreto, Liv. 1 de Mistos, f. 31 v. – 25.9.1584.

<sup>77</sup> - Idem, Liv. 2 de Mistos, f. 1 v. – 11.5.1596.

<sup>78</sup> - TT, FP, Lisboa, Santa Catarina, Liv. 1 de Baptismos, f. 52 v. – 8.12.1579.

<sup>79</sup> - TT, FP, Lisboa, S.Vicente de Fora, Liv. 1 de Mistos, f. 40 – 24.6.1562.

<sup>80</sup> - Idem, f. 83 – 19.3.1564.

<sup>81</sup> - TT, Corpo Cronológico, Parte 1, Maço 2, Doc. 105 – 10.12.1493.

<sup>82</sup> - Foi também o que passou na Andaluzia castelhana ( Alfonso Franco Silva, “ Los negros libertos en las sociedades andaluzas entre los siglos XV al XVI”, *Los marginados en el mundo medieval y moderno*, Almería, Diputación, 2000, p. 59 ).

faleceu em Santa Cruz do Castelo “ *uma muito velha mourisca e muito prove, que não tinha nada de seu* ” <sup>83</sup>. Outros caíam na pequena criminalidade e nas malhas da justiça. Em 1535 estava preso na cadeia da cidade um mourisco chamado Carlos por “ *uma injúria* ”. No ano seguinte foi a vez do mulato Simeão Vaz, por adultério, Miguel, também mulato, “ *por furtar um chapéu* ” e do almocreve mourisco António Fernandes, por agredir outro almocreve e lhe cortar uma orelha com os dentes <sup>84</sup>. Do Aljube foi temporariamente solta, em 1584, Brásia Cardoso, mulher parda, para poder casar <sup>85</sup> e António da Rosa, homem pardo trabalhador, para o mesmo fim <sup>86</sup>. Apesar de não se saber se os indivíduos livres de cor eram tratados com mais severidade pelo sistema judicial, devido à insuficiência das fontes a este respeito, não é improvável que tal sucedesse, atendendo às restrições que lhes eram postas e à vigilância a que estavam sujeitos. Senão vejamos.

Os libertos, mouriscos ou negros, eram acusados de encobrir os roubos dos escravos e de os ajudar nos seus crimes. Por isso os procuradores da cidade às cortes de Almeirim de 1544 conseguiram de D. João III a proibição de os mesmos acolherem cativos em suas casas e de lhes guardarem ou comprarem fosse o que fosse <sup>87</sup>. Esta proibição acabou por ser também imposta noutras terras do país. Uma postura municipal de Vila Viçosa determinou que “ *nenhum escravo forro recolh[esse] em sua casa, de dia nem de noite, escravo cativo* ” <sup>88</sup> e o mesmo fez a câmara alentejana de Sousel <sup>89</sup>. Os procuradores de Lisboa às mesmas cortes pediram também ao soberano que mandasse os escravos forros que para ela viessem retornarem às terras de origem, nas

---

<sup>83</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia de Santa Cruz do Castelo*, p. 228 – 24.9.1541.

<sup>84</sup> - BPE, Códice CV / 2 – 11, f. 181 v., 222 v. e 226.

<sup>85</sup> - Edgar Prestage e Pedro de Azevedo, *Registo da freguesia da Sé*, v. I, p. 392 – 23.6.1584.

<sup>86</sup> - Idem, p. 428 – 1.9.1588.

<sup>87</sup> - *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa - Livros de Reis* – v. VII, p. 138 – 1.2.1545.

<sup>88</sup> - Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa, Liv. 614, f. 24

<sup>89</sup> - Arquivo Municipal de Sousel, Posturas da Câmara de 1594, Liv. 1, f. 17 v.

quais tivessem sido libertos e que os que fossem da cidade se metessem obrigatoriamente a soldada. O pedido foi motivado por os mesmos serem numerosos e “*se faze[re]m com os cativos para praticar roubos*”. Mas a resposta régia, após mandar averiguar o assunto pelo corregedor Francisco Tibau, foi que havia “*exagero no exposto*”, mandando, mesmo assim, que os libertos se assoldassem, sob pena de dez cruzados e de vinte açoites no pelourinho <sup>90</sup>.

Também na fuga de escravos os libertos eram suspeitos de colaboração. Em 1534 os mouriscos forros que se ocupavam como barqueiros foram acusados de, por meio dos barcos que tinham por sua conta, facilitarem a evasão dos seus congéneres cativos. Muitos deles viviam em S. Vicente e S. Lourenço e transportavam pessoas e mercadorias ao longo do Tejo, desde a cidade até Tancos, pelo Ribatejo dentro. Às vezes desapareciam e depois voltavam sem se saber de onde vinham – “*e se vão per espaço de tempo e tornam sem se saber onde vão*”. Como tinha havido há pouco tempo uma evasão colectiva de escravos mouros e se desconfiava que os forros tinham tido parte no caso, o rei ordenou que passassem a estar sob vigilância. Para isso seria tomada pormenorizada informação pelos alcaides de cada bairro sobre os mouriscos que neles vivessem e que “*vigi[ass]em sempre sobre eles, se se [ iam ] fora ou se faz[ia]m o que não dev[ia]m*”, tomando toda a informação que pudessem das suas vidas: “*E quando forem fora por tempo saibam onde foram e a quê*” <sup>91</sup>.

Talvez pelo mesmo motivo os mouriscos tenham sido proibidos de viver em Setúbal, em resultado de uma provisão régia, incorrendo os infractores na pena de serem considerados cativos. Como a vila tinha fácil acesso ao mar, poderiam eles ajudar os escravos a fugir. Mas a ordem não devia ser cumprida com rigor, pois em 1548 foi

---

<sup>90</sup> - *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Livros de Reis*, v. VII, p. 140.

<sup>91</sup> - Biblioteca Pública de Évora, Códice CV / 2 – 11, f. 157 – 14.8.1534.

relevado ao mourisco António Lopes o facto de aí viver há oito anos, sem licença e em infracção daquele impedimento <sup>92</sup>.

As próprias posturas que regulamentavam o acesso ao Chafariz del Rei englobavam os mouros e negros forros, juntamente com os cativos, nas pessoas a quem eram colocadas restrições para a entrada no fontanário. Isso devia-se às “ *muitas vexações* ” ocasionadas, por uns e outros, à restante população e à tendência para se apoderarem das bicas e venderem a recolha da água <sup>93</sup>. Quando as seis bicas do chafariz foram distribuídas de acordo com a cor dos frequentadores, os negros e índios forros passaram a encher, em conjunto com os escravos, nas duas primeiras e na quinta <sup>94</sup>.

Além da acusação de colaborarem e intervirem em roubos e desordens, os negros eram também suspeitos, com justiça ou sem ela, de serem propensos à embriaguês. Essa conotação ficou retratada no *Pranto de Maria Parda*, de Gil Vicente, cuja protagonista era uma velha mulata de Lisboa que corria as tabernas da cidade à procura de vinho e o achava pouco e caro <sup>95</sup>. No fundo, eram-lhes atribuídas as mesmas características negativas imputadas aos escravos, excepto na propensão para a fuga, que no caso de pessoas livres não teria sentido, mas sim no auxílio à sua prática.

Os libertos e gente de cor eram frequentemente vítimas ou autores de actos de agressão, mas não transparece das fontes que os mesmos tivessem uma relação próxima com as diferenças de origem e de aspecto físico. O sapateiro baço Gaspar Dias foi atacado no Natal de 1582 por Diogo Fernandes, seu colega de profissão, por este estar convencido de que “ *andava com a mulher dele* ”, saindo, no entanto, ferido o agressor. Em vista disso o mesmo queixou-se ao corregedor do crime da cidade, mas veio a perdoar ao colega pelo facto de, antes do conflito, “ *comerem e beberem ambos e haver*

---

<sup>92</sup> - TT, Chancelaria de D. João III. Perdões e legitimações, Liv. 1, f. 184 v. – 29.10.1548.

<sup>93</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da cidade, C 7, f. 151.

<sup>94</sup> - Idem, f. 149-150.

<sup>95</sup> - Gil Vicente, “Maria Parda”, *As obras de Gil Vicente*, v. II, p. 491-502.

*antre eles muito boa amizade*”<sup>96</sup>. Em 1588 a preta Catarina Correia, casada com um preto forro ausente em Cabo Verde, teve uma discussão com uma vendedeira da Ribeira, foi agredida pelo pai e pelo marido da mesma e foi parar ao Hospital de Todos os Santos<sup>97</sup>. Um mourisco, Jerónimo da Fonseca e a mulher, acusaram ao corregedor do crime outro mourisco, António de Mendonça, porque ele “*arrancara para eles [...] de um alfange para lhes dar cutiladas*”. Como o acto ocorrera na corte, o que lhe conferia maior gravidade, o agressor foi preso mas, depois, as vítimas perdoaram-lhe<sup>98</sup>. Quando o alfaiate Francisco Pais estava, com outros homens, à porta de um forno na rua de Mata Porcos, passou o aljibebe Francisco Adão, “*falando em língua de negro*”. Dado que o grupo zombava, segundo ele, de um tosador que se queixava de não ter cama para dormir, o negro pensou que se riam dele e, voltando atrás, feriu o alfaiate com uma espada<sup>99</sup>. Numa das noites de 1594 vinha o barbeiro baço Francisco Solis, com outros homens, a passar ao Corpo Santo quando se envolveu numa briga com um grupo que estava nesse local, tendo todos arrancado das espadas e andado à cutilada. Em resultado disso, Francisco Solis ficou ferido num braço e na cara e participou ao corregedor do crime de um barqueiro e de quatro trabalhadores pela agressão<sup>100</sup>. Em todos estes casos viam-se os negros e outros indivíduos de cor a participar na vida económica e social, a frequentar os mesmos locais que as restantes camadas do povo e a andarem armados na via pública, o que originava conflitos ocasionais. Só uma das ocorrências leva a concluir que os preconceitos negativos a respeito desta população podiam desencadear, uma vez por outra, reacções violentas da parte da mesma.

A prática da prostituição pelas negras surge, por vezes, aludida em documentos.

Muito poucas, no entanto, em face da sua provável frequência. É de supor que parte das

---

<sup>96</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 2, Liv. 12, f. 6 v. – 19.2.1582.

<sup>97</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 17, Liv. 79, f. 98 – 28.6.1588.

<sup>98</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Perdões e legitimações, Liv. 7, f. 262 – 15.1.1590.

<sup>99</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 7, Liv. 33, f. 33 v. – 13.9.1594.

<sup>100</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 7, Liv. 35, f. 120 – 24.12.1594.



“ *mulheres solteiras* ” <sup>101</sup> que João Brandão concluiu existirem na cidade em “ *muito grande quantidade* ”, estimando-as em cinco mil <sup>102</sup>, fossem pretas, mulatas ou índias, o mesmo se passando com algumas das 164 pretas e mulatas “ *braçais* ”, sem ofício discriminado, que foram colectadas na contribuição extraordinária de 1565 com os 16 reais de contributo mínimo ( em número muito superior ao dos 52 homens do mesmo escalão ) <sup>103</sup>.

Estava certamente relacionada com essa componente socioeconómica a queixa contra Inês Rodrigues Godinha, preta forra, por parte de vizinhos que a acusavam de que “ *recolhera em sua casa uma moça órfã [...] para cousas ilícitas* ”, em resultado da qual a mesma fora mandada prender <sup>104</sup>.

O acto de testar, com declaração das últimas vontades relativas à salvação da alma mas também ao destino dos bens terrenos, era uma prova de alguma prosperidade da parte dos seus autores e, nessa medida, também dos indivíduos de cor. Alguns faziam testamento, de acordo com as anotações paroquiais relativas a óbitos, como no caso de Brites Velha, preta de Santo Estêvão, de quem foi testamenteira Ana Velha, por certo sua parente, talvez filha <sup>105</sup>. Mas foram ocorrências muito raras. Noutros casos tratou-se, pelo contrário, de beneficiar de rendimentos na condição de herdeiros de familiares falecidos. Isso sucedeu à morte de Gaspar Correia, varredor de D. Sebastião, cuja viúva, a preta Catarina Brandoa, nomeou um frade do mosteiro de Nossa Senhora da Graça para arrecadar 16.000 reais, que o marido não chegara a receber, do tesoureiro das moradias da casa real. Fê-lo “ *porque ela e[ra] preta e que não sab[ia] negociar, nem se atrev[ia] a andar na dita arrecadação* ”, em troca de uma esmola para o convento.

---

<sup>101</sup> - Eufemismo correspondente a prostitutas.

<sup>102</sup> - João Brandão, “ Magestade e grandezas de Lisboa em 1552 ”, *Arquivo Histórico Português*, v. XI, p. 234.

<sup>103</sup> - *Livro do lançamento e serviço ...* ( 1565 ), v. I a IV.

<sup>104</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 7 A, Cx. 16, Liv. 73, f. 53 v. – 12.11.1586.

<sup>105</sup> - TT, FP, Lisboa, Santo Estêvão, Liv. 1 de Mistos, f. 149 v. – 28.7.1566.

Testemunharam a escritura de procuração dois pretos forros e um branco, que assinou pela outorgante, por ela não o saber fazer <sup>106</sup>.

Raros foram os exemplos de ascensão fulgurante de pessoas de cor, nomeadamente de negros. Os casos conhecidos quase não servem para mais do que para realçar a sua raridade e, conseqüentemente, a dificuldade de os seus protagonistas se destacarem socialmente.

Um deles, o mais conhecido, foi o de João de Sá, conhecido por *Panasco*. De acordo com as *Anedotas portuguesas*, colectânea de episódios da corte quinhentista, era originário do Congo mas foi criado desde muito novo em Portugal, como cativo de D. João de Meneses, que o veio a dar a D. João III <sup>107</sup>. Mas o autor dos *Ditos portugueses dignos de memória* afirma que pertenceu a D. Duarte de Meneses, capitão de Tânger e governador da Índia, pelo qual demonstrou grande afeição <sup>108</sup>. Pode, naturalmente, ter pertencido a ambos, em épocas diferentes. O compilador da primeira colectânea defendeu igualmente ter sido ele camareiro-mor de D. João, enquanto era príncipe, que o fez seu moço fidalgo e cavaleiro de Santiago. Acompanhou o infante D. Luís na expedição a Tunes, com Carlos V, tendo de lá trazido uma mourisca com quem casou. Apesar de que “*ia a meia de Sua Alteza em corpo*” - ou seja, apesar de ser anão - foi, além de muito valente, “*muito entendido, engraçado e dizidor*”<sup>109</sup>. Considera-se geralmente que foi bobo da corte joanina e são conhecidos, através das duas colecções referidas, muitas das suas intervenções espirituosas. O seu elevado nível intelectual,

---

<sup>106</sup> - TT, FN, Lisboa, Cart. 1, Cx. 6, Liv. 30, f. 39 v. – 17.2.1594.

<sup>107</sup> - Christopher L. Lund (org.), *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista*, p. 115.

<sup>108</sup> - José Hermano Saraiva (org.), *Ditos portugueses dignos de memória*, p. 46-47.

<sup>109</sup> - *Anedotas portuguesas*, p. 115.

agudeza e ironia fizeram-no merecedor daquelas honrarias <sup>110</sup>, participando em lugar de destaque nos festejos palacianos <sup>111</sup>.

Conhece-se a carta de alforria pela qual D. João III o libertou em 1526, usando o seu “*poder absoluto*” de rei – o que leva a concluir que João de Sá não lhe pertencia, de outro modo bastava declará-lo livre, como qualquer senhor, o que fez noutros casos - comprometendo-se a pagar o respectivo valor a quem o viesse a reclamar como seu <sup>112</sup>. A alforria foi confirmada 20 anos mais tarde, mas com reforço de regalias. O documento, em que João de Sá foi designado por “*homem preto, cavaleiro de minha casa*” - o que acrescenta um título aos que foram até aqui referidos – deveu-se aos muitos serviços que o rei recebera dele, tanto nos lugares de África como na corte e destinou-se a “*suprir o defeito de seu nascimento*”, por sua mãe ser cativa. O facto de ser um liberto não o livrava dos deveres correspondentes ao patronato dos antigos senhores, nomeadamente no que dizia respeito ao direito de testar, pois aqueles seriam seus herdeiros se não tivesse descendentes – como não tinha - ou às obras que, a título de “*obséquio reverencial*”, lhes devia como antigo escravo. De tudo ficou isento e livre “*como o era por direito natural*” e se os pais e avós tivessem sido livres, por o soberano o ter decidido, por sua “*certa ciência, poder real e absoluto*” <sup>113</sup>. Trata-se de uma doação rara, só compreensível no caso especial de um servidor tão fiel e estimado. Já no tempo de D. Sebastião, a sua boa estrela continuou a fazer-se sentir, se a ele se refere uma carta de alforria outorgada em 1567 por este rei, destinada a libertar Jorge Fernandes, moço preto filho de um seu escravo. A decisão deveu-se a um pedido de

---

<sup>110</sup> - A. C. de C. M. Saunders, “The life and humour of João de Sá Panasco, o Negro, former slave, court jester and gentleman of the Portuguese royal household ( fl. 1524-1567 )”, *Mediaeval and Renaissance studies on Spain and Portugal in honour of P. E. Russel*, p. 180-191.

<sup>111</sup> - António Dias Miguel, “Carta que Francisco de Moraes enviou à rainha de França em que lhe descreve os torneios e festa que se fez em Xabregas era de 155\*”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, v. XXXVII, p. 127-154.

<sup>112</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 12, f. 144 v. – 13.11.1526.

<sup>113</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 29, f. 42 – 16.6.1547.

João de Sá nesse sentido: “ *por mo pedir João de Sá, cavaleiro de minha casa e da Ordem de Santiago* ” <sup>114</sup>.

Outro foi o mulato e autor teatral Afonso Álvares, nascido em Évora e educado na casa do bispo D. Afonso de Portugal, que se veio a fixar em Lisboa. Publicou, em ambas as cidades, várias peças de tema religioso, nomeadamente vidas de santos, sendo alvo dos versos impiedosos de Ribeiro Chiado, que lhe chamou “ *cão, mulato, mú, rafeiro* ” e o acusou de ser filho de uma forneira, naturalmente negra e de ser boçal, acusações a que respondeu com moderação. Israel Révah admite que tenha sido mestre escola <sup>115</sup>. O padre Fernão Gil, “ *homem baço, cujo pai era mulato* ”, foi capelão e cantor de D. Sebastião e esteve a braços com o Santo Ofício por ter sido acusado, por outros dois cantores do rei, de não cumprir com os seus deveres e fazer afirmações contrárias às orientações da Igreja <sup>116</sup>. As acusações podem ter-se devido a rivalidades entre oficiais do mesmo ofício. O mourisco Diogo Fernandes foi escravo da comendadeira de Santos mas, depois de liberto, chegou a ser “ *rendeiro da imposição* ” no termo de Lisboa <sup>117</sup>, ou seja, arrematante da cobrança desse imposto, condição que revelava uma situação económica folgada, que garantia o respectivo pagamento. A viúva mourisca Catarina Lopes, provavelmente antiga escrava, era dona de Manuel, cativo indiano e trazia-o a ganhar como pescador na barca de uns moradores de Alfama <sup>118</sup>, certamente contra o pagamento de um salário que, em grande parte, revertia para ela. O investimento num ou mais “ *escravos de ganho* ” era uma aplicação segura de capital, proporcionadora de rendimentos regulares, a que recorria muita gente abonada, como ela devia ser.

---

<sup>114</sup> - TT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Privilégios, Liv. 6, f. 260 – 16.10.1567.

<sup>115</sup> - Israel Révah, “ Afonso Álvares”, *Dicionário de literatura* ( dir. Jacinto do Prado Coelho ), v. I, p. 43; João Soares Carvalho, “ O teatro. Escola vicentina”, *História da literatura portuguesa*, v. 2, p. 423-426.

<sup>116</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 12.093, f. 1 e 4 – 3.9.1576.

<sup>117</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 2970, f. 6 – 1.8.1556.

<sup>118</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1117, f. 3 – 17.4.1561.

Em muitos casos, como já foi dito, era a origem mestiça, de branco com relevo social e de negra, ou outra mulher de cor, que permitia a ascensão de certos indivíduos. O caso, revelado por Maria Emília Madeira Santos, de Isabel Dias, de Vila Velha de Ródão, confirma esse facto. Tratava-se de uma mulata, filha de uma escrava preta e do cavaleiro da casa real Luís Dias, que o rei legitimou e considerou em condições de herdar a fortuna do pai <sup>119</sup>. Um outro, também já referido, ocorreu em Évora. Guiomar Freire, viúva de Diogo de Góis, libertou Maria, sua escrava, nomeou-a sua testamenteira e herdeira de tudo o que tinha, que era uma herdade, um pomar e uma moradia, bens que constituiu em capela de que a liberta ficou como administradora. Esta deveria chamar-se Maria de Góis, de acordo com a vontade da senhora <sup>120</sup>. Talvez fosse filha do falecido dono. O escritor calipolense Francisco de Moraes Sardinha, autor do *Parnaso de Vila Viçosa*, cavaleiro fidalgo do duque D. Teodósio II e elemento da governança dessa vila, teria casado em 1587 com Vicência Mendes, escrava de Nicolau de Andrade, união de que nasceu Luís de Moraes Sardinha <sup>121</sup>.

Assunto diferente, embora relacionado com este, era a promoção de negros e mouros livres, que nunca tinham sido cativos, a lugares de prestígio. Isso passou-se com dignitários africanos vindos para Portugal, que aqui se destacaram pelas honras recebidas. Foram exemplos dessa atitude de tolerância racial e do interesse de Portugal em desenvolver boas relações com estados como o Congo a concessão do hábito da ordem militar de Santiago, entre outros, a Luís Peres, “*fidalgo da casa do rei do Congo e seu camareiro-mor*” <sup>122</sup> e a D. Pedro da Silva, “*homem preto, embaixador de*

---

<sup>119</sup> - Maria Emília Madeira Santos, “Mulatos, sua legitimação pela chancelaria régia no século XVI”, *Studia*, nº. 53, 1994, p. 246.

<sup>120</sup> - ADE, Misericórdia de Évora, Doc. 1778, f. 103.

<sup>121</sup> - Francisco de Moraes Sardinha, *O Parnaso de Vila Viçosa* (leitura e estudo de Christopher Lund), p. 25 e 37.

<sup>122</sup> - TT, Ordem de Santiago, Liv. 27, f. 1 v.

*Angola*”<sup>123</sup>. Este último foi mandado entregar à justiça secular, em 1583, pelo papa Gregório XIII, por ter conspirado contra Filipe II de Espanha<sup>124</sup>. Devia ser o D. Pedro Negro, cavaleiro de Santiago e “*embaixador neste reino do rei do Congo*” a quem D. António, Prior do Crato, entregou o comando da unidade formada por escravos que se juntaram às suas forças na guerra contra a invasão filipina. Esse invulgar episódio da resistência anti-castelhana foi descrito por Pêro Rodrigues Soares no seu *Memorial* do período de 1565 a 1628. Derrotada a causa nacional, ele e outros partidários do candidato português tentaram fugir para França mas foram presos, tendo D. Pedro acabado por morrer no degredo em Castela<sup>125</sup>.

Também foram objecto de deferência indivíduos de origem norte-africana e de religião islâmica mas convertidos ao Cristianismo, que mereceram a protecção real, como D. Jorge e D. Inácio, mouriscos baptizados em S. Roque, a quem, por este facto e “*atendendo à calidade de sua[s] pessoa[s]*”, foram atribuídos 200 reais por dia para o seu sustento<sup>126</sup>. Outros, embora aparentemente de menor importância, também beneficiavam do favor real, como a moura Axa, cesteira a quem foram apreendidas umas ceiras que tinha feito de tamanho diferente do legal e cujo castigo D. Leonor, viúva de D. João II, pediu ao rei seu irmão que anulasse, atendendo a “*seus filhos viverem com Sua Alteza e irem fora do regno por seu serviço*”<sup>127</sup>.

Eram muito difíceis as condições de afirmação social dos antigos escravos e respectivos descendentes e por isso foram muito poucas as personalidades de cor que se destacaram da maioria. Foi também o que ocorreu em Sevilha, com o caso raro de Juan de Valladolid, porteiro da câmara dos Reis Católicos e juiz de todos os negros da cidade

---

<sup>123</sup> - TT, Chancelaria da Ordem de Santiago, Liv. 1, f. 369; Didier Lahon, “ Esclavage, confréries noires, sainteté noire et pureté de sang au Portugal ( XVI-XVIII.e siècles ), *Lusitania Sacra*, nº. 15 ( 2003 ), p. 132.

<sup>124</sup> - Didier Lahon, Ob. cit, p. 132.

<sup>125</sup> - Pêro Rodrigues Soares, *Memorial*, p. 168, 170 e 209.

<sup>126</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Doações, Liv. 18, f. 170 v. – 2.9.1588.

<sup>127</sup> - *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, v. IV, p. 243 – 26.11.1512.

e, em Granada, com Juan Latino, negro e antigo escravo que foi professor de latim e autor de vários livros <sup>128</sup>, a comprovar a excepcionalidade desses êxitos individuais <sup>129</sup>. Numa época em que a origem familiar era determinante do percurso de cada indivíduo e os preconceitos raciais pesavam muito mais do que hoje, essa ascensão era praticamente impossível.

### ***9.3 – Associativismo, festividades e cultura***

O associativismo da população de cor, através da criação de confrarias, seguiu o modelo que era praticado, desde a Idade Média, pela Cristandade e perseguiu idênticos objectivos: convívio, afirmação social e solidariedade <sup>130</sup>. Tal como ele, desenvolveu-se no quadro ideológico dos valores cristãos, sob a égide de um santo protector, da mãe de Cristo ou da própria divindade.

As dificuldades de integração social dos antigos escravos e respectivos descendentes favoreceram a aproximação dos seus elementos, por vezes em grupos organizados com base na cor e na origem geográfica, compensando, de algum modo, “*a desestruturação cultural e emocional*” resultante da saída das suas terras de origem <sup>131</sup>. A convivência assim gerada reforçou a consciência da sua unidade e a procura de visibilidade e afirmação. A luta pelos interesses de grupo, evidente nalgumas delas, acabou por resultar quer do grau de organização que conseguiram atingir quer das conjunturas históricas. Para o mundo dos senhores essas associações, de base cristã e perseguindo fins essencialmente religiosos, constituíram uma forma de assimilar e

---

<sup>128</sup> - Aurelia Martín Casares, “Free and freed black Africans in Granada in the time of the Spanish Renaissance”, *Black Africans in Renaissance Europe*, p. 258-259.

<sup>129</sup> - Alfonso Franco Silva, “Los negros libertos en las sociedades andaluzas entre los siglos XV al XVI”, *Los marginados en el mundo medieval y moderno*, Almería, Diputación, 2000, p. 63.

<sup>130</sup> - Maria Ângela da Rocha Beirante, *Confrarias medievais portuguesas*, p. 7-44.

<sup>131</sup> - Daniela Buono Calainho, *Metrópole das mandingas*, p. 132.

neutralizar indivíduos potencialmente hostis aos seus valores e interesses, fornecendo-lhes, como defendeu Caio Boschi, “ *uma espécie de sincretismo planejado*”, que condicionava o acesso dos negros – e outros descendentes de escravos – à sociedade constituída através da adesão aos valores culturais dominantes <sup>132</sup>.

As confrarias de negros e pessoas de cor formaram-se em Portugal, na sua maioria, sob a inspiração e égide do Rosário de Nossa Senhora, cujo culto foi difundido na Europa pela ordem de S. Domingos e introduzido no país no século XV. Foi, por isso, em conventos dominicanos que existiu a maior parte dessas irmandades. A escolha do Rosário como objecto preferencial da devoção das comunidades de cor resultou do carácter universal e aberto das associações religiosas formadas sob a sua inspiração, quando na generalidade das confrarias imperavam o elitismo e o exclusivismo. Esse carácter foi explicitado pelo autor do *Livro do Rosário de Nossa Senhora*, Frei Nicolau Dias, teólogo e pregador da ordem e partidário da causa de D. António, Prior do Crato, opção que lhe valeu a prisão e o desterro <sup>133</sup> :

“ *Comummente nas outras confrarias não são admitidos senão particulares estados de pessoas, mas na confraria do Rosário de Nossa Senhora recebem-se todos os estados e condições de pessoas: homens, mulheres, grandes, pequenos, pobres, ricos, velhos, moços, livres, escravos, eclesiásticos e seculares e também os defuntos*”.

Era também, em princípio, de acesso gratuito – apesar desta regra não ser muitas vezes aplicada, pela necessidade de obtenção de meios para a subsistência das irmandades <sup>134</sup> – sendo os confrades apenas obrigados a rezarem o rosário inteiro uma vez por semana <sup>135</sup>. Alguns autores têm também sugerido o eventual valor, para os negros, do terço como talismã, que pode ter reforçado a tendência para se organizarem

---

<sup>132</sup> - Caio César Boschi, *Os leigos e o poder. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*, citado por Daniela Buono Calainho, *Metrópole das mandingas*, p. 130.

<sup>133</sup> - Frei Raúl de Almeida Rolo, “ Nota prévia ” à edição do *Livro do Rosário de Nossa Senhora* de 1982.

<sup>134</sup> - Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires au Portugal durant l’Ancien Régime*, v. II, p. 453-458.

<sup>135</sup> - Frei Nicolau Dias, *Livro do Rosário de Nossa Senhora* ( 1573 ), p. 45.



em volta do seu culto, atendendo à importância que os africanos atribuíam a objectos mágicos <sup>136</sup>.

A capacidade de atracção destas irmandades levou a que surgissem em grande número ao longo do país e fossem procuradas pela população de cor das respectivas terras, incluindo escravos, o que certamente lhes trouxe dinamismo mas também dissidências internas, originadas nesse carácter aberto e plural. Num tempo em que a intolerância étnico-religiosa se reforçava e a limpeza e nobreza de sangue eram ideais geralmente procurados, o convívio de brancos com negros e escravos dentro das mesmas organizações não devia ser fácil. Algumas acabaram por se dividir, dando origem a outras de base racial, de Brancos e de Pretos, na mesma localidade. Foi o que se passou em Elvas, Évora, Ferreira do Alentejo, Lisboa, Messejana, Vila Viçosa e certamente muitas outras terras. Noutras, porém, as eventuais divergências aí manifestadas não foram suficientemente graves para levarem à cisão, mantendo-se sempre com carácter misto. Isso ocorreu, entre outras cidades e vilas, em Arraiolos, Beja, Faro, Montemor-o-Novo e Portimão <sup>137</sup>.

Sobre a confraria constituída pelos pretos de Lisboa para o culto do Rosário existe um número relativamente elevado de informações e vários autores escreveram acerca da sua conturbada história, com destaque para António Brásio <sup>138</sup>, Isaías da Rosa Pereira <sup>139</sup>

---

<sup>136</sup> - A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*, p. 206; James H. Sweet, *Recriar África*, p. 243 e José Ramos Tinhorão, *Os negros em Portugal. Uma presença silenciosa*, p. 126-127.

<sup>137</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. 219-223; “Para a história dos escravos e negros no Alentejo: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Arraiolos”, *Almansor*, nº. 3, 2004, p. 245-263; Jorge Fonseca e João Sabóia, “Os negros de Faro e a confraria de Nossa Senhora do Rosário”, *Anais do Município de Faro*, v. XXXI-XXXII, p. 113-131.

<sup>138</sup> - António Brásio, *Os pretos em Portugal*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945.

<sup>139</sup> - Isaías da Rosa Pereira, “Dois compromissos de irmandades de homens pretos”, *Arqueologia e história*, 9º. Série, v. IV, p. 9-47.

e, sobretudo, Didier Lahon, que nela baseou a segunda parte da sua tese *Esclavage et confréries noires au Portugal* <sup>140</sup>.

A notícia mais antiga que se conhece acerca da Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Lisboa é de 1496, data em que os seus mordomos e confrades foram autorizados por D. Manuel I a entregar, às tripulações e passageiros das caravelas que da cidade rumassem à Mina e Rios da Guiné, círios de devoção a Nossa Senhora para angariação de esmolas destinadas à confraria. As importâncias recolhidas deviam ficar à responsabilidade dos capitães desses navios, que as entregariam à instituição no regresso a Lisboa. O alvará foi confirmado pelo soberano em 1518 e, por D. João III, em 1529 <sup>141</sup>.

Naquela primeira data a confraria devia ser ainda mista de pretos e brancos e o privilégio conseguido interessava a ambos os grupos. Mas poucos anos depois, em 1505, os membros negros - embora provavelmente ainda não organizados autonomamente, mas demonstrando crescente dinamismo e influência dentro da confraria - foram certamente os promotores da anulação de um alvará real, já referido, que impedia as negras da cidade de serem regateiras, passando a ser autorizadas a fazê-lo as que fossem forras. A alteração tinha ficado a dever-se à informação que chegara ao soberano de haver “  *muitas pretas forras, casadas e viúvas e outras que viv[ia]m bem e honestamente*”. Embora o diploma legal não o afirmasse expressamente, parece ter sido da confraria do Rosário que partiu a iniciativa de influenciar o rei a anular a decisão anterior, que era posta em prática pelo município <sup>142</sup>.

---

<sup>140</sup> - Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires au Portugal durant l’Ancien Régime*, 2 volumes ( tese policopiada ), Paris, EHESS, 2001.

<sup>141</sup> - Isaías da Rosa Pereira, “ Dois compromissos de irmandades de homens pretos”, *Arqueologia e História*, p. 15-17; António Brásio, *Os pretos em Portugal*, p. 76-77.

<sup>142</sup> - *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Livros de Reis*, v. VI, p. 17; Isaías da Rosa Pereira, “ Dois compromissos ... “, p. 17-18.

O dinamismo dos negros na defesa dos interesses específicos do seu grupo levaria, a breve prazo, à constituição de uma confraria própria, funcionando paralelamente à dos brancos no mesmo convento de S. Domingos. Isso passava-se já em 1518, ano em que D. Manuel concedeu “ *à confraria dos pretos que se faz[ia] no mosteiro de S. Domingos*” da cidade 500 reais por cada caravela que viesse da Mina, pagos pela Casa da Guiné, a exemplo do que já beneficiavam as restantes confrarias de Lisboa <sup>143</sup>. Essa referência à “ *confraria dos pretos que se faz no mosteiro de S. Domingos*” mostrava que a mesma tinha sido acabada de constituir. A sua formação resultara, certamente, quer da necessidade dos negros criarem uma organização autónoma, votada à defesa dos seus interesses, quer do mal estar dos confrades brancos em face de objectivos e acções que lhes eram alheios. Daí em diante a luta dos negros estaria muito mais facilitada.

Nesse mesmo ano o rei enviava ao governador da Casa do Cível um alvará em resposta às queixas dos “ *homens pretos e mordomos da confraria de Nossa Senhora do Rosário*”. Estas diziam respeito aos escravos que os donos deixavam livres em testamento, mas cujos herdeiros e testamenteiros os mantinham cativos, contrariando a vontade dos falecidos e atentando contra o direito dos escravos à liberdade. A confraria pretendia que lhe fosse autorizado intervir judicialmente para tornar efectivas aquelas alforrias. Segundo alegava, já no tempo de D. João II lhe fora concedido esse direito e um alvará de D. Manuel, de 1513, com o mesmo fim, estava “ *muito roto e velho*”. O rei acedeu ao pedido, permitindo que os cativos em condições de serem libertos passassem a gozar a alforria de imediato, mas dando fiança do seu valor. Esta destinava-se a salvaguardar os casos em que se viesse a concluir não ser a alforria legítima <sup>144</sup>.

---

<sup>143</sup> - Isaías da Rosa Pereira, “Dois compromissos ...”, p. 19.

<sup>144</sup> - António Brásio, Ob. cit., p. 78-79; Isaías da Rosa Pereira, Ob. cit., p. 20-22 – 20.3.1518.

Dois anos depois novo alvará régio em favor dos negros foi originado num protesto da respectiva confraria. Era vulgar as mulheres pretas que tinham sido casadas com mareantes e “*línguas*” ( intérpretes) verem as suas casas invadidas, durante a noite, pelos homens do alcaide, sem para isso terem mandato judicial e sob o pretexto de que elas escondiam escravos fugidos ou furtos seus, praticando roubos e outras violências. O protesto foi apresentado pelos “*homens pretos línguas e mordomos e confrades de Nossa Senhora do Rosário*”, o que leva a supor que os intérpretes de cor se queixaram à confraria e os respectivos dirigentes se fizeram porta vozes das suas reclamações. Embora o texto conhecido do alvará se refira às “*mulheres pretas que foram casadas com línguas e mareantes*”, devia tratar-se não apenas das viúvas destes mas sim das que tinham os maridos embarcados naquelas actividades – que **eram** casadas com línguas e mareantes – e que, por isso mesmo, não tinham quem as defendesse da arbitrariedade dos agentes da lei. O soberano correspondeu ao pedido com a proibição destes violarem os domicílios das negras sem mandato do juiz <sup>145</sup>.

Em 1526 os libertos da ilha de S. Tomé pediram a D. João III que os autorizasse a criarem uma confraria do Rosário, para a qual requereram os mesmos privilégios da sua congénere de Lisboa. A aceitação do rei incluiu a enumeração desses privilégios, concedidos, segundo afirmou, por D. Manuel à instituição lisboeta <sup>146</sup>. Como já foi destacado por Didier Lahon, o documento tem a particularidade e a vantagem de fazer o ponto da situação de que a confraria de Lisboa usufruía nessa data, compendiando resumidamente as regalias que lhe tinham sido até aí outorgadas <sup>147</sup>. Se a uma parte já nos referimos – possibilidade de a confraria enviar círios nas caravelas, licença às

---

<sup>145</sup> - António Brásio, *Os pretos em Portugal*, p. 82-83; Isaias da Rosa Pereira, “Dois compromissos ...”, p. 19-20 – 16.12.1521.

<sup>146</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana. África Ocidental ( 1471-1531)*, v. I, p. 472-473 – 9.7.1526.

<sup>147</sup> - Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires au Portugal*, v. II, p. 351-352 ; « Esclavage, confréries noires, sainteté noire et pureté de sang au Portugal ( XVI.-XVIII.e siècles ), *Lusitania Sacra*, nº 15 (2003), p. 125.

negras forras para serem regateiras, libertação dos escravos alforriados em testamento, com obrigação de fiança – outras contêm aspectos novos ou são mesmo novidade em face do que foi já descrito.

Relativamente à inviolabilidade dos domicílios pelos agentes policiais, sem mandato judicial, enquanto o alvará atrás mencionado se cingia às habitações das negras casadas com mareantes e línguas, o privilégio dado aos negros de S. Tomé era extensivo a todos os “ *pretos forros da dita ilha que casa teve[ss]em*”, o que faz supor que o mesmo terá acabado por se passar em Lisboa. Aliás, a restrição às negras com maridos embarcados seria de quase impossível cumprimento, por serem as mesmas em reduzido número e se poderem confundir com a restante população negra.

Outro privilégio dado à irmandade santomense por extensão dos concedidos à confraria lisboeta foi o de poder pedir esmolas durante a celebração da missa “ *dentro da igreja*” – supostamente aquela em que a confraria fosse erecta – mas não fora dela. Era provavelmente o que praticavam os confrades de Lisboa durante os ofícios realizados na igreja de S. Domingos. Em 1549 D. João III alargou, “ *por mercê e esmola*”, o âmbito dos peditórios, autorizando-os a pedirem pela cidade, o que D. Sebastião veio a confirmar em 1574 <sup>148</sup>. Em 1550 tinham sido dispensados de prestar contas das esmolas recolhidas ao provedor e ouvidor do Hospital de Todos os Santos, como antes eram obrigados <sup>149</sup>.

Mas de outra importante regalia desfrutava a confraria de Lisboa em 1526, igualmente concedida à sua congénere de S. Tomé: a de poder obrigar os donos de escravos a libertarem aqueles que fossem seus associados, certamente em troca do respectivo valor: “ *Outrossi me praz que os homens pretos e mordomos da dita confraria possam, por si e por seus procuradores, demandar e obrigar à liberdade e*

---

<sup>148</sup> - António Brásio, *Os pretos em Portugal*, p. 83-84.

<sup>149</sup> - Idem, p. 84; Isáias da Rosa Pereira, “Duas irmandades...”, p. 22-23.

*alforria de quaisquer pretos e pretas que forem confrades*” <sup>150</sup>. Era, sem dúvida, o privilégio de maior alcance social, verdadeiro atentado à instituição escravagista, por poder levar à generalização das alforrias através da filiação na confraria de qualquer cativo que dispusesse ou conseguisse a importância correspondente ao seu valor. Seria esse, de resto, um dos argumentos usados mais tarde pelos brancos para a expulsão da irmandade do convento dominicano. A concessão desse privilégio só se pode compreender inserida numa *“política real deliberadamente destinada a reforçar o poder dos negros dentro da Confraria do Rosário de S. Domingos”* <sup>151</sup>. Tal atitude radicava na função que o pensamento social e político medieval, ainda em grande parte vigente nos alvares da modernidade, considerava atributo dos soberanos: manter a harmonia entre os corpos sociais inferiores, *“garantindo a cada qual o seu foro ou direito; numa palavra, realizando a justiça [...], primeiro ou até o único fim do poder político”* <sup>152</sup>. Assegurar o equilíbrio desses corpos, de forma a evitar conflitos mútuos que pudessem afectar a ordem social vigente, era um dos fins principais da função régia. Entre esses corpos incluíam-se as associações, destinadas à prossecução do bem comum. Essa concepção foi-se, no entanto, perdendo com o avanço da época moderna, ao considerar-se que, ao abrigo do bem comum, poderiam algumas produzir o mal <sup>153</sup>. A boa vontade em relação à confraria derivava certamente de uma avaliação favorável, por parte do poder real, do seu papel como factor de moderação e de integração social e cultural dos negros, quer forros quer escravos.

Não foi, porém, outorgado à agremiação santomense o direito obtido pela de Lisboa, a 500 reais por cada caravela que chegasse ao reino vinda da Mina, que não faria sentido atendendo à diferente situação geográfica e implicaria uma adaptação à

---

<sup>150</sup> - António Brásio, *Monumenta missionaria africana*, v. I, p. 473.

<sup>151</sup> - Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires au Portugal*, v. II, p. 351.

<sup>152</sup> - António Manuel Hespanha, *História das instituições. Épocas medieval e moderna*, p. 209.

<sup>153</sup> - Idem, p. 212-213.

economia da ilha em que a coroa não estava interessada dada a frequência das ligações marítimas entre a mesma e aquela feitoria <sup>154</sup>.

A inexistência dos documentos originais de concessão dos referidos direitos à confraria lisboeta só pode derivar das perdas sofridas ao longo do tempo pelos livros da chancelaria de D. Manuel I, que fez desaparecer 24 dos 71 volumes assinalados em 1532 <sup>155</sup>.

Pondo em prática os direitos conquistados ao longo de décadas a Confraria do Rosário dos Pretos prosseguiu no desempenho das suas funções culturais e de defesa da comunidade negra da cidade. A sua existência foi assinalada por Cristóvão Rodrigues de Oliveira no *Sumário* que, em 1551, redigiu das coisas notáveis de Lisboa. Entre as sete confrarias com actividade no mosteiro de S. Domingos o autor incluiu a de Nossa Senhora do Rosário, “*repartida em duas, uma de pessoas honradas e outra dos pretos forros e escravos de Lisboa*” <sup>156</sup>. No entanto, embora provavelmente a mesma tivesse existência autónoma pelo menos desde a segunda década do século, data só de 1565 o primeiro compromisso conhecido, apresentado ao corregedor do cível da corte e por este aprovado para ter valor legal. Este alto magistrado era o doutor Bartolomeu Pires do Avelar, que era também “*juiz conservador das causas da Irmandade dos Homens Pretos de Nossa Senhora do Rosário*”. A incumbência deste tipo de jurisdição fazia-se ao abrigo do estipulado nas *Ordenações*. No título VI do seu primeiro livro, relativo às atribuições do *Corregedor da corte dos feitos cíveis*, as mesmas determinavam que esse magistrado tomasse conhecimento dos feitos cíveis das viúvas, órfãos e pessoas miseráveis que o escolhessem por juiz <sup>157</sup>. Além disso, podia o rei, de acordo com o título IV, §8, do terceiro livro, “*mandar em todo o caso, per simpres petição, trazer*

---

<sup>154</sup> - Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires...*, p. 352.

<sup>155</sup> - Fernando Portugal, *A chancelaria de D. Manuel I*, p. 4. Pedro de Azevedo e Braamcamp Freire defenderam que as perdas se podiam dever a terem os livros ido para Castela depois de 1580.

<sup>156</sup> - Cristóvão Rodrigues de Oliveira, *Sumário*, p. 67.

<sup>157</sup> - *Ordenações manuelinas*, Liv. I, Tít.VI, § 7, p. 78.

*perante [ si ], per [ seu] especial mandado, qualquer feito [...] quando o houve[sse] por [ seu ] serviço”* <sup>158</sup>. Nessa medida, o corregedor do cível da corte podia ser juiz de quaisquer causas que lhe fossem superiormente entregues, supostamente quer em casos individuais quer a título permanente, como deve ter-se passado, a pedido da Confraria do Rosário dos Pretos, com as acções em que esta estivesse envolvida. Houve para isso, por certo, alvará real, que não se conhece. A colocação da instituição protectora dos negros sob a jurisdição daquele importante funcionário régio, é mais uma prova do apoio que a mesma mereceu do poder político.

Intitulado *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos*, o regimento foi feito por ter parecido aos membros da agremiação “ *coisa conveniente e necessária para bem e prol*” da mesma, atendendo aos “ *muitos respeitos*” que os moviam a esse fim. Daí se depreende que a confraria já existia antes mas, por diversas razões não explicitadas, era necessário estabelecer um conjunto de regras que a tornassem mais funcional e, eventualmente, mais consensual e digna de crédito externo. Essa necessidade derivava certamente da contestação de que era objecto a sua actividade, exigindo o seu fortalecimento formal e maior operacionalidade. O prólogo do documento atribuiu aos “ *homens pretos vindos das longes terras e partes de Etiópia*” a iniciativa da capela e confraria do Rosário erigida em 1460 - data verosímil considerando a actividade que aqueles desenvolviam havia longo tempo dentro da instituição – mas o facto de afirmarem que a mesma estava *no momento* (“*ora*”) edificada no mosteiro de S. Domingos pode levar a admitir que tenha surgido noutro local antes de ser para aí transferida.

Foram 33 os membros presentes à aprovação do compromisso, além de três dirigentes ( o juiz e dois mordomos ), do escrivão ( branco ) e do procurador geral, o

---

<sup>158</sup> - Idem, Liv. III, Tít. IV, § 8, p. 19.



licenciado Rui de Alvim. Entre os confrades foram mencionadas as profissões de doze: 1 alfaiate, 1 bordador, 1 calafate, 3 mareantes, 1 pedreiro e 5 trabalhadores ( um deles “do Terreiro” do Trigo ). Se considerarmos estes membros como representativos do conjunto dos associados, seremos levados a concluir que a confraria era formada sobretudo por artesãos, marinheiros e trabalhadores braçais por conta de outrem.

A mesma tinha, por outro lado, uma base racial e sexista. Tinha sido constituída e era mantida por “ *homens pretos*” e, no capítulo 7 do compromisso, excluía dos cargos dirigentes – embora implicitamente admitisse a sua entrada como membros – os “ *mouriscos brancos*”, os mulatos e os índios. Estes, portanto, podiam ser confrades mas não irmãos. Embora a distinção entre a *confraria* e a *irmandade* não seja explicitada, ela subjaz a todo o conteúdo do documento. A primeira, mais ampla, era formada por todos os *confrades* ou associados, que eram também eleitores dos dirigentes da agremiação. A segunda era mais restrita e constituída pelos *irmãos*, os confrades que, além de eleitores, podiam também ser eleitos. Esta distinção é bem clara nos compromissos de outras confrarias, como na de Nossa Senhora do Rosário da Sé de Faro, que era, expressamente, irmandade e confraria em simultâneo <sup>159</sup>, tal como a de Lisboa, apesar de isso, neste último caso, não ser declarado.

Quanto às mulheres, aparentemente não podiam sequer associar-se, embora pudessem ser objecto de auxílio as que fossem casadas com irmãos ou confrades. Tal não se passava noutras confrarias, sendo vulgar a entrada de mulheres como *confradas* já na Idade Média <sup>160</sup>, o mesmo sucedendo também na do Rosário de Faro, cujo compromisso foi aprovado em 1600 <sup>161</sup>.

---

<sup>159</sup> - Jorge Fonseca e João Sabóia, “ Os negros de Faro e a confraria de Nossa Senhora do Rosário”, *Anais do Município de Faro*, v. 31/32 ( 2001/2002), p. 113-131.

<sup>160</sup> - Arquivo da Mis<sup>a</sup>. do Vimieiro, Códice quinhentista, f. 7- 8 v. - Doc. de 1282.

<sup>161</sup> - Jorge Fonseca e João Sabóia, Ob. cit, p. 130.

Nenhum escravo podia ser irmão, ocupando cargos dirigentes ( “ *ser oficial nem ter mando* ” ), embora pudesse ser confrade e beneficiar de ajuda da associação, nomeadamente para a sua alforria. Esta faceta da acção da confraria foi objecto de dois capítulos do compromisso ( o 22 e o 23 ), ficando assente que esse tipo de intervenção não constituía obrigação da mesma se implicasse despesas, embora o pudesse fazer por deliberação da mesa. Tal orientação deveu-se, como refere o texto estatutário, às inúmeras pressões de que a confraria era alvo da parte de escravos que se queriam alforriar, nomeadamente da parte dos que já eram parcialmente livres, para se acabarem de libertar. Embora isso não seja expresso, esta restrição ficou também, sem dúvida, a dever-se às pressões em sentido contrário da parte de muitos senhores, através dos confrades brancos de Nossa Senhora do Rosário, pois o compromisso foi elaborado, como veremos mais adiante, em pleno conflito entre ambas as facções, sendo resultado de um compromisso.

Em resumo, só podiam ser *irmãos* indivíduos forros de cor preta e do sexo masculino, que podiam, nessa medida, aceder aos cargos de direcção. Podiam ser simples *confrades* os forros, do mesmo sexo, que fossem mouriscos brancos, mulatos ou indianos, assim como os escravos cativos ( supostamente de qualquer um destes grupos, além dos pretos ). É a essa conclusão que conduz a letra do compromisso. Mas a realidade podia ser diferente, com pouca ou nenhuma adesão de mouriscos, mulatos e índios, por se sentirem subalternizados. Os índios e os mouriscos, de resto, dispunham de confrarias próprias, como veremos.

Numa procura de credibilidade fora da instituição ( certamente por exigência das autoridades que aprovaram o compromisso ) foi determinado que o escrivão fosse “*branco e um homem nobre e pessoa de que se t[ivesse] respeito quando se houve[sse] de fazer alguma coisa*” ( capítulo 2 ). Mas, quer o escrivão quer o procurador-geral

atrás mencionado, eram certamente agentes contratados e não membros da associação. As eleições ocorreriam na presença de, pelo menos, 12 irmãos e alguns confrades. Quanto aos fins a que se destinava a confraria e irmandade, eles eram, além do culto da Mãe de Cristo, sob a invocação do Rosário – cuja festa se realizava em Julho – a assistência aos confrades na doença e na miséria e, aos mesmos e suas mulheres, em caso de morte.

As dissidências entre as duas confrarias do Rosário foram basicamente provocadas pelo dinamismo dos negros na sua afirmação sócio-cultural e no empenho para, com o apoio régio, conseguirem a libertação de escravos, assim como pela reacção dos brancos à sua influência crescente. A própria formação de uma confraria de negros só se pode explicar pela necessidade destes defenderem os seus interesses próprios sem os condicionamentos a que a coexistência com os brancos por certo obrigava. Didier Lahon foi o historiador que mais exaustivamente estudou o processo que conduziu, no fim do século XVI, à expulsão da confraria dos negros do convento dominicano, relacionando esse desfecho com a viragem política ocasionada pela ocupação do trono de Portugal pela casa de Áustria.

As acusações dos confrades brancos às autoridades religiosas, nomeadamente da ordem de S. Domingos, pressupunham o não reconhecimento da existência legal da confraria dos negros nem dos privilégios que a coroa lhe tinha outorgado, considerando ilegítima a acção dos seus elementos dentro da igreja em que estava sedeadada. Aos confrades negros eram imputados grandes abusos, derivados de serem “ *gente bárbara*”, “ *cheios de ambição e inclinados a furtar e beber*”, o principal dos quais era o de “ *inquietarem os cativos do serviço dos seus senhores*”, consentindo que levassem à confraria os furtos que lhes faziam, para com eles se forrarem, acrescentando: “ *E o mesmo fazem às viúvas. Tanto que lhes morrem seus maridos se vêm os seus negros à*

*dita congregação com o que lhes têm furtado e as trazem em demandas, arrestadas e inquietas, tirando-lhes os escravos de seu poder”* <sup>162</sup>.

Este tipo de argumentos mostra qual era o fundamento principal da hostilidade dos confrades brancos, veiculando as queixas e os interesses dos donos de escravos, que alguns deles provavelmente também eram. Tudo acabou por resultar na imposição pela ordem dominicana da reunificação das duas confrarias numa só ou, então, da saída da confraria dos negros para outro convento da ordem <sup>163</sup>. A falta do apoio real às suas reivindicações após a perda da independência portuguesa, em 1580, terá sido determinante da sua saída de S. Domingos e da decisão papal de impedir qualquer atitude hostil às posições dos confrades brancos <sup>164</sup>.

A acção dos monarcas espanhóis tendia certamente mais para a procura do apoio da nobreza e da grande burguesia lusitanas, decisivas da sua ascensão ao trono português e em grande parte formadas por donos de escravos e traficantes negreiros, do que para a protecção de uma minoria social, como os negros, que participara militarmente na resistência ao seu domínio. Os próprios privilégios concedidos à confraria por D. Manuel e confirmados pelos seus sucessores portugueses lhe foram retirados, só voltando a recuperá-los – com excepção do mais polémico, a possibilidade de obrigar os donos dos escravos confrades a dar-lhes alforria – em 1646, depois da recuperação da independência do país <sup>165</sup>.

Os conflitos ocorridos em S. Domingos levaram a comunidade negra a organizar-se em confrarias noutros templos da cidade, procurando um clima mais sereno para a prática de rituais religiosos, confraternização e entreajuda. Essa dispersão incluiu,

---

<sup>162</sup> - Didier Lahon, “ Esclavage, confréries noires, sainteté noire et pureté de sang au Portugal ( XVI.e-XVIII.e siècles ), *Lusitania Sacra*, n.º. 15 ( 2003 ), p. 126-128 ; *Esclavage et confréries noires au Portugal*, v. II, p. 356-359.

<sup>163</sup> - Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires*, v. II, p. 359.

<sup>164</sup> - Didier Lahon, “ Esclavage, confréries noires ...”, p. 129.

<sup>165</sup> - Didier Lahon, “ Esclavage, confréries noires ...”, p. 129-130 ; *Esclavage et confréries noires au Portugal*, v. II, p. 365.

provavelmente entre outras de que não nos chegou qualquer eco, as de *Nossa Senhora de Guadalupe*, no convento de S. Francisco e a de *Jesus, Maria, José dos Homens Pretos*, no do Carmo, nascidas ainda no século XVI e, já no seguinte, a do *Rosário dos Pretos de S. Domingos*, no mosteiro da Anunciada, a do *Rosário dos Pretos*, no do Salvador, do *Rosário dos Pretos, a Resgatada*, no da Trindade e ainda a do *Rosário dos Pretos*, da Graça <sup>166</sup>.

Integrou-se nas práticas de devoção da comunidade negra de Lisboa uma pintura de estilo maneirista, a óleo sobre madeira, representando *Nossa Senhora do Rosário com um casal de negros em oração*, localizada por Vítor Serrão numa dependência do convento dos Paulistas. A mesma está envolvida por moldura em madeira de estilo rococó. Como o convento só foi construído só nos finais do século XVII <sup>167</sup>, o pequeno retábulo deve ter pertencido a uma das confrarias do Rosário de negros dos finais de Quinhentos ou primeiras décadas de Seiscentos <sup>168</sup> ou, então, ser o ex-voto de um casal de membros dessa comunidade. Dada a raridade, já referida, de obras de arte com representação de negros, trata-se de uma das mais significativas das existentes no país, por provir de uma iniciativa da própria comunidade negra de Lisboa, em resultado da sua acção religiosa e social.

---

<sup>166</sup> - Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires...*, v. II, p. 405.

<sup>167</sup> - *História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa* ( c. 1707 ), v. II, p. 113. O mosteiro foi construído entre 1654 e 1680. Seguindo o anónimo autor desta obra, em 1707 não parecia existir aí qualquer confraria do Rosário, de negros ou não.

<sup>168</sup> - O quadro, que mede 19 x 30 cm. está, actualmente, integrado numa moldura rococó – com 52 x 71 cm. - feita com intenção de recuperar e valorizar a pintura, trazida de outro local, talvez destruído pelo Terramoto de 1755, eventualmente por iniciativa duma confraria do Rosário aí existente.



N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Rosário com um casal de negros em oração ( Igreja de S. Paulo – Lisboa )

Um percurso algo semelhante à de Lisboa deve ter experimentado a *Confraria do Rosário dos Homens Pretos* de Évora, a segunda a ser fundada no país. Em 1518 D. Manuel I concedeu vários privilégios aos seus oficiais e mordomos, para os usufruírem enquanto servissem os seus cargos, como a isenção de pagarem “*peitas, fintas, talhas, pedidos, serviços [e] empréstidos*” lançados sobre os moradores da cidade, de acompanharem presos, transportarem dinheiro, serem tutores ou desempenharem serviços municipais contra a sua vontade, darem aposentadoria ou serem-lhes requisitados géneros, animais e veículos <sup>169</sup>. Em 1521 o soberano concedeu-lhes facilidades para recolherem esmolas pela cidade e pelo termo <sup>170</sup>. Mais para o fim do século, em 1581, ainda estavam “*em posse e costume de acudir e acorrerem e*

<sup>169</sup> - TT, Chancelaria de D. João III, Doações, Liv. 45, f. 10.

<sup>170</sup> - Idem, f. 10 v.

*ajudarem a todos os homens pretos que se vi[ss]em em trabalhos para sua alforria”* <sup>171</sup>. Conhecem-se diversos casos, quer de anos imediatamente posteriores quer já da centúria seguinte, de alforrias conseguidas por intervenção da confraria <sup>172</sup>. Mas em 1625 ela estava “ *sita no mosteiro de S. João Evangelista d[a] cidade*” ( Lóios ) e não já no de S. Domingos e, em 1699, “ *na igreja de S. Francisco*” <sup>173</sup>. O que se terá passado entretanto ? Terá a ordem dominicana feito cumprir em Évora a orientação, já adoptada em Lisboa, de não autorizar a existência de mais que uma confraria do Rosário, provocando a saída da dos Pretos para mosteiros de outras ordens? É o mais provável. Se assim foi, podem nem ter chegado a existir conflitos entre brancos e negros que levassem à expulsão destes. Mas tal princípio não foi regra geral para todo o país, pois em Elvas funcionaram, no mosteiro de S. Domingos, duas confrarias do Rosário, uma de Pretos e outra de Brancos, apesar de no século XVII se verificarem algumas divergências entre ambas <sup>174</sup>.

Na maioria das terras em que os negros se integraram em confrarias, quase invariavelmente do Rosário, umas eram mistas de brancos e negros, noutras havia organizações separadas para uns e outros e, noutras ainda, havia só uma confraria do Rosário, mas de negros. Isto passou-se, por exemplo, em Aldeia Galega ( hoje Montijo), onde existia em 1553 uma *Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos* na matriz respectiva, com trezentos confrades, a maior da localidade. Entre os paramentos que possuía contava-se “ *uma vestimenta de damasco branco*” que tinha “*na traseira, uma imagem de Nossa Senhora, borlada, do Rosário, com dous homens pretos ao pé*” <sup>175</sup>.

---

<sup>171</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 201, f. 107 v.

<sup>172</sup> - Jorge Fonseca, *Escravos no sul de Portugal*, p. p. 214-215.

<sup>173</sup> - Idem, p. 216.

<sup>174</sup> - Idem, p. 216-217.

<sup>175</sup> - Mário Balseiro Dias, *Visitações e provimentos da ordem de Sant'Iago em Aldeia Galega de Ribatejo*, v. II, p. 11, 12, 25, 26, 133 e 181.

Voltemos a Lisboa. No fim do século havia, além de confrarias de negros, maioritários entre a gente de cor, uma de indianos, da invocação de S. Tomé e a funcionar na igreja paroquial do mesmo nome. Esta invocação e localização relacionava-se, sem dúvida, com a tradição de ter sido esse discípulo de Cristo o primeiro evangelizador da Índia, sepultado em Meliapor e cujos ossos, guardados pelos brâmanes locais, foram encontrados e venerados pelos portugueses. Em 1591 o “*juiz, mordomos e confrades índios da Confraria de S. Tomé d[a] cidade de Lisboa*”, sediada na igreja do mesmo nome, foram autorizados a “*mandar pedir com arqueta esmolas pela Ribeira da dita cidade, Alfama e bairro dos Escolares*”. O privilégio foi concedido por três anos, com a condição de que “*a pessoa que houve[sse] de pedir as ditas esmolas [fosse] tal que, por sua muita idade ou enfermidade, se não p[udesse] sustentar por seu trabalho*”. Esta seria apresentada pela confraria ao Mamposteiro-mor da Rendição dos Cativos, para ele verificar se tinha aquelas condições <sup>176</sup>. A zona demarcada à confraria para proceder aos peditórios era a que circundava a respectiva igreja, situada entre o Castelo e a Ribeira.

Os processos inquisitoriais sobre mouriscos revelam-nos a existência, também, de uma confraria dessa comunidade. O mourisco forro António Fernandes, natural de Fez e suspeito de querer regressar às práticas islâmicas, declarou ao Santo Ofício, em 1554, como prova de fidelidade cristã, que todos os domingos ouvia a missa na Sé e “*outras vezes ia à igreja de S. João da Praça onde os mouriscos t[inha]m confraria de S. João que t[inha] em cada domingo missa*” <sup>177</sup>. O dia deste santo, a 24 de Junho, era aquele em que os mouriscos de Lisboa realizavam a sua festa <sup>178</sup>, provavelmente centrada naquela igreja de Alfama e dinamizada pela respectiva confraria. Por outro processo do mesmo ano, referente ao taberneiro António Alberto, igualmente mourisco e suspeito de

---

<sup>176</sup> - TT, Chancelaria de D. Filipe I, Doações, Liv. 21, f. 228 – 19.6.1591.

<sup>177</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 10.864, f. 7 – 2.10.1554.

<sup>178</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 3184, f. 5 – 8.8.1556.



tentar fugir para território islâmico, sabemos que este foi mordomo da confraria durante o mandato que tinha terminado em Junho. Segundo o próprio afirmou, “ *ele foi [...] o que fez com que os mouriscos fizessem a dita confraria de S. João e assi João de Sá, que viv[ia] às Pedras Negras*”. Por isso, tratava-se de uma fundação relativamente recente. Além disso, tinha dado nesse ano “ *uma gorra ao Bem Aventurado Santo e assi levou charamelas*” ( certamente na procissão organizada pela irmandade ), custando-lhe tudo mais de 4.000 reais. E todos os anos costumava dar “ *uma fogaça pelo dia do Santo*”. Além de proprietário de uma taberna e estalagem, o patrocinador da associação era comerciante de vinhos, detentor de vários armazéns na cidade, credor de vários indivíduos, trazia uma quinta arrendada e estava para comprar uma fazenda nos Olivais. A sua taberna era ponto de encontro de mouriscos que trabalhavam na Ribeira e de criados, também mouriscos, do rei que aí iam comer e beber. Fica assim esboçado o perfil deste fundador e dinamizador da agremiação dos mouriscos da cidade: um homem relativamente abastado e bem inserido na comunidade de que fazia parte como elemento dirigente. Originário dos alarves junto de Fez, fora tomado numa cavalgada dos portugueses e baptizado em Azamor. Acabara como escravo do alemão Jorge Alberto, a quem tinha comprado a liberdade por 28.000 reais <sup>179</sup>.

Era no âmbito das confrarias que a população de cor organizava os seus principais festejos e manifestações culturais. Eles decorriam da própria natureza do associativismo de raiz medieval, para o qual as práticas de sociabilidade e confraternização constituíam um dos objectivos mais importantes, dando lugar a *bodos* ou banquetes anuais - destinados não só aos confrades, mas igualmente aos pobres ou mesmo a toda a população que quisesse participar <sup>180</sup> - e a *folias*, festejos de rua que, por vezes, incluíam

---

<sup>179</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 10.837, p. 43 – 20.11.1554.

<sup>180</sup> - Maria Ângela Beirante, *Confrarias medievais portuguesas*, p. 31-33.

práticas menos próprias, como “ *doestos e maus cantares*” <sup>181</sup>. Isto significa que algumas manifestações de alegria das comunidades negras, como danças inspiradas na tradição africana, que escandalizaram alguns portugueses e estrangeiros de Quinhentos e de séculos posteriores, se desenvolveram na base de uma antiga tradição europeia alimentada pelas confrarias devocionais.

Tratava-se, para os negros, de oportunidades de evasão à dureza do dia a dia, de “*momentos apaziguadores de tensões*” <sup>182</sup> acumuladas durante o exigente trabalho a que eram obrigados pelos senhores – no caso dos escravos - ou com que garantiam a subsistência - no dos libertos ou livres. Uma das queixas contra a acção dos negros em S. Domingos, formuladas pelos confrades brancos, referia-se às “ *muitas gentilidades e abusos de que esta[vam] usando em suas festas, feitos sátiros, a seu uso de suas terras, ao modo gentilico*”, sem haver quem proibisse “ *suas diabólicas invenções*” <sup>183</sup>. Não deixa de ser significativo da má vontade dos seus adversários lembrar que nas festas religiosas promovidas pelos brancos ao longo do país, antes e depois de Trento, como na de *Corpus Christi* e outras, era normal figurarem momos, “*danças de mocas*” e música de tamboris, frequentemente tocada por negros a soldo dos municípios <sup>184</sup>. Em 1544 a câmara de Montemor-o-Novo pagou 500 reais “ *aos escravos que fizeram a dança dia de São Sebastião, na procissão*” <sup>185</sup>. Afinal, esses “ *bárbaros*”, como lhes chamavam no mesmo protesto <sup>186</sup>, não faziam mais do que adaptar os costumes dos brancos às suas próprias tradições de origem. Tradições essas que incluíam *calundús*, festas de negros em que se dançava e pulava ao som de batuques, com intervenção de

---

<sup>181</sup> - Arquivo da Mis<sup>a</sup>. do Vimieiro, Códice quinhentista, f. 8 – Doc. de 1282.

<sup>182</sup> - Maria do Rosário Pimentel, “ El-Rei do Congo em Portugal e no Brasil. Da realidade à ficção”, *Portugal e Brasil no advento do mundo moderno*, p. 378.

<sup>183</sup> - Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires au Portugal*, v. II, p. 358.

<sup>184</sup> - Jorge Fonseca, *Os escravos em Évora no século XVI*, p. 35.

<sup>185</sup> - AHMMN, A 1 D 9 – Receita e Despesa de 1569, f. 1 v.

<sup>186</sup> - Didier Lahon, *Esclavage et confréries ...*, v. II, p. 358.

elementos em transe que falavam em nome de espíritos, procurando alcançar curas e adivinhações <sup>187</sup>.

Tratar-se-ia, provavelmente, de danças e cânticos do tipo dos que, séculos depois, ainda executavam os romeiros negros da Senhora da Atalaia e que faziam corar de vergonha alguns pudicos estrangeiros de visita a Lisboa <sup>188</sup>.

Era hábito as confrarias de negros em Portugal atribuírem a alguns dos seus membros cargo honoríficos relacionados com a realização das suas festas e a recolha de fundos a elas destinados. A dos Homens Pretos de Elvas nomeava, no século XVII, um rei e uma rainha para colaborarem nos respectivos festejos. Ao primeiro competia “*pedir pela cidade com a caixa e dar o círio concertado e o mais que e[ra] costume, com sua dança*” <sup>189</sup>. A de Vila Viçosa organizava, segundo António de Oliveira de Cadornega ( 1683 ), competições entre cavaleiros que, de cima das montadas, procuravam cortar a cabeça a gansos, pendurados de uma corda <sup>190</sup>, no que os negros eram peritos. Para os festejos era eleito um rei preto, sempre pertencente aos escravos do paço ducal. No fim, o duque de Bragança, patrocinador das festas, oferecia um banquete aos participantes <sup>191</sup>.

Embora posteriores, estas descrições sugerem que tipo de festividades as confrarias promoviam na centúria anterior. Com excepção da de Vila Viçosa, um caso especial, por os confrades poderem contar aí com o apoio e cobertura financeira do senhor da vila e principal aristocrata português, devia ser comum às outras, no plano religioso, a organização de uma missa com procissão na festa principal da confraria e, no profano, um banquete para a comunidade negra, a que se seguiriam danças e cânticos

---

<sup>187</sup> - Daniela Buono Calainho, *Metrópole das mandingas*, p. 84-85.

<sup>188</sup> - A. P. D. G. , *Sketches of Portuguese life* ( 1826 ), citado por José Ramos Tinhorão, *Os negros em Portugal. Uma presença silenciosa*, p. 164-165.

<sup>189</sup> - Arquivo da Irmandade de S. Domingos, Elvas, Liv. das eleições dos mordomos, f. 7 – 1656-1712.

<sup>190</sup> - Em Sevilha realizavam-se competições semelhantes, no século XVIII ( Isidoro Moreno, *La antigua hermandad de los negros de Sevilla*, p. 171-173 ) e daí se pode conhecer o que significavam as *carreiras* de patos referidas por Cadornega.

<sup>191</sup> - António de Oliveira de Cadornega, *Descrição da muito populosa e sempre leal Vila Viçosa*, p. 28-29.

de origem africana, até altas horas, certamente acompanhadas das indispensáveis libações. Na vila de Lagos o bispo do Algarve veio a proibir, no século XVIII e a pedido dos moradores, “ *o batuque que os pretos ali faziam na sua festa do Rosário*”, conforme lembra Didier Lahon, com base em memórias da localidade <sup>192</sup>. É bem provável que a execução de instrumentos de percussão de proveniência africana e as danças correspondentes fossem já vulgares no século XVI.

Os estatutos da Irmandade e Confraria do Rosário de Faro - aprovados em 1600, sendo esta uma agremiação mista de negros e brancos - previam a eleição de associados para “*tomarem a coroa e outras dignidades*”, cargos que eram acessíveis aos negros e não eram mais que os de rei e rainha vulgares nas suas congêneres, destinados sobretudo à recolha de esmolas, para o que os mesmos deveriam ter “ *uma arquinha com duas chaves*” <sup>193</sup>.

Esse costume vigorava também em Lisboa. De acordo com o respectivo compromisso, na confraria do Rosário de S. Domingos era possível a eleição de “*Príncipes e Reis, Duque[s], Condes, Marqueses, Cardeal e quaisquer outras dignidades*” entre os irmãos desde que algum, por devoção, o desejasse <sup>194</sup>. Alguns autores interpretaram esta passagem do compromisso como se ele previsse que príncipes e pessoas nobres pudessem ser membros da confraria, mas esse, considerando a prática de associações semelhantes, não nos parece o sentido da mesma <sup>195</sup>. Do que se tratava realmente era de cargos honoríficos, de confrades escolhidos para desempenharem funções simultaneamente práticas e honrosas durante a realização das festas da associação, à semelhança das confrarias do Espírito Santo, que elegiam

---

<sup>192</sup> - Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires...*, v. II, p. 478.

<sup>193</sup> - Arquivo da Diocese do Algarve, *Estatutos da Irmandade e confraria de Nossa Senhora do Rosário da Sé de Faro*, f. 2 e 5.

<sup>194</sup> - Isaías da Rosa Pereira, “Dois compromissos de irmandades de homens pretos”, p. 33.

<sup>195</sup> - A. C. de C. M. Saunders, *História social dos escravos...*, p. 206 e Didier Lahon, *Esclavage et confréries noires ...*, v. II, p. 458.

*imperadores* <sup>196</sup> e dos *reis do Congo* que presidiam, em Portugal e no Brasil oitocentistas, aos festejos organizados pelos negros <sup>197</sup>. Reflexo desse costume era provavelmente o facto de, nos finais de Quinhentos, viver no beco das Tintas, da rua da Tinturaria, em Lisboa, uma “*rainha mulata que vend[ia] sardinha*”, a quem morreram duas netas, uma em 1586 e a outra no ano seguinte <sup>198</sup>. Atendendo à posição de subalternidade dos mulatos na confraria do Rosário, pois não podiam ser sequer irmãos da mesma, mas apenas confrades <sup>199</sup>, a mesma devia ser *rainha* - talvez a título vitalício, como era hábito – de uma das outras confrarias de negros, de *Guadalupe*, de *Jesus, Maria, José*, ou outra das existentes na cidade naquelas datas.

Os negros não se divertiam apenas nas festas da sua agremiação e no âmbito das acções promovidas por elas. Faziam-no em muitas outras ocasiões, aos domingos e nas festividades que eram comuns à restante população. Uma delas era o Entrudo, ocasião propícia à evasão e a manifestações perturbadoras da normalidade social. Uma postura municipal, já referida, dirigia-se a “*moços*” e escravos, mas era certamente aplicável também aos negros forros e semelhantes. Não permitia que os mesmos “*jog[ass]em às laranjadas nem and[ass]em com farelos, nem com fogo, nem com paus pelo Entrudo*” nem fizessem “*uniões, nem ajuntamentos e inquietações ao povo*” <sup>200</sup>. Esta festa, que na tradição europeia assinalava os últimos dias de liberdade antes da entrada na Quaresma, período de jejuns e privações morais, exaltava a alegria de viver e constituía, nessa época como hoje, “*pretexto de desregramento, recusa de tabus e deveres, sob o disfarce da brincadeira e [...] graças às máscaras, do anonimato*” <sup>201</sup>. Por isso se

---

<sup>196</sup> - Didier Lahon, obra supracitada, p. 477; *Em nome do Espírito Santo. História de um culto*, p. 165; Maria Fernanda Enes, “As festas do Divino Espírito Santo nos Açores: solidariedade e fraternidade”, *Em nome do Espírito Santo. História de um culto*, p. 79-86.

<sup>197</sup> - Maria do Rosário Pimentel, “El-Rei do Congo em Portugal e no Brasil. Da realidade à ficção”, *Portugal e Brasil no advento do mundo moderno*, p. 371-392.

<sup>198</sup> - TT, FP, Lisboa, Conceição, Liv. 3 de Mistos, f. 115 – 23.7.1596 e f. 120v. – 16.10.1597.

<sup>199</sup> - Isaías da Rosa Pereira, “Dois compromissos de irmandades de homens pretos”, p. 30.

<sup>200</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da cidade, C 7, f. 140 v.

<sup>201</sup> - Jacques Heers, *Festas de loucos e Carnavais*, p. 169 e 181.

atiravam laranjas e farelos a quem passava, se procurava amedrontar com paus e com fogo os indivíduos mais pacíficos, organizando-se mesmo “ *uniões*” e “ *ajuntamentos*” para “ *inquietar o povo*” . Também em Évora, na mesma época festiva, os negros eram encontrados a “ *folgar com caveiras*” ( máscaras ), o que dava lugar a brigas e ferimentos <sup>202</sup>.

Mas igualmente noutros dias, ao longo do ano, os negros se divertiam em bailes que organizavam aos domingos e dias santos. Uma decisão da câmara é bem sintomática da falta de sensibilidade das autoridades para o papel moderador e a utilidade social dessas oportunidades de a minoria de cor exteriorizar tensões reprimidas e eventuais ímpetos violentos. A mesma proibiu “ *os ajuntamentos e bailos*” de escravos cativos ou forros que havia na cidade e numa légua em redor e os seus “*tangeres*”, por poderem dar lugar a “ *arruídos*” e furtos. A proibição abrangia os casos sucedidos de dia ou de noite, em dias de festa ou durante a semana, com pena de os participantes “ *serem todos presos*” e de pagarem mil reais “ *os que tang[ess]em ou baila[ss]em*” e 500 os que apenas assistissem <sup>203</sup>. Não custa imaginar o ruído dos batuques a incutir ritmo às danças africanas em muitas tardes e noites de verão. Um processo inquisitorial dado a conhecer por James Sweet refere-se à tentativa de fuga, em 1554, de dois escravos turcos, tendo eles escolhido o domingo para a pôr em prática, “*por ser a festa dos negros*” e despertarem menos atenções <sup>204</sup>.

Também os negros de Granada organizavam as suas festas no século XVI, o que despertou a queixa da comunidade mourisca, através do seu representante Francisco Nuñez Muley, de que, não existindo “ *mais baixa casta que os negros e escravos da Guiné*”, no entanto lhes era permitido cantar e dançar com os seus instrumentos e nas

---

<sup>202</sup> - ADE, FN, Évora, Liv. 137, f. 87 v. – 31.3.1582.

<sup>203</sup> - Arquivo Municipal de Lisboa, Chancelaria da cidade, C 7, f. 137 v.

<sup>204</sup> - James H. Sweet, *Recriar África*, p. 114.

suas próprias línguas <sup>205</sup>. A diferença de tratamento devia-se, por certo, à particular situação dos mouriscos na cidade, depois da revolta de 1568 e da sua repressão. Já antes daquela os mouriscos tinham sido proibidos de expressarem a sua cultura e costumes, nomeadamente a língua árabe, os seus trajos e danças características, o que fora um dos factores da revolta <sup>206</sup>.

Há notícia da participação dos negros de Lisboa, no século XVIII e nos começos do século XIX, nas romarias à ermida de Nossa Senhora da Atalaia, na margem sul do Tejo, junto ao actual Montijo. De acordo com essas referências, a comunidade de cor participava de forma autónoma nas peregrinações, para a qual recolhia esmolas pela cidade, atravessando depois o rio para oferecer os seus círios à Virgem. Seguiam-se depois actos festivos que incluíam música e danças. O naturalista alemão Heinrich Link mencionou-as no relato da sua viagem a Portugal em 1798 <sup>207</sup> e um anónimo britânico que viveu em Portugal entre 1793 e 1804 e de cujo nome se conhecem apenas as iniciais A. P. D. G., descreveu em tom crítico quer o peditório quer as danças executadas pelos peregrinos, as quais classificou como verdadeira orgia, pelo seu carácter lascivo <sup>208</sup>. Ora, sabe-se que em 1743 participavam nessas peregrinações fluviais dois círios de negros de Lisboa, um deles do Bairro Alto, ambos no terceiro domingo de Setembro e, em 1803, um de pretos de Alfama <sup>209</sup>. Mas o que se passaria em séculos anteriores, nomeadamente naquele que estudamos? A ermida já existia no século XIV e, em 1553, era alvo de romaria por parte de doze confrarias de peregrinos, provenientes sobretudo

---

<sup>205</sup> - Aurelia Martín Casares, “Cristianos, musulmanes y animistas en Granada; identidad religiosa y sincretismo cultural”, *Negros, mulatos, zambaigos*, p. 212.

<sup>206</sup> - Manuel Barrios Aguilera, “Los moriscos del reino de Granada, la imposible convivencia”, *Minorias y marginados*, p. 69.

<sup>207</sup> - Heinrich Friedrich Link, *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, p. 95.

<sup>208</sup> - José Ramos Tinhorão, *Os negros em Portugal*, p. 164-167. Também em Granada eram vulgares as festas de negros nos séculos XVI e XVII e não faltavam as críticas, nomeadamente do clero: “Entre otras invenciones ha salido [...] un baile y cantar tan lascivo en las palabras, tan feo en los meneos que basta para pegar fuego aún en las personas muy honestas” (Aurelia Martín Casares, “Cristianos, musulmanes y animistas en Granada”, *Negros, mulatos, zambaigos*, p. 212-213).

<sup>209</sup> - Manuel Frederico Ribeiro da Costa, *Narrativa histórica da imagem de Nossa Senhora da Atalaia*, p. 26.

da margem sul do Tejo – Alcochete ( barqueiros e moços ), Aldeia Galega ( barqueiros), Azeitão, Barreiro, Palmela, Póvoa, Samouco, Sarilhos-o-Grande, Sesimbra e Setúbal (pescadores ) – mas também de Lisboa, uma delas da Alfândega Grande e outra de pescadores da Boa Vista, cada uma com o seu círio <sup>210</sup>. Mas, não havendo menção a círios oferecidos exclusivamente por negros, parece de afastar a hipótese de as peregrinações atrás referidas remontarem a esse século. É, no entanto, possível, ou mesmo provável, que muitos negros se integrassem, individualmente ou em pequenos grupos, nos círios organizados com base profissional, em sectores em que tinham peso significativo, como entre os barqueiros e os pescadores.

As fontes inquisitoriais permitem conhecer algumas das práticas culturais adoptadas pela comunidade de origem islâmica, que incluía mouros e mouriscos - nessa medida, ou seguidores do Islão ou antigos islamitas convertidos ao Cristianismo - quer fossem escravos quer forros, assim como indianos, turcos e negros islamizados. Algumas dessas manifestações ocorriam independentemente da época do ano ou da necessidade de celebrar acontecimentos concretos. Maria, mourisca de um licenciado, tinha o hábito de ir aos domingos e dias santos ver cantar e bailar Maçoude e o seu sobrinho Mafamede, ambos mouros, na estrebaria de D. Álvaro de Abranches, tal como fazia muita outra gente, “ *brancos como mouriscos*” <sup>211</sup>. Um grupo de libertas mouriscas que lavavam roupa na ribeira de Alcântara costumava “*cantar cantigas de mouros, em aravia, de cavaleiros e d’amores*” <sup>212</sup>. Salvador Soares confessou que, por vezes, cantava com outros mouriscos, enquanto comiam e bebiam, “*cantigas de mouros, como e[ra] uma da cidade de Granada, como fora cercada e tomada e assi de*

---

<sup>210</sup> - Mário Balseiro Dias, *Visitações e provimentos da Ordem de Sant'Iago em Aldeia Galega de Ribatejo*, v. II, p. 173 e 183.

<sup>211</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 3194, f. 2 – 2.9.1542.

<sup>212</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 3186, f. 2 – 23.11.1560.



*como fora tomada Alcobaça e Santarém, as quais cantigas eram de cavaleiros*” <sup>213</sup>. João de Sousa, também mourisco, declarou ter um dia cantado numa taberna “ *uma cantiga de Mafamede, que era bom e santo que estava no Céu*”, junto com outros mouriscos, que também cantaram, em aravia <sup>214</sup>.

O jogo era outra forma de ocupação do tempo de lazer e de evasão do trabalho diário de mouros e mouriscos. Mícia da Silva, natural de Marrocos e antiga escrava, foi presa por o seu marido, moço de esporas do rei, igualmente mourisco, “ *ser jogador e trazer alguns mouriscos a casa*” para “*jogar e folgar*” e dizerem, pelo meio dos jogos, palavras mouras e fazerem juramentos. Entre os seus parceiros contavam-se os mouriscos D. João e D. Luís e outros da estrebaria do soberano <sup>215</sup>.

A morte de algum membro desta comunidade dava também lugar a manifestações colectivas, de maior ou menor vulto. Quando Maria Bernardes, mourisca, vivia em Setúbal e morria algum seu compatriota, “ *se ajuntavam todos no Rossio [da vila] e faziam sua carpinha ao modo de sua terra e pediam a Mafamede que levasse aquela alma ao Paraíso*”. Nessas ocasiões faziam também recolha de esmolas entre si “*para casamentos de pobres*”, as quais pediam “ *por amor de Deus e de Mafamede*”. A associação da esmola, um dos cinco pilares do Islamismo <sup>216</sup>, a rituais fúnebres, evidencia a importância desse acto solidário. Noutros momentos “*cantavam cantigas de mouros*” e “ *tangiam e bailavam como na sua terra*” <sup>217</sup>. Quando faleceu o marido de Francisca Lopes, uma mourisca preta de nome Guimar aconselhou-a a fazer “ *algum bem por alma de seu marido, dando de comer a alguns mouriscos pobres e índios mais necessitados*”. Ela então fez *cuscús*, que deu a oito de uma vez e a seis de outra, os quais, depois de comer, levantavam as mãos e baixavam-se e tornavam-se a levantar,

---

<sup>213</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 13.187, f. 9 v. – 23.6.1557.

<sup>214</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 6466, f. 1 – 7.12.1554.

<sup>215</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1455, f. 2 – 5.9.1553.

<sup>216</sup> - John Alden Williams, *Islamismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1964, p. 73.

<sup>217</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 1588, f. 2 – 6.8.1556.

indo depois embora. Vieram também “ *seis pobres, homens brancos, que andavam pedindo pelas portas*” <sup>218</sup>. Foi também um alguidar de *cuscús* que a mourisca Madalena da Costa ofereceu, por amor de Deus, quando da morte do marido, “ *a pobres, assim mouros como mouriscos que vieram comer a sua casa e assi mulheres brancas e mulatas*” <sup>219</sup>. O *cuscús*, confeccionado com farinha e carne e com diferentes acompanhamentos, teve origem no Magreb e daí se expandiu para os países do Mediterrâneo, tendo também uma função ritual, ligada ao Ramadão.

O consumo desse alimento serviu igualmente de motivação para que se reunisse um grupo de “ *mouras e mouriscas*” em casa de Antónia Rodrigues “ *em dia de S. João, quando os mouriscos d[a] cidade faz[ia]m sua festa*”. A comemoração foi-lhe sugerida por outra mourisca, que trouxe a comida e lhe pediu que a servisse às restantes. Durante o repasto “ *começaram a rezar em aravia algumas orações [...] nomeando Mafamede e outros santos mouros*” <sup>220</sup>. Já foi referida a existência de uma confraria de mouriscos na igreja de S. João da Praça, em Alfama, à qual provavelmente cabia a promoção da parte pública dos festejos de 24 de Junho. Mas isso não impedia que os mouriscos também comemorassem particularmente o seu patrono.

Outra refeição festiva vem descrita no processo instaurado à mourisca Antónia Fernandes, que decorria em 1559, mas se reportava a factos com cerca de uma década. Quando Manuel de Vilhena, seu marido, convalescia de uma doença que o retivera de cama, juntou-se em casa de ambos um grupo de mouriscos e “ *fizeram um jantar com muito carneiro cozido e passas e marmelos e grãos, com que, tudo junto, se cozeu o carneiro*”. Depois, comeram todos “ *em uma mesa posta no chão, a modo e maneira que os mouros fazem*”. Antes de começar benzeram a mesa, dizendo: “ – *Bismilaa, Arraman, Arrahen, (...) Arragin*” e, acabando a refeição: “ – *Handurulaa*”, com as

---

<sup>218</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 6440, f. 5 – 30.4.1552.

<sup>219</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 6533, f. 2 – 14.10. 1553.

<sup>220</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc.º. 3184, f. 4 – 8.8.1556.

*mãos levantadas e estendidas ao modo e maneira de mouros*”. Depois, bailaram e cantaram de acordo com a mesma tradição.

No seu depoimento o marido esclareceu que o jantar fora feito pela moura Aziza, embora tivesse mudado a carne de carneiro para carne de vaca, o que se compreende por terem já decorrido vários anos: “ *comeram todos vaca cozida à mourisca, scilicet, deitando-lhe na panela marmelos e passas e outras cousas, como os mouros fazem*” <sup>221</sup>. Gonçalo, mourisco cativo de Manuel da Câmara, afirmou que costumava matar os carneiros “ *à maneira dos mouros, virando-lhe a cabeça para onde nasce o sol, dizendo Bismila e metendo-lhe trigo na boca*” <sup>222</sup>. Também Salvador Soares os matava voltados para Oriente e dizia Bismila enquanto os degolava <sup>223</sup>.

Os mouros da cidade tinham uma festa própria, como afirmou a liberta mourisca Leonor Machada, que em 1548 assistiu a “ *um dia de festa de mouros*” na estrebaria de D. Sancho, onde o mouro com quem vivia e mais sete crentes islâmicos “ *cantaram e bailharam e choraram e comeram e beberam, de maneira que a guardaram como fazem os mouros, a qual festa se chama Haloes*” <sup>224</sup>.

As festividades cristãs contavam também com a participação dos mouriscos, como foi dito, sendo até uma forma de eles publicamente demonstrarem a sua adesão à fé recentemente adquirida. Mas eram também ocasião de se revelar a matriz islâmica da sua cultura. Pelos Reis, um grupo de mouriscos forros formado por António de Faria, Bernardo do Couto, Diogo da Silveira e Nicolau da Costa costumava cantar as Janeiras pelas portas da cidade, incluindo as de alguns semelhantes seus. Para isso Nicolau da Costa “ *tangia uma gaita*” de cana, António de Faria “ *tangia uma buzina*” – um pequeno búzio, certamente - e os outros dois traziam candeias na mão. Quando

---

<sup>221</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 9955, f. 2 – 1.9.1559.

<sup>222</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 12.487, f. 3 – 21.8.1556.

<sup>223</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 13.187, f. 9 v. – 23.6.1557.

<sup>224</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Procº. 7698, f. 2 – 21.11.1548.

recebiam alguma dádiva de mouriscos “ *eles todos abaixavam a cabeça e beijavam o chão e diziam que fosse por amor de Cide Belabes* ” <sup>225</sup>. Esta personagem surge com grande frequência nos depoimentos de mouriscos - e nas perguntas dos inquisidores - como objecto da sua especial devoção, quase em paralelo com Maomé. Era, portanto, uma figura central da religiosidade dos mouriscos – e, por maioria de razão, dos mouros – de Lisboa. Tratava-se, segundo o seiscentista Jerónimo de Mascarenhas, do eremita maometano Cid Belabes Ceitil, que tinha vivido num morábito junto de Ceuta, frente ao mar, ao qual ainda no seu tempo prestavam homenagem os barcos de mouros que passavam no Estreito “ *acendendo luminárias* ” <sup>226</sup>.

Como se pode observar, as comunidades de indivíduos de cor que viveram na Lisboa quinhentista, fossem de negros, indianos ou mouriscos, procuraram, cada uma à sua maneira e tanto quanto lhes foi permitido, manter traços de identidade cultural, resistindo desse modo à completa assimilação das regras e práticas impostas pela sociedade cristã dominante. A par disso desenvolveram redes de solidariedade e empenharam-se em acções concretas dirigidas à defesa dos interesses dos seus membros, não só livres como escravos.

---

<sup>225</sup> - TT, Inquisição de Lisboa, Proc°. 264, f. 3 – 23.4.1557; Proc°. 5153, f. 3 – 9.3.1557.

<sup>226</sup> - Jerónimo de Mascarenhas, *Historia de la ciudad de Ceuta* ( 1648 ), Lisboa, Academia das Ciências, 1918, p. 25.

## 10 – Conclusões

As páginas precedentes permitem formular algumas ideias gerais sobre a escravidão na Lisboa Quinhentista. A primeira é a de que a existência de um número elevado de escravos na cidade, constituindo a décima parte da sua população e participando nas mais variadas actividades, sobretudo as menos atractivas, não foi, mesmo assim, determinante da sua estrutura socioeconómica, que se baseou no trabalho assalariado, mais produtivo e generalizado. Era a trabalhadores livres e remunerados que cabiam as tarefas mais dinâmicas e marcantes do quotidiano da urbe, como o comércio, a produção artesanal e as actividades marítimas. Os serviços estatais, suporte burocrático da sociedade moderna em gestação e do império ultramarino, estavam entregues a funcionários livres. A própria agricultura das regiões envolventes – Alentejo, Estremadura e Ribatejo – de que a cidade se abastecia devia-se ao esforço de camponeses autónomos ou de trabalhadores assalariados, apesar do papel dos escravos na pecuária. O uso destes em unidades importantes para a concretização das ambições extra-europeias da urbe e do reino, como a produção metalúrgica e o fabrico do biscoito para as armadas, devia-se, provavelmente, à dureza e insalubridade dessas actividades, não havendo indícios de que se aplicasse em larga escala a outros sectores fundamentais, como a construção naval ou civil, em que só aparecia de forma esporádica.

Outra conclusão é que os cativos pertenciam a uma minoria da população da cidade, com predomínio para a nobreza e a burguesia mais opulenta, embora também fossem vistos nas mãos de comerciantes e artesãos de dimensão média. Isso acontecia apesar de a sua força de trabalho ser normalmente mais barata que a dos assalariados

livres e devia-se certamente a que a sua aquisição obrigava a um investimento inicial que não estava ao alcance de toda a gente.

O lugar que cabia aos escravos na sociedade era por certo muito modesto, pois em termos jurídicos era o mais baixo de todos os seus membros, sendo vistos simultaneamente como pessoas e como bens patrimoniais. Além disso, os preconceitos sociais e raciais tendiam a marginalizá-los. Na prática diária, porém, as condições objectivas em que a maior parte deles vivia, como foi salientado, faziam com que abaixo deles ainda se pudessem colocar os numerosos miseráveis e vagabundos livres que abundavam na época, com fome e sem tecto nem protecção. Em condições tão deprimentes o valor atribuído à liberdade devia ser bem pequeno. O tratamento dado aos cativos dependia muito da posição social e do carácter dos respectivos senhores. A sua proximidade física em relação aos donos e a outros membros da sociedade livre podia igualmente, sobretudo nas cativas, servir de factor de integração e de melhoria do seu estatuto. Isso podia derivar da manutenção de relações sexuais e afectivas entre elas e os donos, do nascimento de filhos de ambos e mesmo da intervenção de pais livres na alforria dos filhos.

Não parece também que os escravos fossem pior tratados pelo sistema judicial que os homens e mulheres livres, acontecendo até, com frequência, serem objecto de penas menos gravosas devido à sua natureza patrimonial, para não prejudicar os donos, assim como à intercessão destes a seu favor, pelo mesmo motivo. Talvez por isso a tendência para a fuga não tivesse tido uma incidência muito elevada, a não ser da parte de mouros e mouriscos, a qual se devia a motivações religiosas e à proximidade dos territórios de origem.

Além de constituir a grande concentração de escravos negros do ocidente europeu, Lisboa foi também, no século XVI, o centro financeiro e administrativo do

tráfico negreiro para a Europa e as Américas, devido ao papel desenvolvido pelos mercadores lusitanos e ao controle exercido pela coroa sobre as exportações africanas de cativos. Isso aconteceu quer em relação às entradas na Península Ibérica, por Lisboa ou directamente para Castela, quer também aos que eram levados para o Brasil e para as Índias ocidentais castelhanas. Neste último caso, apesar da intervenção da Casa de Contratação sevilhana quanto às importações de escravos pelas colónias americanas, as respectivas exportações, na costa africana, passavam pelas mãos da administração portuguesa. E neste caso também os traficantes portugueses, nomeadamente cristãos novos, acabaram por liderar esse comércio a partir da segunda metade de Quinhentos.

Outra ideia que surge é sobre a intervenção da Igreja cristã. Quanto a isso, não restam dúvidas, como foi dito, sobre a atitude da generalidade dos clérigos e das comunidades conventuais como donos de escravos, aparentemente igual à de qualquer outro senhor. Nem sobre a existência de figuras relevantes da hierarquia eclesiástica que se dedicaram ao tráfico negreiro. No entanto, como instituição e no exercício da sua missão pastoral, a Igreja promoveu activamente, pela adesão a rituais como o baptismo e o casamento, pela comunicação dos fundamentos doutrinários da religião ou pelo apoio à formação de confrarias de base étnica, a integração dos cativos e dos seus descendentes na comunidade cristã e, desse modo, na sociedade portuguesa da época, pois as duas coincidiam.

As justificações ideológicas da prática da escravidão e do tráfico de escravos inseriram-se, como era inevitável, no conjunto articulado de princípios que, desde a Antiguidade, resultara e, simultaneamente, servira de suporte ao uso de cativos pelas civilizações europeias. No caso português elas foram influenciadas e acentuadas pelo processo da *reconquista* do território aos islamitas – factor de *justa guerra* e de escravização dos adversários - de que resultou a expansão em Marrocos e a exploração

da costa africana. Tais princípios acabaram também por ser aplicados aos povos do Oriente submetidos a Portugal e, em menor grau, aos índios americanos. A crítica desses fundamentos, já do século XVI, veio de um conjunto de teólogos castelhanos, por iniciativa da respectiva coroa e resultou do confronto com a realidade da América, em cuja exploração em grande escala esse país teve prioridade. A sua aplicação a Portugal foi veiculada pelas universidades de Coimbra e Évora, em grande parte por meio de juristas espanhóis e aplicou-se também à escravização e tráfico dos africanos.

Só raramente a cultura dominante mostrou ter-se dado conta da existência de escravos e de libertos negros, mouros e indianos em tão grande número, dignando-se representá-los em obras de arte ou referi-los na poesia e no teatro. Esse foi o resultado quer da sua banalização quer do seu baixo estatuto. As poucas representações existentes, desproporcionadas em face da sua quantidade, servem sobretudo para acentuar esse facto, apesar do evidente valor estético e documental de algumas delas. Mas, por seu lado, as comunidades de cor, integrando escravos, libertos e descendentes de uns e de outros, conseguiram preservar modalidades de cultura popular genuínas, que contribuíram para minorar as consequências do seu desenraizamento e conseguiram resistir às pressões do meio envolvente durante longo tempo. Isso foi menos verdadeiro para os de origem islâmica, devido às perseguições da Inquisição, mas os negros mantiveram manifestações próprias até ao século XIX.



## 11 – FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 11.1 – *Fontes manuscritas*

#### *Arquivo da Diocese do Algarve*

Estatutos da Irmandade e confraria de Nossa Senhora do Rosário da Sé de Faro

#### *Arquivo da Irmandade de S. Domingos ( Elvas )*

Livro das eleições dos mordomos

#### *Arquivo da Misericórdia do Vimieiro*

Códice quinhentista

#### *Arquivo Distrital de Évora*

**Câmara de Évora** – Liv. 207 – Posturas.

**Fundo notarial – Évora** – Livros 5, 12, 36, 39, 46, 78, 82, 83, 86, 95, 105, 106, 109, 111, 113, 125, 126, 137, 145, 156, 192, 201, 204, 218, 220, 223, 230, 235, 260, 268, 272, 275, 281, 315, 323 e 354.

**Vila Viçosa** – Liv. 15.

**Fundo paroquial – Évora – Santo Antão-** Baptismos, Liv 3.

**Misericórdia de Évora** – Livros 1777, 1778, 1781 e 1808.

#### *Arquivo Distrital de Santarém*

**Fundo notarial – Coruche** – Liv. 14.

#### *Arquivo Distrital de Setúbal*

**Fundo notarial – Alcochete** – Livros A 2 e A 3.

**Alhos Vedros** – Livros 1/1, 1/2, 2/4, 2/5 e 3/7.

**Almada** – Livros 1/1, 1/3, 1 /4, 1/5, 2/6, 2/7, 2/8, 3/12, 3/14 e 4/17.

#### *Arquivo do Paço Ducal de Vila Viçosa*

BDM II – Res. 18 Ms.

#### *Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa*

Cx. 7, nº. 2.

### ***Arquivo Histórico Municipal de Arraiolos***

CMA/B/A//002/Lv 002 – Posturas de 1588.

### ***Arquivo Histórico Municipal de Elvas***

Liv. 1 de Provisões, alvarás e cartas régias e Liv. 1 de Posturas.

### ***Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo***

A 1 B 14 – Vereações de 1568 e A 1 D 9 – Receita e Despesa de 1569.

### ***Arquivo Histórico Municipal de Sousel***

Liv. 1 de Posturas.

### ***Arquivo Histórico Municipal de Vila Viçosa***

Liv. 614 – Posturas.

### ***Arquivo Municipal de Lisboa***

**Chancelaria da cidade** – Livros: B 1 ( Liv. de vereações de 1515-1552 );  
B 2 ( “ “ “ “ 1554-1613 );  
B 4 ( “ “ “ “ 1495-1548 );  
B 12( Liv. 1 de assentos do Senado – 1544-1561 );  
B 13( “ 2 “ “ “ “ - 1591-1609 );  
C 3 ( Liv. de Posturas – 1392-1730 );  
C 5 ( Liv. 1 de Posturas, regimentos e taxas – 1495-1591 );  
C 7 ( Liv.de Posturas – 1511-1665 );  
D 25 ( Liv. 1 de registos );  
D 35 ( Liv. de regimentos do Senado;  
D 74 ( Liv. 1 de fianças de escravos ).

### ***Biblioteca da Ajuda***

46-IX-3 ( João Baptista Venturino, “ Relazione del viaggio fatto dall Ill.mo e R.mo Fr. Michele Bonello Cardinale Alessandrino (...) legato alli Serenis.me Re di Francia, Spagna e Portogallo (...) descritto da Mes.r Gio. Battista Venturino da Fabriano l’anno 1571”, *Rerum lusitanicarum*, v. 3 ).

46-IX-5 ( Cavaleiros Tron e Lippomani, “ Commentarii per Italia, Francia, Spagna e Portogallo overo relazione del viaggio de Sig.ri Cav. Ri Tron e Lippomani aletti ambasciatori dalla Rep.ca Veneta al Re Cattolico per complimentare sua Maestá per la conquista de Portogallo l’anno 1581”, *Rerum lusitanicarum*, v. 5.

### ***Biblioteca Nacional***

Cód. 107, 552 ( Pedro de Magalhães Gândavo, *Tratado da terra do Brasil* ) e 886.

Notários de Montemor-o-Novo – Maço 5, Liv. 3.

***Biblioteca Pública de Évora***

Cód. CV / 2 – 11

***Torre do Tombo***

**Cartórios notariais de Lisboa**

Cartório 1 ( actual ): Liv. 1 a 4; 6 a 17; 19 e 20; 22; 25 a 28; 30; 32 e 33; 35; 38; 41 a 44.

Cartório 7 A ( actual 15 ): Liv. 1 e 2; 4 a 10; 12 a 14; 16 a 18; 20 a 25; 27; 29 a 31; 33; 35 e 36; 38; 40 a 46; 48 e 49; 51 a 62; 64 a 75; 78 a 80; 82 e 83; 86 e 87; 90; 92 e 93; 96 e 97; 102 a 104; 106 a 112; 114 e 115; 117 a 121; 123 e 126.

Cartório 11 ( actual 3 ): Liv. 1 a 8; 12 a 14; 16; 18 a 23; 25; 32 a 34; 36 a 50; 52.

Cartório 12 A ( actual 1 ): Liv. 1; 3 e 4.

**Chancelarias régias**

**D. Manuel – Próprios:** liv. 2, 5, 6, 9, 11, 16, 17, 24, 25, 29, 37, 41, 44 e 45;  
Liv. de perdões e legitimações;

**Comuns:** liv. 2, 9, 10, 11, 18, 21, 24, 25, 31, 36, 39, 42 e 44;  
Liv. 1 de Místicos; liv. de Ilhas.

**D. João III – Privilégios:** liv. 1 a 5;

**Perdões e legitimações:** liv. 1; 3 a 27;

**Próprios:** liv. 2, 10, 12, 17, 20, 22 a 25, 28, 32, 35 a 37, 41 a 45, 50, 52, 59, 62, 63, 67 e 70;

**Comuns:** liv. 5, 19, 25, 26, 30, 36 e 46.

**D. Sebastião e D. Henrique – Próprios:** liv. 31, 36, 40 e 43;

**Comuns:** liv. 6, 22 e 40;

**Privilégios:** liv. 1 a 7; 11 e 13;

**Perdões e legitimações:** liv. 2, 38 e 45;

**D. Filipe I - Privilégios:** liv. 1 a 5;

**Perdões e legitimações:** liv. 1 a 28;

**Próprios:** liv. 12, 15, 17, 18 e 19

## Corpo cronológico

Parte I – Maço 4: docs. 30 e 102; maço 7: doc. 57; maço 9: docs. 30 e 103; maço 12: doc. 21; maço 15: doc. 109; maço 18: docs. 19, 20, 21, 72, 102, 116 e 118; maço 19: docs. 30 e 134; maço 20: docs. 4, 33, 65, 83 e 90; maço 22: doc. 3; maço 24: doc. 56; maço 25: doc. 113; maço 29: doc. 59; maço 31: doc. 12; maço 33: doc. 108; maço 37: doc. 56; maço 39: doc. 82; maço 41: doc. 76; maço 42: doc. 54; maço 43: doc. 24; maço 45: doc. 78; maço 46: doc. 3; maço 47: docs. 72, 85 e 97; maço 48: docs. 15 e 112; maço 49: docs. 65, 69 e 115; maço 50: docs. 1 e 27; maço 51: docs. 51, 98, 99 e 113; maço 52: docs. 101 e 116; maço 53: docs. 20, 77 e 119; maço 54: docs. 39, 41, 51, 55 e 67; maço 55: docs. 24, 27, 71, 73, 81 e 119; maço 56: docs. 31, 41, 82, 106, 137, 138 e 163; maço 57: doc. 58; maço 58: docs. 18, 54, 58, 96 e 116; maço 59: doc. 51; maço 61: doc. 26; maço 65: doc. 18; maço 67: doc. 56; maço 69: doc. 8; maço 71: doc. 95; maço 73: doc. 60; maço 80: doc. 74; maço 81: doc. 61; maço 83: docs. 12, 75 e 106; maço 85: doc. 118; maço 86: docs. 17, 91 e 110; maço 87: docs. 78, 86, 88 e 117; maço 88: docs. 67, 74, 112 e 138; maço 89: docs. 27 e 100; maço 90: doc. 9; maço 91: docs. 8, 16 e 51; maço 92: docs. 80 e 152; maço 93: docs. 26, 74, 120, 134 e 138; maço 94: doc. 13; maço 95: doc. 20; maço 96: doc. 96; maço 97: 31, 60, 71, 72, 77 e 127; maço 101: doc. 64; maço 105: docs. 133 e 160; maço 106: docs. 19, 33 e 90; maço 109: docs. 22 e 23; maço 110: doc. 131.

## Fundo paroquial

**Lisboa** – Ajuda: livros 1 de baptismos, 1 de casamentos e 1 de óbitos;  
Anjos: liv. 1 de mistos;  
Benfica: liv. 1 de mistos;  
Carnide: liv. 1 de baptismos;  
Charneca: liv. 1 de mistos;  
Loreto: livs. 1 de baptismos e 1, 1 A, 2 e 3 de mistos;  
Lumiar: livs. 1 e 2 de mistos;  
N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. da Conceição: livs. 1, 2, 3 e 4 de mistos;  
Olivais: liv. 1 de óbitos;  
Pena: liv. 1 de baptismos e 1 de óbitos;  
Sacramento: livs. 1, 2 e 3 de mistos;  
Salvador: liv. 1 de mistos;  
Santa Catarina: lv. 1 de baptismos e 1 e 2 de mistos;  
Santa Engrácia: liv. 1 de mistos;  
Santa Justa: liv. 1 de baptismos;  
Santo Estêvão: livs. 1, 2 e 3 de baptismos e 1 e 2 de mistos;  
Santos-o-Velho: livs. 1 e 2 de baptismos e 1, 2 e 3 de mistos;  
S. Pedro de Alfama ( Alcântara ): liv. 1 de baptismos e 1 de mistos;  
S. Sebastião da Pedreira: liv. 1 de óbitos;  
S. Tiago: liv. 1 de baptismos e 1 e 2 de mistos;  
S. Vicente de Fora: livs. 1, 2 e 3 de mistos;  
Socorro: liv. 1 de baptismos e 1 de casamentos;

**Loures** - Apelação: liv. 1 de mistos;  
Bucelas: liv. 1 de baptismos, 1 de casamentos e 1 de óbitos;  
Loures ( S.ta Maria ): liv. 1 de baptismos;

Póvoa de Santo Adrião: liv. 1 de mistos;  
Sacavém: liv. 1 de mistos;  
Santa Iria de Azóia: liv. 1 de mistos;  
Santo Antão do Tojal: liv. 1 de mistos;  
Unhos: liv. 1 e 2 de mistos;

**Oeiras** - Barcarena: liv. 1 de baptismos e 1 de óbitos;  
Oeiras: liv. 1 de baptismos;  
S. Julião da Barra: liv. 1 de mistos;

**Sobral de Monte Agraço** – Sapataria: liv. 1 de baptismos.

## **Gavetas**

Gaveta 16, Maço 2, Doc. 1 e Gaveta 20, Maço 6, Doc. 21.

## **Inquisição de Lisboa**

**Processos:** 193, 260, 263, 264, 351, 706, 1113, 1114, 1117, 1455, 1588, 1592, 1600, 1608, 1610, 1617, 1620, 1621, 1623, 1633, 1636, 1669, 1728, 2240, 2241, 2254, 2255, 2263, 2570, 2863, 2867, 2872, 2939, 2945, 2947, 2954, 2967, 2970, 2984, 3184, 3186, 3188, 3189, 3190, 3191, 3194, 3388, 3530, 3555, 3556, 3565, 3568, 3578, 3590, 3591, 3823, 3932, 3978, 4026, 4029, 4030, 4031, 4080, 4098, 4118, 4185, 4370, 4931, 4937, 5085, 5088, 5152, 5153, 5254, 5271, 5296, 5487, 5488, 5511, 5666, 5824, 5831, 6018, 6223, 6316, 6392, 6396, 6405, 6416, 6424, 6440, 6444, 6466, 6468, 6533, 6618, 6636, 6728, 6729, 6731, 6797, 7200, 7245, 7246, 7308, 7431, 7559, 7562, 7566, 7695, 7698, 7700, 8346, 8450, 8482, 8488, 8493, 8501, 9122, 9234, 9235, 9239, 9244, 9245, 9286, 9301, 9431, 9507, 9512, 9514, 9515, 9519, 9520, 9636, 9676, 9681, 9864, 9912, 9955, 9956, 10.362, 10.363, 10.372, 10.502, 10.703, 10.712, 10.787, 10.815, 10.816, 10.820, 10.821, 10.822, 10.823, 10.824, 10.826, 10.827, 10.828, 10.830, 10.831, 10.832, 10.834, 10.835, 10.836, 10.837, 10.840, 10.842, 10.843, 10.845, 10.846, 10.850, 10.851, 10.853, 10.854, 10.855, 10.856, 10.857, 10.858, 10.860, 10.861, 10.862, 10.863, 10.864, 10.866, 10.870, 10.897, 10.914, 10.921, 10.949, 11.127, 11.128, 11.640, 11.646, 11.977, 12.042, 12.044, 12.047, 12.052, 12.056, 12.057, 12.058, 12.061, 12.065, 12.067, 12.074, 12.085, 12.086, 12.093, 12.108, 12.109, 12.124, 12.159, 12.194, 12.314, 12.319, 12.320, 12.321, 12.418, 12.487, 12.489, 12.578, 12.589, 12.626, 12.639, 12.684, 12.690, 12.720, 12.731, 12.827, 12.829, 12.865, 12.869, 12.875, 12.916, 12.932, 12.933, 12.995, 13.006 e 13.014, 13.110, 13.158, 13.185, 13.187, 13.190, 13.206.

## **Núcleo antigo**

Docs. 212, 548, 580, 605, 771, 912 e 922 A.

## 11.2 – Fontes impressas

- AFONSO X, *Las siete partidas del rey Don Alfonso El Sabio*, Tomo III, Madrid, Imprenta Real, 1807.
- AGOSTINHO, Santo, *A cidade de Deus*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1996.
- ANCHIETA, José de, *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões ( 1554-1594 )*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933.
- ANDRADA, Francisco de, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello e Irmão, 1976.
- ANEDOTAS PORTUGUESAS e memórias biográficas da corte quinhentista ( leitura, introdução e notas de Christopher L. Lund ), Coimbra, Almedina, 1980.
- AQUINO, S. Tomás de, *Suma teológica*, Madrid, Moya y Plaza, 1880-1883.
- ARISTÓTELES, *Política*, Lisboa, Vega, 1998.
- ARRAIS, D. Frei Amador, *Diálogos ( 1589 )*, Porto, Lello e Irmão, 1974.
- BAIÃO, António, “ O comércio do pau Brasil”, *História da colonização portuguesa do Brasil* ( Dir. Carlos Malheiro Dias ), v. II Porto, Litografia Nacional, 1923.
- BAIÃO, António, “ A Inquisição em Portugal e no Brasil”, *Arquivo Histórico Português*, v. VI a IX, Lisboa, 1908-1914.
- BAIÃO, José Pereira, *Portugal cuidadoso e lastimado com a vida e perda do senhor rei D. Sebastião, o Desejado, de saudosa memória*, Lisboa, 1737.
- BARREIROS, Gaspar, *Corografia de alguns lugares que estão em um caminho que fez Gaspar Barreiros começando na cidade de Badajoz em Castela té à de Milão em Itália*, Coimbra, Universidade, 1561.
- BARROS, João de, *Panegíricos* ( Prefácio e notas M. Rodrigues Lapa ), Lisboa, Sá da Costa, 1937.
- BEAUMONT, Maria Alice, *Cartas e alvarás dos Faros da Casa Vimeiro*, Cascais, Câmara Municipal, 1968.
- BÍBLIA SAGRADA, Lisboa, Missionários Capuchinhos, s. d.
- BLUTEAU, Rafael, *Vocabulário português e latino*, tomo III, Coimbra, Colégio das Artes, 1713.
- BODIN, Jean, *Les six livres de la Republique*, Lyon, Jean de Tournes, 1579.
- BOLETIM DO CONSELHO ULTRAMARINO – LEGISLAÇÃO ANTIGA, v. I (1446-1754 ), Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.

BOTERO, João, *Da razão de Estado* ( Veneza, 1589 ), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

BOUZA, Fernando, *Cartas de Felipe II a sus hijas*, Madrid, Akal, 1998.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *Diálogos das grandezas do Brasil* ( com prefácios de Rudolfo Garcia, Capistrano de Abreu, Afrânio Peixoto e Jaime Cortesão ), Rio de Janeiro, Dois Mundos, 1943.

BRANDÃO, João, “ Magestade e grandezas de Lisboa em 1552”, *Arquivo Histórico Português*, v. XI, Lisboa, 1916, p. 9-241.

BRÁSIO, António, *Monumenta missionaria africana*, v. I ( 1471-1531 ), Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952; v. II ( 1532-1569 ), 1953; v. III ( 1570-1599 ), 1953; v. IV ( 1469-1599 ), 1954.

BRÁSIO, António, *Monumenta missionaria africana*, 2ª. série, v. II e III, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963.

BRÁSIO, António, *Monumenta missionaria africana*. Suplemento ( Séculos XV, XVI, XVII ), v. XV, Lisboa, Academia Portuguesa de História/ Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

BRITO, Bernardo Gomes de, *História trágico-marítima* ( 1735 ), Lisboa, Europa-América, s. d.

BRONSEVAL, Frère Claude de, *Peregrinatio hispânica* ( 1531-1533 ), tome I, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

CABRAL, Luís e MEIRELES, Maria Adelaide, *Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Lisboa, INAPA, 1998.

CADAMOSTO, Luís de, *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988.

CADERNOS DOS ASSENTAMENTOS, Os, *Arquivo Histórico Português*, v. X, Lisboa, 1916.

CADORNEGA, António de Oliveira de, *Descrição da muito populosa e sempre leal Vila Viçosa* ( 1683), Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982.

CAMÕES, Luís de, *Lírica* ( Org. Hernâni Cidade ), Lisboa, Círculo de Leitores, 1984.

CAMÕES, Luís de, *Os lusíadas* ( 1572 ), Porto, Porto Editora, s. d.

CAMÕES, Luís de, *Teatro e cartas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1984.

CAMPANELLA, Tomás de, *A cidade do sol*, Lisboa, Guimarães, 1980.

CARVALHO, Augusto da Silva, *Memórias das Caldas da Rainha*, Lisboa, Férein, 1932 ( Compromisso do Hospital das Caldas de 1512 ).

CASTRO, Augusto Mendes Simões de, *Notas acerca da vinda e estada de El-Rei D. Sabastião em Coimbra no ano de 1570*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, *O Renascimento em Portugal*, 4ª. edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1975.

CHIADO, António Ribeiro, *Teatro*, Porto, Lello e Irmão, 1994.

COMPÊNDIO E SUMÁRIO DE CONFESSORES, Viseu, 1569.

CONCEIÇÃO, Frei Francisco da, “ Annotationes in abusos sacramentorum”, in Alessandro Dell’Aira, “ Schiavitù: il silenzio del concilio di Trento”, *Nuove Effemeridi*, nº. 54, 2001, p. 60-61.

CONSTITUIÇÕES DO ARCEBISPADO DE LISBOA, Lisboa, 1537.

CONSTITUIÇÕES EXTRAVAGANTES DO ARCEBISPADO DE LISBOA, Lisboa, 1565.

CORREIA, Fernando da Silva, “ De sanitatem in Lusitânia monumenta historica”, *Boletim da Assistência Social*, ano 20 º., nº. 149-150, Lisboa, Ministério da Saúde e Assistência, 1962, p. 29-71.

CORREIA, Vergílio ( Public. ), *Livro dos regimentos dos oficiais mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa ( 1572 )*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

DELAFOSSÉ, Eustache, *Voyage de Eustache Delafosse sur la cote de Guinée, au Portugal et en Espagne ( 1479-1481 )* ( trans., trad. et apresentação de Denis Escudier), Paris, Chandaigne, 1992.

DIÁRIO DA CÂMARA DOS SENHORES DEPUTADOS – Sessão legislativa de 1877, Lisboa, Imprensa Nacional, 1877.

DIAS, Frei Nicolau, *Livro do Rosário de Nossa Senhora ( 1573 )*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.

DIAS, Mário Balseiro, *Visitações e provimentos da Ordem de Sant’Iago em Aldeia Galega de Ribatejo*, 2 volumes, Montijo, Ed. do autor, 2006.

DITOS PORTUGUESES DIGNOS DE MEMÓRIA ( Anónimo do século XVI; estudo e notas de José Hermano Saraiva ), Lisboa, Europa-América, s.d.

DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE LISBOA – LIVROS DE REIS, v. I, IV, V, VI, VII e VIII, Lisboa, Câmara Municipal, 1957-1964.

D. DUARTE, *Leal conselheiro*, Lisboa, Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1982.



D. DUARTE, *Livro dos conselhos del-rei D. Duarte*, Lisboa, Estampa, 1982.

D. PEDRO, Infante e VERBA, Frei João, *Livro da virtuosa benfeitoria*, Coimbra, Universidade, 1994.

ENCICLOPÉDIE MÉTHODIQUE. Economie politique et diplomatique, Tome second, Paris/Liège, 1786.

FALGAIROLLE, Edmond, *Jean Nicot, ambassadeur de France en Portugal au XVI.e siècle. Sa correspondance diplomatique inédite*, Paris, Augustin Challamel, 1879.

FARIA, Manuel Severim de, “ Dos remédios para a falta de gente” ( 1655 ), *Antologia dos economistas portugueses* ( Introdução, prefácio e notas António Sérgio ), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924.

FIGUEIREDO, António José, “ Lisboa em 1584”, *Arquivo Pitoresco*, v. VI, Lisboa, 1863, p. 78-80; 85-87; 91-94.

FORAL MANUELINO DE LISBOA ( Coordenação Inês Morais Viegas ), Lisboa, Câmara Municipal, 2000.

FRANCO, Luís F. Farinha, *Um livro de visitas à igreja de Sant’Ana de Lisboa (1570-1598 )* ( Separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, 2ª. série, nº. 79/80, 1973-1974.

FREIRE, Anselmo Braancamp, “ Cartas de quitação del Rei D. Manuel”, *Arquivo Histórico Português*, v. I-V; IX-X, Lisboa, 1903-1907; 1914-1916.

FRIAS, Pedro de, *Crónica del Rei D. António*, Coimbra, Universidade, 1955.

FRÓIS, Luís de, *Traité de Luís de Fróis, S.J. ( 1585 ) sur les contradictions de moeurs entre européens et japonais* ( trad. Xavier de Castro et Robert Schrimpf, presente par José Manuel Garcia ), Paris, Chandaigne, 1994.

FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da terra*, Lv. IV, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1977-1987.

GAVETAS DA TORRE DO TOMBO ( AS ), tomos II, IV, VI e VII, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962-1968.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “ Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo da Cà Masser”, *Revista de História Económica e Social*, nº. 4, Lisboa, Sá da Costa, 1979, p. 75-88.

GÓIS, Damião de, *Crónica de D. Manuel*, Lisboa, 1749.

GÓIS, Damião de, *Descrição da cidade de Lisboa [ Urbis Olisiponis Descriptio ] (1554)* ( Trad., introd. e notas José da Felicidade Alves ), Lisboa, Horizonte, 1988.

GUERREIRO, Afonso, *Das festas que se fizeram na cidade de Lisboa na entrada del Rei D. Filipe I de Portugal*, Lisboa, 1581.

HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, v. VI, Lisboa, Bertrand, 1983.

HISTÓRIA DOS MOSTEIROS, CONVENTOS E CASAS RELIGIOSAS DE LISBOA ( c. 1706 ) ( Org. Durval Pires de Lima ), 2 vols., Lisboa, Câmara Municipal, 1950.

HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE ( Corpo documental ) ( Dir. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeia Santos ), 2 vols., Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.

“ INVENTÁRIO DA INFANTA D. BEATRIZ - 1507”, *Arquivo Histórico Português*, v. IX, Lisboa, 1914, p. 79-104.

LANDI, Giulio, “ Descrição da ilha da Madeira “, *A Madeira vista por estrangeiros (1455-1700 )* ( Coordenação e notas de António Aragão ), Funchal, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981, p. 55 e 92-97.

LAS CASAS, Bartolomé de, *Brevisima relacion de la destruccion de Africa* (1556), Salamanca, San Estéban, 1989 ( Estudo preliminar, edición y notas por Inácio Perez Fernandez ).

LAS CASAS, Bartolomé de, *Brevíssima relação da destruição das Índias* ( 1552 ), Lisboa, Antígona, 1990.

LEÃO, Duarte Nunes de, *Descrição do reino de Portugal* ( 1610 ), Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

LEÃO, Duarte Nunes de, *Leis extravagantes e repertório das Ordenações* ( 1569 ), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

LEITE, Serafim, *Cartas do Brasil e outros escritos do Padre Manuel da Nóbrega*, Coimbra, Universidade, 1955.

LEITE, Serafim, *Diálogo sobre a conversão do gentio, pelo Padre Manuel da Nóbrega*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1954.

LINK, Heinrich Friederich, *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2005.

LINSCHOTEN, Jean Huggen van, *Itinerário, viagem ou navegação para as Índias orientais ou portuguesas* ( 1596 ), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

LIVRO DAS POSTURAS ANTIGAS ( leitura e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues ), Lisboa, Câmara Municipal, 1974.

LIVRO DE HORAS DE D. MANUEL ( Estudo de Dagoberto Markl ), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/ Crédito Predial Português, 1983.

LIVRO DO LANÇAMENTO E SERVIÇO que a cidade de Lisboa fez a El Rei nosso senhor o ano de 1565, Lisboa, Câmara Municipal, 1947-1948 ( 4 vols.).

LOPES, Duarte e PIGAFETTA, Filippo, *Relação do reino de Congo e das terras circunvizinhas* ( Estudo de Ilídio do Amaral ), Benavente, Câmara Municipal, 2000.

LOUREIRO, Francisco de Sales, *Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve. A alteração das linhas de força da política nacional: texto do conista João Cascão*, Lisboa, Horizonte, 1984.

MANUAL DE CONFESSORES E PENITENTES ( Prefácio de Martin de Azpilcueta Navarro ), Coimbra, João Barreira e João Álvares, 1549.

MARQUES, João M. Silva, “ Armas e tapeçarias num inventário de 1505”, *Congresso do Mundo Português*, v. V, tomo III, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, p. 555-605.

MASCARENHAS, Jerónimo, *Historia de la ciudad de Ceuta* ( 1648 ), Lisboa, Academia das Ciências, 1918.

MENDES, Luís António de Oliveira, *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brasil* ( 1793 ), Porto, Escorpião, 1977.

MERCADO, Tomas de, *Suma de tratos y contratos* ( 1571 ), v. I, Madrid, Ministerio de Haciend, 1977.

MIGUEL, António Dias, “ Carta que Francisco de Mrais enviou à rainha de França em que lhe escreve os torneios e festa que se fez em Xabregas era de 155\*”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, v. XXXVII, Lisboa/Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 127-154.

MIRANDA, Francisco de Sá de, *Poesias*, Porto, Lello e Irmão, s.d.

MOCQUET, Jean, *Voyage à Mozambique et Goa. La relation de Jean Mocquet* ( 1607-1610 ), Paris, Chandaigne, 1996.

MORUS, Tomás, *A Utopia*, Lisboa, Guimarães, 1965.

MOTA, A. Teixeira da, “ A viagem do navio Santiago à Serra Leoa e Rio de S. Domingos em 1526 ( Livro de armação )”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº. 95, ano XXIV, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1969.

MOTA, Anrique da, *Obras de Anrique da Mota*, Lisboa, Comssão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

MÜNZER, Jerónimo, *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer ( Excertos )* ( Publicação de Basílio de Vasconcelos ), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

“ NAVEGAÇÃO DE LISBOA À ILHA DE S. TOMÉ escrita por um piloto português”, *Notícias para a história e geografia das nações ultramarinas*, tomo II, Nº. 1 e 2, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1812, p. 83-106.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Sumário em que brevemente se contêm algumas cousas ( assi eclesiásticas como seculares ) que há na cidade de Lisboa ( 1551 )* (Publicado com o título *Lisboa em 1551*; apresentação e notas de José da Felicidade Alves ), Lisboa, Horizonte, 1987.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do município de Lisboa*, v. I, Lisboa, Tipografia Universal, 1882.

OLIVEIRA, Fernando, *A arte da guerra do mar ( 1555 )*, Lisboa, Marinha, 1983.

OLIVEIRA, Frei Nicolau de, *Livro das grandezas de Lisboa ( 1620 )*, Lisboa, Vega, 1991.

ORDENAÇÕES MANUELINAS, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de situ orbis ( Edição crítica de Joaquim Barradas de Carvalho )*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

PEREIRA, Isaías da Rosa, *Visitações de Santo Estêvão de Alfama ( Separata dos Anais da Academia Portuguesa da História, 2ª. série, v. 32, tomo I )*, Lisboa, 1989.

PERES, Damião, *Regimento das Casas das Índias e Mina*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1947.

PINA, Rui de, “ Crónica de D. Afonso V”, *Crónicas de Rui de Pina*, Porto, Lello e Irmão, 1977, p. 577-881.

PINA, Rui de, “ Crónica do senhor rei D. Duarte”, *Crónicas de Rui de Pina*, Porto, Lello e Irmão, 1977, p. 479-575.

PINA, Rui de, “ Crónica de D. João II”, *Crónicas de Rui de Pina*, Porto, Lello e Irmão, 1977, p. 883-1033.

PINTO, Fernão Mendes, *Peregrinação ( 1614 )*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

PLATÃO, *A República*, Liv. V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PRESTAGE, Edgar e AZEVEDO, Pedro de, *Registo da freguesia da Sé desde 1563 até 1610*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924 ( v. I ) e 1927 ( v. II ).

PRESTAGE, Edgar e AZEVEDO, Pedro de, *Registo da freguesia de Santa Cruz do Castelo desde 1536 até 1628*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1913.

PRIMEIRA PARTE DOS AUTOS E COMÉDIAS PORTUGUESAS ( 1587 ), Lisboa, Lúcia, 1973.

REBELO, Diogo Lopes, *Do governo da República pelo rei* ( 1496 ), Lisboa, Távola Redonda, 2000.

REGISTOS DOS REINADOS DE D. JOÃO II E DE D. MANUEL I [ do Hospital de Todos os Santos ] ( Introdução, transcrição e notas de Abílio José Salgado e Anastásia Mestrinho Salgado ), Lisboa, 1996.

RESENDE, Garcia de, *Cancioneiro geral* ( 1516 ), Lisboa, Centro do Livro Brasileiro, 1973.

RESENDE, Garcia de, “ Miscelânea ” ( 1554 ), *Livro das obras de Garcia de Resende*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 537-594.

RETRATO E REVERSO DO REINO DE PORTUGAL ( Autor anónimo do séc. XVI), public. por A. H. de Oliveira Marques em *Nova História*, nº. 1, Maio de 1984, p. 83-143 em *Portugal quinhentista*, Lisboa, Quetzal, 1987, p. 127-245.

ROERSCH, Alphonse, *Correspondance de Nicolas Clénard*, tomo I e III, Bruxelles, Palais des Académies, 1940 e 1941

SAGRADO AL-CORÃO ( O ), Islamabad, Islam International Publications, 1988.

SALGADO, Abílio José e SALGADO, Anastásia Mestrinho, *O espírito das Misericórdias nos testamentos de D. Leonor e de outras mulheres da Casa de Avis*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos 500 anos das Misericórdias, 1999.

SANCHES, António Nunes Ribeiro, *Cartas sobre a educação da mocidade* ( Trechos selectos ) ( Prefácio e notas de Joaquim Ferreira ), Porto, Domingos Barreira, s.d.

SANDOVAL, Alonso de, *De instauranda Aethiopum salute* ( 1627 ) [ *Un tratado sobre la esclavitud* ] ( Introd., transc. e trad. Enriqueta Vila Vilar ), Madrid, Alianza Editorial, 1987.

SÃO JOSÉ, Frei João de, “ Corografia do reino do Algarve ” ( 1577 ), *Duas descrições do Algarve do século XVI* ( Ed. Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães ), Lisboa, Sá da Costa, 1983, p. 21-132.

SARAIVA, Cardeal, *Obras completas do cardeal Saraiva*, tomo V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875.

SARDINHA, Francisco de Moraes, *O Parnaso de Vila Viçosa* ( 1618 ) ( Leitura e estudo por Christopher C. Lund ), Rio de Janeiro, Comunicação, 2003.

SASSETTI, Filippo, *Lettere di Filippo Sassetti sopra i suoi viaggi nelle Indie Orientali dal 1578 al 1588*, Reggio, Dalla Stamperia Torregiani e C., 1844.

SÉNECA, *Oeuvres completes de Sénèque*, Tomo II, Paris Hachette, 1995.

SEPULVEDA, Juan Ginés de, *Democrates segundo o de las justas causas de la guerra contra los índios* ( Introd. Angel Losada ), Madrid, Instituto Francisco de Vitoria, 1984.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Documentos inéditos para a história do reinado de D. Sebastião*, Coimbra, Universidade, 1958.

SILVA, José Justino de Andrade e, *Colecção cronológica da legislação portuguesa (1603-1612 )*, Lisboa, Imprnsa de J.J.A. Silva, 1854.

SINTRA, Diogo Gomes de, *Descobrimento primeiro da Guiné* ( Estudo, trad. e notas de Aires A. Nascimento ), Lisboa, Colibri, 2002.

SISTEMA OU COLECÇÃO DOS REGIMENTOS REAIS, tomos 2,5 e 6, Lisboa, Francisco Luís Ameno, 1783-1791.

SOARES, Pêro Rodrigues, *Memorial* ( 1565-1628 ) ( Leitura e revisão M. Lopes de Almeida ), Coimbra, Universidade, 1953.

SOUSA, D. António Caetano de, *História genealógica da casa real portuguesa*, Coimbra, Atlântida, 1949.

SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da história genealógica da casa real portuguesa*, tomos II e IV, Lisboa, Régia Oficina Silviana, 1742 ( Reedição de Coimbra, Atlântida, 1947 ).

SOUSA, Armindo de, *As cortes medievais portuguesas ( 1385-1490 )*, v. II, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

SOUSA, J. M. Cordeiro de, *Registo da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação do lugar da Ameixoeira desde 1540 a 1604*, Lisboa, Solução, 1931.

TRANCOSO, Gonçalo Fernandes, *Contos e histórias de proveito e exemplo* ( Ed. João Palma Ferreira ), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.

VASCONCELOS, Jorge Ferreira de, *Comédia aulegrafia*, Lisboa, 1619.

VASCONCELOS, Jorge Ferreira de, *Comédia Eufrosina* ( 1561), Lisboa, Imprensa Nacional, 1918.

VASCONCELOS, Jorge Ferreira de, *Comédia Ulissipo*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1787.

VASCONCELOS, Luís Mendes de, “ Diálogos do sítio de Lisboa” ( 1608 ), *Antologia dos economistas portugueses* ( Selecção, pref. e notas de António Sérgio ), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1924, p. 1-169.

VIAJES DE EXTRANJEROS POR ESPAÑA Y PORTUGAL ( Org. J. Garcia Mercadal ), Madrid, Aguilar, 1952.

VICENTE, Gil, *As obras de Gil Vicente*, v. I e II, Lisboa, Centro de Estudos de Teatro/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

VITÓRIA, Francisco de, *Relectio de indis o libertad de los índios* ( Estudos de V. Beltran de Heredia, R. Agostino Iannarone, T. Urdanoz, A. truyol e I. Pereña ), Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1967.

VOYAGES DE VASCO DA GAMA. Relations des expéditions de 1497-1499 et 1502-1503 ( Traduzido e anotado por Paul Teyssier e Paul Valentin e prefácio de Jean Aubin), Paris, Chandeigne, 1995.

ZILLEBEKE, Jan Taccoen van, *De Jeruzalemreis ( 1514-1515) en de Raadgevingen uit het “ Livre de voeiages” van Jan Taccoen van Zillebeke* ( Tese polic.), Leuven, Katholieke Universiteit, 1994.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da tomada de Ceuta*, Mem Martins, Europa-América, 1992.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica de Guiné* ( Ed. José de Bragança ), [ Porto ], Civilização, 1973.

### 11.3 – Bibliografia

AGUADO DE LOS REYES, Jesus, “ Esclavos: negros, mulatos y otros tipos”, *Minorias y marginados* ( Actas de los XII Encuentros de Historia y Arqueologia ), San Fernando, Ayuntamiento, 1997, p. 119-127.

ALBUQUERQUE, Luís de, *Os descobrimentos portugueses*, Lisboa, Alfa, 1985.

ALBUQUERQUE, Luís de, “ Tratado de Tordesilhas”, *Dicionário de História de Portugal* ( Dir. Joel Serrão ), v.IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971,p. 175-176.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de, *O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XI e XVII*, S. Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALEXANDRE, Valentim, *O império africano: séculos XIX e XX*, Lisboa, Colibri, 2000.

ALEXANDRE, Valentim, “ O liberalismo português e as colónias de África ( 1820-39)”, *Análise Social*, v. XVI ( 61-62 ), Lisboa, Gabinete De Investigações Sociais, 1980, 1º. e 2º., p. 319-340.

ALEXANDRE, Valentim, *Origens do colonialismo português moderno*, Lisboa, Sá da Costa, 1979.

ALEXANDRE, Valentim, “ Portugal e a abolição do tráfico de escravos ( 1834-51 )”, *Análise Social*, v. XXVI ( 111 ), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1991 ( 2º. ), p. 293-333.

ALEXANDRE, Valentim, *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*, Porto, Afrontamento, 1993.

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, v. I e II, Porto, Portucalense e Civilização, 1967 e 1968.

ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal* [ 1922-1929 ], v. VI, Lisboa, Promoclube, s.d. ( Capítulo VIII: “ Os escravos” ).

ALMEIDA, Pedro Ramos de, *Portugal e a escravatura em África. Cronologia do século XV ao século XX*, Lisboa, Estampa, 1978.

ÁLVAREZ NOGAL, Carlos, “ Instituciones y desarrollo económico: la Casa de Contratación y la Carrera de Índias ( 1503-1790 )”, *La Casa de la Contratación y la navegación entre España y las Índias*, Sevilla, Universidad, 2003.

ALVAREZ-URIA, Fernando, “ Conquistadores e confessores. Violência física e violência simbólica na conquista da América”, posfácio à *Brevíssima relação da destruição das Índias*, de Bartolomé de las Casas ( 1552 ), Lisboa, Antígona, 1990, p. 161-198.

ÁLVARO RUBIO, Joaquín, *La esclavitud en Barcarrota y Salvaleón en el período moderno ( siglos XVI-XVIII )*, Badajoz, Diputación, 2005.

ALVES, Ana Maria, “ Onomástica da Lisboa quinhentista. Subsídio para um estudo de mentalidades na 2ª. Metade o século XVI”, *Estudos de história de Portugal (Homenagem a A. H. de Oliveira Marques )*, v. II, Lisboa, Estampa, 1983, p. 119-144.

AMARAL, Ilídio do, *O reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundos ), o reino dos Ngola ( ou de Angola ) e a presença portuguesa de finais do século XV a meados do século XVI*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996.

AMARO, Ana Maria, “ Das escravas de preço às nhonhonha de Macau”, *Encontros de Divulgação e Debate em Estudos Sociais*, 5, Vila Nova de Gaia, Colégio Corpus Christi, 2000, p. 177-182.



AMORIM, António, GUSMÃO, Leonor e PRATA, Maria João, *Impactos genéticos a escravatura negra m Portugal*, texto polic. da comunicação ao colóquio “Escravidão e liberdade na Península Ibérica” (Lisboa, Sociedade de Geografia, Novembro de 1997).

AMORIM, António, “Os genes dos portugueses”, *Colóquio/ Ciências*, nº. 17, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1988.

AMORIM, Norberta Bettencourt, *Exploração dos livros de registos paroquiais e reconstituição de famílias*, Guimarães, Centro Gráfico, 1982.

ANDRADE, Elisa Silva, “Le Cap-Vert dans l’expansion européenne”, *L’Afrique entre l’Europe et l’Amérique*, Paria, UNESCO, 1995, p. 69-79.

ANDRÉS-GALLEGO, José, *La esclavitud en la América española*, Madrid, Encuentros, 2005.

ANDRÉS-GALLEGO, José e GARCÍA AÑOVEROS, Jesus Maria, *La Iglesia y la esclavitud de los negros*, Pamplona, Universidad de Navarra, 2002.

ANDÚJAR CASTILLO, Francisco, “Sobre las condiciones de vida de los esclavos en la España Moderna. Una revisión crítica”, *Chronica Nova*, nº. 26, Granada, Universidad, 1999, p. 7-36; *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Sociedade de Geografia, Série 117, nº. 1-12, 1999, p. 155-180.

ANSWAARDEN, Robert van, *Les portugais devant le Grand Conseil des Pays-Bas (1460-1580)*, Paris, Fondation C. Gulbenkian, 1991.

ARAÚJO, Francisco e ALVES, Sandra, “A comunidade escrava de Leça da Palmeira seiscentista”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, v. 5 (IIIª. Série), Porto, Universidade, 2004, p. 193-210.

ARAÚJO, Francisco e ALVES, Sandra, “Escravos e libertos em Leça da Palmeira (1560-1836)”, *Africana Studia*, nº.7, Porto, Universidade, 2004, p. 5-72.

ASANTE, Molefi Kete, “L’ideologie de la supériorité raciale comme fondement de la déportation d’africains par les européens”, *Déraison, esclavage et droit*, Paris, UNESCO, 2002, p. 161-177.

ASENJO SEDANO, Carlos, *Sociedad y esclavitud en el reino de Granada. Siglo XVI*, Granada, Colégio Nacional, 1997.

AZEVEDO, Ana Maria de, “O índio brasileiro (o olhar quinhentista e seiscentista)”, *Condicionantes culturais da literatura de viagens* (Coord. Fernando Cristóvão), Lisboa, Cosmos, 1999, p. 303-326.

AZEVEDO, João Lúcio de, *Épocas de Portugal económico*, Lisboa, Livraria Clássica, 1973.

AZEVEDO, João Lúcio de, *Novas epanáforas*, Lisboa, Clássica Editora, 1932.

AZEVEDO, Pedro de, “ Cartas de alforria”, *Arquivo Histórico Português*, v. VIII, nº. 12, Lisboa, 1910, p. 441-446.

AZEVEDO, Pedro de, “ Os escravos”, *Arquivo Histórico Português*, v. I, Lisboa, 1903, p. 289-307.

AZEVEDO, Pedro de, “ Uma carta de alforria de 1228”, *Arquivo Histórico Português*, v. V, 1907, p. 447-451.

BALARD, Michel, “ Esclavage en Crimée et sources fiscales génoises au XV<sup>e</sup>. Siècles”, *Figures de l’esclave au Moyen-Âge et dans le monde moderne*, Paris, L’Harmattan, 1996, p. 77-87.

BALLONG-WEN-MEWUDA, Joseph B., “ Africains et portugais: tous des négriers. Aux XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles dans le Golfe de Guinée”, *Cahiers des Anneaux de la Mémoire*, nº. 3 ( *La traite et l’esclavage dans le monde lusophone* ), Nantes, Anneaux de la Mémoire/ UNESCO, 2001, p. 19-38.

BALLONG-WEN-MEWUDA, Joseph B., “ Le commerce portugais des esclaves entre la cote de l’actuel Nigéria et celle du Ghana moderne aux XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles”, *De la traite à l’esclavage* ( Actes du Colloque International sur la traite de noirs, Nantes, 1985 ), v. I, Nantes, CRHMA, 1988, p. 121-145.

BALLONG-WEN-MEWUDA, Joseph B., “ L’esclavage et la traite négrière dans la correspondance de Nzinga Mbemba ( Dom Afonso I ), roi du Congo ( 1506-1543 ): la vision idéologique de l’autre”, *Déraison, esclavage et droit. Les fondements idéologiques et juridiques de la traite négrière et de l’esclavage*, Paris, UNESCO, 2002, p. 301-314.

BALLONG-WEN-MEWUDA, Joseph B., *São Jorge da Mina. 1482-1637. L’avie d’un comptoir portugais en Afrique occidentale*, tome I, Lisboa/Paris, Fundação C. Gulbenkian/CNCDP, 1993.

BARATA, Filipe Themudo, *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no Mediterrâneo Ocidental ( 1385-1466 )*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian/JNICT, 1998.

BARATA, José Oliveira, *Invenções e cousas de folgar. Anrique da Mota e Gil Vicente*, Coimbra, Minerva, 1993.

BARBIER, Maurice, *Leçons sur les indiens et sur le droit de guerre, de Francisco de Vitoria* ( Introd. ), Genève, Librairie Droz, 1966.

BARCELOS, Cristiano José de Sena, *Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné. Parte I*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1899.

BARROS AGUILERA, Manuel, “ Los moriscos del reino de Granada, la imposible convivencia”, *Minorias y marginados* ( Actas de los XII Encuentros de Historia y Arqueología ), San Fernando, Ayuntamiento, 1997, p. 65-82.

BARROS, Amândio Jorge Morais, “ O Porto e o trato de escravos no século XVI”, *Africana Studia*, nº. 7, Porto, Universidade, 2004, p. 31-51.

BARROS, Amândio Jorge Morais, “ Trato de escravos e economia atlântica. O contrato do navio Conceição, 1525-1526”, *Trabalho forçado africano. Articulações com o poder político*, Porto, Campo das Letras, 2007, p. 15-46.

BARROS, Henrique da Gama, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª. edição, tomo IV, Lisboa, Sá da Costa, 1947.

BARROS, Isabel Figueiredo de e CRUZ, Maria Arlete, “ Revoltas de escravos em S. Tomé no século XVI”, *Leba*, nº. 7, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1992, p. 373-388.

BEIRANTE, Maria Ângela, “ Um santuário de romaria no tempo da expansão: Nossa Senhora da Atalaia ( Montijo)”, *Revista Portuguesa de História*, tomo 36/1, Coimbra, Faculdade de Letras, 2002-2003, p. 173-199.

BENNASSAR, Bartolomé et Lucile, *Les chétiens d'Allah*, Paris, Perrin, 2006.

BENNASSAR, Bartolomé, “ A explosão planetária”, *História económica e social do mundo* ( Dir. Pierre Léon ), v. I, tomo II, Lisboa, Sá da Costa, 1984.

BERNAL, António Miguel, “ La Casa de la Contratación de Índias: del monopolio a la negociación mercantil privada ( siglo XVI )”, *La Casa de la Contratación y la navegación entre España y las Índias*, Sevilla, Universidad, 2003, p. 129-160.

BERNARD, Alexis, “ Le logiche del profitto. Schiavi e società a Siviglia nel seicento”, *Quaderni Storici*, 107, fasc. 2, Roma, Il Mulino, 2001, p. 379-389.

BETHENCOURT, Francisco, *O imaginário da magia. Feiticeiras, saladores e nigromantes no século XVI*, Lisboa, Universidade Aberta, 1987.

BETHENCOURT, Francisco, “ Inquisição”, *Dicionário de história religiosa de Portugal* ( Dir. Carlos Moreira Azevedo ), v. C-I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 447-453.

BLONDY, Alain, “ Le discours sur l’esclavage en Méditerranée: une réalité occultée, l’esclavage des noirs et la régence de Tripoli”, *Cahiers de la Méditerranée* v. 65, Nice, Université, Dez. 2002, public. na Internet em <http://revel.unice.fr/cmedi/document.html?id=37>.

BLUMENTHAL, Debra, “ La Casa dels Negres: black african solidarity in late medieval Valencia”, *Black africans in Renaissance Europe* ( Ed. T. F. Earle e K. J. P. Lowe ), Cambridge, C. University Press, 2005, p. 225-246.

BOCCADAMO, Giuliana, “ Liberi, manomessi, schiavi. Musulmani a Napoli in età moderna”, *Nuove Effemeridi*, nº. 54, Palermo, Ed. Guida, 2001 – II, p. 113-124.

BONO, Salvatore, “ La schiavitù e la storia el Mediterrâneo”, *Nuove Effemeredi*, nº. 54, Palermo, Ed. Guida, 2001/II, p. 6-19.

BONO, Salvatore, “ La schiaviù nel Mediterrâneo moderno. Storia di una storia “, *Cahiers de la Méditerranée*, v. 65, Nic, Université, Dez. 2002, public. na Internet em <http://revel.unice.fr/cmedi/document.html?id=28>.

BORGES, Maria do Carmo Mira, *Os portugueses e o sultanato de Maçacar no século XVII*, Cascais, Câmara Municipal, 2005.

BOTTE, Roger, “ Le Portugal, les marchés africains et les rapports Nord-Sud ( 1448-1550 ), *Cahiers des Anneaux de la Mémoire*, nº. 3 ( La traite et l’esclavage dans le monde lusophone ), Nantes, Anneaux de la Mémoire/UNESCO, 2001, p. 85-101.

BOULLE, Pierre H., “ L’origine du racisme en Europe: quelques hypotheses”, *De la traite à l’esclavage* ( Actes du Colloque Internacional sur la traite de noirs, Nantes, 1985 ), v. I, Nantes, CRHMA, 1988, p. 535-547.

BOXER, Charles R., *A Igreja e a expansão ibérica ( 1440-1770 )*, Lisboa, Edições 70, 1981.

BOXER, Charles R., *Relações raciais no império colonial português – 1415-1825*, Porto, Afrontamento, 1977.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond e BRAGA, Paulo Drumond, *Ceuta portuguesa ( 1415-1656 )*, Ceuta, Instituto de Estudos Ceuties, 1998.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Mouriscos e cristãos no Portugal quinhentista*, Lisboa, Hugin, 1999.

BRAGA, Paulo Drumond, “ Simão Coelho, escravo negro, perante a Inquisição de Évora ( 1517-1572 )”, *Revista de Ciências Históricas*, . V, Porto, Universidade Portucalense, 1990, p. 205-211.

BRANCO, Manuel, “ O manuelino em Montemor-o-Novo”, *Montemor-o-Novo quinhentista e o foral manuelino*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2003, p. 85-106.

BRÁSIO, António, “ Embaixada do Congo a Roma em 1514 ? “, *Studia*, nº. 32, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, p. 51-79.

BRÁSIO, António, *Os pretos em Portugal*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944.

BRAUDEL, Fernand, *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*, tomo 3, Lisboa, Teorema, s. d.

BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, 2º. V, Lisboa, Dom Quixote, 1984.

BRESC, Henri, “ Esclaves auliques et main d’oeuvre servile agricole dans la Sicile des XII.e et XIII.e siècles”, *Figures de l’esclave au Moyen-Age et dans le monde moderne*, Paris, L’Harmattan, 1996, p. 97-114.

BROGINI, Anne, “ L’esclavage au quotidien à Malte au XVI.e siècle”, *Cahiers de la Méditerranée*, v. 65, Nice, Université, Dez. 2002, public. na Internet em <http://revel.unice.fr/cmedi/document.html?id=26>.

BUESCO, Ana Isabel, *D. João III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

CABRAL, Iva, “ Dos povoadores aos filhos da terra: a dinâmica da sociedade caboverdiana”, *Studia*, nº. 56/57, Lisboa, IICT, 2000, p. 279-300.

CÁCERES, Rina, “ Indígenas y africanos en las redes de la esclavitud en Centroamérica”, *Rutas de la esclavitud en África y América Latina*, San José, Universidad de Costa Rica, 2001, p. 83-100.

CAETANO, Carlos Manuel Ferreira, *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa ( Século XV a XVIII )* ( Tese polic. ), Lisboa, Universidade Nova, 2000.

CALAFATE, Pedro, “ A antropologia portuguesa da época dos descobrimentos: os direitos dos povos descobertos”, *História do pensamento filosófico português* ( Dir. Pedro Calafate ), v. II, Lisboa, Caminho, 2001, p. 35-49.

CALAINHO, Daniela Buono, *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e Inquisição portuguesa no Antigo Regime* ( Tese polic. ), Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2000.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, “ A escravatura africana vista da América. Alonso de Sandoval e o tráfico de escravos em Angola no início do século XVII”, *Africana Studia*, nº. 5, 2002, p. 47-73.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, “ Os jesuítas em Angola nos séculos XVI e XVII: tráfico de escravos e escrúpulos de consciência”, *Trabalho forçado africano. Articulações com o poder político*, Porto, Campo das Letras, 2007, p. 47-82.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, “ A república negra de Ano Bom: invenção de um Estado entre duas colonizações”, *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*, Porto, Campo das Letras, 2006, p. 47-65.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, *Viagens de um piloto português do século XVI à costa de África e a São Tomé*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

CALVO, Thomas, “ Les esclavages au Mexique: études de câs ( XVI.e – XVII.e siècles), *Figures de l’esclave au Moyen-Age et dans le monde moderne*, Paris, L’Harmattan, 1996, p. 215-245.

CAMPLANI, Clara, “ La defensa de los negros en Bartolomé de las Casas”, *Las Casas face à l’esclavage des noirs: vision critique du Onzième Remede ( 1516 )*, Perpignan, Presses Universitaires, 2001, p. 95-107.

CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real ( 1415-1437 )*, Lisboa, Colibri, 2004.

CANCILA, Rossella, “ Corsa e pirateria nella Sicilia della prima età moderna”, *Quaderni Storici*, 107, Fasc. 2, Roma, Il Mulino, 2001, p. 363-377.

CAPELA, José, *As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura, 1810-1842*, Porto, Afrontamento, 1979.

CAPELA, José, *Donas, senhores e escravos*, Porto, Afrontamento, 1995.

CAPELA, José, *Escravidura. Conceitos. A empresa de saque*, 2ª. ed., Porto, Afrontamento, 1978.

CAPELA, José, *O escravismo colonial em Moçambique*, Porto, Afrontamento, 1993.

CAPELA, José, “ Éthique et représentation de l’esclavagisme colonial au Mozambique”, *Déraison, esclavage et droit*, Paris, UNESCO, 2002, p. 329-348.

CAPELA, José, “ A manilha e o libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700, de Alberto Costa e Silva ( Recensão )”, *Africana Studia*, nº. 5, 2002, p. 241-244.

CAPELA, José, “ O problema da escravatura nas colónias portuguesas”, *Portugal no mundo* ( Dir. Luís de Albuquerque ), v. VI, Lisboa, Alfa, 1989, p. 51-63.

CARDOSO, Adelino, “ A concordância entre a natureza e a graça segundo Frei Paio de Coimbra”, *História do pensamento filosófico português* ( Dir. Pedro Calafate ), v. I, Lisboa, Caminho, 1999, p. 505-510.

CARREIRA, António, *Angola, da escravatura ao trabalho livre: subsídios para a história demográfica do século XVI até à independência*, Lisboa, Arcádia, 1977.

CARREIRA, António, *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata ( 1460-1878 ). Subsídios para o seu estudo*, Praia, Instituto Caboverdiano do Livro, 1983.

CARREIRA, António, *As companhias pombalinas de Grã-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*, Lisboa, Presença, 1983.

CARREIRA, António, *Notas sobre o tráfico português de escravos*, Lisboa, Universidade Nova, 1983.

CARREIRA, António, *Os portugueses nos Rios de Guiné: 1500-1900*, Lisboa, 1984.

CARREIRA, António, “ Situación de las investigaciones sobre la trata en Portugal”, *La trata negrera del siglo XV al XIX*, Paris, UNESCO, 1981, p. 296-310.

CARREIRA, António, *O tráfico de escravos nos Rios da Guiné e ilhas de Cabo Verde (1810-1850 ): subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1981.

CARVALHO, Alberto Martins de, “ Tribunal do Santo Ofício”, *Dicionário de história de Portugal* ( Dir. Joel Serrão ), v. 3, Porto, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 774-779.

CARVALHO, António Pedro de, *Das origens da escravatura moderna em Portugal*, Lisboa, Tipografia Universal, 1877.

CARVALHO, António Pedro de, “ A escravatura branca”, *Arquivo Universal*, tomo I, nº. 5, p. 70-71, nº. 6, p. 86-87, nº. 9, p. 131-132 e nº. 23, p. 354-357, Lisboa, 1859.

CARVALHO, Filipe Nunes de, JOHNSON, Harold e SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *O império luso-brasileiro ( 1500-1620 ) – I*, Lisboa, Estampa, 1992.

CARVALHO, João Soares, “ O teatro. Escola vicentina”, *História da literatura portuguesa*, v. 2, Lisboa, Alfa, 2001, p. 417-440.

CASTELO BRANCO, Fernando, *Elogio do Prof. Doutor Manuel Heleno*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1988.

CASTELO BRANCO, Fernando, *Lisboa vista pelos estrangeiros ( até aos fins do século XVIII )*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.

CASTRO, Armando, *História económica de Portugal*, v. III, Lisboa, Caminho, 1985.

CASTRO, P. José de Castro, *Portugal no concílio de Trento*, v. II, Lisboa, União Gráfica, 1944.

CASTRO, Sílvio, *História da literatura brasileira*, v. I, Lisboa, Alfa, 1999.

CATROGA, Fernando, “ Ritualizações da história”, *História da história de Portugal. Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 547-671.

CHAGAS, Manuel Pinheiro, *História de Portugal*, v. III, Lisboa, Promoclube, s.d.

CHAUNU, Pierre, *Séville et l’Atlantique ( 1504-1650 )*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1959.

CIRES ORDÓÑEZ, Juan Manuel de e GARCÍA BALLESTEROS, Pedro E., “ El tablero de ajedrez sevillano: bautizos y matrimonios de esclavos”, inserto no livro de Isidoro Moreno *La antigua hermandad de los negros de Sevilla*, Sevilla, Universidad, 1997, p. 493-499.

CLARAMUNT, Salvador, “ Civilización y esclavitud. Conceptos antagónicos i simbióticos”, *De l’esclavitud a la llibertat*, p. 743-748.

COELHO, António Borges, *Clérigos, mercadores, judeus e fidalgos*, Lisboa, Caminho, 1994.

COELHO, António Borges, *Inquisição de Évora. Dos primórdios a 1668*, Lisboa, Caminho, 1987.

COELHO, António Borges, “ Minorias étnicas e religiosas em Portugal no século XVI”, *Viagens e viajantes no Atlântico quinhentista*, Lisboa, Colibri, 1996.

COELHO, António Borges, *Quadros para uma viagem a Portugal no século XVI*, Lisboa, Caminho, 1986.

COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, Lisboa, 1989.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine, “ Luso-Africans et Afro-Brésiliens du XVI.e au XIX.e siècle. Culture matérielle et métissage culturel”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, v. XLII, Lisboa/Paris, 2001, p. 155-167.

CORREIA, António Augusto Mendes, *Antigos escravos africanos em Portugal e no Brasil*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1938.

CORREIA, António Augusto Mendes, *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto, Figueirinhas, 1924.

CORREIA, António Augusto Mendes, *A propósito do “Homo Taganus”. Africanos em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1937.

CORREIA, Francisco, *Subsídios para a história benaventina do século XVI*, Benavente, Câmara Municipal, 1995.

CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, v. I, Porto, Lello, 1925.

CORTÉS ALONSO, Vicenta, *La esclavitud en Valencia durante el reinado de los Reyes Católicos ( 1479- 1516 )*, Valencia, Ayuntamiento, 1964.

CORTÉS ALONSO, Vicenta, “ La población negra de Palos de la Frontera ( 1568-1579 )”, *XXXVI Congreso Internacional de Americanistas*, v. 3, Sevilla, 1966, p. 609-618.

CORTÉS ALONSO, Vicenta, “ Valencia y el comercio de esclavos negros en el siglo XV”, *Studia*, nº. 47, Lisboa, 1989, p. 81-145.

CORTÉS CORTÉS, Fernando, *Esclavos en la Extremadura Meridional del siglo XVII*, Badajoz, Diputacion Provincial, 1987.

CORTÉS CORTÉS, Fernando, “ Esclavos y comercio esclavista entre el reino de Portugal y la Extremadura meridional a finales del siglo XVII”, *Encuentros/Encontros de Ajuda*, Badajoz, Diputación Provincial, 1987, p. 469-488

CORTÉS LÓPEZ, José Luís, *La esclavitud negra en la España peninsular del siglo XVI*, Salamanca, Universidad, 1989.



CORTÉS LÓPEZ, José Luís, *Los origenes de la esclavitud negra negra en España*, Madrid, Mundo Negro, 1986.

COSTA, Fernando Ferreira da, “ A escravatura em África nos séculos XV e XVI”, *História*, nº. 54, Lisboa, 1983, p. 43-54.

COSTA, Leonor Freire, *Império e grupos mercantis entre o Oriente e o Atlântico (Século XVII )*, Lisboa, Horizonte, 2002.

COSTA, Leonor Freire, *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil ( 1580-1663 )*, Lisboa, C.N.C.D.P., 2002.

COSTA, Manuel Frederico Ribeiro da, *Narrativa histórica da imagem de Nossa Senhora da Atalaia*, Lisboa, Tipografia de Henrique Zeferino, 1887.

COXITO, Amândio Augusto, “ O problema da guerra justa segundo Frei Bartolomeu dos Mártires”, *Astas do III Encontro sobre história dominicana*, tomo II, Porto, Arquivo Histórico Dominicano, 1989, p. 181-186.

CRESTI, Federico, “ Gli schiavi cristiani ad Algeri in età ottomana: considerazioni sulle fonti e questioni storiografiche”, *Quaderni Storici*, 107, Fasc. 2, Roma, Il Mulino, 2001, p. 415-435.

CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

CUESTA DOMINGO, Maria del Pilar, *Domingo de Soto y su obra*, Segóvia, Colégio Universitário, 1996.

CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança ( 1560-1640 ). Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

CURTIN, Philip D., *The Atlantic slave trade: a census*, Wiscounsins, University, 1969.

CURTIN, Philip D., “ As plantações”, *Escravos com e sem açúcar ( Actas do seminário)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, p. 41-59.

CURTO, José C., *Álcool e escravos*, Lisboa, Vulgata, 2002.

DAVID-PEYRE, Yvonne, “ Maria Parda, témoin de son temps”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, v. 28, Lisboa/Paris, Fundação C. Gulbenkian, 1990, p. 437-446.

DAVIS, David Brion, *O problema da escravidão na cultura ocidental*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

DELL'AIRA, Alessandro, “ Schiavitù: il silenzio del concilio di Trento”, *Nuove Effemeridi*, nº. 54, Palermo, Ed. Guida, 2001 – II, p. 56-61.

DÉNUCÉ, Jean, *L'Afrique au XVI.e siècle et le commerce anversois*, Anvers, De Sikkels, 1937.

DEVEAU, Jean-Michel, “ Esclaves noirs en Méditerranée”, *Cahiers de la Méditerranée*, v. 65, Nice, Université, 2002, public. na Internet em <http://revel.unice.fr/cmedi/document.html?id=27>.

DEVEAU, Jean-Michel, *La traite rochelaise*, Paris, Karthala, 1990.

DEVISSE, Jean e LABIB, Shuhi, “ L’Afrique dans les relations intercontinentales”, *Histoire générale de l’Afrique*, v. IV, Paris, UNESCO, 1985, p. 693-730.

DEVISSE, Jean, “ L’exportation d’êtres humains hors d’Afrique: son influence sur l’évolution historique du continent”, *De la traite à l’esclavage* ( Actes du Colloque Internacional sur la traite de noirs, Nantes, 1985 ), v. I, Nantes, C.R.H.M.A., 1988, p. 113-119.

DEVISSE, Jean e MOLLAT, Michel, *L’image du noir dans l’art occidental*, v. III, Fribourg, Office du Livre, 1979.

DIAS, João José Alves ( Coord. ), *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, Lisboa, Presença, 1998.

DIAS, José Sebastião da Silva, *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Lisboa, Presença, 1982.

DIAS, José Sebastião da Silva, *A política cultural da época de D. João III*, v. II, Coimbra, Universidade, 1969.

DICIONÁRIO DA HISTÓRIA DE LISBOA ( Dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena ), Lisboa, Carlos Quintas e Associados, 1994.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL ( Dir. Joel Serrão ), Porto, Figueirinhas, 1981.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DOS DESCOBIMENTOS PORTUGUESES ( Dir. Luís de Albuquerque ), Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

DOMINGUES, Ângela, “ Lisboa”, *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, v. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 598-605.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio, “ La esclavitud en Castilla en la Edad Moderna”, *La esclavitud en Castilla en la Edad Moderna y otros estudios de marginados*, Granada, Comares, 2003, p. 1-64.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio, *Orto y ocaso de Sevilla*, Sevilla, Diputación Provincial, 1946.

DUARTE, Luís Miguel, “ A marinha de guerra portuguesa”, *Nova história militar de Portugal*, v. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

DUCHET, Michèle, “ Las reacciones frente al problema de la trata negrera: análisis histórico e ideológico”, *La trata negrera del siglo XV al XIX*, Paris, UNESCO, 1981, p. 45-72.

DURAN I DUELT, Daniel, “ La Companya Catalana i el comerç d’esclaus abans de l’assentament als ducats d’Atenes i Neopàtria”, *De l’esclavitud a la llibertat*, p. 557-571.

EARLE, T. F., “ Black africans versus jews: religious and racial tension in a Portuguese saint’s play”, *Black Africans in Renaissance Europe* ( Ed. T.F. Earle e K. Lowe ), Cambridge, C.University Press, 2005, p. 345-360.

EM NOME DO ESPÍRITO SANTO. HISTÓRIA DE UM CULTO, Lisboa, Torre do Tombo, 2004.

ENES, Maria Fernanda, “ As festas do divino Espírito Santo nos Açores: solidariedade e fraternidade”, *Em nome do Espírito Santo. História de um culto*, Lisboa, Torre do Tombo, 2004, p. 79-86.

ESTEVES, Maria Luísa, *Gonçalo de Gambôa de Aiala, capitão-mor de Cacheu e o comércio negreiro espanhol ( 1640-1650 )*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.

FALL, Yoro, “ Escravatura”, *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses* (Dir. Luís de Albuquerque ), v. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 367-384.

FALL, Yoro, “ Escravatura, servidão e reconquista”, *Portugal no mundo* ( Dir. Luís de Albuquerque ), v. I, Lisboa, Alfa, 1990, p. 300-314.

FERREIRA, Francisco Leitão, “ Vida de André de Resende”, *Arquivo Histórico Português*, v. IX, Lisboa, 1914, p. 177-334.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa e MUTGÉ I VIVES ( Edit. ), *De l’esclavitud a la llibertat. Esclaus i lliberts a l’Edat Mitjana* ( Actes del Col.loqui Internacional ), Barcelona, CSIC, 2000.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa, “ Esclaus i lliberts orientals a Barcelona. Segles XIV i XV”, *De l’esclavitud a la llibertat*, p. 167-212.

FERRONHA, António Luís Alves, *O comércio português de escravos*, Lisboa, Ministério da Educação, 1994.

FERRONHA, António Luís Alves, “ O comércio português de escravos nos séculos XV e XVI”, *Portugal no mundo* ( Dir. Luís de Albuquerque ), v. I, Lisboa, Alfa, 1990, p. 315-332.

FINLEY, M. I., *Esclavitud antigua e ideologia moderna*, Barcelona, Editorial Crítica, 1982.

FISHER, Alan W., “ Chattel slavery in the Ottoman Empire”, *Slavery and abolition*, nº. 1 ( 1 ), 1980, P. 25-41.

FONSECA, Francisco Bêlard da Fonseca, “ Subsídios para a história das alfândegas em Portugal”, *Revista aduaneira*, nº. 2,4 e 5, s. l., 1954.

FONSECA, João Abel da, “ A Virtuosa benfeitoria e o pensamento político do infante D. Pedro”, *Biblos*, v. LXIX, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993, p. 227-250.

FONSECA, Jorge, “ Black africans in Portugal during Cleynaerts’s visit ( 1533-1538 )”, *Black Africans in Renaissance Europe* ( Ed. T. Earle e K. Lowe ), Cambridge, C. University Press, 2005, p. 113-121.

FONSECA, Jorge, “ Escravatura moderna no sul de Portugal: uma investigação em curso”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 119 <sup>a</sup>., nº. 1-12, 2001, p. 251-259.

FONSECA, Jorge, “ Os escravos de D. Teodósio I, duque de Bragança”, *Callipole*, nº. 13, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 2005, p. 43-53.

FONSECA, Jorge, *Os escravos em Évora no século XVI*, Évora, Câmara Municipal, 1997.

FONSECA, Jorge, “ Escravos em Vila Viçosa”, *Callipole*, nº. 5-6, Vila Viçosa, Câmara Municipal, 1997-1998, p. 25-50.

FONSECA, Jorge, “ Os escravos na agricultura alentejana”, *Uma revolução na revolução. Reforma agrária no sul de Portugal*, Porto, Campo das Letras, 2004, p. 87-91.

FONSECA, Jorge, *Escravos no sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, Lisboa, Vulgata, 2002.

FONSECA, Jorge, “ Os escravos no sul de Portugal. Séculos XVI-XVII”, *História*, Ano XXI ( Nova série ), nº 16, Lisboa, Julho 1999, p. 38-45.

FONSECA, Jorge, “ Fugas de escravos na região de Évora ( Século XVII)”, *A Cidade de Évora*, 2<sup>a</sup>. série, nº. 2, Évora, Câmara Municipal, 1996-1997, p. 211-228.

FONSECA, Jorge, “ O interior doméstico em Montemor-o-Novo no século XVII”, *Almansor*, nº. 9, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 1991, p. 155-194.

FONSECA, Jorge, *Lugares de memória da escravatura em Portugal* ( Catálogo da exposição ), Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2001-2002.

FONSECA, Jorge e SABÓIA, João, “ Os negros de Faro e a confraria de Nossa Senhora do Rosário”, *Anais do Município de Faro*, v. XXXI-XXXII, Faro, Câmara Municipal, 2001-2002, p. 113-131.

FONSECA, Jorge, “ Para a história do associativismo no Alentejo medieval. A confraria e albergaria do Espírito Santo do Vimieiro ( 1282 )”, *A Cidade de Évora*, nº. 3 ( 2ª. série ), Évora, Câmara Municipal, 1998-99, p. 37-45.

FONSECA, Jorge, “ Para a história dos escravos e negros no Alentejo: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Arraiolos ( Séculos XVII-XVIII )”, *Almansor*, nº. 3 ( 2ª. série ), Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2004, p. 245-263.

FONSECA, Jorge, “ A raia luso-castelhana, espaço de cativo e de luta pela liberdade ( Séculos XVI-XVII ), *Revista de Estudios Extremeños*, tomo LXII, nº. II, Badajoz, Diputación Provincial, 2006, p. 725-738.

FONSECA, Jorge, “ Senhores e escravos no Alentejo ( Séculos XVI-XVII )”, *Ler História*, nº. 43, Lisboa, 2002, p. 39-55.

FONSECA, Jorge, “ Senhores e escravos no Algarve ( 1580-1700 )”, *Anais do Município de Faro*, v. XXVI, Faro, Câmara Municipal, 1996, p. 151-176.

FONTENAY, Michel, “ L’esclave galérien dans la Méditerranée des temps modernes”, *Figures de l’esclave au Moyen-Age et dans le monde moderne*, Paris, L’Harmattan, 1996, p. 115-143.

FONTENAY, Michel, “ Il mercato maltese degli schiavi al tempo dei cavalieri di San Giovanni ( 1530-1798 )”, *Quaderni Storici*, 107, Fasc. 2, Roma, Il Mulino, 2001, p. 391-413.

FONTENAY, Michel, “ Pour une géographie de l’esclavage méditerranéen aux temps modernes”, *Cahiers de la Méditerranée*, v. 65, Nice, Université, Dez. 2002, public. na Internet em <http://revel.unice.fr/cmedi/document.html?id=42>.

FRA-MOLINERO, Baltasar, “ Juan Latino and his racial difference”, *Black africans in Renaissance Europe* ( Ed. T. Earle e K. Lowe ), Cambridge, C. University Press, 2005, p. 326-344.

FRA-MOLINERO, Baltasar, “ Ser mulato en España y América: discursos legales y otros discursos literarios”, *Negros, mulatos, zambaigos. Derroteros africanos en los mundos ibéricos*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 2000, p. 123-147.

FRANCO SILVA, Alfonso, *La esclavitud en Andalucía – 1450-1550*, Granada, Universidad, 1992.

FRANCO SILVA, Alfonso, “ La esclavitud en la Península Ibérica a fines del Medievo. Estado de la cuestión, fuentes y problemas relacionados com sus actividades”, *Escravos com e sem açúcar* ( Actas do seminário ), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, p. 61-89; *Minorias y marginados* ( Actas de los XII Encuentros de Historia y Arqueología ), San Fernando, Ayuntamiento, 1997, p. 13-33.

FRANCO SILVA, Alfonso, “ La esclavitud en Sevilla a finales de la Edad Media y comienzos de la Edad Moderna”, inserto no livro de Isidoro Moreno *La antigua hermandad de los negros de Sevilla*, Sevilla, Universidad, 1997, p. 483-491.

FRANCO SILVA, Alfonso, *La esclavitud en Sevilla y su tierra a fines de la Edad Media*, Sevilla, [ Diputación Provincial ], 1979.

FRANCO SILVA, Alfonso, “ Los negros libertos en las sociedades andaluzas entre los siglos XV al XVI”, *Los marginados en el mundo medieval y moderno*, Almería, Diputación Provincial, 2000, p. 51-64.

FURIÓ, Antoni, “ Esclaus i assalariats. La funció econòmica de l'esclavitud en la Península Ibérica a la Baixa Edat Mitjana”, *De l'esclavitud a la llibertat*, p. 15-38.

GARCÍA AÑOVEROS, Jesus Maria, *El pensamiento y los argumentos sobre la esclavitud en Europa en el siglo XVI y su aplicación a los indios americanos y a los negros africanos*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000.

GARIN, Eugénio, *O Renascimento. História de uma revolução cultural*, Porto, Telos, 1972.

GENOVESE, Eugene, *O mundo dos senhores de escravos. Dois ensaios de interpretação*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GERALDES, Carlos Alberto Caldeira, *Casa da Índia. Um estudo de estrutura e funcionalidade ( 1509-1630 )* ( Dissert. de mestrado polic. ), Lisboa, Faculdade de Letras, 1997.

GIUFFRIDA, Antonino, “ Schiavitù e mercato del lavoro nella Sicilia rinascimentale”, *Nuove Effemeridi*, n°. 54, Palerm, Ed. Guida, 2001 - II, p. 30-46.

GODINHO, António, *Livro da nobreza e perfeição das armas ( séc. XVI )*, Ed. Fac-símile, Lisboa, INAPA, 1987.

GODINHO, Rui Alexandre Landeiro, *A carreira da Índia. Aspectos e problemas da torna-viagem ( 1550-1649 )* ( Dissertação de mestrado polic. ), Lisboa, Faculdade de Letras, 2000.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os descobrimentos e a economia mundial*, 2ª. edição, Lisboa, Presença, 1983.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1971.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “ Flutuações económicas e devir estrutural do século XV ao século XVII”, *Ensaio II*, Lisboa, Sá da Costa, 1978.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “ Portugal no começo do século XVI: instituições e economia. O relatório do veneziano Lunardo da Cà Masser”, *Revista de História Económica e Social*, n°. 4, Lisboa, Sá da Costa, Julho-Dez. 1979, p. 75-88.

GODINHO, Vitorino Magalhães, “ A revolução dos preços e as flutuações económicas no século XVI”, *Ensaio II*, Lisboa, Sá da Costa, 1978.

GOMES, Flávio dos Santos, *A hidra e os pântanos*, São Paulo, UNESP/ Polis, 2005.

GONÇALVES, Iria, *Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos* ( Separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, nº. 79-80, 2ª. série ), Lisboa, Junta Distrital, 1973-74.

GONZÁLEZ DÍAZ, Antonio Manuel, *La esclavitud en Ayamonte durante el Antiguo Régimen* ( Siglos XVI, XVII y XVIII ), Huelva, Diputación Provincial, 1996.

GONZÁLEZ-DORIA, Fernando, *Diccionario heráldico y nobiliario*, Madrid, Editorial Bitacora, 1994.

GORENDER, Jacob, *O escravismo colonial*, S. Paulo, Ática, 1980.

GRANDE ENCYCLOPÉDIE ( LA), v. 8, Paris, Larousse, 1973 ( Artigo “ Esclavage” ), p. 4473-4476.

GRAULLERA SANZ, Vicente, *La esclavitud en Valencia en los siglos XVI y XVII*, Valencia, Diputación Provincial 1978.

GUICHARNAUD-TOLLIS, Michèle, “ L’introduction des esclaves noirs dans le Memorial de Catorce Remedios ( 1516 ) de Bartolomé de las Casas face à l’esclavage: une aberration?”, *Las Casas face à l’esclavage dès noirs: vision critique du Onzième Remede* ( 1516 ), Perpignan, Presses Universitaires, 2001, p. 23-40.

GUILLÉN, Fabienne Plazolles, “ Barcelona a finales de la Edad Media: entre mestizaje y conservación biológica?”, *Negros, mulatos, zambaigos. Derroteros africanos en los mundos ibéricos*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 2000, p. 21-57.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel, “ O fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o negócio de carne humana: 1707-1717”, *Promontoria*, nº. 3, Faro, Universidade do Algarve, 2005, p. 109-133.

HEERS, Jacques, *Escravos e servidão doméstica na Idade Média*, Lisboa, Dom Quixote, 1983.

HEERS, Jacques, *Festas de loucos e carnavais*, Lisboa, Dom Quixote, 1987.

HEERS, Jacques, *Les négriers en terres d’Islam. La première traite des noirs. VII.e-XVI.e siècles*, Paris, Perrin, 2004.

HELENO, Manuel, *Os escravos em Portugal*, v. I, Lisboa, Anuário Comercial 1933.

HENRIQUES, Isabel Castro, “ A invenção da antropofagia africana”, *Actas dos VI Cursos Internacionais de Verão de Cascais*, Cascais, Câmara Municipal, 2000, p. 51-79.

HENRIQUES, Isabel Castro, *O pássaro do mel. Estudos de história africana*, Lisboa, Colibri, 2003.

HENRIQUES, Isabel Castro, *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997.

HENRIQUES, Isabel Castro, *Os pilares da diferença. Relações Portugal-África. Séculos XV-XX*, Lisboa, Caleidoscópio, 2004.

HENRIQUES, Isabel Castro, “ A revisão da escravatura e do tráfico negreiro em Moçambique na obra de José Capela”, *Aficana Studia*, nº. 5, 2002, p. 213-226.

HENRIQUES, Isabel Castro, *São Tomé e Príncipe. A invenção de uma sociedade*, Lisboa, Vega, 2000.

HENRIQUES, Isabel Castro, “ Ser escravo em S. Tomé no século XVI: uma outra leitura de um mesmo quotidiano”, *Primeiras Jornadas de História Moderna. Actas*, v. II, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, p. 1120-1142.

HERCULANO, Alexandre, *História da origem e estabelecimento da Inquisição em Portugal*, v. III, Lisboa, Europa-América, s.d.

HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal*, v. III, Lisboa, Bertrand, 1980.

HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, v. IV, Lisboa, Presença, 1985.

HESPANHA, António Manuel, *História das instituições. Épocas medieval e moderna*, Coimbra, Almedina, 1982.

HESPANHA, António Manuel, “ Luís de Molina e a escravização dos negros”, *Análise Social*, v. XXXV, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001, p. 937-960.

HESPANHA, António Manuel, “ A punição e a graça”, *História de Portugal* ( Dir. José Mattoso ), v. 4, Lisboa, Estampa, 1993, p. 239-256.

HINOJOSA MONTALVO, José, “ De la esclavitud a la libertad en el reino de Valencia durante los siglos medievales”, *De l’esclavitud a la llibertat*, p. 431-470.

HISTÓRIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA NO MUNDO ( Dir. António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias ), v. III, Lisboa, Ática, 1940, p. 240-247.

HISTÓRIA GERAL DE CABO VERDE ( Coord. do 1º. v. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos e do 2º. v. Maria Emília Madeira Santos ), Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto Nacional de Investigação Cultural, 1995 e 2001.

HISTÓRIA UNIVERSAL ( Dir. José Manuel Cuenca Toríbio ), v. 3, Lisboa, Liarte, 1992.



HORTA, José da Silva, “ O africano: produção textual e representações ( séculos XV-XVII ), *Condicionantes culturais da literatura de viagens* ( Coord. Fernando Cristóvão), Lisboa, Cosmos, 1999, p. 261-301.

HORTA, José da Silva, “ A imagem do africano pelos portugueses: o horizonte referencial das representações anteriores aos contactos dos séculos XV e XVI”, *Primeiras Jornadas de História Moderna*, v. II, Lisboa, Centro de História da Universidade, 1986, p. 1013-1036.

HORTA, José da Silva, “ A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal à Serra Leoa ( 1453-1508 )”, *Mare Liberum*, nº.2, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991, p. 209-339.

HURBON, Laennec, “ O imaginário da África nas Caraíbas”, *Escravidão e transformações culturais* ( Actas do colóquio ), Lisboa, Vulgata, 2002, p. 65-79.

INIKORI, Joseph E., “ L’Afrique dans l’histoire du monde: la traite des esclaves à partir de l’Afrique et l’émergence d’un ordre économique dans l’Atlantique”, *Histoire générale de l’Afrique*, v. V, Paris, UNESCO, 1999, p. 103-175.

INIKORI, Joseph E., “ La trata negrera y las economías atlánticas de 1451 a 1870”, *La trata negrera del siglo XV al XIX*, Paris, UNESCO, 1981, p. 74-112.

INTINO, Raffaella d’, “ A gente do mar na carreira da Índia”, *Pavilhão de Portugal* (Exposição mundial de Lisboa de 1998 ), Lisboa, Expo 98, 1998, p. 201-225.

INVENTÁRIO COLECTIVO DOS REGISTOS PAROQUIAIS, v. I – Centro e Sul, Lisboa, Torre do Tombo, 1993.

IZCO REINA, Manuel Jesus, *Amos, esclavos y libertos. Estudios sobre la esclavitud en Puerto Real durante la Edad Moderna*, Cádiz, Universidad, 2002.

IZQUIERDO LABRADO, Julio, *El comercio de esclavos: Gibraltár*. Edição electrónica: <http://www.mgar.net/var/esclavos.htm>.

IZQUIERDO LABRADO, Julio, *La esclavitud en Huelva y Palos ( 1570-1587 )*. Edição electrónica: <http://www.mgar.net/var/esclavos3.htm>.

JORDAN, Anne Marie, “ Images of empire: slaves in the Lisbon household and court of Catherine of Austria”, *Black Africans in Renaissance Europe* ( Ed. T. Earle e K. Lowe ), Cambridge, C. University Press, 2005, p. 155-180.

KAPLAN, Paul H. D., “ Isabella d’ Este and black African women”, *Black Africans in Renaissance Europe* ( Ed. T. Earle e K. Lowe ), Cambridge, C. University Press, 2005, p. 125-154.

KELLEMBENZ, Hermann, *Os mercadores alemães de Lisboa por volta de 1530* (separata da Revista Portuguesa de História, v. IX ), Coimbra, Faculdade de Letras, 1961.

KENNEDY, Michel, *Dicionário Oxford de música*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

KLEIN, Herbert, *O comércio atlântico de escravos*, Lisboa, Replicação, 2002.

KLEIN, Herbert, “ A experiência da escravatura nas Caraíbas: uma perspectiva comparativa”, *Escravos com e sem açúcar* ( Actas do seminário ), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, p. 139-180.

KORHONEN, Anu, “ Washing the ethiopian white: conceptualising black skin in Renaissance England”, *Black Africans in Renaissance Europe* ( Ed. T. Earle e K. Lowe), Cambridge, C. University Press, 2005, p. 94-112.

KOSSIGAN, Patrice, “ Fray Bartolomé de las Casas: de defensor de los indios a defensor de los negros y guanches”, *Las Casas face à l’esclavage des noirs: vision critique du Onzième Remede (1516 )*, Perpignan, Presses Universitaires, 2001, p. 287-304.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel, “ Los esclavos de la casa ducal de Medina Sidónia ( 1492-1511 )”, *Homenaje al Profesor Jacinto Bosch Vilá*, v. I, Granada, Universidad, 1991, p. 225-232.

LAHON, Didier, “ Black african slaves and freedmen in Portugal during the Renaissance: creating a new pattern of reality”, *Black Africans in Renaissance Europe* (Ed. T. Earle e K. Lowe ), Cambridge, C. University Press, 2005, p. 261-280.

LAHON, Didier, “ Le confraternite nere in Portogallo dal Cinquecento al Settecento. Privilegi acquisiti, privilegio perduto”, *Nuove Effemeridi*, nº. 54, Palermo, Ed. Guida, 2001 – II, p. 83-96.

LAHON, Didier, “ L’esclavage au Portugal. Utopie et réalité”, *Cahiers des Anneaux de la Mémoire*, nº. 3 ( *La traite et l’esclavage dans le monde lusophone* ), Nantes, Anneaux de la Mémoire/UNESCO, 2001, p. 147-174.

LAHON, Didier, “ Esclavage, confréries noires, sainteté noire et pureté de sang au Portugal ( XVI.e – XVIII.e siècles”, *Lusitania Sacra*, 2ª. série, nº. 15, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2003, p. 119-162.

LAHON, Didier, *Esclavage et confréries noires au Portugal durant l’Ancien Regime ( 1441-1830 )*, 2 volumes ( Tese polic. ), Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

LAHON, Didier, “ O escravo africano na vida económica e social portuguesa do Antigo Regime”, *Africana Studia*, nº. 7, Porto, Universidade, 2004, p. 73-100.

LAHON, Didier, “ Exclusion, intégration et métissage dans les confréries noires au Portugal ( XVI.e – XIX.e siècles )”, *Negros, mulatos, zambaigos. Derroteros africanos en los mundos ibéricos*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 2000, p. 275-311.

LAHON, Didier, *O negro no coração do império*, Lisboa, Ministério da Educação, 1999.

LANDERS, Jane, “ La cultura material de los cimarrones: los casos de Ecuador, La Española, México y Colombia”, *Rutas de la esclavitud en África y América Latina*, San José, Universidad de Costa Rica, 2001, p. 145-156.

LARQUIÉ, Claude, “ L’esclavage dans une capitale: Madrid au XVII.e siècle”, *Figures de l’esclave au Moyen-Age et dans le monde moderne*, Paris, L’Harmattan, 1996, p. 177-200.

LAVINHA, João e outros, “ Importation route of the sickle cell trait into Portugal. Contribution of molecular epidemiology”, *Human Biology*, v. 64, nº. 6, Dez. 1992, p. 891-901.

LAW, Robin, “ La costa de los esclavos en África Occidental”, *Rutas de la esclavitud en África y América Latina*, San José, Universidad de Costa Rica, 2001, p. 29-43.

LAWRANCE, Jeremy, “ Black africans in Renaissance spanish literature”, *Black Africans in Renaissance Europe* ( Ed. T. Earle e K. Lowe ), Cambridge, C. University Press, 2005, p. 70-93.

LEAL, Pinho, *Portugal antigo e moderno*, v. III, Lisboa, Matos Moreira e C<sup>ª</sup>., 1874.

LEITÃO, José Augusto Duarte, “ A missão do Padre Baltasar Barreira no reino de Angola ( 1580-1592 ), *Lusitânia Sacra* ( 2<sup>a</sup>. Série ), nº. 5, Lisboa, Universidade Católica, 1993, p. 43-91.

LEITE, Serafim, *As raças do Brasil perante a ordem teológica, moral e jurídica portuguesas nos séculos XVI a XVIII*, Coimbra, Universidade, 1965.

LIENHARD, Martin, “ África na senzala latino-americana. Utopias de escravos rebeldes: Brasil e Cuba, década de 1830”, *Aficana Studia*, nº 5, 2002, p. 131-153.

LIMA, J. A. Pires de, *Mouros, judeus e negros na história de Portugal*, Porto, Civilização, 1940.

LOBO, A. de Sousa Silva Costa, *História da sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, Rolim, s.d.

LOBO CABRERA, Manuel, “ La Casa de la Contratación y Canarias en el siglo XVI”, *La Casa de la Contratación y la navegación entre España y las Indias*, Sevilla, Universidad, 2003, p. 401-416.

LOBO CABRERA, Manuel, “ El clero y la trata en los siglos XVI y XVII: el ejemplo de Canarias”, *De la traite à l’esclavage* ( Actes du Colloque International sur la traite de noirs, Nantes, 1985 ), v. I, Nantes, CRHMA, 1988, p. 481-495.

LOBO CABRERA, Manuel, “ Esclavitud y azúcar en Canarias”, *Escaravos com e sem açúcar* ( Actas do seminário ), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, p. 103-117.

LOBO CABRERA, Manuel, “ La mujer esclava en España en los comienzos de la Edad Moderna”, *Baetica*, nº. 15, Malaga, Universidad, 1993, p. 295-315.

LOPES, Edmundo Correia, *A escravatura. Subsídios para a sua história*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1944.

LÓPEZ GARRIDO, José Luís, “ Los esclavos en la isla de León a través de sus protocolos notariales. 1668-1768”, *Minorias y marginados* ( Actas de los XII Encuentros de Historia y Arqueología ), San Fernando, Ayuntamiento, 1997, p. 181-186.

LÓPEZ PÉREZ, Maria Dolores, “ Sobre la trata de esclavos magrebíes: el aprovisionamiento de los mercados catalanoaragoneses ( Siglo XIV ), *De l’esclavitud a la llibertat*, p. 39-73.

LOSADA, Angel, “ Introdução” a *Democrates segundo*, de Juan Ginés de Sepulveda, Madrid, Instituto Francisco de Vitória, 1984, p. IX-XXV.

LOUREIRO, Rui, “ Goa em finais do século XVI: a relação de viagem de Chrysztoph Pawlowski”, *Ler História*, nº. 19, Lisboa, Teorema, 1990, p. 161-173.

LOURENÇO, Isabel Maria Bingre de Négrier, *Escravos na região da Guarda* (Intervenção no colóquio Escravidão e liberdade na Península Ibérica, Sociedade de Geografia, Lisboa, Novemb. 1997 ).

LOVEJOY, Paul E., *A escravidão na África. Uma história de suas transformações*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

LOWE, Kate, “ Introduction: the black african presence in Renaissance Euope”, *Black Africans in Renaissance Europe* ( Ed. T. Earle e K. Lowe ), Cambridge, C. University Press, 2005, p. 1-14.

LOWE, Kate, “ The stereotyping of black Africans in Renaissance Europe”, *Black Africans in Renaissance Europe* ( Ed. T. Earle e K. Lowe ), Cambridge, C. University Press, 2005, p. 17-47.

LUCENA SALMORAL, Manuel, “ Planteamiento de la duda indiana ( 1534-1549), crisis de la conciencia nacional: las dudas de Carlos V”, *Las Casas face à l’esclavage dès noirs: vision critique du Onzième Remede ( 1516)*, Perpignan, Université, 2001, p. 157-189.

LUZZATI, Michele, “ Schiavi e figli di schiavi atraverso le registrazioni di battesim medievali: Pisa, Gemona del Friuli, Lucca”, *Quaderni Storici*, 107, Fasc. 2, Roma, Il Mulino, 2001, p. 349-362.

M'BOKOLO, Elikia, *África negra. História e civilizações*, tomo 1, Lisboa, Vulgata, 2003.

M'BOKOLO, Elikia, “ Le rencontre des deux mondes et ses répercussions: la part de l'Afrique ( 1492-1992 )”, *L'Afrique entre l'Europe et l'Amérique*, Paris, UNESCO, 1995, p. 13-30.

MACHADO, José Pedro, *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, v. III, Lisboa, Horizonte, 1977.

MACHADO, José Pedro, *Grande dicionário da língua portuguesa*, v. I e III, Lisboa, Euro-Formação, 1989.

MADURELL MARIMÓN, José Maria, “ Los seguros de vida de esclavos en Barcelona ( 1453-1523 ). Documentos para su estudio”, *Anuario de Historia del Derecho Español*, tomo XXV, Madrid, 1955, p. 123-160.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “ D. João III”, *História de Portugal* ( Dir. José Mattoso ), v. 3, Lisboa, estampa, 1993, p. 530-540.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, Cosmos, 1970.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, “ Le Portugal et les dynamiques de l'économie atlantique du XV.e au XVIII.e siècle”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, v. XLII, Lisboa/Paris, 2001, p 3-10.

MARCOS MARTIN, Alberto, “ La esclavitud en la ciudad de La Laguna durante la segunda mitad del siglo XVI a través de los registros parroquiales”, *De esclavos a señores*, Valladolid, Universidad, 1992, p. 11-42.

MARGARIDO, Alfredo, “ O direito a fazer e a vender escravos”, *História*, Ano XXI (Nova série ), nº. 16, Lisboa, Julho 1999, p. 28-37.

MARGARIDO, Alfredo, “ A participação dos africanos – escravos ou livres – na mudança cultural, em Portugal e no Brasil”, *Escravidão e transformações culturais* (Actas do colóquio ), Lisboa, Vulgata, 2002, p. 29-50.

MARGARIDO, *Théologiens, bureaucrates et indiens en Amérique Hispanique au XVI.e siècle*, Paris, F. C. Gulbenkian, 1975.

MARGARIDO, Alfredo *La vision de l'autre ( africain et indien d'Amérique ) dans la Renaissance portugaise*, Paris, F. C. Gulbenkian, 1984.

MARQUES, João Pedro, “ Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo: um percurso negreiro no século XIX”, *Análise Social*, v. XXXVI ( 160 ), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001, p. 609-638.

MARQUES, João Pedro, *Portugal e a escravatura dos africanos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2004.

MARQUES, João Pedro, “ Portugal e o fim da escravidão: uma reforma em contraciclo”, *Africana Studia*, nº. 7, Porto, Universidade, 2004, p. 137-161.

MARQUES, João Pedro, “ O retorno do escravismo em meados do século XIX”, *Análise Social*, nº. 180, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2006, p. 671-692.

MARQUES, João Pedro, *Revoltas escravas: mistificação e mal-entendidos*, Lisboa, Guerra e Paz, 2006.

MARQUES, João Pedro, *Os sons do silêncio: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1999.

MARQUES, João Pedro, “ O trato dos viventes, de Luiz Felipe de Alencastro” (Recensão ), *Africana Studia*, nº. 5, 2002, p. 233-239.

MARQUES, João Pedro, “ Uma cosmética demorada: as cortes perante o problema da escravidão ( 1836-1875 )”, *Análise Social*, v. XXXVI ( 158-159 ), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001, p. 209-247.

MARQUES, Luís, *Tradições religiosas entre o Tejo e o Sado: os círios do santuário da Atalaia*, Lisboa, Universidade Nova, 1996.

MARTÍN CASARES, Aurelia, “ Cristianos, musulmanes y animistas en Granada: identidades religiosas y sincretismo cultural”, *Negros, mulatos, zambaigos. Derroteros africanos en los mundos ibéricos*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 2000, p. 207-221.

MARTÍN CASARES, Aurelia, *La esclavitud en la Granada del siglo XVI*, Granada, Universidad, 2000.

MARTÍN CASARES, Aurelia, “ Esclavitud y género en la Granada del siglo XVI”, *Arenal*, v. 7, nº. 1, Granada, Universidad, 2000, p. 41-61.

MARTÍN CASARES, Aurelia, “ Free and freed black africans in Granada in the time of the Spanish Renaissance”, *Black Africans in Renaissance Europe* ( Ed. T. Earle e K. Lowe ), Cambridge, C. University Press, 2005, p. 247-260.

MARTÍN CASARES, Aurelia, “ La logique de la domination esclavagiste: vieux crétiens et neo-convertis dans la Grenade espagnole des temps modernes”, *Cahiers de la Méditerranée*, v. 65, Nice, Université, Dez. 2006, public. na Internet em <http://revel.unice.fr/cmedi/document.html?id=32>.

MARTÍNEZ LÓPEZ, Enrique, *Tablero de ajedrez. Imágenes del negro heroico en la comedia española y en la literatura e iconografía sacra del Brasil escravista*, Paris, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1998.

MARTINS, M. C., OLIM, G., MELO, J., MAGALHÃES, H. A. e RODRIGUES, M. O., “ Haereditary anaemias in Portugal: epidemiology, public health significance and control”, *Med. Genet*, 30, 1993, p. 235-239.

MARX, Karl, *Contribuição para a crítica da economia política*, Lisboa, Estampa, 1977.

MAS I FORNERS, Antoni, *Esclaus i catalans. Esclavitud i segregació a Mallorca durant els segles XIV i XV*, Palma, Lleonard Muntaner, 2005.

MASCARENHAS, J. Fernandes, *A população de Moncarapacho no século XVI, livre e escrava, através de róis de confessados inéditos*, Olhão, 1985.

MATOS, Artur Teodoro de, “ As escalas do Atlântico no século XVI”, *Revista da Universidade de Coimbra*, v. XXXIV, Coimbra, Universidade, 1988, p. 157-183.

MATOS, Artur Teodoro de, *Na rota da Índia*, Macau, Instituto Cultural, 1994.

MATOS, Artur Teodoro de, “ Subsídios para a história da carreira da Índia”, *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, v. 45, Lisboa, 1975 ( Separata de 1977 ).

MATTOSO, José, “ Comércio de escravos em Portugal no século XIV”, *Naquele tempo. Ensaios de história medieval*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 391-394.

MAURÍCIO, Domingos, “ A universidade de Évora e a escravatura”, *Didaskalia*, v. VII, Lisboa, Universidade Católica, 1977, p. 153-200.

MAURO, Frédéric, “ Esclaves brésiliens dès XVI.e et XVII.e siècles”, *Figures de l’esclave au Moyen-Age et dans le monde moderne*, Paris, L’Harmattan, 1996, p. 203-214.

MAURO, Frédéric, “ L’Atlantique portugais et les esclaves ( 1570-1670 )”, *Revista da Faculdade de Letras de Coimbra*, tomo XXII, 2ª. série, nº. 2, Coimbra, Faculdade de Letras, 1956, p. 5-55.

MAURO, Frédéric, *Portugal, o Brasil e o Atlântico ( 1570-1670 )*, v. I, Lisboa, Estampa, 1989.

MEA, Elisa Cunha de Azevedo, *A Inquisição de Coimra no século XVI. A instituição, os homens e a sociedade*, Porto, Fundação Engº. António de Almeida, 1997.

MEDINA, João e HENRIQUES, Isabel Castro, *A rota dos escravos. Angola e a rede do comércio negreiro*, Lisboa, Cegia, 1996.

MEILLASSOUX, Claude, *Anthropologie de l’esclavage*, Paris, Quadrige/PUF, 1998.

MEMÓRIA ACERCA DA EXTINÇÃO DA ESCRAVIDÃO e do tráfico de escravatura no território português, Lisboa, Ministério da Marinha, 1889.

MENA GARCÍA, Cármen, “ La Casa de la Contratación de Sevilla y el abasto de las flotas de Indias”, *La Casa de la Contratación y la navegación entre España y las Indias*, Sevilla, Universidad, 2003, p. 237-278.

MENDES, António Almeida, “ Portugal e o tráfico de escravos na primeira metade do século XVI”, *Africana Studia*, nº. 7, Porto, Universidade, 2004, p. 13-30.

MENDES, António Almeida, “ Traite des maures-traite des noirs, ou les visages de l’esclavage au Portugal XV.e-XVI.e siècles )”, *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*, Porto, Campo das Letras, 2006, p. 13-30.

MENDES, António Almeida, “ Uma contribuição para a história da escravatura no Benim: o livro de armação do navio São João ( 1526 ), *Africana Studia*, nº. 5, 2002, p. 27-46.

MENDES, Isabel Maria Ribeiro, “ O Deve e o Haver da casa da rainha D. Catarina (1525-1557 )”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1990, p. 137-211.

MENDES, José Maria Amado, “ A renovação da historiografia portuguesa”, *História da história de Portugal – Séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 277-343.

MENDES, M. Maia, “ Escravatura no Brasil ( 1500-1700 )”, *Congresso do Mundo Português*, v. X, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, p. 31-55.

MESSANA, Maria Sofia, “ Rinnegati e convertiti nelle fonti dell’Inquisizione spagnola in Sicilia”, *Nuove Effemeridi*, nº. 54, Palermo, Ed. Guida, 2001 – II, p. 97-112.

METINHOUE, Pierre Goudjinou, “ La traite des noirs a travers la littérature européenne des XV.e et XVI.e siècles”, *De la traite à l’esclavage ( Actes du Colloque International sur la traite de noirs*, Nantes, 1985 ), v. I, Nantes, CRHMA, 1988, p. 497-506.

MIGUEL, Carlos Frederico Montenegro de Sousa, “ Escravatura”, *Dicionário de história de Portugal*, v. II, Porto, Figueirinhas, 1981, p. 421-424.

MILLER, Joseph C., “ Stratégies de marginalité. Une approche historique de l’utilisation des êtres humains et des idéologies de l’esclavage: progeneritura, pitié, protection personnelle et prestige – produit et profits des propriétaires”, *Déraison, esclavage et droit*, Paris, UNESCO, 2002, p. 105-160.

MINNICH, Nelson H., “ The catholic church and the pastoral care of black africans in Renaissance Italy” ( Ed. T. Earle e K. Lowe ), Cambridge, C. University Press, 2005, p. 280-300.

MIRANDA, Jorge, “ Aspectos da situação do escravo em Oeiras na segunda metade do século XVIII”, *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, nº. 91- 1º. Tomo, Lisboa, 1989, p. 5-35.

MOITA, Irisalva, “ A imagem e a vida da cidade”, *Lisboa quinhentista*, Lisboa, Museu da Cidade, 1983, p. 9-22.

MOITA, Irisalva, “ Lisboa no século XVI. A cidade e o ambiente”, *O livro de Lisboa* (Coord. Irisalva Moita ), Lisboa, Horizonte, 1994.



MORABITO, Vittorio, “ San Benedetto il Moro, da Palermo, protettore degli africani di Siviglia, della Penisola Ibérica e d’America Latina”, *Negros, mulatos, zambaigos. Derroteros africanos en los mundos ibéricos*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 2000, p. 223-273.

MOREIRA, Manuel António Fernandes, *O porto de Viana do Castelo na época dos descobrimentos*, Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1984.

MOREIRA, Rafael, “ Arquitectura: Renascimento e Classicismo”, *História da arte portuguesa* ( Dir. Paulo Pereira ), v. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 303-375.

MORENO, Isidoro, *La antigua hermandad de los negros de Sevilla*, Sevilla, Universidad, 1997.

MORINEAU, Michel, *O Século XVI ( 1492-1610)*, Lisboa, Dom Quixote, 1980.

MOTT, Luiz, *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*, Campinas, Papirus, 1988.

MOTT, Luiz, “ Justitia et misericórdia: a Inquisição portuguesa e a repressão ao nefando pecado de sodomia”, *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*, S. Paulo, Universidade, 1992, p. 703-738.

MOTT, Luiz, *Escravidão, homossexualidade e demonologia*, S. Paulo, Ícone, 1988.

MUÑOZ BUENDÍA, Antonio, “ La infancia robada. Niños esclavos, criados e aprendices en la Almería del Antiguo Régimen”, *Los marginados en el mundo medieval y moderno*, Almería, Diputación Provincial, 2000, p. 65-78.

NABAIS, António José C. M., “ O estuário do Tejo: as duas margens do mesmo rio”, *Lisboa subterrânea*, Lisboa, Electa, 1994.

NARANJO SANGUINO, Miguel Ángel, “ La esclavitud en Miajadas durante la Edad Moderna”, *Revista de Estudios Extremeños*, tomo 56, nº. 2, Badajoz, Diputación Provincial, 2000, p. 505-521.

NAVEDA CHÁVEZ-HITA, Adriana, “ De San Lorenzo de los Negros a los morenos de Amapa: cimarrones veracruzanos, 1609-1735”, *Rutas de la esclavitud en África y América Latina*, San José, Universidad de Costa Rica, 2001, p. 157-174.

*OS NEGROS EM PORTUGAL – SÉCULOS XV A XIX* ( Catálogo da exposição ), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

NETO, Maria Cristina, “ Breve abordagem sobre os negros em Portugal”, *Garcia de Orta – Série de Antropobiologia*, v. 8, nº. 1, Lisboa, 1995.

NETO, Maria Cristina, “ O compromisso da confraria de Nossa Senhora do Rosário de Palma ( Alcácer do Sal )”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 122<sup>a</sup>, nº. 1-12, Lisboa, Sociedade de Geografia, 2004, p. 89-93.

NETO, Maria Cristina, “ Os negros em Lisboa no século XIX. Tentativa de caracterização histórico-biológica”, *Garcia de Orta – Série de Antropobiologia*, v. 7, nº. 1 e 2, Lisboa, 1994.

NETO, Maria Cristina e LOPES, Luís, “ Notas sobre escravos mouros em Portugal nos séculos XV e XVI”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 116, nº. 1-12, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1998, p. 203-206.

NIAMKEY, Georges Kodjo, “ Razzias et développement des états du Soudan Occidental”, *De la traite à l’esclavage* ( Actes du Colloque International sur la traite de noirs, Nantes, 1985 ), v. I, Nantes, CRHMA, 1988, p. 19-35.

OLIVEIRA, António, *D. Filipe III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

OLIVEIRA, Fernando, *O vestuário português ao tempo da expansão. Séculos XV e XVI*, Lisboa, Ministério da Educação, s.d.

ORSINI-AVILA, Françoise, *Les esclaves de Lucena ( 1539-1700 )*, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1997.

OSSWALD, Maria Cristina, “ Aspectos iconográficos da escravatura negra na gravura europeia relativa à Índia entre os séculos XVI e XVII”, *Trabalho forçado africano. Experiências coloniais comparadas*, Porto, Campo das Letras, 2006, p. 31-46.

OTTE, Enrique e RUIZ-BURRUECOS, Conchita, “ Los portugueses en la trata de esclavos negros de las postrimerías del siglo XVI”, *Moneda y crédito*, nº. 85, Madrid, 1963, p. 3-40.

PAIVA, José Pedro, *Bruxaria e superstição num país sem “ caça às bruxas ” ( 1600-1774 )*, Lisboa, Notícias, 1997.

PAIVA, José Pedro, “ Católico sou e não luterano: o processo de Damião de Góis na Inquisição ( 1571-1572 )”, *Damião de Góis, um humanista na Torre do Tombo*, Lisboa, Torre do Tombo, 2002, p. 20-42.

PALLA, Maria José, *Do essencial e do supérfluo. Estudo lexical do traje e adornos em Gil Vicente*, Lisboa, Estampa, 1992.

PALOMO DE LEWIN, Beatriz, “ Perfil de la población africana en el reino de Guatemala, 1723-1773”, *Rutas de la esclavitud en África y América Latina*, San José, Universidad de Costa Rica, 2001, p. 195-209.

PANERO, Francesco, “ L’avvio della tratta degli schiavi a Genova e le ripercussioni sul servaggio medievale”, *Quaderni Storici*, 107, Fasc. 2, Roma, Il Mulino, 2001, p. 337-348.

PARRILLA ORTÍZ, Pedro, *La esclavitud en Cádiz durante el siglo XVIII*, Cádiz, Diputación Provincial, 2001.

PEARSON, M. N., *Os portugueses na Índia*, Lisboa, Teorema, 1990.

PEREIRA, Ana Margarida Santos, “ A Igreja, o Estado e a questão da violência sobre os escravos. Reflexões a partir do bispado do Rio de Janeiro ( 1676-1785 )”, *Revista Portuguesa de História*, tomo 37, Coimbra, Universidade, 2005, p. 153-187.

PEREIRA, Dulce, “ A linguagem dos escravos negros em Portugal entre a realidade e a ficção”, *Escravidão e transformações culturais* ( Actas do colóquio ), Lisboa, Vulgata, 2002, p. 247-268.

PEREIRA, Fernando António Baptista, “ Chafariz del Rei no século XVI”, *Os negros em Portugal. Séculos XV a XIX*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 104-107.

PEREIRA, Isaías da Rosa, “ Dois compromissos de irmandades de homens pretos”, *Arqueologia e História*, 9ª. série, v. I, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1972, p. 9-47.

PEREIRA, João Cordeiro, “ A estrutura social e o seu devir”, *Portugal do Renascimento à crise dinástica*, Lisboa, Presença, 1998.

PEREIRA, João Cordeiro, *Portugal na era de Quinhentos*, Cascais, Patrimonia, 2003.

PERES, Damião, *História dos descobrimentos portugueses*, Coimbra, Ed. do autor, 1960.

PESSANHA, D. José, “ Uma reabilitação histórica. Inventário da Torre do Tombo no século XVI”, *Arquivo Histórico Português*, v. III, Lisboa, 1903, p. 287-303.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier, *Les traites négrières*, Paris, Gallimard, 2004.

PHILLIPS, William D., “ Escravatura no espaço e no tempo: continuidades”, *Escravidão com e sem açúcar* ( Actas do seminário ), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, p. 121-137.

PHILLIPS, William D., *Historia de la esclavitud en España*, Madrid, Playor, 1990.

PIMENTA, Maria Cristina Gomes, *As ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de D. Jorge*, Palmela, Câmara Municipal, 2002.

PIMENTEL, Maria do Rosário, “ Aspectos do quotidiano no transporte de escravos no século XVIII. Do sertão africano à costa americana”, *Anais de História de Além-Mar*, nº. 1, Lisboa, Universidade Nova, 2000, p. 233-243.

PIMENTEL, Maria do Rosário, “ Cativar e descativar por serviço a Deus”, *A União Ibérica e o mundo atlântico*, Lisboa, Colibri, 1997, p. 273-284.

PIMENTEL, Maria do Rosário, “ Do próximo e do distante. Escravos e forros na administração municipal”, *O municipalismo em Portugal*, Lisboa, Colibri, 2007, p. 151-166.

PIMENTEL, Maria do Rosário, “ El Rei do Congo em Portugal e no Brasil. Da realidade à ficção”, *Portugal e Brasil no advento do mundo moderno*, Lisboa, Colibri, 2001, p. 371-392.

PIMENTEL, Maria do Rosário, “ O escravo na formação da sociedade colonial brasileira”, *Mare Liberum*, nº. 4, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Dez. 1992, p. 123-132.

PIMENTEL, Maria do Rosário, “ Escravo ou livre? A condição de filho de escravos nos discursos jurídico-filosóficos”, *Cultura*, v. XIII ( IIª. série ), Lisboa, Universidade Nova, 2000-2001, p. 37-53.

PIMENTEL, Maria do Rosário, “ Pele branca, pele negra: que fronteiras?”, *Nas fronteiras da tolerância* ( Actas do colóquio ), Lisboa, FCSH-UNL, 2005.

PIMENTEL, Maria do Rosário, “ A pretensa justificação humanitária da escravidão: o escravo da força e o escravo da fome”, *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, nº. 8, 2ª., Lisboa, Universidade Nova, 1995, p. 229-238.

PIMENTEL, Maria do Rosário, “ Ser escravo: quadros de um quotidiano dos trabalhos e dos dias”, *Anais de História de Além-Mar*, v. IV, Lisboa, Universidade Nova, 2003, p. 265-293.

PIMENTEL, Maria do Rosário, “ Sob o signo do pecado. Jorge Benci e as normas de convivência entre senhores e escravos na sociedade colonial brasileira”, *Escravidão e transformações culturais* ( Actas do colóquio ), Lisboa, Vulgata, 2002, p. 161-182.

PIMENTEL, Maria do Rosário, *Viagem ao fundo das consciências. A escravatura na época moderna*, Lisboa, Colibri, 1995.

PINTO, Françoise Latour da Veiga (c/ colaboração de António Carreira), “ A participação de Portugal no tráfico negreiro”, *O tráfico de escravos negros. Século XV-XIX*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 153-189.

PINTO, Jeanette, “ The decline of slavery in Portuguese India with special reference to the North”, *Mare Liberum*, nº. 9, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Julho 1995, p. 235-241.

PINTO, Rui Miguel da Costa, “ O bispo de Cabo Verde Frei Pedro Brandão e a relação Igreja/moradores nos finais do século XVI”, *Mare Liberum*, nº. 10, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Dezembro 1995, p. 363-368.

POHL, Hans, “ Os portugueses em Antuérpia ( 1550-1650 )”, *Flandres e Portugal* ( Dir. J. Everaert e E. Stols ), Lisboa, INAPA, 1991.

POLÓNIA, Amélia, “ Mestres e pilotos das carreiras ultramarinas ( 1596-1648 )”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, 2ª. série, v. XII, Porto, Universidade, 1995, p. 271-353.

POLÓNIA, Amélia, “ O Porto nas navegações ultramarinas quinhentistas. Embarcações e náuticos”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, v. I, Porto, Universidade, 2000, p. 29-52.

POLÓNIA, Amélia, *Vila do Conde, um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista* ( Tese polic. ), Porto, Faculdade de Letras, 1999.

POPOVIC, Alexandre, “ La revolte des Zandj, esclaves noirs importes en Mesopotamie. Problemes de sources et perpectives”, *Cahiers de la Méditerranée*, v. 65, Nice, Université, Dez. 2002, publicado na Internet em: <http://revel.unice.fr/cmedi/document.html?id=48>.

PORTUGAL, Fernando, *A Chancelaria de D. Manuel*, Lisboa, 1970 ( Separata de Ethnos, v. VI ).

PRESTAGE, Edgar, *Descobridores portugueses* ( Versão portuguesa de Francisco Eduardo Baptista ), Porto, 1934.

PUEYO COLOMINA, Pilar, “ Litterae acaptandi concedidas por el arzobispo de Zaragoza Dalmau de Mure en los años 1433-1440”, *De l’esclavitud a la llibertat*, p. 401-430.

RADULET, Carmen M., “ Um relato italiano do reino de Portugal no século XVI”, *Mare Liberum*, nº. 14, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 99-114.

RAMOS, Luís de Oliveira, “ Pombal e o escravagismo”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, v. II, Porto, Universidade, 1971, p. 169-178.

RAMOS, Maria de Fátima Dentinho do Ó, “ Damião de Góis, guarda-mor da Torre do Tombo: 1548-1571”, *Damião de Góis, um humanista na Torre do Tombo*, Lisboa, Torre do Tombo, 2002, p. 43-57.

RANDLES, W.G.L., “ Peuples sauvages et états despotiques: la pertinence, au XVI.e siècle, de la grille aristotélicienne pour classer les nouvelles sociétés révéllées par les découvertes au Brésil, en Afrique et en Asie”, *Mare Liberum*, nº. 3, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991, p. 299-307.

RENAULT, François, “ Problemes de recherche sur la traite transsaharienne et orientale en Afrique”, *De la traite à l’esclavage* ( Actes du Colloque Internacional sur la traite de noirs, Nantes, 1985 ), v. I, Nantes, CRHMA, 1988, p. 37-53.

RÉVAH, Israel, “ Afonso Álvares”, *Dicionário de literatura* ( Dir. Jacinto do Prado Coelho ), v. I, Porto, Figueirinhas, 1981, p. 43.

RICCI, Giovanni, “ Modelli di schiavitù in una città italiana d’Antico Regime: il caso di Ferrara”, *Nuove Effemeridi*, n.º. 54, Palermo, Ed. Guida, 2001 – II, p. 69-82.

RIO MAIOR, Marquês de, “ O marquês de Pombal e a repressão da escravatura. A obra e o homem”, *Congresso do Mundo Português*, v. VIII, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, p. 95-120.

RODNEY, Walter, *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Lisboa, Seara Nova, 1975.

RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida, *L’esclave dans les sociétés portugaises avant l’Amérique* ( Tese polic. ), Paris, Université de Paris IV, 199.

RODRIGUES, Teresa, *Crises de mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Horizonte, 1990.

RODRÍGUEZ MOREL, Genaro, “ Esclavitud y plantación azucarera en Puerto Rico. Siglo XVI”, *Escravos com e sem açúcar* ( Actas do seminário ), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, p. 181-205.

RODRÍGUEZ VÁZQUES, Antonio L., *Ricos y pobres. Propiedad y vida privada en la Sevilla del siglo XVI*, Sevilla, Ayuntamiento, 1995.

ROLO, Raúl de Almeida, “ Nota prévia” à edição do *Livro do Rosário de Nossa Senhora*, de Frei Nicolau Dias ( 1573 ), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982, p. 9-13.

SAINT-LU, André, “ Bartolomé de las Casas et la traite des nègres “, *Las Casas face à l’esclavage des noirs: vision critique du Onzième Remède* ( 1516 ), Perpignan, Presses Universitaires, 2001, p. 15-22.

SAKURAI, Hiroaki, “ Tráfico humano hacia la España medieval. Manumisión y mecenazgo”, *De l’esclavitud a la llibertat*, p. 75-86.

SALA-MOLINS, Louis, “ Théologie et philosophie choisissent leur camp: l’esclavage des nègres est légitime”, *Déraison, esclavage et droit*, Paris, UNESCO, 2002, p. 23-39.

SALGADO, Abílio José e SALGADO, Anastásia Mestrinho, *O espírito das Misericórdias nos testamentos de D. Leonor e de outras mulheres da Casa de Avis*, Lisboa, Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias Portuguesas, 1999.

SALICRÚ I LLUCH, Roser, “ Entre el reclam de les terres islàmiques i l’escapada septentrional: la institucionalització de la por a les fugues d’esclaus a la Catalunya tardomedieval”, *De l’esclavitud a la llibertat*, p. 87-134.

SÁNCHEZ GÓMEZ-CORONADO, Manuel, “ El comercio de esclavos en Zafra en el siglo XVI”, *Revista de Zafra y su feria*, Zafra, 1994, p. 40-43.

SANS I TRAVÉ, Josep Maria, “ Els templers catalans, propietaris d’esclaus”, *De l’esclavitud a la llibertat*, p. 309-324.

SANTANA, Francisco, “ De coisa a pessoa. Análise de alforrias setecentistas”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 117 <sup>a</sup>., nº. 1-12, Lisboa, Sociedade de Geografia, 1999, p. 181-204.

SANTANA, Francisco, “ Senhores e escravos em alforrias setecentistas”, *Ler História*, nº. 42, Lisboa, 2002, p. 93-118.

SANTANA, Francisco, “ Processos de escravos e forros na Inquisição de Lisboa”, *Ler História*, nº. 13, Lisboa, 1988, p. 15-30.

SANTOS, Catarina Madeira, “ A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: São Tomé, primeira metade do século XVI”, *Studia*, nº. 54-55, Lisboa, 1996, p. 51-91.

SANTOS, Madalena Marques dos, “ O Direito a bordo das naus nas viagens oceânicas”, *Pavilhão de Portugal ( Exposição Mundial de Lisboa de 1998 )*, Lisboa, Expo 98, 1998, p. 227-267.

SANTOS, Maria Emília Madeira e SOARES, Maria João, “ Igreja, missionação e sociedade”, *História geral de Cabo Verde*, v. II, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995, p. 359-547.

SANTOS, Maria Emília Madeira, “ Mulatos, sua legitimação pela chancelaria régia no século XVI”, *Studia*, nº. 53, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1994, p. 237-246.

SARAIVA, António José, *Inquisição e cristãos-novos*, Porto, Inova, 1969.

SARRAUTTE, Jean-Paul, “ António Vieira et le probleme des esclaves et des indiens, *Arquivos do Centro Cultural Português*, v. XIII, Paris, Fund. C. Gulbenkian, 1978, p. 571-638.

SARTI, Raffaella, “ Bolognesi schiavi dei turchi e schiavi turchi a Bologna tra cinque e settecento: alterità etnico-religiosa e riduzione in schiavitù”, *Quaderni Storici*, 107, fasc. 2, Roma, Il Mulino, 2001, p. 437-473.

SARTI, Raffaella, “ Esclavitud y religión en la Italia de la Edad Moderna”, *Arenal*, v. 7, nº. 1, Granada, Universidad, 2000, p. 63-122.

SAUNDERS, A. C. de C. M., *História social dos escravos e libertos negros em Portugal ( 1441-1555 )*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

SAUNDERS, A.C. de C.M., “ The life and humour of João de Sá Panasco, o Negro, former slave, court jester and gentleman of the Portuguese royal household ( fl. 1524-1567 ), *Mediaeval and Renaissance studies on Spain and Portugal in honour of P. E. Russel*, Oxford, The Society for the study of Mediaeval Languages and Literature, 1981, p. 180-191.

SCELLE, Georges, *Histoire politique de la traite négrière aux Indes de Castille*, 2 vols., Paris, Université, 1906.

SCHWARTZ, Stuart B., “ Campos de cana e fábricas: a estrutura do cultivo de cana de açúcar e o seu impacto na vida dos escravos no nordeste brasileiro”, *Escravos com e sem açúcar* ( Actas do seminário ), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, p. 249-279.

SCHWARTZ, Stuart B., “ Os escravos, remédio de todas as outras coisas”, *História da expansão portuguesa* ( Dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri ), v. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 232-247.

SCHWARTZ, Stuart B., *Segredos internos. Engenhos e escravos no Brasil colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

SCIASCIA, Laura, “ Schiavi in Sicília: ruoli sociali e condizione umana”, *De l’esclavitud a la llibertat*, p. 527-545.

SEELING, Lorenz, “ Christoph Jamnitzer’s Moor’s head: a late Renaissance drinking vessel”, *Black Africans in Renaissance Europe* ( Ed. T. Earle e K. Lowe ), Cambridge, C. University Press, 2005, p. 181-209.

SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira ( 1501-1581 )*, Lisboa, Notícias, 2002.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *História do traje em Portugal*, Porto, Chardron, s.d.

SERRÃO, Vítor, “ O Chafariz del Rei da Ribeira Velha, em Lisboa, numa valiosa pintura do fim do século XVI”, *Estudos de história da arte. Novos contributos*, Lisboa, Câmara Municipal, 2002, p. 69-76.

SERRÃO, Vítor, “ A imagem do mar e da capital do império no século XVI: um novo testemunho iconográfico da Lisboa das Descobertas”, *As rotas oceânicas ( séculos XV-XVII*, Lisboa, Colibri, 1999, p. 171-187.

SILVA, António de Moraes, *Grande dicionário da língua portuguesa*, v. IV, Lisboa, Horizonte, 1980.

SILVA, Augusto Vieira da, *As muralhas da Ribeira de Lisboa* ( 2ª. edição ), v. II, Lisboa, Câmara Municipal, 1941.

SILVA, Augusto Vieira da, *A população de Lisboa ( estudo histórico )*, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1919.

SILVA, Augusto Vieira da, *O termo de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1940.

SILVA, Inocêncio Francisco da, *Dicionário bibliográfico português*, tomo 8, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867.

SILVA, João Amândio Martins da, *O pensamento político e social de Frei Francisco de Vitória*, Braga, APPACDM, 1994.



SILVA, J. Gentil da, “ Rodrigues de Évora”, *Dicionário de história de Portugal* ( Dir. Joel Serrão ), v. V, Porto, Figueirinhas, 1981, p. 356-357.

SILVA, Luís Augusto Rebelo, *Memória sobre a população e a agricultura de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

SILVEIRA, Francisco Rodrigues, *Memória de um soldado da Índia* ( Ed. Costa Lobo ), 2ª. edição, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1987.

SILVEIRA, Marco António, “ Herança maldita: a intervenção da moral cativa na colónia ( Minas Gerais, século XVIII )”, *Vértice*, nº. 115, Lisboa, Jan-Fev 2004, p. 102-120.

SOARES, Maria João, “ Para uma compreensão dos lançados nos Rios da Guiné. Século XV- Meados do século XVII”, *Studia*, nº. 56/57, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000, p. 147-222.

SOLIS, Duarte Gomes, *Alegación en favor de la Compañia de la India Oriental* (Edição Moses B. Amzalak ), Lisboa, 1955.

SOROMENHO, Miguel, “ À espera das naus: a Ribeira de Lisboa e a Carreira da Índia”, *Pavilhão de Portugal ( Exposição Mundial de Lisboa de 1998 )*, Lisboa, Expo 98, 1998, p. 75-91.

SOUSA, Alberto de, *O traje popular em Portugal nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, s. n., s. d.

SOUSA, João de Saldanha de Oliveira e, “ O marquês de Pombal e a repressão da escravatura. A obra e o homem”, *Congresso do Mundo Português*, v. VIII, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, p. 95-120.

SOUSA, Nestor de, “ Emigrantes no Brasil e escravos nos Açores”, *Arquipélago – Ciências Sociais*, nº. 11/12, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1998, p. 379-492.

SOUZA, Marina de Mello e, “ Reis do Congo no Brasil colonial”, *Os espaços de sociabilidade na Ibero-América ( Séculos XVI-XIX )*, Lisboa, Colibri, 2004, p. 151-163.

STELLA, Alessandro, “ Des esclaves pour la liberté sexuelle de leurs maîtres ( Europe Occidentale, XIV.e-XVIII.e siècles ), *Clio. Histoire, femmes et sociétés*, nº. 5, 1997, p. 191-209.

STELLA, Alessandro, “ L’esclavage en Andalousie a l’Époque Moderne”, *Annales ESC*, Jan-Fev 1992, nº 1, Paris, p. 35-63.

STELLA, Alessandro, “ Herrado en el rostro com una S y un clavo: l’homme-animal dans l’Espagne dès XV.e-XVIII.e siècles”, *Figures de l’esclave au Moyen-Age et dans le monde moderne*, Paris, L’Harmattan, 1996, p. 147-163.

STELLA, Alessandro, *Histoires d’esclaves dans la Péninsule Ibérique*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2000.

STELLA, Alessandro, “ Mezclándose carnalente. Relaciones sociales, relaciones sexuales y mestizaje en Andalucía Occidental”, *Negros, mulatos, zambaigos. Derroteros africanos en los mundos ibéricos*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 2000, p. 175-188.

STOLS, Eddy, “ Convivências e conivências luso-flamengas na rota do açúcar brasileiro”, *Ler História*, nº. 32, Lisboa, 1997, p. 119-147.

STOLS, Eddy, “ O doce nunca amargou ... e nem em Flandres. A dinâmica do novo açúcar brasileiro nas relações económicas de Portugal com Flandres na época de D. João III”, *D. João III e o império*, Lisboa, 2004, p. 453-483.

STOLS, Eddy, “ Flamengos, holandeses e a sua aprendizagem na escravidão. Séculos XVI e XVII”, *O trabalho mestiço: maneiras de pensar e formas de viver – Séculos XVI a XIX*, Minas Gerais, Universidade Federal, s.d., p. 41-61.

STOLS, Eddy, “ Gustos y disgustos en la confrontación y el intercambio alimenticios entre España y Flandes ( Siglos XVI y XVII )”, *España y las 17 provincias de los Países Bajos. Una revisión historiográfica ( XVI-XVIII )*, Córdoba, Universidad, 2002, p. 585-614.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *Comércio e conflito. A presença portuguesa no golfo de Bengala ( 1500-1700 )*, Lisboa, Edições 70, 1994.

SUBTIL, José Manuel, “ A administração central da coroa”, *História de Portugal* ( Dir. José Mattoso ), v. 3, Lisboa, Estampa, 1993, p. 78-90.

SUCENA, Eduardo, “ Mocambo”, *Dicionário de história de Lisboa*, Lisboa, s. n., 1994, p. 584.

SWEET, James, *Recriar África. Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português ( 1441-1770 )*, Lisboa, Edições 70, 2007.

TARDIEU, Jean-Pierre, “ De l’Undécimo Remedio de Las Casas ( 1516 ) au Project de traite des noirs de 1518”, *Las Casas face à l’esclavage des noirs: vision critique du Onzième Remede ( 1516 )*, Perpignan, Presses Universitaires, 2001, p. 41-58.

TARDIEU, Jean-Pierre, “ Quelques visions utopiques de l’esclavage des noirs aux Indes occidentales ( XVI.e- XVII.e siècles )”, *Figures de l’esclave au Moyen-Age et dans le monde moderne*, Paris, L’Harmattan, 1996, p. 247-261.

TAVARES, Pedro Vilas Boas, “ Lóios”, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, v. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p. 149-157.

TEIXEIRA, José, *O paço ducal de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1983.

THIAM, Iba der, “ L’Afrique noire à la veille de la découverte de l’Amérique”, *L’Afrique entre l’Europe et l’Amérique*, Paris, UNESCO, 1995, p. 83-92.

- THIOLLIER, Marguerite-Marie, *Dictionnaire des religions*, Paris, Larousse, 1966.
- THOMAS, Hugh, *The slave trade*, London, Papermac, 1998.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R., “ A escravatura em Malaca no século XVI”, *Studia*, nº. 53, Lisboa, 1994, p. 253-316.
- THOMAZ, Luís Filipe, “ Le Portugal et l’Afrique au XV.e siècle: les débuts de l’expansion”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, v. XXVI, Paris, Fund. C. Gulbenkian, 1989, p. 161-256.
- THORNTON, John, *A África e os africanos na formação do mundo atlântico ( 1400-1800 )*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2004.
- THORNTON, John K., “ Les débuts des relations luso-congolaises: une nouvelle interprétation”, *Cahiers des Anneaux de la Mémoire*, nº. 3 ( *La traite et l’esclavage dans le monde lusophone* ), Nantes, Anneaux de la Mémoire/UNESCO, 2001, p. 39-63.
- TINHORÃO, José Ramos, *Os negros em Portugal, uma presença silenciosa*, Lisboa, Caminho, 1988.
- TOGNETTI, Sergio, “ The trade in black african slaves in fifteenth-century Florence”, *Black africans in Renaissance Europe* ( Ed. T. Earle e K. Lowe ), Cambridge, C. University Press, 2005, p. 213-224.
- TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, “ Actividade comercial externa de Cabo Verde: organização, funcionamento, evolução”, *História geral de Cabo Verde*, v. I ( Coord. Luís de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos ), Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001.
- TORRÃO, Maria Manuel Ferraz, “ Rotas comerciais, agentes económicos, meios de pagamento”, *História geral de Cabo Verde*, v. II, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1995, p. 17-123.
- TORRES, Cláudio, “ A Outra Banda”, *O livro de Lisboa* ( Coord. Irisalva Moita ), Lisboa, Horizonte, 1994.
- TRUYOL Y SERRA, António, *História da filosofia do Direito e do Estado*, v. 2, Lisboa, Instituto de Novas Profissões, 1990.
- LA TRATA NEGRERA DEL SIGLO XV AL XIX, Paris, UNESCO, 1981.
- VAINFAS, Ronaldo, *Ideologia e escravidão. Os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*, Petrópolis, Vozes, 1986.
- VAINFAS, Ronaldo, “ Justiça e misericórdia: reflexões sobre o sistema punitivo da Inquisição portuguesa”, *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*, S. Paulo, Universidade, 1992, p. 140-157.

VALENÇA, Manuel, *Escravidão na região do Porto ( 1591-1795 )*, Braga, Editorial Franciscana, 2003.

VASCONCELOS, Emília Albertina Sá Pereira de, *Vereações na câmara do Porto no ano de 1548* ( Tese polic. ), Porto, Faculdade de Letras, 2001.

VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia portuguesa*, v. IV, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

VASCONCELOS, José Leite de, *Língua de preto num texto de Henrique da Mota* (Separata de *Revue hispanique*, tome LXXXI, New York/Paris, 1933 ).

VASCONCELOS, José Leite de, “ Uma raça originária de África”, *O Arqueólogo Português*, v. I, nº. 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

VAUCHEZ, Andre, “ Note sur l’esclavage et le changement de religion en Terre Sainte au XIII.e siècle”, *Figures de l’esclave au Moyen-Age et dans le monde moderne*, Paris, L’Harmattan, 1996, p. 91-96.

VAZQUEZ DE PRADA, Vicente, *Lettres marchandes d’Anvers*, Tome I, Paris, S.E.V.P.E.N., s.d.

VENTURA, Maria da Graça Mateus, *Negreiros portugueses na rota das Índias de Castela ( 1541-1556 )*, Lisboa, Colibri, 1999.

VERLINDEN, Charles, *L’esclavage dans le monde ibérique médiéval*, Madrid, Tipografia de Archivos, 1934.

VERNANT, Jean Pierre e VIDAL-NAQUET, Pierre, *Travail et esclavage en Grece ancienne*, Bruxelles, Complexe, 1988.

VIEIRA, Alberto, “ Escravos com e sem açúcar na Madeira”, *Escravos com e sem açúcar* ( Actas do seminário ), Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1996, p. 93-102.

VIEIRA, Alberto, *Os escravos no arquipélago da Madeira. Séculos XV a XVII*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1991.

VIEIRA, Rui Rosado, *Centros urbanos no Alentejo fronteiriço. Campo Maior, Elvas e Olivença*, Lisboa, Horizonte, 1999.

VILAR, Pierre, *O ouro e a moeda na história*, Lisboa, Europa-América, 1990.

VINCENT, Bernard, “ Esclavage au Portugal: entre mer Méditerranée et Océan Atlantique”, *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, v. XLIII, Lisboa-Paris, 2002, p. 61-70.

VINCENT, Bernard, “ L’esclavage en milieu rural espagnol au XVII.e siècle: l’exemple de la région d’Almeria “, *Figures de l’esclave au Moyen-Age et dans le monde moderne*, Paris, L’Harmattan, 1996, p. 165-176.

VINCENT, Bernard, “ Les esclaves d’Almería ( 1570 )”, *Pouvoirs et sociétés dans l’Espagne Moderne*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail, 1993, p. 193-203.

VINCENT, Bernard, “ Les noirs à Oran aux XVI.e et XVII.e siècles”, *Negros, mulatos, zambaigos. Derroteros africanos en los mundos ibéricos*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, 2000, p. 59-66.

VINCENT, Bernard, “ La schiavitù nella penisola iberica”, *Nuove Effemeridi*, n°. 54, Palermo, Ed. Guida, 2001-II, p. 62-68.

VOGT, John L., “ The Lisbon Slave House and african trade, 1486-1521”, *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 117, n°. 1, February 1973, p. 1-16.

WALLON, Henry, *Histoire de l’esclavage dans l’Antiquité*, Paris, Robert Laffont, 1988.

WALWIN, James, *Black ivory. A history of British slavery*, London, Fontana Press, 1993.

WILLIAMS, Eric, *Capitalisme et esclavage*, Paris, Présence Africaine, 1968.

WILLIAMS, John Alden, *Islamismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

WISMES, Armel de, *Nantes et le temps des négriers*, Paris, France-Empire, 1992.

WITTE, Charles-Martial de, *La correspondance des premiers nonces permanents au Portugal. 1532-1533*, v. I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1986.

## 12 - Abreviaturas mais usadas

**ADE** – Arquivo Distrital de Évora  
**ADSant.** – Arquivo Distrital de Santarém  
**ADS** – Arquivo Distrital de Setúbal  
**AMMN** – Arquivo da Misericórdia de Montemor-o-Novo  
**Bapt.** – Baptismos  
**BN** – Biblioteca Nacional  
**Cap.** - Capítulo  
**Cart.** – Cartório  
**CC** – Corpo Cronológico  
**Chanc.** - Chancelaria  
**Cód.** – Códice  
**Coord.** – Coordenação  
**Cx.** – Caixa  
**Dir.** – Direcção  
**Doc.** – Documento  
**Ed.** – Edição  
**f.** – fólio  
**fasc.** – fascículo  
**FN** – Fundo Notarial  
**FP** – Fundo Paroquial  
**Introd.** – Introdução  
**Legitim.** - Legitimações  
**Liv.** – Livro  
**M.** – Maço  
**Nº.** – Número  
**Ob. cit.** – Obra citada  
**p.** - página  
**P.** – Parte  
**Perd.** – Perdões  
**Pref.** – Prefácio  
**Polic.** – Policopiada/o  
**Procº.** – Processo  
**Prof.** – Professor  
**Tít.** – Título  
**TT** – Torre do Tombo  
**v.** - volume